

Relatório Anual

do Governo do Estado

Volume 1



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA

EXERCÍCIO 2017



**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda**

***Relatório Anual do
Governo do Estado***

Volume I

Exercício 2017



Governo do Estado de São Paulo

Márcio França
Governador do Estado

Helcio Tokeshi
Secretário da Fazenda

Rogério Ceron de Oliveira
Secretário Adjunto da Fazenda

Guilherme Luis da Silva Tambellini
Chefe de Gabinete da Secretaria da Fazenda

Índice

Volume I

Situação Econômico - Financeira do Governo do Estado de São Paulo	I - XV
Demonstrativo das Despesas, Principais Indicadores e Atividades	1
Poder Executivo	3
Administração Penitenciária	5
Agricultura e Abastecimento	31
Casa Civil	53
Cultura	81
Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Inovação	125
Desenvolvimento Social	175
Direitos da Pessoa com Deficiência	197
Educação	219
Emprego e Relações do Trabalho	243
Energia e Mineração	263
Esporte, Lazer e Juventude	285
Fazenda	301
Governo	349

Volume II

Habitação	383
Justiça e Defesa da Cidadania	397
Logística e Transportes	431
Meio Ambiente	451
Planejamento e Gestão	483
Saneamento e Recursos Hídricos	515
Saúde	547
Segurança Pública	579
Transportes Metropolitanos	603
Turismo	637
Procuradoria Geral do Estado	649
Defensoria Pública do Estado	685
Ministério Público	711
Poder Legislativo	715
Assembleia Legislativa	717
Tribunal de Contas do Estado	719
Poder Judiciário	721
Tribunal de Justiça	723
Tribunal de Justiça Militar	725
Número de Funcionários	727
Nota Explicativa	733

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA FAZENDA

Situação Econômico-Financeira do Governo do Estado de São Paulo

Este documento apresenta os principais resultados da gestão orçamentária e financeira do Governo do Estado de São Paulo do ano de 2017 e as atividades realizadas pelos diversos órgãos governamentais no âmbito dos programas e ações previstas na legislação pertinente.

O Estado de São Paulo seguiu uma gestão fiscal prudente e responsável, o que permitiu, apesar da incipiente recuperação da economia, a manutenção do equilíbrio fiscal. Esta administração responsável das finanças do Estado, expressa tanto na adoção de medidas de controle da qualidade da despesa como também pela obtenção de receitas adicionais, permitiu o ajuste dos gastos à capacidade financeira do Governo. Este cenário foi determinante na geração de um resultado fiscal favorável, e permitiu que o Estado mantivesse o nível de prestação de serviços e investimentos em projetos prioritários à população, sem comprometer a sustentabilidade financeira. Cabe mencionar ainda que São Paulo não apenas cumpriu os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, como também melhorou seu desempenho em relação a estes importantes parâmetros.

Em 2017 houve continuidade dos esforços em prol da recuperação das finanças públicas. Neste contexto, a entrada em vigor do teto de gastos¹ em âmbito federal, sancionado em dezembro de 2016, e a posterior adesão dos governos estaduais² a esta medida, com vigência para os anos de 2018 e 2019, constitui um dos eixos principais da política econômica adotada pelo setor público.

Do conjunto das ações implementadas pelo Governo Federal e pelas autoridades monetárias ao longo de 2017 merecem destaque, pelo seu impacto direto e/ou indireto sobre os resultados orçamentários do setor público as seguintes: a Emenda Constitucional nº 95; a Reforma Trabalhista, e a diminuição da taxa de juros. A primeira delas, também conhecida como Teto de Gastos, esteve limitada ao plano federal inicialmente, porém foi estendida a algumas administrações estaduais em momento posterior, quando concordaram em aderir a esta medida no âmbito do processo de renegociação da dívida. A Reforma Trabalhista, defendida como um mecanismo de modernização das relações de trabalho pretendia ser uma alavanca para a recuperação dos níveis de emprego e, conseqüentemente, da massa de salários. Ainda que não houvesse expectativa quanto ao seu impacto sobre a arrecadação federal, em particular aquela atrelada à folha, esperava-se que, se confirmado o estímulo sobre o nível de empregos, deveria contribuir ao aumento da massa de salários, beneficiando desta forma a arrecadação de tributos indiretos. Por último, a diminuição da taxa básica de juros, em aproximadamente 46% ao longo do ano, também é um fator de estímulo ao nível de atividade.

Em termos gerais, a moderada recuperação do nível de atividade econômica e a significativa diminuição da taxa básica de juros ainda não tiveram o efeito multiplicador esperado sobre as finanças públicas, como o atesta o resultado primário do Governo Federal e de boa parcela dos governos regionais³.

Apesar deste contexto, o Governo do Estado de São Paulo conseguiu não apenas um resultado primário positivo, em consonância com o estabelecido na Lei Orçamentária Anual, mas também alcançar um nível superior ao previsto. O Governo havia estabelecido a meta de receita e despesa de R\$ 216,9 bilhões e um resultado primário de 1,8 bilhões⁴. Posteriormente, em dezembro de 2016, estes números foram atualizados para R\$ 206,3 bilhões e 194 milhões, respectivamente, através da

¹ Em 15 de dezembro de 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional 95, também conhecida como Emenda do Teto de Gastos,

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos> .

² <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2017/lei-16625-18.12.2017.html>

³ O Governo Central encerrou o exercício de 2017 com resultado primário negativo de R\$ 124,4 bilhões, contra R\$ 161,2 de 2016. <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/historico-resultado-do-tesouro-nacional>. Resultados primários negativos em 2017 também foram registrados em diversas importantes unidades da federação, tais como Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.

⁴ Lei 16.291 de 20 de julho de 2016, LDO 2017 do Estado de São Paulo, Anexo I: metas fiscais.

Lei Orçamentária Anual, LOA⁵. Os resultados alcançados superaram as expectativas iniciais, pois embora a meta de receita não tenha sido alcançada, atingindo o valor de R\$ 204,8 bilhões, o resultado primário foi de R\$ 5,3 bilhões⁶.

É importante frisar que este resultado teve um ponto de apoio na política de contenção de despesa seguida ao longo dos últimos anos pela administração estadual, já que, embora o aumento inercial da despesa com pessoal ativo, assim como o aumento dos gastos previdenciários, sejam fatores que também estiveram presentes no cenário paulista, o forte controle sobre os gastos primários, somado à diminuição relativa do serviço da dívida, permitiu ao Governo do Estado aproveitar de forma eficaz o pequeno aumento da arrecadação em 2016.

Nas seções seguintes é apresentado um resumo das principais características da execução orçamentária do Governo do Estado de São Paulo em 2017.

1. - RECEITAS

No exercício de 2017 a Receita Total do Estado atingiu o valor de R\$ 204,8 bilhões, o qual, quando comparado com o total do ano anterior, representou um aumento de 6,9% em termos nominais, e de 3,3% em termos reais. O crescimento da Receita Total observado em 2017 teve como principal fator explicativo a expansão da Receita Corrente, que acusou um crescimento de 7,2% em termos nominais e 3,6% em termos reais. As Receitas de Capital não tiveram aumento significativo na provisão de recursos do Estado e diminuíram em termos reais em 2,8%, em grande medida por causa da redução das receitas de Operações de Crédito, que foi de 10,5% em termos reais.

Receitas Totais

	R\$ milhões				
	2016	2017	Diferença 2017 (-) 2016	Varição Nominal	Real
Receitas Totais	191.612,5	204.851,4	13.238,9	6,9%	3,3%
Receitas Correntes	184.208,4	197.405,2	13.196,8	7,2%	3,6%
Receitas de Capital	7.404,2	7.446,2	42,1	0,6%	-2,8%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária
<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatorio-Resumido-da-Execucao-Orçamentaria.aspx>

Nota: Exclui receitas intra-orçamentárias.

A estrutura da receita não experimentou mudanças, tendo no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, seu principal componente. O total do ICMS arrecadado no exercício foi de R\$ 126,8 bilhões⁷, equivalente a 64,0% da Receita Corrente e 61,9% da Receita Total e aproximadamente 84,3% da Receita Tributária.

RECEITAS CORRENTES

A Receita Tributária

Os recursos tributários tiveram desempenho positivo em 2017, invertendo a tendência observada no ano anterior. Adicionalmente, é importante frisar o bom comportamento dos outros componentes da receita, isto é, das receitas não tributárias, com destaque para as Transferências Correntes, as Receitas de Contribuições e as Demais Receitas Correntes, cuja taxa de crescimento superou a do ICMS. Em 2016, a soma das Transferências Correntes e das Demais Receitas Correntes representou 15,7% da receita corrente, este percentual subiu para 16,7% em 2017, principalmente devido a fatores não recorrentes que são explicados a seguir.

⁵ Lei 16.347 de 29/12/2016, Lei Orçamentária Anual do Estado de São Paulo.

⁶ RREO do 6º bimestre de 2017, DOE 30/01/2018

⁷ RREO 6º bimestre 2017, DOE 30/01/2018.

RECEITAS CORRENTES

	R\$ milhões				
	2016	2017	Diferença	Variação	
				Nominal	Real
Receitas Correntes	184.208,4	197.405,2	13.196,8	7,2%	3,6%
Receitas Tributárias	143.082,5	150.277,3	7.194,7	5,0%	1,5%
ICMS	121.118,9	126.783,0	5.664,2	4,7%	1,2%
IPVA	14.023,2	14.499,9	476,7	3,4%	-0,0%
ITCMD	2.317,5	2.719,6	402,1	17,3%	13,4%
Outras Receitas Tributárias	5.623,0	6.274,8	651,8	11,6%	7,9%
Receita de Contribuições	5.748,8	5.784,3	35,6	0,6%	-2,7%
Receita Patrimonial	6.150,2	8.252,0	2.101,8	34,2%	29,7%
Transferências Correntes	18.098,8	19.622,5	1.523,7	8,4%	4,8%
Demais Receitas Correntes	11.128,1	13.469,0	2.340,9	21,0%	17,0%

Fonte: Relatório Resumido da Execução orçamentária, 6º Bimestre, 2017.

Em 2017 a economia paulista mostrou uma recuperação levemente superior à do país, com taxa de crescimento de 1,6%⁸, contra uma taxa de 1,0% do Brasil. Segundo estatísticas da fundação Seade, esta foi a primeira taxa positiva da economia paulista desde 2013, último ano em que se observou crescimento do PIB do Estado. O resultado apontado teve como seus principais determinantes o bom desempenho das atividades industriais e de serviços, que experimentaram crescimento de 1,3% e 1,6%, respectivamente, diferentemente do resultado para o país como um todo, que teve no setor agropecuário o principal fator positivo.

A arrecadação total do ICMS mostrou um crescimento nominal de 4,7%, em relação ao ano anterior. Isto equivale a um crescimento de 1,2% em termos reais⁹, como mostrado na tabela. Entre os setores que mais contribuíram para este resultado destaca-se o de comércio e serviços, com uma taxa de crescimento nominal de 10,5%, equivalente a um crescimento real de 6,8%. Os outros três setores que compõem as estatísticas de receita do ICMS (Agropecuário, Industrial e de Preços Administrados) experimentaram diminuição real em termos de arrecadação. O setor de comércio e serviços contribuiu com 36,9% da receita arrecadada, mantendo a primazia em relação aos outros setores. O setor industrial contribuiu com 33,0%, sugerindo uma estabilização em torno deste patamar, interrompendo a tendência declinante das últimas décadas. O setor de preços administrados apresentou, nos últimos anos, trajetória instável, devido aos efeitos da regulamentação sobre os preços e tarifas. Sua contribuição, em 2017, representou 28,8%.

Ao longo dos últimos anos o ICMS também veio perdendo participação na receita tributária do Estado. Em 1994 ele respondia por 94,91% da receita tributária, em 2005 e 2006 sua participação foi de 87,70% e 87,03%, respectivamente, e nos dois últimos exercícios, 2016 e 2017, representou 84,45% e 84,27%¹⁰ do total.

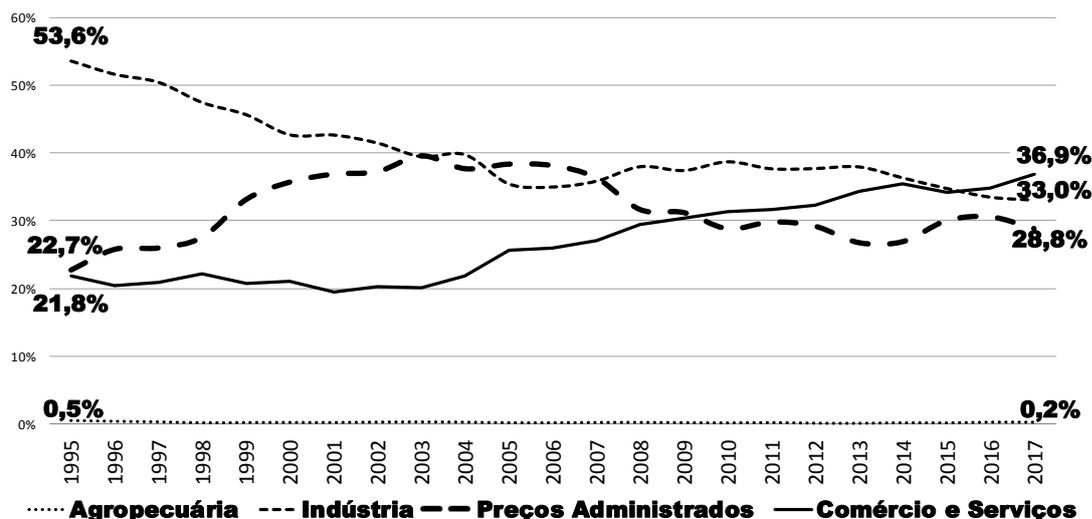
⁸ <http://www.seade.gov.br/produtos/pib-trimestral/>

⁹ Variação real calculada com base no IPCA médio do período; mesma metodologia é aplicada em todos os cálculos de variação real deste relatório.

¹⁰ Estes percentuais foram estimados com base em estatísticas do Relatório da Receita Tributária do Estado de São Paulo de fevereiro de 2018

<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relat%C3%B3rios-da-Receita-Tribut%C3%A1ria.aspx>

ICMS POR SETOR



ARRECAÇÃO DO ICMS EM SETORES SELECIONADOS

	R\$ milhões				
	2016	2017	Diferença	Variação	
				Nominal	Real
Agricultura, pecuária e outros produtos animais	274,6	272,9	-1,7	-0,6%	-3,9%
Indústria	40.153,7	41.256,4	1.102,7	2,7%	-0,7%
Minerais não metálicos	1.634,5	1.584,3	-50,2	-3,1%	-6,3%
Metalúrgica	2.792,4	2.970,4	178,0	6,4%	2,8%
Máq., equip.e instalações	2.393,5	2.396,9	3,4	0,1%	-3,2%
Mat. Elétrico e de Comunicações	3.326,2	3.346,8	20,6	0,6%	-2,7%
Material de transporte	4.858,1	5.078,0	219,8	4,5%	1,0%
Papel e celulose	1.773,1	1.792,1	19,0	1,1%	-2,3%
Produtos químicos	6.779,3	6.765,2	-14,2	-0,2%	-3,5%
Produtos farmacêuticos	3.069,7	2.949,9	-119,8	-3,9%	-7,1%
Produtos de plástico	1.872,0	2.043,5	171,5	9,2%	5,5%
Produtos alimentícios	4.079,4	4.368,7	289,3	7,1%	3,5%
Bebidas	3.464,0	3.724,9	260,8	7,5%	3,9%
Outros	4.111,4	4.235,8	124,4	3,0%	-0,4%
Preços Administrados	37.384,2	36.777,5	-606,7	-1,6%	-4,9%
Comércio e Serviços	40.322,4	44.547,3	4.224,9	10,5%	6,8%

Fonte: Relatório da Arrecadação Tributária de fevereiro de 2018 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relat%C3%B3rios-da-Receita-Tribut%C3%A1ria.aspx>

O Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores, IPVA, registrou um desempenho positivo, porém modesto, em 2017, favorecido pela inflexão ocorrida na produção e nas vendas da indústria automotiva em comparação aos exercícios anteriores. Em 2017 a produção de veículos foi de 2,7 milhões de unidades, enquanto em 2016 foi de 2,15 milhões, o que representou um aumento real de 25,2%. A comercialização de veículos, depois de quatro anos de indicadores negativos, cresceu 1,3%, com destaque para os segmentos de comerciais leves e de ônibus, que apresentaram aumento de 9,4% e 10,7%, respectivamente. Ainda, cabe mencionar o emplacamento de veículos, que em 2016 teve um crescimento de 10% em relação ao ano passado¹¹. Estas cifras ilustram uma mudança

¹¹ Entre 2013 e 2016 o número de emplacamentos caiu de forma continuada, saindo de um total de 3.041 milhões em 2013, para 1.688 milhões em 2016. Em 2017 o número de emplacamentos foi de 1.855 milhões,

no comportamento do setor, ocorre, contudo que sua recuperação ainda não permitiu alcançar os níveis de produção e venda dos exercícios anteriores a 2013.

Em função destes eventos, a receita do IPVA teve em 2017 um desempenho pouco auspicioso. A taxa de crescimento nominal de 3,4% representou um crescimento real nulo, o que significa que, em moeda constante, a receita arrecadada neste exercício apenas igualou a do exercício anterior.

O Imposto Sobre a Transferência de Bens Causa Mortis e Doações, ITCMD, experimentou crescimento de 17,3% em termos nominais e de 13,4% em termos reais, favorecido por um processo de inventário de valor bastante elevado.¹²

Entre os fatores que contribuíram ao bom desempenho da receita corrente se incluem o aumento da Receita Patrimonial, das Demais Receitas Correntes, e das Transferências Correntes, que experimentaram crescimento real de 29,7%, 17,0% e 4,8%, respectivamente.

Os componentes da Receita Patrimonial que tiveram substancial elevação foram as receitas de concessões rodoviárias e a receita de juros de capital próprio (cedidas pela Sabesp), contas cujo valor em relação ao ano anterior cresceu em aproximadamente R\$ 2 bilhões.

RECEITAS PATRIMONIAIS

	R\$ milhões				
	2016	2017	Diferença	Variação	
				Nominal	Real
Receita Patrimonial	6.150,2	8.252,0	2.101,8	34,2%	29,7%
Concessão Rodovias - DER	403,3	1.889,6	1.486,3	368,5%	352,9%
Juros de Capital - SABESP	75,3	413,9	338,5	449,4%	431,1%
Dividendos CESP	10,2	57,0	46,8	458,0%	439,4%
Aplicação Financeira - Rendimentos	3.141,6	2.352,0	-789,6	-25,1%	-27,6%
Outras Receitas Patrimoniais: Acordo BB - Folha Pessoal	0,0	540,3	540,3	0,0%	0,0%
Demais	2.519,8	2.999,2	479,4	19,0%	15,1%

No que tange ao crescimento das Transferências Correntes, que em termos reais se elevaram em 4,8%, cabe apontar a importante contribuição das atividades associadas ao complexo de petróleo e gás, na forma de Royalties, da ordem de R\$ 657,2 milhões, oriundas de partilha de receita com a União. O crescimento das Demais Receitas Correntes teve como principal responsável os recursos derivados da DREM¹³ (Desvinculação dos Recursos dos Estados e Municípios).

RECEITAS DE CAPITAL

Em relação às Receitas de Capital, a queda observada nas operações de crédito, seu principal componente, está relacionada às restrições do Governo Federal para ampliação dos financiamentos para os estados. Somente ao final de 2017, com a nova metodologia da CAPAG, o Estado de São Paulo voltou a ter nota de avaliação de crédito com grau de investimento.

com base em dados do Anuário de 2017 da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores – Fenabrave.

¹² O processo mencionado se refere ao arrolamento de um inventário de R\$ 350 milhões.

¹³ A DREM foi instituída pela EC93/2016.

RECEITAS DE CAPITAL

R\$ milhões

	2016	2017	Diferença	Variação	
				Nominal	Real
Receitas de Capital	7.404,2	7.446,2	42,1	0,6%	-2,8%
Operações de Crédito	4.955,2	4.587,0	-368,2	-7,4%	-10,5%
Alienação de Bens	184,3	182,2	-2,1	-1,1%	-4,4%
Amortização de Empréstimos	2,4	3,4	1,0	42,2%	37,5%
Transferências de Capital	420,8	252,8	-168,1	-39,9%	-41,9%
Outras Receitas de Capital*	1.841,4	2.420,9	579,4	31,5%	27,1%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária
<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-Resumido-da-Execução-Orçamentária.aspx>

* Ingresso de recursos dos Depósitos Judiciais

O aumento expressivo dos valores de Outras Receitas de Capital se deu em função do ingresso de valores provenientes de depósitos judiciais do qual o Estado é parte da ação. Estes valores tem destinação exclusiva para o pagamento de sentenças judiciais e o acesso do Estado é regrado pela EC99/2017, que, aperfeiçoando a anterior (EC 94/2016), determina a liquidação dos passivos em precatórios até a data de 31 de dezembro de 2024 além de novas fontes de receita para este fim, como os depósitos judiciais.

2. DESPESAS

Em 2017 a Despesa Total do Governo do Estado atingiu o valor de R\$ 204,0 bilhões, superior ao do exercício anterior, tanto em termos nominais quanto em termos reais, em 6,1% e 2,6%, respectivamente. Estes percentuais de aumento são, no entanto, inferiores aos observados no caso da receita¹⁴ e constituem um dos fatores explicativos da melhoria do resultado primário no caso de São Paulo. A elevação da despesa quando desagregada em termos de seus componentes, como mostrado nos quadros e figuras a seguir, evidencia a continuidade das linhas mestres da administração no que diz respeito ao controle do ritmo de expansão do custeio e das Despesas de Pessoal e à preservação do Investimento.

A Despesa Corrente aumentou 6,0% em termos nominais e 2,5% em termos reais, em relação ao ano de 2016, crescimento menor que o dos investimentos. A despesa com Investimentos e Inversões Financeiras cresceu 13,3%, sem considerar os investimentos com recursos próprios das empresas não dependentes. O item que experimentou maior crescimento foi o de Juros e Encargos da Dívida, com uma taxa de crescimento real de 28,4%, em razão da normalização do pagamento do serviço da dívida com a União¹⁵.

Os outros componentes da Despesa tiveram crescimento real moderado ou muito baixo, com destaque para aqueles itens como a Despesa de Pessoal e Encargos e o Custeio (correspondentes a Outras Despesas Correntes exceto transferências) que, embora possuam um forte grau de inercia em sua evolução temporal, decorrente da aplicação de normais legais e administrativas incidentes sobre as remunerações e os contratos, podem ser objeto de medidas específicas que atenuem sua expansão. Neste sentido, o crescimento real de 0,5% das Despesas com Pessoal e de 3,4% no Custeio, em 2017, pode ser interpretado como resultado da continuidade da política de controle do gasto por parte da administração estadual¹⁶.

¹⁴ A Receita Total aumentou 6,9%, em termos nominais e 3,2%, em termos reais.

¹⁵ Informações complementares sobre este ponto serão apresentadas mais adiante na seção da Dívida Consolidada.

¹⁶ Ao longo de 2017 o Governo do Estado continuou seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de São Paulo – PAF 2016 – 2018, especificamente nos seus pontos B e

DESPESAS TOTAIS

R\$ milhões

	2016	2017	Diferença (2017-2016)	Variação	
				Nominal	Real
Despesa Total	192.256,3	204.011,1	11.754,9	6,1%	2,6%
Despesas Correntes	175.528,9	186.061,4	10.532,5	6,0%	2,5%
Pessoal e Encargos Sociais	82.661,9	85.944,5	3.282,7	4,0%	0,5%
Juros e Encargos da Dívida	6.377,9	8.470,6	2.092,7	32,8%	28,4%
Outras Despesas Correntes	86.489,2	91.646,4	5.157,2	6,0%	2,4%
<i>Transferências a Municípios</i>	38.883,5	40.728,9	1.845,4	4,7%	1,3%
<i>ODC exceto transferências</i>	47.605,7	50.917,4	3.311,7	7,0%	3,4%
Despesas de Capital	16.727,3	17.949,7	1.222,4	7,3%	3,7%
Investimentos+Inversões Financ.	12.602,8	14.772,7	2.169,9	17,2%	13,3%
Amortizações da Dívida	4.124,5	3.177,0	-947,5	-23,0%	-25,5%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária e SIAFEM/SP

<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-Resumido-da-Execução-Orçamentária.aspx>

Nota: Não inclui receitas e despesas intra-orçamentárias

Conforme mencionado, a estratégia de continuar com as linhas mestres da gestão fiscal, permitiu ao Governo de São Paulo cumprir os limites fiscais e, como nos exercícios anteriores, manter em dia os compromissos com o funcionalismo e com os seus fornecedores.

Despesa com Pessoal

A despesa com pessoal e encargos sociais continuou sendo objeto de particular atenção ao longo de 2017 e deverá permanecer nesta condição nos próximos anos, em função do peso relativo que os gastos associados aos inativos e pensionistas adquiriram nos últimos exercícios. O peso relativo das Despesas com Pessoal no total das despesas tem se elevado no conjunto dos estados, chegando, em alguns casos, a comprometer o cumprimento das metas fiscais. Neste contexto, os debates em torno da reforma da previdência e seu provável impacto sobre os benefícios (aposentadorias e pensões) que seriam percebidos pelos funcionários públicos no atual modelo, têm propiciado um significativo acréscimo dos pedidos de aposentadoria tanto em âmbito federal quanto em estadual¹⁷. Este fato, além de agravar o problema dos gastos com pessoal, tem levado muitos governos a tentar contorná-lo, penalizando outros itens da despesa.¹⁸

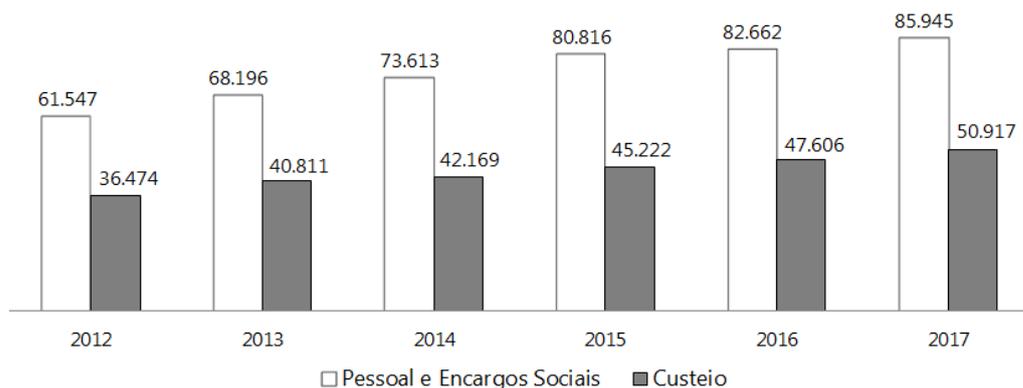
C (item 2 e 3) que tratam da observância dos limites impostos pela LRF para fins da concessão de reajustes salariais e expansão da força de trabalho. Nota Técnica SF/GS/ APDP nº 05 de 03/04/2017.

¹⁷ Entre janeiro e novembro de 2017 o número de pedidos em âmbito federal cresceu 46,7%

<http://www.valor.com.br/brasil/5257897/pedidos-de-aposentadoria-de-servidores-federais-sobem-50>. O mesmo foi constatado em São Paulo, conforme SPPREV.

¹⁸ Diversas unidades da federação que constituíram fundos previdenciários para atender o pagamento das futuras aposentadorias e pensões de seus servidores resolveram utilizar estes recursos para o pagamento de servidores inativos <http://www.valor.com.br/brasil/5361827/estados-usam-reserva-de-planos-para-pagar-inativo>. Acesso em 04/04/2018.

DESPESA COM PESSOAL E CUSTEIO 2012 – 2017 (R\$ milhões – valores nominais)



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária e SIAFEM/SP

<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-Resumido-da-Execução-Orçamentária.aspx>

Nota: Exclui despesas intra-orçamentárias.

No Estado de São Paulo também se observa o crescimento do número de inativos, como ilustra a tabela a seguir. Se em 2015, o grupo de servidores inativos e pensionistas representava aproximadamente 41% do total, em 2017 este grupo alcançou 45%. Neste período, enquanto o segmento de servidores ativos caiu em termos absolutos, acusando uma redução de quase 10% (sendo 7,76% só no último ano), o número de inativos e pensionistas cresceu 3,86%. Nos três últimos exercícios, devido à redução do número de pensionistas e de servidores ativos, o número total de servidores também diminuiu. Estas mudanças afetaram também a estrutura da Despesa com Pessoal. Entre 2016 e 2017 esta rubrica se elevou 0,5%, em termos reais. Porém, enquanto a despesa com servidores ativos diminuiu 0,4%, a despesa com inativos e pensionistas se elevou em 2%, ambas em termos reais.

TOTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Categoria	2015	%	2016	%	2017	%
Ativos	670.601	59	653.357	58	602.598	55
Inativos	310.509	27	319.288	28	334.240	31
Pensionistas	160.079	14	156.493	14	154.504	14
Total	1.141.189	100	1.129.138	100	1.091.342	100

Fonte: Elaborado com dados fornecidos pela Área de Política de Despesa de Pessoal, APDP, da SEFAZ/GS. Os valores correspondem ao total de servidores da administração direta e indireta em dezembro de 2017.

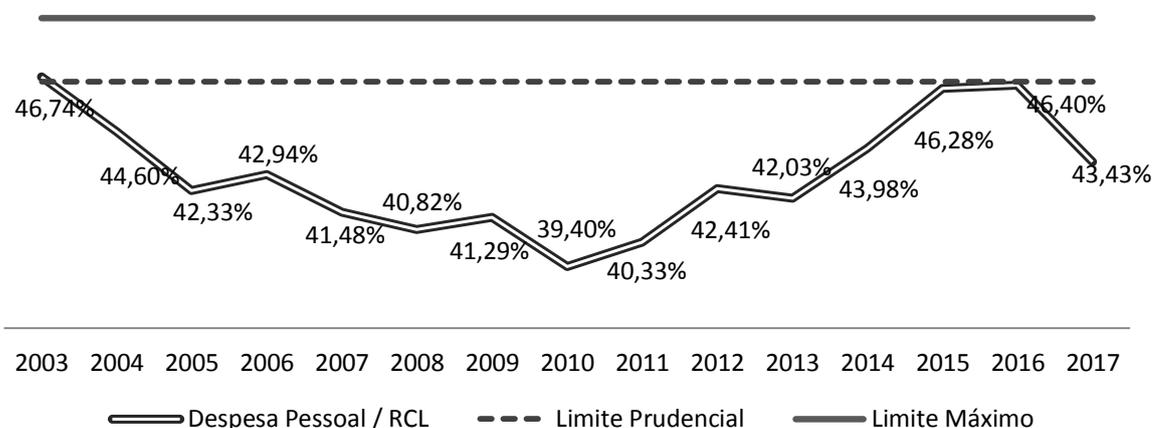
As iniciativas adotadas pela administração estadual para equacionar o problema do crescimento da despesa com pessoal se estendem em duas frentes. A primeira se refere às despesas com pessoal ativo, e a segunda é relativa às despesas com inativos e pensionistas. Quanto à primeira delas, papel central lhe coube, como já apontado linhas acima, à continuidade das medidas de controle de gasto já previstas na estratégia de ajuste fiscal, tais como o adiamento de reajustes salariais em função das disponibilidades de caixa e, em segundo lugar, reposição apenas parcial das vagas abertas no quadro dos servidores públicos em função do afastamento de inúmeros técnicos que solicitaram a passagem para aposentadoria.

No caso dos inativos cabe mencionar a criação da previdência complementar do Estado de São Paulo- SPPrevcom, medida que reduz os desequilíbrios da previdência paulista e a insere em uma rota de sustentabilidade no longo prazo. Também a criação da São Paulo Previdência, no ano de 2007, que permitiu a centralização da gestão e do cálculo e concessão de benefícios, assim como a permanente revisão das aposentadorias e pensões, que resultou em significativa redução de custos do sistema previdenciário.

A melhora relativa da arrecadação, somada ao controle das despesas de pessoal, permitiu ao Governo do Estado de São Paulo melhorar seu desempenho em termos dos indicadores exigidos pela LRF, que saiu de um percentual de 54,23% em 2016 para 51,19% na razão Despesa Total com

Pessoal sobre Receita Corrente Líquida¹⁹. Com relação ao poder executivo, houve uma queda na relação Despesa de Pessoal sobre Receita Corrente Líquida (DP/RCL) de 46,40% em 2016 para 43,43% em 2017, conforme figura a seguir.

DESPESAS DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO (LRF)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-de-Gestão-Fiscal.aspx#>)

Outras Despesas Correntes

Em 2017 as Outras Despesas Correntes, excluídas as Transferências aos Municípios, atingiram o valor de R\$ 50,9 bilhões contra R\$ 47,6 em 2016, representando um aumento de 3,4% em termos reais. As transferências aos municípios atingiram o valor de R\$ 40,7 bilhões, um crescimento nominal de 4,07% equivalente a um aumento real de aproximadamente 0,6%. Cabe salientar a maior importância relativa adquirida pelas sentenças judiciais nos últimos exercícios. Estas, constituídas por precatórios e Obrigações de Pequeno valor (OPV)²⁰, têm ampliado sua participação no custeio; pois passaram de 5,8%, em 2016, para 6,6%, em 2017²¹. Se excluídas do custeio essas despesas com sentenças, o aumento real observado em 2017 passa de 3,4% para 2,4%.

A estrutura na da despesa de custeio não apresenta mudanças. As secretarias de Saúde, Educação e Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação e dos Transportes Metropolitanos concentram 64,1% deste item, com percentuais de 29,1%, 20,9%, 8,1% e 5,9% do custeio.

Os órgãos que experimentaram os maiores aumentos do custeio foram a Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) e o Tribunal de Justiça, cada um com um porcentagem de 30,75%, 21,3%, e 11,7%. Os principais fatores responsáveis por este desempenho foram o aumento das despesas associadas ao ressarcimento de gratuidades, no caso da STM; o crescimento do auxílio alimentação, auxílio saúde, PASEP e outros elementos de custeio²², no caso do Tribunal de Justiça; e as obrigações de pequeno valor que atingem a Procuradoria.

¹⁹ Estes percentuais referem-se ao conjunto do Estado. A melhoria da razão foi constatada em todos os poderes. O poder judiciário passou de uma razão de 5,32% para 5,31%, o legislativo passou de 1,17% para 1,14% e, por último, o Ministério Público passou de 1,33% para 1,30%. Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2017. E dados do SIAFEM/SP.

²⁰ A lei estadual 11.377, de 14 de abril de 2013, definiu como obrigações de pequeno valor aquelas com valor igual ou inferior a 1.135,2885 Unidades Fiscais do Estado de São Paulo – UFESPs, decorrentes de decisão final da justiça, da qual não penda recurso ou defesa, inclusive da conta de liquidação.

²¹ Entre 2015 e 2016 o valor desta conta duplicou como registrado nos relatórios fiscais do Estado de 2016.

²² Entre os outros elementos de custeio se incluem as despesas com vigilância e limpeza, serviços de correios, aplicativos e serviços de informática, contratação de estagiários e diligências dos oficiais de justiça.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES – POR ORGÃOS
(exceto transferências a municípios)

R\$ milhões

	2016	2017	Diferença 2017 (-) 2016	Varição Real 2017/2016 (%)
Outras Despesas Correntes exceto Transferências Constitucionais a Municípios	47.605,7	50.917,4	3.311,7	3,4%
Administração Geral do Estado	3.365,3	3.243,0	(122,3)	-6,8%
Órgãos - Total	44.240,3	47.674,4	3.434,0	4,2%
Secretaria da Educação	9.810,6	10.684,3	873,8	5,3%
Secretaria dos Transportes Metropolitanos	2.429,0	3.047,2	618,1	21,3%
Secretaria da Saúde	14.253,4	14.815,5	562,1	0,5%
Tribunal de Justiça	2.059,4	2.380,6	321,2	11,7%
Procuradoria Geral do Estado	666,5	901,1	234,6	30,7%
Sec. de Desenv. Econ., Ciência, Tecnol. e Inov.	3.976,8	4.159,0	182,2	1,1%
Secretaria de Segurança Pública	1.824,7	1.990,5	165,8	5,5%
Outros	9.219,9	9.696,1	476,2	1,7%

Fonte: SIAFEM

Nota: Exclui as despesas intra-orçamentárias

Quando examinado o custeio por itens da despesa se constatam entre os itens que experimentaram maior crescimento em termos reais as Sentenças Judiciais, com taxa de 20,3%, o PASEP, com 32,5% e as Organizações Sociais, com 11,9%. Ressalte-se que a capacidade de controle do Governo do Estado sobre a evolução destas rubricas é limitada. No caso dos contratos junto às organizações sociais, esta limitação ocorre porque os contratos são objeto de negociações periódicas que envolvem, além da reposição da inflação, a avaliação de parâmetros, tais como metas quantitativas e de qualidade dos serviços, cuja gestão é complexa.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES – POR ITENS DE DESPESA
(exceto transferências a municípios)

R\$ milhões

	2016	2017	Diferença 2017 (-) 2016	Varição Real 2017/2016 (%)
Outras Despesas Correntes exceto Transferências Constitucionais a Municípios	47.605,7	50.917,4	3.311,7	3,4%
Contribuições	5.656,2	6.389,2	732,9	9,2%
Subvenções Sociais	5.252,1	5.065,6	(186,5)	-6,8%
Organizações Sociais	4.514,8	5.225,2	710,4	11,9%
Material de Consumo	3.819,7	4.130,9	311,2	4,5%
Outros Serviços de Terceiros	2.439,9	2.376,4	(63,5)	-5,8%
Serviços de Limpeza, Vigilância e Outros	2.248,8	2.352,7	104,0	1,1%
Sentenças Judiciais	2.738,9	3.409,7	670,8	20,3%
Serviços de Utilidade Pública	1.593,3	1.627,7	34,4	-1,2%
PASEP	1.051,3	1.440,7	389,4	32,5%
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	1.104,8	1.103,5	(1,3)	-3,4%
Outras	17.185,9	17.795,8	610,0	0,1%

Fonte: SIAFEM

Nota: Exclui as despesas intra-orçamentárias

No caso do PASEP, esta limitação ocorre pelo fato deste item estar atrelado a determinados componentes da receita que, quando em aumento, acarretam em sua elevação. E por último, no caso das sentenças judiciais, devido à utilização de recursos de depósitos judiciais em 2017 para o pagamento de precatórios.

Despesas de Capital e Investimentos

Em 2017 as Despesas de Capital alcançaram o valor de R\$ 17,9 bilhões, superando as do exercício anterior em 7,3%, em termos nominais, e em 3,7% em termos reais. Deste valor, 59,3% corresponderam às despesas de investimento, 23,0% às inversões financeiras e apenas 17,7% as despesas relacionadas com amortização da dívida. Enquanto a conta de Investimentos se elevou 24,8%, em termos reais, em relação ao ano anterior, as contas de inversões financeiras e a amortização da dívida tiveram diminuição real de 8,5% e de 25,5%, respectivamente.²³ Note-se que, apesar da menor receita de operações de crédito, os investimentos se elevaram em termos reais ao longo do ao de 2017, como será analisado mais adiante.

Os investimentos totais do Governo Estado de São Paulo, correspondentes à soma dos investimentos das entidades da administração direta com os recursos transferidos para as estatais dependentes, sob a rubrica de inversões financeiras, e dos recursos próprios das estatais não dependentes, totalizaram o valor de R\$ 17,3 bilhões em 2017, representando um aumento real de 9,6%, com relação ao ano anterior, como mostra a tabela abaixo.

INVESTIMENTO TOTAL DO SETOR PÚBLICO

	2016	2017	Diferença	Variação	
				Nominal	Real
Investimentos	8.251,3	10.653,1	2.401,9	29,1%	24,8%
Inversões Financeiras Primárias ¹	4.050,7	3.832,7	(218,1)	-5,4%	-8,5%
Empresas Estatais Não-Dependentes ²	2.959,2	2.811,5	(147,7)	-5,0%	-8,2%
Total	15.261,2	17.297,3	2.036,1	13,3%	9,6%

Fonte: SIAFEM e Secretaria de Planejamento e Gestão

Notas:

1) Investimentos realizados pelas Empresas Não Dependentes com recursos de Aporte de Capital do Estado.

2) Investimentos realizados pelas Empresas Não Dependentes com recursos próprios.

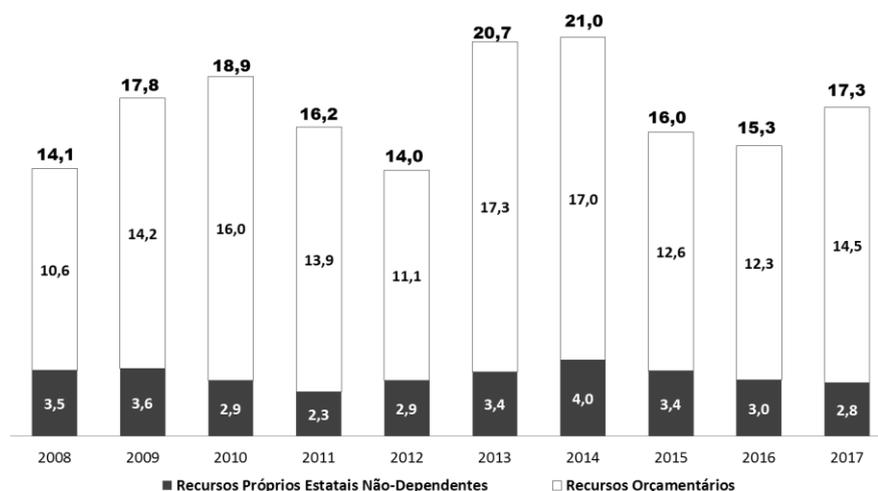
Durante o ano de 2017 diversos projetos, nas áreas de transporte, infraestrutura, saneamento, meio ambiente e saúde, foram continuados. Entre estes cabe destacar os seguintes: na Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM), os projetos da Linha 4 - Amarela (Fase II), da Linha 5 – Lilás e o da Linha 15 – Prata, todos eles destinados a ampliar a área servida pelo Metrô. Ainda no âmbito da STM, encontra-se o projeto de Modernização das Estações da Linha 8, de implantação da Linha 13 – Jade (Brás Aeroporto) da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), e o projeto de Aquisição de Trens. Já o Projeto Corredor Itapevi e o Projeto do VLT da Baixada Santista são da Empresa Metropolitana de Transporte Urbano (EMTU). No âmbito da Secretaria de Logística e Transportes encontram-se em execução os projetos do Rodoanel Mário Covas – trecho Norte, o da Rodovia Nova Tamoios (Contornos Norte e Sul), o Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente, as fases I e II do Programa de Investimento Rodoviário do Estado e a Modernização de Hidrovias.

Na secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e Sabesp estão incluídos o Projeto Várzeas do Tietê e o Sistema de Macrodrenagem do Rio Baquirivu-Guaçu e Barragens de Pedreira e Duas Pontes, o programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa III, o Programa Integrado de Melhoria

²³ Os valores relativos às despesas de capital citados nesta seção foram extraídos do RREO do 6º bimestre de 2017, de 23 de janeiro de 2018 e publicado no Diário Oficial do Estado 30/jan/2018.

Ambiental na área de mananciais da Represa Billings (“Pró-Billings”) e o Programa de redução de Perdas de Água e Eficiência Energética. Na Secretaria da Saúde encontram-se em execução os projetos de Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde que prevê a ampliação da rede estadual de Unidades Básicas de Saúde no interior do estado, e o programa de Parcerias Público Privadas na área de Complexos Hospitalares. Na Secretaria do Meio Ambiente encontram-se em andamento os projetos de recuperação Socioambiental da Serra do Mar e o Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica. Outros projetos destacáveis são o de Desenvolvimento Rural Sustentável (Microbacias II) e de ampliação da rede de presídios.

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL DO SETOR PÚBLICO (R\$ bilhões – valores nominais)



Fonte: SIAFEM e Secretaria de Planejamento e Gestão

Amortização da Dívida continuou em 2017 a trajetória declinante que já havia sido apontada em 2016. Naquele exercício este item apresentou uma diminuição real de 47,2% em relação a 2015, em função do processo renegociação da dívida junto ao Governo Federal. Em 2017, a redução neste pagamento foi menor, conforme termos do acordo²⁴, esta despesa alcançou o valor de R\$ 3,1 bilhões, inferior em 25,5% em relação a 2016.

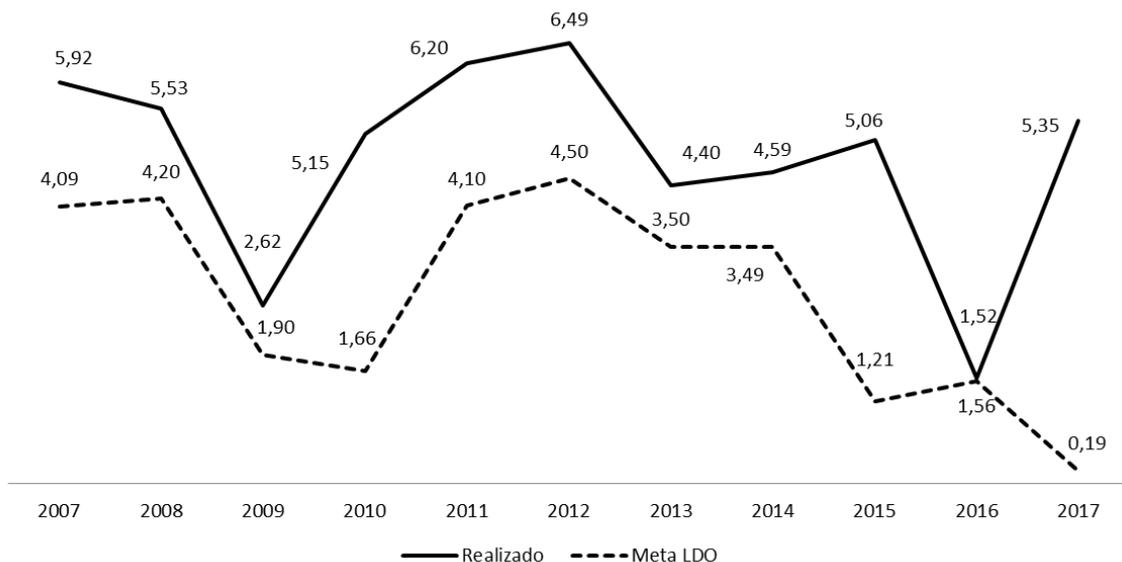
3. RESULTADO PRIMÁRIO

Em 2017 o resultado primário foi de R\$ 5,35 bilhões, superando não apenas a meta estabelecida na LDO, que foi de R\$ 190 milhões, mas também os resultados alcançados nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, que foram anos comparativamente menos críticos em termos econômicos. Se levado em consideração a modesta expansão da economia brasileira e paulista neste exercício, e os resultados obtidos por outras importantes unidades da federação ao longo do ano²⁵, é possível concluir que a gestão orçamentário-financeira do Governo do Estado de São Paulo foi eficaz em termos de ter atingido seus objetivos nesta importante meta de política fiscal.

²⁴ Para maior detalhamento, ver seção da dívida.

²⁵ Em 2017, além do Estado de São Paulo, entre as maiores economias regionais, os estados de Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Goiás apresentaram resultado primário positivo. Já os estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Bahia apresentaram resultado primário negativo, conforme publicado nos portais de transparência das unidades citadas: RREO 6º bimestre, 2017.

SUPERÁVIT PRIMÁRIO (R\$ bilhões – valores nominais)

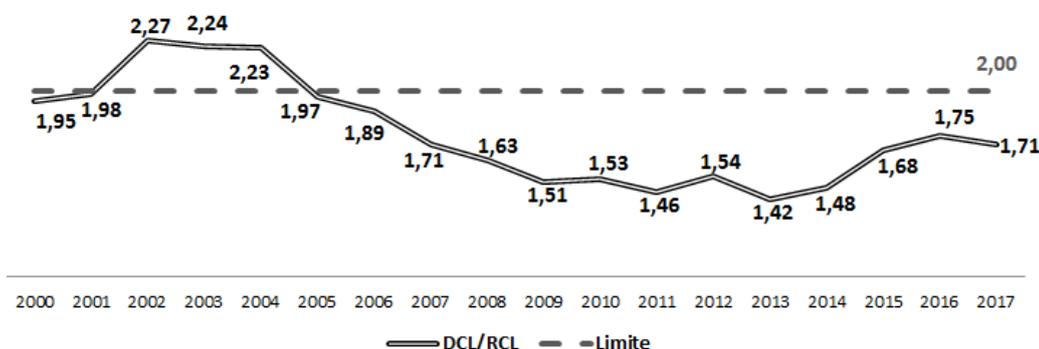


Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-Resumido-da-Execução-Orçamentária.aspx>) e LDO (<http://www.planejamento.sp.gov.br/index.php?id=15>)

4. DÍVIDA

A Dívida Contratual em 31/12/2017 totalizou R\$ 271.516 milhões, apresentando um aumento nominal de 5,7% em relação ao saldo existente de R\$ 256.938 milhões em 31/12/2016, já descontado o pagamento das amortizações do principal da dívida no valor de R\$ 3.254 milhões e somado o ingresso de Receitas de Operações de Crédito no valor de R\$ 4.586 milhões. A Dívida Consolidada como proporção da RCL, teve razão de 197,88 observada em 31/12/2016 reduzida para 194,50 ao final de 2017 e a Dívida Consolidada Líquida seguiu essa tendência.

TRAJETÓRIA DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-Resumido-da-Execução-Orçamentária.aspx>) e LDO (<http://www.planejamento.sp.gov.br/index.php?id=15>)

Em 22 de dezembro de 2017 foram assinados o Nono e o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de refinanciamento da dívida com a União, implementando as mudanças previstas na Lei Complementar nº 156, de 28/12/2016, dentre elas: (i) um prazo de pagamento adicional de 240 meses, com efeito, a partir de 1º de julho de 2016; (ii) redução extraordinária limitada a R\$ 500,0 milhões por Estado, para cada prestação mensal, pelo período de 24 meses a partir de julho de 2016; (iii) devolução das

parcelas de dívida vencidas e não pagas em decorrência de mandados de segurança providos pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito das discussões quanto à capitalização composta da taxa Selic, em 24 prestações mensais e consecutivas, devidamente atualizadas pelos encargos de adimplência contratuais vigentes, vencendo-se a primeira em julho de 2016; (iv) promover alterações no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado. Em 22 de dezembro de 2017 também foram assinados os aditivos aos contratos de financiamento firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ao amparo do artigo 2º da Lei Complementar nº 156, de 28/12/2016 (Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal II - PEF II e Programa de Apoio aos Investimentos dos Estados e Distrito Federal - PROINVESTE), implementando as seguintes condições: quatro anos de carência referente ao valor do principal, bem como acréscimo de seis anos adicionais, após o encerramento da carência.

O aumento da Dívida Contratual é explicado principalmente pela evolução da dívida renegociada com a União no âmbito da Lei 9.496/97, cuja expansão foi de 4,7%, passando de R\$ 223,5 bilhões em 31/12/2016 para R\$ 234,1 bilhões em 31/12/2017. Esse crescimento da dívida renegociada, que representa 86,2% do total da Dívida Contratual, deveu-se à capitalização de parte dos juros de 4% a.a. e à correção do saldo devedor pelo IPCA/IBGE, limitados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para os títulos federais (Decreto 8.616 de 29 de dezembro de 2015).

A dívida interna (não indexada ao câmbio) tomada junto aos bancos federais teve um crescimento de 10,6% provocado pelo ingresso de receitas de Operações de Crédito, passando de R\$ 11,3 bilhões em 31/12/2016 para R\$ 12,5 bilhões em 31/12/2017. Os contratos indexados ao câmbio, que representam 9,2% da Dívida Contratual, apresentaram um acréscimo, de 12,9%, passando de R\$ 22,1 bilhões para R\$ 25,0 bilhões, refletindo a desvalorização do real em relação ao dólar, que passou de R\$ 3,2591 em 31/12/16 para R\$ 3,308 em 31/12/17.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

	R\$ milhões		
	2016	2017	% da RCL
Dívida Consolidada	277.904,4	294.789,6	194,5%
Dívida Mobiliária	0,0	0,0	0,0%
Dívida Contratual	256.114,8	271.358,5	179,0%
Precatórios*	20.941,1	23.239,3	15,3%
Outras Dívidas	848,5	191,8	0,1%
Deduções	31.469,8	35.726,3	23,6%
Disponibilidade de Caixa Bruta	23.543,5	28.996,0	19,1%
Haveres Financeiros	18.948,9	19.552,7	12,9%
(-) Restos a Pagar Processados	11.022,6	12.822,5	8,5%
Dívida Consolidada Líquida	246.434,7	259.063,3	170,9%
Limite Máximo	280.886,6	303.124,9	200,0%
<i>Memo:</i>			
Diferença do Limite	34.451,9	44.061,6	
Receita Corrente Líquida (RCL)	140.443,3	151.562,5	

* Posteriores a 5 de maio de 2000.

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Quadros-Demonstrativos-da-Lei-de-Responsabilidade-Fiscal.aspx>

A dívida constituída pelos Precatórios apresentou uma evolução desfavorável para as finanças do Estado. Em dezembro de 2017 seu valor atingiu R\$ 23,5 bilhões, representando um aumento nominal de 11,0% e real de 6,8%, em relação a 2016. O peso deste item sobre a RCL ao final do exercício de 2016 foi de 14,9%²⁶, e em 2017 chegou a 15,3% (como mostra a tabela a seguir), confirmando o crescente papel restritivo desta rubrica sobre a execução financeira do Estado.

²⁶ Em 2016 o valor dos precatórios foi de R\$ 20,9 bilhões e a Receita Corrente Líquida foi de R\$ 140,4 bilhões, conforme o Demonstrativo Consolidado Simplificado do relatório de Gestão Fiscal Jan – Dez de 2017, disponível no Portal da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Há de se destacar que o Estado realizou um aporte total de R\$ 3,1 bilhões para pagamento de precatórios, dos quais aproximadamente R\$1,6 bilhão se refere a sentenças judiciais em acordos, com negociações que envolvam descontos de até 40% do valor para o Estado, conforme regramento da EC99/2017. Estes recursos foram transferidos para o Tribunal de Justiça, mas ainda não foram abatidos do estoque total de precatórios de 2017, pois as negociações ainda estavam em andamento ao final do ano. Contudo, em uma avaliação realista da situação dos precatórios no Estado, considerando-se estes valores, o estoque seria reduzido.

5. PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO FISCAL (PAF) E CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

A Lei nº 9.496/97, alterada pela lei complementar nº148 de 2014 e nº 156 de 2016, estabelece metas, compromissos e ações a serem alcançados pelo Estado, por meio dos programas de acompanhamento fiscal (PAF). A partir de 2017, o Programa de Acompanhamento Fiscal adotou os conceitos e as definições da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo metas e compromissos quanto a: I - dívida consolidada; II - resultado primário; III - despesa com pessoal; IV - receitas de arrecadação própria; V - gestão pública; e VI - disponibilidade de caixa.

O PAF deve ser obrigatoriamente renovado anualmente, estabelecendo metas para o ano corrente e projeções para os dois anos subsequentes. A avaliação da situação financeira do Estado de São Paulo, feita pela STN, indica que a previsão de resultado primário positivo de R\$ 7.956 milhões em 2017, somada às fontes de financiamento, são suficientes para o Estado honrar os seus compromissos financeiros projetados.

Em 2017, a metodologia de análise de Capacidade de Pagamento – CAPAG foi alterada pelo Ministério da Fazenda. A partir de então, a STN passou a analisar três indicadores fiscais para a concessão de garantia pela União, são eles: i. Endividamento: avalia o grau de solvência do ente por meio da comparação entre seu estoque de passivos e sua receita; ii. Poupança Corrente: verifica se o ente está fazendo poupança suficiente para absorver um eventual crescimento de suas despesas correntes acima do crescimento das receitas correntes; iii. Índice de Liquidez: verifica se o ente tem um volume de recursos em caixa suficiente para honrar as obrigações financeiras já contraídas por ele. O Estado de São Paulo obteve, de acordo com a metodologia, classificação “B”, o que permite a contratação de operações de crédito com garantia da União.

CONCLUSÕES

Durante o ano de 2017, o Governo do Estado de São Paulo cumpriu com todos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e manteve desempenho financeiro positivo, obtendo um superávit primário acima da meta prevista na LDO.

A continuidade da política de rigorosa gestão fiscal, em um contexto de incipiente recuperação da economia, expressa tanto em medidas de controle da qualidade da despesa, como pela obtenção de receitas adicionais, permitiu o ajuste dos gastos à capacidade financeira do Governo do Estado. Esta política foi determinante na geração do resultado favorável apontado, permitindo que o Estado mantivesse o nível de prestação de serviços e investimentos em projetos prioritários sem comprometer a responsabilidade fiscal.

Demonstrativo das Despesas, Principais Indicadores e Atividades

Nas próximas seções do Relatório são apresentadas as informações relativas à execução orçamentária do exercício de 2017 do Poder Executivo, organizadas por Secretaria e suas entidades vinculadas, assim como para a Defensoria Pública. Com relação ao Ministério Público, ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário, são apresentadas tabelas com demonstrativos de despesas.

As informações referentes às atividades realizadas no ano foram encaminhadas pelas Secretarias tutelares e pela Defensoria Pública. Estas informações estão organizadas de acordo com os Programas e Ações da Lei Orçamentária de 2017, e apresentam as realizações e os recursos despendidos na sua execução. Os dados sobre execução orçamentária que constam das tabelas apresentadas para cada Secretaria e os demonstrativos de despesas dos outros Poderes, foram elaborados a partir de informações do SIAFEM.

O quadro de funcionários foi obtido do Sistema de Informações Pessoais, Reflexos e Encargos Sociais do Estado – SAS - Unificado.

PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Secretaria da Administração Penitenciária

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa 38000 - Secretaria da Administração Penitenciária

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	3.587.940.938,00	3.567.872.691,00	3.348.896.219,61	39.246.342,77	3.388.142.562,38	3.344.064.769,18
Pessoal e Encargos Sociais	2.315.991.688,00	2.270.021.388,00	2.222.584.713,55	0,00	2.222.584.713,55	2.215.094.703,09
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.271.949.250,00	1.297.851.303,00	1.126.311.506,06	39.246.342,77	1.165.557.848,83	1.128.970.066,09
Despesas de Capital	473.641.197,00	402.317.102,00	203.060.919,90	140.276.690,03	343.337.609,93	284.653.909,08
Investimentos	473.641.197,00	402.317.102,00	203.060.919,90	140.276.690,03	343.337.609,93	284.653.909,08
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	4.061.582.135,00	3.970.189.793,00	3.551.957.139,51	179.523.032,80	3.731.480.172,31	3.628.718.678,26

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário 38000 - Secretaria da Administração Penitenciária

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
3813 - Gestão da Custódia e Apoio à Reintegração Social da População Penal e Egressos	3.968.513.169,00	3.871.992.095,00	3.474.077.091,13	179.336.532,80	3.653.413.623,93	3.552.377.417,50
Despesas Correntes	3.496.872.052,00	3.477.737.805,00	3.272.162.313,78	39.246.342,77	3.311.408.656,55	3.268.757.422,49
Despesas de Capital	471.641.117,00	394.254.290,00	201.914.777,35	140.090.190,03	342.004.967,38	283.619.995,01
3814 - Gestão de Reintegração Social da População Penal, Egressos e seus Familiares	93.068.966,00	98.197.698,00	77.880.048,38	186.500,00	78.066.548,38	76.341.260,76
Despesas Correntes	91.068.886,00	90.134.886,00	76.733.905,83	0,00	76.733.905,83	75.307.346,69
Despesas de Capital	2.000.080,00	8.062.812,00	1.146.142,55	186.500,00	1.332.642,55	1.033.914,07
Despesa Total	4.061.582.135,00	3.970.189.793,00	3.551.957.139,51	179.523.032,80	3.731.480.172,31	3.628.718.678,26

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Atuação da Secretaria (Considerações Gerais e Principais Realizações)

Informações Gerais:

Atualmente a Secretaria administra:

168 (cento e sessenta e oito) unidades prisionais;

225.874 (duzentas e vinte e cinco, oitocentos e setenta e quatro) pessoas presas na SAP;

140.309 (cento e quarenta mil, trezentos e nove) vagas;

Déficit de 85.565 (oitenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e cinco) vagas.

Data base: 29/12/2017

Evolução da População Prisional do Estado de SP SAP+SSP

2011					
Período		Crescimento			
31.12.2010	31.12.2011	Anual	Mensal	Diário	Por hora
170829	179988	9159	763,25	25,44	1,06
2012					
Período		Crescimento			
31.12.2011	31.12.2012	Anual	Mensal	Diário	Por hora
179988	196354	16366	1364	45,46	1,89
2013					
Período		Crescimento			
31.12.2012	31.12.2013	Anual	Mensal	Diário	Por hora
196354	209584	13230	1103	36,75	1,53
2014					
Período		Crescimento			
31.12.2013	31.12.2014	Anual	Mensal	Diário	Por hora
209584	220030	10446	871	29,02	1,21
2015					
Período		Crescimento			
31.12.2014	31.12.2015	Anual	Mensal	Diário	Por hora
220030	228328	8298	692	23,05	0,96
2016					
Período		Crescimento			
31.12.2015	31.12.2016	Anual	Mensal	Diário	Por hora
228328	232720	4392	366	12,2	0,51
2017					
Período		Decréscimo			
31.12.2016	29.12.2017	Anual	Mensal	Diário	Por hora
232720	227.411	-5.309	-442	-14	-0,6

Até 30/12/2017, a SAP recebeu **111.435** (cento e onze mil, quatrocentos e trinta e cinco) pessoas presas, oriundas da Secretaria da Segurança Pública - SSP, o que representa uma média mensal de inclusão de **9.286** (nove mil duzentos e oitenta e seis) pessoas. Nas unidades carcerárias da SSP, atualmente, há apenas **1.537** (hum mil quinhentos e trinta e sete) pessoas presas, sendo 1.496 (um mil quatrocentos e noventa e seis) do sexo masculino e **41** (quarenta e uma) do sexo feminino. Ressalta-se que, desse total, há **712** (setecentos e doze) presos civis dos quais 710 (setecentos e dez) são homens e **02** (duas) mulheres que não são recolhidos no sistema penitenciário, porque estão submetidos à prisão civil. Além disso, esta Pasta, entre 01/01 a 31/12/2017 concedeu mais **493** (quatrocentas e noventa e três) vagas para outros órgãos/Estados (Polícia Federal, Exército etc).

- **Fuga:** 1 (uma) / **Rebelião:** 1 (uma)

Programa 3813 – Gestão Humana e Segura da Custódia da População Penal

Descrição: Garantir a segurança da sociedade e a dignidade da pessoa humana durante sua permanência no sistema penitenciário e promover políticas públicas efetivas que viabilizem a reintegração social dos presos, internados e egressos, por meio de ações de educação, saúde, assistência social, qualificação profissional e trabalho.

Ação 2470 – Expansão da infraestrutura de Apoio à Custódia e a Reintegração

Descrição: Expansão da oferta de vagas com a construção de novas unidades prisionais e a ampliação de outras.

Produto/Meta: 11.632 vagas criadas

Realização: 2.213 vagas criadas (19,03%)

Justificativa: Estavam previstas as entregas de 15 (quinze) unidades prisionais no ano de 2017, que não se concretizaram; todavia foram entregues 02 (duas) unidades, que haviam sido previstas para o ano de 2016, acrescidas com a ampliação de vagas no regime semiaberto.

Principais Realizações:

Dando continuidade às ações visando à minimização da superlotação vivenciada nas unidades prisionais que integram a Secretaria da Administração Penitenciária - SAP e, também, as Cadeias Públicas e os Distritos Policiais vinculados à Secretaria da Segurança Pública - SSP, mantivemos em execução o Programa de Expansão e Modernização do Sistema Prisional Paulista que visa gerar aproximadamente **39,5** mil vagas, por intermédio da edificação de novas unidades prisionais em todo estado, de 23 de abril de 2010 a 20 de março de 2017 entregues 24 (vinte e quatro) unidades que geraram 20.996 (vinte mil novecentas e noventa e seis) vagas.

Entregues e inauguradas 02 (duas) unidades prisionais que geraram **1.689**(mil seiscentos e oitenta e nove) vagas, sendo:

Centro de Detenção Provisória de Icó – inaugurado em 10/02/2017 com 847 (oitocentos e quarenta e sete vagas);

Penitenciária Feminina de Votorantim – inaugurada em 20/03/2017; com 849 (oitocentos e quarenta e nove vagas).

Obras em execução de 15 (quinze) unidades prisionais que gerarão **12.705** (doze mil, setecentos e cinco) vagas, distribuídas em **13** (treze) Centros de Detenção Provisória e **02** (duas) Penitenciárias Femininas com **847** (oitocentas e quarenta e sete) vagas para cada uma:

Centro de Detenção Provisória de Aguiá;

Centro de Detenção Provisória de Álvaro de Carvalho;

Centro de Detenção Provisória de Caiua;

Centro de Detenção Provisória de Gália I;

Centro de Detenção Provisória de Gália II;

Centro de Detenção Provisória de Lavínia;

Centro de Detenção Provisória de Limeira;

Centro de Detenção Provisória de Nova Independência;

Centro de Detenção Provisória de Paulo de Faria;

Centro de Detenção Provisória de Pacaembu I;

Centro de Detenção Provisória de Pacaembu II;

Centro de Detenção Provisória de Registro;

Centro de Detenção Provisória de Santa Cruz da Conceição;

Penitenciária Feminina de Guariba;

Penitenciária Feminina de São Vicente.

• **Programa de Ampliação de Vagas para o Regime Semiaberto** – Previsão de gerar 11.083 (onze mil e oitenta e três) vagas - De abril de 2013 a maio de 2017 foram entregues 10.867 (dez mil oitocentas e sessenta e sete) vagas, sendo 9.975 (nove mil novecentas e setenta e cinco) vagas masculinas e 892 (oitocentas e noventa e duas) vagas femininas.

Em março de 2017 foram entregues **112** (cento e doze) **vagas femininas** e em **maio de 2017** foram entregues **612** (seiscentas e doze) **vagas masculinas**;

Do total de vagas entregues do regime semiaberto, é preciso observar que, 2.160 (duas mil cento e sessenta) vagas masculinas e 512 (quinhentas e doze) vagas femininas estão computadas no total de vagas entregues com a construção de novas unidades prisionais (plano de expansão do sistema

penitenciário) e 8.195 (oito mil cento e noventa e cinco) foram entregues com as vagas geradas por meio da ampliação em unidades de regime semiaberto já existente ou de construção de ala de progressão penitenciária em unidades de regime fechado.

Ação 6139 – Gestão Humana e Segura da Custódia

Descrição: Gerenciamento dos serviços de segurança, controle disciplinar e fiscalização da execução e do desempenho das atividades cotidianas das unidades prisionais e hospitais de custódia e em seus arredores, a fim de dar cumprimento aos mandados de prisão, às penas restritivas de liberdade e das medidas de segurança detentivas aplicadas pelo Poder Judiciário.

Produto/Meta: 244.080 custodiados atendidos

Realização: 225.874 Custodiados atendidos (92%)

Justificativa: Havia uma expectativa de crescimento de 7(sete) % da população carcerária em relação ao ano anterior, bem como a entrega de quinze unidades prisionais, cujas obras não terminaram em tempo hábil, agregado ao fato das ações do Sistema Judiciário com intensa atividade das audiências de custódia, houve a diminuição do encarceramento de pessoas.

Principais Realizações

• **Automação das Portas das Celas** - Previsão de automatizar 120 (cento e vinte) unidades prisionais e 03 (três) Anexos de Detenção Provisória: de junho de 2013 a dezembro de 2017 foram automatizadas 104 (cento e quatro) unidades prisionais e 04 (quatro) anexos de detenção provisória.

De **janeiro a dezembro de 2017** foram automatizadas **29** (vinte e nove) **unidades prisionais**.

Destaca-se que, o projeto e a implantação do sistema de automação das celas nas unidades prisionais são executados por mão de obra funcional.

• **Monitoramento Eletrônico** (considerados os dados das saídas do Dia das Mães, Páscoa e saída para trabalho externo e estudo)

Neste exercício, foram acompanhadas **3.411** (três mil quatrocentas e onze) pessoas presas nas saídas temporárias do Dia das Mães e da Páscoa. Em julho de 2017 houve a rescisão contratual de monitoramento com a empresa Synergie, razão pela qual não houve monitoramento eletrônico de pessoas presas nas outras saídas temporárias autorizadas judicialmente. Além disso, diariamente, entre os meses **de janeiro a julho de 2017, 4.865** (quatro mil oitocentas e sessenta e cinco), pessoas presas em regime semiaberto foram monitoradas quando saíram para trabalhar em empresas públicas, privadas, estabelecimentos comerciais, entre demais locais, o que equivale à média mensal de **695** (seiscentas e noventa e cinco) pessoas presas monitoradas.

• **Bloqueadores de Sinais de Radiocomunicações Bloqueadores de Sinais de Celulares** (Contrato firmado para instalação em 23 (vinte e três) unidades prisionais).

É importante esclarecer que para a instalação dos bloqueadores de sinais de celulares nas unidades prisionais pela Secretaria da Administração Penitenciária, **foram considerados critérios de ordem técnica**, resultantes de longo tempo de pesquisa e estudo junto às Coordenadorias Regionais de Unidades Prisionais e ao Departamento de Inteligência e Segurança. Buscou-se a instalação desse recurso técnico em unidades penais que abrigam presos integrantes de facções criminosas e em instituições prisionais cuja população é composta por presos de elevada periculosidade.

23 (vinte e três) Unidades Prisionais bloqueadas - Penitenciária II de Presidente Venceslau; CRP de Presidente Bernardes; Penitenciária de Getulina; Penitenciária I de Mirandópolis; Penitenciária de Casa Branca; Penitenciária de Valparaíso; Penitenciária I de Avaré; Penitenciária de Iperó; CDP de Campinas; CDP de Hortolândia; Penitenciária II de Mirandópolis; Penitenciária de Álvaro de Carvalho; Penitenciária de Ribeirão Preto; Penitenciária I de Serra Azul; CDP São Vicente; Penitenciária I de São Vicente; Penitenciária I de Potim; Penitenciária II de Potim; CDP I de Guarulhos; CDP II de Guarulhos; CDP II Belém; CDP 4 de Pinheiros e Penitenciária Feminina Sant'Ana.

• **Scanner Corporal** (equipamento de segurança para inspeção corporal de visitantes em unidades prisionais do Estado de São Paulo)

De **agosto a dezembro de 2017** foram instalados *scanners* corporais em **140** (cento e quarenta) unidades prisionais.

- **Drones** – (veículo aéreo não tripulado- equipamento para inspeções preventivas e ações de segurança nas unidades prisionais)

Em junho/2017 a Pasta adquiriu **10** (dez) equipamentos para serem utilizados em unidades prisionais, os quais já estão distribuídos em todo o estado, de modo a aperfeiçoar os mecanismos de segurança do Sistema Penitenciário.

- **Escolta Armada de Presos pelos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária – AEVPs** (A escolta de presos na Região Metropolitana do Estado teve início em 2014 e tem sido realizada pelos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária, em substituição à Polícia Militar, permitindo-se desta forma que o efetivo da referida organização exerça sua atividade fim, ou seja, a de proporcionar segurança à sociedade).

De **01/01 a 31/12/2017**, realizaram-se na Região Metropolitana do Estado, **21.798** (vinte e um mil setecentos e noventa e oito) escoltas armadas de presos, com a utilização média de **54** (cinquenta e cinco) equipes, pelas quais **162.528** (cento e sessenta e duas mil quinhentas e vinte e oito) pessoas presas foram escoltadas, sendo: **81.604** (oitenta e uma mil seiscentos e quatro) para apresentações aos Fóruns; **22.744** (vinte duas mil setecentos e quarenta e quatro) às audiências de custódia; **20.087** (vinte mil e oitenta e sete) aos hospitais e às consultas médicas especializadas; **49** (quarenta e nove) às remoções interestaduais; **56.625** (cinquenta e seis mil seiscentos e vinte e cinco) às remoções entre unidades prisionais do Estado de São Paulo e **4.163** (quatro mil cento e sessenta e três) aos atendimentos de emergências e urgências.

- **Teleaudiências** (desde o início do projeto **agosto de 2005 a 30 de dezembro de 2017** já foram realizadas **46.120** (quarenta e seis mil cento e vinte teleaudiências).

Por força da parceria firmada entre esta Secretaria, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP, o Tribunal Regional Federal 3ª Região, a Secretaria de Gestão Pública – atual Secretaria de Governo e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP de **janeiro a 30 de dezembro de 2017**, **10.600** (dez mil e seiscentas) teleaudiências, possibilitando acelerar o julgamento dos processos e eliminação dos riscos de fugas e resgates de pessoa presas.

São **60** (sessenta) salas, sendo **37** (trinta e sete) em unidades prisionais, **21** (vinte e uma) em fóruns do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e **02** (duas) em fóruns do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3.

Sistema Gestão Prisional Única – GPU – em 2017 deu-se continuidade a:

Rol de Visitas - cadastrar, controlar e disponibilizar informações dos visitantes dos presos, tendo como produto final um controle de cadastro dessas visitas coibindo desta forma o cadastro de visitas, em especial, com o perfil de esposa, amásia, companheira para mais de um preso; também se promoveu a codificação de barra da carteira de identificação do visitante;

Qualificativa; Numerário e Pecúlio - padronização e uniformização de controle do numerário e pecúlio dos presos, destacando dentre as diversas funcionalidades do sistema, a eficácia em manter o controle do numerário pertencente aos presos, inclusive do seu pecúlio, efetuando-se o registro de entrada e saída do numerário e pecúlio dos presos no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM/SP;

Inclusão/Kit Preso – padronização no fornecimento de materiais de higiene e vestuário aos presos custodiados nas unidades prisionais da Pasta, controlando o estoque da inclusão bem como itens que serão fornecidos e/ou estão em poder do reeducando;

Escolta pelo Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – padronização e organização das escoltas de presos pelos AEVPs quanto às unidades prisionais subordinadas à COREMETRO;

Controle de Benefícios – cadastro dos benefícios protocolados julgados e não julgados, emitindo relatórios gerenciais e estatísticos;

GPU Offline – acesso ao rol de visitas de presos como contingência em queda de link de dados.

Integração “Scanner” Corporal com Sistema Gestão Prisional Única - GPU

Em 2017, iniciou-se o desenvolvimento de módulo de integração do “Scanner” Corporal com o sistema GPU visando à contabilização da quantidade de vezes que os visitantes de presos, religiosos, advogados e visitantes comuns passam pelo equipamento.

Sistema Gestão Penitenciária - GEPEN

Certificação Digital

Boletim Informativo - (De 25/11/2014 a 30/12/2017 gerados 250.655 (duzentos e cinquenta mil, seiscentos e cinquenta e cinco) - Bls com assinatura digital)

De **janeiro/2017 a 30/12/2017** foram gerados **77.519** (setenta e sete mil, quinhentos e dezenove) Bls.

Atestado de Comportamento Carcerário (de janeiro/2016 a 30/12/2017 foram gerados **3.349** (três mil, trezentos e quarenta e nove)

De **Janeiro de 2017 a 30/12/2017** foram gerados **2.033** (dois mil e trinta e três) ACCs.

Certidão de Recolhimento Prisional (de janeiro/2016 a 30/12/2017 foram geradas **16.443** (dezesesseis mil quatrocentos e quarenta e três)).

De **Janeiro de 2017 a 30/12/2017** foram gerados **12.114** (doze mil, cento e quatorze) CRPs.

Foi desenvolvida página para que se possa conferir a veracidade do documento digital (<http://egepen.sap.sp.gov.br>).

Lista Única de Transferência para unidades de regime semiaberto

Foi dada continuidade na nova funcionalidade no módulo Presos – Lista única de transferência para unidades de regime semiaberto, onde a classificação obedece ao critério de data de lançamento no sistema, conforme Resolução SAP – 142, de 26 de setembro de 2016, que estabelece critérios de padronização para fins de remoção do preso progredido do regime fechado para o semiaberto no âmbito das unidades prisionais da SAP.

Sistema Cartório Informatizado - SCI

Em 2017, deu-se continuidade à implantação do Sistema Cartório Informatizado tendo como principal objetivo registrar os comunicados de eventos dos fatos que se desdobram em ocorrência criminal, judicial e funcional de detentos, funcionários ou terceiros nas Unidades Prisionais do Estado de São Paulo. De Janeiro a **30/12/2017** foram registradas **49.001** (quarenta e nove mil e um).

Sistema de Denúncia da Corregedoria Administrativa do Sistema Penitenciário (CASP)

Em 2017, deu-se continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Denúncia tendo como objetivo: registrar/documentar as denúncias ou qualquer irregularidade que o cidadão, o servidor ou o anônimo queira manifestar/denunciar à CASP, resultando em maior agilidade à equipe que atua nas correições daquela corregedoria. De **janeiro de 2017 a 30/12/2017** foram recebidas **1.703** (mil setecentas e três) denúncias.

Ação 6141 – Provisão de Serviços de Necessidades Materiais Básicas aos Custodiados

Produto/Meta: 244.080 custodiados atendidos

Realização: 225.874 Custodiados atendidos (92%)

Justificativa: Havia uma expectativa de crescimento de 7(sete) % da população carcerária em relação ao ano anterior, bem como a inauguração das quinze unidades prisionais, cujas obras não terminaram em tempo hábil, agregado ao fato das ações do Sistema Judiciário com intensa atividade das audiências de custódia, provocou a diminuição do encarceramento de pessoas.

Cozinhas – (Sistema de autogestão – gerenciamento e produção da alimentação distribuída à população prisional e servidores que atuam na unidade prisional - a Pasta vem adotando o sistema de autogestão nas cozinhas das unidades prisionais, considerando a redução de custos, a qualidade da alimentação, a segurança e a profissionalização da mão de obra da pessoa presa).

Em abril de **2016**, das **166 unidades prisionais** em funcionamento, **109** já operavam pelo **sistema de autogestão para fornecimento de alimentação**. Em **2017**, o sistema prisional passou a administrar **168 unidades prisionais**, das quais **119** adotaram o **sistema de autogestão**,

Ação 6142 – Provisão de Serviços de Atenção à Saúde dos Custodiados

Descrição: Disponibilização de serviços de atendimento ambulatorial, psiquiátrico, odontológico, campanhas de vacinação e distribuição de medicamentos e execução de programas preventivos de doenças, nas unidades prisionais e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, bem como encaminhamentos para atendimento de média e alta complexidade.

Produto/Meta: 55,73% de unidades prisionais com equipe mínima de saúde

Realização: 48,80% (87%)

Justificativa: Ficamos abaixo da meta devido à dificuldade para contratação de profissionais para comporem as equipes de saúde. Tais dificuldades devem-se aos seguintes fatores:

A Secretaria da Administração Penitenciária realiza concursos públicos regularmente para todas as áreas (fim, meio e saúde) a fim de suprir os déficits das unidades prisionais em funcionamento, assim como das que estão em construção.

São ofertadas vagas aos candidatos aprovados e os mesmos não assumem por falta de interesse.

O DRHU não possui candidatos remanescentes de outros concursos, razão pela qual está ultimando procedimentos necessários para um novo certame.

As nomeações são feitas gradativamente sempre observando as disponibilidades financeiras e orçamentárias, contudo, são encontradas dificuldades em fixar tais profissionais nas Unidades Prisionais dadas as peculiaridades das mesmas.

Não temos logrado êxito no provimento de cargos para a área meio, visto que os órgãos competentes quais sejam: Secretaria de Planejamento e Gestão e Secretaria da Fazenda tem negado o provimento destes, em razão do disposto no Decreto nº 61.132, de 25/02/2015. Também não obtivemos recursos financeiros disponibilizados pela Secretaria de Estado da Saúde para contratação através de Pactuação entre os Municípios por meio da Deliberação CIB-62.

Principais Realizações:

• **O Grupo de Planejamento e Gestão de Atenção à Saúde da População Prisional promoveu:**

Capacitações por meio de Oficinas Presenciais:

Uso e Dependência de Drogas no Contexto do Sistema Penitenciário;

Manejo Psiquiátrico: Uma abordagem da importância do cuidado ao lidar com o surto psiquiátrico em unidades prisionais;

Saúde Ocular e Prevenção da Cegueira no Sistema Prisional do Estado de São Paulo;

Capacitação para Atenção ao Tabagista.

Campanhas Educativas e Informativas.

Combate à Proliferação do Mosquito Aedes Aegypti

Ações de Higiene, Prevenção e Combate da Sarna Humana

Novembro Azul

Ações de Saúde:

Vacinação contra Influenza.

Total de privados de liberdade vacinados: **173.539** (cento e setenta e três mil quinhentos e trinta e nove), o que correspondeu a **76,47%** da população recolhida à época.

Total de servidores vacinados: **25.446** (vinte e cinco mil quatrocentos e quarenta e seis), o que correspondeu a **70,99%** dos servidores à época.

Foram também vacinados **105** (cento e cinco) Defensores Públicos e **127** (cento e vinte e sete) alunos da Escola de Administração Penitenciária.

Campanha “Fique sabendo 2017”

Foram aplicados: **15.263** (quinze mil duzentos e sessenta e três) Testes Rápidos de HIV por Fluido Oral; **5.647** (cinco mil, seiscentos e quarenta e sete) Testes Rápidos de HIV por Punção Digital e **7.346** (sete mil, trezentos e quarenta e seis) Testes Rápidos de Sífilis.

Buscas Ativas para o Controle da Tuberculose

Foram realizados na primeira busca (primeiro semestre) **6.640** (seis mil seiscentos e quarenta) Testes Rápidos Moleculares e **14.465** (quatorze mil quatrocentos e sessenta e cinco) Exames de Baciloscopia. Na segunda busca **6.150** (seis mil centos e cinquenta) Testes Rápidos Moleculares e **12.798** (doze mil setecentos e noventa e oito) Exames de Baciloscopia.

• **Hospitais De Custódia e Tratamento Psiquiátrico**

Promoveram a atenção à saúde mental dos pacientes, desenvolvendo a sistematização do atendimento individualizado – **PTS - Plano Terapêutico Singular.**

Prevenção e Controle: de Hipertensão e Diabetes, Controle de Dependência Química, Imunização de internos e funcionários (Contra Hepatite B, Tétano/Difteria, H1N1 e Gripe Comum), Prevenções de Tuberculose, Saúde da mulher, Saúde do homem, Testes rápido para HIV, Campanha “Veja Bem”, Programa Higiene corporal, Controle e Prevenção a Escabiose e Combate à proliferação do mosquito Aedes Aegypti

Projetos Terapêuticos e Ocupacionais:

Projeto Sorriso; Padaria Artesanal, “Via Rápida” – curso de pintura e hidráulica; “Pintura em Tela”; Projeto “Artesanato”; Esporte: aulas e campeonatos de futebol; Cinema: filmes educacionais, “Teatro em ação”, Salas de Ensino Fundamental e Ensino Médio; PET - Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - Parceria com FUNAP, Exame nacional: ENCCEJA PPL 2017. 13ª OBMEP 2017 – Participação na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Pública -Total de inscritos = 21 no HCTP de Taubaté.

Jornada da Cidadania e Empregabilidade, Biblioteca, Esportes e Recreação, Música e Arte, Teatro/Grupo Teatral, Comemoração de datas festivas, Concurso de redação da Defensoria Pública da União - “Mais direitos, menos grades”, no HCTP de Taubaté com 09 (nove) participantes, Entidades Religiosas: Atividades realizadas semanalmente com proposta de abrir espaço para a expressão da religiosidade, como instrumento de apoio para o crescimento espiritual e pessoal.

Grupo Terapêutico

Alcoólicos Anônimos (A.A) e Narcóticos Anônimos (N.A)

• O Grupo de Planejamento e Gestão da Qualidade de Vida e Saúde do Servidor

Promoveu, por meio dos Centros Regionais, as seguintes atividades:

Medicina Ocupacional: 753 (setecentos e cinquenta e três) atendimentos a servidores.

Psiquiatria: 424 (quatrocentos e vinte e quatro) atendimentos a servidores.

Psicologia: 1.911 (mil novecentos e onze) atendimentos a servidores.

Nutrição: 417 (quatrocentos e dezessete) atendimentos a servidores.

Enfermagem: 4.577 (quatro mil quinhentos e setenta e sete) atendimentos a servidores.

Serviço Social: 318 (trezentos e dezoito) atendimentos a servidores.

Odontologia: 279 (duzentos e setenta e nove) atendimentos a servidores.

Life Coach: 158 (cento e cinquenta e oito) atendimentos a servidores.

Campanhas de Vacinação.

Influenza (H1N1): total de **25.446** (vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis), servidores.

Hepatite B: total de **594** servidores.

Tríplice Viral: total de **104** servidores.

Dupla Adulto: total de **601** servidores.

Febre Amarela: total de **40** servidores.

Visitas Técnicas para processos de transferência de caráter humanitário: 30 (trinta) visitas a servidores.

Acompanhamento de Licenças Saúde Superior há 03 (três) anos: visitados **18** (dezoito) servidores.

Ações de Saúde

Ações de saúde são ações desenvolvidas pelo GQVIDAS, CQVIDASS, CIPAS, Unidades Prisionais, Sedes Administrativas. Servidores e em muitos casos contando com parceiros de outros órgãos públicos e iniciativa privada. Consiste na realização do teste glicêmico, aferição da pressão arterial e orientações de saúde, distribuição de material educativo de saúde, distribuição de material de prevenção como, camisinhas, gel lubrificantes, mascaras de proteção, luvas descartáveis. Segue abaixo alguns dos principais registros de ações deste ano:

Disponibilizado aos Servidores exame para detecção de Tuberculose; distribuídos folders com informações sobre a Febre Amarela; Oficina de Prevenção ao Suicídio; Rastreamento de Saúde AEVP; Distribuição de preservativos masculino, feminino e gel lubrificante; Blitz da Saúde com realização de exames de glicemia e aferição de pressão arterial, Avaliação de câncer bucal Teste Rápido para HIV, Sífilis, Hepatite B e C; Avaliação Nutricional.

Palestras

Assédio Moral no Ambiente de Trabalho, Suicídio/Prevenção, Reeducação alimentar: Sua saúde é a nossa meta, Ação de prevenção e diagnóstico precoce em câncer, Saúde Mental, Inteligência Emocional, Resiliência, Exercício para o Cérebro, Qualidade de Vida: A Importância de Manter o Corpo e a Mente Saudáveis, Saúde no Trabalho, O poder da motivação e Encontrar Alegria no Lar.

Cursos

Pilotagem Defensiva para motociclistas e Primeiros Socorros

Programas e Projetos.

Peso Ideal, Vim Te Ver - consiste na Avaliação de Saúde dos Servidores; Outros Olhos - foram realizados exames de acuidade visual, retinoscopia, miopia, astigmatismo, hipermetropia e catarata; Resiliência, Vença o Stress”, Quero Parar de Fumar - Dia Mundial sem Tabaco em parceria com o CRATOD, a realização de teste respiratório com monoxímetro e teste de Fargeström oferecido aos servidores tabagista, Campanha do Agasalho com o slogan: “Não deixe o tempo esfriar seu coração. Tire do cabide a roupa que pode aquecer alguém

Campanhas Institucionais.

“Um olhar amigo” foi o tema utilizado para a prevenção e posvenção do suicídio que foi intensificado no Setembro Amarelo, mês de prevenção ao suicídio, e visa investir na qualidade das relações entre pessoas no ambiente de trabalho mobilizando um olhar mais sensível para com o próximo com objetivo também de informar e identificar situações sobre sintomas da depressão, bipolaridade e síndrome do pânico – doenças que podem acometer uma pessoa a tirar a própria vida entre outras causas.

“Valorizando Gente que faz” é uma campanha que visa identificar, prestigiar, agradecer e premiar servidores que tenham se destacado por meio de ações desenvolvidas no ambiente de trabalho que contribuíram de alguma forma para valorizar, engrandecer e/ou aperfeiçoar o Sistema Penitenciário Paulista.

Premiações.

O “projeto” RAPS - RAP's – Rede de Atendimento Psicossocial do CQVIDASS da Região Oeste, foi premiado com o 1º lugar no V Prêmio Prevenir IAMSPE. O projeto tem como objetivo nortear práticas que visa garantir uma atenção digna, acolhedora e responsável a todas as pessoas que se encontram em sofrimento psíquico, através de parcerias com a rede psicossocial de atendimento pública e privada. Ao todo o Centro realizou mais de 1500 atendimentos e encaminhamentos no projeto RAPS, contribuindo para prevenção do suicídio entre servidores.

O projeto da Penitenciária de Assis “Viva melhor, viva feliz” ficou em 2º lugar no Prêmio Prevenir IAMSPE. O Projeto tem como escopo avaliar a saúde física, mental, emocional e ambiental, promovendo a qualidade de vida além de realizar eventos motivacionais e recreativos, promovendo a motivação e a qualidade de vida.

SIPATS

SIPAT Semana Interna de Prevenção de acidentes, prevista na Norma Regulamentadora Nº 05, da Portaria Nº 3.214, de 08/06/1978 e na Resolução SAP 64, de 12/04/2016. A Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho. A SIPAT é realizada visando reforçar a mentalidade da prevenção por meio de temas voltados à saúde, segurança e qualidade de vida.

CIPAS

Realizaram ações de Saúde nas datas preconizadas pelo Calendário do Ministério da Saúde, com desenvolvimento de atividades cujo objetivo foi a promoção da saúde e qualidade de vida dos servidores por meio de palestras, distribuição de cartilhas e informativos de saúde e oficinas em datas como: Dia Mundial de Combate à Tuberculose, Dia Mundial da Atividade Física, Dia Mundial da Saúde, Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, Dia Mundial sem Tabaco, Dia Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, Dia Mundial da Alimentação, Dia Internacional da Mulher, Dia das Mães, Dia do Desafio, Dia do Servidor Público, Dia dos Pais, Setembro Amarelo.

• Atividades em 2017 dos Grupos e Centros Regionais de Saúde e Hospitais de Custódias da Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário:

Parcerias:

Prorrogação do Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Administração Penitenciária por intermédio da Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário e a Associação Civil de Caráter Filantrópico “Casa Assistencial do Amor e Misericórdia – CAAM” em agosto/2017 até agosto/2018, para atendimento à saúde das crianças e bebês que se encontram no período de aleitamento materno com suas mães que estão em situação de Cárcere na Ala Materno Infantil da Penitenciária Feminina da Capital.

Obras e Reformas dos Setores de Saúde com recurso oriundo do Plano Nacional de Saúde das seguintes unidades:

Obras Finalizadas: Centro de Detenção Provisória de Hortolândia e Penitenciária I e II de Potim

Obras em andamento: Penitenciária I de Sorocaba, Penitenciária de Pracinha Penitenciária de Flórida Paulista, CDP de Santo André, Penitenciária Feminina da Capital e Penitenciária Feminina de Sant’Anna.

Ação 6146 – Suporte Administrativo e Formação do Servidor em Apoio à Custódia e Reintegração

Descrição: Fornecimento de suporte administrativo e de tecnologia da informação e comunicação, formação e aperfeiçoamento de servidores, que contribuam para a execução e o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo sistema penitenciário paulista.

Produto/Meta: 185 unidades gerenciadas

Realização: 178 unidades gerenciadas (96,2%)

Justificativa: Estavam programadas as inaugurações de unidades prisionais no ano de 2017, que não se concretizaram; todavia inauguraram-se 02 (duas) unidades, que haviam sido previstas para o ano de 2016.

Principais Realizações:

- **Gestão da Modernização da Administração Penitenciária – Parque Tecnológico**

Neste exercício, foi dada continuidade aos trabalhos de instalação dos itens de modernização: filtro de conteúdo de acessos à internet, solução de *backup* (cópia de segurança dados), *switch* + fibra (cabearamento de rede e equipamento de conectividade) e readequação dos ranges de IP da Sede I, promoveu a modernização, agilidade, segurança, confiabilidade e integridade das informações.

Sistema de Gerenciamento de Recurso Humanos – SISDRHU - Em 2017 desenvolveu-se:

Módulo de Estágio Probatório de ASP (Agente de Segurança Penitenciária) que emitirá os formulários de Avaliação Especial de Desempenho e relatórios referentes ao processo de estágio probatório automaticamente, a partir do lançamento da frequência dos servidores;

Módulo de Ficha 100 que realizará a emissão da ficha 100 com todos os apontamentos de frequência cadastrados no sistema;

Módulo de Controle de Ponto Biométrico que realizará a integração do ponto biométrico existente na unidade com o SISDRHU permitindo que os apontamentos de frequência (faltas, atrasos, licenças, etc.) sejam realizados automaticamente;

Módulo de Controle de Diárias emitirá requisição, mapa de diárias, relatório de diárias pagas para publicação no Portal da Transparência, entre outras funções que permitirão o controle efetivo do pagamento de diárias em todas as unidades da Pasta.

Foram emitidas, por meio do referido sistema, **26.267** (vinte e seis mil duzentas e sessenta e sete) Cédulas de Identidade Funcional – CIFs.

- **Sistema de Administração de Materiais - SAM**

Diante da Nova Política Contábil de Estoque e Bens Móveis, que faz parte da adesão do Brasil às novas normas internacionais de contas públicas, a Secretaria da Fazenda está promovendo a adequação do Sistema de Administração de Materiais – SAM ao novo modelo e rotinas que estão sendo desenvolvidas pela PRODESP. Ele faz a gestão dos materiais consumíveis e dos permanentes, proporcionando apoio às rotinas operacionais, automatização de tarefas e o fornecimento de informações operacionais e gerenciais, agora com dois módulos:

Módulo Estoque – devidamente implantado nesta pasta.

Módulo Patrimônio - estamos em fase final de implantação em todos os nossos Centros de Infraestrutura da secretaria.

- **Sistema de Custos dos Serviços Públicos**

A definição dos serviços a serem custeados está alinhada com os serviços identificados no **PPA 2012-2015 e revisões subsequentes e PPA 2016-2019** conforme nova abordagem de gestão por resultados. O Sistema de Custos dos Serviços Públicos já está em pleno funcionamento na SAP e o GSPOF se encarregou de ser o agente multiplicador nesta pasta; ministrando uma capacitação de **03** (três) horas/aula ao público alvo definido no projeto, quais sejam: diretor geral, diretor administrativo e diretor de finanças (quando há) das unidades prisionais e hospitais, num total de aproximadamente de **450** (quatrocentos e cinquenta) servidores.

Orçamento por resultado – OpR e Sistema de Custos de Serviços Públicos - SCSP

Em 2016 o OpR sofreu nova revisão em sua estrutura sendo necessário algumas modificações, dividir o Programa em dois objetivos, por um lado o de garantir a segurança e a dignidade da pessoa humana, e por outro lado o de viabilizar a reintegração social dos presos, internados e egressos, por meio de ações de educação, saúde, assistência social, qualificação profissional e trabalho, programas estes inclusos no Plano Plurianual - PPA 2016 – 2019.

Escola de Administração Penitenciária “Dr. Luiz Camargo Wolfmann” – EAP

- Em 2017, os dois Centros da **Escola de Administração Penitenciária “Dr Luiz Camargo Wolfmann”**, Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos (CECADRH) e Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agente de Segurança Penitenciária (CFAASP) desenvolveram suas atividades que a seguir demonstramos.

O CECAD-RH teve seu principal foco para os “Eixos de Desenvolvimento Humano e Administração/Gestão”, com indicações de necessidades obtidas por meio de solicitações e reuniões com diretores regionais, analisando as prioridades específicas para cada seguimento.

O CFAASP, por sua vez, teve seu principal foco dirigido ao “Eixo de Segurança e Disciplina” para as categorias de ASP e AEVP.

Servidores Treinados EAP - Período: janeiro a dezembro/2017

Eixo Temático	CECADRH	CFAASP	TOTAL
I. Ingressantes/Iniciação Funcional	-	994	994
II. Desenvolvimento Humano/Qualidade de Vida	2.948	-	2.948
III. Administração/Gestão	1.725	1.653	3.378
IV. Segurança e Disciplina	1.447	2.721	4.168
V. Reintegração Social	137	-	137
Total de Servidores Treinados	6.257	5.368	11.625
CECAD-RH - Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos. CFAASP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agentes de Segurança Penitenciária			

Ação 6167 – Conservação, Manutenção e Reparos das Unidades Prisionais em Apoio à Custódia

Descrição: Realização de manutenção das estruturas existentes, incluindo serviços de conservação e reparos em face do desgaste do tempo e da utilização para acomodar presos e internados, possibilitando plenas condições de funcionamento e segurança.

Produto/Meta: 179 unidades prisionais atendidas

Realização: 168 unidades prisionais atendidas (94%)

Justificativa: Estavam programadas as inaugurações de unidades prisionais no ano de 2017, que não se concretizaram; todavia inauguraram-se 02 (duas) unidades, que haviam sido previstas para o ano de 2016.

Principais Realizações:

- **Programa - Nascentes** – A Pasta, por meio das Coordenadorias de Unidades Prisionais das Regiões Central, Noroeste e Oeste do Estado emprega o programa em algumas unidades prisionais a elas subordinadas. A ação tem como objetivo a construção e o gerenciamento de uma rede integrada de plantio e recuperação de mananciais, desenvolvendo a produção de mudas nativas. Ela atende à demanda de projetos de restauração de áreas degradadas da região, proporcionando o sequestro de carbono – nome dado à absorção de grande quantidade do gás carbônico presente na atmosfera –, proteção dos recursos hídricos e manutenção da biodiversidade. Com isso, recuperará as áreas e mananciais degradados, auxiliando na restauração da biodiversidade e capacidade hídrica da região. Além do reflorestamento das matas ciliares, há a contribuição com a ressocialização de detentos do regime semiaberto, que possuem o direito de ter sua pena remida, ou seja, a cada três dias de trabalho, um dia dela é retirado segundo o artigo 126 da LEP. Com isso, as coordenadorias quiseram reeducar essas pessoas para que adquiram um olhar voltado à cidadania.

A capacitação dos reeducandos é composta por orientações teóricas e práticas, no total de 100 horas/ aula. A grade curricular se constitui pelos cursos Teóricos de Produção de Mudanças Nativas para Reflorestamento, Prático de Viveirista e de Plantio de Mudanças Nativas. As matérias abordadas são a Composição de substrato; Fórmulas de adubação; Expurgo dos materiais; Colheita e preparação de sementes; Testes de germinação de sementes; Tipos e características de viveiros de mudas; Controle fitossanitário; Planejamento de recursos hídricos; Sistema de irrigação; Montagem e operação de viveiros e Plantio de Mudanças Nativas. Cada grupo de unidades prisionais possui um papel específico no processo de reflorestamento como: semeadura, germinação, pré-desenvolvimento, engorda e rustificação ao sol e o plantio das mudas.

Atualmente existem **161.172** (cento e sessenta e um mil e cento e setenta e dois) mudas cultivadas entre as Penitenciárias de I e II de Sorocaba, Dracena, Marabá Paulista, I e II de Mirandópolis, I de Presidente Venceslau, Tupi Paulista, Andradina, Iaras, I e II de Reginópolis e o CPP III de Bauru, sendo as espécies que seguem: Angico do Cerrado do Campo, Abacate, Alamandra, Albizia Lebbeck, Algodãozinho, Ameixa, Amendoim, Amendoim Bravo, Amora, Angico Branco, Angico da Mata, Angico Vermelho, Angico Vermelho Preto, Araça Amarelo, Aroeira Pimenteira, Canafístula, Canelinha, Capororoca, Cedro, Cedro do Brejo, Cedro Rosa, Cereja do Brejo, Cereja do Mato, Cerejeira Rio Grande, Coração-de-negro, Correieira, Dedaleiro, Farinha Seca, Faveiro, Faveiro Sucupira, Flamboyant, Genipapo, Goiaba, Goiaba Branca, Guapuruvu, Guruaia, Ingá, Ipê, Ipê Amarelo do Cerrado, Ipê Branco, Ipê Rosa, Ipê Roxo, Ipê Roxo Bola, Jaca, Jacaranda Mimoso, Jaracatia, Jatobá, Jequitibá Branco, Leiteiro, Mamoinha do Mato, Mandacaru, Manduirana, Manga, Maricá, Mini Jambo, Moringa Oleífera, Mutambo, Óleo de Copaíba, Olho de Cabra, Paineira, Pata de Vaca, Pau Ferro, Pau-formiga, Pitanga, Saboneteira, Sangra d'Água, Tucaneira, Unha de Vaca, Urucum e Uvaia.

- **Programa Melhoria dos Gastos Públicos**

O programa Melhoria dos Gastos Públicos, instituído pelo Decreto nº 57.829, de 02 de março de 2012, e alterado pelo Decreto 61.131 de 25.02.2015 – criou Comitê Gestor, instituído junto à Secretaria de Governo, composto por representantes de diversos órgãos do Estado. A Escola de Administração Penitenciária realizou **34** (trinta e quatro) palestras sobre economicidade e melhoria dos gastos públicos, aos novos servidores em curso com a finalidade de sensibilizá-los desde o início da carreira sobre desperdício e o bom uso do recurso público.

- **Programa de Uso Racional da Água – PURA**

Os principais benefícios que a implantação do programa oferece é o desconto de 25% sobre a tarifa incidente, como também, demanda a redução de no mínimo 10% no consumo, após o término dos serviços contratados. O primeiro contrato foi celebrado com a Penitenciária Feminina Sant'Anna que **em 2017** atingiu redução média mensal de **28.700 m³/mês (vinte e oito mil e setecentos)** todavia não haverá economia no gasto em virtude do aumento de tarifa aplicada por aquela companhia em outubro de 2017.

Há **8** (oito) contratos de tarifação assinados entre SAP & SABESP, quais sejam: Penitenciária Feminina de Sant'Anna, Penitenciária Masculina de Riolândia, Centro de Ressocialização de São José dos Campos, Centro de Detenção Provisória de São Vicente, Centro de Progressão Penitenciária de Mongaguá, Penitenciária Feminina de Tremembé I, Centro de Detenção Provisória

de Riolândia e Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico “Dr. Arnaldo Amado Ferreira de Taubaté. A Secretaria continua trabalhando em **3** (três) frentes visando o bom e racional uso e a preservação deste bem, onde: **66** (sessenta e seis) unidades prisionais são abastecidas por concessionárias; **01** (uma) unidade prisional possui estação de tratamento de água e **101** (cento e um) possuem poços tubulares.

- **Programa de Eficiência Energética**

- **Readequação de Contratos de Consumo**

Projeto de Eficiência Energética, um trabalho realizado em conjunto com a Subsecretaria de Energia Elétrica da Secretaria Estadual de Energia e Mineração de São Paulo, cujo objetivo principal é a readequação dos contratos de energia elétrica junto às concessionárias. Trata-se da análise da tarifa e da demanda contratada e a solicitação à concessionária de readequação dos contratos. **Em 2017**, a Subsecretaria de Energia Elétrica, através de programa próprio de controle de demanda, analisou mais cinco de nossas unidades, que por sua vez, estavam bem contratadas, não havendo necessidade de alteração contratual.

- **Projeto para Redução do Consumo de Energia Elétrica através da iluminação com produtos de baixo consumo**

Projeto que prevê a troca da iluminação externa por iluminação mais econômica, de melhor qualidade na maioria das unidades do sistema prisional para trazer melhoria na qualidade da iluminação, na segurança, na economia do consumo de energia. A meta é atingir 146 unidades prisionais, **67** (sessenta e sete) unidades prisionais já receberam recurso e a implantação já foi completada em 17 delas que demonstraram uma **média de redução no consumo em Kwh de aproximadamente 17%**.

- **Eficientização energética – Lei 9.991/2000 - Aneel (art. 1º)**

Foi assinado um acordo de cooperação entre a Secretaria Estadual de Energia e Mineração do Estado de São Paulo – Subsecretaria de Energia Elétrica e a empresa Companhia Paulista de Força e Luz para a implantação do Programa Educacional de Eficiência Energética – PEEE Poderes Públicos. Foram selecionadas **75** (setenta e cinco) unidades prisionais, servidas hoje pela CPFL, com **200** (duzentos) servidores inscritos no programa, cuja plataforma de ensino é no modelo EAD, ensino à distância, por aproximadamente seis meses de curso, iniciado em agosto último.

Outras Realizações

Assessoria de Imprensa

Em 2017, foi dado andamento ao projeto de descentralização da Assessoria de Imprensa, através do Sistema de Comunicação Integrada da SAP, com reuniões periódicas entre os interlocutores regionais de comunicação, além dos comunicadores da Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” (Funap), da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania e da Escola de Administração Penitenciária “Dr. Luiz Camargo Wolfmann”. Manteve-se a ênfase na comunicação interna, reforço nas redes sociais e na divulgação de pautas positivas sobre o sistema penitenciário. Graças a esse conjunto de profissionais, foi possível a divulgação de maneira capilarizada de várias ações positivas da SAP, com apoio da área de regionalizados da Subsecretaria de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo (Secom). Dentre elas, destacamos:

- ✓ **NOTAS DE APREENSÃO DE ILÍCITOS**

Foram divulgadas até 31/12/2017 **105** (cento e cinco) notas de apreensão de ilícitos. Essas notas são positivas, pois valorizam o trabalho dos funcionários ao impedir a entrada de celulares, drogas e outros com visitantes e tentativas de lançamento por muros e alambrados.

- ✓ **VIA RÁPIDA EXPRESSO**

Neste ano, a parceria entre a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), Secretaria da Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado (SDECTI) para recuperação de escolas e hospitais estaduais foi renovada e ampliada. No mês de fevereiro, foram publicadas **73** (setenta e três) matérias falando da pintura nas escolas; em julho, tivemos **58** (cinquenta e oito) matérias positivas publicadas e pelo menos seis reportagens de rádio e TV sobre a parceria em todo o estado, sem contar as que saíram em outros meses por conta da pintura de creches, APAE, Fóruns, etc, em várias regiões do Estado.

- ✓ **JORNADAS DE CIDADANIA E EMPREGABILIDADE**

As Jornadas de Cidadania e Empregabilidade também tiveram bastante destaque, com média mensal de **5** (cinco matérias) matérias publicadas, gerando pelo menos **60** (sessenta) reportagens impressas positivas para o sistema prisional por ano.

- ✓ **NOMEAÇÃO DE MIL AGENTES**

Festejada, a nomeação de foi um grande sucesso: foram pelo menos 28 reportagens em mídia impressa e Internet, além de outras reportagens veiculadas em Tvs e rádios locais.

✓ **FORMATURA 792 AGENTES**

Também teve grande repercussão a formatura de 792 realizada na Sala São Paulo, com 16 reportagens publicadas em todo o Estado, além da cobertura da mídia televisiva.

✓ **INSTALAÇÃO SCANNERS CORPORAIS**

Foram divulgados Avisos de Pauta na abertura do edital e atendidas demandas nas instalações.

Foram publicadas 49 reportagens em todo o estado.

• **Agenda do Secretário**

Foi realizada a cobertura e/ou divulgação de 295 eventos/reuniões/solenidades na agenda do Sr. Secretário no site da SAP.

• **Eventos**

Foram realizados os seguintes eventos em parceria com as divisões da SAP:

✓ Inaugurações do Centro de Detenção Provisória de Icém em 10/02 e Penitenciária Feminina de Votorantim em 23/03.

✓ Formatura 792 agentes – promovida pela Escola de Administração Penitenciária “Luiz Camargo Wolfmann”, a Assessoria de Imprensa atuou na distribuição de convites, confirmação de presença e receptivo de autoridades, divulgação e auxílio no cerimonial.

✓ Inauguração da CPMA de Mirassol em 22/08.

✓ Cerimônias de renomeação do CDP de Jundiá (20/09) e da PIII de Franco da Rocha (28/11)

✓ Apresentação natalina na sede da SAP em 14/12/2017.

Demandas diretas atendidas

Considerando os relatórios encaminhados de 03/01 até 31/12/2017 à Subsecretaria de Comunicação, foram atendidos nesse período pelo menos 855 demandas de imprensa, o que significa no mínimo 71 veículos de comunicação de todo o Estado atendidos por ano, considerando que cada um nos procure ao menos uma vez por mês.

• **Campanhas internas e Redes Sociais**

✓ **Mídia Digitais**

Entre janeiro e dezembro de 2017, aumentamos novamente a quantidade de boletins do tipo “Newsletter” disponibilizados, de **40** (quarenta) em 2016 para **48** (quarenta e oito) em 2017. Foi publicada a edição nº 15 e diagramada a edição nº 16 da Revista SAP.

O Facebook da SAP hoje é certificado como oficial no seguinte endereço: <https://www.facebook.com/SAPSP>

No endereço <https://www.facebook.com/servidores.sap> são publicadas as informações destinadas aos servidores do sistema penitenciário.

Seguem dados sobre as redes digitais da SAP:

Youtube

Data Base: 31/12/2017

SAP SP	Inscritos	Publicações	Visualização total em 2017	Média visualizações por vídeo em 2017	Visualização total do canal de 2014 a 2017
	531	11	16.327	1.484	76.489

Facebook I - Secretaria

Página	Seguidores	Curtidas	Publicações	Média do alcance de publicações
Secretaria da Administração Penitenciária (certificada)	14.186	13.976	716	29.460

Ações digitais/ Campanhas/ Hashtags	Publicações	Média do alcance de publicações
#RevistaSAP	52	2040
#SAPNews	100	1859
#SejaUmAgenteDeMudança	7	711
#SAPCombateAedes	13	1380
#SemanaDaPoesia	11	1655
#AtletaSAP (continuação de campanha de 2016)	9	1242
#TodoDiaÉDiaDaMulher	11	2615
#DiaDaCidade	50	2340
#DiaDoProfissional	8	3493
#GenteQue	15	2790
#LiveSAP	34	4470
#MPP	8	1922

Mensagens Facebook

291 mensagens – Com 100% de taxa de resposta. Tempo de resposta de 2 horas

Vídeos

Ao Vivo: 34 – 60.042 visualizações

Campanhas/ editados: 20 – 136.252 visualizações

Facebook II – Servidores

Página	Seguidores	Curtidas
Servidores da Administração Penitenciária (Não certificada)	8.137	8.132

Mensagens Facebook Servidores

24 mensagens - Responde rapidamente com 100% de taxa de resposta. Tempo de resposta de 1 minuto.

Data base: 31/12/2017

Twitter

	Seguidores	Tweets	Visitas ao perfil	Impressões do Tweet	Menções
SAP SP	4.871	716	4.559	300.667	213

- **Visitas Internacionais na Pasta em 2017** - Representantes do Consulado dos Estados Unidos e do Conselho de Segurança da Embaixada do Reino Unido.
- **Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/SAP – de 01/01/2017 a 31/12/2017** foram recebidos e atendidos **1.065** (hum mil e sessenta e cinco) pedidos de informações.
- **Demandas do Cidadão – de 01/01/2017 a 31/12/2017** foram recebidas **10.631** (dez mil seiscientos e trinta e um) demandas, das quais, **9973** (nove mil novecentos e setenta e três) foram atendidas e 656 (seiscientos e cinquenta e seis) estão em processo de conclusão.
- Em 2017 o **Museu Penitenciário Paulista – MPP** deu continuidade em suas atividades interagindo com público e dando a oportunidade de esclarecer aos pesquisadores, estudantes e a sociedade em geral qual é o papel e a função do sistema penitenciário. E com isso oferecemos por diversos meios à inclusão no universo carcerário disseminando a cultura prisional com uma linguagem simples e didática para atender todos os tipos de públicos.

Palestras - oficinas – atividades culturais

Palestras com egressos, disponibilização do espaço para exposição temporária, Projeto Universal nos Presídios (UNP), Projeto “Memória Oral” e posteriores edições criando um curta metragem com os temas relacionados ao Sistema Penitenciário, edições do Informativo “O Penitenciário”, exibições quartas e sextas-feiras do “Cine Carandiru” dando a oportunidade a população de acesso aos documentários e filmes com a temática penitenciária, parcerias com a Reintegração Social e apoiadores, Oficina Cultural Maestro Juan Serrano, oferecendo oficinas culturais, trabalhos de canto e coral. O MPP manteve a análise positiva atendendo a quase **7.000 (sete mil)** pessoas, sob a crítica de aproximadamente **2.000 (dois mil)** visitantes, obtendo a avaliação positiva de **97%** ótima e boa, ampliando o conhecimento de 90% do público atendido.

Programa 3814 – Gestão de Reintegração Social da População Penal, Egressos e seus Familiares

Descrição: Garantir a dignidade da pessoa humana durante sua permanência no sistema penitenciário e promover políticas públicas efetivas que viabilizem a reintegração social dos presos, internados e egressos, por meio de ações de educação, saúde, assistência social, qualificação profissional e trabalho.

Ação 6140 - Assistência ao Egresso e Família

Descrição: Apoio psicossocial e assistência direta aos egressos e estreitamento dos vínculos familiares, encaminhamentos para a rede social de apoio, parcerias com órgãos governamentais, instituições sem fins lucrativos e empresas privadas para o desenvolvimento de projetos de capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e geração de renda, acolhimento e suporte aos familiares dos egressos que residem na região.

Produto/Meta: 151.250 atendimentos a egressos, de serviços de orientação e apoio à reintegração psicossocial e de readaptação.

Realização: 172.458 (14% acima da meta)

Justificativa: Número de atendimentos a egressos, egressas e familiares acima da meta estipulada conforme estimativa feita a partir da expansão das centrais e parcerias com o Judiciário para o acompanhamento de benefícios judiciais. Para 2018, a meta segue conforme estipulado previamente, já levando estes fatores em consideração.

Principais realizações:

Tem por finalidade dar assistência direta ao egresso contextualizado no seu âmbito familiar, com vistas à autonomia e garantia de direito, para que possam retomar o convívio social, promovendo a reintegração social dos egressos contribuindo para a diminuição da reincidência criminal.

Egressos/Egressas: **145.681** (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e um) atendimentos, com **114.098** (cento e quatorze mil, noventa e oito) atendidos;

Familiares de Egressos/Egressas: **26.777** (vinte e seis mil, setecentos e setenta e sete) atendimentos, com **13.836** (treze mil, oitocentos e trinta e seis) pessoas atendidas;

Ações Socioeducativas e de Geração de Renda:

Programa Renda Cidadã: Total de **419** (quatrocentos e dezenove), sendo: **104** (cento e quatro) egressos, **32** (trinta e duas) egressas e **283** (duzentos e oitenta e três) familiares cadastrados para recebimento do benefício;

Programa Ação Jovem: Total de **9** (nove) atendidos, sendo: **6** (seis) egressos e **3** (três) familiares cadastrados.

No Programa de qualificação profissional **Via Rápida da SDECTI**, foram cadastradas **2.723** (duas mil, setecentas e vinte e três) pessoas, sendo: **2.263** (duas mil, duzentas e sessenta e três) egressos, **262** (duzentas e sessenta e duas) egressas e **198** (cento e noventa e oito) familiares.

Pessoas **cadastradas** no **PROGRAMA PRÓ EGRESSO: 4.836** (quatro mil, oitocentos e trinta e seis) sendo: **4.312** (quatro mil, trezentas e doze) egressos e **524** (quinhentas e vinte e quatro) egressas. Pessoas **empregadas** por meio do **PROGRAMA PRÓ-EGRESSO: 279** (duzentas e setenta e nove) pessoas.

Atualmente são **46** (quarenta e seis) **Centrais de Atenção ao Egresso e Famílias** em funcionamento, localizadas em **44** (quarenta e um) municípios do Estado de São Paulo, tendo sido inauguradas neste exercício **3** (três) unidades de atendimento.

Ação 6147 – Promoção da aplicação de Penas e Medidas Alternativas

Descrição: Acompanhamento e fiscalização do cumprimento das penas e medidas alternativas impostas aos apenados; fomento das alternativas penais; envolvimento da sociedade nesse processo; apoio ao Poder Judiciário com a provisão de vagas não remuneradas de trabalho destinadas ao cumprimento das penas e medidas alternativas à prisão; realização de avaliação psicossocial e de perfil do apenado para direcionamento às vagas de prestação de serviços à comunidade.

Produto/Meta: - 35.700 vagas de trabalho para Penas e Medidas Alternativas

Realização: 40.541 (13,5% acima da meta)

Justificativa: Superamos a meta estabelecida em decorrência a implantação de 03 novas CPMA's e devido aos convênios com o Município de Barueri e com a Secretaria Estadual da Educação para vagas de Trabalho, sendo este último abrangendo todo o Estado.

Principais realizações:

Tem por finalidade difundir a prática da aplicação de medidas alternativas à prisão. Recebe pessoas destinadas a cumprir penas alternativas à prisão, em especial as de prestação de serviços à comunidade. No programa são realizados avaliação psicossocial e levantamento de demandas, além da avaliação de potencialidades, bem como das limitações/restrições dos apenados. Após, e de acordo com o perfil levantado na entrevista, são encaminhados a instituições, públicas ou não, porém sem fins lucrativos, para cumprimento das penas.

Do programa consta, também, a realização de atividades técnicas destinadas ao cumprimento de Medidas Educativas e Terapêuticas e de Mediação e Terapia Comunitária, tudo destinado aos usuários de drogas e seus familiares, além do encaminhamento e do acompanhamento; acompanhamento sistemático, monitoramento e fiscalização dos locais de execução de pena, para verificação de seu efetivo cumprimento.

O custo por apenado a penas alternativas à prisão é de **R\$ 26,49** (vinte e seis reais e quarenta e nove centavos), um dos menores por beneficiário do Brasil e a eficácia do programa está explícita no seu índice de reinclusão no programa que é de apenas **4,4%**.

Atualmente são **70** (setenta) Centrais de Penas e Medidas Alternativas em funcionamento, localizadas em **68** (sessenta e oito) municípios do Estado de São Paulo, tendo sido **3** (três) inauguradas até dezembro de 2017.

Desde 2015 iniciamos o atendimento das Medidas Cautelares, com **1** (uma Central de Alternativas Penais e Inclusão Social – CEAPIS instalado dentro do Fórum Criminal da Barra Funda, e atualmente já estamos com **22** (vinte e duas) em funcionamento no Estado, em espaço compartilhado, nas cidades de Capital; Américo Brasiliense; Araraquara; Bauru; Bragança Paulista; Campinas; Fernandópolis; Indaiatuba; Lins; Novo Horizonte; Olímpia; Presidente Prudente; Ribeirão Preto; Rio Claro; Santo André; Santos; São Bernardo do Campo; São José do Rio Preto; São José dos Campos; Sorocaba; Taubaté e Votuporanga. Em 2017 foram implantadas **08** (oito) novas CEAPIS no Estado.

Central de Alternativas Penais e Inclusão Social – CEAPIS é uma das Unidades integrantes do Programa de Penas e Medidas Alternativas e faz parte de um projeto do Conselho Nacional de Justiça – CNJ denominado Audiência de Custódia, que foi elaborado através de informações sobre o sistema carcerário e percebeu a necessidade de provocar reflexões bem mais comprometidas sobre a utilidade e a adequada utilização das medidas cautelares em face do sistema de justiça criminal e

oferecer opções que evitem o imediato encarceramento provisório, discutindo alternativas a judicialização do conflito penal e o próprio encaminhamento assistencial e social devidos que, porventura, seja recomendado.

Atendimento de Apenados a Medidas Educativas – para casos de usuários de drogas – artigo 28 da Lei 11.343/2006: **1.918** (mil, novecentas e dezoito) pessoas foram encaminhadas para instituições especializadas no período de janeiro a dezembro de 2017.

No Programa de **Penas e Medidas Alternativas** de **janeiro a dezembro de 2017** foram **cadastradas 15.092** (quinze mil e noventa e duas) pessoas e, estão sendo **acompanhadas 13.604** (treze mil seiscentas e quatro) pessoas em cumprimento de pena, somente em prestação de serviço à comunidade. Desde que se iniciou o Programa, **setembro de 1997 a dezembro de 2017** já foram atendidas **164.951** (cento e sessenta e quatro mil, novecentas e cinquenta e uma) pessoas.

Central de Penas e Medidas Alternativas da Mulher – de janeiro a dezembro de 2017:

Do total acima, a CPMA Mulher já atendeu **527** (quinhentas e vinte e sete) novas mulheres e **484** (quatrocentas e oitenta e quatro) estão em cumprimento de pena;

Na **CEAPIS** de **janeiro a dezembro/2017** foram cadastradas **2.446** (duas mil quatrocentas e quarenta e seis) pessoas, sendo que **2.307** (duas mil, trezentas e sete) foram encaminhadas aos serviços assistenciais do município de São Paulo e Santos, as quais ocasionaram **8.518** (oito mil, quinhentos e dezoito) encaminhamentos.

Outras parceria e Projetos

Em 2017 o Departamento trabalhou juntamente com o Departamento de Tecnologia da Informação da SAP para a construção de um sistema de informação, que facilitará e irá aprimorar o acompanhamento da pena de Prestação de Serviço à Comunidade e das Medidas Cautelares, tanto por parte da SAP quanto do Poder Judiciário, que está entrando em fase final para os testes a partir de 2018.

Foram realizadas de **janeiro a dezembro de 2017**, **60** (sessenta) visitas de fiscalização da equipe do Departamento as Centrais de Penas e Medidas Alternativas para monitoramento das atividades.

De **janeiro a dezembro de 2017**, foram realizadas **67** (sessenta e sete) reuniões com as instituições parceiras, de forma centralizada em nossas CPMA's para troca de informações e orientações.

Participação do Departamento de Penas e Medidas Alternativas em workshop de alternativas penais realizado pelo DEPEN, cujo objetivo era pensar e estruturar a nova política de Alternativas Penais;

Realização de um Seminário no Palácio do Governo em comemoração aos 20 anos do Programa de Penas e Medidas Alternativas no Estado.

Ação 6166 – Promoção da Reintegração Social a Custodiados e Familiares

Descrição: Atendimento psicológico e social a presos, internados e seus familiares e suporte técnico às equipes das unidades prisionais para implementação de ações de reintegração social, por meio da disponibilização de estratégias e metodologias de trabalho, elaboração, implementação e acompanhamento de ações contínuas, projeto, avaliações e providências objetivas quanto a direitos trabalhistas e benefícios sociais.

Produto/Meta: 710.000 atendimentos assistenciais aos custodiados e suas famílias

Realização: 678.145 (95,5% da meta)

Justificativa: O Grupo de Ações de Reintegração Social vem realizando mudanças importantes no formato de consolidação das informações das ações de reintegração social do Relatório de Acompanhamento Mensal das 165 unidades prisionais do Estado de São Paulo. Em 2017, iniciou-se a implementação regional do Prontuário Eletrônico de Ações de Reintegração Social, na plataforma do GEPEN. No entanto, o início efetivo para a transição completa será em 2018. Dessa forma, a consolidação dos indicadores anuais foi feita por meio das planilhas preenchidas manualmente pelas equipes de reintegração social e enviadas pelas Unidades Prisionais.

Em 2018, todos os atendimentos serão registrados unicamente no Prontuário Eletrônico da pessoa presa e, com isso, contamos com menos distorções no processo de consolidação dos dados e informações prestadas pelas Unidades Prisionais.

Destacamos ainda o desafio de atenção à meta anual de atendimentos à população presa e seus familiares devido a diminuição contínua de profissionais que compõem as equipes de reintegração social (psicólogos e assistentes sociais), responsáveis pelos atendimentos nas Unidades Prisionais em contrapartida ao aumento sistemático da população total presa, e isso impacta sobremaneira na diminuição do volume total de atendimentos e de atendimentos/preso.

Principais realizações:

- Número de atendimentos à pessoa presa: **678.145**
- Número de documentos retirados: **133.828**
- Número de ações dirigidas à familiares: **249.699**
- Número de benefícios sociais e direitos trabalhistas: **22.761**
- Equipes Volantes - atendimentos em unidades defasadas: **3.627** avaliações psicológicas, **2.853** avaliações sociais totalizando **6.480** avaliações de presos (as).

Sistema Gestão Penitenciária - GEPEN

Implantação do **Módulo Reintegração Social no Sistema de Gestão Penitenciária** e consequente alteração do Prontuário de Reintegração Social da Pessoa Presa que passa a ser totalmente eletrônico, com registros de ações e projetos realizados junto à população presa.

Campanhas internas e Redes Sociais

- **Campanha Seja Um agente de Mudança** - Campanha que visa dar visibilidade à Resolução 11/2014 que dispõe sobre a atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário.
- **Mostra de Direitos Humanos - SAP** como polo de difusão da 11ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos.

Ação 6144 – Provisão de Postos de Trabalho

(Esta ação é compartilhada entre a Funap e a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania)

Descrição: Disponibilização de postos de trabalho remunerados para custodiados em serviços de apoio e manutenção das próprias unidades prisionais, nas oficinas gerenciadas pela Funap e em empresas parceiras públicas e privadas, de acordo com padrões de respeito à dignidade humana observados internacionalmente, além de encaminhamentos de egressos a oportunidades de trabalho junto às instituições parceiras.

Produto/Meta da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania: 510 vagas laborais ofertadas para custodiados e egressos

Realização: 313 (61% da meta)

Justificativa: As metas pleiteadas para o exercício de 2017 não foram atingidas devido o atual cenário nacional com crises na criação de postos de trabalho, fato este que atingiu em cheio nosso programa de inserção de mão de obra de egressos no mercado de trabalho. Geralmente este público é inserido em vagas da construção civil, área fortemente afetada com a crise atual. Esforços serão feitos em 2018 entre as secretarias envolvidas objetivando sensibilizar empresas públicas a atentar para o contido no Decreto 55.126/09. Em fins de 2017 a SAP através do Secretário da SAP oficiou todas as Secretarias de Estado bem como autarquias e fundações neste sentido. O que se espera é que em 2018 conseguiremos melhorar estes números.

Principais realizações através da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania:

Empregabilidade:

No Programa de qualificação profissional Via Rápida da SDECTI, foram inseridos **8.710** (oito mil setecentos e dez) presos.

Total de turmas - 384;

Total de alunos concluintes - 7594

Pinturas em Unidades prisionais - 65;

Pinturas em escolas - 125;

Pinturas em prédios públicos – 24

Egressos cadastrados no **PROGRAMA PRÓ EGRESSO (EMPREGA SÃO PAULO)** - www.sit.sp.gov.br, foram **31.682** (trinta e um mil seiscentos e oitenta e dois) – cadastrados através das Unidades Prisionais.

Egressos que conseguiram vagas de trabalho através do **PROGRAMA PRÓ EGRESSO - SITE** - www.sit.sp.gov.br, foram 279 (duzentos e setenta e nove).

Egressos inseridos no mercado de trabalho pelo **PROGRAMA PRÓ EGRESSO** por meio de ações das CAEFs foram **34** (trinta e quatro).

Projeto Jornada da Cidadania e Empregabilidade

A Jornada da Cidadania e Empregabilidade possibilita que em um único dia, o reeducando consiga todos os documentos de que precisa e ainda seja atendido em oficinas que auxiliam na preparação para entrevistas de emprego, elaboração de currículos, além de participar de palestras e dinâmicas especialmente elaboradas para a retomada da cidadania, quando em liberdade. Os serviços são disponibilizados todos no mesmo espaço físico, em salas ou box de atendimento, dependendo da estrutura física de cada unidade. Os órgãos parceiros disponibilizam profissionais e materiais necessários para atender a demanda.

Em **2017** a Jornada da Cidadania foi aplicada em **193** edições (cento e noventa e três) Unidades Prisionais resultando em:

21.350 (vinte e um mil e trezentos e cinquenta) Cadastros de Pessoas Físicas – emitidos/regularizados;

17.780 (dezessete mil setecentos e oitenta) Registros Gerais – expedidos;

4.713 (quatro mil setecentos e treze) Carteiras de Trabalho e Previdência Social – emitidas;

18.849 (dezoito mil oitocentos e quarenta e nove) Certidões de Casamento/Nascimento/Óbito – emitidas/regularizadas;

40.348 (quarenta mil trezentos e quarenta e oito) Atendimentos em Plantão Jurídico/Defensoria Pública/FUNAP;

169.206 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e seis) Participações em Palestras/Oficinas Temáticas;

21.836 (vinte e um mil oitocentos e trinta e seis) Cortes de cabelos/procedimentos estéticos;

239.507 (duzentos e trinta e nove mil e quinhentos e sete) Plantões de atendimento à Saúde;

40.273 (quarenta mil duzentos e setenta e três) Número de participantes nas atividades;

56.685 (cinquenta e seis mil e seiscentos e oitenta e cinco) Número de participantes nas ações de saúde.

• Parceria com a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo – ARPEN

Iniciada em julho/16, para regular o intercâmbio de certidões e informações, por meios eletrônicos, para atender as necessidades desta Pasta, por meio da utilização do SISTEMA ARPEN, apresentou no período de janeiro/17 a novembro/17 a solicitação de emissão de **76.208** (Setenta e seis mil, duzentos e oito) Certidões dentre Casamento, Nascimento e Óbito.

• Parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), a Secretaria de Estado da Educação (SEE) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)

9.196 (nove mil, cento e noventa e seis) reeducandos do regime semiaberto foram inseridos no curso de pintura e hidráulica através Programa Via Rápida Expresso & Econômico da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência Tecnologia e Inovação, sendo:

Total de turmas - 324;

Total de alunos concluintes - 7594;

Total de excluído/desistentes - 1738;

Pinturas em Unidades prisionais - 65;

Pinturas em escolas - 125;

Pinturas em prédios públicos – 34

Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” – FUNAP:

Produto/Meta Funap: 19.940 vagas laborais ofertadas para custodiados e egressos

Realização: 32.368 (62,3% acima da meta)

Justificativa: Houve crescimento acima do esperado em razão da prospecção de vagas laborais junto à iniciativa privada.

Principais realizações através da Funap:

A Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” – Funap, instituição vinculada à Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, planeja, desenvolve e avalia, para as pessoas que se encontram privadas de liberdade no sistema prisional paulista, programas sociais voltados para a educação, a cultura, a formação profissionalizante, o trabalho e a geração de renda, já que estes são os pilares que sustentam a dignidade humana, tanto na sociedade dos homens livres quanto nos estabelecimentos penais.

O histórico de sua atuação e a constituição de uma capilaridade no sistema prisional lhe possibilitam uma experiência relevante em termos de garantia dos direitos das pessoas privadas de liberdade, especialmente quando comparada às experiências de outros estados brasileiros, tornando-a uma das organizações mais importantes no que se refere ao atendimento social dessas pessoas.

O marco por ela alcançado, raro em organizações do gênero, ratifica a excelência das políticas públicas aplicadas, desenvolvendo práticas para o aperfeiçoamento profissional e empoderamento social, servindo como referência nacional em política pública para população prisional.

Assim, muito embora, nos dias de hoje, falar em socialização nas nossas prisões possa conotar um “discurso utópico”, alheio ao cenário atual do nosso sistema carcerário, não se pode perder de vista que ela é uma das funções do encarceramento – senão a mais importante – permitindo ao recluso que se readapte a vida em sociedade, onde o trabalho, em especial no âmbito do empreender, é tido como fundamental, engrandecendo e dignificando o Homem.

Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - PET

- **Saber Ser – 118.423 atendimentos**

- **Saber Fazer – 6.481 atendimentos**

A partir de 2013, a Fundação iniciou um grande e importante desafio: a criação de uma política social que contemplasse toda a sua experiência e a essência da sua missão. Com a contribuição de todos os servidores, conseguiu elaborar, organizar e colocar em execução o Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - "De Olho no Futuro", que tem como objetivo contribuir para a inclusão social de pessoas em privação de liberdade, através do desenvolvimento de competências e habilidades que possam ampliar as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, geração de renda e participação da sociedade, com a finalidade de atender o princípio da formação integral – o saber ser (Formação Social) e o saber fazer (Formação Profissional).

Busca ensinar que a ética, o senso de justiça e a responsabilidade social (três pilares indissociáveis) concedem ao caráter humano, ao trabalho e ao agir profissional e empreendedor, com vistas ao desenvolvimento sustentável das comunidades onde a pessoa fixará sua residência estando, como consequência, apta ao mundo do trabalho e participação na sociedade.

Observatório de Competências Sociais – 7.309 atendimentos

Vinculado ao Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania: “De Olho no Futuro”, o Observatório de Competências Sociais tem como proposta o desenvolvimento de competências sociais por meio de estações de vivência. Pretende-se estabelecer o diálogo horizontal entre os participantes e a aquisição de novos saberes, contribuindo assim para o protagonismo social. Implantado a partir de setembro de 2016.

Programa de Atividades Culturais – 14.775 atendimentos

Este programa ampliou sua atuação e incorporou outras frentes, sendo as ações consideradas de educação “não formal” como espaços importantes de aprendizagem e desenvolvimento, através de inúmeras atividades culturais em diversas linguagens e modalidades: Artes Plásticas, Música, Teatro e Capoeira. Ademais, 156 salas de leitura são mantidas pela FUNAP, com a presença de um monitor preso, devidamente capacitado, responsável pelo espaço, pelo acervo, pela movimentação dos livros e, ainda, pelo registro desta movimentação em software desenvolvido para mapear a quantidade de livros lidos.

Salas de Leitura – 486.874 atendimentos

Pensado como um espaço de incentivo à leitura e às atividades culturais, as salas de leitura oferecem aos reeducandos acesso a um acervo variado de obras. As salas são equipadas com um computador, para controle do acervo, e organizadas por um monitor preso devidamente capacitado,

responsável por gerenciar o espaço da sala e os empréstimos, além de promover o incentivo a leitura.

Clubes de Leitura – 5.810 atendimentos

Com a participação de parceiros como Companhia das Letras, Fundação Palavra Mágica, Pastoral Carcerária, Centro Paula Souza, Instituto Ecofuturo, Faculdade de Americana, UNIESP - Sorocaba e as próprias unidades prisionais, os reeducandos têm acesso a obras de diferentes estilos. A proposta inclui, após a leitura da obra selecionada, a realização de um debate, onde os participantes podem trocar experiências e ideias sobre o livro e também a produção de uma resenha, que pode ser utilizada para a solicitação de remição de pena pela leitura.

Programa de Trabalho e Geração de Renda

Contratos FUNAP – 405.171 atendimentos

Contratos SAP – 408.056 atendimentos

A socialização nas prisões é uma das funções do encarceramento, permitindo ao recluso que se readapte a vida em sociedade, onde o trabalho é tido como fundamental, engrandecendo e dignificando o Homem. E, ao proporcionar trabalho remunerado para homens e mulheres presos, contribui-se para sua formação, qualificação profissional e geração de renda, preparando-o para a vida em liberdade e, ao mesmo tempo, sensibilizando os empresários na contribuição para a redução dos índices de criminalidade e de reincidência. O trabalho prisional envolve todas as atividades laborais exercidas pelos presos, desde que ofereçam remição de pena, com ou sem remuneração e, de acordo com as Resoluções SAP nº 53/2001 e 509/2006, toda oferta de trabalho a sentenciados deverá ter suas condições aprovadas pela FUNAP, devendo propiciar ao trabalhador preso: 1) patamar único de $\frac{3}{4}$ do salário mínimo; 2) remição de 01 dia da pena a cada 3 dias trabalhados; 3) aprendizado de competências para o trabalho; 4) profissionalização; 5) geração de renda; 6) seguro contra acidente do trabalho; 7) obrigatoriedade do uso dos equipamentos de proteção individual; 8) fiscalização do meio ambiente do trabalho; 9) elevação da autoestima face à oportunidade de sustentar a família; 10) novo significado do valor do trabalho; 11) valorização da sociedade pelos apenados e parentes que morem nas proximidades

Ação 6143 - Formação Educacional e Profissional

Descrição: Disponibilização para custodiados de vagas em cursos de qualificação para o mercado de trabalho e de vagas para a efetivação das atividades de educação básica na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos, conforme Decreto nº 57.238, de 17 de agosto de 2011, que institui o Programa Educação nas Prisões e a Resolução Conjunta SE/SAP 1, de 16 de janeiro de 2013.

Produto/Meta: 25.660 matriculados em cursos de alfabetização e profissionalizante, em média

Realização: 26.507 (3,3% acima da meta)

Justificativa: Considerada dentro da margem de erro da estimativa.

Principais realizações:

Programa de Educação Formal.

- **Atendimentos SEE – 192.978**

- **Atendimentos FUNAP – 2.586**

A partir de 2012, conforme Resolução do Conselho Nacional de Educação, a Secretaria Estadual de Educação – SEE assumiu a educação básica nas prisões, estabelecendo-se como responsável do Programa de Educação nas Prisões – PEP. À FUNAP coube continuar atendendo algumas unidades não assumidas pela SEE, bem como agir como interlocutora, pois o desinteresse do preso pelo estudo exige intenso trabalho para a conscientização do mesmo quanto à realidade e à importância de concluir os estudos formais, os cursos extracurriculares e profissionalizantes.

Ação 6145 – Assistência Legal aos Custodiados e Serviços de Apoio à Reintegração Social

Descrição: Assistência judiciária aos custodiados sentenciados carentes do sistema penitenciário paulista no acompanhamento do processo de execução, em relação a incidentes processuais e pedidos de benefícios e progressão de pena, além de fornecimento de subsídios, tais como contagem de dias trabalhados e relatório de acompanhamento para apoiar a decisão judicial. Incluem também

serviços direcionados a custodiados, egressos e apenados para regularização de documentos que contribuam para sua reintegração social.

Produto/Meta: 1.230.520 instruções judiciais para concessão de benefícios previsto sem lei

Realização: 1.612.954 (31,1% acima da meta)

Justificativa: A implantação do pagamento de diárias para os advogados influenciou diretamente no acréscimo da meta.

Principais realizações:

Programa JUS – Apoio Jurídico ao Preso - 1.612.954 atendimentos

A efetiva assistência jurídica é de vital importância para a população carcerária. Nenhum preso se conforma com sua prisão e a falta esperança de alcançar o benefício e/ou a liberdade tem reflexo imediato na disciplina da unidade. Assim, em 1977, a FUNAP criou o “Projeto Jus”, com o objetivo de prestar assistência jurídica integral às pessoas presas carentes de recursos financeiros. Atualmente, é desenvolvido mediante convênio com a Defensoria Pública, de forma que os 148 advogados em exercício prestem serviços de atendimento jurídico suplementar aos presos, incumbindo-lhes praticar todos os atos destinados a garantir a preservação dos direitos dos presos e internados, condenados e provisórios, que não possuam advogado, entrevistando-os, formulando os pedidos de benefícios e acompanhando as sindicâncias administrativas disciplinares, entre outras.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa 13000 - Secretaria de Agricultura e Abastecimento

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	627.235.984,00	619.851.431,00	545.869.501,31	13.731.911,83	559.601.413,14	545.888.079,65
Pessoal e Encargos Sociais	430.262.861,00	405.206.561,00	396.017.975,70	0,00	396.017.975,70	397.225.273,35
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	196.973.123,00	214.644.870,00	149.851.525,61	13.731.911,83	163.583.437,44	148.662.806,30
Despesas de Capital	151.365.902,00	172.072.615,00	123.486.625,71	20.768.271,76	144.254.897,47	127.086.352,78
Investimentos	151.365.902,00	172.072.615,00	123.486.625,71	20.768.271,76	144.254.897,47	127.086.352,78
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	778.601.886,00	791.924.046,00	669.356.127,02	34.500.183,59	703.856.310,61	672.974.432,43

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário 13000 - Secretaria de Agricultura e Abastecimento

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	957.259,00	774.259,00	763.201,36	0,00	763.201,36	768.686,99
Despesas Correntes	957.259,00	774.259,00	763.201,36	0,00	763.201,36	768.686,99
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1301 - Geração e Transferência de Conhecimento e Tecnologias para o Agronegócio	211.717.199,00	207.036.050,00	195.671.967,44	3.133.671,83	198.805.639,27	196.389.650,61
Despesas Correntes	206.404.199,00	199.487.079,00	192.209.447,56	1.929.010,59	194.138.458,15	194.041.502,65
Despesas de Capital	5.313.000,00	7.548.971,00	3.462.519,88	1.204.661,24	4.667.181,12	2.348.147,96
1307 - Desenvolvimento Local Integrado Sustentável	201.857.254,00	204.861.292,00	157.298.226,21	19.592.004,83	176.890.231,04	159.514.746,03
Despesas Correntes	174.847.254,00	160.373.254,00	147.095.800,00	128.394,31	147.224.194,31	148.516.869,56
Despesas de Capital	27.010.000,00	44.488.038,00	10.202.426,21	19.463.610,52	29.666.036,73	10.997.876,47
1308 - Abastecimento e Segurança Alimentar	9.703.382,00	8.915.762,00	5.868.231,25	238.501,73	6.106.732,98	5.827.949,85
Despesas Correntes	9.700.982,00	8.913.362,00	5.868.231,25	238.501,73	6.106.732,98	5.827.949,85
Despesas de Capital	2.400,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1311 - Defesa Sanitária do Agronegócio p/ Proteção da Saúde do Homem e do Meio Ambiente	110.800.564,00	107.794.068,00	88.575.987,83	1.085.828,94	89.661.816,77	88.018.776,03
Despesas Correntes	107.920.554,00	104.516.359,00	87.178.088,04	1.085.828,94	88.263.916,98	87.024.837,53
Despesas de Capital	2.880.010,00	3.277.709,00	1.397.899,79	0,00	1.397.899,79	993.938,50
1315 - Gestão das Agropolíticas Públicas	243.566.228,00	262.542.615,00	221.178.512,93	10.450.176,26	231.628.689,19	222.445.618,72
Despesas Correntes	127.405.736,00	145.787.118,00	112.754.733,10	10.350.176,26	123.104.909,36	109.699.228,87
Despesas de Capital	116.160.492,00	116.755.497,00	108.423.779,83	100.000,00	108.523.779,83	112.746.389,85
4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.004,20
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.004,20
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	778.601.886,00	791.924.046,00	669.356.127,02	34.500.183,59	703.856.310,61	672.974.432,43

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

O PLANO PLURIANUAL - PPA 2016-2019 do Governo do Estado de São Paulo especifica como diretrizes que as ações do Estado devem buscar promover o desenvolvimento econômico e sustentabilidade: competitividade e criação de oportunidades; desenvolvimento social: qualidade de vida, equidade, justiça e proteção social; desenvolvimento urbano e regional: conectividade e superação das desigualdades entre pessoas e regiões; Gestão Pública: inovação, eficiência e tecnologia a serviço do cidadão. Em consonância com essas diretrizes, os Programas para a Agricultura Paulista atuam no sentido de concretizar uma sociedade democrática, plural, economicamente avançada, cada vez mais justa e empenhada em proporcionar igualdade de oportunidades aos seus integrantes.

Dos onze objetivos estratégicos discriminados pelo Governo do Estado de São Paulo para o PPA 2016-2019, as ações dos Programas vinculados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento contemplaram:

- São Paulo sem pobreza e com menor desigualdade social;
- Sociedade saudável, com maior qualidade de vida e longevidade;
- Meio ambiente preservado, saudável e sustentável;
- Urbanização inclusiva, com moradia e infraestrutura adequada em todo território paulista, com mobilidade urbana ampliada;
- Economia paulista competitiva, voltada para a inovação tecnológica, o incremento da produtividade e a geração de empregos de boa qualidade;
- Sociedade resiliente às mudanças climáticas, com disponibilidade de água para as gerações presente e futuras;
- Gestão Pública inovadora, eficiente e comprometida com o planejamento e a execução dos programas e serviços públicos de qualidade.

O presente documento está organizado segundo os programas inseridos no PPA 2016-2019, constituindo-se em relatório anual do governo de 2017 e apresentando os indicadores associados às principais ações governamentais previstas no referido Plano Plurianual.

A Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), instituição pública de pesquisa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, como Unidade Gestora Orçamentária (U.G.O.) recebe recursos do orçamento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e os disponibiliza para as unidades por ela coordenadas: Gabinete do Coordenador, Departamento de Gestão Estratégica, Instituto Agrônomico, Instituto Biológico, Instituto de Zootecnia, Instituto de Tecnologia de Alimentos, Instituto de Pesca, Instituto de Economia Agrícola e Departamento de Descentralização do Desenvolvimento.

Por meio de suas unidades, a APTA promoveu a realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento da agropecuária do Estado de São Paulo, de acordo com o seguinte Programa e Ações:

Programa 1301 – Tecnologias Sustentáveis para o Desenvolvimento Rural e Agroindustrial

Objetivo: Gerar e transferir conhecimentos e tecnologias para a promoção do desenvolvimento sustentável da agropecuária paulista, visando à segurança alimentar, melhor organização do espaço rural e periurbano, bioenergia, produtos e processos estratégicos, além de promover a produtividade e competitividade dos produtos agrícolas, agroindustriais, oportunidades de novos negócios, geração de emprego e renda.

Os recursos aplicados continuamente pelo Governo do Estado de São Paulo nos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, coordenados pela APTA, vêm mantendo o Estado no posto de principal produtor agrícola nacional, de maior exportador de mercadorias do agronegócio e de detentor dos níveis mais elevados de produtividade total de fatores (PTF).

A publicação “Balanço Social: 2014/2015” em meados de 2016 traz resultados das análises dos impactos econômicos, sociais e ambientais das pesquisas desenvolvidas pela APTA. A leitura deixa clara a determinante presença da ciência agropecuária paulista no agronegócio de São Paulo. Os impactos dos contínuos aumentos de produtividade e eficiência na produção agrícola, propiciados pela pesquisa agropecuária, beneficiam todos os setores da economia paulista, gerando empregos, renda, aumentando a segurança alimentar e diminuindo desigualdades sociais. O retorno econômico propiciado por 48 das principais tecnologias desenvolvidas pela APTA e já adotadas pelos setores da produção agropecuária foi estimado em aproximadamente R\$ 7 bilhões, no biênio 2014/2015, provenientes de aumentos de produtividade, redução de custos, expansão de áreas e agregação de valor. Nesse mesmo período foram destinados à APTA R\$ 616,4 milhões em recursos oriundos, principalmente, do Tesouro do Estado de São Paulo (75%), da iniciativa privada (17,5%), de agências de fomento (5,4%) e do Fundo Especial de Despesa (3,2%). Portanto, os recursos investidos na APTA em períodos anteriores resultaram em retornos 11,4 vezes maiores do que os recursos utilizados no biênio 2014/2015.

Ação 5925 – Geração de Conhecimentos e Tecnologias Sustentáveis

Finalidade: Executar pesquisas multidisciplinares visando inovações que elevem a produtividade e a qualidade dos produtos do agronegócio paulista, que contribuam para o aumento da competitividade, geração de emprego e renda, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental.

A 5925 é a principal Ação (Atividade) do Programa 1301. Em 2017 estiveram em andamento, nos Institutos de Pesquisa ligados à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), 1.008 pesquisas, destacando-se as participações dos grupos políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (27,1% do total), hortícolas e agronegócios especiais (24,8% do total) e desenvolvimento regional (17,3% do total). Portanto, a Meta prevista no Orçamento (1.000 pesquisas em andamento) foi alcançada. Todavia, restrições orçamentárias prejudicaram o desenvolvimento de diversas pesquisas nessa Ação 5925. Do total Liquidado em Despesas Correntes, referem-se aos serviços de Portaria, Vigilância e Limpeza, R\$ 3.344.963,38 a Serviços de Terceiros PJ, R\$ 4.316.013,34 a Utilidade Pública, e R\$ 1.630,91 a Despesas de Exercícios Anteriores que, somados, consumiram mais de 70% desse total Liquidado. Portanto, restaram R\$ 5.061.758,33 de recursos orçamentários para todos os outros itens, entre eles materiais para laboratório, adubos, rações, diárias, dificultando diversas pesquisas. O número de pesquisas em desenvolvimento durante o ano só foi possível devido à captação de recursos de outras fontes. Entretanto, não é possível utilizar recursos de agências de fomento, fundações e iniciativa privada para outras atividades não previstas nas propostas aprovadas pelos financiadores, o que inviabiliza o desenvolvimento de projetos que não foram diretamente contemplados com esses financiamentos. Os Centros de Pesquisa mais diretamente relacionados às explorações como cana-de-açúcar e citros estão conseguindo manter suas pesquisas devido aos demais recursos captados. Outros centros que desenvolvem pesquisas igualmente importantes e estratégicas - mas que não conseguem captar recursos externos na mesma intensidade – estão com diversas de suas atividades de pesquisa prejudicadas.

Ação 1380 – Recuperação da Infraestrutura da Pesquisa Agropecuária Paulista

Finalidade: Modernizar e consolidar as unidades regionais e centros de geração de tecnologias dos institutos de pesquisa da Apta, aumentando o dinamismo dessas unidades multidisciplinares, para

gerar inovações dirigidas às necessidades das cadeias de produção estaduais, aos novos negócios, ao desenvolvimento sustentável, à inclusão social e à certificação de qualidade.

A Meta Prevista no Orçamento (2 unidades de pesquisa modernizadas) foi atingida. Destacaram-se os recursos aplicados no Centro Experimental Central (setor de sementes) do Instituto Agrônomo, de Campinas (IAC), e no Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio Avícola, do Instituto Biológico (IB), localizado em Descalvado.

Entre os Centros de Pesquisa que também receberam recursos da Ação 1380 devem ser citados o Centro de Frutas do IAC, localizado em Jundiá, o Centro de Bovinos de Leite do Instituto de Zootecnia (IZ), localizado em Nova Odessa, e o Centro de Seringueira e Sistemas Agroflorestais do IAC, localizado em Votuporanga, onde foram executados reparos e adequação no barramento para beneficiar a Unidade de Pesquisa do Instituto de Pesca.

Também no âmbito da Ação 1380, recursos da Fonte 5 (referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010) foram empregados em reformas e adequação de instalações em diversas unidades, somando R\$ 2,9 milhões.

Ação 4872 – Análises Laboratoriais para a Qualidade do Alimento

Finalidade: Regular e monitorar a qualidade de produtos e processos para atender às exigências de qualidade certificada e rastreabilidade necessárias à competitividade externa e à saúde pública.

O número de análises laboratoriais realizadas em 2017 foi de 319.566, superior à meta do Orçamento (250.000 análises).

Convém destacar que o planejamento estabelecido pela gestão da APTA nos últimos anos, caracterizado pelos investimentos em modernização da infraestrutura e qualificação de laboratórios, além do credenciamento e acreditação de procedimentos, permitiu ampliar a oferta de bens e serviços e estimular projetos junto à iniciativa privada. Esta estratégia de gestão consolidou o papel da APTA na regulação e monitoramento da qualidade de produtos e processos para atendimento às exigências de qualidade certificada e à rastreabilidade necessárias à competitividade e à saúde pública.

Ação 4874 – Insumos Tecnológicos Estratégicos

Finalidade: Produzir insumos tecnológicos resultantes das ações de pesquisa e desenvolvimento para aumentar a eficiência do processo de adoção de inovações.

Apesar de queda nas produções de sementes e de imunobiológicos, que impossibilitaram repetir o resultado excepcional do ano anterior, a meta prevista no Orçamento (índice de quantidade de insumos igual a 78) foi superada: o índice atingiu 111,5. Essa quantidade pôde ser atingida com auxílio do montante de recursos captados de outras fontes.

Ação 4891 – Transferência de Conhecimento e Tecnologias Sustentáveis

Finalidade: Formação de recursos humanos por meio de cursos, palestras e treinamentos, atendimentos diretos a demandas dos usuários, e democratização do acesso aos conhecimentos e tecnologias gerados pelas pesquisas, ampliando e facilitando o acesso eletrônico a informações técnico-científicas de qualidade.

A meta prevista no Orçamento (360.000 atendimentos técnicos) foi superada.

Foram realizados 495.733 atendimentos técnicos, dos quais 60.561 referem-se a pessoas treinadas. Os acessos aos sites dos Institutos de Pesquisa vinculados à APTA somaram 1,99 milhões em 2017. Tais metas foram atingidas com o auxílio de recursos captados de outras fontes.

Programa 1307 – Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável

Objetivo: Promover os agentes locais de desenvolvimento como articuladores das forças presentes nos municípios, visando conjugar o desenvolvimento econômico, a promoção da cidadania e a preservação do meio ambiente.

Na atual conjuntura, o país vem se reestabelecendo da crise econômica neste exercício, ainda as restrições orçamentárias visando otimização e redução de custeio são necessárias, no contexto da

dotação atual a expectativa de execução foi realizado a contento, com índice de realização de 87,76%, sendo em pessoal e encargos sociais 62,06%, em custeio 12,72% e em investimento 12,97%, também, o que reflete esta situação, é inserção da dotação contingenciada que corresponde 1,43% da dotação orçamentária. Por outro lado, o Decreto nº 62.409, de 02/01/2017 que estabelecem diretrizes e restrições aplicáveis para as despesas no âmbito do Poder Executivo e do Ofício Conjunto SG/SPG/SF nº 0001/2017, de 30/01/2017 que trata das restrições LOA 2017.

Levando em consideração a análise por grupo de despesas a execução reflete da seguinte forma: em Pessoal e Encargos Sociais a execução alcançou um percentual de 99,95% da dotação efetiva; em Outras Despesas Correntes a execução alcançou um percentual de 54,19% da dotação efetiva; em Investimentos a execução alcançou um percentual de 89,86% da dotação efetiva.

Diante dos índices apresentados, elucidamos a seguir o resultado em cada Ação deste Programa:

Ação 2286 Microbacias II - Acesso ao Mercado para os Agricultores Familiares.

Finalidade: Aumentar a competitividade da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo, favorecendo o acesso ao mercado e assegurando a sustentabilidade ambiental e social da atividade.

Analisando o projeto pela dotação atual a expectativa de execução foi realizado à contento, em torno de 76,91%, sendo em custeio 22,11% e em investimento 54,80%, o que reflete esta situação, é inserção da dotação contingenciada que corresponde 3,07% e 2,97% correspondente às reprogramações orçamentárias e crédito suplementar com oferecimento em outras Ações voltadas à execução do projeto, e por outro lado, as medidas de otimização e redução de custeio diante da crise econômica do país.

Levando em consideração a dotação atual do projeto por grupo de despesas, a perspectiva da execução alcançou um percentual de 90,70% da dotação efetiva em investimento e em custeio 55,86% da dotação efetiva, onde a baixa execução reflete nas reformas das Casas de Agricultura em razão do prazo de execução e entrega dos serviços pelas empresas contratadas e nas aquisições de equipamentos de informática.

Ressaltamos que a execução na fonte de recursos do Tesouro do Estado o índice foi de 54,76% em custeio, e o índice de 80,09% na fonte de recursos de Operações de Crédito – BIRD com a aplicação dos recursos de 100% do Banco Mundial.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado (PDRS – Microbacias II), o principal de seus programas de Assistência Técnica e Extensão Rural -ATER, está apoiando as organizações de produtores rurais para que possam participar de maneira mais efetiva junto ao mercado consumidor. Assim, consolida um novo perfil de agricultor familiar empresarial, capaz de gerar mais renda a partir da atividade rural e, principalmente de reduzir o êxodo rural da população mais jovem, permitindo que passem a participar do processo de gestão desses novos empreendimentos.

Iniciativas de Negócio das Associações e Cooperativas

O PDRS – Microbacias II acumulou em 6 chamadas públicas, até o final do ano de 2017, 324 planos de negócios aprovados e em implantação, o que totaliza um apoio de R\$ 140.085.384,89 na forma de subvenção econômica e atendendo a um público de 9.607 produtores e suas famílias, sendo 93% de agricultores familiares.

Iniciativas de Negócios ao longo das chamadas públicas

Nº Chamadas	Data	Nº Propostas elaboradas	Nº Propostas aprovadas	Valor apoiado R\$ milhões
1ª	02/08/2011	92	33	19,78
2ª	27/08/2012	42	31	17,49
3ª	26/04/2013	40	23	13,84
4ª	11/11/2013	60	15	29,92
5ª	10/04/2014	72	56	30,06
6ª	22/07/2015	157	136	93,64
Indígena		10	10	1,46
Quilombola		43	43	7,57
Total		516	347	213,76

Fonte: Relatório Microbacias II/CATI/SAA

Nas Salvaguardas Sociais do Projeto foram trabalhados quatro objetivos estratégicos: I) Realização de serviços permanentes de ATER nas Aldeias e Quilombos; II) Realização de cursos de capacitação para estas populações; III) Elaboração, com as comunidades e organizações parceiras (Funai, Itesp), de Planos de Etnodesenvolvimento, que contemplam um diagnóstico integral de cada comunidade, com o levantamento dos principais problemas e das potencialidades e talentos existentes; IV) Elaboração de propostas de investimentos a serem realizados pelo PDRS - Microbacias II por meio das associações comunitárias.

As capacitações realizadas pela CATI com recursos do PDRS - Microbacias II - Acesso ao mercado, são apresentadas na Tabela 2.

Número de eventos realizados com recursos do Microbacias-II

Categorias	nº de eventos	Público	
Gestão de organizações	51	1.583	11,9%
Estradas rurais	1	14	0,1%
Outros	235	11.768	88,0%
Total	287	13.365	100,0%

Fonte: Centro de Treinamento/CATI/SAA.

Em 2017 no Subcomponente 1.2 – Fortalecimento das Organizações de Produtores Rurais do projeto de MBII foram contratados estudos de mercados das principais cadeias produtivas que envolvem a agricultura familiar no Estado de São Paulo. Neste contexto, destacam-se as cadeias do leite, fruticultura, olericultura e grãos atividade da agricultura familiar. As consultorias contratadas tiveram como objetivo realizar um estudo mercadológico das cadeias produtivas, bem como capacitação das organizações de produtores, considerando que esta cadeia contém grandes oportunidades para os agricultores. Estas capacitações envolveram 102 organizações que trabalham com leite, 92 com fruticultura, 145 com olericultura e 17 que trabalham com grãos.

Obras de Adequação de Estradas Rurais e Reforma das Casas da Agricultura

Para viabilização das obras de adequação de trechos críticos e manutenção de estradas rurais, é condição a adesão das Prefeituras Municipais, através de convênio com a SAA para o repasse de recurso. Até 2017 foram formalizados 52 convênios e 12 obras foram finalizadas até dez/2017.

Obras de Adequação de Estradas Rurais

EDR	nº município	km	Valor - R\$
Araraquara	1	9,69	662.133,86
Barretos	2	9,82	821.269,81
Botucatu	4	29,81	1.926.043,74
Catanduva	3	29,49	2.048.910,17
Dracena	3	20,79	1.955.594,95
Franca	2	13,03	965.075,26
General Salgado	4	30,7	2.227.376,50
Guaratinguetá	1	10,96	699.962,71
Itapetininga	3	22,8	1.462.843,44
Jaboticabal	2	12,03	1.111.403,71
Jales	4	33,36	2.464.126,15
Jaú	1	4,88	336.278,84
Limeira	1	14,3	399.394,08
Lins	2	57,31	1.396.457,94
Mogi Mirim	1	7,84	699.982,40
Orlândia	1	13,6	693.667,47
Presidente Prudente	5	32,31	2.164.499,06
Presidente Venceslau	2	11,85	1.069.430,95
Registro	1	7	699.352,45
Ribeirão Preto	2	12,26	778.445,65
São João da Boa Vista	2	15,4	940.205,42
São José do Rio Preto	3	14,99	1.542.771,74
Sorocaba	1	14,25	691.235,53
Votuporanga	1	8,21	698.349,90
TOTAL	52,00	436,68	28.454.811,73

Em 2017 foram finalizadas as reformas de 36 Casas da Agricultura, pertencentes a 23 Escritórios Regionais CATI:

Reforma das Casas da Agricultura finalizadas

EDR	nº de municípios	Valor - R\$
Araraquara	1	194.074,52
Assis	1	155.820,14
Barretos	1	200.000,64
Botucatu	1	189.633,56
Campinas	1	200.702,79
Catanduva	2	328.015,77
Dracena	2	284.983,96
Franca	1	174.467,37
Guaratinguetá	1	115.325,94
Jaú	1	199.091,57
Marília	1	161.747,02
Mogi Mirim	1	251.659,57
Orlândia	4	714.772,24
Ourinhos	1	140.663,18
Pindamonhangaba	1	120.124,28
Piracicaba	2	361.250,79
Presidente Prudente	3	539.771,77
Presidente Venceslau	2	348.649,59
Registro	2	324.206,25
Ribeirão Preto	2	360.955,32
São João da Boa Vista	2	335.490,99
São José do Rio Preto	2	484.886,86
Tupã	1	172.475,59
TOTAL	36	6.358.769,71

Ação 2471 - Práticas de Manejo de Solo Sustentáveis para Mitigação das Emissões de Carbono

Finalidade: Implantar ações junto à comunidade rural voltadas à mitigação de carbono, visando a sustentabilidade ambiental, em consonância com a Política Estadual de Mudanças Climáticas.

Diante do contexto da dotação atual a expectativa de execução alcançou uma média de 61,04%, sendo em custeio 56,47% e em investimento 4,57%, o que reflete também é a inserção da dotação contingenciada que corresponde 19,03%. Por outro lado, com a crise econômica que o país ainda atravessa existem as medidas de otimização e redução de custeio e face ao Decreto nº 62.409, de 02/01/2017 que estabelecem diretrizes e restrições aplicáveis para as despesas no âmbito do Poder Executivo e do Ofício Conjunto SG/SPG/SF nº 0001/2017, de 30/01/2017 que trata das restrições LOA2017.

O fator predominante que refletiu na execução foi o LUPA – Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária priorizado pelo Governo do Estado, cuja atualização das propriedades rurais estava previsto até julho/2017, onde todos técnicos da rede foram envolvidos neste primeiro semestre, portanto, a execução deste projeto praticamente teve início a partir de julho/2017.

Levando em consideração a dotação atual do projeto por grupo de despesas, a perspectiva da execução alcançou um percentual de 44,39% da dotação efetiva em investimento e em custeio 62,95% da dotação efetiva.

Foram investidos recursos na aquisição de equipamentos para auxiliar os técnicos na elaboração de projetos de recuperação de áreas degradadas por grandes erosões. Também foi realizada uma capacitação com todos os Assessores Regionais de Manejo Conservacionista (Assistentes Agropecuários lotados nos Escritórios Regionais da CATI) para discutir as ações executadas pela CATI até o momento e iniciar o planejamento das novas atividades para o ano de 2018 que envolvam práticas de mitigação das emissões de carbono.

Ação 2545 – Mobilização e sensibilização com ações de assistência técnica e extensão rural

Finalidade: Ações de extensão rural envolvendo produtores rurais, voltadas para a conservação do solo e dos recursos hídricos, bem como a elaboração de projetos de recomposição ambiental, o auxílio para adesão ao Cadastro Ambiental Rural - CAR e ao Programa de Regularização Ambiental - PRA.

Diante do contexto da dotação atual a execução alcançou uma média abaixo da expectativa com um índice de 41,33% em custeio, o que reflete também é a inserção da dotação contingenciada que corresponde 15%. Por outro lado, com a crise econômica que o país ainda atravessa existem as medidas de otimização e redução de custeio e face ao Decreto nº 62.409, de 02/01/2017 que estabelecem diretrizes e restrições aplicáveis para as despesas no âmbito do Poder Executivo e do Ofício Conjunto SG/SPG/SF nº 0001/2017, de 30/01/2017 que trata das restrições LOA2017.

O fator predominante que refletiu na execução foi o LUPA – Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária priorizado pelo Governo do Estado, cuja atualização das propriedades rurais estava previsto até julho/2017, onde todos técnicos da rede foram envolvidos neste primeiro semestre, portanto, a execução deste projeto praticamente teve início a partir de junho/2017.

Uma parte do recurso financeiro foi utilizada para confecção de 45.000 folders informativos que foram distribuídos pelos técnicos da CATI aos produtores rurais durante suas ações educativas explicando a importância do manejo conservacionista e como a CATI pode ajudar na recuperação e preservação das nascentes e matas ciliares. Também foram executadas capacitações de técnicos sobre novas metodologias de recomposição da vegetação nativa, que possibilitaram habilitá-los a operacionalizar as ações do Projeto Matas Ciliares, Nascentes e Olhos d'Água (Decreto nº 62.021/2016), além de reuniões técnicas e disponibilização de recursos financeiros aos Escritórios de

Desenvolvimento Rural para divulgação direta aos produtores rurais na importância da preservação e recuperação das nascentes.

Ação 4435 - Abastecimento de Sementes e Mudanças no Estado de São Paulo

Finalidade: Abastecer supletivamente os agricultores de todos os municípios do Estado de São Paulo, com prioridade para a produção de sementes de culturas de alimentação básica e mudas de espécies frutíferas e florestais nativas.

A ação insere-se na estratégia de garantir ao agricultor familiar o acesso a sementes e mudas com garantia de qualidade genética, fisiológica e sanitária, de melhor relação custo/benefício, visando à sustentabilidade da produção agrícola, e sua inclusão social.

O atual cenário da produção de sementes no Brasil é de crescente oferta das espécies transgênicas. Em São Paulo, entretanto, a CATI, por meio do seu Departamento de Sementes e Mudanças e Matrizes / DSMM, opta por ofertar sementes do tipo “variedade” não transgênicas, de ótimo potencial produtivo, adaptado as condições paulistas. Estas variedades têm sua importância tanto na agricultura convencional, como também na produção “orgânica”, onde os preceitos produtivos impedem o uso de quaisquer sementes modificadas geneticamente.

O DSMM está em processo de ajuste de produção de sementes para alimentação básica como feijão, milho, trigo, triticale, sorgo, aveia branca, aveia preta e cevada, sendo importante insumo de política de segurança alimentar, também desenvolve projetos de produção de sementes no sistema orgânico de milho variedade, para atender a crescente demanda dos agricultores familiares deste segmento.

Na safra das águas 2016/2017 e inverno 2017/2017 o DSMM instalou 34 campos de sementes, num total de 1.519,10 ha entre áreas próprias e cooperadores. Desses campos a produção bruta foi de 4.359.492 quilos o que resultou 2.488.813 quilos de sementes beneficiadas. A meta estipulada foi 100% atingida, ultrapassando em 24,44% em função da nova sistemática produção implantada no ano passado no DSMM, onde priorizou a produção no Núcleo de Produção de Sementes “Ataliba Leonel”.

A produção de mudas foi intensificada: foram produzidas 1.022.170 mudas em 2017, sendo frutíferas (118.963), Nativas (751.065), Silvestres (97.572) e Porta-enxertos (54.570).

Em 2017, o DSMM comercializou 592.220 quilos de sementes e 209.502 mudas. Foram disponibilizados a todos os 645 municípios paulistas sementes e mudas de qualidade beneficiando mais de 280 mil agricultores familiares; realizando um atendimento direto por seus Núcleos de Produção e Casa de Agricultura. O Laboratório Central de Mudas e Sementes em Campinas do DSMM recebeu 14.687 amostras para análise e emissão de boletins.

Produtos do DSMM/CATI – ano 2017

Insumo	Quantidade
Sementes (kg)	2.488.823
Mudas (unidade)	1.022.170
Análises de Sementes (unidade)	14.687

FONTE: DSMM/CATI/SAA

Com relação à execução orçamentária do exercício de 2017, bem como os demais exercícios, no caso do Departamento de Sementes Mudas e Matrizes da CATI, depende da dimensão do Plano de Produção de Sementes estabelecido anualmente, com base nas demandas dos diversos setores envolvidos, como a indústria, produtores, interesse por novas espécies e variedades conforme preços dos produtos agrícolas entre outros. Desta forma a variação nas quantidades a produzir de sementes e mudas a cada ano varia intensamente, impactando no volume das despesas realizadas para atendimento ao Plano de Produção de Sementes e conseqüentemente a execução orçamentária.

Destacamos que no ano de 2017 foi dada continuidade no programa de recuperação das unidades de produção de sementes e mudas, com o investimento em novos equipamentos no montante de R\$ 667.625,03, equivalente à 96,06% da dotação inicial em investimento, que resultou na aquisição de equipamentos de informática, equipamentos de beneficiamento de sementes, equipamentos para tratamento de sementes, tratores, implementos agrícolas, reforma de barracões, condicionadores de ar, reservatórios de água. Dos investimentos cabe especial destaque a perfuração de 2 (dois) poços profundos nos Núcleos de Produção de Mudas de Pederneiras e São Bento do Sapucaí, com a instalação de reservatórios de água com capacidade de 50.000 litros, afastando dessa forma o risco de perdas de mudas devido à escassez de água e contribuindo na melhora da qualidade das mudas produzidas, além da economia nas tarifas de água e esgoto dessas unidades.

Neste ano de 2017 demos início a implantação do Sistema de Gestão Integrado de Sementes e Mudas (SGI-SM), nosso principal objetivo é a melhoria na qualidade e confiabilidade de nossas informações, em especial o controle do estoque de sementes e mudas, agilizando a informação às unidades e ao produtor.

Visando a melhoria da governança do DSMM foram criados alguns grupos de trabalho, com especial destaque às Comissões de Orgânicos, Custo Produção, Preços, Boas Práticas e Comercialização.

Da comissão de Boas Práticas, resultou a inovação no tratamento de sementes de milho, com a utilização de terra diatomácea, produto natural, para o controle de pragas de armazenamento, eliminando 100% o tratamento com produtos químicos, garantindo maior segurança aos colaboradores do DSMM no tratamento, aos produtores no manuseio da semente e principalmente à população, ou seja, segurança no trabalho, no alimento e para o meio ambiente, O custo com o tratamento com terra diatomácea reduz seu custo em 70%, possibilitando ainda que as sementes sejam utilizadas no sistema orgânico e convencional, sem que haja custo adicional ao produtor paulista.

Inserido no Programa Agro Fácil, o Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes iniciou a implantação do sistema de recebimento das vendas por meio eletrônico, utilizando-se de máquinas de cartão de débito e crédito, facilitando ao produtor na hora da aquisição.

Através do Programa MICROBACIAS II foi construído no Núcleo de Produção de Mudas de Tietê, um novo laboratório de produção de mudas in vitro, com 270 m², para produção de matrizes sadias de morango, atendendo a uma importante cadeia produtiva do Estado. Este laboratório possibilitará a produção de aproximadamente 100.000 matrizes por ano.

Em maio de 2017, com a edição da Resolução SAA nº 21, de 04 de maio de 2017 foi concedido ao agricultor familiar do Estado de São Paulo, desconto de 15% na aquisição de sementes de milho, feijão sorgo e mudas nativas comercializadas pelo DSMM, beneficiando aproximadamente 280 mil produtores familiares.

Ação 4437 - Assistência Técnica e Extensão Rural para uma Agricultura Sustentável – ATERAS

Finalidade: Promover o aumento da competitividade econômica dos agronegócios locais e regionais, com a geração de emprego e renda e a preservação do meio ambiente.

Analisando pela dotação atual a expectativa de execução foi realizado à contento, em torno de 97,37%, sendo em pessoal e encargos sociais 92,95%, em custeio 4,16% e em investimento 0,001%, também, o que reflete esta situação, é inserção da dotação contingenciada que corresponde 0,86% da dotação orçamentária. Por outro lado, o Decreto nº 62.409, de 02/01/2017 que estabelecem diretrizes e restrições aplicáveis para as despesas no âmbito do Poder Executivo e do Ofício Conjunto SG/SPG/SF nº 0001/2017, de 30/01/2017 que trata das restrições LOA2017.

Levando em consideração a análise por grupo de despesas, a execução reflete da seguinte forma: em Pessoal e Encargos Sociais a execução alcançou um percentual de 99,97% da dotação efetiva; em Outras Despesas Correntes a execução alcançou um percentual de 63,30% da dotação efetiva; em Investimentos a execução alcançou um percentual de 0,23% da dotação efetiva.

Levando em consideração que nesta Ação a demanda de custeio na fonte de recursos do Tesouro do Estado a execução foi realizada a contento com percentual de 72,02%, e, também, o que reflete esta situação, é inserção da dotação contingenciada que corresponde 15,92% da dotação orçamentária.

Levando em consideração aos recursos oriundos do Fundo Especial de Despesas da Administração da CATI – FACATI, no contexto orçamentário da Ação 4437, com referência as despesas de custeio, a execução foi baixa com índice de 21,18%, o que prejudica na análise global da Ação. Quanto ao investimento teve a execução muito baixa com índice de 0,23%, ocorre em razão de existir a contrapartida do Estado referente ao Contrato de Repasse nº 841200/2016/MAPA/CAIXA em andamento para aquisições de patrulhas agrícolas em 61 municípios no valor de R\$ 294.308,65 que não foi dada a baixa contábil, apenas repassado o financeiro à conta corrente nº 006.647065-7 da Caixa Econômica Federal.

No que refere à fonte de recursos vinculados federais, existe em andamento o Contrato de Repasse nº 841200/2016/MAPA/CAIXA em investimento para aquisições de patrulhas agrícolas em 61 municípios do Estado no valor de R\$ 11.478.037,35, alocado a dotação orçamentária em dezembro/2017 nesta Ação para viabilizar a abertura do edital de pregão eletrônico neste exercício, com a efetivação da licitação para 2018. Esse montante reflete a baixa de execução nesta Ação com um índice de 17,58% na dotação orçamentária atual.

A ação 4437 visa realizar atividades de assistência técnica e extensão rural, em consonância com o planejamento municipal, com a adoção de boas práticas agrícolas e estratégias adequadas ao mercado local e regional, visando o desenvolvimento sustentável da atividade agropecuária. Em 2017 os técnicos da CATI relataram no sistema de Relatório Diário de Atividades (RDA) um total de 296.489 atividades, como detalha a Tabela 6.

Resumo das atividades desenvolvidas na CATI - Relatório de Atividades Diárias (RDA).

Atividade	Quantidade	%
Emissão de documentos (laudos, declarações, receitas técnicas etc.)	24.466	8
Realização de atividades de capacitação (cursos, dias de campo etc.)	4.198	1
Participação em atividades de capacitação (palestras)	753	0
Atividades de planejamento (reuniões técnicas, elaboração de projetos etc.)	19.915	7
Atendimentos diversos (consulta, venda de sementes, inspeções, visitas técnicas, mapeamentos, levantamentos etc.)	191.969	65
Prestação de serviços	28.890	10
Outras Atividades (Assessoria Técnica, Ações de Divulgação etc)	26.298	9
Total	296.489	100

Fonte: CIAGRO/CATI/SAA

A CATI é a gestora do Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento-SEIAA, por meio do qual são formalizados convênios entre o Estado e os municípios visando integrar os esforços dos órgãos públicos para promover maior eficiência dos serviços de ATER voltados ao desenvolvimento do setor agropecuário, à preservação ambiental, à melhoria do abastecimento alimentar e à execução da Política Agrícola do Estado. No ano de 2017 foram prorrogados 193 e firmados 81 novos

convênios SEIAA com 274 municípios, o que possibilitou o envolvimento de 428 técnicos e 151 administrativos municipais no desenvolvimento dos trabalhos em ações de assistência técnica e extensão rural.

Em 2017 a CATI deu continuidade às ações de âmbito conservacionista e de boas práticas agropecuárias nas propriedades rurais por meio dos programas de crédito e subvenção vinculados ao FEAP, do Programa Integra São Paulo (Decreto 58.930/2013) e das atividades de extensão rural realizadas dentro dos Projetos Institucionais da CATI. Neste sentido, cerca de 1.680 ha localizados no meio rural paulista foram assistidos pelos técnicos da CATI por meio da elaboração e/ou acompanhamento de projetos técnicos, recomendações de práticas de manejo para recuperação de áreas degradadas, uso racional da água e adoção de sistemas de produção sustentáveis.

Considerando esta área, foram elaborados e executados 34 projetos de subvenção para recuperação de voçorocas, por meio do Projeto Integra SP – Recuperação de Áreas Degradadas por Grandes Erosões do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – FEAP, abrangendo 1.010,21 ha em propriedades localizadas 22 municípios paulistas, totalizando R\$ 545.760,04 em recursos aplicados nessas propriedades.

Os trabalhos com as cadeias produtivas estimulam a adoção das Boas Práticas Agropecuárias (BPA), que atualmente conta com 121 propriedades com protocolos, cujo objetivo é melhorar continuamente as condições sociais, ambientais, econômicas e produtivas das pessoas que ganham seu sustento gerando renda e empregos com a atividade agropecuária.

A CATI também realizou em 2017 os levantamentos a seguir, que foram posteriormente utilizados pela APTA/IEA para elaboração de análises que orientam os empreendedores paulistas das cadeias produtivas e a formulação de políticas públicas para a área:

- a) Levantamento Subjetivo para previsão de Safra, cuja finalidade é levantar dados de produção nos municípios, os quais servirão, principalmente, para checar os dados dos levantamentos Objetivos e para elaborar previsões e estimativas de safras de produtos que não constam no Levantamento Objetivo. Foram preenchidos 3.019 questionários para o levantamento de dados subjetivos no ano de 2017;
- b) Levantamento Subjetivo de Preço Corrente - tem por objetivo levantar preços e valores correntes de fatores, insumos e produtos agropecuários nas diferentes regiões do Estado de São Paulo. Foram preenchidos 1.828 questionários para o levantamento de dados subjetivos de preços correntes no ano de 2017;
- c) Realização do LUPA - o LUPA é o Levantamento Cadastral das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo. Atualmente a CATI faz o levantamento por meio de contato telefônico e visitas às propriedades rurais. No ano de 2017 foram atualizadas informações de 296.095 unidades de produção do Estado.

Programa 1308 – Abastecimento, Segurança Alimentar e Dinamização das Cadeias Produtivas

Objetivo: Desenvolver as cadeias produtivas paulistas por meio de políticas públicas voltadas ao abastecimento, à organização de pequenos produtores, a melhoria de qualidade de produtos, à qualificação profissional, promoção da segurança alimentar e do alimento seguro, bem como, otimizar o acesso às informações e a prestação de serviços.

Ação 4783 - Ações Integradas em Abastecimento e Segurança Alimentar

Finalidade: Desenvolver equipamentos de atacado e varejo para aproximar o produtor do consumidor, visando o acesso a alimentos de qualidade com preço justo. Incentivar técnicas de cultivo de base ecológica, produtividade superior, focadas no mercado. Orientar a população sobre segurança alimentar e alimento seguro através de cursos, elaboração de informações além de promover debate sobre alimentação saudável.

No âmbito das ações da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios – Codeagro, as ações integradas em abastecimento e segurança alimentar atuam na promoção, orientação, capacitação e conscientização das pessoas para a melhoria da qualidade de vida. Para isso, oferece cursos e palestras em cozinhas técnicas experimentais para adoção de uma alimentação equilibrada, saudável, evitando o desperdício de alimentos, além da distribuição de livros e manuais para este

acompanhamento. Executa a distribuição de sementes para instalação de hortas convencionais ou em ambiente protegido e agrega valor a renda dos produtos, disponibilizando canais de comercialização do produtor ao consumidor.

Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CONSEA

O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - Consea/SP, tem por objetivo acompanhar as ações do governo estadual na área de segurança alimentar, propor diretrizes para a política e plano estadual de segurança alimentar, promover e coordenar campanhas de conscientização da opinião pública, instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional no âmbito do Estado de São Paulo e Municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e fomentar a criação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional. No ano de 2017, o Conselho realizou 83 reuniões em 40 municípios distribuídos pelas regionais CRSANS (Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável) no Estado, sendo seminários, oficinas regionais e processo de seleção de membros, no qual é possível identificar um aumento significativo na composição de membros, de 177 para 243, no último biênio (2015 -2017 / 2017 - 2019). Houve também a realização de 15 Diálogos, cujo objetivo é tratar de temas específicos concernentes Segurança Alimentar, além da realização das 5 reuniões Ordinárias da CAISAN (Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional) e 6 reuniões Ordinárias do Consea. Destaque especial para o Prêmio Josué de Castro e a realização do Encontro Paulista - 5ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional +2.

Centro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CESANS

O Centro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Cesans, é responsável pelos cursos sobre educação alimentar e preparo de alimentos. Além dos cursos, há distribuição de publicações visando a promoção da Educação Alimentar. No ano de 2017, foram testadas 234 receitas na cozinha experimental promovendo o aproveitamento integral dos alimentos, capacitando 2.196 pessoas; houve capacitação com foco em alimentação saudável e geração de renda para alunos no Projeto das Padarias Artesanais no Palácio dos Bandeirantes e dos alunos do CEU Caminho do Mar, houve também a realização de cursos no Projeto CozinhaAlimento nos municípios do interior e na capital. Foram elaborados artigos e peças sobre Alimentação Saudável, bem como o atendimento à imprensa (Rádio, jornal, televisão) e redes sociais por meio da veiculação de materiais técnicos com foco em alimentação e nutrição e em higiene na manipulação de alimentos. Foi realizada a XXIV Semana da Alimentação “Saudável é Mais”, com lançamento dos livros Alimentação Escolar: Promovendo a Saúde do futuro e Alimentação Saudável: Mais cor e sabor no seu prato e mais um manual da Série Pescado é Saúde – Salga Secagem e Defumação em parceria com o Instituto de Pesca.

Com o objetivo de potencializar as ações sobre a necessidade de uma alimentação saudável, ao longo do ano, foram desenvolvidos trabalhos de divulgação, abrangendo “Home Page” e “Redes Sociais”, na qual foram realizados 114.427 downloads de publicações técnicas; 1.345 posts publicados no “Facebook”, obtendo 62.510 curtidas; foram elaborados 15 vídeos e publicados no “Youtube”, atingindo 40.825 visualizações, totalizando 1.048 inscritos no canal.

“Hortas Comunitárias”

As Hortas Comunitárias, para as quais a CODEAGRO distribui sementes por intermédio das Prefeituras Municipais, entidades assistenciais, casas de agricultura e organizações não governamentais, é outra ação relevante que beneficia uma expressiva quantidade de pessoas, tendo sido distribuídos 6,71 kg para plantio de 11 hectares, atendendo aproximadamente 27 mil pessoas em 2017.

“Horta Educativa”

O Projeto Horta Educativa desenvolvido pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios – CODEAGRO, tem como objetivo fortalecer o trabalho educacional voltado à formação de valores sociais, culturais e alimentares compatíveis com a preservação da cultura do país, do meio ambiente e da promoção de hábitos alimentares saudáveis. O objetivo é ensinar, mesclando aulas teóricas e práticas, conceitos de Educação

Ambiental, Nutricional e Valorização do Meio Rural via Horticultura. Conforme Decreto Estadual nº 57.910, de 27 de Março de 2012. Em 2017, foram realizados 5 cursos e atendidas 500 pessoas.

“Padarias Artesanais”

O projeto Padarias Artesanais desenvolvido pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, em parceria com a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios – CODEAGRO, tem como objetivo qualificar profissionais e capacitar agentes multiplicadores na produção de 10 (dez) tipos de pães, feitos com vegetais e frutas. Conforme Decreto nº 57.635, de 15 de Dezembro de 2011. Em 2017, foram realizados 98 cursos e atendidas 1.518 pessoas.

“Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor”

O Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor visa a criação de canais fixos e móveis para o escoamento de produtos hortifrutigranjeiros, agropecuários e agroindustriais de pequenas e médias propriedades, proporcionando condições necessárias para promover o aumento da renda, difusão de informações técnicas e mercadológicas, além da capacitação dos produtores e campanhas de alimentação com foco nos consumidores. Ao mesmo tempo, melhorar a disponibilidade de alimentos seguros, rastreados e a preços compatíveis aos praticados no mercado. O Projeto possui quatro feiras semanais: sendo três de produtos convencionais e uma de produtos orgânicos. Em 2017, foram comercializadas mais de 3 mil toneladas de produtos.

Diante da complexidade do cumprimento das atividades da ação, foi realizado uma reprogramação entre elementos por intermédio de uma solicitação de alteração orçamentaria (SAO), transferindo recursos da Ação Poupatempo para Ações Integradas, no valor 112 mil, que totalizou 257 mil. Dessa forma, considerando a dotação atual, resultado da alteração realizada, a execução orçamentaria que foi de 78%.

“Sistema de Qualidade de Produtos Agrícolas, Pecuários e Agroindustriais – “Selo Produto São Paulo”

Foi criado pelo Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, pela Lei Nº 10.481 de 29 de Dezembro de 1.999, como parte do Sistema de Qualidade de Produtos Agrícolas, Pecuários e Agroindustriais do Estado de São Paulo. Teve sua fase de implantação iniciada em 2001.

Tal ação, viabiliza o trabalho do Estado em conjunto com o setor produtivo agropecuário e agroindustrial paulista, resultando na certificação de produtos e de sistemas de produção que atendam normas técnicas.

Por outro lado, visa garantir ao consumidor produtos de alta qualidade, aumentar a competitividade do Agronegócio Paulista nos cenários nacional e internacional, bem como agregar e implementar a renda do produtor e agroindustrial. Em 2017, foram certificados 36 produtos com 8 torrefadoras e 8 granjas de suíno.

Embora a ação tenha realizado suas atividades, o orçamento não foi executado.

Ação 4876 – “Projeto Estadual” Poupatempo do Produtor Rural

Finalidade: Divulgar informações e prestações de serviços focados na resolução de problemas específicos da agricultura através da integração dos diversos serviços prestados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento por meio de sistema único digital, e unidades móveis, possibilitando agilidade no atendimento às demandas, com foco na modernização da agricultura paulista.

O Projeto Estadual Poupatempo do Produtor Rural, instituído pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, passa por um processo de atualização conceitual em seu modelo, a fim de aperfeiçoar e viabilizar a integração de serviços, elevando a sua área atuação para abranger todo o Estado de São Paulo, em um sistema Web mobile multiplataforma, com incorporação de inteligência para direcionamento de conteúdo específico e estratégico aos usuários/produtores rurais, por interesse de assuntos, temas e categorias. No ano de

2017, o resultado está baseado em projetos pilotos realizados de acordo com os novos conceitos da ação, tendo 18.065 atendimentos, com uma execução orçamentária de 41%.

Ação 4453 – Assessoria na Criação e Consolidação de Associações e Cooperativas

Finalidade: Apoiar e desenvolver a organização de associações e cooperativas, estimulando à conquista de novos mercados formais e institucionais. Capacitar profissionais que atuam junto à cooperativas e associações. Disponibilizar informações que permitem a elaboração de propostas para a modernização do setor, além de desenvolver ações com base na política estadual de apoio ao cooperativismo.

O Instituto de Cooperativismo e Associativismo – ICA, tem por finalidade orientar a organização de cooperativas e associações, principalmente na área rural. Proporciona também, a essas sociedades, assessoria e consultoria administrativa, organizacional, econômico-financeira e jurídica. Promove cursos e seminários para cooperados, técnicos e funcionários de cooperativa e edita publicações de orientação às cooperativas e pesquisas sobre o cooperativismo e associativismo estadual.

O Instituto atende às solicitações de Prefeituras, Sindicatos, das próprias Casas de Agricultura e grupos diretamente interessados na organização e constituição de novas Cooperativas e Associações de produtores ou outras categorias profissionais.

Outra atividade desempenhada pelo Instituto é a divulgação de chamadas públicas, que tem como objetivo viabilizar a possibilidade de os agricultores familiares comercializarem sua produção por intermédio de programas que garantem partes de seus recursos a aquisição da agricultura familiar.

Dessa forma, o número de chamadas públicas realizadas em 2017 foi de 758 (PPAIS e PNAE).

Em 2017, o Instituto de Cooperativismo e Associativismo prestou assessoria para 91 cooperativas e 146 associações. A execução orçamentária da ação, realizada pela dotação inicial, atingiu em torno de 87%.

Ação 2548 - Qualificação de Agentes da Agricultura Paulista

Finalidade: Ampliar as competências técnicas humanas compatíveis à alta tecnologia da agricultura paulista, em níveis de serviços especializados, propiciando melhoria contínua de qualidade de produção e vida dos produtores. Qualificar pessoas a partir de modelos estruturados e sustentáveis que propiciem o desenvolvimento das competências necessárias para o aprimoramento das cadeias produtivas paulista.

A Qualificação de Agentes da Agricultura Paulista tem por finalidade ampliar as competências técnicas humanas compatíveis a alta tecnologia da agricultura paulista, em níveis de serviços especializados, propiciando melhoria contínua da qualidade de produção e vida dos produtores. Qualificar pessoas a partir de modelos estruturados e sustentáveis que propiciem o desenvolvimento das competências necessárias para o aprimoramento das cadeias produtivas paulista. Em 2017, a ação recebeu recursos orçamentários, diferentemente dos anos anteriores, e mesmo com uma execução de 23%, foi possível qualificar 452 agentes da agricultura.

Programa 1311 – Defesa Agropecuária para Proteção Ambiental, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Objetivo: Promover, por meio da fiscalização dos agentes envolvidos na cadeia produtiva de alimentos, a manutenção e valorização do patrimônio agropecuário, a saúde animal e vegetal, a idoneidade de insumos e serviços utilizados na agropecuária e a identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, visando incrementar a competitividade dos produtos paulistas.

As novas diretrizes emanadas na elaboração do PPA 2016-19 fundiram ações do Programa 1311 que se resume a três grandes Ações: Vigilância Sanitária Vegetal e Meio Ambiente, Vigilância Sanitária Animal e Inocuidade de Alimentos, Apoio Administrativo. As atividades relativas à Ação 1412 - Infraestrutura das Unidades de Defesa Agropecuária, presentes no exercício de 2015, a partir de 2016 são parte integrante da Ação 4388 - Apoio Administrativo.

Conforme o Decreto nº 62.413, de 06 de janeiro de 2017, que estabeleceu normas para execução orçamentária e financeira do exercício de 2017, contingenciou do total de R\$ 437.321,00 o valor de

R\$ 65.599,00, que correspondeu a 15% dos recursos consignados na fonte 001 - Tesouro do Estado na ação 4388 – Apoio Administrativo.

No ano de 2017 foi concluído o projeto de destinação de agrotóxicos obsoletos no Estado de São Paulo, que retirou dos campos paulistas um total de 270 toneladas de agrotóxicos em desuso, e houve a implementação de novas funcionalidades no Sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal (GEDAVE), com o desenvolvimento de novos módulos, que proporcionaram melhorias no sistema de auditoria e gestão da Coordenadoria de Defesa Agropecuária.

Durante o ano, essa ação teve redução de R\$ 65.598,00, devido ao Decreto nº 62.413, de 06 de janeiro de 2017 que contingenciou os recursos do tesouro reduzindo seu orçamento para R\$437.321,00. Considerando o contingenciamento, a ação 4388 durante o ano, **executou 58,2%** da dotação orçamentária. A Coordenadoria de Defesa Agropecuária encerra o ano de 2017 com 204 unidades em operação. Dentre as diversas atividades em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP), destaca-se a constante implementação de novas funcionalidades no Sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal (GEDAVE), como o Desenvolvimento e Manutenção dos Módulos de: 1) Controle de Antígeno e Tuberculina, 2) Controle de Agrotóxicos, 3) Gestão de Viveiros de Mudas, 4) Relatório Greening, 5) Via Rápido Empreendedor, 6) Cadastro de Apiário, para controle do Aethina túmida e 7) Sistema de Mitigação de Risco (SMR). Foram realizadas melhorias e implementações nas funcionalidades dos Módulos de Aves, desenvolvimento e implementação de funcionalidades do Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - CIPOA e do Módulo Financeiro com a implantação do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais – DARE. Por meio do Sistema GEDAVE, atualmente os produtores rurais podem emitir a Permissão de Trânsito Vegetal (PTV), Guias de Trânsito Animal (GTA) e realizar as declarações semestrais de seus rebanhos e das vacinações contra a febre aftosa e brucelose utilizando a internet, não sendo mais necessário o deslocamento até uma unidade da Defesa Agropecuária para a obtenção dos documentos e/ou a realização das declarações. Durante o ano de 2017, foi emitido até 04/12/17 o total de 839.079 GTAs. Na etapa de vacinação contra a febre aftosa de novembro/2017, foi realizado até 04/12/17 o total de 110.658 declarações de rebanho e vacinações, sendo que cerca de 67,89% foram realizadas pelos próprios produtores, acessando o GEDAVE de seus computadores portáteis, nos “PCs” de suas residências, escritórios, sindicatos, nas unidades do Acesso São Paulo e do Poupa Tempo do Produtor Rural. Com relação à vacinação contra a brucelose, na etapa do 2º semestre de 2017 foi realizado até 04/12/17 o total de 33.104 declarações. Durante o ano de 2017, até 04/12, foram emitidas 149.282 Permissões de Trânsito Vegetal - PTV, 24.848 Certificados Fitossanitários de Origem - CFO e 17.650 Certificados Fitossanitários de Origem Consolidados - CFOC. Os certificados são feitos pelos próprios responsáveis técnicos, através do sistema informatizado GEDAVE. As permissões de trânsitos, embasadas nos certificados, são validadas por engenheiro agrônomo da CDA, para impressão pelo próprio interessado.

Ação 4457 - Vigilância Sanitária Vegetal e Conservação do Meio Ambiente

Finalidade: Preservar a sanidade dos produtos de origem vegetal, a conservação do solo agrícola, a saúde do produtor rural e promover o uso correto de agrotóxicos, visando à preservação do meio ambiente, segurança alimentar e saúde pública.

Durante o ano de 2017, **esta ação executou 40,5%** da dotação orçamentária. Neste contexto, a Coordenadoria de Defesa Agropecuária realizou fiscalizações referentes a sanidade de vegetais e suas partes, comércio e uso de agrotóxicos e afins, bem como atividades visando a conservação do solo paulista. As atividades foram realizadas pelos engenheiros agrônomos e técnicos de apoio agropecuário dos 40 Escritórios da Coordenadoria de Defesa Agropecuária. Durante o ano de 2017, no programa de erradicação/supressão do cancro cítrico, foram eliminadas 238.068 mudas contaminadas em viveiros e 27.672 plantas em consequência de apresentarem a doença. Nessa mesma linha foi implementado, junto à cadeia de citros, o Sistema de Mitigação de Risco – SMR, que possibilita o produtor comercializar as frutas cítricas para os demais estados bem como para o mercado internacional. No combate ao HLB-Greening, a CDA inspecionou 77.029 plantas cítricas, os citricultores inspecionaram 193.817.522 plantas e eliminaram 1.535.063, foram executadas todas as ações para cumprimento da Instrução Normativa do Ministério da Agricultura nº 53/2008. Dentro das atividades de vigilância fitossanitária da cadeia de produção de mudas, em 2017 foram cadastradas para produção 33 milhões de mudas cítricas, 18,5 milhões de mudas de café e 45 mil mudas de seringueira. No acompanhamento oficial do Sistema de Mitigação de Risco da Sigatoka Negra, doença que ataca a cultura da banana, em 2017 foram realizadas 492 inspeções nos estabelecimentos cadastrados. Foi realizada durante o ano de 2017, a emissão de 149.282 Permissões de Trânsito de Vegetais - PTV. A exportação de frutos cítricos para a Comunidade Européia só é possível às propriedades cadastradas no Sistema de Manejo de Risco para Pinta Preta

dos Citros, cujas atividades de cadastro, coleta de amostras e inspeção são realizadas pela CDA, sendo que em 2017 foram cadastradas 19 propriedades e exportadas 166.288 toneladas de frutas frescas dentro do Sistema de Manejo de Risco. No monitoramento do uso do solo agrícola e de agrotóxicos e afins, as ações da CDA visaram garantir alimentos saudáveis à população, preservar a saúde do trabalhador rural e a proteção do meio ambiente e manutenção do solo agrícola. No ano de 2017 foram fiscalizadas 589 propriedades quanto a conservação do solo, 707 propriedades quanto ao uso de agrotóxicos, 1.126 fiscalizações no comércio e empresas prestadoras de serviço na aplicação de agrotóxicos.

Durante o ano de 2017, **foi executado 24,6%** do convênio SICONV nº 821694/2015/MAPA/SFA-SP/SAA-SP, que visa à execução de ações ligadas ao "Apoio à Reestruturação e Implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e o Fortalecimento das ações de Defesa Agropecuária", entrou em execução no ano de 2017 e obteve a alteração da vigência do convênio para dezembro de 2018.

Ação 4458 - Vigilância Sanitária Animal e Inocuidade de Alimentos

Finalidade: Preservar a sanidade dos rebanhos paulistas de maneira a produzir animais hígidos e alimentos inócuos à saúde dos consumidores.

Durante o ano de 2017, **esta ação executou 55,4%** da dotação orçamentária. Os recursos foram utilizados na realização de atividades referentes a vários programas com a finalidade de manter um estado satisfatório da sanidade animal, com ações realizadas pelos médicos veterinários e auxiliares pertencentes aos 40 Escritórios de Defesa Agropecuária. Destacamos os Programas Sanitários atendidos pela CDA relacionando as principais atividades de cada um deles - Programa de Combate à Raiva dos Herbívoros: morcegos hematófagos capturados – 7.806, Focos de raiva atendidos - 91, Inspeção em abrigos de morcegos hematófagos – 4.378; Programa de Combate e Erradicação da Brucelose e Tuberculose: atendimentos a focos de brucelose - 15, atendimentos a focos de tuberculose - 34, fiscalizações realizadas nas etapas de vacinações - 70, vacinações assistidas- 65; Programa de Combate e Erradicação da Febre Aftosa: fiscalizações em propriedades - 1.217, vacinações assistidas – 1.866, geoposicionamento de propriedades rurais – 3.391, vigilância ativa para febre aftosa – 1.576; Programa Estadual de Sanidade de Suídeos: em maio de 2016, o estado de São Paulo obteve reconhecimento internacional como Área Livre de PSC. Para manter essa condição, neste ano de 2017 a CDA realizou vigilância ativa em 95 criatórios domésticos de subsistência e 15 granjas comerciais, totalizando mais de 55 mil suínos vistoriados sem quaisquer sintomas sugestivos de PSC; Programa de Inocuidade de Alimentos: fiscalizações- 1.423; Fiscalização do Comercio de Produtos e Insumos Veterinários: estabelecimentos fiscalizados – 6.524; Programa Estadual de Sanidade Avícola, atendimentos a notificações de mortalidade - 155, fiscalizações de colheita de amostras - 139, fiscalizações de estabelecimentos avícolas comerciais – 1.764, supervisões de colheitas de amostras - 963, vigilância ativa para DNC/IA - 117; Programa Estadual de Sanidade de Equídeos: atendimentos a focos de A.I.E/ nº de propriedades 127, atendimentos a focos de mormo/nº de propriedades 39; Programa Estadual de Vigilância Sanitária Animal e Vegetal: a principal atividade desta ação é a fiscalização do trânsito de animais e vegetais, bem como de seus produtos e subprodutos. Em 2017, a CDA realizou 329 fiscalizações, sendo 305 fiscalizações volantes e 24 fiscalizações em postos fixos, que resultaram na fiscalização de 3.879 veículos transportadores, sendo 255 veículos com animais vivos, 7 veículos com produtos de origem animal e 716 veículos com produtos de origem vegetal; SISBOV - Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos: auditorias oficiais em propriedades ERAs - 52.

Programa 1315 – Gestão das Agropolíticas Públicas

Objetivo: Implantar políticas governamentais na área de agricultura e abastecimento nas diversas cadeias produtivas, estabelecendo diretrizes e coordenando a execução dos programas no âmbito do estado, com prioridade para as áreas com vulnerabilidade ambiental, especialmente em relação à conservação do solo e recursos hídricos.

Ação 1327 – Subvenção aos Produtores Rurais - FEAP/BANAGRO

Finalidade: Promover o desenvolvimento do agronegócio paulista, com sustentabilidade econômica, ambiental e social das propriedades rurais, para fins de melhorar a qualidade de vida do homem do campo e estimular as cadeias produtivas do agronegócio e a geração de emprego e renda.

A **Ação 1327** abrange seis Projetos/Programas do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar – FEAP/BANAGRO, que por meio de subvenção econômica, tem por objetivo propiciar alternativas ao produtor rural para o desenvolvimento tecnológico, sustentabilidade socioambiental e agregação de valor da produção, bem como a mitigação do risco de comercialização, conforme detalhamento a seguir:

- O **Programa Pró-Trator**, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.653, de 04 de novembro de 2008, como também o **Programa Pró-Implemento**, instituído pelo Decreto Estadual nº 56.999, de 17 de maio de 2011, beneficiam o produtor paulista, em especial os agricultores familiares, com a subvenção total dos juros dos financiamentos, concedidos pelo Banco do Brasil, destinados, respectivamente, à aquisição de tratores e implementos agropecuários novos;

- O **Projeto de Incentivo às Iniciativas de Negócio das Organizações de Produtores Rurais – Microbacias II**, instituído pelo Decreto Estadual nº 58.211, de 12 de julho de 2012, previsto no Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II, instituído pelo Decreto Estadual nº 56.449, de 29 de novembro de 2010, apoia as organizações de produtores rurais (associações e cooperativas), com a subvenção parcial (de até 70%) dos investimentos realizados nas iniciativas de negócio, destinadas ao acesso e participação de modo mais efetivo no mercado consumidor;

- O **Projeto Financiamento do Custeio Agropecuário Atrelado a Contrato de Opção**, instituído pelo Decreto Estadual nº 56.770, de 14 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto Estadual nº 58.449, de 10 de outubro de 2012, beneficia o produtor rural com a subvenção de até 50% do valor do prêmio do contrato de opção, das atividades de café, milho, soja e bovinocultura de corte, a fim de garantir o direito de vender seu produto a um preço previamente determinado;

- O **Projeto Integra SP – Recuperação de Áreas Degradadas por Grandes Erosões (RADGE)**, instituído pelo Decreto Estadual nº 58.930, de 01 de março de 2013, disponibiliza ao produtor paulista a subvenção de até 90% das despesas efetuadas com a recuperação da área degradada, para fins de preservação dos solos e recursos hídricos no meio rural; e

- O **Projeto Recuperação de Matas Ciliares, Nascentes e Olhos D'água**, instituído pelo Decreto Estadual nº 62.021, de 14 de junho de 2016, oferece ao produtor paulista a subvenção de até 95% das despesas efetuadas com a recuperação das Áreas de Preservação Permanente com função de proteção de recursos hídricos, para a ampliação da cobertura vegetal nativa em bacias formadoras de mananciais de água.

Em 2017 a Ação 1327 atingiu o índice de 89,41% de execução em relação à dotação orçamentária inicialmente prevista, uma vez que houve contingenciamento de recursos da Fonte 001 e também menor arrecadação referente à Fonte 002, mesmo assim, considerando a soma dos números dos Projetos/Programas supracitados foram contemplados 23.846 produtores rurais.

Ação 1334 – Subvenção do Prêmio do Seguro

Finalidade: Promover o desenvolvimento do agronegócio paulista, com sustentabilidade econômica, ambiental e social das propriedades rurais, para fins de melhorar a qualidade de vida do homem do campo e estimular as cadeias produtivas do agronegócio e a geração de emprego e renda.

A **Ação 1334** abrange o **Projeto Estadual de Subvenção do Prêmio de Seguro Rural**, instituído pelo Decreto Estadual nº 59.131, de 29 de abril de 2013, disponibilizando ao produtor rural, pessoa física ou jurídica, que contrate seguro rural, nas modalidades agrícola (risco climático e risco sanitário), pecuário, florestal e aquícola, a subvenção estadual do prêmio, na razão de até 50% do valor que cabe ao segurado, após a dedução da subvenção do Governo Federal.

Em 2017 a Ação 1334 atingiu o índice de 100,00% de execução em relação ao previsto inicialmente na dotação orçamentária, beneficiando, assim, um número de 9.140 agropecuaristas (contratantes de seguro rural).

Ação 1407 – Crédito para Expansão no Agronegócio Paulista

Finalidade: Promover o desenvolvimento do agronegócio paulista, com sustentabilidade econômica, ambiental e social das propriedades rurais, para fins de melhorar a qualidade de vida do homem do campo e estimular as cadeias produtivas do agronegócio e a geração de emprego e renda.

A **Ação 1407** abrange as atuais 29 Linhas de Crédito, disponíveis ao produtor paulista, especialmente ao agricultor familiar, com juros de 3% ao ano e prazos de pagamento que variam de 2 a 12 anos, cuja finalidade principal é apoiar os investimentos na produção, comercialização e industrialização de produtos agropecuários e pesqueiros, das atividades de importância econômica para o Estado de São Paulo, como: agricultura em ambiente protegido, agricultura orgânica, apicultura, avicultura de corte, bovinocultura de leite, bubalinocultura, cafeicultura, caprinocultura, citricultura, floricultura, fruticultura, ovinocultura, piscicultura, sericicultura, silvicultura, entre outras.

Em 2017 a Ação 1407 alcançou o índice de 93,67% de execução em comparação à dotação orçamentária prevista, pois a arrecadação referente à Fonte 005 foi inferior a estimativa inicial, perfazendo, então, um total de 391 financiamentos para produtores rurais, suas cooperativas e associações.

Ação – 4770 – Parceira Estado-Município para o Desenvolvimento Rural Local e Regional

Finalidade: Promover a parceira entre a SAA e municípios a fim de que a casa da agricultura, articulada com outras entidades, integre um sistema de apoio aos produtores rurais para executar políticas públicas municipais, estaduais e federais, através de programas, projetos e ações propostos no plano municipal de desenvolvimento rural sustentável (PMDRS), por meio de planos de trabalho.

“SEIAA – Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento “

A CATI é a gestora do Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento-SEIAA, por meio do qual são formalizados convênios entre o Estado e os municípios visando integrar os esforços dos órgãos públicos para promover maior eficiência dos serviços de ATER voltados ao desenvolvimento do setor agropecuário, à preservação ambiental, à melhoria do abastecimento alimentar e à execução da Política Agrícola do Estado. No ano de 2017 foram firmados convênios SEIAA com 178 municípios.

Ação 1195 – Melhor Caminho

Finalidade: Promover o transporte seguro de safras, insumos e das populações rurais, transferir tecnologia em conservação e adequação de estradas rurais para os municípios, melhorar a qualidade de vida do homem do campo e estimular as cadeias produtivas do agronegócio com a geração de emprego e renda.

Aprimorar os sistemas de transportes e de logística do agronegócio, elevando a trafegabilidade das estradas rurais, visando reduzir perdas de produção e maior acesso da população rural a serviços urbanos, e implantar medidas que levem à estruturação da logística setorial, em ações convergentes para melhoria da qualidade de vida no campo e geração de emprego e renda pela agregação de valor.

O “Melhor Caminho” realiza obras de recuperação em estradas rurais de terra, objetivando não só regularizar o seu leito, mas também conservar o solo e favorecer a infiltração das águas das chuvas para a recarga do lençol freático e ainda impedir que grandes quantidades de terras férteis possam, através das enxurradas, assorear e poluir os rios, córregos e nascentes. Assim, além de melhorar as condições de tráfego nestas estradas, possibilitando o escoamento da produção agrícola e assim o desenvolvimento socioeconômico baseado no agronegócio. O Projeto Melhor Caminho traz grandes benefícios ambientais, impedindo a formação de erosões e voçorocas e o assoreamento dos rios e córregos, além de ganhos econômicos e sociais como os trazidos pela conservação do solo e pela possibilidade de acesso das comunidades rurais à educação e à saúde. Essa é uma das ações governamentais mais solicitadas não só pelas prefeituras, mas também pela população que mora e trabalha no campo e pelos produtores e proprietários de áreas agrícolas, pois permite a perfeita trafegabilidade das estradas rurais durante todo o ano, inclusive no período de chuvas. Em 2015 foi adotada nova proposta para otimizar os recursos do Programa com a execução de trabalhos integrados entre a CODASP e as Prefeituras beneficiadas, sendo denominado de Melhor Caminho –

Pontos Críticos que consiste na adequação de estradas rurais e na aplicação de técnicas de manutenção básica interligando os trechos críticos trabalhados.

Em 2017 foram conveniados **180,74 km** distribuídos em **29 convênios** (Município de Adolfo – RA de São José do Rio Preto - 8,36 Km / Município de Altinópolis – RA de Ribeirão Preto - 7,74 Km / Município de Araçatuba – RA de Araçatuba - 6,00 Km / Município de Avanhandava – RA de Araçatuba - 6,80 Km / Município de Bilac – RA de Araçatuba - 6,50 Km / Município de Boracéia – RA de Bauru - 5,20 Km / Município de Cândido Mota – RA de Marília - 6,96 Km / Município de Capão Bonito – RA de Itapeva - 5,63 Km / Município de Embu-Guaçu – RA de RMSP - 6,00 Km / Município de Fernão – RA de Marília - 1,77 Km / Município de Floreal – RA de São José do Rio Preto - 5,82 Km / Município de Guairá – RA de Barretos - 6,11 Km / Município de Indiana – RA de Presidente Prudente - 4,00 Km / Município de Mendonça – RA de São José do Rio Preto - 2,30 Km / Município de Morro Agudo – RA de Franca - 6,81 Km / Município de Nova Granada – RA de Marília - 7,77 Km / Município de Paraguaçu Paulista – RA de Marília - 6,00 Km / Município de Paraibuna – RA de São José dos Campos - 9,20 Km / Município de Pedranópolis – RA de São José do Rio Preto - 6,00 Km / Município de Piquete – RA de São José dos Campos - 6,00 Km / Município de Pitangueiras – RA de Ribeirão Preto - 8,00 Km / Município de Poloni – RA de São José do Rio Preto - 6,00 Km / Município de Quatá – RA de Marília - 7,80 Km / Município de Salesópolis – RA de RMSP - 4,50 Km / Município de Santo Antonio do Aracanguá – RA de Araçatuba - 8,70 Km / Município de São José do Rio Pardo – RA de Campinas - 5,81 Km / Município de Tatuí – RA de Itapetininga - 6,00 Km / Município de Vargem Grande do Sul – RA de Campinas - 5,30 Km / Município de Viradouro – RA de Barretos - 7,66 Km).

No total, em 2017 foram executados 113,87 km em 19 obras (Município de Adolfo – RA de São José do Rio Preto - 8,36 Km / Município de Araçatuba – RA de Araçatuba - 6,00 Km / Município de Avanhandava – RA de Araçatuba - 6,80 Km / Município de Boracéia – RA de Bauru - 5,20 Km / Município de Cândido Mota – RA de Marília - 6,96 Km / Município de Embu-Guaçu – RA de RMSP - 6,00 Km / Município de Fernão – RA de Marília - 1,77 Km / Município de Floreal – RA de São José do Rio Preto - 5,82 Km / Município de Guairá – RA de Barretos - 6,11 Km / Município de Mendonça – RA de São José do Rio Preto - 2,30 Km / Município de Morro Agudo – RA de Franca - 6,81 Km / Município de Nova Granada – RA de Marília - 7,77 Km / Município de Paraguaçu Paulista – RA de Marília - 6,00 Km / Município de Poloni – RA de São José do Rio Preto - 6,00 Km / Município de Salesópolis – RA de RMSP - 4,50 Km / Município de Santo Antonio do Aracanguá – RA de Araçatuba - 8,70 Km / Município de São José do Rio Pardo – RA de Campinas - 5,81 Km / Município de Vargem Grande do Sul – RA de Campinas - 5,30 Km / Município de Viradouro – RA de Barretos - 7,66 Km).

Ação 1410 – Pontes Rurais

Finalidade: Implantar superestruturas padronizadas com extensão de 6 (seis), 8 (oito), 10 (dez) ou 12 (doze) metros lineares nas estradas rurais dos municípios, objetivando melhoria das condições de trafegabilidade.

O Programa Pontes Rurais tem como objetivo promover melhorias na malha viária de Municípios Paulistas, de modo a facilitar o escoamento da produção agropecuária e o acesso da população rural aos serviços públicos. A implantação do programa consiste na transferência de pontes metálicas padronizadas a Municípios Paulistas, com extensão de 6 (seis), 8 (oito), 10 (dez) ou 12 (doze) metros lineares, a serem instaladas em locais considerados críticos. A instalação das pontes rurais deve ser aprovada de forma complementar ao Programa Melhor Caminho para demonstrar objetivo comum de ambos.

No total em 2017 foram: 14 autorizações governamentais, com a formalização de 11 convênios (Ibitinga; Igarapava; Santa Rosa de Viterbo; São Joaquim da Barra; São Pedro do Turvo; Pitangueiras; Registro; Echaporã; Auriflama; São Joaquim da Barra) e a instalação de 9 pontes (Ibitinga; Igarapava; Santa Rosa de Viterbo; São Joaquim da Barra; São Pedro do Turvo; Pitangueiras; Registro; Echaporã).

“ Programa Nascentes”

O Programa Nascentes instituído no Plano Plurianual 2016-2019, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, contou com ação Cuidando da Água e do Solo que entre as providências tomadas pelo Gabinete da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em função da necessidade de aumento da capacidade de produção e de preservação de água no lençol freático, estiveram a celebração de

Termo de Cooperação Técnica com as Prefeituras Municipais de Botucatu, Pardinho e de Holambra e de convênios com a Agência Nacional de Águas e a Fundação Banco do Brasil para testar e financiar a metodologia de trabalho, na forma de projetos-piloto, com o objetivo de estabelecer cooperação entre as equipes técnicas da SAA e as equipes técnicas dos municípios e, por meio da articulação e interação de suas atividades, a criação de um sistema de colaboração mútua que otimize esforços, estabeleça as ações necessárias para a realização de projetos de recuperação das matas ciliares das nascentes e de corpos d'água e a demais medidas necessárias à preservação das áreas de contribuição dos mananciais de água nos municípios e ao uso racional da água.

Em 2017, os resultados para essa cooperação com o município de Holambra, financiada pela Fundação Banco do Brasil, foram os seguintes: I) Instalação de duas placas de identificação (100% do previsto); II) Cercamento de Áreas de Proteção permanente com 3.250 metros de cerca de arame farpado, com mourões de eucalipto tratado 8 a 10 cm, 3 fios (100,0% do previsto); III) Plantio de 20.000 mudas de essências nativas em área de preservação permanente (75,0% do previsto); IV) Tratos culturais e manutenção até dois anos de 128 hectares. Em relação à cooperação com o município de Holambra, financiada pela Agência Nacional de Águas, o projeto visa a recuperação das estradas e áreas de degradação do solo nas propriedades rurais, na bacia hidrográfica do Borda da Mata no município de Holambra/SP, saneamento rural, captação de água de chuva: Terraceamento em 258 hectares; execução de Subsolagem em 92,96 hectares; a aquisição de 166 fossas biodigestoras; o fornecimento de Filme Plástico para impermeabilização de 14.236 m² de tanques escavados para captação de água de chuva e a manutenção de 43,56 Km de estradas rurais e do acesso as propriedades.

Em relação à cooperação com os municípios de Botucatu/Pardinho e Holambra, financiada pela Agência Nacional de Águas, o projeto visa à manutenção da quantidade e da qualidade das águas do Rio Pardo e seus afluentes até a Represa do Mandacaru no Município de Botucatu com construção de terraceamento em 702,5 hectares, construção de 55,0 km cercas de isolamento de APP, a aquisição de 120 fossas biodigestoras e a manutenção de 80,32 quilômetros de estradas, incluindo o acesso às propriedades.

Também em 2017, os resultados parciais para essas cooperações foram os seguintes: I) Holambra: Estradas rurais recuperadas na quantidade de 43,56 quilômetros, conservação do solo por meio de subsolagem, na quantidade de em 92,96 hectares, aquisição e entrega já realizada de 166 fossas biodigestoras e aquisição de 14.236 m² de geomembrana para impermeabilização de reservatório de água de chuva; II) Botucatu /Pardinho: Conservação do solo (terraceamento em 190,0 hectares de Botucatu e Pardinho) e aquisição e entrega já realizada de 120 fossas biodigestoras, Estradas rurais recuperadas na quantidade de 36,2 quilômetros e Construção de 2,0 Km de cercas de isolamento de APP.

Ressaltamos que as informações contidas neste Relatório Anual de Governo estão compatíveis com o PPA 2016-2019 e de acordo com a execução do exercício de 2017.

CASA CIVIL

Casa Civil

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

28000 - Casa Civil

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	279.765.129,00	295.878.420,00	239.314.132,78	1.402.595,70	240.716.728,48	218.871.602,24
Pessoal e Encargos Sociais	47.393.409,00	57.264.609,00	50.254.733,83	0,00	50.254.733,83	46.183.255,47
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	232.371.720,00	238.613.811,00	189.059.398,95	1.402.595,70	190.461.994,65	172.688.346,77
Despesas de Capital	522.020.040,00	435.955.240,00	109.527.254,74	66.110.824,86	175.638.079,60	42.201.345,29
Investimentos	522.020.040,00	435.955.240,00	109.527.254,74	66.110.824,86	175.638.079,60	42.201.345,29
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	801.785.169,00	731.833.660,00	348.841.387,52	67.513.420,56	416.354.808,08	261.072.947,53

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

28000 - Casa Civil

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
2801 - Salvando Vidas - Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	770.391,28
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	770.391,28
2825 - Assessoramento e Coordenação da Política Administrativa do Governo	52.677.611,00	70.724.142,00	61.775.193,84	993.004,65	62.768.198,49	57.763.348,69
Despesas Correntes	52.677.611,00	70.724.142,00	61.775.193,84	993.004,65	62.768.198,49	57.763.348,69
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2826 - Comunicação Social	128.395.700,00	125.122.700,00	108.863.345,00	0,00	108.863.345,00	98.802.870,16
Despesas Correntes	128.395.700,00	125.122.700,00	108.863.345,00	0,00	108.863.345,00	98.802.870,16
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2828 - Desenvolvimento Regional Integrado	475.996.590,00	389.723.790,00	120.220.669,84	27.872.629,49	148.093.299,33	20.189.172,65
Despesas Correntes	14.996.590,00	14.896.590,00	11.359.191,62	111.804,63	11.470.996,25	9.024.119,04
Despesas de Capital	461.000.000,00	374.827.200,00	108.861.478,22	27.760.824,86	136.622.303,08	11.165.053,61
2829 - Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometropole Paulista	63.000.010,00	63.000.010,00	1.500.000,00	38.350.000,00	39.850.000,00	6.354.738,81
Despesas Correntes	2.000.000,00	2.000.000,00	850.000,00	0,00	850.000,00	1.165.000,00
Despesas de Capital	61.000.010,00	61.000.010,00	650.000,00	38.350.000,00	39.000.000,00	5.189.738,81
2830 - Planejamento e Articulação para o Desenvolvimento Sustentável e Macrometrópole	75.723.878,00	77.271.638,00	55.219.366,23	291.060,97	55.510.427,20	51.248.282,20
Despesas Correntes	75.703.848,00	77.143.608,00	55.203.589,71	291.060,97	55.494.650,68	51.228.389,70
Despesas de Capital	20.030,00	128.030,00	15.776,52	0,00	15.776,52	19.892,50

2909 - Gestão e Fortalecimento Institucional da Secretaria de Planejamento e Gestão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.240,09
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.240,09
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2913 - Desenvolvimento Regional Integrado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.573.357,06
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.573.357,06
2916 - São Paulo: Território e Cartografia	5.991.380,00	5.991.380,00	1.262.812,61	6.725,45	1.269.538,06	879.634,56
Despesas Correntes	5.991.380,00	5.991.380,00	1.262.812,61	6.725,45	1.269.538,06	879.634,56
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4802 - Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole Paulista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.482.912,03
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.482.912,03
Despesa Total	801.785.169,00	731.833.660,00	348.841.387,52	67.513.420,56	416.354.808,08	261.072.947,53

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

A Secretaria da Casa Civil responde pelo assessoramento direto ao Governador do Estado no seu relacionamento com municípios, demais poderes constituídos e entes federados, sociedade organizada e cidadãos. Compete ainda à Casa Civil assessorar e coordenar a política do Governo, missão a ela atribuída nos termos do inciso II do artigo 2º do Decreto nº 61.038, de 1º de janeiro de 2015, que promoveu a reorganização de sua estrutura básica e, entre outras medidas, definiu o campo funcional da sua atuação.

PROGRAMAS

2825 - Assessoramento e Coordenação Política do Governo

2826 - Comunicação Social

2828 - Desenvolvimento Regional Integrado

2829 - Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole Paulista

2830 - Planejamento e Articulação para o Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole

2916 - São Paulo: Território e Cartografia

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

28001 - Casa Civil

28058 - Agência Metropolitana Baixada Santista - AGEM

28059 - Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP

28060 - Ag.Metr.do Vale do Paraíba e Lit.N.- AGEMVALE

28092 - Empresa Planejamento Metropolitano – EMPLASA

Programa 2825 - Assessoramento e Coordenação Política do Governo

Prover ao Chefe do Poder Executivo meios para desempenhar suas atribuições constitucionais e articular os atos de sua gestão, incluindo a gestão das unidades administrativas.

Ação 5344 – Gerenciamento Administrativo e de Infraestrutura

Produto: Suporte Administrativo E Tecnológico Às Unidades Administrativas

Indicador De Produto: Número De Unidades Administradas (unidade):

Descrição da Ação: Gestão dos serviços comuns que apoiam as atribuições da Casa Civil, incluindo a manutenção de serviços de natureza financeira, de pessoal, material e patrimonial. Suporte ao Governador e às Unidades: Gabinete do Secretário, Escritório do Governo em Brasília, Subsecretaria de Comunicação, Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos e Subsecretaria de Assuntos Parlamentares, relativamente nas áreas técnica e administrativa.

Assessoria Técnica

A Assessoria Técnica da Casa Civil - ATeCC integra o Gabinete do Secretário. Suas atribuições estão previstas no artigo 18 do Decreto nº 61.038, de 1º de janeiro de 2015, alterado pelo Decreto nº 62.105, de 13 de julho de 2016, tendo como principais funções assessorar diretamente o Secretário-Chefe da Casa Civil e o Secretário Adjunto, bem como dar suporte técnico-administrativo ao Governador no exercício de suas funções legislativas e no relacionamento com a Assembleia Legislativa.

Análise de processos e elaboração de despachos e ofícios diversos - Foram recebidos na Assessoria cerca de 800 processos, expedientes e demandas diversas, sendo feita análise prévia sobre cada um, e dado o devido encaminhamento por meio de despacho.

Foram, ainda, elaborados e expedidos 878 ofícios de autoria do Secretário-Chefe da Casa Civil, do Secretário Adjunto e da Assessora Chefe da ATeCC, para diversos órgãos e entidades.

Suporte técnico-administrativo ao Governador - Em 2017 foram numeradas e encaminhadas à Assembleia Legislativa 162 mensagens do Governador, sendo 29 relativas a projetos de lei e de lei complementar, observando-se que de tais projetos, 21 já foram aprovados pela ALESP. As demais mensagens, em sua maioria, trataram de encaminhamento de razões de veto a projetos de lei e de lei complementar, bem como indicações, pedidos de urgência e retirada de proposições.

Elaboração da Mensagem Governamental ao Poder Legislativo, como determina a Constituição Estadual - Com base nas informações enviadas por todas as Pastas sobre as atividades por elas executadas ao longo do exercício de 2016, a ATeCC elaborou a referida mensagem, para o exercício de 2017, tendo sido assinada pelo Governador e encaminhada à ALESP no dia 1º/2/2017, e publicada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do dia 2/2/2017.

Acompanhamento de proposições na Assembleia Legislativa - Ao longo do exercício de 2017 foram propostos 1193 projetos de lei ordinária, 35 projetos de lei complementar e 8 propostas de emenda à Constituição, todos devidamente acompanhados pela ATeCC, mantendo-se todas as proposições e suas respectivas tramitações em arquivos digitais e também no Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual - SIALE, plataforma em que são colhidas as manifestações das Secretarias de Estado sobre os projetos, para subsidiar a decisão do Governador sobre a sanção ou veto quando aprovadas as proposições na ALESP.

Resposta a requerimentos de informação da Assembleia Legislativa - Também, no exercício foram respondidos 414 requerimentos de informação à ALESP, sendo feita a preparação, encaminhamento à autoridade ou órgão responsável por intermédio do SIALE e, por fim, transmitida a resposta de cada requerimento à ALESP.

Publicação de leis - Em 2017 foram numeradas e publicadas pela ATeCC 219 leis ordinárias e 19 leis complementares sancionadas pelo Governador, sendo colhidas as respectivas referendas dos Secretários de Estado e, ainda, publicadas Mensagens de veto total e parcial a proposições, no período de recesso parlamentar, nos termos do artigo 28, § 3º, da Constituição Paulista.

Com relação ao sítio eletrônico de legislação do Estado (<http://www.legislacao.sp.gov.br/>), todas as leis ordinárias, complementares e as emendas à Constituição estão devidamente atualizadas para consulta pública.

Elaboração e publicação das Resoluções do Secretário-Chefe da Casa Civil - Foram elaboradas e publicadas as seguintes Resoluções:

- **Resolução CC nº 1, de 12/1/2017** - Designou Gestor Executivo das ações, dos projetos e das atividades aprovadas no âmbito do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, implementados no Estado de São Paulo.

- **Resolução CC nº 2, de 20/1/2017** - Instituiu a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA da Casa Civil;
- **Resolução CC nº 3, de 12/5/17** - Delegou atribuição de Administrador Setorial e definiu os Operadores do Sistema Informatizado do Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados - Cadin Estadual, no âmbito da Casa Civil;
- **Resolução CC nº 4, de 23/5/17** - Dispôs sobre a fixação de preços dos produtos e serviços do Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC;
- **Resolução CC nº 5, de 21/12/17** - Reestrutura a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA da Casa Civil.

Assessoramento ao Secretário da Casa Civil nos assuntos de Bonificação por Resultados - BR

- Em razão do que dispõem as leis que instituíram a participação ou bonificação por resultados no âmbito das entidades que as detém, cumpre a uma Comissão Intersecretarial - CI a definição dos indicadores, seus critérios de apuração e avaliação, bem como a fixação das respectivas metas. O Secretário Chefe da Casa Civil que a preside é o responsável pela articulação entre os demais membros, quais sejam, os Secretários da Fazenda, de Planejamento e Gestão e de Governo, visando a tomada de decisão colegiada sobre as definições que se seguem, baseadas na instrução processual, na avaliação do Grupo Técnico de Indicadores e Avaliação de Políticas Públicas - GIAAP, órgão técnico vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão, e na análise desenvolvida no âmbito desta assessoria.

Em 2017 foram analisados e emitidos pareceres técnicos sobre as propostas de BR de competência da CI, com vistas a prestar-lhes o subsídio para amparar a decisão de seus membros: 21 relativos à pactuação de indicadores e metas e 14 referentes à validação da apuração dos resultados.

Da mesma forma, coordenou -se a execução de todas as ações necessárias para a conclusão do processo, que envolve, principalmente: monitorar o cumprimento dos prazos estipulados para entrega das propostas de indicadores, de metas e de apuração dos resultados; orientar as Comissões de Bonificação das organizações, no sentido de padronizar e aperfeiçoar procedimentos; consultar previamente os órgãos responsáveis pelo fornecimento das informações sobre disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para pagamento da BR e emitir relatório sobre a situação.

Outras atividades de assessoria: Acompanhamento da atuação do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, em 2017, visando subsidiar as decisões do Secretário-Chefe da Casa Civil, na qualidade de membro titular do Conselho.

Acompanhamento da tramitação dos processos relativos à doação, permissão de uso, ou outra modalidade de transferência dos imóveis próprios do Estado aos municípios, visando agilizar procedimentos e atualizar informações sobre o andamento dos autos.

Chefia de Gabinete

A Chefia de Gabinete, em continuidade às medidas de contenção de despesas, combate ao desperdício e redução de gastos, em parceria com as demais unidades da Pasta obteve, em 2017, os resultados expostos abaixo:

Renegociação de Contratos -Casa Civil	R\$ 9.919.235,52
Renegociação de Aluguéis/ Extinção de 2 Escritórios Regionais	R\$ 223.796,04
Readequação de Espaços – Condomínios CIDADE I e IV e Edifício Campanário	R\$ 772.574,04
Redução de Frota de Veículos da direta e das vinculadas	R\$ 246.945,72
Total	11.162.551,32

O montante de R\$ 11.162.551,32 representa 5,58% de economia em relação as Outras Despesas Correntes aprovada na LOA 2017 para a UO Casa Civil;

Em comparação a janeiro/2017:

- a) Redução em 10% da frota fixa, que resultou numa economia financeira de 26,6%;

b) Transferência de 30% de unidades administrativas da Casa Civil para Próprios da Fazenda Pública e renegociações/ rescisões de aluguéis para celebração de novos contratos com preços inferiores, resultaram numa economia financeira de 23,74%;

c) Redução em 25% em valores condominiais, a partir de readequação dos espaços ocupados em Próprio do Estado.

Atribuições administrativas previstas no Decreto 61.038/2015: recebeu 3.307 documentos externos, examinou e cadastrou 15.988 expedientes encaminhados ao Secretário-Chefe da Casa Civil e às demais unidades vinculadas, deu suporte administrativo, de pessoal, financeiro e orçamentário, de tecnologia de informação e comunicação e de infraestrutura as unidades integrantes da estrutura básica do Gabinete do Secretário.

Escritório do Governo do Estado de São Paulo em Brasília

O Escritório do Governo do Estado de São Paulo em Brasília - EGESP, no ano de 2017, levou a cabo as seguintes ações: **(i)** acompanhamento, junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Federais com base em Brasília, de medidas, projetos programas e outras matérias de interesse do Estado de São Paulo; **(ii)** transmissão a membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Federais do posicionamento do Governo do Estado de São Paulo em relação a matérias que lhe foram solicitadas ou encaminhadas; **(iii)** prestação contínua e sistemática de informações ao senhor Governador sobre assuntos de interesse do Estado no âmbito federal; **(iv)** apoio logístico e de cerimonial ao senhor Governador quando de suas viagens oficiais a Brasília; **(v)** planejamento e acompanhamento das reuniões do senhor Governador no âmbito do EGESP; **(vi)** Apoio logístico aos senhores Secretários de Estado quando em viagens de serviço a Brasília; **(vii)** planejamento e acompanhamento das reuniões dos senhores Secretários de Estado no âmbito do EGESP; **(viii)** Execução dos serviços de copa e zeladoria nas dependências ocupadas pelo EGESP em Brasília.

Grupo de Relacionamento com a Sociedade - GRS

Documentos por Área de Atuação	Quantidade
REDAÇÃO	
Demandas aguardando resposta das Secretarias de Estado	586
Demandas em redação (cadastro, redação, revisão e expedição)	479
Demandas concluídas e arquivadas	3.320
Total	4.380
Documentos por Área de Atuação	Quantidade
ATENDIMENTO AO CIDADÃO	
Atendimento presencial	263
Atendimento telefônico	3.249
Total	3.512
MENSAGEM DO GOVERNADOR	
Cartas	52
Cartões	125
Convites	117
Telegramas	32
Total	326
Total Geral	8.218

Conselho Estadual de Honrarias e Mérito

Destaque-se, dentre as realizações desenvolvidas pelo Conselho Estadual de Honrarias e Mérito - CEHM, no decurso do ano de 2017, o apoio pontual às instituições públicas ou privadas, no processo

de elaboração e descrição, em conformidade técnica (heráldica/medalhística) para a criação de condecorações. Assim procedendo, o Conselho, incentiva diferentes associações a premiar seus colaboradores, ao mesmo tempo em que valoriza as personalidades que tiveram desempenho em vários ramos do conhecimento ou atuação cívica notável.

Nossa participação também se fez presente em inúmeros eventos realizados por diferentes órgãos, sejam eles de natureza militar, religiosa, política, associativa, culturais e/ou de lazer, com o objetivo de culto a memória, história e civismo de nosso Estado.

No âmbito específico e oficial do Governo do Estado de São Paulo, realizaram-se duas solenidades com envolvimento direto do Presidente do Conselho a quem coube a abertura. Foram respectivamente a cerimônia de imposição do Colar Ibrahim de Almeida Nobre (07.07.17) e a outorga da Ordem do Ipiranga (05.09.17). Nessa oportunidade foram condecorados pelo Governador, altas personalidades e pessoas de relevância na vida paulista e nacional, em agradecimento aos serviços prestados à comunidade. Importante destacar, que não existe em pendência qualquer processo no CEHM, visto que como afirmamos anteriormente, interagimos diretamente com os interessados, de forma que exista perfeita fluência.

Cerimonial

I - Organização de Eventos do Governo: Almoços, Cafés da Manhã, Coquetéis e Jantares; Eventos Internacionais (Governador/Primeira-Dama/Vice-Governador e Secretários); Audiências e Reuniões no Palácio dos Bandeirantes; Eventos do Governador - Capital e Interior; Eventos do Governador de Médio e Grande Porte no Palácio dos Bandeirantes; Eventos do Governador fora do Estado/ fora do País; Eventos da Primeira Dama (Capital /Interior/ Palácio dos Bandeirantes); Eventos do Vice-Governador (no Palácio ou externos), Eventos de Secretários de Estado no Palácio; Eventos organizados pelo Cerimonial sem a presença do Governador. **TOTAL: 1.019.**

II - Correspondência Oficial: Elaboração de Convites; Telegramas; Cartões e E-mails de Agradecimentos; Cartões de Cumprimentos às Prefeituras. **TOTAL: 800.**

III - Seção Consular: Carteiras consulares; envio da lista consular por e-mail; agradecimentos de convites; cumprimentos pela data nacional; comunicados; relação de remessa por correio; ofícios. **TOTAL: 226**

IV - Parcerias e Interfaces: Assessoria Internacional do Governador; Governo de Toyama e Governo Metropolitano de Tóquio; Conselho de Honrarias e Mérito para a concessão de Condecorações.

V - Compras, locações e processos para pagamentos de fornecedores: Confecção de bandeiras; Compra de fitas /cordões para mastros/ capas para crachás; Coroas de Flores; Embalagem de presentes diversos; Serviços Gráficos e de Calígrafa. **TOTAL: 197.**

VI - Atividades na área de Tecnologia da Informação: Elaboração de mailing para eventos especiais; Atualização do mailing; Elaboração da Planilha de Eventos - número de lançamentos; Envio de roteiros; Envio, por E-mail, da relação de nomes e cargos de autoridades constantes do mailing (Pedidos de listas); Leitura do Diário Oficial e comunicação por E-mail de alterações do mailing institucional. **TOTAL: 8.902.**

Grupos de Eventos

Relatório de Atividades 2017	Total por Lote
Eventos realizados no Palácio dos Bandeirantes (Referente ao Lote I)	94
Eventos Realizados nas Regiões Administrativas de: São Paulo, Baixada Santista, São José dos Campos e Registro (Referente ao Lote II)	118
Eventos Realizados nas Regiões Administrativas de: Araçatuba, Barretos, Bauru, Campinas, Central, Franca, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Sorocaba (Referente ao Lote III)	101
Total de Eventos do Ano	313

Serviço de Informações ao Cidadão - Sic e Ouvidoria

SIC - Relatório de Solicitações Encerradas					
Classificação das Solicitações	Total	Percentual	Natureza da Solicitação	Total	Percentual
Atendidas	55	98,21%	Impertinente - Ausência de Competência	3	5,36%
Atendidas Parcialmente	1	1,79%	Impertinente Manifestação de livre expressão	2	3,57%
			Impertinente – Pedido Incompreensível	3	5,36%
			Pública	48	85,71%
Total Geral	56	100%		56	100%

OUVIDORIA:

Tipo de Manifest	Solucionada	Soluc. Parc.	Encerra da	Improcedente	Encaminhada Outro Órgão	Em And.	Total
Denúncia	1	0	0	0	1	0	2
Elogio	1	0	0	0	0	1	2
Outros	2	0	0	0	1	9	12
Reclamação	0	0	2	0	13	5	20
Solicitação de	11	4	0	0	23	89	127
Sugestão	2	0	0	0	0	3	5
Total	17	4	2	0	38	107	168

Assessoria Especial para Assuntos Internacionais

Resultados obtidos

Protocolo - Foram organizadas 30 audiências do Governador, 3 audiências da Primeira Dama, 6 audiências do Vice-Governador com representações internacionais e Chefes de Estado e aproximadamente 550 outras reuniões com Secretarias estaduais e com a Assessoria Especial para Assuntos Internacionais. ao longo do ano com representações consulares, órgãos estaduais e setor privado em busca de novas parcerias, projetos e cooperação internacional.

Eventos e Viagens - Foram organizados por esta assessoria 19 eventos internacionais – no Palácio dos Bandeirantes e em órgãos estaduais - que incluem seminários internacionais, workshops e conferências. Os colaboradores desta assessoria participaram também de 143 eventos internacionais, como convidados/espectadores. A Assessoria Internacional organizou 2 missões internacionais do Governador - Argentina e Estados Unidos - durante 2017.

Cooperação técnica - Mesmo com a redução do quadro da unidade de cooperação internacional, foram firmados 5 acordos internacionais com o Governo do Chile, Baviera (Alemanha), Hunan (China), Umbria (Itália) e o Fórum Econômico Mundial. Estão em negociação novos programas de cooperação técnica com diversos países nas áreas de desenvolvimento econômico, infraestrutura, educação, cultura, gestão de água entre outros temas. O governo realizou ações, projetos e cursos com parceiros com os quais já havia assinado acordos nos anos anteriores, com o propósito de aprimorar as políticas públicas do Estado, promover São Paulo no cenário mundial, fomentar seu desenvolvimento econômico e sustentável e compartilhar experiências bem-sucedidas e melhores práticas.

Comunicação - O site internacional (www.saopauloglobal.sp.gov.br) alcançou 62.742 visitantes únicos e produzidas 12 edições da newsletter internacional. Foram organizadas 2 Press Trips (Jornalistas de Atlanta visitaram equipamentos públicos do Estado em São Paulo e Santos/

Correspondentes internacionais visitaram o CECFAU - Centro de Conservação de Fauna Silvestre, em Araçoiaba da Serra). Foi criado um perfil internacional do Estado no Flickr (www.flickr.com/photos/globalsaopaulo/sets) com aproximadamente 2.000 fotos entre Junho e Dezembro de 2015. Foi lançado o boletim diário de notícias "#SPglobal - Destaques do dia". Aproximadamente 60 boletins foram enviados entre agosto e dezembro de 2015. O site internacional foi incluído no portal do Governo do Estado de São Paulo e elaborado o folder "Boas Práticas do Governo do Estado de São Paulo para a Cooperação"- texto concluído, arte em desenvolvimento pelo Marketing (SECOM). O Aplicativo "SP GLOBAL" foi concluído e já está disponível nas versões Android e IOS.

Escolas de Idiomas: Prosseguimento da parceria com escolas de idioma - Cultura Inglesa (Inglês), Instituto Cervantes (Espanhol), Aliança Francesa (Francês), Due Parole (Italiano), Instituto Goethe (Alemão), que oferecem descontos exclusivos para funcionários do Governo do Estado.

Subsecretaria de Comunicação

Programa 2826 – Comunicação Social

OBJETIVO: Dar publicidade aos atos do Governo do Estado de São Paulo e fomentar o acesso dessas informações à sociedade, integrando as ações de comunicação de todos os órgãos do governo Estadual.

Ação 5359 – Publicidade Institucional

DESCRIÇÃO: Quantidade de ordens de serviços emitidas para a realização de serviços de publicidade institucional.

PRODUTO: 407- Divulgação de ações de publicidade institucional

INDICADOR DE PRODUTO: 1065 – Número de ações de comunicação realizadas

Indicadores	Meta Final do PPA	Resultado Parcial 2017
5359 – Número de ações de comunicação realizadas	1200	504

UNIDADE DE IMPRENSA: A Unidade de Imprensa atuou na Coordenação das relações do Governo com a Imprensa; supervisionou as ações pertinentes à Imprensa desenvolvidas pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado; organizou o fluxo interno de informações do Governo e produção do material de divulgação de caráter jornalístico para os meios e veículos de comunicação.

Destacam-se as seguintes ações realizadas em 2017: I - Portal do Governo do Estado de São Paulo: principal canal de acesso de informações sobre o governo paulista, com cerca de 750 mil visitas por mês. São produzidos mensalmente cerca de 250 matérias, tendo atualizações diárias no portal. As pautas envolvem destaques de várias secretarias e órgãos públicos, além de matérias relacionadas à agenda do Governador; II - Atualizações diárias das Redes Sociais: permitiu a interatividade entre os cidadãos e o Governo do Estado, além de ter promovido interações com secretarias e entidades vinculadas ao governo; São mais de 320 mil fãs no Facebook do Governo SP, com alcance orgânico médio de 4 milhões de pessoas por mês. O perfil do Twitter tem cerca de 351 mil seguidores além de 16,5 mil seguidores no Instagram; III - Programa de Sinergia entre as equipes digitais do Governo com secretarias e órgãos públicos: através de encontros periódicos de atualização e conhecimento para melhorar a qualidade dos conteúdos digitais em geral, além do compartilhamento diário de conteúdos para postagens nas redes sociais; IV - Monitoramento digital: monitorou os principais temas relacionados ao governo mencionados nas redes sociais e responder às dúvidas de cidadãos nos canais digitais; V - Acompanhamento da agenda do governador: acompanhou todos os eventos da agenda pública do governador. Repórteres produziram textos para publicação no Portal e envio para mailing de jornalistas em todo o Estado. No total, foram organizadas e realizadas 698 coletivas de imprensa com o governador. A agenda pública do governador também passou a ser inserida diariamente na internet como forma de garantir mais transparência e permitir acompanhamento dos atos por parte da imprensa; VI - Assessoria de imprensa do representante do Governo do Estado: as suas agendas públicas, o Governador é acompanhado por um assessor de imprensa direto, que é vinculado à Subsecretaria de

Comunicação; VII - Envio de avisos, releases e boletins; VIII - Atendimento à imprensa; IX - Monitoramento de mídia; X - Transcrições das falas do governador; XI - Produção de papers para o governador; XII- A equipe da Subsecom também preparou materiais para entrevistas que foram concedidas pelo governador ao longo de 2017; XIII - A Unidade de Imprensa também elaborou diversos materiais escritos e apresentações digitais para subsidiar palestras do governador durante todo o exercício de 2017.

UNIDADE DE MARKETING: Dentre todas as campanhas e materiais de comunicação produzidos no período de janeiro a novembro de 2017 destacam-se:

Campanhas - Casa Civil: Investimentos na Baixada Santista, Poupatempo 99%, Expresso Linha 10, Geração de Empregos, Entregas Regionais, Obras na Saúde, Inovações – Fase 1, Inovações – Fase 2, 21ª Parada do Orgulho LGBT, Inovações – Fase 3, Combate ao Crack, Audiência Pública, Rota da Luz SP, Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, Mudança de Endereço Poupatempo GRU, Inovações – Fase 4, Estação Engenheiro Goulart da CPTM, Entregas no Metrô, Siga Seguro, Balanço da Gestão do GESP; Secretaria de Governo: Pitch.Gov SP 2.0, Avanços no Estado; Secretaria da Educação: Reforço contínuo na Rede Estadual, Entregas na Educação, Vestibular e Vestibulinho Centro Paula Souza; Defesa Civil: Prevenção contra raios; Secretaria da Saúde: Combate ao Aedes, Lei antiálcool para menores, Mosquito Transmissor; Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude: Praia Acessível – Esporte para Todos; Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Praia Acessível – Esporte para Todos; Secretaria de Desenvolvimento Social: CONDECA; Fundo Social de Solidariedade: Campanha do Agasalho 2017.

Materiais de Comunicação - Casa Civil: Programa Estadual DST/AIDS, SP Contra o Racismo, Rota da Luz SP, Programa Nascentes, Programa Juro Zero Empreendedor, Programa Bom Prato, Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, Programa de Recuperação de Dívidas, Formatura de Soldados da PM, SP Global, Mutirão para migração de rádios AM para FM, Revolução Constitucionalista de 1932, Fraudou/Fechou, 4ª Semana Nacional de Mobilização para Enfrentamento ao Tráfego de Pessoas, Audiência Pública, Relatório de Gestão do GESP, Acesso SP; Secretaria da Saúde: Melhorias na Saúde, Doação de Medula Óssea; Secretaria de Governo: Oportunidades de Parcerias em Investimentos no Estado de São Paulo; Secretaria da Fazenda: Nota Fiscal Paulista, Workshop de Gestão para Prefeituras Paulistas, TIT – Tribunal de Impostos e Taxas; Secretaria de Agricultura e Abastecimento: Agrofácil SP, Conselho de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, Folder Institucional; Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania: Fórum Inter-religioso, Dia Internacional da Mulher, Canal da Cidadania; Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho: Emprega São Paulo; Assessoria Especial para Assuntos Internacionais: Tour Consular, II Workshop ODS; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia: SUTACO – Artesanato Paulista; Secretaria de Desenvolvimento Social: Programa Criança Feliz, Programa VivaLeite, CadÚnico; Secretaria da Educação: Ensino Médio Inclusivo, Programa de Estágio – Rede Estadual de Ensino, Programa Creche Escola; Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Ensino Médio Inclusivo; Fundo Social de Solidariedade: Escola de Moda, Padaria Artesanal, JORI – Jogos Regionais do Idoso, Assinatura de Convênio – Padaria Artesanal, Aulas Inaugurais e Formatura – Escola de Qualificação Profissional, Solidariedade em Fios; Ouvidoria Geral do Estado: Portal da Transparência, Folder Institucional, Ouvir é Respeitar.

BIBLIOTECA VIRTUAL: A Biblioteca Virtual recebeu através do FALE CONOSCO mais de 71.000 e-mails e, em média mais de 640.000 acessos às páginas do site. A BVGESP deu continuidade ao movimento das redes sociais e continua divulgando informações de interesse dos cidadãos em todos os setores governamentais.

Subsecretaria de Relacionamento com Municípios - SRM

Programa 2828 - Desenvolvimento Regional Integrado

OBJETIVO: Promover a qualidade ambiental, urbana, o incremento das dimensões locais de habitação, emprego e bem estar social nos municípios paulistas.

DIAGNÓSTICO: Reconhecimento da necessidade de promover melhorias na infraestrutura urbana nos níveis locais, que podem ser atendidos pela transferência de recursos do Governo do Estado de São Paulo a municípios, por meio da formalização de convênios.

INDICADOR DO PROGRAMA 718 – Número de Municípios atendidos pelos Convênios

Ação 2272 Atuação Especial em Municípios

DESCRIÇÃO: Celebração de convênios com municípios para execução de obras públicas de infraestrutura urbana ou aquisição de bens destinados a serviços urbanos, em sintonia com as demandas informadas pelos agentes públicos e sociais locais.

PRODUTO - 244: Apoio aos Municípios na Melhoria da Infraestrutura Urbana

INDICADOR DE PRODUTO - 813: Número de Convênios firmados com Prefeituras Municipais

Ação 4477 - Articulação Municipal e Consórcio de Municípios

DESCRIÇÃO: Celebração de convênios com municípios e consórcios municipais para execução de obras públicas de infraestrutura urbana ou aquisição de bens destinados a serviços urbanos, de acordo com as diretrizes governamentais e prioridades definidas em conjunto com as entidades públicas locais.

PRODUTO - 244: Apoio aos Municípios na Melhoria da Infraestrutura Urbana

INDICADOR DE PRODUTO - 813: Número de Convênios firmados com Prefeitura Municipais

A Subsecretaria de Relacionamento com Municípios coordena as ações políticas do governo junto aos municípios interagindo com as secretarias, buscando unificar as políticas públicas implementadas pelo governo. É responsável pelo atendimento e assistência a representantes de entidades públicas e da sociedade civil, buscando oferecer pronta resposta e agilidade no encaminhamento dos pleitos. Faz acompanhamento das demandas e a interligação entre as Secretarias de Estado através de um trabalho direto junto às equipes técnicas.

A Subsecretaria também é responsável pelo Programa Desenvolvimento Regional Integrado composto pelas Ações Articulação Municipal e Atuação Especial em Municípios, que atende aos 645 municípios do Estado por meio de convênios, mediante a transferência de recursos financeiros, para obras de infraestrutura urbana e aquisições de bens destinados a serviços urbanos. Para a realização desse programa e respectivas ações, a Subsecretaria conta com a Unidade de Relacionamento com Municípios e com os Escritórios Regionais situados em 13 Regiões Administrativas do Estado.

Em 2017 foram assinados 690 convênios com Municípios, totalizando R\$ 131.865.965,54 repassados para a realização de obras de infraestrutura urbana, iluminação pública e aquisições de equipamentos, maquinários, beneficiando 386 Municípios.

Atendimento pessoal a Prefeitos, Vereadores e Deputados – Foram realizados 1.185 atendimentos pessoais a Prefeitos de 489 municípios, 25 Vereadores e 60 Deputados, totalizando 1.185 audiências.

Tratamento das Demandas recebidas das Prefeituras, Câmaras Municipais e Deputados através do Aplicativo SDG - Demandas do Governador - Foram recebidas 5.265 demandas, sendo 3.055 respondidas e 2.210 estão aguardando parecer das Secretarias de Estado.

Administração do Sistema de Autorização Governamental - SAG - Este aplicativo registra as Autorizações feitas pelo Governador através das Secretarias de Estado, onde são geridos aproximadamente 233.899 registros, entre Autorizações do Governador, Emendas Parlamentares e Programas de Governo, representadas em ações junto a todas as Secretarias de Estado nos 645 municípios.

Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos

Programa 2829 – Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole Paulista

OBJETIVO: Fomentar, financiar e apoiar ações que visem o desenvolvimento socioeconômico integrado das Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas.

INDICADOR: Número de municípios contemplados com recursos dos Fundos de Desenvolvimento Metropolitano

PRODUTO: Projetos de desenvolvimento metropolitano implementados

Ação 1107 – Projetos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista.

A Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos tem como objetivo planejar de forma integrada o desenvolvimento urbano, bem como articular a implementação dos projetos estruturantes para as unidades regionais situadas dentro dos limites da chamada Macrometrópole Paulista - MMP, elaborar políticas específicas para as cinco Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo (e para todas as demais unidades regionais, como aglomerações urbanas e microrregiões). Foram implantados:

- 04(quatro) projetos dos quais estão sendo beneficiando 07(sete) municípios:

RM Baixada – Bertioga, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, Santos e São Vicente

A Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos integra o Sistema Estadual de Desenvolvimento Metropolitano, instituído em março de 2011, para articular o planejamento metropolitano e a execução de funções públicas de interesse comum por órgãos e entidades estaduais atuantes no espaço da Macrometrópole. O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável e fomentar a cooperação de órgãos e entidades estaduais executores das ações de interesse metropolitano para otimizar os recursos públicos e para orientar e controlar a implantação de ações que apresentem impacto metropolitano.

O Decreto nº 62.437, de 21 de fevereiro de 2017, transferiu para a Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos a responsabilidade de desempenhar as atividades inerentes ao campo funcional da Casa Civil em assuntos relativos aos Conselhos de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas, aos Conselhos de Desenvolvimento e Aglomerações Urbanas, as Agências, Fundos de Desenvolvimento das regiões Metropolitanas que dependam da interferência e ou participação da Casa Civil.

Gabinete do Subsecretário: Apoio e acompanhamento à atuação das Agências de Desenvolvimento; Participação e liderança nos trabalhos dos Conselhos de Desenvolvimento; Apoio, instalação e acompanhamento dos gabinetes Metropolitanos de Gestão Estratégica da Segurança Pública - Gamesp que envolvem as Policiais Estaduais, Federais e Guardas Municipais, Ministério Público e Poder Judiciário, com a finalidade de implementar o Sistema Integrado de Comando e Controle Metropolitano - SICM para elaboração de planos estratégicos interligados de segurança, visando à prevenção e redução da violência; Parceria com a Secretaria da Segurança Pública para a implementação do sistema de vídeo monitoramento nas unidades territoriais da Macrometrópole Paulista, com destaque as Regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista; Encontros com prefeitos das regiões Metropolitanas; para tratar de assuntos de interesse de cada região; Apoio às eleições para as presidências dos Conselhos e Aglomerados.

Plano de Desenvolvimento Integrado da MetrÓpole - PDUI, estabelecido pela Lei Federal 13.089/2015, conhecida como Estatuto da MetrÓpole, tendo como escopo regulamentar e direcionar ações e políticas relacionadas às funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana de São Paulo, sendo um instrumento de planejamento regional obrigatório para o desenvolvimento urbano e regional do território Metropolitano Paulista e Nacional.

Entre as ações implementadas em 2017, pode-se citar: Debates, seminários, oficinas, reuniões com os diversos segmentos, audiências Públicas em todas as regiões, articulação dos poderes públicos municipais e estaduais e sociedade Civil; 34 audiências Públicas do PDUI.

O resultado dos trabalhos com todos os segmentos foi transformado em propostas por meio do Poder Público e Sociedade Civil, que contemplam o desenvolvimento econômico, social e territorial; habitação e vulnerabilidade Social; meio ambiente, saneamento e recursos hídricos; mobilidade transportes e logísticas de cada região que serão peças que comporão o projeto de Lei do PDUI.

Unidades vinculadas à Subsecretaria

Coordenadoria de Apoio, Estudos e Pesquisas: Tem por objetivo coordenar o relacionamento com as administrações municipais das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas e a sociedade civil organizada, objetivando articular e integrar propostas e soluções para as demandas apresentadas; contribuir para os efetivos funcionamentos dos Conselhos; apoiar e acompanhar a atuação das Agências de Desenvolvimento e liderança nos trabalhos dos conselhos de Desenvolvimento.

Trabalhos Realizados: 6 Reuniões dos Conselhos consultivos da Sub-Região sudoeste; 20 reuniões com a Coordenação, membros da Câmara Temática do PDUI/CONSULTI; 5 câmaras Temáticas instaladas: Turismo; Mineração, Desenvolvimento Econômico; Meio ambiente; Mobilidade Urbana e

Organização do PDUI; 38 reuniões das Câmaras Temáticas relacionadas à: Turismo, Mineração, Desenvolvimento Econômico, Meio ambiente, Mobilidade Urbana, transportes Públicos de Passageiros e Transporte Metropolitana de Carga; 8 Audiências Públicas Municipais; do PDUI - Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado.

Programa 2916 - São Paulo: Território e Cartografia

OBJETIVO: Produzir, manter atualizadas e disseminar informações e análises geográficas e cartográficas para os mais diversos fins, destacando: a formulação e acompanhamento de políticas públicas, a atualização cartográfica das nascentes e cursos d'água para fins de licenciamento, a definição correta das divisas dos municípios e a localização precisa de propriedades para atestar sua jurisdição territorial.

Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC

Geoportal IGC: *website* dedicado à disseminação das bases cartográficas oficiais do Estado, que permite a interoperabilidade entre provedores de dados estatísticos e geoespaciais. Por meio do Geoportal IGC, todo o acervo cartográfico digital do Instituto encontra-se disponível, sem restrições, a todo cidadão. Em 2017 foram produzidos 952 documentos cartográficos nas escalas 1:5.000, 1:10.000 e outras escalas menores.

Serviços de manutenção das divisas dos municípios paulistas: o IGC é o único órgão responsável pela gestão das divisas intermunicipais do Estado de São Paulo. Até dezembro de 2017 foram atendidos 785 processos, abrangendo Certidões de Jurisdição Territorial, Informações Técnicas, análises técnicas referentes a demarcações, Traçados de Divisa e Pareceres Técnicos de natureza geográfica e cartográfica. Sendo eles: 642 expedientes técnicos emitidos para pessoas físicas, 88 para pessoas jurídicas, 22 para o Ministério Público e 33 para órgãos públicos.

Serviços de estudos de caracterização de drenagem: o IGC é o órgão responsável pela elaboração de informações técnicas de caracterização de drenagem, que tratam da localização precisa, em mapas oficiais, das nascentes e do traçado dos cursos d'água, com vistas ao processo de licenciamento ambiental. No ano de 2017 foram elaboradas 160 informações técnicas desta natureza, assim distribuídas: 69 para pessoas físicas, 62 para pessoas jurídicas, 8 para o Ministério Público e 21 para órgãos públicos.

Ações na Área de Gestão Documental e Disseminação da Informação Técnica: a área é responsável pela guarda, em caráter permanente, de acervo técnico documental, produto de atividades de reconhecimento geográfico e cartográfico e controle administrativo da divisão territorial do Estado de São Paulo. Tais atividades são exercidas pela Administração Pública Paulista desde 1886 por órgãos que antecederam o IGC, como a Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo - CGG e o Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo - IGG.

As estatísticas para período de janeiro a dezembro de 2017 foram: **a) Atendimentos/procedimentos técnicos:** 8.108 atendimentos técnicos aos usuários; 3.898 documentos técnicos digitalizados e disponibilizados ao público; **b) pelo Geoportal IGC:** 40.000 sessões; 15.000 usuários; **c) pelo site do Instituto:** 105.000 sessões; 75.000 usuários

Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento - FUMEFI

AÇÃO 1815 - Projetos do Fundo de Financiamento e Investimento – FUMEFI

- Promover o desenvolvimento da região Metropolitana de São Paulo, contribuindo para a redução das desigualdades socioeconômicas.

PRODUTOS: Projetos de desenvolvimento metropolitano implementados

O FUMEFI: Tem por finalidade financiar e investir em projetos de interesse da Região Metropolitana de São Paulo. Está vinculado à Casa Civil, como Agente Promotor, que coordena a sua atuação, por meio da Secretaria Executiva, sob supervisão do Conselho de Orientação. Conta também com a EMPLASA, como Agente Técnico, e o Banco do Brasil, como Agente Financeiro.

Estrutura: onselho de Orientação: tem por finalidade planejar, supervisionar e controlar a distribuição e utilização dos recursos financeiros do FUMEFI. É integrado por representantes das

Pastas do setorial envolvido com a natureza de seus projetos, além de Fazenda, Planejamento e Agentes Técnico e Financeiro. Compete-lhe aprovar os Planos de Aplicação propostos pelo Agente Promotor. Reúne-se semestralmente. Conta com uma Secretaria Executiva.

Secretaria Executiva do Conselho de Orientação: tem por finalidade assessorar o Presidente e os Conselheiros e coordenar a gestão operacional do FUMEFI, viabilizando as contratações e a execução dos projetos aprovados, contando com a atuação dos Agentes Técnico e Financeiro.

Viabilização de projetos: O Plano de Aplicação do FUMEFI é anual. Refere-se fundamentalmente à compensação financeira estabelecida pela Lei Estadual 1817/78, que, calculada na forma indicada no Capítulo VII, define as Prefeituras Beneficiárias no ano seguinte e os valores de suas participações. Adequados linearmente à dotação orçamentária do FUMEFI, os valores das participações são comunicados pela Casa Civil às Prefeituras, com solicitação de apresentação de propostas compatíveis com as funções públicas de interesse comum metropolitano, para a composição do Plano de Aplicação. Certificado o enquadramento dos projetos e obtida a aprovação do Conselho, segue-se a fase de contratação, instruída com os projetos técnicos e documentação complementar exigível, de responsabilidade das Beneficiárias. A partir desses documentos, a EMPLASA elabora as Fichas Técnicas individuais, especificando condições de execução e orçamento, base para a celebração dos Instrumentos de Liberação de Crédito - Contratos BB/FUMEFI, que propiciarão a viabilização dos repasses dos recursos não reembolsáveis, mediante a execução dos projetos, observada a legislação e normas específicas que regem a matéria.

Plano de aplicação/2017 - 19 Municípios - R\$ 96 milhões - 36 projetos aprovados: 34 contratados, 1 em viabilização - 19 Municípios da Região Metropolitana de São Paulo foram beneficiados pelo Plano de Aplicação FUMEFI/2017, envolvendo 36 projetos relativos a funções públicas de interesse comum metropolitano, aprovados, dos quais 34 já foram contratados, um aguarda regularização cadastral do Município *-em vias de solução-*, e um foi por ora inviabilizado, pela insuficiência de recursos cabíveis à Prefeitura *-em face de três que viabilizou*. O Plano assim constituído, com 35 projetos viabilizados, absorveu a totalidade do valor bruto da ordem de R\$ 96 milhões, deferidos neste exercício.

Os 19 Beneficiários em 2017 são: Biritiba Mirim - 1 projeto, Carapicuíba - 3 (1 *inviabilizado*), Cotia - 1, Embu-Guaçu - 4, Ferraz de Vasconcelos - 1, Francisco Morato - 4, Franco da Rocha - 1, Itapevi - 1, Itaquaquecetuba - 7, Jandira - 1, Jujutiba - 3, Pirapora do Bom Jesus - 1, Poá - 1, Ribeirão Pires - 1, Rio Grande da Serra - 1, Santa Isabel - 1, S. Lourenço da Serra - 1, Suzano - 1, e Vargem Grande Paulista - 1.

Movimentação financeira em 2017: Mediante a aprovação das parcelas de serviços efetivamente medidos e apresentados, referentes a contratos FUMEFI celebrados em 2014, 2015 e 2016 - *que seguiam em execução, e foram concluídos em 2017-*, registrou-se movimentação financeira bruta da ordem de R\$ 11 milhões, no período, correspondentes aos repasses aos Municípios e consideradas as despesas operacionais e de custeio aplicáveis. Registra-se que, dos Planos de anos anteriores, apenas uma obra remanescente prosseguirá, para conclusão, em 2018.

Programa 2829 - Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole Paulista			
Ação 1815 - Projetos do Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento	Previsto	Realizado	Executado
Despesas de capital (auxílios)	41.300.000,00	41.300.000,00	100%

Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP

Programa 2829 – Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole Paulista

OBJETIVO: Fomentar, financiar e apoiar ações que visem o desenvolvimento socioeconômico integrado das Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas.

INDICADOR: Número de municípios contemplados com recursos dos Fundos de Desenvolvimento Metropolitano

Ação 1885 – Projetos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas

Promover a melhoria dos serviços públicos, da qualidade de vida da população, possibilitando o Desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades sociais nos municípios que compõem a região Metropolitana de Campinas.

A Agência Metropolitana de Campinas – Agemcamp - tem como objetivo superar os desafios econômicos, ambientais e sociais postos para a Região. Para isso estabelece parcerias com municípios, a iniciativa privada, universidades e demais órgãos públicos atuantes na Região para a construção de um futuro sólido e sustentável.

Atualmente vinculada à Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Casa Civil, a Agemcamp propõe e executa projetos de interesse comum aos municípios da RMC, além de promover ações que contribuem para a formação da consciência sobre a necessidade de gestão conjunta e integrada para a solução dos gargalos econômicos e carências metropolitanas. É formada pelo Conselho de Desenvolvimento, Agemcamp e Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (FUNDOCAMP), e reconhecida como protagonista efetiva da melhoria da qualidade de vida da população e do desenvolvimento econômico sustentável da RMC.

Projetos Fundocamp - 2017 - Agente Técnico: Agemcamp - São projetos que tem como agente técnico a própria Agemcamp e como beneficiários as Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

Área: Saúde - Combate à Dengue - Aquisição de materiais. Objetivo: Aquisição de Equipamentos de Combate ao Vetor; Status: Em andamento, adesão 19 municípios.

Área: Educação - 9º Fórum da Educação da RMC. Objetivo: Propiciar, além dos conhecimentos específicos relacionados ao tema geral da educação, experiências internacionais. Possibilita também que os municípios discutam e conheçam as suas próprias políticas de colaboração na área da educação visando a proposição de perspectivas de políticas públicas e contribuições para construção de Planos de Educação. Status: Encerrado. Tomador de Recursos Fundocamp: Fundação Municipal para Educação Comunitária - FUMEC.

Área: Cultura - Re-Virada Cultural – 2017; Objetivo: Realização de apresentações de música, dança e oficinas nos dezenove municípios da RMC, privilegiando os artistas regionais. Status: Encerrado, adesão 14 municípios.

Área: Segurança

Sistema de Videomonitoramento na RMC - 1ª etapa. Objetivo: Aquisição de equipamentos e implantação do Sistema Metropolitano de Videomonitoramento nos municípios da RMC em atendimento às necessidades identificadas no Plano Metropolitano de Segurança. Status: Em andamento, adesão 19 municípios.

Sistema de Videomonitoramento na RMC - 2ª etapa. Objetivo: Aquisição de software para compor o Sistema de Videomonitoramento. Status: Em andamento, adesão 19 municípios. Obs.: aos municípios que já possuem o software foi autorizado o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para ampliação com a instalação de novos pontos ou modernização da tecnologia existente.

Sistema Regional de Defesa Civil. Objetivo: Aquisição de equipamentos de informática e veículos e implantação do Sistema Regional de Defesa Civil para a RMC. Status: Em andamento, adesão 19 municípios.

Sistema Regional de Radiocomunicação Digital. Objetivo: Aquisição de equipamentos que proporcionará a migração do Sistema de Radiocomunicação Analógico para Digital ou a expansão do atual Sistema de Radiocomunicação Digital, e assim permitir maior integração entre órgãos que utilizam esse tipo de comunicação na cidade e sua integração com a RMC. Status: Em andamento, adesão 19 municípios.

Plataforma para Redução de Riscos de Desastres na RMC. Objetivo: promover a gestão de riscos e gerenciamento de desastres entre as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil pertencentes a Região Metropolitana de Campinas. Status: Em andamento, adesão 20 municípios.

“Sistema Metropolitano de Proteção aos Bens e Serviços Públicos Municipais”. Objetivo: Salvar os bens, serviços e patrimônio públicos municipais, promovendo para tanto, maior interação entre a comunidade local, diretamente envolvida em situações de ameaças e seus bens,

serviços e patrimônio, o levantamento de informações, a elaboração de pesquisa de identificação de fatores para promover a proteção e a guarda de bens e serviços. Status: Priorizado/Aprovado

Área: Esporte - Implementação Academias Ao Ar Livre. Objetivo: Aquisição de equipamentos para instalação de academias ao ar livre em espaços utilização pública nos municípios da RMC, podendo ser instaladas os seguintes tipos: a) Academia da Terceira Idade; b) Academia para Portadores de Necessidades Especiais; c) Academia para Crianças (primeira idade). Status: Em andamento, adesão 19 municípios.

Área: Transporte e Sistema Viário Regionais - Mobilidade Urbana. Objetivo: Garantir infraestrutura e facilitar a mobilidade urbana da população metropolitana, tornando permanente o compromisso do Poder Público para com a democratização do espaço urbano, representada pela acessibilidade e inclusão de todos em um ambiente seguro e confortável. Status: Em andamento, adesão 8 municípios.

Área: Planejamento

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Objetivo: Criar um instrumento de governança interfederativa com participação de todos os entes públicos e da sociedade civil, de forma integrada e compartilhada. Status: Priorizado/Aprovado. Tomador de Recursos: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - Emplasa.

Subsídios ao Diagnósticos e à Construção de Cenários de Desenvolvimento na RMC. Objetivo: Elaborar diagnóstico e projetar cenários de desenvolvimento demográfico e econômico regional que embasarão tecnicamente a elaboração PDUI da RMC. Status: Priorizado/Aprovado. Tomador de Recursos: Universidade de Campinas - Unicamp.

Área: Turismo - Seminário "Turismo na Região Metropolitana de Campinas". O Evento objetivou a concentração e transparência de ações voltadas à potencialização dos recursos existentes na RMC, nos diversos segmentos do Setor, mundialmente reconhecido como grande gerador de emprego e renda para toda pirâmide social. O Seminário foi fruto e, ao mesmo tempo, o coroamento de um trabalho realizado pela Câmara Temática de Turismo da RMC durante o ano de 2017, que contou com o apoio dos Membros representantes dos vinte municípios que compõem a RMC.

Projetos priorizados pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas para a RMC com recursos do FUNDOCAMP - 2017 (valor estimado= 1.000.000,00)

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS - Objeto: contratação de serviços técnicos visando a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico para a Região Metropolitana de Campinas (RMC), composto por: Diagnóstico (Levantamento dos perfis socioeconômicos municipais como um todo e demais indicadores); Prognóstico (Análise do potencial produtivo instalado na Região, bem como da possível demanda por serviços e produtos, análise dos incentivos fiscais municipais existentes) e, finalmente, Diretrizes (Definição de programas e projetos estratégicos para o desenvolvimento em âmbito regional; Definição de identidade regional e estratégias necessárias para acesso e posicionamento junto ao mercado produtivo nacional e internacional).

Objetivo Geral: incremento e valorização da produção regional, por meio de investimentos diretos e indiretos, públicos e privados, tendo como meta a manutenção e possibilidade de aumento no número de empregos.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS - Objeto: contratação de serviços técnicos com vistas à elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da RMC, composto por: A) Diagnóstico do Turismo Regional (levantamento/atualização dos equipamentos turísticos dos municípios que compõem a RMC); B) Prognóstico (projeções baseadas nas análises dos resultados); C) Estabelecimento de Diretrizes que visem o desenvolvimento turístico da Região, bem como estudo para definição de identidade regional, com vista à divulgação como destino nacional e internacional.

Objetivo Geral: organizar e planificar de forma sistêmica toda a cadeia de serviços de turismo, possibilitando o desenvolvimento socioeconômico da RMC, por meio da atividade turística, valorizando os aspectos históricos, culturais, ambientais e sociais.

PLANO DE HABITAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS - Objetivo: Implantação do Cadastro Único da Demanda Habitacional na RMC; Sistematização e integração dos dados e informações referentes à identificação e o acompanhamento da evolução da demanda habitacional

da Região, bem como o monitoramento do seu atendimento pelos diferentes programas públicos existentes (federal, estadual e municipais).

Quadro: Recursos Investidos Fundocamp:

FUNDOCAMP 2017			
Projeto	Valor Total do Projeto	Desembolso Realizado	Desembolso 2017
Academias Ao Ar Livre	800.000,00	348.686,90	0,00
Sistema Metropolitano de Proteção aos	2.200.000,00	0,00	0,00
Combate Dengue	1.400.000,00	1.055.058,03	76.974,40
9º Fórum da Educação da RMC	349.272,59	349.272,59	349.272,59
Mobilidade Urbana	8.000.000,00	2.110.649,67	1.170.569,90
Plataforma Redução Riscos Desastres	3.600.000,00	1.456.199,80	460.673,00
PDUJ	2.000.000,00	0,00	0,00
Re-Virada Cultural – 2017	1.400.000,00	338.774,70	338.774,70
Sistema de Videomonitoramento na RMC	12.935.700,00	9.323.089,25	0,00
Sistema de Videomonitoramento na RMC	5.500.000,00	1.775.194,66	0,00
Sistema Regional de Defesa Civil	640.000,00	542.150,20	64.000,00
Sistema Regional de Radiocomunicação	3.970.000,00	2.963.595,06	566.710,96
Seminário “Turismo na RMC”	0,00	0,00	0,00
Planos Metropolitanos de: Habitação;	1.000.000,00	0,00	0,00
TOTAL		20.262.670,86	3.026.975,55

Programa 2830 – Planejamento e Articulação para o Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole

UO 28058 - Agência Metropolitana Baixada Santista – AGEM

UO 28059 - Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP

UO 28060 - Ag.Metr.do Vale do Paraíba e Lit.N.- AGEMVALE

UO 28092 - Empresa Planejamento Metropolitano – EMPLASA

OBJETIVO: Induzir, Articular Ações de Governo e Formular Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável do Território da Macrometrópole Paulista - MMP para garantir a adequação às Diretrizes do PAM

INDICADOR DO PROGRAMA: 2549 - Número de planos de desenvolvimento urbano integrado (PDUJ's) concluídos

RESUMO:

-Realizadas reuniões para discutir a instalação do PDUJ – Plano de desenvolvimento Urbano Integrado, nas regiões metropolitanas de São Paulo: Ribeirão Preto; Sorocaba; Campinas, Vale do Paraíba, aglomerações Urbanas de Jundiaí e Piracicaba.

- Capacitação realizada através de oficinas regionais realizadas com o poder publica e sociedade civil; para elaboração do PDUJ;

- Reuniões com membros da Câmara Temática do PDUJ.

- Audiências Públicas referente a LOA 2017;

Reuniões com Grupos de Trabalhos para elaboração da proposta do PDUI;

Realização de audiências públicas em todas as regiões da Macrometrópole Paulista para discutir a LOA;

Plano de desenvolvimento urbano integrado (PDUI) da RMSP, atingindo no exercício de 2017 um grande número de municípios em várias regiões Paulista.

Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM

A Agência Metropolitana da Baixada Santista encerra 2017 com a realização de trabalhos fundamentais para a garantir a integração, planejamento urbano e execução das funções públicas de interesse comum na Região Metropolitana da Baixada Santista. Os esforços se concentraram, principalmente, nos debates (técnicos e públicos) e ações para elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, como determina o Estatuto da Metrôpole (Lei Federal 13.089/2015), do Plano Regional de Gestão dos Resíduos Sólidos (com IPT e Cetesb/Fehidro), na elaboração do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação - SIMA e do Sistema de Informações Metropolitanas (SIM/Emplasa/CDHU). Os trabalhos destacam o pioneirismo da Agem, inclusive, como modelo para outras regiões metropolitanas do Estado, como é o caso do SIM e do PDUI.

Tais esforços, porém, não diminuíram a atenção ao papel da Agem como agente técnico do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, realizando análises dos projetos apresentados pelas prefeituras, medições e vistorias das obras: 115 projetos estão em acompanhamento, 12 deles apresentados em 2017.

Importante destacar, ainda, a participação dos diretores e técnicos da Agência nos debates sobre habitação, segurança pública, geração de emprego e renda, políticas sociais e melhoria nos serviços de saúde, entre outros temas regionais que têm pautado as reuniões das Câmaras Temáticas do Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista – Condesb - e do próprio Conselho - e a atuação de diversas entidades e organizações governamentais e não-governamentais da região.

Merece destaque, ainda, as articulações para, em gestão compartilhada com a Secretaria da Cultura do Estado, garantir a reabertura e manutenção da Cadeia Velha, patrimônio histórico e referência para os movimentos culturais de Santos e região. Os procedimentos administrativos e burocráticos estão em fase final e a sede da Agem deve ser transferida para a Cadeia Velha no final de março/início de abril de 2018, dividindo o espaço com o Projeto Guri, que já tem no prédio um novo polo de formação musical para jovens.

Estrutura de Governança Metropolitana



Dados gerais da região: **Constituída por nove municípios:** Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente; **1,8 milhão de moradores** fixos = **4% da população** paulista. Na temporada, chega a receber até 5 milhões de pessoas; As taxas de crescimento populacional na região demonstram uma **saturação na área central** (Santos e S. Vicente), com a **expansão para as 'pontas'** (Bertioga, ao norte; Praia Grande e Mongaguá, sul); Pelos dados do IBGE (2016): Bertioga (2,45%), Praia Grande (1,82%) e Mongaguá (1,70%) são os municípios que mais cresceram; Cubatão (0,69%), São Vicente (0,69%) e Santos (0,09%) apresentam os menores índices; Itanhaém, Peruíbe e Guarujá apresentaram, respectivamente, taxas de: 1,26%, 1,04 e 0,70%; O crescimento médio da Baixada Santista, em relação a 2015, foi de 0,89%.

Finalidades da AGEM-BS: Atua como agente técnico junto ao Fundo Metropolitano, realizando medições e vistorias das obras aprovadas pelo Fundo, participa do Comitê Gestor do Fundo, mas não administra os recursos. Recebe as solicitações (projetos) das prefeituras, faz a análise técnica com base nos pré-requisitos legais previstos pelo Fundo e apresenta a proposta para homologação do Condesb, formado pelos nove prefeitos mais representantes de órgãos estaduais na região.

Acompanhamento de projetos do Fundo de Desenvolvimento: Acompanhou 115 projetos (dados até 30/11): São 36 projetos em andamento (execução/contratação) e 79 em prestação de contas (objeto concluído). Em 2017, entraram 12 novos projetos (contabilizados entre os 36 em andamento).

ver abaixo:

Município Solicitante	Ano	Projeto com Descrição	Valor Solicitado Projeto - R\$
Bertioga	1.1	Aplicação para Urbanização da Marginal Norte da Rodovia SP55 (Trecho Compreendido entre Estaca 61 e 92)	1.209.712,60
			1.209.712,60
Guarujá	2.1	Implantação de Sistema de Iluminação do Conjunto de Construções Históricas da Fortaleza de Santo Amaro	250.623,62
	2.2	Projeto de Adequação da Av. Santos Dumont à Acessibilidade	80.676,20
	2.3	Realização do EIA/RIMA para reestruturação da mobilidade da Região Leste	400.000,00
	2.4	Elaboração do Projeto de Requalificação do Sistema Viário de Acesso Intermunicipal.	450.000,00
	2.5	Projeto de Iluminação da Avenida da Orla e do Calçadão - Praia do Tombo	1.800.009,88
	2.6	Projeto de Iluminação da Avenida da Orla e do Calçadão - Praia de Pitangueiras	2.200.001,83
			Subtotal
Santos	3.1	Serviços de Manutenção e conservação do Museu Pelé	633.089,81
		Subtotal	633.089,81
Praia Grande	4.1	Projeto Cerco Eletrônico - Câmeras de Monitoramento	1.302.248,00
		Subtotal	1.302.248,00
Mongaguá	5.1	Implantação de C.F.T.V de Monitoramento de Vias Públicas - 2ª etapa	454.056,17
	5.2	Recapeamento asfáltico, sinalização viária e acessibilidade para av. Monteiro Lobato	323.916,02
		Subtotal	777.972,19
Itanhaém	6.1	URBANIZAÇÃO AV. MARGINAL SUL DA RODOVIA PADRE MANOEL DA NÓBREGA (TRECHO AV. DA FRANÇA / RUA DEPUTADO PLINIOSALGADO).	644.155,31
	6.2	OBRAS COMPLEMENTARES PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO PORTAL TURÍSTICO	149.983,96
		Subtotal	794.139,27
São Vicente	2017	Realização da Obra de Pavimentação Parcial de Vias do Município	2.831.534,85
			2.831.534,85
Total de Projetos		TOTAIS	12.730.008,25

* O total do valor solicitado é recurso já empenhado nas contas dos respectivos municípios

Dados gerais sobre recursos aportados ao Fundo - Nesses 20 anos, o Fundo Metropolitano já financiou cerca de 250 projetos, com investimentos da ordem de R\$ 100 milhões. Fontes de recursos: 50% do Governo do Estado e 50% dos Municípios (cotas-partes). O governo estadual depositou R\$ 5 milhões e os Municípios mais R\$ 5 milhões. Em 2015, no entanto, a previsão orçamentária de depósito do Estado, que era de R\$ 5,5 milhões, foi reduzida para R\$ 5 milhões. Deste valor, foram

contingenciados R\$ 1,25 milhão: o total depositado foi de R\$ 3,75 milhões. Em 2016, o valor previsto para o Estado era de R\$ 1 milhão. Em razão do agravamento da crise, houve contingenciamento de R\$ 300 mil. Foram depositados R\$ 700 mil. Para 2017, a previsão inicial era de que o Governo do Estado depositasse R\$ 1 milhão. Houve contingenciamento de R\$ 350 mil: o Estado depositou R\$ 650 mil. Entre 2011 e 2017, o Governo do Estado aportou no Fundo cerca de R\$ 27 milhões. No mesmo período, os Municípios aportaram cerca de R\$ 26 milhões (dados até outubro/2017).

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI - Estatuto da Metrópole: O Estatuto determina a todas as regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que elaborem seus respectivos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUIs, que devem ser transformados em lei estadual até janeiro de 2018. O PMDE-BS acabou por colocar a Baixada Santista na vanguarda em relação ao Estatuto. Para elaborar o PDUI da região, a Agem promoveu, a partir de julho de 2016 e ao longo de 2017, oficinas temáticas com a participação de técnicos das prefeituras e de órgãos estaduais, especialistas em assuntos relacionados aos eixos estratégicos e representantes da sociedade civil.

Além disso, foi criado um hot site específico, com informações sobre o Estatuto e todo o processo de elaboração do PDUI da Baixada Santista (www.agem.sp.gov.br/estatutodametropole). Os eixos estratégicos (funções públicas de interesse comum) do PDUI são cinco: 'Planejamento e Desenvolvimento Econômico', 'Habitação e Desenvolvimento Urbano', 'Mobilidade e Logística', 'Saneamento e Meio Ambiente' e 'Políticas Sociais'.

Participação da sociedade - em 2017, a proposta foi discutida com a sociedade civil organizada em Oficinas Temáticas e Audiências Públicas nos nove municípios: cerca de 500 pessoas participaram. Durante as audiências e via e-mail/hot site foram registradas 183 propostas (manifestações de entidades da sociedade civil organizada e individuais): sugestões relacionadas a Mobilidade e Logística (53), Planejamento e Desenvolvimento Econômico (35), Políticas Sociais (24), Meio Ambiente e Saneamento (19), Participação e Divulgação (15), Termelétrica em Peruíbe (15), Habitação e Desenvolvimento Urbano (13) e Governança (9). Em setembro, foi realizada a Oficina Regional que elegeu representantes de três entidades para cada um dos cinco eixos, sendo 1 titular e 2 suplentes, totalizando 15 representantes que se uniram aos técnicos das prefeituras e de órgãos estaduais que integram a Câmara Temática de Planejamento do Condesb para elaborar a minuta de projeto de lei do PDUI, concluída em novembro: a proposta foi apresentada para homologação do Condesb, dia 28 de novembro, durante reunião ordinária em Mongaguá.

Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: O objetivo é apontar soluções para a gestão adequada dos resíduos na região, considerando os aspectos ambientais, econômicos e sociais e a urgência do tema, em função da proximidade do prazo para esgotamento do Aterro Sanitário do Sítio das Neves (maio de 2019), em Santos, onde sete dos nove municípios depositam cerca de 2 mil toneladas/dia.

O Plano de Gestão de Resíduos está sendo elaborado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, contratado pela AGEM com recursos (R\$ 700 mil) do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - Fehidro. Tem como agente técnico a Cetesb.

O estudo está na terceira e penúltima etapa, com previsão de término para março de 2018. As etapas são: Mobilização Social e Divulgação, Panorama dos Resíduos Sólidos na RMBS, Prognósticos dos Resíduos na RMBS e Diretrizes e Estratégias para a implantação do Plano.

Participação da sociedade - O processo de elaboração do Plano conta com a participação da sociedade civil: foi debatido em Oficina Temática (em março, no Sesc-Santos), em três Oficinas Microrregionais (Peruíbe, Praia Grande e Guarujá) e três Audiências Públicas Microrregionais (Bertioga, São Vicente e Itanhaém), realizadas entre junho e julho. A Agem criou um hot site sobre todo o processo: www.agem.sp.gov.br/planoderesiduossolidos.

Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação - SIMA: A Agem está elaborando, por contrato com consultoria especializada, o Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação (SIMA): investimento do Fundo (R\$ 1,3 milhão). O objetivo do SIMA é manter atualizadas e sob fiscalização e acompanhamento as orientações de planejamento e metas definidas para o desenvolvimento integrado da região. O SIMA estava previsto no Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico - PMDE, de 2014, e tornou-se mais urgente e necessário após a promulgação do Estatuto da Metrópole e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI.

Sistema de Informações Metropolitanas (SIM/Emplasa - CDHU): Técnicos da Agência Metropolitana (Agem) trabalham em conjunto com técnicos das áreas de Habitação das prefeituras da Baixada Santista (CT de Habitação do Condesb), da Emplasa, CDHU e da Universidade Federal do ABC - UFABC na elaboração do Sistema de Informações Metropolitanas - SIM para o segmento habitacional, com dados georreferenciados.

Além de garantir dados mais atualizados sobre o setor - por exemplo, assentamentos precários, cortiços, áreas urbanizadas, ocupações irregulares e déficit habitacional -, há o trabalho de mapear e padronizar conceitos técnicos que fundamentam as políticas públicas habitacionais. A ideia é garantir que os dados de todos os municípios estejam no SIM até dezembro. Em seguida, a Câmara Temática de Habitação do Condesb, CDHU e UFABC vão definir critérios de prioridades e concluir a primeira fase do projeto.

Projeto Tocando Santos: O projeto consiste em uma série anual de concertos, oferecendo ao público oportunidade de conhecer importantes grupos sinfônicos do Estado de São Paulo. Parceria da Agem/Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos e Sesc-Santos. Objetivo é difundir o repertório clássico, viabilizando o acesso do público à música instrumental orquestrada e a formação de plateia. A programação 2017 incluiu dez concertos, dentre os quais: Orquestra Sinfônica de Heliópolis, Banda Sinfônica Jovem do Estado, Jazz Sinfônica, as orquestras sinfônica de Santos, Campinas e Santo André, Sinfônica da Fundação das Artes de S. Caetano do Sul, entre outros.

Gestão compartilhada da Cadeia Velha: A Cadeia Velha de Santos, patrimônio histórico construído em 1839, foi sede, também, da Câmara Municipal e Casa de Justiça. Mais recentemente, abrigou o projeto Oficinas Culturais Pagu (Patrícia Galvão, mulher de grande influência do Modernismo e na luta pela liberdade de expressão, ficou presa em uma das celas do prédio, hoje preservada). O Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, investiu R\$ 11 milhões na reforma do prédio, que ao longo dos anos se transformou em referência para o movimento cultural da região. A Subsecretaria e a Secretaria da Cultura fazem a gestão compartilhadas do patrimônio histórico, modelo de gestão que permitiu a reabertura do espaço: o Projeto Guri ocupa a área no térreo e a Agem se incorporará às características históricas da Cadeia Velha, ocupando o andar superior.

A transferência da AGEM para o prédio está na fase de atendimento das exigências técnicas, administrativas e de caráter patrimonial (o prédio é patrimônio histórico e cultural e intervenções precisam ser autorizadas pelos órgãos competentes). A assinatura do termo de permissão de uso com a Agem foi formalizada em maio. A partir daí, foram abertos os processos visando às adequações necessárias para a efetivação da mudança.

O Conselho de Desenvolvimento - Condesb e as Câmaras Temáticas: Em 2017, além das reuniões ordinárias mensais, o Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista - Condesb promoveu encontros temáticos com base em prioridades definidas no início do ano: saúde, geração de emprego, segurança pública, mobilidade e habitação. Também promoveu reunião de secretários municipais ligados a esses temas prioritários.

Reuniões ordinárias foram realizadas de forma itinerante e não apenas na sede da Agem, em Santos. Em agosto, foi reformulada a estrutura dos Eixos Temáticos e de suas respectivas Câmaras Temáticas - CTs: as CTs de Transportes de Passageiros e Trânsito, de Transporte de Cargas e Logística e de Sistema Viário Regional foram reunidas na CT de Mobilidade e Logística, dentro Eixo de Mobilidade. Foi criada a CT de Direitos Humanos (Eixo de Políticas Públicas Sociais), agrupando as Câmaras de políticas públicas para as Mulheres, Pessoas com Deficiência, Igualdade Racial, Juventude e Drogas.



Foram mais de 80 reuniões das Câmaras Temáticas do Condesb, além de encontros de grupos de trabalhos específicos definidos por algumas CTs. Representantes da Agem participaram de todas elas. Em 2017, em função do PDUI, do Plano de Resíduos Sólidos, dos sistemas de informações (SIMA e SIM/Emplasa) e do IV Encontro Metropolitano de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e IV Workshop de Geoprocessamento, os esforços estiveram bastante concentrados nas CTs de Planejamento, Meio Ambiente, Habitação, TIC.

A CT TIC elaborou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da região e participou da Oficina Agile Lego Challenge. Destaque, também, para a CT de Agropecuária, Pesca e Economia Solidária, que promoveu o segundo curso de Formação de Gestores em Economia Solidária, com cerca de 40 representantes da região. As CTs de Cultura e Turismo também promoveram reuniões itinerantes pela região, com foco no debate sobre ações de valorização do patrimônio histórico, cultural e turístico da Baixada. Na CT de Mobilidade e Logística o destaque foi a realização, no segundo semestre, do curso de extensão 'Cidades Inteligentes e Sustentáveis', em parceria com a Faculdade de Tecnologia Rubens Lara (Santos), destinado a técnicos das prefeituras da Região Metropolitana: cerca de 40 alunos. A CT de Saúde tem trabalhado com foco, principalmente, na ampliação do número de leitos SUS, na redução da fila de cirurgias eletivas e no combate à mortalidade infantil, entre outros temas. A CT de Defesa Civil debateu e acompanhou as discussões sobre o projeto de uma Usina Termelétrica em Peruíbe, proposta rejeitada pela população, pelo poder público local (Executivo e Legislativo).

Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE

Resíduos Sólidos: Estudos sobre destinação de resíduos sólidos nos 39 municípios da região: Mapeamento com questionários, objetivando uma fotografia atual da real situação de todos os municípios, suas dificuldades e necessidades, desenvolvendo visitas e estudos em todas as 39 cidades da RM Vale, para encontrarmos as melhores práticas e soluções para a elaboração de um Plano Regional de Saneamento Integrado, visando a construção de soluções abrangentes e regionais na gestão, transporte e disposição final de resíduos sólidos, que atenda toda a região com eficiência operacional, ambiental e econômica.

Mineração: Trabalhos desenvolvidos no GT de Mineração: Revisão e estabelecimento de critérios de inserção da atividade de mineração responsável no planejamento do uso e ocupação do solo da RMVALE - LN; Compatibilização dos OTGM (ORDENAMENTO TERRITORIAL GEOMINEIRO) do Vale do Paraíba e do Litoral Norte; Revisão e adequação do zoneamento minerário estabelecido na Resolução SMA nº 28/99 às novas diretrizes e normas legais vigentes; Adequação e atendimento às demandas da Câmara Temática de Mineração desenvolvida por esta Agência em parceria com Subsecretaria de Mineração em anos anteriores.

Transporte Sanitário: Estudos sobre o transporte sanitário nos municípios do Vale Histórico (Bananal, Arapeí, São José do Barreiro, Areias, Queluz, Lavrinhas e Silveiras) em parceria com a Diretoria Regional de Saúde.

Polo Industrial: Em parceria com o Parque Tecnológico de São José dos Campos, modelagem de um polo industrial, envolvendo as cidades de Cruzeiro, Cachoeira Paulista, Queluz Lavrinhas em suporte ao Polo Automobilístico Sul Fluminense, vizinho aos municípios mencionados.

Tecnologia da Informação: Parceria com o Parque Tecnológico de São José dos Campos, demonstrando aos municípios da RMVALE-LN a importância de se adotar tecnologia da informação para ofertar melhores serviços públicos conquistando maior eficiência para as gestões. Ex. Município de Monteiro Lobato.

Videomonitoramento: Projeto de videomonitoramento em parceria com a Polícia Militar, apontado pelos prefeitos como um dos projetos mais necessários para a RMVALE-LN;

Plano de Desenvolvimento Urbano e Integrado - PDUI: Ações pontuais, como por exemplo, o levantamento de dados junto aos municípios, sem entrar propriamente na elaboração do plano, visto que não dispomos de equipe, tão pouco de recursos necessários para contratar empresa que possa executar a missão.

Turismo: Em parceria com a EMTU, estudos para regulamentar a atividade de transportes para atender grupo de turistas com a necessidade de se deslocar dentre os municípios da RMVALE-LN, através de solicitação de uma plataforma digital. Proposta para adaptar o sistema para atendimento ao transporte sanitário e para regularizar uma série de transportadores que vivem na clandestinidade.

Abastecimento de Água: Levantamento dos municípios sem concessão e sem serviço autônomo para abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, com o propósito de ajudar no levantamento de recursos junto ao Ministério das Cidades para a devida solução destes problemas. Na RMVALE-LN são 28 Sabesp, 2 outras concessões privadas, 4 serviços autônomo municipal e 05 pequenos municípios onde a própria prefeitura se responsabiliza pelos serviços, efetivamente nosso público alvo.

Conscientização: Paralelamente a essas ações, temos desde o início do ano, procurado realizar um trabalho de conscientização junto aos novos prefeitos sobre o papel, a importância e a necessidade de se praticar essa nova cultura metropolitana. Talvez esteja nessa falta de consciência plena dos benefícios que a região poderia ter com um sistema metropolitano operante, um dos maiores desafios a ser superado, ou seja, dotar de entendimento a classe política de nossa região (deputados, prefeitos e vereadores) da importância deste trabalho conjunto e integrado.

Empresa Paulista de Planejamento Metropolitana - EMPLASA

A Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - Emplasa é a empresa de planejamento do Governo do Estado de São Paulo. Apoia e subsidia as ações de governo voltadas ao planejamento e à gestão de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões legalmente instituídas. Sua atuação está sistematizada em dois grandes blocos: atividades relacionadas aos planejamentos urbano e regional e atividades voltadas ao desenvolvimento de ferramentas e sistemas de apoio ao planejamento, à articulação intergovernamental e à gestão regional.

Atividades de Planejamento Urbano e Regional: Por determinação governamental e deliberação dos Conselhos de Desenvolvimento de Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas instituídas por lei, a Emplasa, na qualidade de secretaria executiva dos Conselhos, está coordenando a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUIs das Regiões Metropolitanas de São Paulo - RMSP, de Sorocaba - RMS e de Campinas - RMC e das Aglomerações Urbanas de Piracicaba - AUP e Jundiaí - AUJ, em parceria com as agências metropolitanas e municípios integrantes destas unidades regionais.

As etapas principais dos PDUI em andamento envolvem: elaboração de guia metodológico e de diagnóstico regional; formulação de propostas; realização de audiências públicas, validação e composição do Caderno Final de Propostas; elaboração de minuta de projeto de lei e envio à Assembleia Legislativa para aprovação.

A realização dos PDUIs coordenados pela Emplasa demandou a montagem de uma estrutura de consulta e participação ampla, que envolveram a constituição de um Comitê Executivo com representações municipal e estadual, além de grupos técnicos responsáveis pela montagem de diagnósticos e pela elaboração e validação das propostas que compõem o Plano. Os PDUIs das unidades regionais mencionadas acham-se em estágios distintos de desenvolvimento, sendo o PDUI-RMSP o mais avançado, aproximando-se da conclusão.

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMSP - PDUI-RMSP: Apoia-se em quatro eixos funcionais: Desenvolvimento Econômico, Social e Territorial; Habitação e Vulnerabilidade Social; Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos; Mobilidade, Transporte e Logística. Já foram concluídas as etapas de elaboração do diagnóstico regional, macrozoneamento e Caderno Preliminar de Propostas.

O Plano vem sendo elaborado com ampla participação de representantes do Estado, dos 39 municípios da RMSP e da sociedade civil. Foram criadas câmaras temáticas, com representação estadual e municipal, que vêm fornecendo subsídios técnicos tanto na elaboração do diagnóstico como na formulação de propostas. Foi constituído pelo Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da RMSP um Comitê Executivo que é responsável pela aprovação dos documentos gerados, bem como pela validação das propostas.

Como apoio ao processo participativo, foi desenvolvida uma plataforma digital, onde são divulgados os conteúdos, agenda e propostas geradas, bem como captadas propostas oriundas do poder público e da sociedade civil. Estas são analisadas segundo critérios técnicos estabelecidos e, quando pertinentes, incorporadas aos conteúdos do Plano.

Em 2017, aconteceram 28 reuniões, englobando as instâncias de decisão do PDUI (Comissão Técnica e Comitê Executivo), reuniões técnicas com consórcios da região, assembleias para eleição de representantes da sociedade civil e grupos de trabalho, além de reuniões temáticas, com setoriais e prefeituras.

Em cumprimento às exigências legais, foram realizadas 41 audiências públicas municipais em todos os municípios da RMSP, sendo três no município de São Paulo. As audiências propiciaram o exame, a avaliação e a complementação das propostas contidas no Caderno Preliminar de Propostas. Foram geradas 845 contribuições, que estão sendo sistematizadas e consolidadas para integrarem o Caderno Final de Propostas, que embasará a elaboração de minuta de projeto de lei a ser enviada, no início de 2018, ao legislativo estadual para aprovação.

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RM Sorocaba - PDUI RMS: A Emplasa, por resolução do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba, em 13 de abril de 2016, presta apoio administrativo, logístico e técnico à elaboração do PDUI-RMS, em parceria com os municípios da região. A estrutura de elaboração do Plano conta com um Comitê Executivo, com 17 membros, sendo composto por representantes do Estado, dos municípios e da sociedade civil.

Em 2017, foi elaborado o guia metodológico, o diagnóstico regional e iniciada a coleta e análise das 75 propostas recebidas via plataforma digital e concebidas no âmbito das reuniões técnicas. Até o término do exercício, as atividades somaram 42 reuniões técnicas, três oficinas sub-regionais e oito reuniões do Comitê Executivo. As propostas elaboradas estão sendo analisadas e consolidadas e devem compor o Caderno Preliminar de Propostas, que vai subsidiar as audiências públicas previstas para 2018.

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Aglomeração Urbana de Piracicaba - PDUI-AUP: O Conselho de Desenvolvimento da AU Piracicaba criou uma Comissão Técnica, composta por 12 membros e respectivos suplentes, com representantes do Estado, municípios e sociedade civil, cuja missão é conduzir os trabalhos relativos à elaboração do PDUI. A Emplasa integra esta Comissão, prestando apoio administrativo, logístico e técnico à mesma.

Em 2017, foi elaborado o guia metodológico e realizados os estudos para o Diagnóstico Regional. A partir de outubro, a plataforma digital foi aberta para receber propostas do poder público e da sociedade civil. As contribuições estão em análise e serão consolidadas no Caderno Preliminar de Propostas. Durante o ano, aconteceram cinco reuniões com grupos técnicos, sete com a comissão técnica, encontros com setoriais do Estado nos campos funcionais de interesse comum e foram realizadas quatro oficinas regionais em Limeira, Capivari, Piracicaba e Rio Claro.

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Aglomeração Urbana de Jundiá - PDUI-AUJ: No exercício de 2017, foram elaborados o guia metodológico e o documento Panorama Regional, base para elaboração do Diagnóstico Regional. Também foi realizada uma oficina sub-regional, cujos resultados deverão subsidiar a elaboração do diagnóstico. Os processos de participação já instituídos pela Comissão Técnica permitiram acompanhar e aprovar as etapas iniciais do Plano, devendo, futuramente, atuar, enquanto instância deliberativa, na aprovação de todas as etapas de produção do PDUI e validação dos conteúdos da minuta do projeto de lei a ser enviada ao legislativo estadual.

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Campinas - PDUI-RMC: Ao término do exercício de 2017, foi assinado contrato entre a Agemcamp e a Emplasa para a realização do PDUI-RMC. O primeiro produto previsto no contrato, já entregue, é o Plano de Trabalho, que contempla os conteúdos e etapas para elaboração do Plano. Foram realizadas reuniões iniciais com a Agemcamp e com a Unicamp para alinhamento dos conteúdos pertinentes a cada contratado, bem como as interações necessárias para o desenvolvimento do Plano.

Desenvolvimento de Ferramentas e Sistemas de Apoio ao Planejamento e à Gestão Regionais:

A Emplasa produz e mantém bancos de dados e informações que subsidiam o planejamento e a gestão de políticas urbanas e regionais, com destaque para a geração de bases cartográficas e informações georreferenciadas, que são instrumentos de grande demanda e uso crescente entre os gestores de políticas estaduais e municipais. Também analisa informações sobre legislação urbanística e disponibiliza para os usuários na internet vários sistemas de informação, permanentemente atualizados e aperfeiçoados, atendendo a comunidade técnica do Estado e das prefeituras municipais, bem como a sociedade em geral.

Cartografia: A Emplasa, por força do Decreto Estadual nº 61.486/2015, é a responsável pela coordenação, administração e execução das ações referentes ao Sistema Cartográfico do Estado de São Paulo - SCE-SP e ao Programa de Infraestrutura de Dados Espaciais para o Estado de São Paulo - IDE-SP, o que vem demandando um conjunto de atividades visando ao cumprimento das ações previstas no referido Decreto.

Sistema Cartográfico Estadual - SCE-SP: A Emplasa coordena as atividades necessárias à produção de Cartografia Sistemática (mapeamento terrestre básico ou informação geoespacial de precisão) e Cartografia Temática de interesse comum do Estado de São Paulo. O Decreto também

conferiu à Emplasa a manutenção e conservação do Acervo Cartográfico sob a sua guarda e o atendimento aos órgãos e entidades da Administração Pública e demais interessados.

Mapeamento Sistemático e Temático de Uso e Ocupação do Solo da Região Metropolitana de São Paulo e da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê: Financiado com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - Fehidro, o projeto envolve o mapeamento de uma área de 11.200 km², na escala 1:10 000, com base no Projeto Mapeia São Paulo, que gerou ortofotos para todo o Estado de São Paulo, a partir de aerolevanteamento realizado em 2010.

Este mapeamento vem sendo executado de acordo com a Legislação Nacional de Cartografia e o Modelo de Dados homologado pela Comissão Nacional de Cartografia (Concar). Compreende a restituição e reambulação de 12 Categorias de Informação (Hidrografia, Relevo, Vegetação, Sistema de Transporte, Energia e Comunicações, Abastecimento de Água e Saneamento Básico, Educação e Cultura, Estrutura Econômica, Localidades, Pontos de Referência, Limites, Administração Pública e Saúde e Serviço Social).

Serviços e Sistemas de Informação disponibilizados na Web - A Emplasa mantém e atualiza permanentemente sistemas de informação geoespacial disponibilizados na web:

- **Sistema Mapeia São Paulo de Visualização de Dados** (www.emplasa.sp.gov.br): Permite a visualização e a impressão das ortofotos de 2010 e 2011 do Estado de São Paulo, como informação oficial, precisa e com numeração de controle para comprovação de autenticidade.
- **Sistema de Compartilhamento de Dados Geoespaciais – SCD** (www.scd.emplasageo.sp.gov.br): Garante amplo acesso às principais coleções de produtos cartográficos do acervo da Emplasa. Permite a consulta e impressão de dados geoespaciais (como originais cartográficos, ortofotos e informações no formato vetorial), com acesso fácil e agilidade na aquisição de produtos cartográficos.
- **Geoserviços** (www.metadados.idesp.sp.gov.br/catalogo/srv/por/catalog.search#/home): Serviço de acesso às informações geoespaciais da Emplasa, que pode ser utilizado em softwares de Sistema de Informações Geográficas (SIG), permitindo sua visualização. Os endereços dos Geoserviços (WMS) estão disponíveis no Banco de Metadados Geoespaciais, no site da Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado de São Paulo (IDE-SP).

Geoinformação: A Emplasa atua sistematicamente no desenvolvimento, atualização, aperfeiçoamento e alimentação de sistemas que dão suporte às atividades internas à empresa e às demandas de entes públicos estaduais.

- **Manutenção do Banco de Dados (SIGEmplasa) e Suporte em Geoprocessamento.**
- **Remodelagem do Banco de Dados Espacial da Emplasa - Sigemplasa:** o banco está em processo de alinhamento com a Estrutura de Dados Geoespacial Vetorial oficial (EDGV).
- **Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado de São Paulo - IDE-SP:** criada pelo Decreto Estadual nº 61.486/2015, visa promover a organização, disseminação padronizada e divulgação de informações geoespaciais das entidades estaduais. Ao longo de 2017, procedeu-se ao esforço de divulgação e adesão de parceiros para a alimentação do banco de dados.

Base Única de Bens Tombados, Áreas Envolvórias e Bens em Estudo de Tombamento: A Emplasa, por meio de contrato com a Secretaria Estadual de Cultura, concluiu, em 2017, o georreferenciamento de bens tombados e suas respectivas áreas envolvórias e de bens em estudo de tombamento no Estado de São Paulo, capacitou os agentes da Secretaria e publicou o conteúdo desse trabalho na IDE-SP. O contrato prevê, ainda, a manutenção do banco com a incorporação dos novos bens tombados.

Projeto Piloto para o Uso e Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Municipais e Metropolitanas do Estado de São Paulo" - SIMM-SP: Trabalho concluído em 2017, mediante Convênio de Cooperação Técnica entre a Emplasa e o Consórcio Intermunicipal da Região Oeste da Região Metropolitana de São Paulo - Cioeste, compreendendo oito municípios pertencentes ao Consórcio.

Monitoramento da Dinâmica de Uso e Ocupação do Solo na Área de Influência Direta e Indireta do Trecho Norte do Rodoanel Mario Covas: A Emplasa vem desenvolvendo, mediante contrato com a Dersa, estudo voltado a monitorar o processo de expansão urbana e seus impactos nas áreas de influência do Rodoanel Mario Covas. Para tanto, desenvolveu metodologia específica em conjunto com a Fundação Seade e o Instituto Florestal. Em 2017, houve ajustes finais na metodologia, que

será consolidada com a atualização do uso do solo de 2017 apoiada em imagens de satélite (Worldview II e Geoeye I), em fase de elaboração.

Pesquisa Origem/Destino de RM Sorocaba: Desenvolvimento de estudos técnicos e atividades preparatórias para execução da pesquisa: Prestação de serviços à EMTU, mediante contrato, visando fornecer o embasamento para a compreensão territorial, para a elaboração do zoneamento OD e dimensionamento das amostras da Pesquisa Origem e Destino Domiciliar e da Pesquisa da Linha de Contorno. Em 2017, foi delimitada a área de pesquisa; o mapeamento do zoneamento e dos postos de pesquisa das linhas de contorno a serem entregues, atividades essenciais para a definição e aplicação da amostra da pesquisa.

Mapeamento e Monitoramento do Uso do Solo Urbano: Desenvolvimento da metodologia de acompanhamento e análise, de forma detalhada e sistemática, do uso do solo urbano - USU para a Macrometrópole e unidades regionais do Estado de São Paulo. Os resultados dessas análises são importante insumo para os PDUIs, para a Pesquisa OD da Região Metropolitana de Sorocaba e monitoria do território envolvido pelo Rodoanel, dentre outros. Em 2017 realizou-se: Mapeamento e análise do USU 2010/2015 para a RM Sorocaba e Aglomeração Urbana de Piracicaba; Mapeamento das Alterações do USU para o *buffer* do trecho norte do Rodoanel, envolvendo sete municípios; Iniciado o mapeamento de USU para a RM Ribeirão Preto, já concluído para o Município de Ribeirão Preto; Mapeamento e cadastro das indústrias por eixo de rodovia e criação de rede dos Grupos Industriais no Brasil a partir da RM Sorocaba - projeto piloto em execução.

Mapeamento e Análise dos Instrumentos Urbanísticos Legais e de Áreas de Risco: Levantamento, mapeamento georreferenciado e análise dos instrumentos urbanísticos legais e das áreas de risco dos municípios pertencentes às regiões metropolitanas e aglomerações urbanas (Planos Diretores Municipais, Planos Locais de Habitação de Interesse Social, Planos Municipais de Redução de Risco e outros). Em 2017, tais atividades foram realizados para as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Sorocaba e Campinas e para as Aglomerações Urbanas de Piracicaba e Jundiaí.

Elaboração de Estudos Técnicos para Subsidiar a Institucionalização de Novas Unidades Regionais: Em 2017, foram realizados, por solicitação da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, estudos - incluindo mapeamentos e levantamento de informações socioeconômicas e físico-territoriais - destinados à análise da região de Franca, visando atender às demandas de criação de nova aglomeração urbana.

Outras Atividades

Apoio aos Conselhos de Desenvolvimento Metropolitano

Agente Técnico

FUMEFI: A Emplasa atua como Agente Técnico do Fundo Metropolitano de Financiamento da RMSP - Fumefi desde sua criação, incluindo: Acompanhados sete empreendimentos, cinco dos quais concluídos, um paralisado e um em andamento; Elaborados 24 Pareceres Conclusivos relativos a Relatório de Progresso; Elaborados cinco Pareceres Conclusivos relativos a Relatório Final; Elaboradas trinta e cinco fichas técnicas; Elaboradas 20 Informações Técnicas.

Agente Técnico do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista: Contrato financiado pelo Fundo para acompanhamento de elaboração de um sistema de monitoramento e avaliação dos objetivos, orientações de planejamento e metas, visando o desenvolvimento estratégico da RMBS.

SECRETARIA DA CULTURA

Secretaria da Cultura

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

12000 - Secretaria de Estado da Cultura

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	711.989.697,00	710.420.368,00	673.576.906,94	3.637.469,40	677.214.376,34	675.628.670,27
Pessoal e Encargos Sociais	110.501.515,00	109.782.555,00	108.962.018,12	0,00	108.962.018,12	106.845.329,39
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	601.488.182,00	600.637.813,00	564.614.888,82	3.637.469,40	568.252.358,22	568.783.340,88
Despesas de Capital	50.467.684,00	63.255.942,00	45.490.577,26	6.328.319,90	51.818.897,16	47.640.205,40
Investimentos	50.467.684,00	63.255.942,00	45.490.577,26	6.328.319,90	51.818.897,16	47.640.205,40
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	762.457.381,00	773.676.310,00	719.067.484,20	9.965.789,30	729.033.273,50	723.268.875,67

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

12000 - Secretaria de Estado da Cultura

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
1201 - Difusão Cultural	145.992.782,00	124.114.302,00	118.327.868,92	431.272,89	118.759.141,81	118.363.997,39
Despesas Correntes	145.992.782,00	124.114.302,00	118.327.868,92	431.272,89	118.759.141,81	118.330.082,51
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.914,88
1203 - Formação Cultural	213.440.180,00	231.791.120,00	231.787.570,16	0,00	231.787.570,16	231.783.369,99
Despesas Correntes	213.440.180,00	231.791.120,00	231.787.570,16	0,00	231.787.570,16	231.783.369,99
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1206 - Rádios, TVs Educativas e Novas Mídias	155.621.007,00	157.162.157,00	145.318.050,25	1.295.664,85	146.613.715,10	142.402.432,82
Despesas Correntes	150.421.007,00	150.421.007,00	142.523.952,71	0,00	142.523.952,71	138.106.721,25
Despesas de Capital	5.200.000,00	6.741.150,00	2.794.097,54	1.295.664,85	4.089.762,39	4.295.711,57
1213 - Gestão de Recursos da Secretaria da Cultura	54.613.171,00	60.053.384,00	41.695.915,11	7.000.579,93	48.696.495,04	41.710.673,14
Despesas Correntes	38.645.487,00	39.555.592,00	33.032.552,74	1.967.924,88	35.000.477,62	32.880.229,40
Despesas de Capital	15.967.684,00	20.497.792,00	8.663.362,37	5.032.655,05	13.696.017,42	8.830.443,74

1214 - Museus	102.544.307,00	102.514.307,00	102.246.235,37	268.071,63	102.514.307,00	102.195.169,68
Despesas Correntes	102.544.307,00	102.514.307,00	102.246.235,37	268.071,63	102.514.307,00	102.195.169,68
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1215 - Preservação do Patrimônio Cultural	517.000,00	130.141,00	63.139,78	0,00	63.139,78	60.839,78
Despesas Correntes	517.000,00	130.141,00	63.139,78	0,00	63.139,78	60.839,78
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1218 - Fomento Cultural e Economia Criativa	42.273.270,00	41.908.235,00	28.809.779,68	970.200,00	29.779.979,68	36.038.781,30
Despesas Correntes	42.273.270,00	41.908.235,00	28.809.779,68	970.200,00	29.779.979,68	36.038.781,30
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1221 - Integração das Culturas Latino-Americanas	47.455.664,00	56.002.664,00	50.818.924,93	0,00	50.818.924,93	50.713.611,57
Despesas Correntes	18.155.664,00	19.985.664,00	16.785.807,58	0,00	16.785.807,58	16.233.476,36
Despesas de Capital	29.300.000,00	36.017.000,00	34.033.117,35	0,00	34.033.117,35	34.480.135,21
Despesa Total	762.457.381,00	773.676.310,00	719.067.484,20	9.965.789,30	729.033.273,50	723.268.875,67

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

O relatório a seguir apresenta os as informações gerenciais sobre as ações, projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria da Cultura e por suas entidades vinculadas em 2017. Quase a totalidade das ações desenvolvidas por esta Secretaria conta com Organizações Sociais de Cultura em sua execução, conforme possibilidade estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº 846/98. Ao longo do ano de 2017, a Secretaria manteve contratos de gestão com 18 Organizações Sociais de Cultura, transferindo-lhes recursos para o cumprimento de metas previamente pactuadas.

A Secretaria de Estado da Cultura tem, ainda, duas **entidades vinculadas**, responsáveis pelos seguintes programas e ações:

Fundação Padre Anchieta - Programa 1206 - Rádios, TVs Educativas e Novas Mídias.

Fundação Memorial da América Latina - Programa 1221 – Integração das Culturas Latino Americanas.

Programas Realizados pela Secretaria da Cultura

Os números de público utilizados neste relatório foram fechados em meses diferentes, variando entre setembro e novembro, conforme a unidade gestora.

Programa 1201- Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura

No Programa de Difusão Cultural estão elencadas todas as ações da Secretaria que buscam ampliar a oferta de bens culturais de qualidade para a população paulista.

Ação 2422 - Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão

Realizado sob captação de recursos, o Festival de Inverno de Campos do Jordão: de 01 a 30 de julho de 2017, promovendo programação pedagógica e artística, com apresentações nos palcos da cidade de Campos do Jordão (Auditório Claudio Santoro, Praça do Capivari, Capela do Palácio Boa Vista e Igreja de Santa Terezinha), e na capital paulista (Sala São Paulo, Safa do Coro e Sala Almeida Prado). O Festival trouxe ao público mais de 100 concertos sinfônicos e de câmara - a maioria gratuitos -, com a participação de prestigiados artistas nacionais e internacionais, além dos grupos do Festival, formados pelos bolsistas - a Orquestra do Festival, a Camerata do Festival e o Grupo de Música Antiga do Festival -, além das apresentações de câmara com professores e alunos.

Ação 5706 – Atividade cultural em parceria com municípios e entidades

Prêmio Governador do Estado para a Cultura 2017 - Retomado pela Secretaria de Estado da Cultura em 2010, o Prêmio prestigia os grandes destaques do ano no cenário cultural paulista. Com uma das maiores premiações em dinheiro do País para a área – R\$ 580 mil no total em 2017 –, os vencedores, nas áreas de circo, teatro, dança, música, arte para crianças, cinema, territórios culturais e artes visuais, são incentivados a dar continuidade a novos trabalhos e, assim, ampliar o acesso da população a bens culturais de qualidade. Além destas categorias, são premiados também uma instituição cultural escolhida pelo público e o Destaque Cultural do ano, cuja relevância da trajetória é laureada. No ano de 2017, o Destaque Cultural do ano foi para a artista plástica Renina Katz.

Ação 5709 - Circulação Cultural

Circuito Cultural Paulista – O programa acontece de março a novembro (exceto julho) e tem como objetivo levar uma programação de excelência para cidades do interior e litoral do Estado de São Paulo, valorizando os teatros e centros culturais municipais. Em 2017, chegou à marca das 104 cidades contempladas, com 859 espetáculos de música, teatro, dança, circo e infantil para um público de aproximadamente 141.000 pessoas. (até setembro/2017). Entre as atrações da temporada, estavam os espetáculos *Visitando o Sr. Green*, com Cássio Scapin, *Muro de Arrimo*, com Alexandre Borges, *Risadaria* e shows de Nelson Ayres e Ricardo Herz, entre outros.

Virada Cultural Paulista – Realizada em quatro finais de semana (13 e 14, 20 e 21, 27 e 28/maio e 03 e 04/junho), a Virada Cultural Paulista chegou a sua 10ª edição, fortalecendo-se como o maior evento do interior e litoral de São Paulo. Recebeu investimento de R\$ 4.300.000,00 do Estado, apenas na contratação dos artistas, já que os municípios e instituições parceiras do evento são os responsáveis pela montagem de palco e estruturas de som e luz. Em 2017, foram 552 atrações em 22 cidades do Estado, com público 826 mil de pessoas.

Festival Paulista de Circo – A 10ª edição do programa foi realizada, pela primeira vez, em duas cidades simultaneamente: Piracicaba e Rio Claro, no período de 01 a 07 de setembro. Promoveu 71 apresentações gratuitas envolvendo um público circulante de mais de 41 mil pessoas. Destas apresentações, 02 foram realizadas com audiodescrição, visando à acessibilidade comunicacional.

Revelando São Paulo – Dedicado à divulgação e preservação da cultura paulista tradicional, o 21º Festival da Cultura Paulista Tradicional, realizada na capital paulista, ocorreu no período de 29/Nov a 03/dez, no Parque do Trote, tendo uma meta mínima de 40 apresentações e público mínimo de 100 mil pessoas. Por meio deste festival, a Secretaria da Cultura fomenta as culturas caiçara, tropeira, caipira, cigana, quilombola e indígena, revelando a culinária e artesanato tradicionais, além de grupos de Violas Caipiras, Bandas de Fanfarra, Fandango, Congadas, Catiras, Moçambiques, Folias de Reis, Cavalhadas, entre outros.

Semana Guiomar Novaes - Realizada em São João da Boa Vista, a 40ª edição do evento que homenageia a pianista falecida em 1979, contou com uma programação especial, viabilizada em parte com recursos oriundos da Lei Rouanet. Assim, foi possível contratar quatro atividades além daquelas estabelecidas no plano de trabalho. Conforme informado pela Associação, “os recursos adicionais permitiram ainda a realização de importantes, renomados e premiados espetáculos, de grande complexidade artística, é o caso do espetáculo teatral ‘Sobre Ratos e Homens’, da ópera ‘La Traviata’ e da apresentação de dança ‘Noite de Balé’, que contou com o acompanhamento de uma Orquestra de Câmara. Foi ainda realizada, pela primeira vez, em São João da Boa Vista, audiodescrição de espetáculos, com duas sessões”. No total foram 21 atividades, com público de mais de 7.000 pessoas.

Festivais artísticos e apoio a eventos culturais: até o terceiro trimestre do exercício de 2017, foram realizadas duas Mostras de Violas e Ponteios, nos municípios de Santa Fé do Sul (21 a 23 de agosto) e Batatais (23 e 24 de setembro). Foram 30 apresentações para um público de 35.600 pessoas.

Apoio às ações institucionais dos municípios - O programa objetiva apoiar a realização de ações culturais junto aos municípios do Estado de São Paulo, no que tange a eventos de caráter eminentemente culturais de difusão, bem como reunir o maior número de dirigentes municipais de

cultura visando a promoção e difusão da Política Cultural do Estado de São Paulo. Até o terceiro trimestre, foram realizadas 173 apresentações para um público estimado em 250.000 pessoas.

Apoio a projetos de voltados à cultura LGBT: Até o terceiro trimestre de 2017, foram fomentadas as Paradas do Orgulho LGBT da Capital e outras cidades do interior. Foram realizados 16 eventos em 12 municípios, com público de mais de 72 mil pessoas.

Apoio a projetos voltados à cultura negra, outras etnias e artes urbanas: O programa tem como diretriz o fortalecimento de políticas culturais voltadas principalmente aos segmentos Negro, Indígena e Cigano além do fortalecimento das Artes Urbanas contemporâneas (como a Cultura Periférica e o Hip-Hop) em todo território do Estado de São Paulo. Até o terceiro trimestre, foram realizados 43 eventos, em 18 municípios, com um público aproximado de 29 mil pessoas.

Equipamentos Culturais

Teatro Sérgio Cardoso - O equipamento recebeu uma intensa programação ao longo de 2017, com público aproximado de 43 mil pessoas, num total de 305 apresentações em suas duas salas. A Sala Sérgio Cardoso, um dos maiores palcos italianos da cidade de São Paulo, recebeu espetáculos de grande sucesso em temporadas a preços populares. Entre os destaques constam os espetáculos *Risadaria* e *Vamp*, entre outros. Já a Sala Paschoal Carlos Magno, de menor porte, contou com uma intensa temporada de teatro e dança, entre outros. Várias apresentações contaram com tradução para Libras (Língua Brasileira de Sinais) e audiodescrição, recursos que ajudam a promover a inclusão cultural de pessoas com deficiência. Foram realizadas 8 adaptações de peças teatrais e 8 apresentações teatrais com acessibilidade comunicacional. Este ano, também ocorreram apresentações em espaços alternativos do teatro, como foyer, saguões, salas de ensaio, porão e espaços externos, de modo a ampliar a oferta e a difusão de atividades culturais de diversas linguagens artísticas, formativas e visitas monitoradas. Foram realizadas 93 apresentações para um público de 13.418 pessoas (dados até setembro/2017).

Teatro Maestro Francisco Paulo Russo (Araras) - Projetado por Oscar Niemeyer, o teatro em si é uma obra de arte. Inaugurado em 1991 e com capacidade de 466, sua programação diversificada tem incluído linguagens de circo, dança, música, além do seu objetivo maior, o teatro. Até o terceiro trimestre, foram realizadas 58 apresentações para um público de 15.437 pessoas.

Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual – Museu da Diversidade Sexual - Espaço destinado à preservação do patrimônio cultural da comunidade LGBT. Até o terceiro trimestre de 2017, o Museu da Diversidade contabilizou mais de 22 mil visitantes às suas exposições e itinerâncias.

Ação 5979 - Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas – SisEB

A Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura coordena o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SisEB) que reúne cerca de 890 bibliotecas municipais existentes em mais de 590 municípios paulistas. Entre as ações do SisEB em 2017, destaca-se o Programa de Capacitação das Equipes. Foram realizadas 33 capacitações presenciais que contaram com 1.098 participações de 139 municípios paulistas e 1 município mineiro. Foram também realizadas 2 capacitações a distância (EaD) – *Ação Cultural em Bibliotecas e Informatização de bibliotecas: uso de softwares livres e gratuitos*, que tiveram 98 alunos concluintes de 66 municípios paulistas.

Ao todo, em 2017, as capacitações do SisEB atenderam 173 municípios paulistas.

Outra ação empreendida foi o apoio aos acervos das bibliotecas e salas de leitura, com a distribuição de 78.552 itens (livros, revistas, CDs, DVDs) em 348 atendimentos para 253 municípios paulistas.

X Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias – O Seminário é um espaço criado para o intercâmbio de experiências e práticas, que reúne palestrantes e convidados do Brasil e do Exterior e é uma das principais iniciativas da Secretaria da Cultura para inspirar, fortalecer e transformar em centros de referência cultural as mais de 800 bibliotecas existentes nos 645 municípios paulistas. Realizado nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2017, no Centro de Convenções

Rebouças, em São Paulo, o seminário reuniu 693 profissionais, de 120 municípios de 8 Estados brasileiros (108 municípios do Estado de São Paulo e 12 municípios dos demais Estados).

Assessorias Técnicas aos Municípios – Foram realizadas cerca de 30 assessorias aos municípios que desejam instalar e/ou modernizar os espaços das bibliotecas públicas. Toda a orientação foi dada aos municípios de modo que eles pudessem desenvolver seus projetos seguindo o conceito de *biblioteca viva*, o mesmo empreendido nas Bibliotecas de São Paulo e do Parque Villa-Lobos.

Publicações

Notas de Biblioteca – 10 números – coleção não periódica, abordando temas relacionados às bibliotecas e relevantes aos objetivos do SisEB.

Espalhafatos – 45 números – publicação não periódica, com o objetivo de estimular o gosto pela leitura e reforçar o vínculo do público-alvo – crianças alfabetizadas de 7 a 11 anos e adolescentes de 12 a 17 anos - com a biblioteca pública local. Em 2017 foram publicadas 5 edições.

Ideias Simples – 31 números – a newsletter é enviada periodicamente para o mailing do SisEB com a finalidade de informar gestores sobre oportunidades de baixo investimento para dinamizar bibliotecas, tornando-as centro de convivência cultural em seus municípios. A publicação também divulga oportunidades oferecidas na área cultural, para que os municípios participem de editais, programas e projetos que possam contribuir para o desenvolvimento das bibliotecas públicas e de suas comunidades. Além disso, o informativo apresenta casos de sucesso que mostram que o êxito de ações de incentivo à leitura deriva da ação conjunta de profissionais das bibliotecas e gestores públicos, somados a investimentos locais e ao aprimoramento constante das bibliotecas. Em 2017 foram 8 edições.

Caderno de Práticas do SisEB – compilação de experiências e iniciativas desenvolvidas pelas bibliotecas do Sistema. A ideia é que mais bibliotecas possam assim conhecer, avaliar, reproduzir, implantar e, conforme a necessidade individual, adaptar essas experiências, sempre visando a democratização e compartilhamento do acesso à informação, ao livro e à leitura.

Ação 6099 - Biblioteca e Leitura

Biblioteca de São Paulo – Localizada no espaço do antigo presídio do Carandiru, atual Parque da Juventude, a Biblioteca integra diversas expressões artísticas e mídias, buscando atrair especialmente o público não leitor. Em 2017, foram adquiridos aproximadamente 2.617 itens, entre livros, DVDs e jogos. Atendeu 294.953 usuários, resultando em aproximadamente 124.917 mil consultas e/ou empréstimos. Realizou 26 cursos/oficinas que atenderam público aproximado de 712 pessoas. Cerca de 615 atividades foram realizadas dentro dos programas permanentes, com temas diversos: Hora do Conto, Brincando e Aprendendo, Pintando o 7 e Lê no ninho (para crianças); Clube de Leitura, Luau BSP, Leitura ao Pé do Ouvido, Jogos para todos, Domingo no Parque (para todos os públicos), Segundas Intenções, Sarau e Tecnologia dia a dia (adultos e idoso) e Jogos Sensoriais (para pessoas com deficiência). O conjunto de ações ajudou a movimentar a programação da BSP ao longo do ano.

Biblioteca Parque Villa-Lobos – Segue o mesmo conceito da Biblioteca de São Paulo, integrando diversas expressões artísticas para atrair o público não leitor. Em 2017, foram adquiridos 2.568 itens, entre livros, DVDs e jogos. Atendeu 287.026 usuários e realizou 176.067 mil consultas e/ou empréstimos. Além dos programas e serviços já desenvolvidos pela BSP, a nova biblioteca tem um espaço permanente de exposições e diálogo com as temáticas do meio ambiente. Realizou 22 cursos/oficinas que atenderam público aproximado de 455 pessoas. Cerca de 547 atividades foram realizadas dentro dos programas permanentes, com temas diversos: Hora do Conto, Brincando e Aprendendo, Pintando o 7, Lê no Ninho (para crianças); Clube de Leitura, Luau (para jovens), Leitura ao Pé do Ouvido, Jogos para Todos, Domingo no Parque (para todos os públicos) Segundas Intenções, Sarau e Tecnologia dia a dia (adultos e idoso), Jogos Sensoriais (para pessoas com deficiência). O conjunto de ações ajudou a movimentar a programação da BVL ao longo do ano.

Prêmio São Paulo de Literatura – Tem como objetivo reconhecer e incentivar a criação literária em língua portuguesa. A edição de 2017 teve 221 livros inscritos. Os vencedores foram Maria Valéria Rezende, com o livro *Outros Cantos* (Alfaguara), na categoria de Melhor Livro de Romance do Ano de

2016; Franklin Carvalho, com *Céus e Terra* (Record), na categoria Melhor Livro de Romance do Ano de 2016 - Autor Estreante com mais de 40 anos; e Maurício de Almeida, com o livro *A Instrução da Noite* (Rocco), na categoria Melhor Livro de Romance do Ano de 2016 - Autor Estreante com menos de 40 anos. No total, foram distribuídos R\$ 400 mil para os premiados. O evento de premiação ocorreu no dia 06 de novembro na Biblioteca Parque Villa-Lobos.

Viagem Literária – É uma das grandes ações anuais do SisEB. Visa aproximar autores, livros e bibliotecas do cidadão paulista e promover diálogos que dinamizam a programação cultural das bibliotecas municipais, contribuindo para transformá-las em Bibliotecas Vivas, em centros de convivência multicultural para toda comunidade. Em 2017, 40.762 leitores foram atendidos em 90 municípios paulistas, dos quais 26.958 participantes no módulo Contação de Histórias, 8.013 no módulo Bate-papo com Escritores – Infante-juvenil e 5.791 no módulo Bate-papo com Escritores – Adulto. Além disso, foram realizadas mais de 45 oficinas de Escrita Criativa, que contaram com mais de 470 participantes. É importante destacar que este último módulo foi a novidade do ano no programa, com o objetivo de incentivar a realização de oficinas de escrita criativa nas bibliotecas municipais. Estas oficinas foram realizadas por voluntários locais que receberam orientação técnica e material de apoio.

Ação 6211 - Corpos estáveis e equipamentos de difusão cultural

Companhia de Dança do Estado de São Paulo - Como metas obrigatórias, realizadas com o repasse do Governo do Estado, a Companhia realizou um total de 28 espetáculos (23 para um público geral e 05 para estudantes e terceira idade), sendo 19 apresentações na capital paulista e 09 no interior do Estado de São Paulo (em 05 municípios), para um público de 15.692 pessoas. Realizou também as seguintes atividades educativas: palestras de dança (06 ações para um público de 494 participantes); oficinas de dança (07 ações, com 265 participantes e 38 ouvintes). A SPCD também cumpriu as seguintes metas condicionadas, realizadas por meio do investimento de patrocinadores, parcerias e otimização de recursos ao longo de 2017: 30 apresentações no município de São Paulo; 13 no interior em 08 municípios; 04 em outros Estados do Brasil; 18 apresentações na Europa; 06 na Ásia para um público geral de 39.821 pessoas. Realizou, ainda, palestras de dança (15 ações para um público de 583 pessoas) e oficinas de dança (20 ações para um público de 462 pessoas e 37 ouvintes) atendendo capital e 11 municípios do interior do Estado. Foi mantido o programa de acessibilidade com ações de manutenção de audiodescrição de obras do repertório da SPCD. Foi produzido um documentário da série Figuras da Dança sobre a bailarina e professora Aracy Evans.

A SPCD ganhou 05 importantes prêmios (02 internacionais e 03 nacionais) e 02 indicações em 2017 (sendo uma nacional e uma internacional), com destaque para 02 prêmios por ações realizadas em parceria com outras Organizações Sociais de Cultura: com a Fundação OSESP (Fundação Orquestra Sinfônica de São Paulo) a SPCD realizou, em 2017, apresentações do programa Tchaikovsky com a OSESP na Sala São Paulo, sendo que o II Ato de O Lago dos Cisnes foi reconhecido como o melhor espetáculo de dança de 2017 por votação popular do Guia da Folha; e com a Santa Marcelina Organização Social de Cultura a SPCD realizou apresentações de Pulcinella & Arlecchino com a Orquestra do Theatro São Pedro em 2017, reconhecida como a melhor Ópera por votação popular promovida pela Revista Concerto. Entre metas obrigatórias e condicionadas, a São Paulo Companhia de Dança beneficiou um público presencial de 64.373 pessoas em 2017.

OSESP - Na área da Difusão Cultural na Sala São Paulo, a OSESP realizou 73 concertos sinfônicos e 17 concertos com a participação do Coro da Osesp, atingindo um total de público de 86.850 pessoas; 3 concertos do Coro da Osesp com público de 1.318 pessoas; 7 recitais com público de 3.505 pessoas; 20 Ensaio Gerais Abertos com público de 4.468 pessoas. Participaram das apresentações da Temporada: 19 regentes convidados e 44 solistas convidados; 12 concertos gratuitos ou a preços populares com coro da Osesp, atingindo um público de 14.082 pessoas; 14 concertos gratuitos ou a preços populares com conjuntos camerísticos ou orquestras convidadas com público de 15.537. Na Virada Cultural, a Osesp realizou: 1 Concerto Sinfônico da Osesp com público de 427 pessoas e 1 Concerto do Coro da Osesp com público de 294 pessoas. No que tange a Rádio, TV e Meios Digitais, a Osesp disponibilizou: 8 concertos para a TV pública; 24 concertos para a Rádio pública e 53 obras completas no formato Podcast/Mídias On Line. Disponibilizou 226 minutos de conteúdo variado neste mesmo formato. Transmitiu 1 concerto sinfônico ao vivo e on line, além de disponibilizar 8 obras de acervo para download – selo digital. Nas Atividades Educativas e Formação de Plateia destaque para o Programa Descubra a Orquestra, as palestras sobre música na Sala São Paulo e as visitas monitoradas e funcionamento do Centro de Documentação Digital para consulta do

público. Nas atividades de Pesquisa, Fomento e Formação Técnica foram realizadas 11 Masterclasses com solistas convidados e 4 concertos dos academistas e 19 alunos matriculados na Academia de Música. Por fim, foram encomendadas 3 obras inéditas para orquestra e 2 para Grupos de Câmara.

Theatro São Pedro - Com capacidade de 620 lugares e foco na música lírica, o São Pedro é sede da Orquestra do Theatro São Pedro. Na temporada de óperas foram apresentados três títulos, totalizando 03 récitas para um público aproximado de 1.200 pessoas (até março/2017). Dos concertos líricos, sinfônicos e de câmara, aproximadamente 15 mil pessoas (até março/2017). Ressalta-se que o contrato de gestão responsável pela programação e gerenciamento do equipamento expirou em 30/04/2017.

Orquestra do Theatro São Pedro – A Orthesp é formada por jovens e talentosos músicos que têm recebido elogios de crítica e público pelo desempenho nos concertos e apresentações. Além de executar seu repertório nas óperas e tardes de canções, a orquestra é responsável pela série de concertos do teatro, que proporciona ao público uma programação rotineira com repertório selecionado e de alta qualidade. Em 2017, foram realizados 03 concertos, com público de 11.269 pessoas; 03 récitas, com público de mais de 1.200 pessoas. Nas séries de músicas de câmara, foram realizados 09 concertos e récitas para um público de 2.867 pessoas. Ressalta-se que o contrato gestão responsável pela programação e gestão do equipamento expirou em 30/04/2017.

Academia de Ópera do Theatro São Pedro – Em 2017, foram realizadas 31 atividades entre aulas, masterclasses, workshops e palestras. Ressalta-se que o contrato gestão responsável pela programação e gestão do equipamento expirou em 30/04/2017.

Jazz Sinfônica - Na Capital, foram realizados 08 concertos e 01 concerto no interior do Estado, para um público aproximado de 6 mil pessoas. Ressalta-se que o contrato gestão responsável pela programação e gestão do equipamento expirou em 30/04/2017. (atualmente gerida pela Fundação Padre Anchieta).

Programa 1203 - Formação Cultural

Concentram-se nesse programa todas as ações que têm como objetivo oferecer oportunidade de formação nas diversas linguagens artísticas, de forma profissionalizante ou não.

Ação 4779 - Projeto Guri

Promove a inclusão sociocultural de crianças e adolescentes oferecendo educação musical gratuita. O Projeto Guri possui atualmente 388 polos distribuídos em **295** municípios do Estado de São Paulo, sendo **281** localizados no Interior e Litoral, 46 na Capital e Grande São Paulo, e 61 localizados dentro das unidades da Fundação CASA. Até o 3º trimestre de 2017, o Projeto Guri atendeu em média **47.821** alunos (**31.787** no Interior e Litoral, **14.520** na Capital e Grande São Paulo e **1.514** na Fundação CASA).

Além do ensino coletivo de música, o Guri desenvolve parcerias e ações de intercâmbio que impulsionam o desenvolvimento pedagógico do Programa. Em destaque no momento o Programa de intercâmbio MOVE (Musicians and Organizers Volunteer Exchange). Os Grupos de Polos e os 12 Grupos de Referência do Interior e Litoral tem feito grandes apresentações alcançando até o momento um público de mais **217.000** pessoas. Na Capital os 381 alunos do Grupos Infanto-Juvenis e Coral de Familiares se apresentaram até o momento para aproximadamente **6.913** pessoas.

Ação 5469 - Oficinas Culturais

Em 2017, o programa Oficinas Culturais contou com cinco unidades na capital. No ano de 2017 as dez unidades das oficinas localizadas no interior e litoral, foram encerradas, face à redução de orçamento para o período. Diante de tal fato, o programa foi reformulado, sendo que os municípios interessados em receber uma atividade deveriam se manifestar através do preenchimento de um formulário pelo site das Oficinas Culturais, mencionando quais cursos gostariam de receber. Buscando a otimização de recursos e visando alcançar a maior quantidade de municípios possível, as

Prefeituras Municipais tinham como contrapartida de oferecer um espaço adequado, assim como o material do tema escolhido. Quanto aos municípios que tinham sede regional, a Secretaria celebrou convênios, garantindo a ação nestas cidades. No total, foram atendidos mais de 283 municípios, onde se realizaram 1.855 atividades realizadas que atingiram mais de 82.000 pessoas. Além disso, estão vinculados a este programa as ações “Qualificação em Artes: Teatro”, que atendeu um público de 9.342 pessoas, através de 429 atividades; “Qualificação em Artes: Dança” que realizou 220 com público de 5.065 pessoas, além do Festival Paulista de Literatura. No total foram atendidas mais de 96.000 pessoas

Ação 5691 - Escola de Música do Estado de São Paulo – Emesp Tom Jobim, Theatro São Pedro e Orquestra do Theatro São Pedro

Instituição de ensino destinada à formação e difusão musical, a Emesp tem como foco oferecer formação técnica a crianças, jovens e adultos. Também proporciona aperfeiçoamento a músicos que já completaram sua formação e que queiram aprofundar seus conhecimentos em áreas específicas. Na área de *performance*, os projetos da Escola tem a responsabilidade de formação pedagógica integrada às atividades artísticas oferecidas. Em 2017, a EMESP atendeu a 1.427 alunos, realizou diversas *masterclasses*, *workshops* e *encontros* com mais de 1.400 atendimentos, além de concertos, shows e audições para um público de mais de 8.200 pessoas. A Escola é também residência de grupos musicais formados por alunos da instituição: Orquestra Jovem do Estado, Orquestra Jovem Tom Jobim, Banda Sinfônica Jovem do Estado e o Coral Jovem do Estado e a recém criada Orquestra Jovem do Theatro São Pedro. O público que assistiu as apresentações destas formações foi de 31.765 pessoas. Em abril de 2017, o Theatro São Pedro e sua orquestra passaram a integrar o plano de trabalho da Emesp. Nesses nove meses, 17.610 pessoas assistiram às temporadas de ópera, música lírico-sinfônica e música de câmara. As obras *Puccinella*, de Stravinsky, e *Arlecchino*, de Busoni, que abriram a temporada de óperas em 2017, foram eleitas pelo público da Revista Concerto como o melhor espetáculo de ópera do ano.

Ação 5692 - Conservatório Dramático e Musical “Dr. Carlos de Campos” de Tatuí

É a maior escola gratuita de ensino musical da América Latina, responsável pela formação de instrumentistas, luthies e atores. O Conservatório atendeu em 2017 o número de 2.160 alunos, índice abaixo da meta em razão da supressão de recursos previstos quando da elaboração do PPA para o ano de 2017. Além disso, houve desistências e trancamento de matrículas ao longo do ano. A grade curricular é complementada por atividades extracurriculares por meio de *workshops*, *masterclasses*, palestras, festivais, encontros, concertos e espetáculos. Os eventos realizados pelo Conservatório atenderam até o terceiro trimestre de 2017 um público de mais de 42.454 pessoas. São exemplos de ações a Série Concursos, a Semana de Música de Câmara e Prática de Conjunto e as Mostras Internas, ambas focadas no desenvolvimento dos alunos junto a conjuntos das mais variadas naturezas, com predominância de orquestras, cameratas, bandas, *ensembles*, coros e outras formações vocais e instrumentais, inclusive abrangendo o Teatro, através da Cia de Teatro do Conservatório de Tatuí, corpo estável que reúne profissionais e alunos avançados do Curso de Teatro Adulto ora ministrado na Instituição.

Ação 5714 - Fábricas de Cultura

O Programa Fábricas de Cultura desenvolve atividades artístico-culturais prioritariamente para jovens, com idade entre 7 e 19 anos, com o objetivo de promover a participação de crianças e jovens em atividades artísticas e culturais que contribuam para seu desenvolvimento integral e inserção social. Atualmente o programa é executado em 10 (dez) Centros Fábricas de Cultura localizados nos seguintes bairros da capital paulista: Brasilândia, Jardim São Luís, Vila Nova Cachoeirinha, Parque Belém, Capão Redondo, Vila Curuçá, Itaim Paulista, Jaçanã, Sapopemba e Cidade Tiradentes. A cada ano, os índices mostram crescimento do público atendido, revelando que a população do entorno destes Centros tem se apropriado cada vez mais do espaço. Até o terceiro trimestre de 2017, foram atendidas 954.815 pessoas. Vale ressaltar que a meta de público atendido é estabelecida em número mínimo a ser alcançado, pois está sujeita a inúmeras variáveis. A superação da meta é desejada, desde que preservada a qualidade das atividades e que o orçamento previsto seja respeitado. No caso em tela, não houve superação das despesas previstas no Contrato de Gestão.

Ação 5976 - São Paulo Escola de Teatro

Atendeu, durante 2017, uma média de 396 aprendizes nos cursos regulares, com duração de dois anos, dedicados à capacitação profissional nas diversas áreas do fazer teatral. A meta inicialmente prevista no PPA era de 388 alunos. Significa dizer que a meta foi atingida de modo absolutamente satisfatório. A Escola desenvolve também atividades de extensão cultural, que, até o terceiro trimestre, atendeu mais de 480 alunos durante o ano em seus 15 cursos. A expectativa é de que estes cursos alcancem mais de 580 pessoas. O Projeto Kairós, um dos pilares da SP Escola de Teatro, ofereceu 149 bolsas, de acordo com o exigido junto ao Plano de Trabalho, repetindo o sucesso de anos anteriores. A Escola também continuou com seus cursos de circo, sucesso comprovado pelo alto número de inscrições e pelos frequentes pedidos do público por meio das redes sociais e e-mails recebidos. Até o 3º trimestre, foram realizadas 09 oficinas de arte circense que atenderam 225 alunos. Por fim, temos a realização semanal dos bate-papos *online*, no portal criado pela área de comunicações da SP Escola de Teatro em parceria com o departamento de Extensão Cultural, que apresenta, a cada semana, um novo profissional das artes do palco e áreas afins.

Programa 1213 - Gestão da Política Estadual de Cultura

Ação 2026 - Implantação e Qualificação de Museus

PROJETOS ENCERRADOS EM 2017

- Elaboração de projeto básico e executivo de arquitetura e engenharia para reforma e restauro da edificação denominada Casa das Rosas - Av. paulista nº 37 - SP

OBRAS CONCLUÍDAS EM 2017

- Recuperação dos caixilhos de ferro e vidros das fachadas do edifício ocupado pelo Museu Afro Brasil, em São Paulo

OBRAS EM ANDAMENTO EM 2017

- Execução de obras civis de restauro, reforma e construção de edificações para implantação do Museu da História do Estado de São Paulo, em São Paulo.

OBRAS PARALISADAS EM 2017

- Execução de reforma das instalações elétricas, hidráulicas, civis e combate a incêndios do Museu Catavento Cultural e Educacional, em São Paulo.

Ação 2499 - Infraestrutura de equipamentos culturais

O Grupo de Projetos e Acompanhamento de Obras da Secretaria da Cultura deu início ou continuidade, em 2017, a importantes serviços de projeto e implantação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento da política pública cultural.

PROJETOS ENCERRADOS EM 2017

- Elaboração de projeto básico e executivo de arquitetura e engenharia para implementação da Unidade de Ensino Musical de Franca - SP

OBRAS CONCLUÍDAS EM 2017

- Reforma da Oficina Cultural Amácio Mazzaropi – São Paulo

OBRAS EM ANDAMENTO EM 2017

- Execução da obra de construção da unidade do Programa Fábricas de Cultura no Município de Diadema – SP
-

Programa 1214 - Museus

Ação 5732 - Gestão de Museus

Sob coordenação da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), o programa Gestão de Museus da Secretaria de Estado da Cultura abrange o gerenciamento de 18 equipamentos museológicos no interior e na capital do Estado (14 na Capital; um no litoral e três no interior). Desde

2014, o Programa passou a integrar todo o conjunto de museus, sem subdivisões ou categorias, todos eles seguindo diretrizes comuns de conservação de acervos, manutenção, segurança, dentre outros. Assim, esta sessão será iniciada com os resultados das diretrizes comuns, seguindo-se depois a especificação das demais ações.

Em 2017, os museus registraram público visitante presencial de 2,7 milhões, mesmo número que 2016. As ações dos museus da Secretaria da Cultura no interior do estado, como a itinerância de exposições, cursos e palestras somam um público de 40.458. As ações extramuros em escolas e outros espaços como escolas públicas atingiram mais de 164 mil pessoas. Ou seja, os museus da Secretaria da Cultura beneficiaram com suas ações um público geral de mais de 3,1 milhões de visitantes. O cenário de contenção orçamentária deste ano, com o mesmo valor de 2016 aplicado a gestão de museus, impactou a área museológica com a redução da programação cultural e de equipes de profissionais que atuavam nas instituições. Nos últimos três anos, a redução orçamentária aplicada a gestão de museus foi de 24%. O impacto desta redução orçamentária só não foi mais intenso devido ao fechamento do Museu da Língua Portuguesa para restauro em 2015 (que dispensou boa parte de seu quadro de funcionários), bem como a devolução do edifício que sediava o Paço das Artes para a Secretaria da Saúde que gerou um redimensionamento das ações daquela unidade as quais foram reduzidas e temporariamente realizadas, desde maio de 2016, no MIS, e na Oficina Oswald de Andrade.

Nesse cenário de redução, a UPPM continuou a desenvolver estratégias para intensificar as ações de comunicação em rede, objetivando aumentar a visibilidade dos museus, tais como a divulgação da programação de *Férias nos Museus* (em janeiro e julho); a *Semana Nacional de Museus* (15 a 21 de maio); a participação na campanha internacional no Twitter, intitulada *Museum Week* que foi realizada de 19 a 25 de junho, com grande destaque para os museus da Secretaria da Cultura.

Entre os dias 4 e 10 de dezembro foi realizada a 3ª edição da campanha Sonhar o Mundo 2016, sob o slogan *Solidariedade derrubando muros*. A campanha, criada pela UPPM, busca articular os museus da Secretaria da Cultura com uma programação cultural e educativa voltada a temas relacionados aos Direitos Humanos, além de contemplar o engajamento dos museus do interior e do público via redes sociais com o tema do preconceito.

A Pinacoteca foi o considerado o 2º melhor museu da América Latina, segundo o ranking mundial do Travellers' Choice Museums 2017, prêmio do TripAdvisor. No ranking mundial a Pinacoteca ocupa a 20ª posição. Além da Pinacoteca, outros dois museus do Governo do Estado de São Paulo entraram novamente na lista dos melhores do site. O Museu do Futebol ficou com a 9ª colocação nacional; enquanto o Catavento conquistou o 6º lugar no Brasil e o 10º no continente. O prêmio Traveller's Choice Museums 2017, do Trip Advisor, reconhece os melhores estabelecimentos de acordo com a opinião dos mais de 340 milhões de usuários da plataforma.

Dando continuidade ao aperfeiçoamento da gestão de informações sobre as coleções museológicas geridas pela UPPM e a difusão integrada dos acervos museológicos junto à sociedade, no ano de 2017, centrou-se na garantia do suporte e da manutenção do software de gestão de acervos, o in.patrimonium.net, para que fossem possíveis ajustes e atualizações operacionais no sistema, bem como para esclarecimentos de dúvidas, para consultoria em procedimentos e para o acompanhamento técnico do processo de catalogação.

O ano ainda foi marcado por uma intensa concentração de esforços na reconstrução do Museu da Língua Portuguesa, destruído por um incêndio em 21 de dezembro de 2015. A partir do convênio com a Fundação Roberto Marinho, que passou a atuar como instituição coordenadora da elaboração dos projetos, execução da obra e revisão e instalação do projeto museológico, além da captação de recursos junto à iniciativa privada, o Museu da Língua Portuguesa encontra-se em processo de restauro. A EDP Energias do Brasil se tornou patrocinadora máster do reconstrução do Museu que contou ainda com patrocínio do Grupo Globo e Grupo Itaú, via leis de incentivo. Em dezembro de 2017, foi finalizada a primeira etapa da reconstrução da Estação da Luz, marcando a conclusão do trabalho nas fachadas e esquadrias. Também foi restaurado o tradicional relógio da torre da Estação da Luz.

Em 2017, algumas ações culturais relativas ao Museu da Língua Portuguesa foram realizadas dentro e fora do Estado de São Paulo. Em 27 de outubro, foi inaugurada a exposição itinerante "Origem dos Nomes dos Municípios Paulistas" com realização da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, por meio do Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP), da ACAM Portinari, da Arquiprom e do Museu da Língua Portuguesa. A exposição foi inaugurada em São Caetano do Sul e, em dezembro, itinerou para o município de Santo André. Com iniciativa da Fundação Roberto Marinho e apoio do IDBrasil – Organização Social de Cultura, o Museu da Língua Portuguesa participou da 15ª edição da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) no Rio de Janeiro, com um programação especial composta

por exposição, rodas de conversa, oficina literária e apresentações artísticas. Todas as atividades foram gratuitas e abertas ao público em geral do evento.

Este ano configurou-se como um período de articulação e mobilização junto aos prefeitos e secretários de cultura municipais eleitos no ano de 2016. Portanto, não ocorreram audiências públicas, mas houve a finalização de alguns processos que estavam ainda em tramitação. Destaca-se, nesse sentido, a finalização do processo de levantamento patrimonial do acervo do Museu Histórico e Pedagógico "Prudente de Moraes" (Piracicaba-SP), o que permitiu a assinatura do Termo de doação do acervo deste museu. Houve, também, a assinatura do termo de doação referente ao acervo do MHP "Marechal Rondon" (Araçatuba-SP).

Resultados alcançados nos museus

Público dos Museus – 2017		
	Público Visitante	Público Geral
Catavento	560.697	632.547
Pinacoteca Luz e Estação Pinacoteca	406.215	407.378
Museu da Imagem e do Som	292.927	292.927
Museu do Futebol	264.516	332.197
Casa das Rosas	261.549	265.462
Museu da Imigração	172.101	174.186
Público dos Museus – 2017		
	Público Visitante	Público Geral
Museu Afro Brasil	162.690	162.725
Museu da Casa Brasileira	156.147	157.089
Museu Felícia Leirner	126.209	127.725
Museu do Café	103.914	349.580
Memorial da Resistência	69.623	69.945
Museu de Arte Sacra	54.643	54.643
Museu Casa de Portinari	44.661	94.828
Paço das Artes	40.480	40.480
M.H.P. Índia Vanuíre	24.911	25.322
Casa Guilherme de Almeida	11.999	12.211
Museu da Língua Portuguesa	0	0
Feira de Museus na Escola de Formação da Fundação Casa	0	38
Total	2.753.282	3.199.283

A seguir estão os principais destaques das ações técnicas e de programação realizadas em 2017.

Catavento

Organização Social: Catavento Cultural e Educacional

Acervo

- Rotinas de pesquisa, documentação e conservação do acervo e das exposições

Exposições temporárias

- Do Fogo ao Led
- Mundo dos Brinquedos
- Ver Ciência - Darwin
- 5ª Mostra Paulista de Ciências e Engenharia

Novas instalações na exposição de longa duração

Inauguração da sala de realidade virtual *Dinos do Brasil*

Principais eventos

- Eventos periódicos: Férias no Museu, Aniversário da Cidade, Semana de Museus, Virada Cultural, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Semana dos Direitos Humanos – Campanha *Sonhar o mundo*

Atividades educativas

- Atendimento a estudantes de escolas públicas e escolas particulares
- Atendimento de públicos-alvo (3ª idade, vulnerabilidade social e deficientes)
- Visita histórica pelo Palácio das Indústrias

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização ações de articulação e apoio às Redes Temáticas e Polos Regionais (encontros com Museus de Ciências) Exposições Itinerantes por Taubaté e Guaratinguetá
- Realização de ações de capacitação nas instalações do Museu
- Oficina Técnica de Aprendizagem Criativa - Sala Se Liga no Lego

Museu da Imagem e do Som – MIS

Organização Social: Associação Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho

Acervo

Rotinas de pesquisa, documentação e conservação do acervo e das exposições

Exposições temporárias

- Renato Russo
- Silvio Santos vem aí!
- Nova Fotografia – You Will Never Walk Alone
- Steve Jobs: O visionário
- Maio Fotografia Exposição Bazares – Programa Nova Fotografia
- Construtor e Caçador
- Soundtrack
- Poder e Sufocamento, Fotografias da coleção da Fundação Marcas Amaro - Programa Nova Fotografia
- Infinitude, Fotografias de Thomas Knoll – Programa Nova Fotografia
- Álbum de Família, de Lucas Rafael – Programa Nova Fotografia

Principais eventos

- Eventos periódicos: Cineciência, Estéreo MIS, Notas Contemporâneas, Maratona Infantil, Cinematographo, Dança no MIS, Cine MIS, CineClube Phenomena, Férias no Museu, Semana de Museus, Primavera dos Museus, Consciência Negra, Semana dos Direitos Humanos – Campanha *Sonhar o mundo*
- Festival de Clipes e Bandas
- Feira Plana
- Conexão Cultural São Paulo
- Festival Internacional de Curtas Metragens de São Paulo
- Notas Contemporâneas: Marina Lima, Ivan Lins e Lenine
- Dia Mundial da Pinhole
- Fabuloso Mundo de Inácio Zats

- LabMIS Estúdio de Som
- Music Video Festival 2017
- Lançamento Ultraman, o Livro e Exibição de Episódios da Série
- Mostra LabMIS
- Festival de Cinema Judaico

Atividades educativas

- Realização de visitas educativas a estudantes de escolas públicas ou privadas.
- Realização de visitas educativas para grupos especiais (acessibilidade, idosos, vulnerabilidade social e parcerias institucionais)
- Realização de oficinas ou cursos de capacitação para professores, educadores e guias de turismo

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de ações de formação (oficinas e cursos) em museus e espaços expositivos do interior, litoral e da RMSP

Pinacoteca Luz e Estação Pinacoteca

Organização Social: APAC - Associação Pinacoteca Arte e Cultura

Acervo

- Atualização do Manual de Catalogação do acervo museológico
- Elaboração do Manual de descrição arquivística do CEDOC

Exposições temporárias

- Eliane Prolik – Pra que?
- Imagens para uma nação
- Antilogias: o fotográfico na Pinacoteca
- Mauro Restiffe: Álbum
- No subúrbio da modernidade – Di Cavalcanti 120 anos

Principais eventos

- Colóquio: Aby Warburg e a sua tradição
- Eventos periódicos: Aniversário da Cidade, Semana dos Museus, Virada Cultural, Primavera dos Museus, Mês da Consciência Negra, Semana dos Direitos Humanos – Campanha *Sonhar o mundo*
- Palestra do Prof. Alain Bonnet, da Université de Grenoble-Alpes: As viagens de artistas no século XIX - os prêmios do Salão de Paris e as bolsas de viagem
- Programa Música na Pina

Atividades educativas

- Realização de visitas educativas a estudantes de escolas públicas ou privadas Realização de visitas educativas para grupos especiais (acessibilidade, idosos, vulnerabilidade social e parcerias institucionais)
- Lançamento de materiais de apoio às práticas pedagógicas
- Programa Consciência Funcional
- Projeto Pinafamília
- Programa MEU MUSEU, voltado para o público idoso
- Realização de atendimentos no programa PEPE (programa voltado para públicos especiais)
- Contação de histórias em Libras
- Encontros de formação para professores, educadores e guias de turismo

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de palestras e oficinas sobre acondicionamento de acervo; rotinas da área de segurança, infraestrutura e expografia, realizadas pelos núcleos técnicos da Pinacoteca para técnicos de museus do interior do Estado de São Paulo

Museu do Futebol

Organização Social: IDBRASIL Cultura, Educação e Esporte

Acervo

- Consolidação da Política de Acervo
- Elaboração do Manual de metodologia da pesquisa de mapeamento e registro de referências patrimoniais do CRFB
- Atualização e publicação no site da instituição da "Cartilha Preserve seu Acervo"
- Organização e publicização da Memória Institucional
- Realização de workshops técnicos sobre direitos autorais e conexos

Exposições temporárias

- A história da camisa canarinho: como o amarelo ouro passou a vestir o Brasil
- Chuteiras: a evolução do futebol na ponta dos pés
- Estilo em campo: acessórios, cores e tecnologia na moda do futebol

Principais eventos

- Eventos periódicos: Aniversário da Cidade, Semana dos Museus, Virada Cultural, Primavera dos Museus, Mês da Consciência Negra Semana dos Direitos Humanos – Campanha *Sonhar o mundo* e datas específicas ao tema futebol
- Férias no Museu com a Turma da Mônica
- Reuniões do Grupo Memofut – 85ª a 91ª Edição
- Bate Papo: Futebol sem ilusões: a carreira do jogador da iniciação ao profissional
- 8º Torneio de Futebol de Botão
- Palestra: Jogo bonito? Mulheres e o futebol no Brasil e Argentina, com David Wood
- Exibição da Taça da Premier League (Campeonato Inglês)
- 22º e 23º Encontro de Colecionadores de Camisas
- Conferência Internacional Sistemas Esportivos no Mundo
- I Encontro Nacional de Mulheres de Arquibancada: Resistência e Empoderamento.
- Bate Papo: Esportes no Mundo LGBT 'Como tornar o esporte mais inclusivo aos grupos LGBT'
- II Arraial do Charles Miller
- 3ª Jornada do Patrimônio 2017
- Festival Ocupa Pacaembu

Atividades educativas

- Realização de visitas educativas para grupos especiais (acessibilidade, idosos, vulnerabilidade social e parcerias institucionais)
- Realização de visitas educativas a estudantes de escolas públicas ou privadas
- Realização de oficinas ou cursos de capacitação para professores, educadores e guias de turismo

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de ações com a Rede Memória e Esporte

Museu da Língua Portuguesa

Organização Social: IDBRASIL Cultura, Educação e Esporte

Acervo

- Organização/decupagem de direitos autorais das antigas salas expositivas do museu
- Pré Diagnóstico para subsídio da elaboração do Plano Museológico

- Organização preliminar da memória institucional

Principais eventos

- Dia da Língua Portuguesa
- 15ª Festa Literária de Paraty – FLIP
- *Fiesta del Libro y Cultura* de Medellín

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de ações de formação (oficinas e cursos) em museus e espaços expositivos do interior, litoral e da RMSP

Museu Afro Brasil

Organização Social: Associação Museu Afro Brasil

Acervo

- Coleta e edição de depoimentos de Emanuel Araujo sobre história de aquisição das obras que compõem o acervo do Museu Afro Brasil;
- 2ª etapa do projeto *Origem e procedência de obras do Acervo Museu Afro Brasil*
- Realização de levantamento de obras correlatas às do Museu Afro Brasil em instituições parceiras: Projeto de pesquisa *Patrimônio africano e afro-brasileiro: diálogos entre acervos*

Exposições temporárias

- Arte Barroca Brasileira
- Paulo Otávio - Movimento Constante, Esculturas
- Geometria Afro-Brasileira e Africana
- Barroco Ardente e Sincrético - Luso-Afro-Brasileiro

Principais eventos

- Eventos periódicos: Aniversário da Cidade, Semana dos Museus, Virada Cultural, Primavera dos Museus, Mês da Consciência Negra, Semana dos Direitos Humanos – Campanha *Sonhar o mundo*

Atividades educativas

- Realização de visitas educativas a estudantes de escolas públicas ou privadas
- Realização de visitas educativas para grupos especiais (acessibilidade, idosos, vulnerabilidade social e parcerias institucionais)
- Realização de oficinas ou cursos de capacitação para professores, educadores e guias de turismo
- Contação de histórias *Aos pés do Baobá*

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de ações de formação (oficinas e cursos) em museus e espaços expositivos do interior, litoral e da RMSP

Museu da Casa Brasileira

Organização Social: A CASA – Museu de Artes e Artefatos Brasileiros

Acervo

- Entrega da Política de Gestão de Acervos
- Desenvolvimento de pesquisa para formulação do projeto para o Centro de Pesquisa e Referência do Morar Brasileiro

Exposições temporárias

- Sottsass Olivetti Synthesis
- Carrilho da Graça: Lisboa
- Coleção MCB Novas Doações

- Design na Aviação Brasileira,
- 2ª edição da Mostra do Concurso do Cartaz
- 31º Prêmio Design MCB
- Primeiras Impressões
- Diálogo Design: Polônia Brasil
- Jorge Zalszupin: O Diálogo Personificado

Principais eventos

- Concurso do cartaz do 31º Prêmio Design Museu da Casa Brasileira
- Eventos periódicos: Aniversário da Cidade, Virada Cultural e Virada Sustentável, Dia das Crianças e Semana de Museus, Primavera dos Museus, Semana dos Direitos Humanos – Campanha *Sonhar o mundo*
- Música no Museu
- Lançamentos de livros
- Evento temático Mercado Manual

Atividades educativas

- Realização de visitas educativas a estudantes de escolas públicas e privadas
- Visitas mediadas para grupos-alvo: pessoas com deficiência, idosos, pessoas em situação de vulnerabilidade social, turistas, entre outros, incluindo os projetos realizados no Programa de Inclusão
- Cursos de capacitação para professores, educadores e guias de turismo
- Atendimento a professores, educadores e guias de turismo em cursos de capacitação
- Visitas educativas e atividades complementares para os funcionários do museu através do Projeto *Seu Museu*
- Programa *Oficinas MCB* - para famílias e público em geral

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Estágios Técnicos oferecidos em áreas internas do MCB

Casa das Rosas

Organização Social: POIESIS – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Acervo

- Rotinas de pesquisa, documentação e conservação do acervo e das exposições

Exposições temporárias

- Livro de pedra: materialidades e dialogias poéticas - Por Marco polo Henriques e Valkiria Iacocca
- Concrescer
- Criação em movimento: experiência corporal através de elásticos

Principais eventos

- Realização de Workshops, cursos e palestras
- CLIPE - Curso Livre de Preparação do Escritor; e CLIPE Jovem
- Eventos periódicos: Aniversário da Cidade, Semana dos Museus, Virada Cultural, Primavera dos Museus, Mês da Consciência Negra, Semana dos Direitos Humanos – Campanha *Sonhar o mundo*, Hora H
- Projeções de filmes no jardim da Casa das Rosas
- Realização de saraus, recitais, cursos com o objetivo de divulgar a temática da Casa das Rosas
- Feira de Quadrinhos, Zines, Pequenas Editoras e Autores Independentes
- XI Encontro de Palácios, Museus-Casas e Casas Históricas
- Evento Especial “Sampoemas”, em homenagem ao aniversário da cidade de São Paulo
- Encontro de Museus-Casas Literários
- SOS Literatura

Atividades educativas

- Realização de visitas educativas a estudantes de escolas públicas ou privadas
- Realização de visitas educativas para grupos especiais (acessibilidade, idosos, vulnerabilidade social e parcerias institucionais)
- Realização de oficinas ou cursos de capacitação para professores, educadores e guias de turismo

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de ações de formação (oficinas e cursos) em museus e espaços expositivos do interior, litoral e da RMSP

Paço das Artes

Organização Social: Associação Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho

Acervo

- Rotinas de pesquisa, documentação e conservação do acervo e das exposições

Exposições temporárias

- Temporada de Projetos 2017
- Trofologia, de Sérgio Vasconcelos
- Frente à realidade, desisto
- Malungas, de Ana Luiza Hupe
- Protetores de Proximidade Humana
- Sol Preto, de Daniel Frota
- Inscripturas de Cristina Elias
- Laboratório Gráfico Desviante
- Ciclo da Intensidade, de Charly Nijensohn

Principais eventos

- Seminário Internacional de arte Contemporânea do Paço das Artes – Urgências da Arte

Atividades educativas

- Realização de visitas educativas a estudantes de escolas públicas ou privadas.
- Realização de visitas educativas para grupos especiais (acessibilidade, idosos, vulnerabilidade social e parcerias institucionais)
- Realização de oficinas ou cursos de capacitação para professores e educadores

Memorial da Resistência

Organização Social: Associação Pinacoteca Arte e Cultura

Acervo

- Programa de pesquisa “Coleta Regular de Testemunhos”
- Programa de pesquisa “Lugares da Memória”

Exposições temporárias

- A desobediência civil

Principais eventos

- Seminários *Sábados Resistentes*
- Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos - Memória e Cidadania
- Eventos periódicos: Aniversário da Cidade, Semana dos Museus, Virada Cultural, Primavera dos Museus, Mês da Consciência Negra, Semana dos Direitos Humanos – Campanha *Sonhar o mundo*

Atividades educativas

- Atendimento a escolas públicas municipais e a escolas particulares

- Atendimento a demais grupos de visitantes e a grupos alvo (pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas da terceira idade, turistas)
- Projeto educativo *Tardes de Memória*
- Encontros de capacitação para educadores e guias de turismo

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de ações de formação (oficinas e cursos) em museus e espaços expositivos do interior, litoral e da RMSP

Museu da Imigração

Organização Social: Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração

Acervo

Atualização de Política de Acervo

- Seminário aberto ao público para discussão do documento Política de Acervo

Exposições temporárias

- Migrações à Mesa
- Vidas Refugiadas
- Hospedaria 130 anos

Principais eventos

- Férias no museu
- Projeto Viva!
- Museum Selfie Day
- Projeto Vitrine do Acervo
- Férias de verão: o *Mundo de Brincar, Caça-trilha, Meu amigo de papel, Pintura para bebês, É pra comer ou pra brincar?* e *Bora fazer pipa?*
- Eventos periódicos: Aniversário de São Paulo, Semana de Museus, Virada Cultural de São Paulo, Primavera de Museus
- Workshop de fotografia imersiva: escrever com a luz em 360
- Oficina: Conservação em Exposições
- Comemoração dos 24 anos do Museu da Imigração
- 22ª Festa do Imigrante
- Expedições e Conexões Urbanas: Comidas de (i)migrantes
- Oficina: Pesquisando documentos de família
- Palestra: O espírito do lugar da Mooca (Jornada do Patrimônio)
- Aula aberta de *Ba duan Jin* - Dia nacional da imigração chinesa no Brasil

Atividades educativas

- Realização de visitas educativas a estudantes de escolas públicas ou privadas Realização de visitas educativas para grupos especiais (acessibilidade, idosos, vulnerabilidade social e parcerias institucionais)
- Realização de oficinas ou cursos de capacitação para professores, educadores e guias de turismo

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de ações de formação (oficinas e cursos) em museus e espaços expositivos do interior, litoral e da RMSP

Museu de Arte Sacra

Organização Social de Cultura: Associação Museu de Arte de São Paulo - SAMAS

Acervo

- Rotinas de pesquisa, documentação e conservação do acervo e das exposições

Exposições temporárias

- Filhos de Deus
- Silencio, Páscoa da União
- Páscoa da União
- Doutores e Doutoradas da Igreja: A Beleza do Testemunho, da Vida e da Palavra
- Religiosidade em Israel Através de Lentes Drusas
- Barro com Fé
- 300 anos do aparecimento de Nossa Senhora Aparecida: Aparecida do Brasil, realizada na Sala Metrô Tiradentes e 300 Anos de Devoção Popular realizada no próprio Museu
- Relíquia: Transcendência do Corpo
- Esperança
- Os Artesãos e seus Presépios

Principais eventos

- Tardes Musicais
- Eventos periódicos: Aniversário da Cidade, Semana dos Museus, Virada Cultural, Primavera dos Museus, Mês da Consciência Negra, Semana dos Direitos Humanos – Campanha *Sonhar o mundo*

Atividades educativas

- Atendimento a escolas públicas municipais e a escolas particulares
- Atendimento a demais grupos de visitantes e a grupos alvo (pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas da terceira idade, turistas)
- Realização de cursos de capacitação para professores da rede pública e particular e aos profissionais de turismo

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de ações de formação (oficinas e cursos) em museus e espaços expositivos do interior, litoral e da RMSP

Casa Guilherme de Almeida

Organização Social: POIESIS – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Acervo

- Pesquisa e fotografia dos espaços da Casa para elaboração de Catálogo da Instituição;
- Digitalização, com alta definição, de parte do acervo arquivístico, contemplando a hemeroteca do Museu.

Exposições temporárias

- Nós: 100 anos
- Memória do Natal

Principais eventos

- Eventos periódicos: Aniversário da Cidade, Semana dos Museus, Virada Cultural, Primavera dos Museus, Mês da Consciência Negra, Bloomsday, Virada Inclusiva, Semana dos Direitos Humanos – Campanha *Sonhar o mundo*
- Semana Guilherme de Almeida
- Evento anual Transfusão - Encontro de Tradutores da CGA
- Saraus; recitais; música no museu; lançamentos de livros; palestras; Encontros Cinematographos; Encontros Peripatéticos e concertos
- Inauguração da Sala Cinematographos
- Programa Formativo para Tradutores Literários
- Oficina de dramaturgia
- Curso de Tradução na teoria e na poética concretista
- Oficina de Pequenos Reparos em Livros e Documentos

- III Encontro Tradução dos Clássicos no Brasil
- II Encontro de Museus-Casas Literários
- BARCAMP – ENCONTRO PARA TRADUTORES

Atividades educativas

- Realização de visitas educativas a estudantes de escolas públicas ou privadas
- Realização de visitas educativas para grupos especiais (acessibilidade, idosos, vulnerabilidade social e parcerias institucionais)
- Realização de oficinas ou cursos de capacitação para professores, educadores e guias de turismo

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de ações de formação (oficinas e cursos) em museus e espaços expositivos do interior, litoral e da RMSP

Museu do Café – Santos

Organização Social: Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração

Acervo

- Elaboração de pré-projeto de vocabulário controlado para os acervos do Museu do Café realizado

Exposições temporárias

- Sin Café no hay mañana
- Vai um café? Cafeteiras e formas de preparo
- Desconstruindo uma Epopeia
- À Venda: propagandas de café em jornais e periódicos
- Café, patrimônio cultural do Brasil: ciência, história e arte
- Principais eventos
- Férias no Museu: *Espaço Café com Leite, Cafezalzinho*
- Comemoração dos 19 anos do Museu do Café
- Workshop: Reflexões sobre expografia
- Festival Santos Café
- Eventos periódicos: Semana Nacional de Museus, Virada Cultural Paulista, Aniversário da Cidade, Primavera dos Museus, Semana dos Direitos Humanos – Campanha *Sonhar o mundo*
- Dia Nacional do Café.
- Encontro: Pesquisando Documentos de Família
- Coffee Dinner & Coffee Summit
- Café com Música
- Atelier Paulo von Poser

Atividades educativas

- Realização de visitas educativas a estudantes de escolas públicas ou privadas
- Realização de visitas educativas para grupos especiais (acessibilidade, idosos, vulnerabilidade social e parcerias institucionais)
- Realização de oficinas ou cursos de capacitação para professores, educadores e guias de turismo
- Sisem (Sistema Estadual de Museus)
- Realização de ações de formação (oficinas e cursos) em museus e espaços expositivos do interior, litoral e da RMSP

Museu Casa de Portinari

Organização Social: Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari

Acervo

- Rotinas de pesquisa, documentação e conservação do acervo e das exposições

Exposições temporárias

- Ritmos e Cores
- A Estação Brodowski: Patrimônio Histórico

Principais eventos

- Domingo Com Arte
- Curso de Pintura
- Oficinas Andantes
- Eventos periódicos: Férias no Museu, Semana de Museus, Primavera dos Museus, Consciência Negra, Semana dos Direitos Humanos – Campanha *Sonhar o mundo*
- É Gostoso ser Criança no Museu Casa de Portinari
- Aniversário do Artista
- Aniversário do Museu
- 42ª Semana de Portinari

Atividades educativas

- Realização de visitas educativas a estudantes de escolas públicas ou privadas
- Realização de visitas educativas para grupos especiais (acessibilidade, idosos, vulnerabilidade social e parcerias institucionais)
- Realização de oficinas ou cursos de capacitação para professores, educadores e guias de turismo

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de ações de formação (oficinas e cursos) em museus e espaços expositivos do interior, litoral e da RMSP

Museu de Esculturas Felícia Leirner / Auditório Cláudio Santoro

Organização Social: Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari

Acervo

- Rotinas de pesquisa, documentação e conservação do acervo e das exposições

Exposições temporárias

- Felícia Leirner Natureza e Arte

Principais eventos

- Eventos periódicos: Semana de Museus, Primavera dos Museus, Dia da Consciência Negra, Aniversário da cidade, Férias no Museu, Semana dos Direitos Humanos – Campanha *Sonhar o mundo*
- Encontros Com Arte
- Domingo Musical
- O Palco é seu
- Ensaio Aberto no Auditório
- Semana do Meio Ambiente

Atividades educativas

- Realização de visitas educativas a estudantes de escolas públicas ou privadas
- Realização de visitas educativas para grupos especiais (acessibilidade, idosos, vulnerabilidade social e parcerias institucionais)
- Realização de oficinas ou cursos de capacitação para professores, educadores e guias de turismo

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de ações de formação (oficinas e cursos) em museus e espaços expositivos do interior, litoral e da RMSP

Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre

Organização Social: Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari

Acervo

- Rotinas de pesquisa, documentação e conservação do acervo e das exposições

Exposições temporárias

- O Café e a História de Tupã
- Mãos que criam
- Fortalecimento da Memória Tradicional Kaingang: de Geração em Geração
- Olhar É o Sentir Pelas Mãos: Mãos que Sentem, Mãos que Criam

Principais eventos

- Eventos periódicos: Semana de museus, Primavera dos Museus, Dia da Consciência Negra, Aniversário da Cidade, Férias no Museu, Semana dos Direitos Humanos – Campanha *Sonhar o mundo*
- Em Cartaz no Museu
- Índio no Museu
- Museu Folia
- Semana do Índio
- VI Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus
- VI Semana Tupã em comemoração ao dia internacional dos povos indígenas
- Coral Inclusivo Natalino
- VII Seminário Museus, Identidades e Patrimônios Culturais - Museus Etnográficos e Indígenas – aprofundando questões, reformulando ações

Atividades educativas

- Realização de visitas educativas a estudantes de escolas públicas ou privadas
- Realização de visitas educativas para grupos especiais (acessibilidade, idosos, vulnerabilidade social e parcerias institucionais)
- Realização de oficinas ou cursos de capacitação para professores, educadores e guias de turismo

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de ações de formação (oficinas e cursos) em museus e espaços expositivos do interior, litoral e da RMSP

Conservação, Manutenção e Segurança das Edificações

Rotinas e obrigações do Programa de Edificações: abrange as rotinas contratuais, asseguradas nos contratos de gestão, de conservação, manutenção e segurança das edificações, tendo como objetivos assegurar a manutenção física e a conservação preventiva das edificações, instalações e equipamentos de infraestrutura predial com ações de operação e em sua manutenção preventiva, corretiva e preditiva; garantir a segurança da edificação, do acervo e das instalações, bem como dos usuários (visitantes, pesquisadores, participantes de eventos) e funcionários; criar condições para a acessibilidade física às áreas expositivas, de trabalho e de uso comum, ampliar a sustentabilidade ambiental dos museus. As rotinas e obrigações são definidas conforme as especificidades de cada edificação, abrangendo toda a infraestrutura predial e instalações, áreas externas, assim como a execução de programação periódica de combate a pragas.

A aplicação contínua do plano de manutenção e conservação, bem como seu aprimoramento, permite a consolidação de ações preditivas e preventivas, diminuindo custos, evitando acidentes e garantindo a excelência das edificações para acolhimento do público, funcionários e acervos.

Também realizamos operações para legalização das edificações junto aos órgãos públicos, para sustentabilidade ambiental e para acessibilidade de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Segurança patrimonial - Os museus possuem equipamentos de segurança instalados de acordo com as especificidades de seu edifício/acervo. As Organizações Sociais de Cultura possuem, utilizam e atualizam, sempre que necessário, o Manual de Normas e Procedimentos de Segurança e o Plano de Salvaguarda e Contingência, além de realizarem treinamentos periódicos com todos os funcionários.

Segurança contra incêndios - Todos os museus devem obter e renovar o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) no prazo concedido pelo Corpo de Bombeiros, atualizando sempre que necessário o projeto de bombeiros. Entretanto, mesmo os museus que ainda não possuem projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros e AVCB emitido, possuem implantados equipamentos de combate a incêndios em quantidades compatíveis com a edificação e uso.

É ação obrigatória a todas as Organizações Sociais de Cultura realizar a manutenção periódica dos equipamentos de segurança e prevenção de incêndios (hidrantes, extintores em suas diversas classes, etc.), garantindo boas condições de uso e prazos de validades vigentes, além de manter atualizado e dentro do prazo de validade o treinamento da brigada de incêndio.

O quadro que segue abaixo demonstra que, ao final de 2017, de 16 unidades museológicas, 14 possuíam ao Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e, das 2 unidades que ainda não obtiveram a aprovação do projeto e/ou AVCB, destacamos que o Museu Afro Brasil possui o projeto técnico parcialmente implantado e está em atendimento à “comunique-se” e o Museu da Língua Portuguesa sofreu incêndio em 21/12/2015 e encontra-se atualmente em reconstrução e restauro, com o projeto de Corpo de Bombeiros sendo desenvolvido e já protocolado no Corpo de Bombeiros.

No ano de 2017 o Paço das Artes continuou sem sede (o Museu deixou de ter sede na Cidade Universitária, cuja edificação foi solicitada pelo proprietário, o Instituto Butantan, e entregue em 15/04/2016).

<i>Museus</i>	<i>Projeto Técnico Realizado</i>	<i>Projeto Técnico Implantado</i>	<i>Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)</i>
Casa das Rosas	SIM	SIM	SIM
Casa Guilherme de Almeida	SIM	SIM	SIM
Catavento Cultural e Educacional	SIM	SIM	SIM
Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência	SIM	SIM	SIM
Museu da Imigração	SIM	SIM	SIM
Museu Afro Brasil	SIM	SIM	NÃO
Museu da Casa Brasileira	SIM	SIM	SIM
Museu da Imagem e do Som	SIM	SIM	SIM
Museu da Língua Portuguesa	SIM	SIM	NÃO
Museu de Arte Sacra	SIM	SIM	SIM
Museu do Café – Santos	SIM	SIM	SIM
Museu do Futebol	SIM	SIM	SIM
Pinacoteca do Estado de São Paulo	SIM	SIM	SIM
Museu Casa de Portinari - Brodowski	SIM	SIM	SIM
Museu Felícia Lerner – Campos do Jordão	SIM	SIM	SIM
Museu Índia Vanuïre – Tupã	SIM	SIM	SIM

Securitização: Todos os museus possuem seguros renovados anualmente, dentro do prazo de validade, com coberturas contratadas contra incêndio, danos patrimoniais e responsabilidade civil, em valores compatíveis com a edificação e uso, conforme especificado no quadro abaixo:

MUSEUS	Seguro Multirisco	Seguro de Responsabilidade Civil	Valor Cobertura Básica- Multirisco (R\$)	Valor Cobertura Seguro Responsabilidade Civil (R\$)
Casa das Rosas	SIM	SIM	20.000.000,00	1.000.000,00 *
Casa Guilherme de Almeida	SIM	SIM	5.000.000,00	1.000.000,00 *
Catavento Cultural e Educacional	SIM	SIM	43.000.000,00	3.000.000,00
Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência	SIM	SIM	36.000.000,00	5.000.000,00 **
Museu Afro Brasil	SIM	SIM	8.000.000,00	500.000,00
Museu da Imigração	SIM	SIM	30.000.000,00	1.000.000,00
Museu da Casa Brasileira	SIM	SIM	10.000.000,00	1000.000,00
Museu da Imagem e do Som	SIM	SIM	6.300.000,00	625.000,00
Museu da Língua Portuguesa	SIM	SIM	***	***
Museu de Arte Sacra	SIM	SIM	3.500.000,00	100.000,00
Museu do Café – Santos	SIM	SIM	30.000.000,00	1.000.000,00
Museu do Futebol	SIM	SIM	40.000.000,00	1.000.000,00
Pinacoteca do Estado de São Paulo	SIM	SIM	50.000.000,00	5.000.000,00 **
MHP Índia Vanuíre – Tupã	SIM	SIM	3.000.000,00	3.000.000,00 *****
Museu Casa de Portinari – Brodowski	SIM	SIM	2.500.000,00*** *	
Museu Felícia Leirner e Auditório Claudio Santoro– Campos do Jordão	SIM	SIM	16.622.000,00	

* A cobertura responsabilidade civil refere-se à verba única para Casa das Rosas e Casa Guilherme de Almeida.

** A cobertura responsabilidade civil refere-se à verba única para Pinacoteca do Estado de São Paulo, Estação Pinacoteca/ Memorial da Resistência e edifício localizado na Rua Tiradentes.

*** O Museu da Língua Portuguesa teve seus seguros válidos até 16/11/2016. Após essa data, diversas seguradoras foram consultadas, entretanto todas recusaram realizar o seguro devido a Ala Leste da edificação ter sido destruída no incêndio de 21/12/2016. Atualmente são contratados seguros, com cobertura 2º risco, pela empresa Argos Seguros, com coberturas e vigências conforme as etapas das obras, tendo como cossegurados a gerenciadora das obras, a empresa Velatura, e a contratadora das obras, a Fundação Roberto Marinho (COBERTURAS: Obras Cíveis e/ou Prestação de Serviços de Montagem, Instalação e/ ou Assistência Técnica e Manutenção, de Máquinas, Equipamentos e Aparelhos em Geral; Danos Materiais Causados ao Proprietário da Obra (RC Obras); Responsabilidade Civil Cruzada (RC Obras); Limite: R\$30.000.000,00).

**** O Museu Casa de Portinari possui Seguro Multirisco, entretanto a edificação possui pinturas murais que não estão cobertas.

***** A cobertura responsabilidade civil refere-se à verba única para os três equipamentos geridos pela OS ACAM Portinari.

Coberturas adicionais também estão contratadas, tais como:

- Danos Elétricos e Curto Circuito
- Vendaval, Granizo, Impacto de Veículos
- Vidros, Anúncios Luminosos
- Tumultos, Greve, Lock-Out
- Roubo, Furto Qualificado
- Danos a veículos de terceiros etc.

Alvará de Funcionamento Local de Reunião – Todos os Museus promovem a regularização cadastral das edificações, com elaboração de todos os projetos e laudos técnicos solicitados pelos órgãos públicos para obtenção e manutenção do Alvará de Funcionamento de Local de Reunião junto à prefeitura do município. Obeve-se ao final de 2017, o que segue:

Edificações que possuem o Alvará de Funcionamento de Local de Reunião:

- Catavento Cultural e Educacional

- Museu do Café – Santos
- Museu do Futebol
- Museu Índia Vanuíre – Tupã
- Museu Casa de Portinari – Brodowski
- Museu de Esculturas Felícia Leirner e Auditório Claudio Santoro – Campos do Jordão

Edificações que já protocolaram o pedido de Alvará:

- Estação Pinacoteca
- Pinacoteca do Estado de São Paulo
- Museu da Casa Brasileira
- Museu da Imagem e do Som
- Casa das Rosas

Para os museus do Estado, a obtenção do alvará é um enorme desafio, dado que as edificações são, salvo raras exceções, tombadas nas instâncias de preservação municipais, estadual e federal, o que torna difícil conciliar as exigências do Corpo de Bombeiros e demais órgãos legisladores com as determinações dos órgãos de preservação do patrimônio.

Plano de Sustentabilidade Ambiental – As Organizações Sociais de Cultura deram continuidade no ano de 2017 ao Plano de Sustentabilidade Ambiental em nossos museus, contemplando ações para minimização de consumo de água e energia elétrica, com a implantação de equipamentos ecoeficientes (torneiras com temporizadores, lâmpadas econômicas e com sensores de presença, etc), com uso consciente de materiais técnicos e de consumo, além da implantação de coleta seletiva com destino adequado. Vale ressaltar que 13 museus da Secretaria possuem paraciclos, sendo que os demais estudam a viabilidade de implantação.

MUSEUS	Paraciclos	Vagas
Casa das Rosas	SIM	14
Catavento Cultural e Educacional	SIM	05
Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência	SIM	14*
Museu da Imigração	SIM	8
Museu Afro Brasil	SIM	10
Museu da Casa Brasileira	SIM	42
Museu da Imagem e do Som	SIM	6
Museu do Futebol	SIM	12
Pinacoteca do Estado de São Paulo	SIM	9
Museu Casa de Portinari- Brodowski	SIM	20
Museu Índia Vanuíre- Tupã	SIM	9
Museu Felícia Leirner e Auditório Cláudio Santoro- Campos do Jordão	SIM	12
Museu de Arte Sacra	SIM	4

*Compartilhadas com a Sala São Paulo.

Acessibilidade para Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida - A Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico- UPPM trabalha continuamente, em parceria com as Organizações Sociais de Cultura, para que todos os espaços museológicos recebam com qualidade as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, ressaltando que também são recebidos idosos, gestantes, mães com bebês no colo e/ou carrinhos, pessoas com imobilizações temporárias, etc. Os nossos museus atendem aos requisitos de acessibilidade, com rampas, elevadores e/ ou plataformas verticais, pisos táteis, sanitários acessíveis, acessos, vagas de estacionamento, disponibilidade de cadeiras de rodas, etc.

Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP) - O SISEM-SP articula a rede de museus paulistas com o objetivo de promover o desenvolvimento e o fortalecimento institucional com vistas à preservação do patrimônio museológico. A partir da definição dada pela legislação, o SISEM-SP atua por meio das seguintes linhas de ação: Articulação, Apoio Técnico, Comunicação, Formação e Fomento. Entre as

principais iniciativas, fez circular 16 exposições itinerantes em 24 municípios. No eixo de formação, em parceria com as Organizações Sociais de Cultura foram realizadas 32 ações, entre cursos, oficinas e palestras; além de 6 estágios técnicos e 5 assistências técnicas. O SISEM-SP, após ter lançado, em 2016, o Cadastro Estadual de Museus (Fase Piloto) na região da Baixada Santista, em 2017, durante o 9º Encontro Paulista de Museus, abriu as inscrições para todas as instituições do Estado. Cabe destaque, ainda, aos esforços para reabertura do Museu Histórico Pedagógico Conselheiro Rodrigues Alves em Guaratinguetá, instituição que estava fechada há oito anos, que também recebeu uma Ação de Assessoramento Técnico e Capacitação (ASTECA), beneficiando a instituição diretamente e 25 profissionais de 14 municípios. Neste ano, foram organizados vários encontros de redes temáticas, objetivando o fortalecimento institucional dos museus participantes: Encontro de Museus de Ciência, articulado pelo Catavento Cultural, Encontro de Museus Históricos, articulado pelo Museu da Imigração, Encontro de Museus de Esportes, articulado pelo Museu do Futebol, entre outros. O SISEM-SP também teve participação na Campanha “Sonhar o Mundo”, com o envolvimento direto de 7 instituições de diferentes municípios e mais a transmissão de atividades de orientação técnica pelo site.

No quadro a seguir, estão resumidas as principais atividades do SISEM ao longo de 2017. Cabe ressaltar que essas ações foram realizadas no âmbito do Programa de Apoio ao Sisem que integram os Planos de Trabalho dos Contratos de Gestão dos museus do SEC (ação 5732), uma vez que a rubrica do Sisem-SP não tem sido contemplada com orçamento específico.

Ações	Total
Formação (cursos, oficinas e palestras)	32
Exposições	16*
Estágios Técnicos	6
Assistência Técnica	5
	59
Visitantes no site do Sisem (acessos únicos)	48.694

* 24 municípios atendidos nas exposições

Ação 2434 - Arte Pública e Patrimônio - Não houve dotação este ano.

Ação 1214 - Implantação e qualificação de Museus

Acervo - No âmbito do Comitê de Política de Acervos, em dezembro de 2016, foi concluída a primeira fase da implantação do novo software de gestão de acervos, o in.patrimonium.net, em três museus da Pasta, sendo eles a Pinacoteca de São Paulo, o Museu da Casa Brasileira e o Museu da Imigração de São Paulo. Em mais de um ano de trabalho intenso com os técnicos destes museus e outros profissionais especializados na área, realizaram-se customizações no sistema, normatizações de terminologias e criação de manuais de catalogação exclusivos para as necessidades do patrimônio museológico do Estado, tendo em vista as diretrizes já definidas por esta unidade para a preservação de acervos. No ano de 2017, houve a sequência da qualificação das informações sobre os acervos migrados para este sistema, garantindo a continuidade de seu suporte e manutenção. Houve, ainda, o avanço das discussões acerca do assunto “direitos autorais e conexos”, no âmbito dos museus, para que no próximo ano seja possível disponibilizar os acervos museológicos via web.

Em 2017, ocorreu a entrega das Políticas de Acervo atualizadas ou elaboradas dos seguintes museus: Museu do Futebol, Museu da Imagem e do Som, da Casa das Rosas, Museu da Imigração e Museu da Casa Brasileira. Dados Totais dos acervos museológicos:

Dados dos museus participantes do Projeto de Documentação

	<i>Levantamentos Patrimoniais 1982 e 1994</i>	<i>Inventário Acervo Museológico 2010</i>	<i>Inventário Acervo Museológico 2011</i>	<i>Inventário Acervo Museológico 2012</i>	<i>Inventário Acervo Museológico 2013</i>	<i>Inventário Acervo Museológico 2014</i>	<i>Inventário Acervo Museológico 2015</i>	<i>Inventário Acervo Museológico 2016</i>	<i>Inventário Acervo Museológico 2017</i>
Casa Guilherme de Almeida	12.685 itens, entre objetos e publicações	1.674 itens	1.833 itens	1.861 itens	8.762 itens	1.861 itens (de um total geral de 8.767 itens)	1.861 itens (de um total geral de 8.757 itens)	1.861 itens (de um total geral de 8.757 itens)	1.861 itens (de um total geral de 8.757 itens)
Museu da Imigração	Não possuía levantamento patrimonial, pois a instituição foi inaugurada em 1998	6.232 itens	5.311 itens	12.232 itens	12.232 itens	12.232 itens	12.232 itens (em processamento)	12.232 itens (em processamento)	12.232 itens (em processamento)
Museu da Casa Brasileira	939 objetos	404 itens	414 itens	407 itens	407 itens	410 itens	410 itens	467 itens	506 itens
Museu de Arte Sacra	400	2.046 itens	2.566 itens	13.177 itens	2.441 itens	2.335 itens (de um total de 14.212 itens, que envolvem as coleções que não pertencem ao Estado, como a da Cúria e da Ordem das Concepcionistas,	2.382 itens (de um total de 14.160 itens, que envolvem as coleções que não pertencem ao Estado, como a da Cúria e da Ordem das Concepcionistas, etc.).	2.872 itens (de um total de 14.816 itens, que envolvem as coleções que não pertencem ao Estado, como a da Cúria e da Ordem das Concepcionistas, etc.).	3.033 itens (de um total de 14.832 itens, que envolvem as coleções que não pertencem ao Estado, como a da Cúria e da Ordem das Concepcionistas, etc.).
Pinacoteca do Estado	Não possuía levantamento patrimonial, tendo em vista que seu acervo possui um histórico com diversos processos de aquisição e incorporação de patrimônio.	8.175 itens	9.476 itens	9.725 itens	9.861 itens	9.686 itens	10.138 itens em processamento	10.263 itens em processamento	10.047 itens ¹
Museu Histórico e Pedagógico o Índia Vanuêre	21.161 itens, entre objetos e publicações.	19.208 itens	19.616 itens	19.659 itens	19.540 itens	19.785 itens	19.785 itens	20.457 itens	20.457 itens
Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico o Monteiro Lobato	1.121 objetos cenográficos	12 itens	12 itens	12 itens	12 itens				
Museu Felícia Leirner	65 esculturas	84 itens	84 itens	84 itens	84 itens	85 itens	85 itens	85 itens	85 itens
Museu do Café	Não possuía levantamento patrimonial, devido a sua estadualização em 2008.	2.098 itens	2.202 itens	2.142 itens	2.187 itens	2.050 itens	2.050 itens	2.194 itens	2.194 itens

¹ A quantidade indicada corresponde ao número total de itens cadastrados como acervo museológico. Vale salientar que, no ano de 2017, foi concluído um projeto de pesquisa sobre as baixas museológicas do acervo da Pinacoteca, o que resultou no n° de itens de acervo apresentado (menor que o dos anos seguintes).

	Levantamentos Patrimoniais 1982 e 1994	Inventário Acervo Museológico 2010	Inventário Acervo Museológico 2011	Inventário Acervo Museológico 2012	Inventário Acervo Museológico 2013	Inventário Acervo Museológico 2014	Inventário Acervo Museológico 2015	Inventário Acervo Museológico 2016	Inventário Acervo Museológico 2017
Casa de Cultura Paulo Setúbal	1.002 itens, entre objetos e publicações.	4.144 itens (em municipalização)	4.131 itens (em municipalização)						
Museu Histórico e Pedagógico Rodrigues Alves	295 itens, entre objetos e publicações.	1.139 itens (em municipalização)							
Museu Casa de Portinari	444 itens, entre objetos e publicações.	584 itens	584 itens	589 itens	587 itens	587 itens	587 itens	656 itens em processamento	656 itens em processamento
Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes	2.275 itens, entre objetos e publicações.	4.513 itens (em municipalização)	4.513 itens (em municipalização)	4.518 itens (em municipalização)	11.276 itens (em municipalização)	11.276 itens (em municipalização)	11.276 itens (em municipalização)	11.276 itens (em municipalização)	11.276 itens (em municipalização)
Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Veiga	4.000 itens, entre objetos e publicações.	22.230 itens (em municipalização)	21.714 itens (em municipalização)	21.147 itens (em municipalização)					
Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos	4.235 itens, entre objetos e publicações.	7.545 itens (em municipalização)							
Total Geral	80.188 itens	80.556 itens	97.799 itens	101.351 itens	94.281 itens	94.780 itens	96.337 itens		96.321 itens em municipalização

Dados de utilização do BDA-SEC pelos museus que não participaram do Projeto de documentação

MUSEU	Total Estimado de Acervo Museológico Existente	Itens cadastrados no Banco de Dados de Acervo						
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Museu Afro Brasil	Em torno de 5.000 itens	533 itens	1.320 itens (de um total de 3.045 itens)	2.140 itens (de um total de 3.045 itens)	2.918 itens (de um total de 3.071 itens)	3.090	3.059 itens	3.057 itens ²
Museu da Imagem e do Som	Em torno de 200.000 itens	1.000 itens	2.207 itens (de um total de 255.560 itens)	2.207 itens (de um total de 261.754 itens)	2.208 itens (de um total de 268.652 itens)	2.208 itens (de um total de 270.985 itens)	2.208 itens (de um total de 273.728 itens)	2.208 (de um total de 272.097) ³
Catavento – Coleção Fundação Museu de Tecnologia	Sem número estimado	187 itens	187 itens	187 itens	196 itens	197 itens	179 itens	179 itens ⁴
Casa das Rosas	3	41 itens (Coleção Haroldo de Campos)	122 itens (Coleção Haroldo de Campos)	122 itens (Coleção Haroldo de Campos)	121 itens (Coleção Haroldo de Campos)			
Total Geral		1.761 itens	3.836 itens	4.656 itens	5.443 itens	5.616 itens	5.567 itens	5.565 itens

Dados sobre novas aquisições e empréstimos durante o ano de 2017

MUSEU	DOAÇÕES	COMPRAS (recursos do Contrato de Gestão)	COMPRAS (recursos da SEC)	EMPRÉSTIMOS
	Em qtde de itens			
Museu da Imigração	73 itens de acervo bibliográfico geral	0	0	04 itens de acervo museológico
Museu do Café	0	12 itens de acervo bibliográfico geral	0	0
Museu da Casa Brasileira	18 itens de acervo museológico	02 itens do acervo museológico	0	0
Pinacoteca do Estado	166 itens de acervo museológico	04 itens de acervo bibliográfico geral	0	100 itens do acervo museológico (83 itens do acervo Pinacoteca; 01 item do comodato da Coleção Roger Wright; 05 itens do comodato com a Fundação Nemirovsky; 01 item na Casa Guilherme de Almeida desde 2004; 04 itens na Procuradoria da Justiça desde 1962; 06 itens na Secretaria de Estado da Justiça desde 1969).
Casa Guilherme de Almeida	0	0	0	04 itens: 03 itens de acervo museológico e 01 item de acervo bibliográfico de obra rara
Casa Das Rosas	0	0	0	0
Museu de Arte Sacra	52 itens: 12 itens de acervo museológico e 40 itens de acervo bibliográfico geral	0	0	58 itens de acervo museológico

² A partir de 2016, quando foi criado o acervo arquivístico documental do museu, antes tratado como acervo museológico, foi necessária uma revisão do n° de itens de ambos os acervos. A consequência imediata desta nova divisão foi a redução do número total de itens do acervo museológico. Além disso, ao longo do processo de rotina e atualização do banco de dados, verificou-se a catalogação de 02 obras em duplicata. Este é o motivo pelo qual os números apresentados este ano estão menores, comparados ao ano anterior.

³ Desde o 3º tri/2012, a UPPM e a OS acertaram que, devido ao volume da coleção, ao fato de que ela está integralmente registrada no banco de dados do próprio museu e que a sua inserção integral no sistema da SEC levaria um tempo e esforço manual enormes da equipe do museu, não seria mais necessário incluir as informações do acervo do MIS no Banco de Dados da Secretaria. Todavia, tão logo o banco da SEC seja capaz de realizar rotinas de migração de dados, ele poderá tê-los atualizados a partir do banco de dados do Museu da Imagem e do Som, automatizando ao máximo a ação.

⁴ Após a efetivação da doação dos objetos presentes no comodato com a OS Catavento Cultural e a Fundação Museu de Tecnologia da USP, em comodato com a OS Catavento Cultural.

MUSEU	DOAÇÕES	COMPRAS (recursos do Contrato de Gestão)	COMPRAS (recursos da SEC)	EMPRÉSTIMOS
	Em qtd de itens			
Museu Felícia Leirner	0	0	0	0
Museu Casa de Portinari	0	0	0	0
Museu Índia Vanuïre	0	0		0
Museu Afro Brasil	0	0	0	19 itens de acervo museológico
Museu da Imagem e do Som	20 itens: 19 itens de acervo museológico e 01 item de acervo bibliográfico de obra rara	0	0	66.089 itens de acervo museológico (01 rolo de filme; 01 álbum fotográfico e 66.087 fotografias).
Museu do Futebol	3.176 itens de acervo bibliográfico geral	05 itens de acervo bibliográfico geral	0	0
Catavento	0	0	0	0
Paço das Artes	0	0	0	0
Total geral	215 itens de acervo museológico; 3.289 itens de acervo bibliográfico geral; 01 item de acervo bibliográfico de obra rara	02 itens de acervo museológico; 21 itens de acervo bibliográfico geral	0	66.273 itens de acervo museológico e 01 item de acervo bibliográfico de obras raras

[1] A quantidade indicada corresponde ao número total de itens cadastrados como acervo museológico. Vale salientar que, no ano de 2017, foi concluído um projeto de pesquisa sobre as baixas museológicas do acervo da Pinacoteca, o que resultou no nº de itens de acervo apresentado (menor que o dos anos seguintes).

[2] A partir de 2016, quando foi criado o acervo arquivístico documental do museu, antes tratado como acervo museológico, foi necessária uma revisão do nº de itens de ambos os acervos. A consequência imediata desta nova divisão foi a redução do número total de itens do acervo museológico. Além disso, ao longo do processo de rotina e atualização do banco de dados, verificou-se a catalogação de 02 obras em duplicata. Este é o motivo pelo qual os números apresentados este ano estão menores, comparados ao ano anterior.

[3] Desde o 3º tri/2012, a UPPM e a OS acertaram que, devido ao volume da coleção, ao fato de que ela está integralmente registrada no banco de dados do próprio museu e que a sua inserção integral no sistema da SEC levaria um tempo e esforço manual enormes da equipe do museu, não seria mais necessário incluir as informações do acervo do MIS no Banco de Dados da Secretaria. Todavia, tão logo o banco da SEC seja capaz de realizar rotinas de migração de dados, ele poderá tê-los atualizados a partir do banco de dados do Museu da Imagem e do Som, automatizando ao máximo a ação.

[4] Após a efetivação da doação dos objetos presentes no comodato com a OS Catavento Cultural e a Fundação Museu de Tecnologia da USP, em comodato com a OS Catavento Cultural.

Programa 1215 - Preservação do Patrimônio Cultural

Por meio da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) e do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), a Secretaria da Cultura realizou uma série de ações para a preservação do patrimônio cultural paulista, com os seguintes produtos e indicadores:

Ação 5737 - Identificação e valorização do patrimônio cultural paulista

O indicador 1511 - *Processos de identificação e atribuição de valor ao patrimônio cultural* consiste na mensuração do número de dossiês preliminares e processos de estudo de tombamento instruídos pelo Grupo de Estudos de Inventários e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural da UPPH. A meta para esse indicador é de 30 expedientes ao ano e foi superada em 2017, chegando ao número de 50.

Outras atividades de identificação do patrimônio cultural foram:

DELIBERAÇÕES DO CONDEPHAAT PELO TOMBAMENTO:

Antigo Fórum de Botucatu, município de Botucatu

“Casarão do José Ignácio”, município de Jarinu

Leonardo Da Vinci e Colméia que integram o atual Colégio “Dante Alighieri”, São Paulo

Conjunto da Estação Ferroviária de Queluz

Antigo Fórum de Sorocaba

Igreja Matriz de Batatais (Paróquia do Senhor do Bom Jesus da Cana Verde), incluindo o acervo de seis (06) pinturas de Cândido Portinari, no município de Batatais

Parque Estadual Fontes do Ipiranga, nesta Capital.

ABERTURA DE PROCESSO DE TOMBAMENTO PELO CONDEPHAAT:

Imóvel da Av. Angélica n.º 1.647, nesta Capital

Prédio da Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Itapetininga

Prédio da Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Mogi Mirim, município de Mogi Mirim

Inclusão da Estação Ferroviária Engenheiro Hermillo, no município de Itaí, ao processo de estudo de tombamento da Fazenda Cruzeiro do Sul

Pico do Cuscuzeiro e Pedra do Camelo, localizados no município de Analândia.

Edifício Abaeté, nesta Capital.

REVISÃO DE ÁREA ENVOLTÓRIA DE BEM TOMBADO PELO CONDEPHAAT:

Solar Alves Lanhoso – Itatiba.

Faculdade de Medicina da USP, Instituto Oscar Freire e Conjunto de Edificações da Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz – São Paulo.

RESOLUÇÕES DE TOMBAMENTO PUBLICADAS:

Resolução SC - 32/17: Dispõe sobre o tombamento do antigo Fórum e Cadeia de Apiaí

Resolução SC - 33/17: Dispõe sobre o tombamento da antiga Casa de Câmara e Cadeia e do antigo Fórum de Mogi das Cruzes

Resolução SC - 34/17: Dispõe sobre o tombamento do Hotel Glória, em Águas de Lindóia

Resolução SC - 35/17: Dispõe sobre a alteração na resolução de tombamento da antiga Escola Normal do Brás (adequação de endereço)

Resolução SC - 36/17: Dispõe sobre a redefinição da área envoltória das Residências Ramos de Azevedo situadas na Rua Pirapitingui, nesta Capital.

Resolução SC-059, de 19/12/2017, publicada no DOE de 21/12/2017, p. 59-60 - Dispõe sobre o tombamento do Casarão de José Ignácio, no município de Jarinu

Resolução SC-060, de 19/12/2017, publicada no DOE de 21/12/2017, p. 60 - Dispõe sobre o tombamento do Conjunto da Estação Ferroviária de Pindamonhangaba, no Município de Pindamonhangaba

Resolução SC-061, de 19/12/2017, publicada no DOE de 21/12/2017, p. 60-61 - Dispõe sobre o tombamento da Praça da Sé e Catedral Metropolitana de São Paulo.

Resolução SC-062, de 19/12/2017, publicada no DOE de 21/12/2017, p. 61 - Dispõe sobre o tombamento dos edifícios Leonardo Da Vinci e Colméia, além do pátio existente entre os dois prédios, que integram o atual Colégio “Dante Alighieri”, localizado na Al. Jaú, 1061, nesta Capital.

Resolução SC-063, de 19/12/2017, publicada no DOE de 22/12/2017, p. 56-57 - Dispõe sobre o tombamento da Fiação e Tecelagem Nossa Senhora da Ponte, em Sorocaba.

Resolução SC-064, de 19/12/2017, publicada no DOE de 22/12/2017, p. 57 - Dispõe sobre o tombamento de Complexo da Estação Ferroviária de Santos

Resolução SC-065, de 19/12/2017, publicada no DOE de 22/12/2017, p. 57-58 - Dispõe sobre o tombamento de Edifícios da Argos Industrial, sua Creche e Vila Operária, em Jundiaí.

Resolução SC-066, de 19/12/2017, publicada no DOE de 22/12/2017, p. 58-59 - Dispõe sobre o tombamento do antigo Asilo Colônia Pirapitingui, no município de Itu.

Resolução SC-067, de 19/12/2017, publicada no DOE de 23/12/2017, p. 53-54 - Dispõe sobre o tombamento do Centro de Convivência Cultural de Campinas, no município homônimo.

Resolução SC-068, de 19/12/2017, publicada no DOE de 23/12/2017, p. 54- Dispõe sobre o tombamento da Antiga Fábrica Lidgerwood, sita à Avenida Andrade Neves nº 01, no município de Campinas.

Resolução SC-069, de 19/12/2017, publicada no DOE de 23/12/2017, p. 54-55- Dispõe sobre o tombamento da Companhia Taubaté Industrial, em Taubaté.

Resolução SC-070, de 19/12/2017, publicada no DOE de 23/12/2017, p. 55 - Dispõe sobre o tombamento da Vila Santo Aleixo, no município de Taubaté

Resolução SC-071, de 19/12/2017 publicada no DOE de 23/12/2017, p. 55-57 - Dispõe sobre a revisão do tombamento do Centro Histórico de Cananéia

AVERBAÇÕES DE TOMBAMENTOS: foram realizadas quatro averbações nas respectivas matrículas de imóveis tombados.

PATRIMÔNIO IMATERIAL: não houve deliberações do Condephaat relativas a processos de registro de patrimônio imaterial.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS: com os recursos disponíveis, foram contratados serviços técnicos especializados referentes à construção de uma base única de dados geográficos de bens tombados, em estudos de tombamento e áreas envoltórias com a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - Emplasa.

Ação 5738 - Proteção do Patrimônio Cultural Paulista

O indicador desse produto é o 1531 - *Análise de projetos de intervenção em bem tombado e áreas envoltórias, bem como em bens em estudo de tombamento*, cuja meta é a análise, pelo Condephaat, de 1500 projetos ao ano. Pela tabela a seguir, constata-se que a meta não foi atingida, sobretudo em função da atual recessão econômica que impacta diretamente no número de empreendimentos imobiliários e nos recursos despendidos para reformas e restaurações de imóveis:

	Jan-Mar 2016	Abr-Jun 2016	Jul-Set 2016	Out-Dez 2016
Nº DE PROCESSOS ANALISADOS PELO CONDEPHAAT	327	286	335	316
TOTAL	1264			

Importante destacar que o universo de processos instruídos pela UPPH, especificamente pelos seus departamentos técnicos (o já mencionado Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural e o Grupo de Conservação e Restauo de Bens Tombados), contempla diversos tipos de solicitações, das quais apenas parte é submetida à deliberação do Condephaat:

Rótulos de Linha	Contar de Processo
ACESSIBILIDADE	2
ANÚNCIO	95
APROVAÇÃO	1
CARTAZES/PAINÉIS/ANÚNCIOS	2
COMUNICAÇÕES DE ORGÃOS PÚBLICOS	1
CONTESTAÇÃO	1
DEMOLICÃO	17
DEMOLICÃO P/ VIABILIZAR PROJETO DE CONSTRUÇÃO.	6
DENÚNCIA	90
DENÚNCIA DE INTERVENÇÃO	7
DESDOBRO	3
DIRETRIZES	2
DOSSIÊ PRELIMINAR / PEDIDO DE TOMBAMENTO	3

Rótulos de Linha	Contar de Processo
DOSSIÊ PRELIMINAR / REGISTRO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL	1
ESTUDO DE TOMBAMENTO	8
EXPEDIENTES DIVERSOS	45
EXTRACÇÃO MINERAL	2
INFORMAÇÃO DE TOMBAMENTO –IPHAN	1
INFORMACÇÕES	298
INFORMACÇÕES GERAIS	4
INFORMACÇÕES OU DIRETRIZES	33
OUTRO	14
PEDIDO DE APROVAÇÃO DE EVENTO	29
PEDIDO DE APROVAÇÃO DE INTERVENÇÃO	935
PEDIDO DE INFORMACÇÕES	486
PEDIDO DE INFORMACÇÕES. CERTIDÕES OU DIRETRIZES	142
Rótulos de Linha	Contar de Processo
PEDIDO DE TOMBAMENTO	16
PEDIDO DE VISTORIAS EM GERAL	7
PESQUISA MINERAL	2
PROJETO	7
PROJETO/DEMOLIÇÃO	1
REFORMA	87
REGULAMENTAÇÃO DE ÁREA ENVOLTÓRIA DE BEM TOMBADO	1
REGULARIZAÇÃO	152
REMOÇÃO DE ARVORES	81
RESTAURACÇÃO	22
RESTAURO	16
SERVICOS DE CONSERVAÇÃO	37
TOMBAMENTO EX-OFFÍCIO	4
VISTORIA	4
VISTORIAS EM GERAL	1
Total geral	2666

OBRAS DE SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO OU DE RESTAURO: devido à indisponibilidade de recursos, não foram executados serviços e/ou obras de restauro em bens tombados em 2017.

APLICAÇÃO DE MULTAS: conforme previsto na Resolução SC 64/2013: Número de multas aplicadas: 40 (quarenta).

ATENDIMENTO AOS INTERESSADOS: a UPPH também prestou atendimento aos interessados por meio de canais de comunicação, tais como: telefone de atendimento, para esclarecimento de dúvidas técnicas, por e-mail, atendimento de ouvidoria e atendimento prestado em nosso Centro de Documentação.

Ação 5727 - Administração da Secretaria

O Departamento de Administração tem se pautado estritamente nas recomendações oriundas do Governo do Estado, ao proceder à contratação de Serviços Terceirizados e de Serviços Comuns, se valendo, para tanto, preferencialmente pelo procedimento licitatório na Modalidade de Pregão Eletrônico. Tem se valido, ainda, para as compras de bens, do processo eletrônico realizado por intermédio da Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - **BEC/SP**, consoante levantamento registrado nos quadros demonstrativos apresentados.

CENTRO DE COMPRAS E CONTRATAÇÃO - Realizou pesquisas de preços dos materiais e serviços requisitados pelo Gabinete do Secretário, Assessorias e Departamento de Administração, sempre se utilizando dos Sistemas Siafísico e BEC. Elaborou quadros comparativos de preços - referencial e menor preço. Cadastrou itens de material e serviço no Sistema Siafísico. Providenciou as solicitações para ativação de itens, Natureza de Despesa e Unidade de Fornecimento junto à Administração da BEC. Obteve dados cadastrais junto às empresas, para seu devido cadastramento no sistema CAUFESP e SIAFEM. Analisou e realizou o cadastramento de itens no CADMAT - Cadastro de Materiais do Sistema Siafísico, referente às classes 7710, 7720 e 7730, assim como sua atualização. Elaborou Memorial Descritivo e Termo de Referência para aquisição e contratação de bens e serviços comuns. Adotou a licitação - obedecendo à Legislação vigente, para aquisição de bens e serviços, nas modalidades: Convite, Tomada de Preço, Concorrência, Pregão (Presencial e Eletrônico) e Ata de Registro de Preços, assim como aquisição por Dispensa, Inexigibilidade e Convite BEC – Bolsa Eletrônica de Compras. Elaborou contratos e termos aditivos referentes às licitações realizadas neste Departamento. Forneceu dados para a alimentação do Sistema de Contratos de Serviços Terceirizados, relativos aos contratos do Departamento de Administração e Gabinete do Secretário e Assessorias, junto à Corregedoria Geral da Administração, assim como a alimentação do cadastramento e dos resultados obtidos nos Pregões, junto à Casa Civil. Elaborou os instrumentos legais requeridos aos procedimentos licitatórios (editais, contratos, modelos de atestado de vistoria, capacidade técnica, termo aditivo, advertências, etc.) e a instrução dos respectivos processos. Instruiu os processos quanto à decisão da modalidade a ser utilizada nos procedimentos licitatórios. Contou com a participação efetiva de seus funcionários, nas licitações, na condição de Subscritor de Edital, Pregoeiro e Equipe de Apoio. Forneceu todos os subsídios indispensáveis para a elaboração do relatório de compras e contratações realizadas no exercício anterior, assim como a elaboração e confecção das tabelas.

CENTRO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - Realizou análises da composição dos estoques tendo em vista a verificação das necessidades efetivas da Pasta; Fixou níveis de estoques, efetuou pedidos de compra para formação ou reposição do estoque, efetuou o controle do atendimento pelos fornecedores das encomendas efetuadas, comunicando, ao órgão responsável pela aquisição e ao órgão requisitante, os atrasos e outras irregularidades cometidas; recebeu, conferiu, guardou e distribuiu, mediante requisição, os materiais adquiridos; manteve atualizados os registros de entrada e saída e de valores dos materiais em estoque; realizou balancetes mensais e inventários, físicos e de valor, do material estocado; elaborou levantamento estatístico de consumo anual para orientar a elaboração do Orçamento; elaborou a relação de materiais considerados excedentes ou em desuso; cadastrou e chapeou o material permanente recebido e os bens pertencentes aos acervos dos equipamentos culturais; registrou a movimentação de bens móveis, providenciou a baixa patrimonial e o seguro dos bens móveis e imóveis; procedeu, periodicamente, o inventário de todos os bens móveis constantes do cadastro, providenciou e controlou as locações de imóveis que se fizerem necessárias; promoveu medidas administrativas necessárias ao controle dos bens patrimoniais, incluindo acervos. Implantação em andamento, dos Sistemas Informatizados de Controles de Patrimônio e Almoxarifado, adquiridos através da PRODESP. Reorganização e readequação dos espaços físicos, de Unidades da Pasta, para melhor aproveitamento das instalações do prédio Sede.

III-NÚCLEO DE TRANSPORTES - O Núcleo de Transportes, do Departamento de Administração, é órgão setorial do Sistema de Administração dos Transportes Internos Motorizados nesta Pasta, e presta, também, serviços de órgão subsetorial no âmbito da Pasta.

NÚCLEO DE MANUTENÇÃO - Tem por responsabilidade zelar pelo bom estado de conservação do Prédio Sede, de suas instalações, móveis, objetos e equipamentos, aparelhos e das instalações hidráulicas e elétricas, adotando as providências necessárias para sua manutenção ou substituição; através de verificações periódicas.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – Os projetos desenvolvidos ao longo de 2017 foram:

- Desenvolvimento do módulo de BI do Sistema de Monitoramento e Avaliação – SMAC
- Continuidade da implementação do sistema SMAC com a inclusão de novas funcionalidades de mensuração, chek-list de ações das OSs e relatórios
- Ampliação de funcionalidades do controle do fluxo gerencial dos projetos no sistema ProAC ICMS e ProAC Editais e reescrita total do sistema ProAC ICMS utilizando nova tecnologia e arquitetura de sistema
- Desenvolvimento da Prestação de Contas On-line para os projetos do ProAC ICMS, com previsão de implantação em fevereiro de 2018
- Desativação do antigo Portal da Cultura
- Consolidação do Portal da Transparência da Cultura

- Suporte técnico a usuários e suporte técnico aos novos sites implementados ao longo do exercício

Principais atividades voltadas ao suporte e modernização da infraestrutura

- Implantação de novos sistemas de segurança de acesso aos sistemas de informações e de rede com a introdução de WAF (Web Application Firewall)
- Introdução do conceito de monitoramento de segurança de sistemas na modalidade 24x7 (24 horas por dia e 7 dias por semana)
- Remodelação da rede WIFI com a instalação de novos equipamentos e sistemas de controle e segurança de acesso
- Atualização de software de end-points
- Implementação da reestruturação da árvore de controle dos servidores de rede e do sistema de controle de usuários

Programa 1218 - Fomento Cultural e Economia Criativa

Ação 5450 - Prêmio Estímulo à Produção Cultural

Visa estimular a produção de filmes em curta-metragem, gênero que funciona como porta de entrada para o cinema e para a linguagem do audiovisual. A seleção pública dos projetos é realizada por meio de edital. Em 2017 foram selecionados 10 prêmios de R\$ 84.600,00, o processo está em andamento. O investido no programa foi de R\$ 846.000,00, em recursos próprios, que contemplam as primeiras parcelas dos prêmios de 2017 e as segundas parcelas dos 14 prêmios do ano 2016. Ao todo, foram registradas 265 inscrições em 2017. Ação realizada diretamente pela Secretaria.

Ação 1986 - ProAC – Programa de Ação Cultural

O apoio a projetos e espaços culturais independentes – incluindo a criação, circulação/ difusão, publicações e mapeamento da produção cultural – é um dos pilares da atuação da Secretaria da Cultura. O Programa de Ação Cultural (ProAC) utiliza tanto recursos orçamentários quanto não orçamentários para atingir este fim.

ProAC Editais (recursos orçamentários) - Em recursos orçamentários, foram investidos aproximadamente R\$ 27,3 milhões em prêmios para projetos selecionados por meio de 43 diferentes concursos e contemplou as primeiras parcelas dos prêmios de 2017 e as segundas parcelas dos prêmios de 2016, e cerca de R\$ 1,5 milhão no pagamento das comissões de avaliação. Com um total de 5218 inscrições de 228 cidades do Estado, o ProAC Editais contemplou 416 projetos das mais variadas linguagens e propostas, entre eles, 236 projetos de 90 municípios paulistas, fora a Capital.

SEGMENTOS	EDITAIS PROAC 2017		número inscritos 2017	número prêmios 2017	valor prêmio 2017	valor total 2017	valor total segmento
Teatro	01/2017	PRODUÇÃO DE ESPETÁCULO INÉDITO E TEMPORADA DE TEATRO - Mód. 1 (PJ)	231	14	R\$ 85.000,00	R\$ 2.150.000,00	R\$ 3.970.000,00
		PRODUÇÃO DE ESPETÁCULO INÉDITO E TEMPORADA DE TEATRO - Mód. 2 (PJ)	97	6	R\$ 160.000,00		
	02/2017	CIRCULAÇÃO DE ESPETÁCULO DE TEATRO (PJ)	222	14	R\$ 105.000,00	R\$ 1.470.000,00	
	03/2017	PRIMEIRA OBRA DE PRODUÇÃO DE ESPETÁCULO E TEMPORADA DE TEATRO (PF)	152	10	R\$ 35.000,00	R\$ 350.000,00	
Dança	04/2017	PRODUÇÃO DE ESPETÁCULO INÉDITO E TEMPORADA DE DANÇA (PJ)	80	8	R\$ 105.000,00	R\$ 840.000,00	R\$ 1.960.000,00
	05/2017	CIRCULAÇÃO DE ESPETÁCULO DE DANÇA (PJ)	94	8	R\$ 105.000,00	R\$ 840.000,00	
	06/2017	PRIMEIRA OBRA DE PRODUÇÃO DE ESPETÁCULO INÉDITO E TEMPORADA DE DANÇA (PF)	45	8	R\$ 35.000,00	R\$ 280.000,00	

SEGMENTOS	EDITAIS PROAC 2017	número inscritos 2017	número prêmios 2017	valor prêmio 2017	valor total 2017	valor total segmento	SEGMENTOS
Artes Cênicas	07/2017	PRODUÇÃO DE ESPETÁCULO INÉDITO E TEMPORADA DE ARTES CÊNICAS PARA O PÚBLICO INFANTIL E/OU JUVENIL (PJ)	156	12	R\$ 85.000,00	R\$ 1.020.000,00	R\$ 3.090.000,00
	08/2017	CIRCULAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE ARTES CÊNICAS PARA O PÚBLICO INFANTIL E/OU JUVENIL (PJ)	159	12	R\$ 85.000,00	R\$ 1.020.000,00	
	09/2017	CIRCULAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE ARTES CÊNICAS PARA RUA (PJ)	111	10	R\$ 105.000,00	R\$ 1.050.000,00	
Circo	10/2017	PRODUÇÃO, APRIMORAMENTO DE ESPETÁCULO E/OU MANUTENÇÃO DE CIRCO DE LONA (PJ)	19	6	R\$ 60.000,00	R\$ 360.000,00	R\$ 1.200.000,00
	11/2017	MONTAGEM DE ESPETÁCULO E TEMPORADA E/OU CIRCULAÇÃO DE GRUPO DE CIRCO (PJ)	83	10	R\$ 60.000,00	R\$ 600.000,00	
	12/2017	PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DE NÚMERO CIRCENSE (PF)	140	16	R\$ 15.000,00	R\$ 240.000,00	
Festivais	13/2017	FESTIVAIS DE ARTES I (PJ)	84	8	R\$ 55.000,00	R\$ 440.000,00	R\$ 2.660.000,00
	30/2017	FESTIVAIS DE ARTES II - Mód 1 (PJ)	149	12	R\$ 95.000,00	R\$ 2.220.000,00	
		FESTIVAIS DE ARTES II - Mód 2 (PJ)		6	R\$ 180.000,00		
Artes Visuais	15/2017	ARTES VISUAIS - OBRAS E EXPOSIÇÕES (PF)	263	10	R\$ 50.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 820.000,00
	17/2017	ESPAÇOS INDEPENDENTES VINCULADOS ÀS ARTES VISUAIS (PJ)	41	4	R\$ 80.000,00	R\$ 320.000,00	
Museus	18/2017	DIFUSÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS (PF)	42	8	R\$ 30.000,00	R\$ 240.000,00	R\$ 1.040.000,00
	19/2017	PRESERVAÇÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS (PF)	61	8	R\$ 75.000,00	R\$ 600.000,00	
	14/2017	ARQUIVO - DIFUSÃO DE ARQUIVOS HISTÓRICOS (PJ)	10	2	R\$ 50.000,00	R\$ 100.000,00	
	16/2017	EDITAL DE ARQUIVO - PRESERVAÇÃO DE ARQUIVOS HISTÓRICOS (PJ)	13	2	R\$ 50.000,00	R\$ 100.000,00	
Música	20/2017	CIRCULAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE MÚSICA POPULAR - Mód 1 (PJ)	64	6	R\$ 80.000,00	R\$ 960.000,00	R\$ 2.080.000,00
		GRAVAÇÃO DE ALBÚM INÉDITO DE MÚSICA POPULAR COM APRESENTAÇÃO - Mód 2 (PJ)	163	6	R\$ 80.000,00		
	21/2017	GRAVAÇÃO DE ALBÚM INÉDITO E APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE MÚSICA POPULAR INSTRUMENTAL (PJ)	111	10	R\$ 80.000,00	R\$ 800.000,00	
	22/2017	GRAVAÇÃO DE ALBÚM INÉDITO E APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE MÚSICA ERUDITA (PJ)	34	4	R\$ 80.000,00	R\$ 320.000,00	

SEGMENTOS	EDITAIS PROAC 2017	número inscritos 2017	número prêmios 2017	valor prêmio 2017	valor total 2017	valor total segmento	SEGMENTOS
Cultura e Cidadania	23/2017	PROMOÇÃO DA CULTURA POPULAR E TRADICIONAL (PF)	146	12	R\$ 40.000,00	R\$ 480.000,00	R\$ 3.000.000,00
	24/2017	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA CULTURAS INDÍGENAS (PF)	33	12	R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00	
	25/2017	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DAS CULTURAS NEGRAS (PF)	194	12	R\$ 40.000,00	R\$ 480.000,00	
	26/2017	PROMOÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	194	12	R\$ 40.000,00	R\$ 480.000,00	
	27/2017	SARAUS CULTURAIS (PF)	92	10	R\$ 40.000,00	400.000,00	
	28/2017	HIP HOP (PF)	115	14	R\$	R\$	
	29/2017	ECONOMIA CRIATIVA - estudos sobre economia criativa e economia da cultura, MODA, GATRONOMIA, ARTESANATO, CULTURA DIGITAL (PF)	155	12	R\$ 30.000,00	R\$ 360.000,00	
Literatura	31/2017	INCENTIVO PARA CRIAÇÃO E PUBLICAÇÃO - PROSA (PF) - Mód 1	108	5	R\$ 25.000,00	R\$ 250.000,00	
		INCENTIVO PARA CRIAÇÃO E PUBLICAÇÃO - PROSA (PF) - Mód 2	72	5	R\$ 25.000,00		
	32/2017	INCENTIVO PARA CRIAÇÃO E PUBLICAÇÃO - POESIA (PF) - Mód 1	37	2	R\$ 25.000,00	R\$ 100.000,00	
		INCENTIVO PARA CRIAÇÃO E PUBLICAÇÃO - POESIA (PF) - Mód 2	51	2	R\$ 25.000,00		
	33/2017	INCENTIVO PARA CRIAÇÃO E PUBLICAÇÃO - INFANTIL E/OU JUVENIL (ILUSTRADOR) (PF) - Mód 1	137	4	R\$ 25.000,00	R\$ 200.000,00	
		INCENTIVO PARA CRIAÇÃO E PUBLICAÇÃO - INFANTIL E/OU JUVENIL (PF) -Mód 2	51	4	R\$ 25.000,00		
	34/2017	INCENTIVO PARA CRIAÇÃO E PUBLICAÇÃO- TEXTO DE DRAMATURGIA (PF) - Mód 1	76	5	R\$ 25.000,00	R\$ 250.000,00	
		INCENTIVO PARA CRIAÇÃO E PUBLICAÇÃO- TEXTO DE DRAMATURGIA - Mód 2	38	5	R\$ 25.000,00		
	35/2017	criação e publicação de história em quadrinhos (PF) - Mód 1	92	7	R\$ 40.000,00	R\$ 560.000,00	
		criação e publicação de história em quadrinhos (PF) - Mód 2	67	7	R\$ 40.000,00		
36/2017	ESTÍMULO À LEITURA EM IBLIOTECAS MUNICIPAIS (PJ)	78	10	R\$ 20.000,00	R\$ 200.000,00		
Multidisciplinar	37/2017	APRIMORAMENTO ARTÍSTICO (PF)	148	10	R\$ 20.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 2.660.000,00
	38/2017	TERRITÓRIO DAS ARTES - Mód. 1 - PJ	65	10	R\$ 100.000,00	R\$ 1.900.000,00	
		TERRITÓRIO DAS ARTES - Mód. 2 - PJ	60	6	R\$ 150.000,00		
	40/2017	ARTES INTEGRADAS - PF	312	10	R\$ 40.000,00	R\$ 400.000,00	
41/2017	PUBLICAÇÕES CULTURAIS - PJ/PF	127	4	R\$ 40.000,00	R\$ 160.000,00		

SEGMENTOS	EDITAIS PROAC 2017	número inscritos 2017	número prêmios 2017	valor prêmio 2017	valor total 2017	valor total segmento	SEGMENTOS
Audiovisual	42/2017	DESENVOLVIMENTO DE AUDIOVISUAL (AÇÕES DE FOMENTO) (PJ)	87	8	R\$ 55.000,00	R\$ 440.000,00	R\$3.440.000,00
	43/2017	Produção de Longa Metragem - complementação (PJ)	20	4	R\$ 500.000,00	R\$ 2.000.000,00	
	44/2017	Finalização de Longa Metragem (PJ)	40	4	R\$ 250.000,00	R\$ 1.000.000,00	
Audiovisual		EDITAL - PRÊMIO ESTÍMULO DE CURTA-METRAGEM - 2017	265	10	R\$ 84.600,00	R\$ 846.000,00	R\$ 846.000,00
		Fomento ao cinema Paulista modulo I	82	6	R\$ 750.000,00	R\$ 4.500.000,00	R\$6.000.000,00
		Fomento ao cinema Paulista modulo II	43	4	R\$ 375.000,00	R\$ 1.500.000,00	

Ação 2304 - Pontos de Cultura

Por solicitação do Ministério da Cultura, o programa não foi realizado em 2017 em função de revisões da legislação pertinente.

Programa Fomento ao Cinema Paulista – Realizado em parceria com a Sabesp, utiliza recursos de incentivos fiscais, de empresas públicas do Estado de São Paulo, através das Leis do Audiovisual e Rouanet. A Secretaria da Cultura é responsável pela coordenação do processo seletivo. As inscrições de 2017 encerraram-se no dia 20 de outubro. Foram 125 inscritos, divididos em dois módulos: 6 prêmios com valor de R\$ 750.000,00 e 4 prêmios com valor de R\$ 375.000,00 para produção de projetos cinematográficos de longa-metragem.

Programas Realizados pelas Fundações

Programa 1221 - Integração das Culturas Latino Americanas

Este programa tem como objetivo divulgar e intercambiar a cultura dos países latino-americanos e promover sua integração às atividades intelectuais do Estado de São Paulo, especialmente estreitar as relações culturais, políticas, econômicas e sociais entre os povos latino-americanos, constituindo-se em um instrumento concreto de colaboração técnica, econômica, social e cultural; coordenando iniciativas internacionais de alcance continental que representem interesses dos povos latino-americanos.

Ação 4043 - Promoção de Atividades Culturais

Ao longo do exercício foram desenvolvidas diversas atividades culturais relativas à América Latina, a saber:

Reinauguração do Auditório Simón Bolívar, em 15/12/2017, com apresentação da “Jazz Sinfônica”; apresentação da “Jazz Sinfônica & Divas – Uma homenagem a Elza Soares”; Jazz Sinfônica e coral “Menino Gigante – O Musical”; Exposição Rá-Tim-Bum, O Castelo; 12º Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo; 11ª Festa Multicultural da Comunidade Boliviana; Festa de Independência da Colômbia – Recepção ao Embaixador e apresentação musical; Festa do Carnaval da Comunidade Boliviana; Comemoração do Dia Nacional da Argentina; Exposição Brasil e México através das suas Bandeiras, Hinos e História; Dia dos Mortos, em parceria com o Consulado do México; Festa de Alasitas, com a comunidade Boliviana; Mostra de Cinema e Conferências “Israel no Memorial”; Caminhada do Tango; Recepção a Exma. Ministra Hranush Hakobyan da República da Armênia; Lançamento da “IV Bienal Internacional de Graffiti Fine Art”; “Premiação de cobertura jornalística sobre temas humanitários – CICV”; Exposição Numismática, em parceria com o Banco Central; Projeto Quinta Musical, com apresentação de música autoral popular brasileira, uma vez por mês, de maio a novembro; Projeto Música na Biblioteca, com apresentação de música de câmara, uma vez por semana, de abril a dezembro; Jazz na Rua; “Festival Sons da Rua”; 21º Cultura Inglesa Festival; Popload Festival; Projeto Novos Talentos no Memorial de janeiro a dezembro; Cerimônia de Lavagem da Mão; Evento Comemoração ao 47º Aniversário do 4º Batalhão da Polícia Militar Metropolitana;

Celebração do Dia Mundial do Doador de Sangue; Projeto Feira Gastronômica no Memorial com: Festival do Pastel; Festival do Camarão e Peixes; Festival de Churros; 1º Festival de Yakisoba; Festival de Sopas; Festival do Hamburguer; - Festival de Comida Alemã; Festival do Bacon; Festival do Camarão; Festival da Batata; Festival de Churrasco; 1º Festival do Frango; Semana Mesa São Paulo; “Festival Origem” – Editora Globo; Corrida e Caminhada das Américas; Pedalada Beneficente Bike Amigo; Pedalada Beneficente Bike Amigo – Sampa Bikers Mulher; Corrida e caminhada “Halloween Run”; “Circuito Transformar”; Pedal de Natal; Corrida Fantasy Run; Music Run – Etapa Rock; Track & Field Night Run Pompéia; Rolling Stone Music Run Etapa 1; Gillette Body Run; Filmagem da Campanha da Avon; Filmagem exposição Heineken; Filmagem Nissan; Filmagem longa-metragem “Jamais estive tão segura de mim mesma”; Filmagem reality show Power Couple Brasil; Exibição do Filme “Alien, o 8º Passageiro (1979)”; Ensaio fotográfico de coleção institucional Trimix; Sessão fotográfica para divulgação em imprensa especializada e a propaganda veículo Ford Fiesta 2018; Sessão de fotos para a empresa Uber; Evento em Comemoração ao Aniversário do Pégasus Moto Clube; Carnaval na Praça; “Saideira de Carnaval”; Festa Julina; “Lançamento Nova Discovery – Land Rover”; Espetáculo “Esse Castelo Será Meu!!!”; Espetáculo teatral infantil “Os Três Porquinhos e o Lobo”; Espetáculo teatral “Louca Terapia”; Espetáculo teatral “Pluft, o Fantasminha”; Programa Dia C – Dia Internacional do Cooperativismo; Campeonato Noturno de Pipas – Kite in Night; II Encontro Urban Sketchers do Brasil; Kite in night – Campeonato de Pipas; XI Encontro Paulista de Hip Hop; I Seminário Nacional de Crianças e Adolescentes com Familiares Encarcerados: “Invisíveis até quando?”; Mulherão Fashion Tour; e lançamento da “IV Bienal Internacional de Graffiti Fine Art”.

Número de Frequentadores no ano: 2.503.428

Ação 5470 - Apoio Técnico Administrativo

Conclusão das obras de restauro do Auditório Simón Bolívar; Pintura dos gradis e muretas de fechamento do Memorial da América Latina através do Programa Via Fácil; Reavaliações contratuais com o objetivo de diminuição dos gastos de custeio; Continuidade do Programa de Eficiência Energética (redução de mais 10% no consumo de energia); Substituição da tubulação de incêndio na Praça Cívica, pelo sistema “Pipe bursting” (sistema não destrutível); e administração, manutenção do Complexo arquitetônico do Memorial da América Latina.

Ação 5790 - Cátedra Memorial da América Latina

Ausência de atividades realizadas no exercício decorrente da exígua dotação orçamentária no exercício, inviabilizando qualquer programa de pesquisa ou docência.

Ação 5791 - Centro de Estudos da América Latina

Diversas atividades propondo a discussão de relevantes temas por meio de seminários e exposições temáticas, a saber: Programa de Extensão Realidade Latino-americana; Simpósio “O papel das escritoras na literatura: a produção literária ontem e hoje”; Simpósio “A Solidão da América Latina na indústria jornalística brasileira: a produção jornalística Latino-Americana contemporânea”; Mesa Redonda “Língua e sociedade no Brasil, um debate histórico e político”; Simpósio “Homenagem a Antonio Candido”; Bienal Internacional de Arte contemporâneo de América del Sur denominada “El Mundo Cabe en una Obra” BIENALSUR; Seminário Realidade Latino-Americano; Curso de história e história da literatura e das artes na América Latina; Exposição “Creative Collectibles”; Exposição “Refugiados da Casa de Passagem Terranova”; Lançamento do livro “Diário Vagulino – Desenhos das Quebradas”; Lançamento e exposição do livro “As aventuras do destemido Cavaleiro Laertes”; e Lançamento da **54ª Edição da Revista Nossa América**, em dezembro de 2017, que traz em seu bojo a apresentação de matérias com foco na cultura, história e atualidades latino-americanas.

Número de Frequentadores no ano: 162.544

Programa 1206 - Radio e Tv Educativa e Novas Mídias - Fundação Padre Anchieta

A Fundação Padre Anchieta é mantenedora da TV Cultura, Rádios Cultura FM e Cultura Brasil, Multicultura Educação, Univesp TV e TV Ra Tim Bum!. Entidade de direito privado, foi criada pelo governo do Estado de São Paulo e goza de autonomia intelectual, política e administrativa, com a finalidade de promover atividades de cunho educativo e cultural. Vem, há anos, contribuindo na transformação do País por meio de uma sublime programação, expressando a diversidade brasileira, socializando a produção do conhecimento e fortalecendo a prática dos conceitos de TV pública.

Durante o **ano de 2017**, a instituição conduziu com maestria e excelência suas atividades. Atualmente, a FPA demonstra um bom equilíbrio econômico e financeiro graças ao empenho e determinação de todas as equipes da instituição, permitindo-nos apresentar um resultado positivo. Destacamos aqui alguns exemplos.

A Área Administrativa e Financeira coordenou todo o processo de políticas e medidas econômicas traçadas no início do exercício. Com muita disciplina, assegurou o equilíbrio econômico que facilitou uma melhor execução orçamentária. O sucesso é consequência das ações contínuas que vêm acontecendo desde 2014, como a racionalização dos recursos e a redefinição de nossas operações, que passaram a funcionar com estruturas mais flexíveis e enxutas e estimularam a redução das despesas com pessoal.

Tivemos também várias reavaliações de nossos contratos de serviços terceirizados (apoio operacional, limpeza, vigilância, segurança, locomoção, informática, preparação de filmes, assessorias, consultorias etc), com efeito econômico satisfatório. O grande destaque foi o acompanhamento periódico de nossa diretoria executiva na construção e na mitigação de distorções econômicas da cadeia produtiva por meio do comitê gestor, avaliando e homologando os resultados semanalmente.

O Núcleo de Produção foi destaque na área musical, produzindo, por exemplo, a primeira temporada de Brasil Toca Choro, série que traça um panorama histórico do primeiro gênero de música instrumental urbana tipicamente brasileira. A área também ganhou visibilidade com a estreia do Momento Papo de Mãe, programa diário voltado às famílias, que apresenta sugestões sobre como lidar com o cotidiano das crianças na primeira infância, isto é, de zero a três anos. Outra estreia importante da casa foi o Campus em Ação, série realizada em parceria com mais de 30 universidades brasileiras. Ênfase, também, para a produção dos documentários Lygia – Uma Escritora Brasileira, Faro, um Senhor Menino e Inezita Barroso, que com título ainda provisório conta a história da grande dama da música caipira. Destacamos, ainda, a reformulação dos programas Persona em Foco, Café Filosófico e Metrópolis, todos com novos cenários, vinhetas, pacote gráfico e identidade visual. Para alguns desses e outros programas de grade, como Cartão Verde, Panorama, Repórter Eco, JC 1ª e 2ª Edição, Quintal da Cultura, Cultura Livre, Clássicos, Roda Viva e Sr. Brasil, foram produzidos mais de 1.400 conteúdos inéditos. Com isso, alcançamos em determinados horários a 4ª colocação no ranking de audiência das emissoras abertas.

No Núcleo de Conteúdo Musical, foram realizadas 37 gravações de concertos e espetáculos com as principais orquestras brasileiras e internacionais, coros e companhias de balé, exibidos aos sábados na faixa Clássicos. Vale ressaltar a transmissão digital ao vivo do concerto de abertura da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo e da gravação de orquestras e grupos internacionais, como Quarteto Emerson (Cultura Artística), Orquestra Sinfônica de Istambul (Mozarteum) e a décima primeira temporada do Programa Prelúdio.

Em 2017, a TV Cultura, principal veículo da FPA, exibiu cerca de 7.600 horas de programação. Desse total, 1.880 horas foram de programação inédita, o que representa 25% do que foi exibido e 65% correspondente à produção própria. A emissora permanece 24 horas por dia no ar, exceto em alguns domingos, quando a programação é interrompida por 6 horas durante a madrugada para realização de manutenções técnicas nos transmissores.

O canal TV Rá Tim Bum! – dedicado à programação infantil e credenciado como canal brasileiro de espaço qualificado – faz parte do line up de mais de 60 TV's por assinatura, incluindo as principais do mercado nacional (NET, Claro TV, Sky, Vivo TV, GVT, Oi TV e Neo TV), e fechou sua base em 2017 com mais de 11,2 milhões de assinantes em todo o País.

A UNIVESP TV é um dos instrumentos de apoio ao aprendizado dos alunos inscritos na Universidade Virtual do Estado de São Paulo. Canal digital da multiprogramação da TV Cultura, promoveu a exibição de conteúdos específicos para o aprendizado dos alunos de cursos regulares de graduação e pós-graduação. Além disso, ofereceu também programas de qualidade e de interesse geral da sociedade, no ar 19 horas por dia, com intervalo entre as duas e as sete horas da manhã. Já o canal TV Multicultura Educação (MCE), dedicado a assuntos de voltados à cultura e ao conhecimento, visa contribuir com a qualidade da educação básica e com a popularização do acesso ao conhecimento.

A Cultura FM, única rádio de São Paulo com uma programação voltada predominantemente para a música de concerto, comemorou, em 2017, quatro décadas de atividade. Durante meses, foram levados ao ar programas especiais e gravações históricas do acervo, que comemoraram os 40 anos da emissora. Também em homenagem à data, foi realizado um concerto especial na Sala São Paulo no mês de julho, que contou com os músicos, apresentadores e jornalistas que fizeram ou fazem parte da programação.

Já a Cultura AM continua prestigiando o melhor da música brasileira e buscando seu espaço na internet e nas redes sociais. Durante o ano, estreou programas como Grêmio Cultura, Circuito, Brasis e Música Regional Brasileira.

Nossas Mídias Digitais expandiram ainda mais a presença da TV Cultura no universo online. Além da democratização do acesso aos conteúdos produzidos pela emissora e ao seu acervo por meio da disponibilização gratuita de vídeos, artes e textos na internet, o setor concentrou um grande esforço no desenvolvimento de conteúdos exclusivos para as plataformas digitais, tanto para divulgar as principais marcas da instituição, quanto para oferecer aos internautas alternativas de qualidade. Outro avanço da área foi a inauguração de um estúdio digital, com equipamentos estruturados especialmente para as produções online.

A área de Aquisições, responsável pela pesquisa e pelas negociações de produções televisivas, manteve seus esforços nas parcerias voltadas à programação infantil. A grande parceria do ano foi a aquisição de duas produções nacionais da Mauricio de Sousa Produções, Turma da Mônica clássica e Turma da Mônica Toy. Também destacamos títulos voltados ao público adulto, como as séries Vamos Pedalar, Minidocs e muitos outros.

Já Cultura Marcas, área responsável pelo processo de construção, fortalecimento e licenciamento de nossas marcas, desenvolveu no período de 2017 projetos que merecem destaque. São exemplos a exposição Rá Tim Bum, O Castelo, o musical Castelo Rá-Tim-Bum e a peça teatral Admirável Nino Novo.

O Núcleo de Educação manteve a ressignificação da programação da MCE-TV com destaque para o programa Tá Certo?, desenvolvido e elaborado junto à área de Conteúdo e Captação e lançado em setembro de 2017. Além disso, foram criadas e desenvolvidas as séries O Desafio e Era uma Vez, que propõem divulgar os direitos e deveres dos jovens, baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovados pelo CONDECA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – e liberados para a captação.

A Rede da TV Cultura, reconhecida como Rede Nacional pela ANATEL, ampliou em 2017 a distribuição de seu sinal por todo o País, marcando presença em 2.115 municípios de 26 estados brasileiros e alcançando 137 milhões de habitantes. Além da distribuição do sinal, da expansão e da cooperação com emissoras públicas e educativas de todo o Brasil, a TV Cultura proporciona a produção e a transmissão de conteúdo televisivo que caracteriza a cultura nacional, como o 52º Festival Folclórico de Parintins e a criação da faixa Cultura Regional, que evidencia a ótima qualidade de produção das emissoras afiliadas na grade da TV Cultura.

Nossos investimentos foram basicamente aplicados no projeto de construção e montagem de nossa planta digital, concentrando parte desses recursos nas aquisições de equipamentos essenciais para o processo de digitalização. Timidamente, destinamos alguns recursos para modernização da infraestrutura, priorizamos uma modesta expansão e padronizamos nossas manutenções, corretivas e preventivas, atendendo às expectativas com menor custo e variação possível.

Em resumo, 2017 salienta a capacidade produtiva da Fundação Padre Anchieta. O desdobrar estratégico foi o ponto crucial para que nossos colaboradores conseguissem acompanhar o trabalho, qualquer que fosse, e estabelecer a relação entre o cotidiano e a estratégia da TV. Com muita disciplina, profissionalismo e simplicidade, cumpriram-se, com êxito, todas as ações estabelecidas. Mais do que isso, fomos responsáveis por produções de mais alta qualidade. O TERRADOIS, por exemplo, foi agraciado como o Melhor Programa de Televisão do Ano pela APCA, enquanto o Especial 40 Anos de Cultura FM recebeu o Grande Prêmio da Crítica, reforçando a importância da única emissora brasileira de rádio dedicada à música erudita.

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

10000 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	12.040.107.716,00	12.482.337.557,15	11.937.119.339,70	288.397.060,97	12.225.516.400,67	12.128.677.332,77
Pessoal e Encargos Sociais	8.404.870.368,00	8.106.251.776,38	8.066.518.077,65	0,00	8.066.518.077,65	8.171.216.393,72
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.635.237.348,00	4.376.085.780,77	3.870.601.262,05	288.397.060,97	4.158.998.323,02	3.957.460.939,05
Despesas de Capital	311.545.888,00	514.722.369,00	382.819.397,63	46.839.565,76	429.658.963,39	444.735.197,20
Investimentos	221.545.888,00	383.722.369,00	252.146.532,73	46.839.565,76	298.986.098,49	314.062.332,30
Inversões Financeiras	90.000.000,00	131.000.000,00	130.672.864,90	0,00	130.672.864,90	130.672.864,90
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	12.351.653.604,00	12.997.059.926,15	12.319.938.737,33	335.236.626,73	12.655.175.364,06	12.573.412.529,97

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

10000 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0100 - Apoio Administrativo	1.692.215.496,00	2.736.963.035,36	2.604.080.848,07	83.900.584,79	2.687.981.432,86	2.639.758.251,59
Despesas Correntes	1.689.615.486,00	2.718.268.868,36	2.587.438.538,21	81.858.759,75	2.669.297.297,96	2.629.129.659,88
Despesas de Capital	2.600.010,00	18.694.167,00	16.642.309,86	2.041.825,04	18.684.134,90	10.628.591,71
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	15.919.656,00	15.849.656,00	15.842.358,01	0,00	15.842.358,01	15.879.448,27
Despesas Correntes	15.919.656,00	15.849.656,00	15.842.358,01	0,00	15.842.358,01	15.879.448,27
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1015 - Fortalecimento da Competitividade Territorial e Regional	3.087.570,00	5.901.194,00	5.011.297,38	0,00	5.011.297,38	5.023.898,07
Despesas Correntes	3.087.550,00	3.616.614,00	3.146.967,85	0,00	3.146.967,85	3.159.568,54
Despesas de Capital	20,00	2.284.580,00	1.864.329,53	0,00	1.864.329,53	1.864.329,53
1021 - Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Estado de São Paulo	195.442.237,00	211.494.668,00	185.830.248,64	6.744.801,93	192.575.050,57	185.605.783,33
Despesas Correntes	192.575.227,00	199.010.109,00	181.427.668,71	195.105,83	181.622.774,54	179.430.959,75
Despesas de Capital	2.867.010,00	12.484.559,00	4.402.579,93	6.549.696,10	10.952.276,03	6.174.823,58

1027 - Inovação para a Competitividade	156.812.868,00	49.465.835,00	43.250.094,33	0,00	43.250.094,33	41.593.618,56
Despesas Correntes	90.812.868,00	30.357.421,00	26.267.169,67	0,00	26.267.169,67	24.949.370,42
Despesas de Capital	66.000.000,00	19.108.414,00	16.982.924,66	0,00	16.982.924,66	16.644.248,14
1038 - Fomento ao Ensino Profissionalizante	64.866.746,00	61.038.054,00	50.884.855,94	0,00	50.884.855,94	39.362.023,76
Despesas Correntes	64.866.746,00	61.038.054,00	50.884.855,94	0,00	50.884.855,94	39.362.023,76
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1039 - Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica	2.322.529.725,00	2.330.718.917,48	2.208.606.446,86	31.743.912,65	2.240.350.359,51	2.219.078.526,40
Despesas Correntes	2.214.874.837,00	2.214.071.016,48	2.157.602.795,60	12.179.123,78	2.169.781.919,38	2.132.827.187,27
Despesas de Capital	107.654.888,00	116.647.901,00	51.003.651,26	19.564.788,87	70.568.440,13	86.251.339,13
1040 - Via Rápida Empresa	93.973.847,00	102.531.085,00	88.202.078,47	182.472,50	88.384.550,97	82.942.025,96
Despesas Correntes	91.473.847,00	100.031.085,00	86.004.565,27	182.472,50	86.187.037,77	82.636.954,56
Despesas de Capital	2.500.000,00	2.500.000,00	2.197.513,20	0,00	2.197.513,20	305.071,40
1042 - Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais Universitários	1.264.384.303,00	1.327.031.239,28	1.274.988.802,38	28.663.368,73	1.303.652.171,11	1.301.933.856,70
Despesas Correntes	1.258.384.303,00	1.325.414.063,28	1.273.651.427,07	28.550.662,59	1.302.202.089,66	1.298.988.296,24
Despesas de Capital	6.000.000,00	1.617.176,00	1.337.375,31	112.706,14	1.450.081,45	2.945.560,46
1043 - Ensino Público Superior	5.314.201.440,00	4.723.903.323,03	4.573.478.282,27	64.001.486,13	4.637.479.768,40	4.784.409.468,62
Despesas Correntes	5.282.277.480,00	4.619.517.751,03	4.499.336.281,92	45.430.936,52	4.544.767.218,44	4.678.734.948,90
Despesas de Capital	31.923.960,00	104.385.572,00	74.142.000,35	18.570.549,61	92.712.549,96	105.674.519,72
1044 - Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia	1.224.323.477,00	1.427.823.477,00	1.265.806.234,97	120.000.000,00	1.385.806.234,97	1.253.578.783,55
Despesas Correntes	1.132.323.477,00	1.190.823.477,00	1.051.559.521,44	120.000.000,00	1.171.559.521,44	1.039.332.070,02
Despesas de Capital	92.000.000,00	237.000.000,00	214.246.713,53	0,00	214.246.713,53	214.246.713,53
2305 - Fomento ao Trabalho Artesanal	3.896.239,00	4.339.442,00	3.957.190,01	0,00	3.957.190,01	4.235.458,11
Despesas Correntes	3.896.239,00	4.339.442,00	3.957.190,01	0,00	3.957.190,01	4.235.458,11
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4302 - Ensino Público Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.387,05
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.387,05
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	12.351.653.604,00	12.997.059.926,15	12.319.938.737,33	335.236.626,73	12.655.175.364,06	12.573.412.529,97

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Este relatório gerencial individualizado contém dados e informações sobre os programas de governo executados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência Tecnologia e Inovação, na conformidade das disposições da Lei Orçamentária Anual de 2017 (Lei Nº 16.347 de 29 de dezembro de 2016), incluindo:

- Demonstrativos financeiros que contêm o valor da dotação inicial de cada programa, bem como valor empenhado, liquidado e pago + pago de restos a pagar.
- Relatórios gerenciais que contêm a descrição resumida de cada programa, suas principais ações, bem como o órgão da Secretaria ou a entidade vinculada responsável por sua execução.

Os programas executados em 2017 pela Secretaria e por suas entidades vinculadas foram os seguintes:

- 1015 Fortalecimento da Competitividade Territorial e Regional;**
- 1021 Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Estado de São Paulo;**
- 1027 Inovação para a Competitividade;**
- 1038 Fomento ao Ensino Profissionalizante;**
- 1039 Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica;**
- 1040 Via Rápida Empresa;**
- 1042 Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais;**
- 1043 Ensino Público Superior;**
- 1044 Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia;**
- 2305 Fomento ao Trabalho Artesanal;**

Constituem campo funcional da Secretaria (I) a formulação, a implantação e a coordenação da execução de políticas públicas voltadas à promoção da inovação tecnológica e à garantia do crescimento econômico sustentável do Estado; (II) a proposição de políticas e diretrizes para o ensino superior, em todos os seus níveis; (III) a coordenação e a implementação de ações de competência do Estado com vista à formação de recursos humanos no âmbito do ensino superior; (IV) o intercâmbio de informações e a colaboração técnica com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais; (V) o desenvolvimento e a implementação de sistemas de informações destinadas a orientar as instituições de ensino médio diante das dificuldades encontradas pelos alunos nos cursos de formação universitária; e (VI) o fomento ao artesanato no Estado. (Decreto Nº 59.773, de 19 de novembro de 2013)

Estrutura Básica:

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação tem a seguinte estrutura básica:

Subsecretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SCTI: coordena as ações de estímulo às atividades de ciência, tecnologia e inovação - CT&I no Estado. Promove a aproximação do setor produtivo com os centros de conhecimento e mantém diálogo permanente junto à comunidade científica para criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento de novos estudos e projetos acadêmicos. É responsável pelos Programas 1026 -Assistência e Apoio ao Investidor e 1027 - Inovação para a Competitividade.

Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa -SEMPE: promove ações direcionadas ao desenvolvimento do empreendedorismo, em especial por meio de iniciativas dirigidas às microempresas e empresas de pequeno porte, estabelecendo parcerias com órgãos públicos e privados, visando à agilização de procedimentos de instalação, regularização, recuperação e crescimento de microempresas e empresas de pequeno porte. É responsável pelo Programa 1040 - Via Rápida Empresa.

Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades -SUTACO: tem como atribuições realizar, no âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro - PAB, a coordenação estadual do artesanato; fomentar o artesanato como atividade econômica estratégica para geração de renda e desenvolvimento regional e como ferramenta de inclusão social e adotar as medidas necessárias à valorização do artesanato paulista.

Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial - CDRT: promove ações voltadas ao desenvolvimento homogêneo do Estado São Paulo; à identificação e potencialização das vocações regionais e ao incentivo do empreendedorismo, especialmente por meio de ações coletivas voltadas ao desenvolvimento sustentável. É responsável pelo Programa 1015 -Fortalecimento da Competitividade Territorial e Regional.

Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante - CETTPro: promove ações voltadas ao aprimoramento e à expansão do ensino técnico, tecnológico e profissionalizante no Estado de São Paulo, além de propor políticas de execução de programas, ações e projetos relativos à formação de profissionais de nível médio. É responsável pelo Programa 1038 -Fomento ao Ensino Profissionalizante.

Coordenação de Ensino Superior - CES: promove ações voltadas ao aprimoramento e à expansão do ensino superior no Estado de São Paulo; sugere políticas e executa programas voltados à formação de profissionais qualificados, de modo a contemplar as necessidades da população e as demandas do mercado de trabalho; realiza e fomenta a elaboração de estudos e diagnósticos no campo do ensino superior; mantém diálogo permanente com a comunidade científica, visando a um desenvolvimento articulado do ensino superior no Estado; apoia programas, projetos e ações voltados à melhoria do ensino superior no âmbito do Estado. É responsável pelo Programa 1041-Promoção e Desenvolvimento do Ensino Superior.

Órgãos Vinculados

Instituições de Ensino Superior:

- **Universidade de São Paulo - USP;**
- **Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP;**
- **Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -UNESP;**
- **Faculdade de Medicina de Marília -FAMEMA;**
- **Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto -FAMERP;**
- **Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo -UNIVESP.**

Trata-se de Autarquias de Regime Especial, exceto a Fundação UNIVESP, que executam os Programas 1039- Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológico; 1041 -Promoção e Desenvolvimento do Ensino Superior; 1042 - Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais; 1043 -Ensino Público Superior.

Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS: é uma autarquia de regime especial de reconhecida excelência na formação de recursos humanos qualificados, oferecendo ensino médio, técnico, técnico integrado ao médio e graduação tecnológica gratuitos. O Centro Paula Souza é vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI) e está presente em aproximadamente 300 municípios no Estado de São Paulo. O CEETEPS, em parceria com as prefeituras e o setor produtivo, por meio de suas Unidades, garante excelente mão de obra e é um importante instrumento de inclusão social.

Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN: é uma autarquia estadual gerida técnica e administrativamente pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Também está associado à Universidade de São Paulo (USP) para fins de ensino e pós-graduação. O IPEN caracteriza-se pela multidisciplinaridade das atividades que desenvolve nas áreas de saúde, meio ambiente, aplicações de técnicas nucleares, materiais, segurança radiológica, reatores nucleares e fontes alternativas de energia. O Instituto não é contemplado no orçamento estadual porque recebe recursos da União.

Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP: órgão que pertencia a Secretaria Estadual da Fazenda e foi transferido para a Pasta em 2011. Em 2012, pela Lei Complementar nº 1.187, de 28 de setembro de 2012, foi transformada em autarquia de regime especial. Tem a finalidade de exercer as funções de execução e administração dos serviços de registros públicos de empresas mercantis e atividades afins. Colabora com as políticas públicas de desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. Executa, juntamente com a Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa, o Programa 1040 -Via Rápida Empresa.

Fundação de Amparo à Pesquisa - FAPESP: constituída na forma de fundação, é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Com um orçamento anual correspondente a 1% do total da receita tributária do Estado, a FAPESP apóia a pesquisa e financia a investigação, o intercâmbio e a divulgação da ciência e da tecnologia produzida em São Paulo. Executa o Programa 1044 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT: constituído sob a forma de sociedade por ações, atua basicamente em quatro grandes áreas: inovação, pesquisa e desenvolvimento; serviços tecnológicos; desenvolvimento e apoio metrológico; informação e educação em tecnologia. É, hoje, um dos maiores institutos de pesquisas do Brasil, que conta com laboratórios capacitados e equipes de pesquisadores e técnicos altamente qualificados. Atento às necessidades dos setores público e privado, provê soluções e serviços tecnológicos que visam a

umentar a competitividade das empresas e promover a qualidade de vida. Executa o Programa 1021 - Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do estado de São Paulo.

Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade - Investe São Paulo: entidade de serviço social autônomo de direito privado, executa políticas que contribuam para a atração de novos investimentos nacionais e internacionais para o Estado de São Paulo, com o propósito de estimular a competitividade da economia, a geração de empregos e a inovação tecnológica. A Investe São Paulo está preparada para receber o investidor e promover a articulação entre os setores públicos e privados e fornecer informações e dados atualizados, com o intuito de auxiliar o empreendedor na busca pelas melhores oportunidades de negócios no Estado. Decreto Nº 59.773, de 19 de novembro de 2013)

Programa 1015 - Fortalecimento da Competitividade Territorial e Regional

Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial

Ação 5992 - Programa Estadual de Fomento ao Desenvolvimento Regional

É um instrumento de estratégia regional, que tem como objetivo apoiar ações e projetos voltados ao fomento do desenvolvimento regional do Estado, por meio de políticas públicas estruturadas com as governanças regionais, facilitando a geração e a disseminação de informações sobre a realidade social e econômica no estado de São Paulo.

Programa Estadual de Fomento ao Desenvolvimento Regional (PADER): por meio de Termos de Cooperação Técnica, o PADER visa suprir as necessidades de ordem técnica-operacional dos setores produtivos locais, seja por meio de demandas dos municípios ou de arranjos produtivos locais organizados. A ação disponibiliza condições para que as cadeias produtivas possam contar com apoio de infraestrutura básica auxiliar voltada à realização de feiras, exposições, espaços empresariais, rodadas de negócio, fóruns, seminários, entre outros, **além de promover o produto paulista, sua** competitividade e ganho na eficiência, gerando assim desenvolvimento econômico e regional. O PADER contemplou ainda, as ações do Programa Mercado São Paulo em 2017.

A ação de Fomento ao Desenvolvimento Regional contemplou o projeto piloto na prestação de serviços por meio da Plataforma IPT Pró Municípios. A ação visa atender à 100 (cem) municípios paulistas através da Plataforma IPT Pró Municípios que é um modelo inovador de atendimento aos municípios paulistas que possibilita o acesso dos gestores públicos ao conhecimento técnico do IPT em diversas tecnologias, apoiando no planejamento, gestão e execução de políticas públicas através de: (i) consultas de curta duração (perguntas e respostas) a especialistas em temas técnicos e tecnológicos em áreas de atuação do IPT, incluindo apoio à redação de especificações técnicas de produtos e serviços; (ii) consulta a banco de dados de dúvidas técnicas públicas (não confidenciais) já enviadas por outros municípios por meio da Plataforma; (iii) participação em cursos de atualização em temas ligados a tecnologia, desenvolvimento econômico, planejamento e gestão pública; (iv) acesso a manuais e publicações elaborados pelo IPT em temas de interesse da gestão pública; (v) acesso a relatórios técnicos anteriores realizados pelo IPT para o respectivo município ou região; (vi) A capacitação nos temas de identificação de interesses turísticos, avaliação de potencial econômico do município, gestão de resíduos sólidos, pagamento por Serviços Ambientais, boas práticas para internacionalização de MPEs e planos de desenvolvimento de APLs.

O percentual de execução orçamentária atingiu 100% e as metas propostas foram superadas.

Chamada Pública FINEP - MCT/FINEP/Ação Transversal Tecnológica para o Desenvolvimento Social - 01/2009

O projeto em tela tem o objetivo de promover o desenvolvimento territorial sustentável e solidário em áreas urbanas e rurais do Estado de São Paulo, especialmente nos Territórios da Cidadania do Pontal do Paranapanema e Sudoeste Paulista. São 15 (quinze) "Centrais Digitais e Cadeias Produtivas - Agregação de Tecnologia e Desenvolvimento Territorial".

O convênio com a FINEP foi prorrogado até a data de janeiro/2019.

Ação 5239 - Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais - APLS

O Programa representa um marco nas políticas de desenvolvimento regional do Estado de São Paulo, que a partir da organização das cadeias produtivas paulistas, pretende realizar investimentos

que beneficiarão micros, pequenas e médias empresas, gerando desenvolvimento, emprego e renda na região.

O Programa de APLs do Estado de São Paulo reconhece, atualmente, 43 APLs e 25 aglomerados produtivos.

Em 2017 foi financiado 01 (um) projeto:

Processo SDECTI n.º 347/17 - Participe: Prefeitura municipal de Cajati – Objeto: Implantação do projeto de desenvolvimento regional sustentável em aquicultura no vale do – Valor Total: 532,000,00 – Participação do Estado: R\$ 442.000,00 – Contrapartida da Prefeitura: R\$ 90.000,00.

O percentual de execução orçamentária atingiu 100%, ainda assim não foi possível atingir as metas propostas, uma vez que, o recurso disponível não foi suficiente.

Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas Localizadas em Arranjos Produtivos Locais do Estado de São Paulo - Programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):

O Programa refere-se ao Contrato de Empréstimo 1911-OC/BR, celebrado entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para cooperar na execução do Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas Localizadas em Arranjos Produtivos Locais do Estado de São Paulo, que consiste em aumentar a competitividade de empresas de APLs dos Estado de São Paulo, incrementando a coordenação empresarial e institucional para adoção de práticas competitivas por tais empresas. Sendo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação o órgão Executor do Programa.

Os recursos utilizados no âmbito do Contrato entre 06/2008 à 03/2017 foram cerca de R\$ 24 milhões. O Programa encontra-se em fase de monitoramento e avaliação dos projetos implantados.

Programa 1021 - Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Estado de São Paulo

Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT

O **Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT** – é uma empresa integrante da administração indireta que tem como missão criar e aplicar soluções tecnológicas para aumentar a competitividade das empresas e promover a qualidade de vida das pessoas. Para isso, nossos pesquisadores aplicam conhecimento científico e tecnológico altamente especializado nos serviços que prestam a milhares de clientes nos setores público e privado, inclusive para pequenas empresas. O trabalho do IPT, por exemplo, está presente no cotidiano do cidadão que utiliza rodovias paulistas inteligentes.

O **Programa 1021** objetiva incrementar a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, prestar assessoria tecnológica e apoio metrológico, além de difundir conhecimentos, em atenção às demandas de políticas públicas, órgãos governamentais, municípios, empresas e sociedade civil.

Ação 2111 – Modernização Laboratorial para P&D&I e Serviços Tecnológicos

Tem o objetivo de dar continuidade à modernização do Instituto com o intuito de oferecer infraestrutura adequada para o apoio às novas demandas de C&T&I das empresas e demais órgãos do Estado de São Paulo. O uso desses recursos serve para revitalizar e ampliar os laboratórios do IPT, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados à indústria e desenvolver pesquisa em áreas inovadoras, bem como a melhoria da infraestrutura do campus e a capacitação dos profissionais. Como resultado, tem-se a melhoria das atividades refletindo no desempenho dos produtos e serviços executados pelo Instituto.

Ação 5840 – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Difusão de Conhecimentos

Tem como objetivo o desenvolvimento de ações de P&D&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) que resultem na geração de novos conhecimentos e de novas soluções tecnológicas; P&D&I para órgãos governamentais, municípios, empresas públicas e privadas e sociedade civil, inclusive aquelas ações que contam com recursos federais, de agências de fomento e/ou privados. Esta ação, para o exercício de 2017, incorporou as ações 19.572.1021.6200 - Serviços metrológicos para tecnologia e inovação e 19.846.0000.4836 – Pagamento dos precatórios.

Realizações em 2017 no Programa 1021

Inovação e Tecnologia para Políticas Públicas, Órgãos Governamentais e Empresas

Ação 2111 – Modernização laboratorial para P&D&I e serviços tecnológicos.

No ano de 2017 foram empenhados R\$ 408 mil, com recursos próprios, para o início das adequações e benfeitorias para atendimento ao Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

Ação 5840 – Pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e difusão de conhecimentos desenvolvimento.

No ano de 2017, o IPT atendeu a mais de 2.500 clientes em suas linhas de atuação: pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I), consultoria em serviços tecnológicos, metrologia e educação em tecnologia. Esses serviços geraram mais de R\$ 75 milhões em receita bruta (“receita própria”), sempre visando aumentar a competitividade de empresas e promover a qualidade de vida das pessoas.

Cada atendimento realizado pelo IPT foi contabilizado na forma de documento técnico que representa cada um dos serviços prestados pelo Instituto. Por isso, a mensuração da prestação de serviços tecnológicos do IPT foi representada, na ação 19.665.1021.5840, pelo indicador que mede o número de documentos técnicos emitidos pelo IPT. Em 2017, foram emitidos 20.971 documentos técnicos, que são:

- Certificado de Calibração: atesta que um equipamento foi calibrado para não gerar medições errôneas.
- Certificado de Materiais de Referência: certificado de materiais empregados em calibrações, validação de métodos de medição, provimento de programas de proficiência, demonstração de rastreabilidade etc. São utilizados por universidades, indústria, centros de pesquisa e desenvolvimento, agências reguladoras oficiais e outros.
- Certificado de Conformidade: indica existir um nível adequado de confiança de que um produto está em conformidade com uma norma.
- Parecer Técnico: laudos e pareceres utilizados pelas indústrias para atender aos mais variados fins, desde identificação de problemas no processo até o atendimento a regulamentos de órgãos governamentais.
- Relatório de Atendimento Tecnológico: apresenta o diagnóstico do problema enfrentado pelo cliente e as ações necessárias para sua solução.
- Relatório de Ensaio: apresenta os resultados experimentais de ensaios e análises, executados em material fornecido pelo cliente.
- Relatório de Medição: apresenta o resultado de medição efetuada em objeto ou em eventos, tais como ruído urbano, campo magnético, tensão elétrica, temperatura, entre outros.

Relatório Técnico: descreve a análise de um trabalho técnico, especifica a metodologia utilizada para a sua resolução e apresenta os resultados obtidos.

Programa 1027 - Inovação para a Competitividade

Sub-Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

Ação 1929 - Projetos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCET

Os recursos desta ação são destinados a empréstimos para micro e pequenas empresas, instaladas no Estado de São Paulo e que tenham projetos de inovação tecnológica. Os financiamentos são subsidiados com juros de 6% a.a., e carência de 24 meses. Em 2017 não houve operações do Fundo, em razão da transferência da administração do mesmo para a Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP) e em função da tramitação do Projeto de Lei 213/14 que estabelecerá um

subsídio de juros zero para os empréstimos. Esta Ação não contou com dotação orçamentária em 2017.

Ação 4394 – Apoio Tecnológico aos Municípios (PATEM)

Ação que presta atendimento aos municípios em suas necessidades técnicas locais de situações emergenciais e que não possam ser solucionadas pela capacidade funcional e financeira própria. Destina-se principalmente aos pequenos e médios municípios. No ano de 2017 foram realizados 12 estudos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, braço técnico executor do Programa, nos seguintes municípios: Aparecida, Apiaí, Cajati, Cananeia, Holambra, Itanhaém, Itu, Mongaguá, Peruíbe, Ribeirão Branco, Rio Grande da Serra e Suzano. O total de recursos orçamentários em 2017 para esta Ação foi de R\$ 4.360.000,00, dos quais 61,88% foram utilizados (R\$ 2.697.846,97). Da dotação desta Ação, permaneceu contingenciado o valor de R\$ 1.660.000,00. Se se considerar apenas a dotação disponível, o percentual de execução orçamentária atinge 99,92%.

Ação 5204 - Sistema Paulista de Ambientes de Inovação – SPAI

Instituído pelo Decreto nº 60.286/2014, compreende: o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, a Rede Paulista de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, a Rede Paulista de Centro de Inovação Tecnológica e a Rede Paulista de Núcleo de Inovação Tecnológica. O total de recursos orçamentários em 2017 para esta Ação foi de R\$ 24.145.826,00, dos quais 87,43% foram utilizados (R\$ 20.163.748,99). Da dotação desta Ação permaneceu contingenciado o valor de R\$ 3.038.674,00. Se se considerar apenas a dotação disponível (R\$ 21.107.152,00), o percentual de execução atinge 97,86%. O SPAI apresentou em 2017 o seguinte desempenho:

- **Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SPTec):** oferece suporte para implantação de parques tecnológicos, com o objetivo de atrair investimentos e gerar novas empresas intensivas em conhecimento ou de base tecnológica. No Estado, existem 21 iniciativas para implantação de parques tecnológicos, sendo: 13 com credenciamento definitivo no SPTec (São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Piracicaba, Santos, São Carlos-ParqTec, Botucatu, Santo André, Unicamp-Campinas, CTI-Campinas, CPqD-Campinas, Techno Park-Campinas e São José do Rio Preto) e oito com credenciamento provisório (Araçatuba, Barretos, Campinas - Ciatec II, Marília, São Carlos-Eco Tecnológico, São Paulo-Jaguari, São Paulo-Zona Leste e São José dos Campos-Univap). Ressalta-se que em 2017 dos 21 parques credenciados no SPTec 12 encontram-se em operação. Em 2017 foram destinados recursos de R\$ 1.892.590,00 para o SPTec.

- **Rede Paulista de Centros de Inovação Tecnológica (RPCITec):** são empreendimentos que concentram, integram e oferecem um conjunto de mecanismos e serviços de suporte ao processo de inovação tecnológica das empresas, constituindo-se, também, em espaço de interação empresarial-acadêmica para o desenvolvimento de setores econômicos. Em 2017 foram destinados recursos no valor de R\$ 1.996.000,00 para a RPCITec. As informações abaixo mostram a posição da RPCITec no final de 2017:

- ✓ Existem quatro centros de inovação tecnológica credenciados na RPCITec (Guarulhos, Indaiatuba, Jundiá e Marília).

- ✓ Nove municípios já têm convênios assinados com a SDECTI para a realização de estudos, alguns concluídos, outros em fase de conclusão (Araraquara, Assis (Civap), Guarujá, Itapeva, Limeira, Mogi das Cruzes, Praia Grande, Registro e Votuporanga). Outros dois municípios (Bauru e Presidente Prudente) estão realizando os estudos de viabilidade com recursos próprios. A próxima fase para esses 11 municípios será a apresentação de documentação para solicitar o credenciamento dos Centros de Inovação Tecnológica na RPCITec.

- ✓ Quatorze municípios (Atibaia, Barueri, Birigui, Caçapava, Capão Bonito, Catanduva, Hortolândia, Itapetininga, Jaboticabal, Lins, Monte Mor, Registro, Rio Claro e São José do Rio Preto) e um instituto (Instituto Agrônomo de Campinas) encontram-se na fase inicial, ou seja, somente assinaram o protocolo de intenções, requisito preliminar para a celebração de futuro convênio com a SDECTI para o apoio a realização de estudos de viabilidade.

- ✓ Há também 22 municípios em tratativas iniciais para a implantação de um centro de inovação tecnológica.

- **Rede Paulista de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (RPITec):** instrumento articulador do conjunto das incubadoras que abrigam predominantemente empresas nascentes

intensivas em conhecimento tecnológico, estabelecidas no Estado e credenciadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. A RPITec já possui 12 incubadoras credenciadas (Americana, Bebedouro, Botucatu, Campinas, Guarulhos, Jundiaí, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São Carlos, São Paulo e Sorocaba), sendo que destas, quatro foram credenciadas em 2017: Americana, Campinas-Ciatec, Ribeirão Preto e São Paulo). Há ainda uma incubadora de empresas de base tecnológica em processo de credenciamento: Campinas-Unicamp-Incamp. Não houve em 2017 destinação de recursos orçamentários para a RPITec.

- **Rede Paulista de Núcleos de Informação Tecnológica (RPNIT):** instrumento que visa a auxiliar na gestão da política de inovação, apoiando as atividades de desenvolvimento tecnológico e fomentando a cultura da propriedade intelectual, de modo a despertar nas comunidades acadêmica e científica o interesse pela proteção das pesquisas desenvolvidas no âmbito da instituição. Em 2017 foi credenciado na Rede o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – USP. Também em 2017, por força do Decreto nº 62.187, de 04/09/2017, foram mantidos credenciados na Rede os institutos de pesquisa integrantes do Conselho das Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo – Consip. Não houve destinação de recursos orçamentários para a RPITec em 2017.

- **Outras atividades realizadas dentro da Ação 5204** – Em 2017 foi celebrado um convênio com o município de Monteiro Lobato objetivando a implantação do programa “Monteiro Lobato, Cidade Inteligente, Humana e Encantada” com duração de 36 meses. Também foram realizados serviços de manutenção da sede da SDECTI com recursos desta Ação, tais como, vigilância, limpeza, informática, comunicação visual. No âmbito desta Ação também foi realizada a indenização referente à desapropriação de terras no município de Iperó para viabilizar a instalação do Reator Multipropósito Brasileiro – RMB, projeto em parceria com o Governo Federal. Foram, ainda, adquiridos itens de mobiliário para a sede da Pasta. Esse conjunto de “outras atividades” utilizaram recursos no montante de R\$ 16.103.558,99 em 2017, com destaque para as despesas com as citadas desapropriações que correspondem a 81,4% do valor acima.

Ação 5285 - Apoio Tecnológico às Micro, Pequenas e Médias Empresas

No âmbito desta ação deu-se continuidade ao contrato celebrado com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT em 25 de agosto de 2014 objetivando a prestação de serviços tecnológicos a micro, pequenas e médias empresas paulistas, tais como o **Prumo** - atendimento prestado por unidades móveis que são dotadas de equipamentos laboratoriais, utilizados para solucionar na própria empresa problemas técnicos mais imediatos inerentes ao produto, ao processo ou ao design, sob a condução de técnicos com a prática do chão de fábrica e com acompanhamento do pessoal da empresa; **Prorex** -atendimento que visa a possibilitar às micro, pequenas e médias empresas adequar seus produtos às exigências formuladas pelo mercado internacional; **Gespro** - atendimento que visa a possibilitar às micro, pequenas e médias empresas realizarem aperfeiçoamentos na sua gestão de produção; **Qualimint** - atendimento tecnológico prestado às empresas que querem aperfeiçoar seus produtos com vistas ao mercado nacional, frente ao processo de globalização do mercado; e **Prolimp** - atendimento tecnológico prestado às empresas que têm preocupações ambientais e querem incorporá-las em seus produtos, de tal modo que eles apresentem um diferencial em relação aos concorrentes. Em 2017 foram efetuados 149 atendimentos a empresas localizadas em 50 municípios. O total de recursos orçamentários em 2017 para esta Ação foi de R\$ 2.270.010,00 dos quais 88,11% foram utilizados. Da dotação desta Ação, permaneceu contingenciado o valor de R\$ 270.001,00. Se se considerar apenas a dotação disponível, o percentual de execução orçamentária atinge 100%.

Ação 5848 - Assistência ao Investidor

Esta Ação refere-se ao aporte de recursos para a organização social denominada Investe São Paulo - Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade que é a porta de entrada das empresas que pretendem se instalar no Estado ou expandir seus empreendimentos. A Agência fornece, gratuitamente, informações estratégicas que ajudam os investidores a encontrar os melhores locais para seus negócios, prestando assessoria ambiental, tributária e de infraestrutura, facilitando o relacionamento das empresas com instituições governamentais e concessionárias de serviços públicos. Estão ainda entre as atribuições da Investe SP prospectar novos negócios, recepcionar delegações estrangeiras, promover a imagem de São Paulo no Brasil e no exterior como principal destino de empresas na América Latina e propor ao Governo do Estado políticas que contribuam para a melhoria da competitividade de São Paulo. Em 2017 foram realizados 2677 atendimentos pela

Investe São Paulo. O total de recursos orçamentários em 2017 para esta Ação foi de R\$ 16.385.016,00. O percentual de execução orçamentária atingiu 100%.

Ação 5849 - Estudos na Área de Inovação e Competitividade

Esta ação tem seus recursos direcionados para execução de estudos e projetos nos temas da área de inovação e competitividade para subsidiar as políticas públicas a serem implantadas, bem como as já existentes. Com recursos desta Ação foi dada sequência a um projeto iniciado no ano de 2015 que trata de um programa de apoio às prefeituras nas decisões relativas à destinação de resíduos sólidos. No âmbito desta Ação também foram celebrados dois contratos relativos a serviços de informática e de comunicação visual para a sede da Pasta. O total de recursos orçamentários em 2017 para esta Ação foi de R\$ 2.304.983,00, dos quais 86,92% foram utilizados (R\$ 2.003.482,37). Da dotação desta Ação, permaneceu contingenciado o valor de R\$ 301.500,00. Se se considerar apenas o valor da dotação disponível, o percentual de execução orçamentária desta Ação atinge 100%.

Conselho das Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo (Consip): Criado por meio do Decreto nº 30.519, de 02/10/1989, tem como presidente o Secretário da Pasta, e como objetivo principal examinar problemas ou questões técnico-científicas ou administrativas de interesse comum dos institutos e das universidades. No ano de 2017 não foram realizadas reuniões desse Conselho, entretanto, foi publicado o Decreto nº 62.187, de 04/09/2017, que trata da regulamentação da Lei federal nº 10.973, de 02/12/2004, no tocante às normas gerais aplicadas ao Estado, e a Lei Complementar nº 1.049, de 19/06/2008 (Lei Paulista de Inovação), bem como dispõe sobre outras medidas em matéria da política estadual de ciência, tecnologia e inovação. Tal decreto é resultado do trabalho elaborado pela comissão criada mediante a Resolução SDECTI nº 20/2017.

Ação 2563 – Modernização dos Institutos de Pesquisa do Estado

Esta ação teve seus recursos, que eram da ordem de R\$ 120.000.000,00, totalmente contingenciados, mas que no decorrer do Exercício foram disponibilizados por meio de Crédito Suplementar, para uso pela FAPESP, no Programa 1044, para suportar os objetivos do Edital de Modernização dos Institutos Estaduais de Pesquisa no Estado de São Paulo, conforme detalhes na página 47 deste Relatório.

Programa 1038 - Fomento ao Ensino Profissionalizante

Coordenadoria De Ensino Técnico, Tecnológico E Profissionalizante

A **Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante - CETTPRO-promove** ações voltadas ao aprimoramento e à expansão do ensino técnico, tecnológico e profissionalizante no Estado de São Paulo, além de propor políticas de execução de programas, ações e projetos relativos à formação de profissionais de nível médio. É responsável pelo Programa 1038 - Fomento ao Ensino Profissionalizante.

O Programa tem como objetivo a promoção da capacitação gratuita da população que está em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho, bem como o aumento do nível de escolaridade dessa população.

O Programa possui uma ação:

Ação 6126 - “Via Rápida”

A ação visa a qualificação profissional básica para habilitar trabalhadores a exercer seus direitos ao trabalho e à cidadania, além de prepará-los melhor para a busca de uma oportunidade no mercado de trabalho.

O Decreto nº 59.773, de 19 de novembro de 2013, que dispõe sobre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, da qual a Coordenadoria de Ensino Técnico Tecnológico e Profissionalizante atua na execução de políticas públicas direcionadas à promoção do crescimento econômico a fim de gerar renda e trabalho, de reduzir as desigualdades regionais, de fomentar e apoiar a realização de planos para o desenvolvimento sustentável, de atrair investimentos, de aumentar competitividade da economia paulista e, primordialmente, de

desenvolver, qualificar e expandir o ensino técnico, tecnológico e profissionalizante, de modo a atender as necessidades da população e das demandas do mercado de cada Região do Estado de São Paulo.

Considerando o desenvolvimento da qualificação profissional do Estado de São Paulo, o Governo do Estado criou, em 2011, o Programa Via Rápida, nos termos do Decreto nº 57.133, de 14 de julho de 2011, cujo objetivo é preparar a população que está em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho, bem como habilitá-la ao exercício dos seus direitos à cidadania, aumentando a probabilidade de obter ocupação e auferir renda.

O programa atende os inscritos a partir de 16 anos, alfabetizados e domiciliados no Estado de São Paulo, ademais, o interessado para se inscrever a um dos cursos do Programa deverá preencher os requisitos legais. No ano de 2015, o Governo do Estado de São Paulo, visando o desenvolvimento de uma política pública de educação profissional, reestruturou o Programa através da Lei Estadual nº 16.079, de 22 de dezembro de 2015, instituindo o Programa de Qualificação Profissional e de Transferência de Renda “Via Rápida”, que ampliou a sua abrangência, criando as modalidades “Via Rápida Emprego”, “Via Rápida Expresso”, “Via Rápida Econômico” e o “Via Rápida 18”.

A Lei Estadual nº 16.079 de 22 de dezembro de 2015 foi regulamentada pelo Decreto nº 62.033 de 17 de junho de 2016.

Ademais, o Programa objetiva promover o aumento da competitividade da economia paulista mediante a qualificação e formação profissional dos trabalhadores.

Desde sua criação o Programa ofereceu 276.822 vagas. Os cursos oferecidos são gratuitos e de qualificação e formação profissional, utilizando metodologias de múltiplas mídias desenvolvidas, seja no formato de DVD, CD, impresso ou vídeo, com recursos de imagens e interatividade, com duração de 1 à 3 meses, de acordo com as exigências didático-pedagógicas de cada ocupação e o perfil de cada candidato, apresentando conteúdos de conhecimentos gerais e específicos, com objetivo de preparar/capacitar/qualificar o trabalhador para as novas exigências do mercado de trabalho, a depender da complexidade das ocupações, seja através de carretas móveis estruturadas com laboratórios e espaços adequados para a qualificação do trabalhador, ou ainda em unidades prisionais ou outros equipamentos públicos através de executoras contratadas pela Secretaria.

Em 2017, o Governo do Estado de São Paulo ofereceu 32.410 vagas sendo atendidos 153 municípios, distribuídos nas Modalidades: **Via Rápida Emprego** com 10.410 vagas/**Via Rápida Expresso** (20.000) e nas Escolas de Técnicas de Economia Criativa (**ETECRIS**) com 2.000 vagas.

Os cursos na modalidade **Emprego** foram executados em 28 Unidades Móveis, os da Modalidade **Expresso (Pintura)** foram executados em 70 Unidades Prisionais, 1 Centros de integração a Cidadania (CICs), 8 CDHU, 01 Escolas Técnicas Estaduais (ETECs), 119 Escolas Estaduais, 23 Escolas Municipais, 6 CRAS, 1 Centro de Saúde, 04 ETECRIs, e os da modalidade **ETECRI** foram executados em 5 Unidades Fixas (São Bernardo do Campo/Santos/Presidente Prudente e São Vicente (2)).

Os cursos selecionados para a Modalidade **Emprego**: Aplicação em Acionamento Industrial, Assistente de Cabeleireiro, Barman, Bartender, Calibração Básica, Camareiro, Comandos Hidráulicos e Pneumáticos, Corte e Costura, Cozinheiro geral, Eletricista de Automotores,, Garçom e Garçonete, Instrumentação Básica, Manicure e Pedicuro, Manipulador de Carnes, Manutenção de Válvulas de Controle, Maquiagem, Mecânico Automotivo, Mecânicos de Automóveis, Mecânicos de direção e freios, Mecânico de Motos, Metrologia, Panificação, Redes para Automação Industrial, Refrigeração e Climatização, Sistema de Automação e Controle e Soldador.

Na Modalidade **Expresso** o curso foi de: Pintura (Pintor).

Na modalidade **ETECRI** os cursos foram: Vitrinista, Recreacionista, Grafite, Prática em Mídias Sociais, Técnicas em Designer de Moda, Web Designer e Food Styling.

A meta do Programa Via Rápida é oferecer qualificação profissional para cerca de 32 mil trabalhadores para o ano de 2018.

Programa 1039 - Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica – CENTRO PAULA SOUZA (CPS)

No final de 2017 o CPS administrava 221 Etecs e 68 Fatecs, oferecendo os Ensinos Técnico, Técnico integrado ao Médio, Médio e Superior Tecnológico para mais de 288 mil matriculados, sendo mais de 207 mil nos Ensinos Médio, Técnico e Técnico integrado ao Médio e mais de 81 mil no Ensino Superior.

O Programa 1039 tem como objetivo capacitar pessoas nos diversos eixos tecnológicos de formação profissional, nos níveis inicial, técnico e tecnológico, contribuindo para ampliar seu potencial de empregabilidade.

Ação 5852 - Desenvolvimento do Ensino Médio - Centro Paula Souza

Com relação ao Ensino Médio do CPS, foram oferecidas mais de 6 mil vagas no Vestibulinho de 2017. O total de alunos matriculados no Ensino Médio foi mais de 20 mil. O número de concluintes superou 8 mil alunos, resultando em uma taxa concluinte/curso de 96%. A taxa de interesse dos alunos do Ensino Médio do CPS no ingresso ao Ensino Superior foi superior a 89%.

Ação 5620 - Capacitação do Pessoal Docente, Técnico e Administrativo

Capacitação nas Etecs: em 2017, o curso de pós-graduação em nível de aperfeiçoamento conveniado com o FNDE dentro do Programa Brasil Profissionalizado para capacitação de professores no Ensino e Aprendizagem na EJA formou 174 professores e 160 estavam em curso no final de 2017. Outros 683 docentes fizeram o curso do Programa Especial de Formação Pedagógica, também em convênio com o FNDE, e 608 cursistas ativos na turma atual (término previsto para 2018). A formação continuada de funcionários e docentes, um dos programas gerenciados pelo Centro de Capacitação da Cetec, desenvolveu em 2017 cerca de 200 projetos. O número de inscritos superou 16 mil, incluindo todas as unidades do CPS. Foram emitidos pela Cetec mais de 10 mil certificados para os profissionais capacitados do CPS. Materiais de suporte didático e publicações também são produzidos anualmente pela equipe e seus parceiros.

Capacitação nas Fatecs: em 2017, a Unidade do Ensino Superior de Graduação do CPS desenvolveu atividades de capacitação, aperfeiçoamento e desenvolvimento. Entre elas: cursos presenciais, semipresenciais e a distância, encontros, treinamentos, simpósio, congresso e workshop. Foram emitidos pela Cesu mais de 3 mil certificados para os profissionais capacitados do CPS.

Capacitação e aperfeiçoamento de docentes voltados a inclusão: em 2017, foram capacitados cerca de 400 profissionais nas Supervisões Regionais. Outros 200 professores foram capacitados para atender casos específicos. Foi assinado contrato entre o CPS e a Associação dos Amigos Metroviários dos Excepcionais (AME), visando promover o Programa de Educação Inclusiva para atender os alunos com deficiência. No final de 2017, 609 alunos com deficiência estudavam nas unidades do CPS.

Ação 5292 - Desenvolvimento da Educação Profissional Técnica

Em 2017, o CPS contou com mais de 186 mil matrículas, sendo mais de 122 mil no Ensino Técnico, mais de 6 mil no Ensino Técnico EaD e mais de 57 mil no Ensino Técnico integrado ao Médio.

Classes Descentralizadas (CDs) são unidades que funcionam com um ou mais cursos, sob a administração de uma Etec. Em 2017, existiam 121 CDs em parceria com prefeituras do interior que disponibilizam espaços para instalação de salas de aula e laboratórios. Desse total, 2 foram implantadas em 2017. Número de matriculados: 5.834. Outras 138 CDs funcionam pelas parcerias com a Secretaria da Educação do Estado (SEE) e Prefeitura da Capital (em 116 EEs e em 22 CEUs). Total de matriculados: 20.143 alunos. Este convênio permitiu a abertura de mais de 149 mil vagas em cursos técnicos e integrados entre o 2º semestre de 2009 e o 2º semestre de 2017.

O Programa Vence, parceria com a SEE, o CPS estende a oferta do Etim às escolas estaduais. O aluno pode ter as aulas do Ensino Médio em uma escola estadual e as do curso técnico em uma Etec ou ter aulas do Ensino Médio e do curso técnico na mesma escola estadual.

Em 2017, o Grupo de Estudo de Educação a Distância ofereceu 5 cursos técnicos semipresenciais e 4 online: Administração, Comércio, Eletrônica, Guia de Turismo, Informática e Secretariado. A oferta de cursos livres foi incrementada com o lançamento dos cursos de Gestão do Tempo e Vendas, que,

juntamente com os cursos já lançados – Gestão de Pessoas, Canvas, AutoCad e Mercado de Trabalho – totalizaram mais de 78.800 cursistas.

O número de concluintes do Ensino Técnico e Técnico Integrado ao Médio superou 77.500 alunos, resultando em uma taxa concluinte/curso de, aproximadamente 68%. Foram criados e/ou reelaborados 15 cursos com a participação de empresas públicas e/ou privadas para essas modalidades de Ensino.

Ação 2226 - Expansão da Educação Profissional Técnica

Em 2017, considerando os dois processos seletivos, que acontecem semestralmente, foram oferecidas mais de 117 mil vagas nos Ensinos Técnico e Técnico Integrado ao Médio, sendo que, o Grupo de Estudo de Educação a Distância ofereceu mais de 5 mil dessas vagas em 5 cursos técnicos semipresenciais e 4 online.

Certificação por competência: desde o 2º semestre de 2012 o Vestibulinho das Etecs oferece vagas remanescentes de segundo módulo para diversos cursos técnicos (certificação por competências). Para concorrer a uma vaga, os interessados devem ter concluído o Ensino Médio e ter experiência profissional na área do curso, o que será verificado por uma prova teste e uma prova prática.

Especialização técnica de nível médio: desde o 2º semestre de 2014, o Vestibulinho das Etecs oferece vagas para vários cursos dessa modalidade de ensino. Em 2017, incluindo os dois processos seletivos semestrais, foram oferecidas 516 vagas para 7 cursos de especialização, entre os 17 mantidos pelo CPS.

Por fim, em 2017, foi criada a Escola Técnica de Porto Feliz.

Ação 5845 - Formação Inicial e Continuada/Qualificação Profissional

A Qualificação Básica – Formação Inicial e Continuada (QB FIC) visa capacitar o trabalhador desempregado em busca de sua colocação no mercado ou na atuação empreendedora. Em 2017 a QB FIC contou com mais de 6.900 matrículas, e mais de 5.200 concluintes, o que resultou cerca de 75% de taxa concluinte, atendendo 55 municípios do Estado de São Paulo.

Programa Via Rápida Emprego, em parceria com a SDECTI – CETTPRO: em 2017 foram 9.225 atendimentos até dezembro, sendo 7.095 nas Unidades Móveis e 2.130 atendimentos em espaços físicos diversos. Aprendiz Paulista, em parceria com a Sert: voltado aos alunos de curso técnico das Etecs, com idade entre 14 e 24 anos. Em 2017 foram firmados 1.971 contratos. FUSSESP, em parceria com o Fundo Social visa qualificar o desempregado que busca oportunidade no mercado. Número de atendimento em 2017: 16.270. Super MEI, em parceria com o Sebrae, o CPS oferece cursos de qualificação profissional aos microempreendedores individuais (MEI) de todo o Estado. Desde janeiro de 2017 o programa disponibilizou 15.960 vagas. Em agosto de 2017, o CPS começou uma parceria com o CDHU para a realização de cursos de qualificação profissional que visam capacitar o trabalhador desempregado em busca de colocação no mercado. Vagas oferecidas nesse período: 280.

Ação 1515 - Expansão da Educação Profissional Tecnológica

Em 2017, foram oferecidas mais de 30.700 vagas no Ensino Tecnológico, incluindo os dois processos seletivos semestrais e a modalidade EaD. A Educação a Distância foi responsável por mais de 2.800 dessas vagas; todas elas destinadas para o curso de Gestão Empresarial, que foram divididas entre as 50 Fatecs credenciadas como polos de EaD.

Além disso, foram implantadas as Fatecs de Araras e Araraquara.

Ação 5290 - Desenvolvimento da Educação Profissional Tecnológica

Em 2017, o Ensino Tecnológico do CPS contou com mais de 81 mil alunos matriculados, sendo que, aproximadamente, 6.700 alunos na modalidade EaD. O número de concluintes do Ensino Superior Tecnológico superou 8.700 alunos, resultando em uma taxa concluinte/curso de 30%. O índice de titulação de Docentes do Ensino Tecnológico foi de 2,95.

Outras Ações do CPS em 2017

Pós-Graduação: o Programa de Mestrado Profissional do CPS oferece dois cursos: Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos e Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional. No âmbito *lato sensu*, outros dois MBAs estão disponíveis – Excelência em Gestão de Projetos e Processos Organizacionais (também na modalidade EaD) e Executivo em Gestão Empresarial.

Programas de Mobilidade: em 2017, 18 alunos de Fatecs foram contemplados por diversos programas, como *Bolsas Ibero-americanas do Santander* (ed.16) – 10 bolsas para estudar em instituições da Espanha, Argentina, Chile e México; *Programa Top Espanha* – 2 alunos fizeram o curso de 3 semanas na Universidad de Salamanca; *Programa Fórmula Santander* (ed.16) – 3 alunos estudaram na Espanha e no Chile. Pela parceria com a Universidad Federico Santa Maria, do Chile, 3 alunos tiveram isenção de taxas para fazer o curso nesta instituição. Número de docentes que participaram de projetos no exterior: 13, sendo que 7 de Etecs foram ao Peru para capacitar professores peruanos em seis unidades do Senati; e 5 professores de Etecs e Fatecs participaram do treinamento promovido pela Agência de Cooperação Internacional (Jica) do Japão; e 1 professor foi contemplado com a bolsa do programa *Top Espanha Santander*. Alunos estrangeiros recebidos no CPS: 11. Desses, 8 do Programa de Intercambio do Rotary Internacional participaram como ouvintes na Etecs e 3 do Programa CI Experiencie - Fatec. Professores: O CPS recebeu um especialista americano por 5 meses, que fez um diagnóstico do ensino de inglês nas Fatecs, projeto em parceria com o Consulado Americano; e 2 chefes de cozinha mexicanos capacitaram 60 professores da área de gastronomia (Etecs) pela parceria com o Consulado Mexicano. Total de contemplados com previsão de embarque em 2018: 49 bolsistas pela parceria com o Santander Universidades e pelos acordos internacionais. Convênios internacionais: Em 2017, o CPS assinou 17 novos acordos de cooperação internacional, com instituições de ensino de países como Argentina, Bélgica, Canada, Espanha, Holanda, Estados Unidos, Portugal, Rússia, atingindo um total de 40 acordos vigentes. Foram assinados 3 protocolos de intenção para futuras ações com instituições do Canadá; Finlândia e Portugal.

Convênios com Empresas: foram celebrados 45 Acordos de Cooperação em 2017: Detran, Cultura Inglesa, Nadir Figueiredo, entre outros, com o intuito de estabelecer relações conjuntas, programas de capacitação e treinamento para os alunos das Etecs e Fatecs. Foram assinados também outros 18 Protocolos de Intenção visando estreitar laços entre o CPS e diversas instituições para convênios futuros. Entre as empresas e instituições estão: Gerdau, Fundação Carlos Alberto Vanzolini e Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção.

Feira Tecnológica do Centro Paula Souza: dos 810 trabalhos inscritos na 1ª edição virtual da Feteps, realizada em 2017, foram selecionados 259 projetos – 176 de Etecs, 62 de Fatecs, 17 de parceiros internacionais e 4 de instituições nacionais. As publicações na página da feira no Facebook renderam mais de 21 mil interações; as publicações alcançaram cerca de 100 mil usuários.

Investimento de obras em Etecs e Fatecs – em 2017, o CPS empenhou mais de R\$ 43 milhões para obras de construção, reforma e adequação nas unidades. Esse valor inclui a construção da nova sede da Fatec Guarulhos e os prédios das futuras Fatecs Ferraz de Vasconcelos e Franco da Rocha e da futura Etec de Guarulhos, entre outras. Há ainda obras de ampliação com a construção de blocos, como os da Etec de Matão e da Fatec Tatuí, além de várias reformas em unidades existentes, como a Etec de Assis.

1. Agência Inova Paula Souza: seis importantes ações foram desenvolvidas em 2017: 1ª) mudança da atuação da Agência com maior ênfase em empreendedorismo e na formação de profissionais capazes de inovar e empreender; 2ª) implantação de novos Núcleos Locais de Inovação, alcançando um total de 315 Agentes Locais de Inovação até o final do 1º semestre. Com o aumento da área de atuação e das horas de dedicação de cada agente ao programa, o número de agentes foi reduzido para 42; 3ª) criação e implementação de novos programas, como o Coworking; Agenda Inova; e Projetos Abertos; 4ª) realização do Desafio INOVA Paula Souza 2017, com recorde de projetos inscritos: 2.286; 5ª) Manutenção do Programa Escola de Inovadores em São José dos Campos e Jau e novas turmas em Pindamonhangaba, São Carlos e Sertãozinho; e 6) ampliação das parcerias visando proporcionar aprendizagem e oportunidades em projetos de pesquisa e inovação a alunos e professores do CPS.

Programa 1040 - Via Rápida Empresa

Ação 6132 – Integração para Registro e Legalização de Empresas

JUCESP

Transformada em Autarquia de regime especial em 2012, nos termos da Lei Complementar Estadual n. 11.879/2012, a JUCESP, desde então, passa por crescente modernização, tendo como marco a implantação do **VRE – Via Rápida Empresa**, em parceria com a Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa.

O sistema integra a **Política de Estímulo ao Empreendedorismo e Favorecimento à Micro e Pequena Empresa**, lançada em 17 de maio de 2012, pelo Decreto Estadual 58.053. O serviço funciona pela internet e pode ser acessado pelo site da **JUCESP**.

O **VRE – Via Rápida Empresa** é um programa totalmente voltado à desburocratização da atividade empresarial. A obtenção do NIRE e do CNPJ e o licenciamento, ou seja, as aberturas de empresas classificadas como de baixo risco ocorrem concomitantemente em até 48 horas. O VRE está disponível para adesão a todos os municípios paulistas, sendo que, em 2017, o número de municípios que firmaram convênio com a JUCESP e consequentemente operam no sistema foi elevado de **133 (cento e trinta e três)** para **265 (duzentos e sessenta e cinco)**.

A Junta Comercial do Estado de São Paulo voltada à desburocratização e à simplificação dos processos de registros, coadunada com a Lei n. 11.598/2007, Lei da REDESIM, lançou em maio de 2017 o Sistema VRE2, caracterizado por ser uma versão totalmente reformulada em relação àquele lançado anteriormente.

Citado sistema propicia, inicialmente, a constituição de sociedades limitadas, de empresas de responsabilidade limitada e a inscrição de empresários individuais num formato totalmente digital e seguro, propiciando, ao final, o registro eletrônico de documentos. Seguindo, em setembro de 2017, foi lançado pelo Governador o Poupatempo do Empreendedor Paulista, uma das ferramentas do Via Rápida Empresa.

O módulo de licenciamento integrado online permite que o empresário obtenha licença para abrir seu negócio em até 2 (dois) dias, sem a necessidade de procurar de forma presencial diversos órgãos públicos. Em 2017, ele ganha mais agilidade e transparência, e o usuário pode seguir todas as etapas da operação via internet.

O Poupatempo do Empreendedor Paulista foi desenvolvido pela Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), e está caracterizado por reunir na plataforma a emissão de licenças do Corpo de Bombeiros (sistema Via Fácil), Vigilância Sanitária (sistema SIVISA), Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) e Secretaria da Agricultura e Abastecimento (sistema GEDAVE), graças à integração sistêmica entre citados órgãos licenciadores estaduais.

Outro marco importante para o órgão foi a atualização do seu Banco de Imagens, mediante a utilização de scanners de alta tecnologia, os quais permitem a digitalização de 430 páginas por minuto (em preto e branco, colorido, frente e verso). A JUCESP, em 6 meses, digitalizou um legado de documentos dos anos 2014/2015, ou seja, aproximadamente 14 milhões de imagens, mais os documentos recebidos diariamente.

A Autarquia também contou com a implantação de um sistema de gerenciamento de documentos, medida que está em consonância com a política de atendimento de excelência aos usuários dos serviços da JUCESP. E, mais, a Junta Comercial de São Paulo iniciou no primeiro semestre do corrente ano o reprocessamento de imagens que já estavam armazenadas em sua base, incluindo o serviço de limpeza, aplicação de camada de OCR, permitindo que todo o repositório seja pesquisável.

São quase 180 milhões de imagens que estão sendo reprocessadas e, em consequência, disponibilizadas no portal JUCESP Online. Paralelamente, migrou todos os repositórios de imagens dos documentos que estavam dispersos em provedores diferentes para um provedor único, próprio, promovendo a unificação da base.

Esse processo todo permitiu um exame apurado da situação do nosso acervo, e identificação de diversas inconsistências como arquivos repetidos de imagens, indexados sem imagem, corrompidos, criptografados, documentos digitalizados com páginas em branco, documentos com páginas faltantes, dentre outras. A revolução tecnológica acima descrita permite que o usuário consiga realizar pesquisas rapidamente, obter informações em tempo real, solicitar certidões online e de

forma segura. A JUCESP por sua vez eliminou atrasos nos processos internos, excessos nos fluxos de produção e ganhou agilidade para atender às demandas internas e externas.

Com a redigitalização e a preservação de um legado de mais de 180 milhões (cento e oitenta milhões) de imagens, propicia que os pedidos de cópias de documentos arquivados (certidões de inteiro teor) sejam atendidos com eficiência e celeridade, assim como otimizou o trâmite interno de processos. Em agosto de 2017 foi lançado o agendamento eletrônico, que oferece aos usuários dos serviços da JUCESP o atendimento com hora marcada, reduzindo, assim, a espera em filas, diante da prévia programação do serviço a ser prestado.

A ferramenta inovadora está disponível no Portal da JUCESP na internet. Por derradeiro, a JUCESP, em dezembro, ganhou um reforço oferecido aos seus usuários, qual seja: a implantação de equipamentos de telefonia de última geração, estando a equipe de atendentes em treinamento criterioso acerca dos serviços prestados pelo Órgão de Registro de Empresas. A iminente inauguração do Call Center da JUCESP certamente oferecerá um novo e importante canal de atendimento, em consonância com as regras que dizem com a proximidade com os cidadãos que procuram pelos serviços prestados pela Autarquia.

Dados macro: 32 escritórios regionais, 04 postos do VRE em prefeituras, 48 postos regionais, 550 colaboradores.

Cadastro JUCESP: 7,32 milhões de empresas – 4,07 milhões com movimento pós 1991 (até novembro/2017), **empresas abertas:** 164.362 (até novembro/2017), sendo: 14.942 por mês e 737 por dia, **processos protocolados:** 1.293.926 (até novembro/2017), sendo: 117.630 por mês e 5.802 por dia. Do número total (1.293.926), 24% dos processos sofreram exigência.

Atendimento na sede: 396.913 pessoas (até novembro/2017), sendo 36.083 pessoas por mês e 1.780 pessoas por dia.

Fale-Conosco: 47.734 mensagens (até novembro/2017), sendo 4.339 por mês e 214 por dia.

Dúvidas sobre o sistema: 2.833 atendimentos telefônicos por mês e 2.881 atendimentos presenciais por mês (até novembro/2017).

JUCESP on line: 30.731.877 pesquisas por empresa, 9.339.727 consultas a dados cadastrais e 730.456 certidões emitidas, 8.228.632 acessos por ano (até novembro/2017).

Agendamento Eletrônico: 7.030 agendamentos atendidos (de agosto até novembro/2017).

Assessoria Técnica de Decisão Singular: 311.604 processos analisados (até o final de novembro/2017).

Gerência de Apoio à Decisão Colegiada: 83.589 processos analisados.

Leiloeiros: 1.420 processos analisados.

Armazéns Gerais: 2.662 processos analisados. – Documentos com pendências e/ou bloqueios, analisados em **Assessoria de Registro Empresarial ARE:** 21.517.

Livros: 50.267 protocolados (até novembro/2017).

Programa 1042 - Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais Universitários

USP

A Universidade de São Paulo, autarquia especial vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, é responsável por um conjunto de quatro programas orçamentários a saber: a) 100 – Suporte Administrativo; b) 1039 – Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica; c) 1042 – Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais Universitários e d) 1043 – Ensino Público Superior. A execução desses programas está distribuída em sete *campi* universitários nas cidades de São Paulo, Ribeirão Preto, São Carlos, Piracicaba, Pirassununga, Lorena e Bauru. Além disso, a USP também está presente nas cidades de Santos e São Sebastião, respectivamente, com o curso de Engenharia do Petróleo da Escola Politécnica e com o Centro de Biologia Marinha (CEBIMar).

O programa de Assistência Médica tem por objetivo promover a formação de pessoal qualificado na área de saúde, em nível de graduação e pós-graduação, concomitantemente com a prestação de

assistência ambulatorial, médico-hospitalar e odontológica e procedimentos hospitalares de alta complexidade. Compõe esse programa as seguintes ações e produtos:

- 5274 – Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial no Hospital Universitário (número de internações: 9.098);
- 5276 – Procedimentos de Alta Complexidade nas Áreas de Anomalias Craniofaciais/Deficiência Auditiva no “Centrinho” em Bauru (procedimentos cirúrgicos de alta complexidade realizados: 3.443).

UNICAMP

Desempenho da área de Saúde: Por meio de cinco unidades de atendimento, ensino e pesquisa na área da saúde – o Hospital de Clínicas, o Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Hospital da Mulher-Caism), o Hospital Estadual Sumaré, o Gastrocentro e o Hemocentro – a Unicamp vem consolidando sua condição de centro de referência hospitalar e de saúde na região de Campinas e no interior do Estado.

Cobrando uma área de 90 municípios e uma população superior a 5 milhões de habitantes, as unidades de saúde da Universidade disponibilizaram 818 leitos que propiciaram, em 2017, 35.219 internações. Conjuntamente, realizaram cerca de 688 mil consultas ambulatoriais, 30.190 mil cirurgias, 4, 7 mil partos, 3, 1 milhões de exames laboratoriais e 360 transplantes de córnea, coração, medula óssea, rim e fígado efetuados até novembro, um aumento real de 11 % em relação a 2016, com destaque para os rins e fígado.

Além dos atendimentos proporcionados diretamente pelo seu complexo hospitalar, a Unicamp também estende suas ações na área de saúde por meio dos Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMEs) nos municípios de Santa Bárbara D'Oeste, Piracicaba, Rio Claro, Limeira, Mogi-Guaçu, São João da Boa Vista e Amparo cujos indicadores estão contidos nos números acima citados.

Como ocorreu em 2016, este ano registrou aumento expressivo nas consultas, principalmente de urgência e procedimentos de alto custo, decorrentes da migração de pacientes da rede privada e dificuldade financeira dos hospitais menores.

FAMEMA

Desempenho da área de Saúde: O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA é composto pelas seguintes Unidades: Hospital das Clínicas Unidade Clínico Cirúrgico – HC I, Hospital das Clínicas Unidade Materno Infantil – HC II, Hemocentro e Ambulatório de Especialidades “Governador Mário Covas”.

Estas Unidades atuam na assistência de média e alta complexidade da RRAS-10 integrando a rede de atenção à saúde do DRS-IX, cuja área de abrangência inclui 62 municípios, agrupados em 5 microrregiões (Marília, Assis, Ourinhos, Adamantina e Tupã), uma população estimada em 1.200.000 habitantes. As Unidades também são utilizadas como cenários de prática para a FAMEMA – Faculdade de Medicina e Enfermagem, além de servir como campos de estágio para outros cursos da área da saúde de nível superior e técnico, contribuindo assim com a formação de recursos

Foram disponibilizados 242 leitos para internação para as especialidades de Oncologia, Ortopedia e Traumatologia, Cardiologia, Cirurgia Geral, Neurocirurgia, Gastroenterologia, Oncologia, Clínica Geral, Psiquiatria, Ginecologia, Obstetrícia, Pediatria, UTI Adulto, UTI Pediátrica, UTI Neonatal e Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal que propiciaram 12.135 internações.

Conjuntamente realizaram 403.091 procedimentos ambulatoriais, 902.508 exames de apoio de diagnose e terapia, 4.837 cirurgias, 1.435 partos e 22 transplantes de córnea.

FAMERP

O relatório a seguir apresenta as informações gerenciais sobre o Programa 1042 desenvolvido pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto-FAMERP no exercício de 2017.

O Programa 1042- Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial é executado por meio da Ação 5274 - Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial que objetiva a implementação das atividades realizadas nos cenários de prática médica e de enfermagem que normalmente ocorrem no hospital escola e nas unidades de saúde do município. Para garantir a execução das atividades foram

entabulados convênios com o Município, e com os Ministérios da Saúde e da Educação para a implementação de programas de inserção dos alunos na rede pública de saúde, bem como a compra de materiais de uso hospitalar, contratação de serviços terceirizados e pagamento de parte da remuneração de servidores da Autarquia.

Programa 1043 - Ensino Público Superior

USP

A Universidade de São Paulo, autarquia especial vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, é responsável por um conjunto de quatro programas orçamentários a saber: a) 100 – Suporte Administrativo; b) 1039 – Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica; c) 1042 – Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais Universitários e d) 1043 – Ensino Público Superior. A execução desses programas está distribuída em sete *campi* universitários nas cidades de São Paulo, Ribeirão Preto, São Carlos, Piracicaba, Pirassununga, Lorena e Bauru. Além disso, a USP também está presente nas cidades de Santos e São Sebastião, respectivamente, com o curso de Engenharia do Petróleo da Escola Politécnica e com o Centro de Biologia Marinha (CEBIMar).

O programa de Suporte Administrativo destina-se a prover a Universidade dos meios destinados à gestão administrativa e que não concorram diretamente na produção de bens ou serviços específicos gerados pela implementação de ações fins. Este programa é composto apenas da ação 5272 – Apoio técnico administrativo.

No caso da USP, o programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica é composto apenas pela ação 5292 – Manutenção da Educação Profissional Técnica e tem por objetivo manter a oferta de educação profissional em todas as suas modalidades, atendendo à demanda crescente por mão-de-obra qualificada dos diversos setores econômicos do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a USP mantém o Colégio Técnico de Lorena (COTEL), vinculado à Escola de Engenharia de Lorena (EEL), o qual conta atualmente com 120 alunos matriculados.

O programa de Ensino Público Superior destina-se a manter e ampliar a oferta de vagas e cursos superiores em áreas estratégicas, bem como o suporte à pesquisa científica e tecnológica, aperfeiçoando constantemente a qualidade da formação em graduação e pós-graduação. Compõe esse programa as seguintes ações e produtos:

- 5297 – Atividades em Museus da USP (visitantes em exposições e mostras do acervo: 437.694);
- 5304 – Ensino de Graduação (alunos matriculados: 58.911);
- 5305 – Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa (alunos matriculados nos cursos de pós-graduação: 31.495);
- 5306 – Extensão Universitária, Difusão Cultural e Prestação de Serviços à Comunidade (alunos matriculados em cursos de extensão: 28.641);
- 1151 – Obras e Instalações (m² de instalações adequadas: 49.615);
- 5787 – Políticas de Permanência e Formação Estudantil (bolsas e demais auxílios concedidos: 12.350);
- 5312 – Restaurantes Universitários (refeições servidas: 4.984.160)¹.

Dentre as ações apresentadas acima, merece destaque o fato de que a USP conta hoje com mais de 119 mil alunos matriculados em centenas de cursos de graduação, programas de mestrado e doutorado e cursos de extensão universitária, além de milhares de outros participantes em diversas modalidades de cursos de ensino à distância. De grande importância também foi o aumento do número de auxílios concedidos aos alunos de baixa renda no âmbito da Política de Permanência e Formação Estudantil. Adicionalmente às 12.350 bolsas e demais auxílios apresentados acima, a Universidade mantém cerca de 2.700 vagas de moradia distribuídas em cinco *campi* do interior e um da capital, serve quase 1 milhão de refeições gratuitas em seus restaurantes universitários, oferece 1.500 auxílios transporte e centenas de vagas de estágio, além de diversas atividades esportivas e atendimento médico no Hospital Universitário.

¹ Sendo aproximadamente 1 milhão delas servidas gratuitamente (bolsa alimentação) e o restante oferecido a preços subsidiados. No caso dos alunos, o preço é de R\$ 2,00 por refeição.

UNICAMP

Em 2017, a Unicamp contava com aproximadamente 35,7 mil alunos matriculados em 66 cursos de graduação e 152 programas de pós-graduação em seus campi de Campinas, Piracicaba e Limeira. Seus 1.910 docentes, 99% dos quais com titulação mínima de doutor e 94% atuando em regime de dedicação exclusiva, seguem liderando a produção per capita nacional de artigos científicos publicados em revistas internacionais indexadas.

No plano do ensino técnico, em 2017 a Unicamp contava com 3.764 alunos matriculados em 36 cursos oferecidos em seus dois colégios Técnicos (Colégio Técnico de Campinas (Cotuca) e Colégio Técnico de Limeira (Cotil), que atuam na formação profissional de nível médio-técnico. Os cursos oferecidos abrangem as seguintes áreas: Industrial, Informática, Saúde, Telecomunicações, Gestão e Meio Ambiente.

A Unicamp foi considerada a melhor universidade do Brasil, segundo o ranking do Índice Geral de Cursos (IGC) 2016 do Ministério da Educação (MEC), divulgado em dezembro de 2017. A universidade somou 4,3744 pontos e manteve a primeira colocação, que ocupa desde o IGC 2014. A Unicamp é a única estadual entre as 11 primeiras colocadas. Desde que entrou no sistema de avaliação, em 2011, a Unicamp sempre esteve entre as melhores colocadas, na faixa da nota máxima cinco.

Além do reconhecido destaque no cenário nacional, o desempenho da instituição também vem repercutindo internacionalmente. A publicação britânica Times Higher Education (THE) apontou a Unicamp como a melhor Universidade da América Latina, segundo ranking 2017 específico para a região. A THE é conhecida pela avaliação das instituições de ensino superior em âmbito internacional.

Pelo quinto ano consecutivo, a Unicamp subiu no ranking mundial de universidades (2017/2018) elaborado pela consultoria Quacquarelli Symonds (QS), avançando 46 posições. No relatório divulgado nesta quarta-feira (8), a Universidade Estadual de Campinas aparece na 182ª posição, entre as 959 melhores do mundo. Em 2012/2013, a instituição ocupava a posição 228. Dentre as 22 universidades brasileiras ranqueadas, a Unicamp está em segundo lugar, atrás da Universidade de São Paulo (USP).

A Unicamp também assumiu a liderança do ranking QS Brics 2017/2018 entre as universidades brasileiras, conforme relatório divulgado também pela QS. A relação considera 300 universidades do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, os chamados Brics, países com economias emergentes. A Unicamp aparece na 12ª classificação no ranking, seguida pela USP, que está em 13º lugar, empatada com a Saint Petersburg State University (Rússia).

ENSINO

Acesso - Quanto ao acesso de novos estudantes, mais da metade dos alunos de graduação que ingressaram na Unicamp em 2017 vieram da escola pública. O índice passou de 47,4% em 2016 para 50,2% em 2017, aumento de 6%. Dos 3.248 matriculados, 1.629 fizeram o Ensino Médio em escolas públicas, maior índice da história da instituição. E desses, 44% são autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI).

Cotas - A Unicamp tomou uma decisão histórica em novembro de 2017 ao aprovar, por meio do Conselho Universitário (Consu), mecanismos que flexibilizam o ingresso nos seus cursos de graduação. Entre as medidas admitidas estão a adoção de um sistema de cotas étnico-raciais que reserva 25% das vagas disponíveis para candidatos autodeclarados pretos e pardos e a criação do Vestibular Indígena. O objetivo da iniciativa é fazer com que a sociedade se veja representada na instituição. As medidas serão aplicadas a partir de 2019.

Além das cotas étnico-raciais e do Vestibular Indígena, o Consu também aprovou mudanças no Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS), criado em 2004, de modo a aperfeiçoá-lo. Uma das novidades é a concessão de bonificação [20 pontos na primeira e segunda fase do Vestibular] também aos candidatos que cursaram o Ensino Fundamental II em escola pública. No modelo atual, o PAAIS confere pontuação adicional somente aos candidatos que fizeram o Ensino Médio em escola pública.

O Consu referendou, ainda, a oferta parcial de vagas por meio do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e não pelo Sistema de Seleção Unificado (SISU). A designação de vagas para os melhores colocados em olimpíadas e competições de conhecimento foi outro ponto aprovado, assim como a recomendação para que a Universidade promova estudos para a expansão do Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFIS) para as cidades da Região Metropolitana de Campinas (RMC) e os municípios de Piracicaba e Limeira.

Pós-Graduação - Com 47% de seus alunos concentrados na pós-graduação a Unicamp registrou em 2017, 1.302 dissertações de mestrado e 966 teses de doutorado defendidas. Dos 135 cursos de pós-graduação oferecidos pela Unicamp e avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no mais recente ciclo trienal, 103 (76%) ficaram na faixa de notas de 5 a 7, o que os classifica como muito bons ou excelentes. Os cursos avaliados com nota 6 ou 7 são considerados de excelência, com padrão internacional. A Unicamp tem 66 nesta faixa, o que corresponde a 49% do total de pós-graduações avaliadas da universidade.

Pesquisa E Desenvolvimento

Produção científica - Tomando-se por base levantamentos do Institute for Scientific Information (ISI), dos Estados Unidos, que monitora dez mil revistas internacionais especializadas, a produção científica da Unicamp manteve em 2017 a tendência de crescimento contínuo experimentada desde 2002. Note-se que essa expansão se dá, ao longo dos anos, com um número estável de docentes/pesquisadores. Em relação a 1989, ano da conquista da autonomia, a comparação mostra um crescimento notável de produtividade -de 0,2 para 1,8 artigo per capita por ano -sobretudo quando se considera que a Unicamp experimentou, nas últimas duas décadas, uma redução no seu corpo docente.

Inovação tecnológica - A Agência de Inovação Inova Unicamp, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Universidade, recebeu 118 comunicações de invenção de janeiro a novembro de 2017. Neste contexto, a Unicamp acumula o total de 1.104 patentes vigentes. No que se refere às parcerias para a transferência de tecnologia desenvolvida na Unicamp para empresas, foram assinados 12 contratos de licenciamento e há ainda outros sete em tramitação. Em 2017, o número de contratos de licenciamento vigentes chegou a 92. Em relação à pesquisa e desenvolvimento (P&D) em colaboração com empresas, foram assinados 26 convênios no mesmo período. E há ainda 16 em tramitação.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Planejamento estratégico - No último ciclo de Avaliação Institucional (2009-2013) e de Planejamento Estratégico (2016-2020) foi possível eliminar uma lacuna dos processos anteriores de planejamento ao se estabelecer o vínculo entre o diagnóstico obtido no processo de avaliação e o processo de proposição do planejamento, passando este diagnóstico a ser utilizado como input na etapa de análise de ambiente interno nas oficinas de trabalho do Planes.

Em 2017 a Unicamp através do projeto "Desdobramento das Estratégias, Monitoramento e Avaliação" avançou em busca de uma gestão estratégica com a implantação de uma sistemática para a definição, acompanhamento dos projetos e análise dos resultados e seus impactos.

O mapa estratégico da Unicamp apresenta 15 objetivos onde há resultados que devem ser visualizados pela Sociedade, há aqueles que são diretamente vinculados com as atividades-fim da universidade (Excelência no Ensino, Pesquisa e Extensão) e há aqueles que são vinculados à Gestão (Excelência na Gestão). As estratégias corporativas Universidade Digital, Sustentabilidade, Gestão por Processos e Transparência deverão estar sempre presentes na busca das soluções encontradas nos projetos.

Em um 1º ciclo de planejamento foram identificados 49 projetos visando alavancar os objetivos em busca do patamar de desempenho estabelecido, 28 desses foram detalhados com cronograma estabelecido e se encontram em execução. Um 2º ciclo está início previsto em fevereiro de 2018.

Contenção de despesas - Para enfrentar a crise econômica que reduziu a arrecadação do ICMS e impactou nas universidades públicas paulistas, a Unicamp adotou uma postura de austeridade orçamentária. A primeira medida foi o cancelamento da dupla-matrícula para a administração superior, que correspondia a cerca de R\$ 2 milhões anuais. Também foi aprovada uma série de providências para ampliar recursos e reduzir gastos, incluindo a renegociação de contratos, o congelamento temporário de novas contratações, o cancelamento temporário dos prêmios em dinheiro e redução linear de 30% de todas as gratificações.

Obras - No plano de investimentos, cabe registrar que foram aplicados recursos da ordem de R\$ 5.899.524,53 em obras físicas, resultando em 6.389,02 metros quadrados entre construções, reformas e benfeitorias no campus de Campinas.

UNESP

O presente documento descreve resumidamente as informações de uma universidade estadual pública que preserva a missão de formar indivíduos críticos e reflexivos, dotados de cultura e conhecimento científico e tecnológico, e que possam contribuir para o progresso do País, superando os grandes dilemas econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais da sociedade contemporânea. Para reforçar sua missão, é imprescindível avançar tanto no ponto de vista administrativo quanto acadêmico por meio de ações planejadas.

Esse planejamento na Unesp fica mais desafiador, haja visto a persistente busca da harmonia entre suas instâncias administrativas locais junto à central. A Unesp é uma universidade *multicampus* e suas unidades universitárias estão distribuídas pelo Estado de São Paulo.

A Unesp - Universidade Estadual Paulista, é uma das maiores e mais importantes universidades brasileiras, com destacada atuação no ensino, na pesquisa e na extensão de serviços à comunidade. Mantida pelo Governo do Estado de São Paulo, é uma das três universidades públicas de ensino gratuito. Há, no entanto, uma peculiaridade que a distingue das demais: é a única universidade presente em praticamente todo o território paulista.

Criada em 1976 a partir de institutos isolados de ensino superior que existiam em várias regiões do Estado de São Paulo, a Unesp abrange todos os cantos do estado, fazendo-se presente em 24 municípios com 34 unidades universitárias (Faculdades e Institutos), 5 Campus Experimentais, 14 unidades complementares e 30 unidades auxiliares, somando 972.158,17 m² de área construída e mais de 62 milhões de m² de área física.

Rankings Universitários

No plano internacional, a Unesp é a primeira instituição de pesquisa nas Américas do Sul e Central e a 81ª no mundo no Nature Index 2016 Rising Stars. Além disso, no conceituado Ranking de Universidades da América Latina da THE - Times Higher Education, estamos na 12ª posição, sendo a 7ª melhor instituição brasileira. Entre as Universidades com até 50 anos, a Unesp ficou na 3ª posição na América Latina do ranking QS Top 50 under 50, e, entre os 46 cursos avaliados pela QS em 2017, a UNESP apresentou 12 cursos entre os melhores 200 do mundo, sendo 2 desses entre os top 50.

Destaca-se que 17% do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unesp está focado em projetos e ações que visam a internacionalização da Universidade em conjuntura com todas as áreas: pesquisa, ensino e inovação. Além disso, são mantidos cerca de 500 convênios com universidades de todos os continentes, promovendo a dispersão do conhecimento e facilitando o intercâmbio de nossos alunos.

No Brasil, a Unesp tem tido amplo destaque nas instituições de classificação universitária. No ranking Melhores Universidades do Guia Exame, da Editora Abril, a Unesp figura em 2º lugar no âmbito nacional, e no RUF, do Jornal Folha de São Paulo, a Unesp tem sua posição consolidada entre as 10 primeiras colocadas desde o início desse ranking. No recente ranking Universidades Empreendedoras, a Unesp encontra-se no top 10.

Permanência estudantil

Quanto à permanência estudantil, observou-se um substancial aumento no número de alunos provenientes de escola pública que ingressaram na Universidade. Esse evento é reflexo da forte política de inclusão que foi implementada em 2012 por meio do Sistema de Reserva de Vagas para Escola Pública (SRVEBP), que além de reservar uma grande quantidade das vagas do vestibular para alunos de escola pública, também se reservam vagas para alunos Pretos, Pardos e Indígenas (PPI). A meta para 2018 é atingir o valor de 50% de alunos de escola pública em todos os cursos oferecidos pela Unesp. Em 2017, 50% do total de alunos ingressantes da Unesp já foram originados de escola pública.

Observa-se o impacto desta política no aumento da procura ao vestibular da Unesp, que em sua edição de 2018 atingiu um recorde histórico: 112.248 candidatos. Se comparado com o vestibular de 2012, o aumento foi de 13% e com relação às vagas oferecidas, o aumento foi de mais de 8% no mesmo período, ou seja, um salto de 7.139 para 7.725 em 2017.

Com relação aos auxílios ao aluno, a Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) é a instância da Unesp responsável por atribuir auxílios e desenvolver ações para melhorar a condição de vida universitária e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dentre os auxílios, destacam-se: Auxílio Socioeconômico, que é um auxílio financeiro com a finalidade de apoiar o estudante de graduação a se manter no local de realização do curso em que está matriculado; Auxílio Aluguel, concedido ao estudante de graduação

nas Unidades Universitárias onde não há Moradia Estudantil; Subsídio Alimentação; Auxílio Estágio, concedido ao estudante que desenvolve Estágio Curricular Obrigatório; Auxílio Especial, o qual é ao estudante com deficiência ou mobilidade reduzida; Auxílio Provisório e Auxílio Transporte. Com relação à moradia estudantil, existem 1.240 vagas destinada à permanência do estudante. Além desses auxílios, são oferecidas aproximadamente 5 mil refeições por dia em 10 Unidades Universitárias que possuem Restaurante Universitário, com valor médio de R\$ 3,60.

Ainda existem bolsas de desempenho acadêmico que visam o aprimoramento do aluno, como iniciação científica (IC), programas de educação tutorial (PET), além da atuam junto as 59 empresas juniores que existem nos campi da universidade.

Ensino

Na esfera do ensino, são oferecidos 136 cursos de graduação, com 186 opções de ingresso via vestibular, distribuídas em 60 carreiras nas três grandes áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Biológicas e Exatas. Cada curso tem suas próprias características, mas mantêm em comum a qualidade do ensino, fator verificado pela avaliação Guia do Estudante que classificou cerca de 120 cursos com notas 4 e 5, maiores pontuações para este ranking. Na pós-graduação, o egresso da graduação pode optar entre 149 programas de pós-graduação, que oferecem 111 doutorados e 124 mestrados acadêmicos, além de 22 mestrados profissionais. Segundo a avaliação CAPES para os programas de pós-graduação, mais de 50% dos programas são considerados de excelência por serem classificados com notas entre 5 e 7.

São 52.426 alunos matriculados, sendo 38.524 na graduação e 13.902 na pós-graduação (6.383 em mestrados acadêmicos, 983 em mestrados profissionais e 6.536 em doutorados). Temos, ainda, cerca de 10 mil alunos em cursos adicionais de línguas, especializações (2.099 em *lato sensu*) e a distância (796 em Licenciatura em Pedagogia). Somam-se a esses números os mais de 2.100 alunos matriculados nos cursos médio e técnico e mais de 5.900 alunos de cursinhos preparatórios para vestibulares.

Quanto aos alunos formados, anualmente são enviados ao mercado de trabalho cerca de 5.600 alunos de graduação e 3.200 de pós-graduação, além de mais de 700 formados com especialização *lato sensu* e 200 com formação em cursos técnicos.

Entre outras razões, o que garante a excelência dos cursos é o alto nível do quadro de professores. Mais de 96% trabalham em regime de dedicação integral e 95% possuem doutorado. Isso significa que a maior parte dos professores se dedica exclusivamente às atividades de ensino e pesquisa na Unesp.

Extensão

Na esfera extensão universitária, mais de 10.700 vagas de cursos de aprimoramento foram oferecidas aos alunos e à comunidade. Os projetos de extensão universitária buscam repassar à sociedade os conhecimentos da Universidade. Em contrapartida, professores e alunos recebem dados valiosos para o aprimoramento de suas atividades de ensino e pesquisa.

A UNESP destaca-se pela quantidade e qualidade dos serviços que presta à comunidade. Entre eles, podem-se enumerar atendimento médico (469 mil consultas ambulatoriais, 2.300 nascimentos e 17,7 mil cirurgias anuais) e odontológico. A UNESP conta com o importante Hospital de Clínicas de Botucatu, com 410 leitos, e administra o Hospital Estadual Bauru, com outros 318 leitos. Somam-se a esse formidável conjunto, também, hospitais veterinários e clínicas de odontologia, psicologia, fonoaudiologia e fisioterapia. Além disso, ainda presta assessoria jurídica a pessoas carentes, orientação a micro e pequenos empresários, atendimento psicopedagógico a crianças com problemas de aprendizagem e previsão do tempo para agricultores.

Pesquisa e Impacto Social

Devido a sua distribuição em várias cidades do Estado de São Paulo, muitas ações da Unesp são voltadas para as demandas locais, porém, pelo caráter moderno das pesquisas, seus resultados têm sido expressivos e com alto impacto no meio acadêmico.

No âmbito institucional, foi realizada uma parceria entre Unesp e Banco Santander, assinada em agosto de 2017, que envolve o aporte de R\$ 11 milhões, no prazo de 4 anos, para o desenvolvimento da Universidade nas áreas de Empreendedorismo e Inovação, Educação para a Diversidade, Saúde, Fomento ao Domínio da Língua Inglesa e Sustentabilidade Energética.

Na área de humanas, destacam-se as diversas menções honrosas da CAPES em dissertações e teses e prêmios obtidos com publicações literárias.

Na área de exatas, as parcerias firmadas com outras Universidades do Estado de São Paulo resultaram em estudos de relevância, como estudos com biomassa, biogás e etanol. Estudos focados em novas teorias físicas também têm tido alto impacto no meio acadêmico, sobretudo pelo premiado estudo sobre teoria de campos. O desenvolvimento de novos materiais também tem tido grande destaque no meio.

Na área de biológicas, destacam-se pesquisas realizadas com animais de corte, desenvolvimento de vacinas e novas moléculas para tratamentos de doenças como tuberculose, leishmaniose, hepatite C, HIV entre outras, e os estudos que visam o controle de vírus e pragas, como é o caso dos mosquitos transmissores de dengue, Chikungunya e febre amarela. Um estudo inovador que visa eliminar o uso de agulhas no tratamento do diabetes, doença que atinge 14 milhões de brasileiros, foi premiado nos Estados Unidos. A Sociedade Brasileira de Diabetes inclusive considerou a pesquisa louvável.

Além de todas essas ações, a Unesp ainda colabora com diversos serviços à comunidade, como campanhas voltadas à saúde e ao bem-estar, e cursos livres.

Recursos humanos

No que tange a administração de recursos humanos, nossa universidade hoje tem em seus quadros 3.631 docentes ativos bem como 1.939 inativos, destes ativos 171 são MS1 e MS2, 3.460 são MS3 a MS6. Em RDIDP são 3.243 e em RTP+RTC são 388, dos quais 246 são professores substitutos para atender a demanda de ensino. Os servidores técnicos e administrativos são 6.449 e os inativos 4.151. A Unesp concedeu um total de 6.551 treinamentos para seus servidores técnicos e administrativos em 2016. Esses treinamentos foram realizados em cada unidade universitária visando o aprimoramento das atividades desempenhadas na universidade. Os benefícios de vale-alimentação e vale-transporte concedidos aos servidores técnico e administrativos totalizaram em 9.936 e 2.876, respectivamente, no ano, além de mais de 400 vagas em centros de convivência infantil.

Infraestrutura

Os recursos utilizados no ano dividem-se em tesouro R\$2.177.114.774,69; convênios R\$12.998.574,49; e recursos próprios R\$512.024.523,51, que totalizaram no ano em R\$2.702.137.872,79. As despesas/ano ficaram assim (R\$ mil): pessoal e reflexos R\$2.010.676; despesas de custeio R\$398.649; dívidas e sentenças judiciais R\$1.379; manutenção e obras R\$268.276. Ainda em relação à recursos, foram captados cerca de R\$127,67 milhões junto às instituições de fomento CNPq e FAPESP, além de recursos provenientes de FINEP e PROAPE.

O acervo das bibliotecas atingiu os 1.380.004 livros, 2.305 títulos correntes, 27.243 periódicos, 1.603.071 fascículos, 27.448 vídeos/CDs/DVDs, 79.345 teses. A circulação de seu acervo girou em 193.524 consultas realizadas, bem como 723.951 empréstimos realizados.

A Fundação Editora da Unesp (FEU), teve 167 títulos publicados, 90 e-books publicados, bem como 178.705 exemplares vendidos no ano. Os downloads de e-books ficaram em 2.449.433 em 2016. As inserções para divulgação da Unesp atingiram um total de 42.531 e foram publicados 66.000 exemplares do seu jornal, 200.000 exemplares do Guia do Vestibulando e profissões, 66.000 revistas Unesp Ciência e 104.400 exemplares do Unesp Informa.

Junto à Fundação Editoria, a Unesp ainda tem a parceria de mais duas fundações: a Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (FUNDUNESP) e a Fundação para o Vestibular da UNESP (VUNESP), que auxiliam na interação da Universidade com a sociedade, em áreas como educação, meio ambiente, relações de trabalho, saúde, artes, desenvolvimento social, produção agropecuária; e planejamento, organização, execução e supervisão de vestibulares e concursos diversos, para a UNESP e para outras instituições públicas ou privadas, respectivamente.

UNIVESP

No ano de 2017, a UNIVESP concretizou de forma expressiva sua política de ensino, qual seja, a Democratização da Educação Superior, Pública e Gratuita, dando acesso a milhares de estudantes. Os dados que corroboram esta afirmação são de natureza quantitativa e qualitativa.

Dados Quantitativos

Maior Número de Cursos: Além dos seis cursos em andamento, foi criado em 2017 o curso de Licenciatura em Pedagogia e o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, em parceria com a FATEC. O primeiro, com duração de 4 anos forma o profissional para atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas de cursos de formação em nível médio e na Educação Especial da Educação Básica e na gestão pedagógica e educacional. Além

Ampliação do Quadro de Tutores e de Supervisores: Para fazer frente ao crescimento de alunos matriculados foi necessária uma reconfiguração do número e da distribuição de tutores da universidade. Para cada Polo foi criada a figura do Tutor Presencial, dois por polo, para as áreas de Licenciatura e Engenharia, que atende e acompanha os alunos, em especial, no desenvolvimento do Projeto Integrador. Para o acompanhamento das disciplinas foi ampliado o número de Tutores a Distância. Foram abertas 193 vagas para Tutor Presencial e 135 vagas para Tutor a Distância, em um total de 328 vagas para atuarem durante o segundo semestre de 2017. A gestão dos tutores foi realizada por 25 Supervisores. A distribuição desses Supervisores foi proporcional ao número de alunos em cada curso, ficando 5 no curso de Pedagogia, 5 na Engenharia da Computação, 5 na Engenharia de Produção, 5 na Licenciatura em Matemática, 2 na Licenciatura em Biologia, 1 na Licenciatura em Física, 1 na Licenciatura em Química e 1 na Coordenação de Supervisão.

Ampliação do Quadro de Tutores e de Supervisores: Para fazer frente ao crescimento de alunos matriculados foi necessária uma reconfiguração do número e da distribuição de tutores da universidade. Para cada Polo foi criada a figura do Tutor Presencial, dois por polo, para as áreas de Licenciatura e Engenharia, que atende e acompanha os alunos, em especial, no desenvolvimento do Projeto Integrador. Para o acompanhamento das disciplinas foi ampliado o número de Tutores a Distância. Foram abertas 193 vagas para Tutor Presencial e 135 vagas para Tutor a Distância, em um total de 328 vagas para atuarem durante o segundo semestre de 2017. A gestão dos tutores foi realizada por 25 Supervisores. A distribuição desses Supervisores foi proporcional ao número de alunos em cada curso, ficando 5 no curso de Pedagogia, 5 na Engenharia da Computação, 5 na Engenharia de Produção, 5 na Licenciatura em Matemática, 2 na Licenciatura em Biologia, 1 na Licenciatura em Física, 1 na Licenciatura em Química e 1 na Coordenação de Supervisão.

Maior Número de Docentes das IES Estaduais envolvidos: Na oferta dos cursos de graduação da instituição estiveram envolvidos 66 professores das três outras universidades paulistas e do Centro Paula Souza. Além destes, 6 professores foram responsáveis pela elaboração, orientação e acompanhamento das disciplinas de Projeto Integrador, também estes do quadro docente das universidades paulistas.

Número de Disciplinas Produzidas: Ao longo de 2017 houve uma intensa produção de disciplinas para os cursos ofertados. Foram criadas e ofertadas 119 diferentes disciplinas, além de 30 diferentes Projetos Integradores dos seis cursos em questão.

Novos Vídeos disponibilizados no Youtube como REA: Toda a produção acadêmica da UNIVESP é liberada como Recurso Educacional Aberto. Durante o ano de 2017 foram produzidas 1.280 novas videoaulas disponibilizadas ao público externo.

Serviços Terceirizados: A UNIVESP contou com serviços externos realizados para o atendimento de demandas específicas.

- **Benner** - produziu e adaptou disciplinas e respondeu o primeiro nível de Atendimento ao Aluno.
- **Fundação Padre Anchieta** - participou da produção das disciplinas para os cursos bem como na Formação de Tutores.
- **FAT** - realizou o Vestibular/2017.
- **Vunesp** - assumiu o Vestibular/2018 e realizou a primeira fase do processo.
- **Ibegesp** - aprimora o Sistema de Gerenciamento Acadêmico.
- **Fábrica de Provas** - desenvolve as ferramentas para a realização de provas online.

Concessão de Bolsas: Em 2017, foram disponibilizadas 17 bolsas de estudo para o Programa de *Aperfeiçoamento em Gestão Escolar: Práticas de Intervenção* com foco no acompanhamento local de alunos de cursos a distância em Polos FATEC, e 25 bolsas para o Programa *Metodologias Ativas e Tecnologias no Ensino Superior a Distância*, com foco principal nas perspectivas de pesquisa de melhorias na aprendizagem dos cursos de Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Biologia, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Pedagogia, Engenharia da Computação e Engenharia de Produção.

Aspectos Qualitativos

Além do aumento quantitativo, apresentado nos itens anteriores, a democratização do ensino superior envolve melhoria qualitativa nos serviços oferecidos. Na UNIVESP, as melhorias qualitativas se deram nas seguintes áreas:

Reconhecimento dos Cursos: No primeiro semestre do ano se iniciou, junto ao Conselho Estadual de Educação - CEE, o processo de reconhecimento dos cursos de Engenharia da Computação,

Engenharia de Produção, Licenciatura em Biologia, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática (oferta 2014 e 2017) e Licenciatura em Química. Foram designadas as Comissões de Especialistas para avaliação e realizadas as visitas destas à sede e aos polos para cinco dos cursos. A exceção é a Licenciatura em Matemática, que aguarda a definição da Comissão de Especialistas e o agendamento das visitas.

Ainda, em setembro, foram formalmente reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação os cursos Sequenciais das áreas de Engenharia (Curso Sequencial de Formação Específica em Fundamentos de Ciências Exatas e Tecnológicas) e de Licenciaturas (Curso Sequencial de Fundamentos da Docência nas áreas de Matemática, Ciências Naturais e Humanas). O ato de reconhecimento destes cursos foi publicado no Diário Oficial do estado.

Revisão do Modelo Pedagógico: Sob a coordenação da Profa. Dra. Vani Kenski, foi reconstruído o novo modelo pedagógico da instituição com a participação das áreas acadêmicas, em especial, as de Produção e Artes.

Estrutura Pedagógica: Independentemente da elaboração do novo Modelo Pedagógico, a UNIVESP continuamente dá atenção à percepção de toda a comunidade acadêmica, professores, alunos, tutores e supervisores, em relação ao andamento de disciplinas e dos cursos, bem como das bases tecnológicas e comunicacionais. A partir dos relatórios de avaliação institucional, realizada bimestralmente junto aos estudantes e a aplicação de grupos focais com supervisores, tutores, orientadores e alunos, a instituição tem promovido melhorias na oferta de seus cursos. Com esse propósito, houve a criação de um espaço de ambientação do estudante ingressante no modelo de EAD aplicado e no Ambiente Virtual de Aprendizagem, denominado **Marco Zero**. Também houve evolução na **Organização e Produção das Disciplinas**, quando foram definidas novas métricas-padrão para os objetos de aprendizagem variáveis com as diferentes cargas horárias das disciplinas. Nesse contexto, as disciplinas ganharam, em seu desenvolvimento, diversos métodos e recursos para melhor orientar os alunos em sua aprendizagem em relação ao conteúdo e também para tornar as próprias disciplinas mais interativas.

Capacitação dos Tutores: Tendo em vista a evolução do Modelo de Tutoria e a atual necessidade de um grande número de novos tutores, está em produção um curso para a formação inicial e continuada de tutores, sob a condução da Profa. Dra. Luci Ferraz.

Papel dos Supervisores: A gestão dos tutores foi aperfeiçoada com atribuições de acompanhamento mais sistemático por meio de reuniões, verificação de desempenho, solicitação de relatórios, entre outros.

Gravações: O Canal UNIVESP TV do Youtube (<http://www.youtube.com/user/univesptv>) ultrapassou os 7.800 vídeos disponibilizados, em sua maioria, de aulas das disciplinas dos cursos. O total de visualizações ultrapassou 71,4 milhões desde abril de 2010. O número de inscritos para receberem as novidades desse canal foi de 413 mil interessados.

Sistema de Provas: Em 2017 foi contratada a empresa "Fábrica de Provas", uma plataforma que permite a elaboração, organização e correção de provas *online*, agilizando a aplicação das provas presenciais.

Atendimento aos Alunos:

- **Bibliotecas Digitais** - "Minha Biblioteca" e "Elsevier" foram contratadas para atendimento amplo à oferta das disciplinas dos cursos da instituição, bem como deu-se continuidade aos serviços da biblioteca digital da Pearson.
- **Simuladores** - aprovado o licenciamento dos três principais sistemas computacionais internacionais para Simulação numérica de processos e sistemas discretos e contínuos. O uso de tais sistemas busca embasar prático e profissional aos alunos do curso de Engenharia de Produção, atendendo a concepção do perfil de egresso constante do Projeto Pedagógico do Curso.
- **Máquinas Virtuais na Nuvem** - foi acordada com a Amazon a concessão de disponibilidade gratuita de créditos operacionais de máquinas virtuais para todos os alunos dos cursos de Engenharia, em particular aos alunos de Engenharia da Computação. Em função das particularidades do curso de Engenharia da Computação o valor de créditos concedidos foi, inicialmente, o dobro daquele concedido a alunos de outras instituições em todo o mundo. Tal concessão estará disponível aos alunos no primeiro semestre de 2018.
- **Laboratórios de Química** - foram adquiridos para atender a legislação, bem como proporcionar uma formação adequada para o futuro professor de Química, kits com experimentos, acompanhados de orientações, para a realização de atividades práticas como recurso didático da área.

Portal do Aluno: Em 2017 foi desenvolvido o Portal do Aluno para o atendimento mais ágil na solicitação e confecção de documentos gerados automaticamente, bem como, por exemplo, nas solicitações de aproveitamento de estudos.

Convênios e Parcerias de Cooperação Acadêmica:

- **Universidade Aberta de Portugal - UAb** - Foi assinado, em 30/10, protocolo de Intenções visando à parceria acadêmica para cursos, pesquisa e troca de experiências bem-sucedidas.
- **CREA e UNESP** - Foi assinado, em 07/12, protocolo de Intenções com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo – CREA-SP e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, visando à Capacitação Técnica e o Aprimoramento de Profissionais registrados no CREA-SP. Como primeira ação dessa cooperação será desenvolvido o curso de Inovação e Empreendedorismo.
- **CRUESP** - Foi assinado, em 06/12, o Convênio de Cooperação Acadêmica com a Universidade de São Paulo – USP. São aguardadas as assinaturas da Unesp e Unicamp.

Fundação Padre Anchieta - O convênio estabelecido em 2016 foi prorrogado.

FAMEMA

Faculdade de Medicina de Marília

Organização, gestão e administração

A FAMEMA é constituída por órgãos de deliberação e direção superior, denominados Congregação e Direção Geral e órgãos de atividades-fim, denominados Colegiado do Curso de Medicina e Colegiado do Curso de Enfermagem. A administração da FAMEMA é exercida pela Congregação e Diretoria Geral, com funções integradas.

Graduação

Matrículas

Evolução Do Número De Estudantes Matriculados								
Curso	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Medicina	480	478	477	481	480	483	476	475
Enfermagem	153	150	144	137	144	145	147	141
Total	633	628	621	618	624	628	623	616

Processo Seletivo e Relação Candidato/Vaga

Como política de incorporação de ingressantes, os cursos têm como sistema de seleção e admissão de estudantes o vestibular como processo seletivo, realizado anualmente por instituição terceirizada.

A FAMEMA adota o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP), no total de 15% (quinze por cento) das vagas dos cursos de MEDICINA e ENFERMAGEM, a serem ocupadas por candidatos que cursaram integralmente o Ensino Fundamental e Médio em Escolas Públicas ou a Educação de Jovens e Adultos em Escolas Públicas (EP). Das vagas destinadas ao PIMESP, 35% são oferecidas para aqueles que se autodeclarem Pretos, Pardos ou Indígenas e que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental e Médio em escolas públicas ou a Educação de Jovens e Adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino, resultando na seguinte divisão:

Para o Curso de Medicina: 12 vagas para o PIMESP, sendo 8 vagas para egressos do ensino fundamental e médio de escolas públicas independentemente da questão de cor ou raça (EP) e 4 vagas para egressos do ensino fundamental e médio de escolas públicas autodeclarados Pretos, Pardos ou Indígenas (EP PI).

Para o Curso de Enfermagem: 6 vagas para o PIMESP, sendo 4 vagas para egressos do ensino fundamental e médio de escolas públicas independentemente da questão de cor ou raça (EP) e 2 vagas para egressos do ensino fundamental e médio de escolas públicas autodeclarados Pretos, Pardos ou Indígenas (EP PPI).

Vagas – Geral e PIMESP

Vagas – Geral e Pimesp						
Curso	Nº total de vagas no período integral (matutino/vespertino)	Número de vagas destinadas aos candidatos não concorrentes pelo PIMESP (Lista geral)	PIMESP (15% do número total de vagas)			Duração (em anos)
			EP	EP PPI (35% dentro dos 15% das vagas PIMESP)	Nº total de vagas reservadas para o PIMESP	
			Número de vagas PIMESP para candidatos egressos do ensino fundamental e médio de escolas públicas independentemente da questão de cor ou raça (EP).	Número de vagas PIMESP para candidatos egressos do ensino fundamental e médio de escolas públicas (EP) e que se autodeclararam como Pretos, Pardos ou Indígenas (PPI).		
Enfermagem	40	34	4	2	6	4
Medicina	80	68	8	4	12	6

Relação candidato/vaga – Geral e Pimesp

Relação candidato/vaga – Geral e Pimesp				
Curso	Nº total de vagas no período integral (matutino/vespertino)	Número de vagas destinadas aos candidatos não concorrentes pelo PIMESP (Lista geral)	PIMESP (15% do número total de vagas)	
			EP	EP PPI (35% dentro dos 15% das vagas PIMESP)
			Número de vagas PIMESP para candidatos egressos do ensino fundamental e médio de escolas públicas independentemente da questão de cor ou raça (EP).	Número de vagas PIMESP para candidatos egressos do ensino fundamental e médio de escolas públicas (EP) e que se autodeclararam como Pretos, Pardos ou Indígenas (PPI)
Enfermagem	4,3	3,5	7,3	12,5
Medicina	181,7	183,4	165,1	184,5

Docentes

O corpo docente da Instituição conta com 276 profissionais (182 docentes e 94 assistentes de ensino), com a seguinte titulação: 101 especialistas, 67 mestres, 97 doutores, 09 pós-doutores e 02 livres-docentes.

Secretaria de Graduação

A secretaria de graduação agendou 78 consultorias e atendeu ocorrências estudantes, tais como: atestados de matrícula, conclusão de graduação, boa conduta, carta de apresentação, entre outras.

No mês de março foi realizada a coleta de dados e preenchimento do sistema do censo da educação superior realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que utiliza dos dados para a construção de indicadores como o conceito preliminar de curso (CPC) e índice geral de cursos (IGC).

No período de 24 de fevereiro a 6 de março, conforme publicado em Edital, foram abertas inscrições aos estudantes dos Cursos de Medicina e Enfermagem para os programas de monitoria. A prova escrita ocorreu em 8 de março e o resultado final para o preenchimento das vagas foi publicado em 24/4/2017, nas áreas Biblioteca, Imunologia, Laboratório de Embriologia Humana, Laboratório de Anatomia Humana, Laboratório Morfofuncional, Práticas Profissionais e Simulação, Saúde Coletiva-Urgência num total de 40 vagas.

No período de 24 de julho a 1 de agosto de 2017, 78 estudantes dos Cursos de Enfermagem e Medicina entregaram documentos para análise da situação socioeconômica, conforme edital conjunto FAMEMA/FMESM e 56 estudantes foram contemplados com bolsas auxílio alimentação/transporte para o período de agosto/2017 a julho/2018 no valor de R\$ 330,00 ao mês. Também foram concedidos cartões refeições em que o quantitativo se refere à frequência do estudante bolsista em suas atividades curriculares. Além dos 56 beneficiados, outros 4 estudantes foram contemplados somente com o benefício da bolsa no valor de R\$ 330,00 ao mês; 14 estudantes foram contemplados com cartões refeição, dentre estes, 9 ficaram como suplentes para o benefício da bolsa no valor de R\$ 330,00 ao mês, após a saída dos estudantes matriculados na 6ª série de Medicina e 4ª série de Enfermagem.

O calendário institucional para o ano de 2018 foi elaborado no mês de junho/2017 e aprovado em 9 de outubro. Já os calendários acadêmicos para os Cursos de Enfermagem e Medicina foram elaborados no mês de junho/2017 e aprovados no Colegiado em 3 de outubro e na Congregação em 9 de outubro de 2017.

No dia 20 de outubro, das 9h às 13h, na sala Carlos Pasquale do Conselho Estadual de Educação em São Paulo foi apresentado o Sistema ProSuperior, onde esta Instituição de Ensino Superior foi representada pela Sra. Alessandra Marlyn Silva Guimarães.

Curso de Medicina

O Curso de Medicina tem o seu currículo orientado por competência profissional.

É centrado no estudante, utilizando metodologias ativas de aprendizagem, através de aprendizagem baseada em problemas (ABP) e problematização, com desenvolvimento de atividades de trabalho em pequenos grupos, onde o docente possui a função de facilitar (tutor/facilitador de prática profissional) a aprendizagem do estudante. Estimula-se a autoaprendizagem, reservando tempo para o estudante dentro da grade semanal para busca de informações e das questões de aprendizagem levantadas nas atividades em pequenos grupos. O desenvolvimento da habilidade para este trabalho em grupo, assim como para acesso, busca, análise e seleção de informação são amplamente estimuladas e apoiadas.

O curso é organizado segundo unidades educacionais longitudinais, interdisciplinares e multiprofissionalizantes, e os professores são responsáveis pela elaboração das tarefas a serem desenvolvidas em cada unidade, além dos problemas a serem trabalhados nos pequenos grupos para o desenvolvimento gradativo da competência profissional.

Há uma ampla flexibilização curricular, permitindo-se a realização de estágios eletivos durante todo o curso, sobretudo a partir da 2ª série. Os estudantes podem eleger seu eletivo conjuntamente com seu orientador, em áreas de interesse comum do estudante e do programa.

O estudante é estimulado a desenvolver raciocínio lógico, raciocínio clínico-epidemiológico e análise crítica das informações, articulando o conhecimento das dimensões biológica, psicológica e social, assim como a teoria e a prática.

O contato com os serviços de saúde e da comunidade desde a primeira série do curso possibilita o desenvolvimento de habilidades na análise e gerenciamento dos problemas reais de saúde, das pessoas e dos serviços, bem como de atitudes, e da postura responsável e ética esperada dos nossos futuros profissionais de saúde.

Busca-se ao longo de todo o curso o desenvolvimento de competências profissionais nas Unidades de Prática Profissional, culminando nas séries finais, 4ª, 5ª e 6ª séries com enfoque nas áreas de saúde da criança, da mulher, do adulto, além de urgência e emergência e especialidades clínicas e cirúrgicas e saúde coletiva, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais do Curso de Medicina.

O curso de Medicina recebeu 03 estrelas na avaliação de cursos superiores realizada pelo Guia do Estudante (GE) e constou na publicação GE Profissões Vestibular 2017, que passou a Circular nas Bancas a partir do dia 14/10/2016.

O Curso de Medicina foi destaque no Ranking Universitário Folha, o RUF 2016, divulgado no dia 19/09/2016, pelo jornal Folha de São Paulo. O Curso de Medicina da FAMEMA ficou na 22ª posição no país e na 7ª no estado de São Paulo.

A FAMEMA, com 78 estudantes egressos do ano de 2015, participou do exame obrigatório promovido pelo CREMESP, ficando entre as dez primeiras escolas, tendo alcançado resultado satisfatório com índice de acerto superior ao da média geral. O CREMESP estipula para aprovação um percentual de 60% de acertos das questões.

A FAMEMA aderiu desde 2013, ao Projeto ADEM+ (Avaliação do Desempenho de Estudantes de Medicina) que é ligado ao Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio-Libanês, IEP-HSL e o National Board of Medical Examiners - NBME, que tem como objetivo apoiar e promover a avaliação do desempenho dos estudantes de medicina e apoiar a avaliação dos programas de graduação em Medicina do Brasil.

O NBME tem uma experiência de quase 100 anos em avaliação de profissionais na área de saúde com um padrão de qualidade reconhecido internacionalmente.

Em 2013, este projeto previu a aplicação de forma voluntária, de uma prova baseada em ciências clínicas aos estudantes de 3ª a 6ª séries de medicina. A prova contou, nesse ano, com 80 questões de múltipla escolha via internet que foi aplicada no Laboratório de Pesquisa da Biblioteca da FAMEMA. Este projeto não acarretou ônus financeiro para a instituição ou para os estudantes

Em 2015 a prova com 120 questões foi aplicada no período de 13 a 26/11/2015 para 42 estudantes de 3ª a 6ª séries. Para 2016 a prova será aplicada para estudantes de 3ª a 6ª séries no período de 11 a 25/11/2016.

Foi emitido relatório pelo IEP-HSL e NBME com indicadores do desempenho dos participantes em 2015 e os estudantes da FAMEMA obtiveram desempenho acima da média geral.

A Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA), em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Marília, foi beneficiada pelo Ministério da Saúde com o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde 3 no valor de R\$ 331.650,00, referente ao convênio SICONV n.º 776438/2012 com vigência prorrogada para 16/05/2017 e custeou a participação de estudantes e docentes no 53º Congresso Brasileiro de Educação Médica (COBEM), no período de 06 a 10 de novembro de 2015, no Rio de Janeiro - RJ; no ECEM Encontro Científico dos Estudantes de Medicina, no período de 22 a 31 de julho de 2016, em Fortaleza – CE e no 54º Congresso Brasileiro de Educação Médica (COBEM), no período de 12 a 15 de outubro de 2016, em Brasília-DF.

O Curso de Medicina foi contemplado com 03 (três) bolsas para realização de intercâmbio de estudantes de graduação através do Programa de Bolsas Ibero Americanas Santander Universidades, direcionados as Universidades participantes do programa estabelecidas na Espanha e outros países.

Recebemos a visita dos professores Irimar de Paula Posso e Mário Luís Ribeiro Cesaretti, do Conselho Estadual de Educação (CEE), nos dias 22 e 23 de agosto de 2016, para credenciamento institucional.

Curso de Enfermagem

O curso de Enfermagem recebeu 04 estrelas na avaliação de cursos superiores realizada pelo Guia do Estudante (GE) e constou na publicação GE Profissões Vestibular 2018, que passou a circular nas bancas a partir do dia 16/10/2017.

O curso recebeu 01 (uma) bolsa para realização de intercâmbio de Estudantes de graduação através do Programa de Bolsas Ibero-Americanas Santander Universidades, direcionados às Universidades participantes do programa estabelecidas na Espanha e outros países. Este programa de Bolsas é voltado a estudantes dos Cursos de Medicina e Enfermagem da FAMEMA.

O curso de Enfermagem atingiu o conceito 3 no ENADE 2016, que parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento.

No Ranking Universitário Folha – 2017, o curso de Enfermagem colocou-se entre as 05 melhores do Estado de São Paulo, ficando atrás somente das grandes universidades paulistas.

Pós-Graduação e Pesquisa

A Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão assessora a Diretoria Geral nos assuntos relativos ao fluxo de docentes em regime de pós-graduação stricto sensu e apoia os cursos de Pós-Graduação lato sensu oferecidos pela Instituição.

Atualmente, dois programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) estão em atividade na FAMEMA. São eles:

- Saúde e Envelhecimento – Mestrado acadêmico (Conceito 4 obtido nesta avaliação quadrienal);

- Ensino em Saúde – Mestrado profissional (Conceito 3 obtido nesta avaliação quadrienal);

Nível mestrado acadêmico curso Saúde e Envelhecimento houveram 16 defesas de dissertação e 20 qualificações de dissertação. Os resultados de pesquisa referentes às dissertações defendidas foram encaminhados à publicação no período que antecedeu as defesas. Nível mestrado profissional curso Ensino em Saúde houve 15 defesas de dissertação com o envio de 15 artigos para publicação.

O Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (CEP) avaliou 301 projetos de pesquisa nos anos 2016/2017. A Comissão de Ética no Uso de Animais realizou 03 reuniões ordinárias e extraordinárias.

A FAMEMA conta junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com Grupo de Pesquisa com total de 12 registros de relatório de grupos certificados.

Foram disponibilizadas duas Bolsas de Mobilidade Internacional patrocinadas pelo Santander, via Programa de Bolsas, para a FAMEMA. Dois estudantes de Pós-Graduação Lato Sensu foram contemplados e desenvolverão estágio de no máximo 04 meses em instituições internacionais conveniadas.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - (PIBIC/CNPq) - FAMEMA 2016/2017, a duração da bolsa é de 12 meses e o período de vigência da bolsa: 01/08/2016 a 31/07/2017, tivemos 08 inscritos para 04 vagas.

Cursos Pós-Graduação Lato Sensu

Residências Multiprofissionais

A Comissão de Residência Multiprofissional da Faculdade de Medicina de Marília (Coremu/FAMEMA) constitui espaço para discussões, propostas e deliberações de assuntos pertinentes aos Programas de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde da Faculdade de Medicina de Marília e tem por finalidade estabelecer normas para o funcionamento e cumprimento dos programas.

A Comissão é constituída por docentes, profissionais, gestores e residentes de todos os programas de Residência Multiprofissional da FAMEMA.

Compete a Coremu respaldar, auxiliar e orientar os programas pelos princípios e diretrizes do SUS, a partir das necessidades e realidade local. São realizadas reuniões bimestrais, ou de acordo com a necessidade.

No ano de 2016 foram realizadas 06 reuniões, com o intuito de deliberar a respeito de abertura de editais, solicitação de desligamento, Informes sobre portarias, ofícios, informações sobre publicação de Resoluções da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional, pautas gerais enviadas por partes dos residentes e dos coordenadores.

A Coremu subsidia cinco programas de residências multiprofissionais que são: Saúde Mental, Atenção Cirúrgica Especializada, Materno Infantil, Urgência e Saúde Coletiva com as vagas oferecidas por cada um dos programas para o primeiro e segundo anos de residência.

A coordenação da Coremu integra a Comissão de Integração de Ensino e Serviço (CIES) do Município de Marília- SP, este um espaço deliberativo da parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Marília.

Atualmente as residências possuem um total de 59 residentes nos cinco programas. Foi publicado o Edital 01/2016 para o processo seletivo para o ano de 2017, para os interessados nas Residências Integradas Multiprofissionais nas áreas: Materno Infantil, Urgência e Saúde Coletiva e para a Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental e Residência Multiprofissional em Atenção Cirúrgica Especializada.

Curso de Especialização em Psicoterapias de orientação

Iniciado o curso da Turma 8 em 04/03/2016, com 11 alunos, com previsão de término do curso no dia 24/03/2018.

O curso tem duração de 24 meses e utiliza metodologia ativa de ensino-aprendizagem em seu currículo segundo os princípios do projeto político pedagógico adotado pela Faculdade de Medicina de Marília e tem por finalidade: desenvolver um sistema organizado de disciplinas cujo objetivo é formar profissionais de alta capacitação, a fim de poderem atuar em clínica psicoterápica, realizando com sólida fundamentação teórica e metodológica; criar um espírito crítico e um olhar empírico, capacitando-os à elaboração de projetos de pesquisa. Objetivo principal é atualização dos estudos da teoria e da técnica psicoterápica de orientação psicanalítica visando formar especialistas nesta área de atualização.

O curso é reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação parecer nº 078/2008.

As atividades do curso são desenvolvidas com tutorias, conferências, grupos de estudo, orientação para monografia e supervisão clínica, perfazendo uma carga horária total durante dois anos de 685 horas.

Residência Médica

A Comissão de Residência Médica (COREME) da FAMEMA, oferece Programas de Residência Médica em 30 áreas de conhecimento da Medicina, promovendo o treinamento e qualificação de médicos para inserção no modelo de Saúde do nosso país.

Os programas são credenciados junto à Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), subordinada à Secretaria de Ensino Superior do MEC (SESu/MEC).

Atualmente conta com 236 vagas credenciadas, sendo oferecidas 96 vagas para R1 a cada ano, de acordo com a CNRM e com a Resolução do CONFORPAS-SP.

O residente tem direito ao recebimento de bolsa de estudo de acordo com o piso estabelecido na Lei Federal no 10.405/2002, pagas respectivamente pela Secretaria de Estado da Saúde e complementada pela Autarquia HC-FAMEMA.

A COREME mantém-se empenhada no sentido de integrar os médicos residentes com a sociedade, Sistema Único de Saúde (S U S), conselhos das especialidades, conselhos regionais de medicina e academia. Para tanto, conta com a colaboração do nosso Corpo Docente, Coordenadores dos Programas de Residência Médica, Preceptores dos Residentes, Diretoria Técnica dos Hospitais de Clínicas I / II / III, Coordenadorias do Hemocentro e Ambulatório Mario Covas, Conselho Regional de Medicina, Associação Paulista de Medicina e Diretoria Geral da FAMEMA.

Programa de Aprimoramento Profissional - Secretaria de estado da Saúde/SP (SES/SP) e Faculdade de medicina de Marília (FAMEMA)

O Programa de Aprimoramento Profissional (PAP) foi criado pelo Decreto Estadual nº 13.919, de 11/09/1979 e administrado pela Secretaria do Estado de São Paulo (SES/SP) e Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP). Com a extinção da FUNDAP em 2016, a SES/SP é quem administra os Programas. É destinado, prioritariamente, a recém-graduados de diferentes cursos superiores, principalmente os da área da saúde, exceto a medicina, tendo em vista capacitá-los ao exercício profissional, por meio do treinamento em serviço sob supervisão de profissional qualificado, em instituições vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Na FAMEMA foi credenciado em 1984 e teve início em 1985 na área de Saúde Mental em Psicologia em Psiquiatria (com alteração em 2006 para Psicologia Clínica em Saúde Mental); em 1995, em Psicologia Hospitalar e em 2002, em Hemoterapia Geral.

Em 2015 houve a alteração solicitada pela SES/SP, de que os Programas passassem de 2 para 1 ano. Assim, em 2014 não foram abertos editais para o funcionamento de novas turmas dos Programas de Psicologia Clínica em Saúde Mental e Hemoterapia Geral para o ano de 2015. Em 2016 foram oferecidas vagas com bolsas autorizadas pela SES/SP aos seguintes Programas: Área de Saúde Mental = Psicologia Clínica em Saúde Mental (03 vagas) e Psicologia Hospitalar (02 vagas) e Área de Hemoterapia Geral (05 vagas), totalizando 10. Em 2017, foram oferecidas 15 vagas com bolsas autorizadas pela SES/SP aos seguintes Programas: Área de Saúde Mental = Psicologia Clínica em Saúde Mental (03 vagas) e Psicologia Hospitalar (02 vagas) e Área de Hemoterapia Geral (05 para primeiro ano e 05 vagas para segundo ano).

Há uma Comissão Local formada pelo Diretor de Pós-Graduação, Ensino e Pesquisa da FAMEMA, Coordenadora do Programa de Aprimoramento Profissional da FAMEMA, Coordenadora da Área de Saúde Mental e Coordenador da Área de Hemoterapia Geral (1 Livre-Docente, 2 Doutores e 1 Assistente/Especialista). Há reuniões periódicas dos profissionais envolvidos.

O processo de ensino aprendizagem se dá através do exercício da prática profissional, com 80% de carga prática e 20% de carga teórica, enfatizando as políticas públicas de saúde; participação em equipes interdisciplinares, que supervisão de profissionais especializados nas áreas oferecidas; preceptorias para acompanhar o desenvolvimento do aprimorando ao longo do Programa.

Além de completar a carga horária, os aprimorandos são avaliados periodicamente e devem entregar ao final do programa um trabalho de conclusão de curso. É favorecida a representação de aprimorandos nas reuniões em SP. Há a integração de diversos Programas da FAMEMA, através de reuniões periódicas, cursos comuns à formação dos profissionais, vínculo intra-institucional, aumentando assim, sua visibilidade e importância.

Psicologia Clínica em Saúde Mental

Público Alvo: psicólogos formados em curso superior reconhecido pelo MEC que concluíram o curso nos últimos 5 anos.

Objetivos: Aprimorar a formação de profissionais de nível superior da área da saúde através de prática profissional supervisionada dentro da área de saúde mental; Potencializar o desenvolvimento de habilidades e competências atrelado às necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS); Aprimorar a formação profissional, adequando-a à prestação de serviços de saúde mental voltados as necessidades da população; Formar profissionais com uma visão crítica e abrangente do sistema único de saúde, que possam vir a atuar como agentes na implantação de um sistema de saúde universalizado, integrado, hierarquizado e regionalizado, voltado à melhoria das condições de saúde da população; Formar profissionais especializados na área de saúde mental e com inserção em equipes multiprofissionais; Favorecer a visão crítica e ampliada das políticas de saúde para que os profissionais possam vir a atuar como agentes de transformação da prática e Auxiliar a formação de profissionais com atitudes pautadas em princípios éticos, com posturas de respeito, responsabilidade e cooperação com a equipe e pacientes na sua prática profissional.

Locais: Ambulatório de Saúde Mental; Enfermaria Psiquiátrica em Hospital Geral; CAPS AD e CAPS Com-Viver (com convênio com a Secretaria Municipal de Saúde de Marília/SP)

Período e Carga Horária: 1 ano, com 1920 horas, 40 horas/semanais **Profissionais:** Doutores (4), Mestres (4), Assistentes/Especialistas (3)

Psicologia Hospitalar

Público Alvo: psicólogos formados em curso superior reconhecido pelo MEC que concluíram o curso nos últimos 5 anos.

Objetivos: Aprimorar a formação do psicólogo na área de psicologia hospitalar através do treinamento em serviço; Favorecer a compreensão da integração física e psíquica dos portadores de doenças orgânicas; troca de saberes em interdisciplinaridade; utilizar o conceito de saúde visando a humanização na instituição hospitalar, bem como uma integração biopsicossocial da população atendida; Favorecer a visão crítica e abrangente das políticas de saúde para que os profissionais possam atuar como agentes de transformação da prática; Desenvolver atitudes pautadas em princípios éticos, com posturas de respeito, responsabilidade e cooperação com a equipe e pacientes na sua prática profissional. **Locais:** Hospital de Clínicas I e II, Hemocentro e Oncoclínica.

Período e Carga Horária: 1 ano, com 1920 horas, 40 horas/semanais

Profissionais: Doutor (1), Mestres (2), Assistentes/Especialistas (7)

Hemoterapia Geral

Público Alvo: biomédicos, biólogos e bioquímicos formados em curso superior reconhecido pelo MEC que concluíram o curso nos últimos 5 anos.

Objetivos: Treinar profissionais das áreas de Biomedicina, Biologia e Farmácia/Bioquímica para o exercício de atividades técnicas na área de Hemoterapia Geral, como: controle, produção, seleção, armazenamento e transfusão de hemocomponentes, e a realização e interpretação dos exames imunohematológicos e sorológicos. **Local:** Hemocentro

Período e Carga Horária: 2 anos, com 3840 hrs, 40 hrs/semanais

Profissionais: Doutor (1), Assistentes/Especialistas (4)

BIBLIOTECA

A Biblioteca da Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA tem como objetivo dar suporte às atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, fornecendo e promovendo o acesso às informações atualizadas na área de ciências da saúde.

ATIVIDADES DE ROTINA

Em atendimento ao objetivo descrito acima, no período de novembro de 2016 a outubro de 2017, foram desenvolvidas diversas atividades na Biblioteca.

Registro de frequência

O total de entrada/saída de usuários registradas pelo Portão Eletrônico da Biblioteca foi de 88.625 no período, sendo a média mensal de 7.385 registros de frequência local.

Empréstimos e consultas de materiais

No período, o movimento de empréstimo e consulta de materiais do acervo da Biblioteca foi de 27.878 itens, distribuídos conforme abaixo:

Empréstimos e Consultas/Materiais	
Tipo	Quantidade
Empréstimos de livros, folhetos, teses, CDs e DVDs	17.398
Consultas de livros, folhetos e teses	10.350
Consultas de periódicos (impressos)	130
Total	27.878

Capacitação de usuários

Foram desenvolvidas atividades de capacitações/orientações para uso das principais ferramentas para recuperação da informação da área de ciências da saúde, como LILACS, PUBMED, Biblioteca Eletrônica SciELO (livros e periódicos); Bibliotecas Virtuais em Saúde: Bireme, Ministério da Saúde, Psicologia; Banco de dados DATASUS; Portal de periódicos CAPES e base de dados interna da biblioteca – BIBLIV e capacitações para normalização de trabalhos acadêmicos (normas ABNT e estilo Vancouver) e uso do gerenciador de referências ENDNOTE. No total 279 usuários participaram destas atividades, distribuídos em estudantes de graduação dos cursos de Medicina e Aprimorandos (10), Residentes (38) Mestrandos (32), Funcionários do Centro de Reabilitação Lucy Montoro (30) e monitores (03).

Levantamento/pesquisas bibliográficas e normalização de trabalhos acadêmicos e publicações científicas

Em virtude das metodologias ativas de aprendizagem e da necessidade de elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (monografias e dissertações), observa-se significativa utilização das principais bases de dados na área de saúde, principalmente nas bases bibliográficas LILACS, MEDLINE (PUB-MED), Biblioteca eletrônica SciELO e Portal Capes. A biblioteca oferece suporte a estas atividades através do serviço de capacitação de usuários para acesso à informação em ciências da saúde, normalização de trabalhos acadêmicos e publicações científicas. Não há registro numérico dessas atividades, uma vez que a partir das citadas capacitações, parte dos usuários realizam estas atividades sem auxílio dos bibliotecários. Quando necessário, a Biblioteca oferece também a atendimento individual ou em grupo através de agendamento com um dos bibliotecários para suporte às pesquisas nas bases de dados citadas acima, normalização de trabalhos acadêmicos e publicações científicas em geral, uso de gerenciador de referências ENDNOTE, preenchimento de dados na plataforma Lattes e submissão de artigos para publicações em periódicos. Neste período foram realizados 668 atendimentos.

Processamento técnico de materiais do acervo

Foram registrados 861 novos exemplares de livros, monografias, teses, folhetos, periódicos e CDs, conforme abaixo, e inseridos no acervo da Biblioteca. Todos foram processados tecnicamente através do tombamento, classificação, catalogação, indexação e digitação nas bases de dados internas da Biblioteca.

Processamento técnico de materiais do acervo				
Livros, monografias e teses	Folhetos	Periódicos	CD-ROM	Total
444 exemplares	25 títulos	326 fascículos	66 títulos	
Centro de Reabilitação Lucy Montoro Compra: 157 exemplares FAMEMA Doação: 287exemplares	Compra = 00 Doação = 25	Doação = 326		861

Acesso a periódicos nacionais e estrangeiros (PORTAL CAPES)

Os principais títulos correntes de **periódicos nacionais** da área de ciências da saúde estão disponíveis gratuitamente em formato eletrônico, com textos completos na biblioteca eletrônica SciELO – Brasil, nos próprios sites das revistas ou outros serviços de acesso aberto. Atualmente é pouco significativo o número de fascículos de periódicos, em formato impresso, recebidos pela biblioteca, bem como a utilização dos mesmos pelos usuários. Neste período foram incorporados no acervo 326 fascículos de periódicos (impressos), provenientes de doações realizadas por Instituições e Associações que publicam periódicos nacionais na área de ciências da saúde e por docentes e estudantes. Com relação aos **periódicos estrangeiros**, a biblioteca tem permissão de acesso e uso do Portal Capes, que contempla diversas bases de dados com textos completos de artigos, livros, teses e outros. O Portal Capes reúne um elevado número de periódicos estrangeiros de relevância para a área de ciências da saúde, que atendem a todas as especialidades médicas e vem dando suporte acadêmico aos estudos e realização de pesquisas a toda comunidade FAMEMA que acessa o Portal Capes nos equipamentos do complexo FAMEMA, ou de forma remota através do cadastro individual do usuário no Sistema Proxy. Como citado anteriormente, a Biblioteca oferece capacitações aos usuários para facilitar e otimizar o uso destas ferramentas eletrônicas.

Comutação bibliográfica

O Serviço de Comutação Bibliográfica recebeu 246 pedidos de artigos científicos, teses e capítulos de livros. Cerca de 72% destes pedidos foram recuperados pela Biblioteca através do Portal Capes, sites dos próprios periódicos e serviços de acesso aberto (open access) e acervo impresso da Biblioteca e encaminhados gratuitamente aos usuários. Somente 18 pedidos (7,31%) foram solicitados ao Serviço de Comutação Bibliográfica gerenciado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia: COMUT/IBICT. Os demais, cerca de 20,70% dos pedidos não permitiram acesso gratuito ou via Portal Capes e os usuários não autorizaram o pedido final.

Fotocópias e Impressão de documentos para estudos

O serviço de fotocópias e impressão é disponibilizado aos usuários como apoio aos estudos acadêmicos. Neste período foram feitas 230.891 cópias, distribuídas conforme abaixo:

Fotocópias e Impressão de documentos para estudos		
Fotocópia	Impressão	Total
124.054	106.837	230.891

Produção de audiovisuais

O Setor de Audiovisuais realiza o serviço de produção de materiais audiovisuais. Atende solicitações de serviços de filmagens e fotografias solicitadas e utilizadas pela comunidade acadêmica para as atividades de ensino, pesquisa e participação em eventos locais, nacionais e internacionais e documenta os eventos realizados na Instituição (fotos e filmagem). Este serviço presta também auxílio aos docentes na produção de aulas. O serviço produziu no período 7.344 itens, conforme abaixo:

Produção de audiovisuais				
Aulas	Fotos	DVD	SCANNER	Total
52	3846	42	3404	7344

Venda de livros e instrumentos – PALTEX

O PALTEX - Programa Ampliado de Livros Textos (OPAS) é um programa sem fins lucrativos de venda de livros e instrumentos, para estudantes de universidades públicas, com preços mais acessíveis. O movimento total de vendas foi de 210 itens, distribuídos em:

Venda de livros e instrumentos – PALTEX		
Livros	Instrumentos	Total
69	141	210

Aquisição de Livros

No período, a Biblioteca iniciou o processo de aquisição de livros para atualização do acervo e atendimento de pedidos de novos títulos, sendo que parte dos títulos/exemplares foram recebidos e processados (tombados) pela Biblioteca no mês de outubro de 2017, como segue:

Aquisição de Livros				
Doc.	Títulos	Exemplares	Fonte Pagadora	Valor
Livros	25	157	FAMEMA	43514,89

Laboratório Morfofuncional e de Simulação

O Laboratório Morfofuncional e de Simulação caracteriza-se por um espaço privilegiado para a autoaprendizagem, construção de conhecimentos e desenvolvimento de recursos cognitivos, psicomotores e afetivos. Favorecem as atividades individuais e o trabalho em grupo, proporcionando a socialização de saberes, a colaboração recíproca e construção do conhecimento. É um importante espaço de busca, necessidade que nasceu na construção das questões de aprendizagem. Tutorias também são realizadas neste espaço, pois as disponibilidades de peças anatômicas contribuem para a discussão entre os estudantes, tornando mais significativo o aprendizado.

Juntamente com o Laboratório Morfofuncional funciona, há 14 anos, o Laboratório de Simulação da Prática Profissional, desde que foi criado o cenário de aprendizagem da Unidade de Prática Profissional (UPP) para todas as séries de medicina e de enfermagem. Este Laboratório trabalha com simulações realísticas, com peças simuladoras de procedimentos ou com o programa de Pacientes Simulados. Durante o ano são montadas as estações práticas em cada sala, fornecidos materiais específicos para cada tipo de simulação, maquiagens que simulam ferimentos, sutura, lesões de pele, nódulos, entre outras. Checados com frequência os materiais, equipamentos e livros, quanto à manutenção e extravio. Neste espaço há disponibilidade de 10 salas para simulações, sendo que duas delas dividem espaço com o Laboratório Morfofuncional. Além destas, o Laboratório de Simulação ainda conta com 05 salas na Unidade de Educação. Este laboratório permite a simulação de técnicas e procedimentos, aos pares, voltados ao exame clínico, procedimentos médicos e de enfermagem.

Estimulada pela crescente solicitação de preparo de práticas para os estudantes de Medicina e de Enfermagem, Residência Multiprofissional e Residência está em funcionamento na unidade II do Complexo Hospitalar da FAMEMA (Hospital Materno Infantil), desde 2011, parte do Laboratório Morfofuncional. Onde conta com peças de simulação para o desenvolvimento de habilidades em Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria e conta com um acervo de livros cedidos pela Biblioteca da FAMEMA. Um auxiliar de enfermagem foi destinado para o cuidado deste espaço, agendamento de atividades e montagem das salas para atividades práticas.

Entre as atividades desenvolvidas no Laboratório Morfofuncional da FAMEMA, destacam-se ainda:

Laboratório de Prática Profissional (LPP): da primeira à quarta série do curso de Enfermagem e da primeira à sexta série de Medicina. O Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde – áreas Urgência, Materno Infantil, Saúde Coletiva, Saúde Mental e Médico Cirúrgica, realizam atividades didáticas no Laboratório Morfofuncional, considerando as diferentes especificidades.

Apoio à Prática Profissional (APP): esta atividade foi construída para garantir o trabalho das habilidades que são comuns a todos os grupos da UPP1, UPP2, UPP4 da enfermagem e UPP6 da medicina. Realizado respectivamente as atividades de: biossegurança e lavagem das mãos, curativos, medicações via oral, inalatória, endovenosa e intramuscular. Na sexta série de Medicina e quarta de Enfermagem realizado em conjunto atividades de procedimentos cirúrgicos em bonecos simuladores sobre atendimento inicial à vítima de trauma.

Atividades de Avaliação: todas as séries dos Cursos de Medicina e de Enfermagem constroem suas atividades de avaliação (EAPP – Exercício de Avaliação da Prática Profissional) e encaminham suas solicitações para a organização destas práticas: preparando os pacientes simulados com maquiagens específicas para cada caso, na busca de aproximar, cada vez mais situações preparadas para simulações. Além disso, é de responsabilidade do Laboratório Morfofuncional o preparo para as salas com os devidos materiais e equipamentos para as simulações.

Residência Multiprofissional e Médica: o Laboratório Morfofuncional e de Simulação participam ativamente do processo de seleção para admissão e de avaliação ao final do programa.

Tutorias: uso de salas para os grupos de tutoria utilizando os modelos anatômicos, sala de imagem e acervo literário.

Atividades pedagógicas das disciplinas Básicas e de Especialidades: acontecem com frequência, com prévio agendamento das práticas para as séries de graduação dos Cursos de Medicina e de Enfermagem. Atividades didáticas das Ligas: espaço utilizado para as reuniões e encontros das ligas de estudantes: Dermatologia, Pediatria, Assistência à Gestante,

Geriatria, Liga do Trauma, Projeto Alfa-FAMEMA, Liga de Gerontologia, Sociedade Científica de Pneumologia, Liga de Cardiologia, entre outras.

Consultorias: uso do espaço interno para as consultorias das disciplinas Básicas e de Especialidades. Os monitores da disciplina de Embriologia realizam consultorias e apoio didático aos estudantes no Laboratório Morfofuncional às segundas-feiras à noite.

Apoio à Comunidade: apoiou as equipes: Projeto Alfa, Secretaria Municipal de Saúde, SENAC, Instituto Ana Nery de Marília, Colégio Shunji Nishimura (Pompéia/SP), Workshop DACA, Unimed; Colégio Criativo, Instituto Ana Nery, Workshop Scotme, Escola ETEC Antônio Devisate de Marília, Colégio Água Viva, Instituto de Protagonismo Juvenil, Sest/Senat, EMI de Vera Cruz-SP.

Trabalhos de Iniciação Científica: os trabalhos são orientados por docentes de diferentes áreas do conhecimento e objetivam a interdisciplinaridade e trabalho multiprofissional.

Apoio para atividades acadêmicas, de pós-graduação ou capacitação em serviço de funcionários, facilitando o desenvolvimento de atividades acadêmicas ou de cursos de extensão universitária e de residência médica das diferentes áreas propostas pela FAMEMA.

Capacitação dos Trabalhadores do Complexo Hospitalar da FAMEMA: por meio de empréstimos de manequins, possibilitou a capacitação em Punção de Portocath desenvolvida aos enfermeiros da Instituição vinculados ao HCI, HCII e Ambulatório Mário Covas.

Disponibilizou 20 vagas de monitoria, destinadas aos estudantes dos cursos de Medicina (3ª e 4ª séries) e Enfermagem (3ª série); gerando a demanda de reorganização das práticas e do projeto, com vistas à melhoria do aproveitamento deste recurso. Dessa forma, são realizadas, quinzenalmente, reuniões com a coordenação dos laboratórios e a equipe de monitores, com o desenvolvimento de atividades que visem à construção de novos recursos de autoaprendizagem destinados ao enriquecimento do acervo.

O acervo do laboratório é composto de: cortes anatômicos de todos os tipos, prospectos e manequins desmontáveis o que facilita a percepção (3D) e tamanho de tal estrutura, RX e tomografias computadorizadas, microscópios, livros, folhetos, pôsteres, monografias, banners, manequins, reanimadores adultos e infantis, simuladores de arritmia, recursos audiovisuais, kits de exame físico, microcomputadores, entre outros.

Núcleo de Apoio ao Discente – NUADI

O NUADI é composto por dois psicólogos, um psiquiatra e uma secretária, o atendimento é feito de segunda a sexta-feira, nas salas 15, 16 e 17 do Carmelo.

Os atendimentos realizados referem-se à psicoterapia psicanalítica, e psicoterapia cognitiva comportam psiquiátrica, acompanhamento medicamentoso; orientação familiar; entrevistas iniciais, realizadas com os estudantes do primeiro ano de Medicina e de Enfermagem; e orientação aos docentes.

Foram realizadas reuniões mensais com a Diretoria de Graduação com o objetivo de favorecer e ampliar recursos para os estudantes. Realizados também alguns atendimentos extras, fora do horário previsto no NUADI, em consultórios para conter situações emergenciais.

Núcleo de Avaliação

O Núcleo de Avaliação é formado pelo Grupo de Avaliação e pelos Comitês de Avaliação Cognitiva do Estudante e Avaliação da Prática Profissional do Estudante. Este Núcleo também dá suporte à elaboração de relatórios e projetos relacionados às inovações curriculares em curso ou almejadas.

O Grupo de Avaliação é responsável pela análise de documentos formais de planejamento curricular e pela elaboração e análise de formatos de avaliação sobre o desenvolvimento curricular. É composto por docentes dos Cursos de Medicina e Enfermagem e técnico-administrativo.

O Comitê de Avaliação Cognitiva do Estudante volta-se para a avaliação da progressão do estudante nos cursos de graduação, sendo constituído por uma equipe de apoio à formulação de projetos e

instrumentos para a verificação da aprendizagem cognitiva. São atribuições deste Comitê a validação dos Exercícios de Avaliação Cognitiva (EAC) e a formulação e aplicação do Teste de Progresso.

O Comitê de Avaliação da Prática Profissional do Estudante tem como propósito auxiliar as equipes de planejamento dos cursos de graduação e pós-graduação a organizar instrumentos de avaliação que tenham como objetivo avaliar o desempenho individual dos estudantes. São atribuições deste Comitê:

- Informar os prazos de entrega dos dados para organizar as avaliações;
- Analisar os instrumentos propostos para avaliação de desempenho dos estudantes, segundo princípios do projeto político-pedagógico;
- Verificar a validade e a confiabilidade dos instrumentos propostos;
- Correlacionar o critério-referência de cada série dos cursos de graduação e de pós-graduação com os instrumentos propostos;
- Orientar as equipes na construção dos instrumentos.

Produtos e resultados do trabalho realizado em 2016/2017 resumem-se a atividades de:

- Elaboração do material de avaliação;
- Atividades de pesquisa;
- Análise dos Exercícios de Avaliação Cognitiva (EACs) e dos Exercícios de Avaliação da Prática Profissional (EAPPs);
- Participação nas elaborações do Teste de Progresso 2017;
- Participação no projeto ADEM+;
- Envio de trabalhos científicos para eventos;
- Participação em eventos;
- Parceria com a ABEM - Associação Brasileira de Educação Médica
- Publicações;
- Participação na organização e no desenvolvimento da Oficina de Avaliação Atitudinal;
- Participação na facilitação de Oficinas de trabalho na semana de Planejamento/2018.
- Participação no NDE (Núcleo Docente Estruturante) e Comissão do Internato.
- Participação no COBEM (12 a 15/10 em Porto Alegre)

Elaboração de material de avaliação

- Participação na análise do instrumento de avaliação das UPPs (EAPP – Exercício de Avaliação da Prática Profissional) pelo Comitê de Avaliação da Prática Profissional do Estudante.
- Participação na análise dos instrumentos de avaliação cognitiva (EAC – Exercício de Avaliação Cognitiva e TP – Teste de Progresso) pelo Comitê de Avaliação Cognitiva do Estudante.

O Teste de Progresso para os estudantes de Medicina, elaborado em conjunto com o Núcleo Interinstitucional de Estudos e Práticas de Avaliação em Educação Médica (NIEPAEM), foi aplicado em 26/09/17, para os estudantes de 1ª a 6ª série de medicina:

Teste de Progresso Interinstitucional / 2017

Teste de Progresso Interinstitucional / 2017			
Série	Nº de estudantes que fizeram o teste	Nº total de Estudantes	% de estudantes que fizeram o o teste em relação ao nº total
1ª	76	78	97,43%
2ª	73	74	98,64%
3ª	82	82	100%
4ª	78	78	100%
5ª	77	78	98,71%
6ª	78	84	92,85%

Projeto ADEM+

A FAMEMA aderiu em 2013, ao Projeto ADEM+ (Avaliação do Desempenho de Estudantes de Medicina) que é ligado ao Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio-Libanês, IEP-HSL e o *National Board of Medical Examiners - NBME*, que tem como objetivo apoiar e promover a avaliação do desempenho dos estudantes de medicina e apoiar a avaliação dos programas de graduação em Medicina do Brasil.

O NBME tem uma experiência de quase 100 anos em avaliação de profissionais na área de saúde com um padrão de qualidade reconhecido internacionalmente. Em 2014 e 2015 a aplicação foi de forma voluntária, sendo a prova baseada em ciências clínicas aos estudantes do 3º ao 6º ano de medicina. A prova contou com 100 questões (em 2014) e 120 questões (em 2015) de múltipla escolha via internet que foi aplicada no Laboratório de Informática da FAMEMA. Este projeto não acarretou ônus financeiro para a instituição ou para os estudantes. Para 2016, a prova contará também com 120 questões de múltipla escolha via internet, aos estudantes do 3º ao 6º ano de medicina e será aplicado de 11/11 a 25/11/2016.

Participação da FAMEMA no Projeto ADEM+ Participantes Famema 2013	
Série	Total
3ª Série de Medicina	6
4ª Série de Medicina	12
5ª Série de Medicina	8
Total 2013: 26 estudantes	

Participação da FAMEMA no Projeto ADEM+ Participantes Famema 2014	
Série	Total
3ª Série de Medicina	15
4ª Série de Medicina	11
5ª Série de Medicina	19
6ª Série de Medicina	1
Total 2014: 46 estudantes	

Participação da FAMEMA no Projeto ADEM+ Participantes Famema 2015	
Série	Total
3ª Série de Medicina	2
4ª Série de Medicina	17
5ª Série de Medicina	22
6ª Série de Medicina	1
Total 2015: 42 estudantes	

Participação da FAMEMA no Projeto ADEM+ Participantes Famema 2016	
Série	Total
3ª Série de Medicina	48
4ª Série de Medicina	5
5ª Série de Medicina	30
6ª Série de Medicina	8
Total 2016: 91 estudantes	

Participação da FAMEMA no Projeto ADEM+

Participantes FAMEMA 2013

Total 2015: 42 estudantes

Participantes FAMEMA 2016

Total 2016: 91 estudantes

Atividades de Pesquisa / Relatório Técnico

Relatório “**Avaliação do Apoio da Prática Profissional dos Cursos de Medicina e Enfermagem (APP) - 2017**”. Autores: Elza de Fátima Ribeiro Higa e Maria Helena Ribeiro de Carvalho.

- Relatório “**Unidade Educacional Sistematizada**”. Autores: Haydée Maria Moreira, Elza de Fátima Ribeiro Higa e Osni Lazaro Pinheiro.
- “**Revisitando a Avaliação**”. Autores: Anete Maria Francisco, Haydée Maria Moreira, Elza de Fátima Ribeiro Higa e Ana Paula Ceolotto Guimarães.
- Em andamento: “**Projeto Consultoria Pré-Programada**”. Autores: Ana Paula Ceolotto Guimarães, Luzmarina Ap. Doretto Braccialli, Magali Ap. Alves de Moraes e Sílvia F. Rocha Tonhom.
- Em andamento: “**Projeto Egressos Medicina e Enfermagem 2015, 2016 e 2017**”.
- Autores: Anete Maria Francisco, Cássia Galli Hamamoto, Maria Cristina Guimarães Costa, Silvia Franco da Rocha Tonhom;
- Oficina “**Reconstruindo critérios de avaliação de atitudes dos estudantes no processo ensino aprendizagem**”, ministrada aos professores dos cursos de medicina e enfermagem que realizaram o curso anteriormente, em conjunto pelo Grupo de Avaliação (Comitê da Prática Profissional) e EP (Programa de desenvolvimento docente). Facilitadores do Núcleo de Avaliação: Sílvia Franco da Rocha Tonhom, Magali Ap. Alves de Moraes, Cléber José Mazzoni e Maria Cristina Guimarães da Costa. Realizado em dezembro/2016

Análise dos Exercícios de Avaliação Cognitiva (EACs) e dos Exercícios de Avaliação da Prática Profissional (EAPPs)

- Apoio aos coordenadores de unidades para elaboração do EAC pelo Comitê de Avaliação Cognitiva do Estudante;
- Apoio aos coordenadores de unidades para elaboração do EAPP pelo Comitê de Avaliação da Prática Profissional do Estudante.

Trabalhos

6º CIAIQ, 55º COBEM - Delegada no 55º COBEM – Participação da Prof. Dra. Haydée Maria Moreira como delegada da FAMEMA.

Publicados

Artigo em periódicos

- Artigo publicado “**Avaliação da aprendizagem ativa na graduação em saúde**” na Revista *San Gregório*. Autores: Elza de Fátima Ribeiro Higa, Elane de Fátima Taipeiro, Maria Helena Ribeiro de Carvalho, Rinaldo Henrique Aguiar-da-Silva, Silvia Franco da Rocha Tonhom, Maria de Lourdes Marmorato Botta Hafner.
- Artigo aceito para publicação “**Formação de enfermeiros centrada na prática profissional: percepção de estudantes e professores**” na Rev. Gaúcha Enferm. 2016 dez;37(4):e63782 doi: [http://dx.doi.org/10,1590/1983-1447.2016.04.63782](http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.04.63782). Autores: Tonhom S.F.R., Moraes M.A.A., Pinheiro O.L.
- Artigo aceito para publicação “**Simulação da prática profissional: uma estratégia de ensino e aprendizagem**” na Revista Online *Indagatio Didactica*. v. 8, p. 69-80, 2016. Autores: Magali Aparecida Alves de Moraes, Sílvia Franco da Rocha Tonhom, Maria Cristina Guimarães da Costa, Luzmarina Aparecida Doretto Braccialli e Cleber José Mazzoni. Del Antonio, A C F T; Tonhom, S F R; Chirelli, M Q. **Cuidado ao idoso na atenção básica: práticas de educação em saúde do fisioterapeuta**. Revista Brasileira em Promoção de Saúde, 29 (suplemento), p. 5-15, 2016

Participação em eventos

55º Congresso Brasileiro de Educação Médica – COBEM 2017: “Formação médica: Educação, Política e Atenção à Saúde”.

12 a 15 de outubro de 2017 – Centro de Eventos PUC – Porto Alegre/RS.

Membros do Núcleo de Avaliação que participaram do evento: Haydée Maria Moreira.

Parceria

Parceria com a ABEM nas Oficinas de Capacitação para a realização do Teste de Progresso nas Regionais da ABEM - Maria de Lourdes Marmorato Botta Hafner e Zilda Maria Tosta Ribeiro.

Tecnologia E Inovação

Faculdade De Medicina De Marília

Implementação De Capacitações Elaboradas Pelo Programa De Desenvolvimento Docente

Oficina: “Reconstruindo critérios de avaliação de atitudes dos estudantes”.

Esta capacitação teve como finalidade refletir sobre a avaliação atitudinal e reconstruir instrumentos de avaliação.

Desenvolvemos uma oficina no 2º semestre com carga horária de 3 períodos de 3 horas de duração cada, nos dias 13, 14 e 20 de dezembro/2017, com total de 9 horas de capacitação. Estiveram envolvidos 4 docentes do Comitê da Prática do Estudante e 01 docente do Programa de Desenvolvimento Docente (PDD).

Foram trabalhados os conteúdos teóricos de avaliação atitudinal, reflexão sobre a avaliação de atitudes considerando as escalas de desempenhos por meio de questões norteadoras e sugestões para a mudança nestes instrumentos.

Fizeram esta capacitação para 42 profissionais envolvidos nos **períodos:** 18 e 25/11 e 02/12/2015 (3 encontros com 42 participações sendo **17** no dia 18, **13** no dia 25 e **12** no dia 2)

Capacitação dos facilitadores da UPP2

Realizado capacitação pedagógica dos professores da UPP2 em janeiro/fevereiro de 2017, em três períodos de 3 horas cada, abordando o processo pedagógico de facilitação na UPP. Durante as atividades trabalhamos a prática do facilitador no ciclo pedagógico da UPP. Tivemos a participação de 8 facilitadores. A atividade foi desenvolvida pelas facilitadoras Sílvia F. da R. Tonhom, Danielle Abdel Massih Pio e Mara Q. Chirelli.

Capacitação dos facilitadores da UPP1

Realizado capacitação pedagógica dos professores da UPP1 em março de 2017, em três períodos de 3 horas cada, abordando o processo pedagógico de facilitação na UPP. Durante as atividades trabalhamos a prática do facilitador no ciclo pedagógico da UPP.

Tivemos a participação de 8 facilitadores. A atividade foi desenvolvida pelas facilitadoras Danielle Abdel Massih Pio e Mara Q. Chirelli.

Capacitação Dos Facilitadores Do Pdd

Capacitações dos facilitadores do PDD desenvolvidas pelo próprio programa

Capacitações realizadas com os facilitadores do Programa de Desenvolvimento Docentes, novembro de 2016 a maio de 2017.

Capacitações realizadas com os facilitadores do Programa de Desenvolvimento Docentes, novembro de 2016 a maio de 2017.			
Capacitação	Período	Carga Horária	Participantes
Discussão do Teste de Progresso, ministrado pela Profa. Zilda Tosta do Comitê de Avaliação	25/04/2017	2 horas	Camila, Rosa, Dantas, Mara

Elaboração do texto para o regimento

Em encontros realizados nas segundas e terças feira, com os participantes dos encontros foi estruturado, o texto inserido na proposta regimental da Faculdade de Medicina de Marília, o qual foi

encaminhado ao coordenador da elaboração do Regimento Prof. Mário do Carmo e também enviado pela representante do PDD a Prof. Danielle Abdel Massih.

Elaboração de projeto de pesquisa para planejamento de 2018

Também por meio dos encontros das segundas e terças feiras, foi estruturado, o projeto de pesquisa com os participantes dos encontros, para planejamento das atividades de 2018. O projeto foi encaminhado ao CEP e aprovado. A coleta de dados está sendo realizada.

Eventos, Produções, Cursos e Apresentações de Trabalhos Em Eventos

Participação em Eventos

Participação das facilitadoras Camila Mugnai Vieira, Danielle A. M. Pio e Marcia O. Mayo Soares no III Seminário Internacional da Carreira Docente nas Profissões de Saúde, realizado no dia 09 de maio de 2017, promovido pela UNICAMP, Campinas/SP.

Participação da facilitadora Rosa Maria Batista Dantas em grupos de discussão com professores da Rede Municipal de Educação, às terças feiras à tarde, durante todo o ano de 2017. Discussão de temas de saúde mental na infância e adolescência e discutindo filmes com temas da saúde mental.

Participação no Congresso Brasileiro de Psiquiatria de 25 a 28 de outubro de 2017, realizado em São Paulo, promovido pela Associação Brasileira de Psiquiatria.

II Congresso Internacional de Saúde Mental Escola Franca e Franco Basaglia, 2017.

Conferencista no(a) X Ciclo de Palestras: Educação Especial no Brasil, 2017. (Outra).

Unesp/Marília.

VI Simpósio de pós-graduação e IV Seminário de Iniciação Científica do PIBIC-CNPQ da FAMEMA

Outras Atividades Desenvolvidas nos Meses de Setembro e Outubro de 2017

Nos meses de setembro e outubro, além dos encontros de Educação Permanente, desenvolvido em todas as séries conforme o planejamento indicado no quadro três foram também desenvolvidas as seguintes atividades: elaboração de proposta de trabalho para o Núcleo de Desenvolvimento Docente (NDD) tendo em vista a constituição do Regimento Institucional o que demandou leitura prévias e reflexões junto ao grupo dos possíveis caminhos do programa/núcleo em 2018 e a elaboração do projeto de pesquisa intitulado “Estratégias de Desenvolvimento Docente na FAMEMA: visão de professores e gestores” para o qual também foram necessárias revisões conceituais e metodológicas, considerando que ele tem como objetivo fundamental o planejamento das atividades do NDD para o ano de 2018.

FAMERP

O relatório a seguir apresenta as informações gerenciais sobre as Ações e Projetos dos Programas 0100 e 1043, desenvolvidos pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto-FAMERP no exercício de 2017, apresentados desta forma:

- Os programas conforme a LOA/2017, incluindo o valor da dotação inicial e o realizado no ano;
- A descrição resumida do Programa, incluindo suas principais ações;
- O que foi realizado nos programas.

A execução orçamentária da FAMERP foi realizada de acordo com o objetivo das seguintes ações:

- **Ação 5272 - Apoio Técnico Administrativo**
- **Ação 5274 - Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial**
- **Ação 4402 - Bolsas de Estudos Para pesquisa e Desenvolvimento**
- **Ação 5304 - Ensino Graduação Univ. e Facul.Est.**
- **Ação 5305 - Ensino Pós Graduação Pesquisa Univ.e Facul.Est.**
- **Ação 5306 - Extensão Universitária, Difusão Cultural e Serviço à Comunidade**

Programa 0100 – Apoio Técnico Administrativo (Ação 5272)

O Programa 0100 - Apoio Técnico Administrativo é executado por meio de uma única Ação que objetiva a manutenção das áreas administrativas e conservação do campus, o que contemplou a contratação de serviços terceirizados, compra de materiais de consumo para uso diário, pagamento de despesas de utilidades públicas, despesas com transporte, vale alimentação, dentre outros necessários para a realização das atividades finalísticas desta Autarquia.

Foram realizadas ainda ações ligadas ao processo administrativo ou técnico dos cursos de Medicina e Enfermagem como: atualização do software para aumentar a capacidade de funcionamento da rede, fusão das redes de fibra ótica, expansão do número de ramais, serviço de certificação de rede, readequação dos racks do servidor institucional e outros.

Programa 1043 – Ensino Superior (Ações: 4402/5304/5305/5306)

O Programa 1043 - Ensino Superior é composto por quatro ações que objetivam a implementação das atividades de ensino com a remuneração dos servidores docentes, técnicos e administrativos, pagamento de bolsas de auxílio a estudantes carentes e novos pesquisadores, bem como a adequação física do campus.

Houve a participação no Exame de Progresso Interinstitucional – Coordenação do Núcleo Interinstitucional de Estudos e Práticas de Avaliação em Educação Médica, a realização do NAENF - Núcleo de Apoio ao Ensino de Enfermagem - Avaliação e discussão continuada das disciplinas e dos estágios supervisionados do curso com aplicação dos instrumentos padronizados, a realização de dois encontros para aperfeiçoamento docente.

Foi concedida 01 (uma) bolsa do Programa Fórmula 1 – Santander, onde o aluno recebe £5.000,00 (cinco mil euros) para ficar até 6 (seis) meses em qualquer Universidade do Exterior, desde que participante do programa.

Também foram utilizados recursos para a inserção social dos docentes e alunos na região em diversas atividades de orientação e extensão de serviços à comunidade.

Importante mencionar que todos os Programas têm sua execução destinada ao patrocínio da graduação e pós-graduação de aproximadamente 1.996 alunos, sendo:

- Graduandos em enfermagem – 143 alunos
- Graduandos em medicina- 453 alunos
- Graduandos em psicologia- 19 alunos
- Pós-graduandos Lato Sensu- 873 alunos
- Pós-graduando Stricto Sensu: 196 alunos

Programa 1044 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia

Fundação de Amparo à Pesquisa - Fapesp

A Fundação de Amparo à Pesquisa - FAPESP, constituída na forma de fundação, é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Com um orçamento anual correspondente a 1% do total da receita tributária do Estado, a FAPESP apoia a pesquisa e financia a investigação, o intercâmbio e a divulgação da ciência e da tecnologia produzida em São Paulo. Executa o Programa 1044 – Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

FAPESP - engloba as despesas de pessoal, custeio e investimento, cobertas na sua totalidade com Recursos Próprios – Fonte 04, representando percentualmente 4,99% do orçamento realizado, abaixo, portanto do limite previsto no artigo 17 da Lei nº 5.918, de 18.10.1960, de suas Disposições Transitórias, que dispõe que as despesas com a administração, inclusive com ordenados de Diretores a Assessores e salários dos funcionários, não poderão ultrapassar 5% do orçamento da Fundação.

A linha regular de fomento à pesquisa compreende todas as modalidades de Bolsas e Auxílios Regulares, excluindo as bolsas e auxílios concedidos no âmbito dos Programas Especiais e Programas de Pesquisa para Inovação Tecnológica.

Essa linha de fomento se destina à formação de recursos humanos para pesquisa e ao apoio à pesquisa acadêmica de demanda espontânea, contribuindo diretamente para o avanço do conhecimento.

Ação 4688 – Concessão de Bolsas de Estudo

As bolsas regulares constituem um importante instrumento de formação de recursos humanos para a pesquisa, um dos elementos indispensáveis para o avanço do conhecimento. As modalidades de bolsas oferecidas no país são:

(i) Iniciação Científica, (ii) Mestrado, (iii) Doutorado, (iv) Doutorado Direto e (v) Pós-Doutorado. No exterior são oferecidas bolsas nas modalidades Bolsa de Pesquisa e Novas Fronteiras, ambas em nível pós-doutorado, e Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior, que apoia a realização de estágios de pesquisa no exterior, de curta e média duração, por bolsistas da FAPESP nas modalidades no país.

Em 2017, o valor realizado com Bolsas de Estudo, linha regular, totalizaram R\$ 429.689.013,35, ou 30,09% do realizado total, sendo R\$ 328.264.416,20 com Bolsas no Brasil, R\$ 20.907.872,27 com Bolsas no Exterior e R\$ 80.516.724,88 com Bolsas de Estágio de Pesquisa no Exterior.

Ação 5286 – Concessão de Auxílio à Pesquisa

Na linha regular de fomento à pesquisa temos a Linha Regular de Auxílio à Pesquisa voltada para o atendimento da demanda encaminhada diretamente pelos pesquisadores ligados às universidades e aos institutos de pesquisa sediados no Estado de São Paulo, a partir de necessidades individuais de aprofundar conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas de seu interesse. Para desenvolvimento de projetos de pesquisa de maior abrangência, envolvendo grupo de pesquisadores, às vezes multidisciplinares e multi-institucionais, a FAPESP oferece a modalidade Auxílio a Projetos Temáticos.

A modalidade Concessão de Auxílio à Pesquisa, que inclui Linha Regular de Auxílio à Pesquisa e Projetos Temáticos, realizou o montante de R\$ 336.447.865,20 ou 23,56% do total realizado pela FAPESP em 2017, sendo R\$ 226.753.785,26 voltados para a Linha Regular de Auxílio à Pesquisa e R\$ 109.694.079,94 para os Projetos Temáticos.

Ação 5287 – Programação Especial

Programas Especiais compreendem aqueles criados pela Fundação por sugestões e a partir das necessidades da Comunidade Científica, com o objetivo de capacitar recursos humanos em áreas consideradas estratégicas ou em que há reduzido número de quadros, modernizar estrutura física do sistema estadual de pesquisa, assegurar aos pesquisadores o acesso eletrônico a dados do Brasil e do exterior. Em 2017 estavam em andamento os seguintes Programas Especiais:

Jovens Pesquisadores – programa que tem a finalidade de fortalecer o sistema estadual de pesquisa, atraindo para São Paulo jovens doutores de excelente qualificação e potencial e que atuem em temas modernos e com inserção internacional. O programa destina-se a criar oportunidade adequada de trabalho a esses profissionais, de forma a favorecer a criação de novos núcleos de pesquisadores em instituições sem tradição de pesquisa ou a criação de novas linhas de pesquisa em instituições que já tem tradição consolidada em pesquisa;

Orçam. Inicial – R\$ 33.494.215,00

Realizado – R\$ 35.564.622,60 – 106,18%

Ensino Público – financia pesquisas aplicadas sobre problemas concretos do ensino fundamental e médio em escolas públicas. Os projetos são executados por meio de parceria entre pesquisadores de instituições de ensino superior ou de pesquisa e profissionais vinculados a escolas da rede pública (estadual e municipal), visando desenvolver experiências pedagógicas inovadoras que possam trazer benefícios à escola.

Orçamento Inicial – R\$ 831.792,00

Realizado – R\$ 629.965,79 – 75,74%

Mídia Ciência – apoiar a formação de divulgadores científicos, por meio de bolsas em nível de graduação e pós-graduação. Esses recursos financiam pesquisas jornalísticas que resultam na produção de documentos de divulgação em veículos de comunicação de qualquer, desde que sejam desenvolvidos paralelamente ao cumprimento de um programa específico de estudos, orientado por pesquisadores e jornalistas profissionais.

Orçamento Inicial – R\$ 372.279,00

Realizado – R\$ 274.954,02 – 73,86%

Capacitação Técnica – destina-se ao treinamento e aperfeiçoamento de técnicos de nível médio e superior recém graduados que participem de atividades de projetos de pesquisa em instituições de ensino superior e pesquisa no Estado de São Paulo, financiados pela FAPESP.

Orçamento Inicial – R\$ 16.361.126,00

Realizado – R\$ 17.673.909,06 – 108,02%

Apoio à Infraestrutura de Pesquisa – tem por objetivo recuperar, modernizar e equipar laboratórios de instituições de ensino e de pesquisa, garantir aos pesquisadores acesso cada vez mais rápido à internet e atualizar o acervo das bibliotecas das instituições.

O programa atende à demanda de Unidades institucionais com necessidades infraestruturais que não podem ser convenientemente atendidas por meio dos subprogramas citados anteriormente. Trata-se de unidades cuja missão principal não é a de sediar grupos de pesquisa, mas a de servir de depositórios de informações, documentos e coleções biológicas relevantes para o desenvolvimento de projetos sediados fora delas, muitas vezes fora da instituição a que pertencem.

Orçamento Inicial – R\$ 66.236.892,00

Realizado – R\$ 61.680.787,41 – 93,12%

São Paulo Excellence Chairs – programa-piloto da FAPESP que busca estabelecer colaborações entre instituições do Estado de São Paulo e pesquisadores de alto nível radicados no exterior. O objetivo é atrair para o país cientistas de renome, a fim de que coordenem projetos temáticos em sua área de atuação em universidades e laboratórios paulistas.

Orçamento Inicial – R\$ 3.696.248,00

Realizado – R\$ 4.081.768,39 – 110,43%

Programa eScience - A colaboração em eScience visa explorar como avanços de pesquisa em Computação podem ajudar a vencer desafios científicos e tecnológicos em outros domínios, e vice-versa. O objetivo principal é encorajar abordagens ambiciosas, novas e não convencionais para pesquisa multidisciplinar inovadora, de nível mundial, envolvendo colaborações entre cientistas da computação e pesquisadores em outras áreas do conhecimento. Os tópicos relevantes para a chamada de propostas estão relacionados a seguir. Entretanto, a chamada não está restrita a esses tópicos e temas adicionais que se encaixem nas áreas da eScience são bem-vindos, como Algoritmos, modelos e interfaces humano-computador em eScience; Ciberinfraestrutura para apoiar pesquisa em eScience e Áreas de aplicação de eScience.

Orçamento Inicial – R\$ 507.281,00

Realizado – R\$ 476.103,15 – 93,85%

Outros Projetos abrangidos em Especiais

Orçamento Inicial – R\$ 20.527.042,00

Realizado – R\$ 18.223.045,09 – 88,78%

Ação 4699 – Inovação Tecnológica

Os Programas de Pesquisa para Inovação Tecnológica compreendem aqueles cujos resultados de suas pesquisas, além do avanço do conhecimento, visam e tem claro potencial de inovação tecnológica ou aplicação na formulação de políticas públicas.

Biotecnologia/Biodiversidade (Biota) - tem por objetivo principal catalogar e caracterizar a biodiversidade do Estado de São Paulo, definindo mecanismos para sua conservação, avaliando seu potencial econômico e estimando o seu uso sustentável. Também conhecido como Instituto Virtual da Biodiversidade pois integra pesquisadores, estudantes e instituições por meio da ferramenta web.

Os dados sobre caracterização da biodiversidade produzidos pelo Biota-FAPESP estão sendo utilizados na capacitação de recursos humanos e transferidos para o governo com o objetivo de subsidiar políticas públicas de conservação. Por meio de sua rede de bioprospecção, o programa também transfere conhecimento para o desenvolvimento de novos produtos ou tecnologia para o setor privado.

Orçamento inicial – R\$ 8.937.022,00

Realizado – R\$ 6.985.682,22 – 78,17%

Pesquisa em Políticas Públicas - financia projetos de pesquisa aplicada que objetivam a produção e sistematização de conhecimentos de relevância direta para a formulação e implementação de políticas públicas. Apóia projetos em quaisquer áreas de atuação do poder público estadual ou municipal. O programa se baseia na parceria entre institutos de pesquisa e universidades com instituições responsáveis por políticas públicas, que irão implementar o projeto.

Orçamento Inicial – R\$ 3.422.006,00

Realizado – R\$ 1.597.652,95 – 46,69%

Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid) – sua característica mais importante é a multiplicidade de sua missão. Além de desenvolver investigação fundamental ou aplicada, focada em temas específicos ou objetivos, os centros devem ativamente procurar oportunidades para contribuir para a inovação por meio do desenvolvimento de meios eficazes de transferência de tecnologia. Os centros também são responsáveis por oferecer atividades de extensão voltadas para o ensino fundamental e médio e ao público em geral. Os projetos preveem o envolvimento de estudantes e professores em atividades de investigação e formação e incluem ações de divulgação da ciência.

Orçamento Inicial – R\$ 53.588.842,00

Realizado – R\$ 55.541.464,64 – 103,64%

Pesquisa em Parceria para a Inovação Tecnológica (PITE) – projetos voltados para o fomento a pesquisas desenvolvidas por pesquisadores de instituições de ensino superior e pesquisa no Estado de São Paulo e pesquisadores de empresas. O PITE apoia projetos de pesquisa científica e tecnológica a partir de uma parceria entre pesquisadores das instituições de pesquisa sediadas no Estado de São Paulo e de empresas para criação e desenvolvimento de conhecimento relevante para a empresa. Os projetos são realizados em instituições de ensino superior e pesquisa do estado, com financiamento da FAPESP e da empresa parceira.

Orçamento Inicial – R\$ 8.814.765,00

Realizado – R\$ 6.351.604,46 – 72,06%

Pesquisa para Inovação Tecnológica em Pequena e Microempresa – programas voltados para o fomento à pesquisa inovativa em micro e pequenas empresas, com o objetivo de promover a inovação tecnológica, aumentar a competitividade e contribuir para a colocação de pesquisadores no mercado de trabalho.

Orçamento Inicial – R\$ 63.389.964,00

Realizado – R\$ 64.351.546,34 – 101,52%

Apoio à Propriedade Intelectual – programa com o objetivo de gerar uma cultura de patenteamento e licenciamento de tecnologia entre pesquisadores do Estado de São Paulo.

Orçamento Inicial – R\$ 1.298.495,00

Realizado – R\$ 484.501,69 – %

Pesquisa em Bioenergia (Bioen) – lançado em 2008, possui um sólido núcleo de pesquisa acadêmica exploratória que busca articular a pesquisa realizada nas universidades e centros de pesquisa com aquelas feitas em laboratórios de empresas. O programa fornece subsídios para a produção sustentável de biocombustíveis baseados especialmente no etanol da cana-de-açúcar, mas não apenas dele. A agenda de pesquisa inclui a produção de biomassa e seu processamento a produção de biocombustíveis, o desenvolvimento de motores, as aplicações da alcoolquímica e os impactos ambientais e socioeconômicos.

Orçamento Inicial – R\$ 6.933.820,00

Realizado – R\$ 6.018.131,14 – 86,79%

Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais – criado em 2008, apoia projetos de pesquisa de até seis anos, realizados por grandes equipes multidisciplinares, sendo um de seus objetivos principais o desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, com foco nas principais questões regionais, como Amazônia, o Cerrado e regiões do Atlântico Sul. O modelo é um passo necessário para melhor compreender o papel que o clima brasileiro desempenha nas mudanças globais.

Orçamento Inicial – R\$ 8.913.582,00

Realizado – R\$ 7.331.773,55 – 82,25%

Centros de Pesquisa em Engenharia – (CPE) - criado em 2017 com o objetivo de promover o desenvolvimento de pesquisa internacionalmente competitiva, na área de controle biológico de pragas, e que contribuam para os seguintes objetivos:

- a) Pesquisa de classe internacional na fronteira do conhecimento, fundamental ou orientada para aplicações, em ambos os casos buscando explorar ativamente as oportunidades de contribuir para o impacto social e para a inovação;
- b) Transferência de conhecimento para a Empresa e a sociedade, incluindo-se aí o setor empresarial e/ou setor não-governamental e/ou setor público;
- c) Interação com o sistema educacional, especialmente nos níveis fundamental e médio, por exemplo, usando o Programa FAPESP de Pesquisa com Ensino Público.

Dotação Inicial – R\$ 10.000.000,00

Realizado – R\$ 5.187.500,87 – 51,88%

A execução final atingiu 88,90% do orçamento previsto.

Ação 2563 – Modernização dos Institutos de Pesquisa Do Estado

O Conselho Superior da FAPESP referendou, em 22 de novembro DE 2017, o resultado da análise do [Edital de Modernização dos Institutos Estaduais de Pesquisa no Estado de São Paulo](#). Este Edital, contemplando um investimento total de R\$ 120 milhões, foi aberto para submissão de Planos de Desenvolvimento Institucional de Pesquisa dos Institutos Estaduais.

O processo de avaliação das propostas incluiu:

- a) fase inicial de enquadramento;
- b) Análise pela assessoria ad-hoc escolhida pela FAPESP (78 pareceres foram emitidos por pesquisadores com experiência nas áreas e atividades de pesquisa correlatas aos projetos);
- c) Análise pela Coordenação Adjunta (CAD) da Diretoria Científica da FAPESP, com emissão de uma recomendação para cada caso;
- d) Análise pelo Comitê Especial (CE), especificado no Edital, composto por pesquisadores, escolhidos pelo Conselho Técnico Administrativo (CTA) da FAPESP, com experiência em pesquisa aplicada e/ou na direção de institutos de pesquisa com missão dirigida;
- e) Análise pelo CTA da FAPESP e recomendação ao Conselho Superior.

As propostas recomendadas são:

- 1) Instituto Adolfo Lutz – processo nº 2017/50333-7
- 2) Instituto Agrônômico – processo nº 2017/50338-9
- 3) Instituto Biológico – processo nº 2017/50334-3
- 4) Instituto Butantan – processo nº 2017/50350-9
- 5) Instituto Dante Pazzanese – processo nº 2017/50342-6
- 6) Instituto de Botânica – processo nº 2017/50341-0
- 7) Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – processo nº 2017/50332-0
- 8) Instituto de Pesquisas Tecnológicas – processo nº 2017/50343-2
- 9) Instituto de Tecnologia de Alimentos – processo nº 2017/50349-0
- 10) Instituto de Zootecnia – processo nº 2017/50339-5
- 11) Instituto Geológico – processo nº 2017/50336-6
- 12) Superintendência de Controle de Endemias – processo nº 2017/50345-5

A FAPESP encaminhou correspondência a todas as instituições com as decisões finais, acompanhada dos pareceres que as fundamentaram. Solicitações de recurso administrativo sobre aspectos formais do processo serão recebidas até o dia 6 de dezembro próximo. Para tanto, deverá ser utilizado formulário disponível em www.fapesp.br/formularios/formulario-recons-PDIP.docx. Na sequência, os dirigentes serão convidados para reuniões na FAPESP para eventuais adequações das propostas.

Em 2017 não foram gastos recursos com esta ação.

Programa 2305 - Fomento ao Trabalho Artesanal

Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades

Carteira de artesãos emitidas: 92.373 (dez/2017)

Novos cadastrados no ano de 2017: 2.178

Renovação de Carteiras no ano de 2017: 1.215

Treinamento SUTACO de Agentes de Cooperação dos Municípios e Capacitação de Artesãos: os municípios paulistas parceiros da SUTACO, atendem ao artesanato em suas cidades, com o objetivo de descentralizar e regionalizar os serviços de cadastramento, com o apoio da Subsecretaria. Disponibiliza, também, assessoria na organização e divulgação de feiras e exposições de artesanatos, curadoria, bem como treinamentos, cursos e oficinas para atualização e capacitação dos artesãos. Foram treinados **160 agentes de cooperação SUTACO**, em **70 municípios** paulistas: (Águas de São Pedro; Águas de Lindóia; Américo Brasiliense; Araras; Araraquara; Americana; Artur Nogueira; Atibaia; Avaré; Barra do Chapéu; Biritiba Mirim; Bragança Paulista; Brotas; Cabreúva; Cafelândia; Caieiras; Cajati; Campo Limpo Paulista; Cananéia; Capão Bonito; Carapicuíba; Cotia; Cordeirópolis; Cubatão; Dois Córregos; Guararema; Guarulhos; Ibitinga; Ibiúna; Igaratá; Iperó; Itacemópolis; Itanhaém; Itaquaquecetuba; Itu; Jambeiro; Laranjal Paulista; Lençóis Paulista; Mairiporã; Marília; Mococa; Monte Alegre do Sul; Nova Odessa; Novo Horizonte; Paraibuna; Paranapanema; Pilar do Sul; Pirassununga; Porto Ferreira; Prefeitura Regional da Sé – SP; Registro; Ribeirão Grande; Ribeirão Pires; Rio Claro; Salto; Santa Isabel; Santo Antônio do Pinhal; São Bernardo do Campo; São José dos Campos; São José do Rio Preto; São Sebastião; Serra Negra; São Roque; São Vicente; Sertãozinho; Suzano; Tupã; Uchôa; Vinhedo e Votuporanga).

Capacitação de Artesãos Programa “Feito à Mão”: foram capacitados 662 artesãos em **15 municípios** (Analândia; Biritiba Mirim; Boituva; Cubatão; Guarulhos; Mairiporã; Paranapanema; Pilar do Sul; Presidente Prudente; Ribeirão Preto; Salesópolis; Santana do Parnaíba; São Simão; Santo Antônio do Pinhal e Tupã).

Curadoria: a Subsecretaria realizou a curadoria de 17 eventos.

Oficinas de Artesanato: a SUTACO realiza oficinas de técnicas artesanais em parceria com Prefeituras e entidades públicas e privadas com a finalidade de capacitar, formar novos artesãos ou mesmo para divulgação do artesanato junto ao público em geral. Foram realizadas 20 oficinas para público em geral e duas para artesãos.

Lojas/Comercialização: atualmente a SUTACO conta com uma Loja fixa, para comercialização das peças que recebe em consignação, localizada na Rua XV de novembro, no Centro de São Paulo, junto à Imprensa Oficial. Desta loja partem as peças para as exposições e vendas itinerantes na Capital, interior e litoral. Foram vendidas 3.158, com o valor total de: R\$ 100.862,70.

Emissão de Notas: em 2017, a SUTACO abriu 07 editais, emitiu 1.121 notas fiscais, que somaram R\$ 3.022.380,18.

O Conselho do Artesanato Paulista realizou 11 reuniões, dois encontros com artesãos e duas reuniões com a Secretaria da Cultura.

Biblioteca: em 2017, o acervo da biblioteca da SUTACO conta com 625 títulos.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

35000 - Secretaria de Desenvolvimento Social

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	881.507.524,00	775.729.489,00	679.233.279,13	5.712.360,34	684.945.639,47	670.068.433,85
Pessoal e Encargos Sociais	30.046.644,00	28.330.644,00	28.287.348,49	0,00	28.287.348,49	28.954.750,53
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	851.460.880,00	747.398.845,00	650.945.930,64	5.712.360,34	656.658.290,98	641.113.683,32
Despesas de Capital	22.461.605,00	18.441.225,00	8.708.956,94	14.331,63	8.723.288,57	9.496.657,33
Investimentos	22.461.605,00	18.441.225,00	8.708.956,94	14.331,63	8.723.288,57	9.496.657,33
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	903.969.129,00	794.170.714,00	687.942.236,07	5.726.691,97	693.668.928,04	679.565.091,18

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

35000 - Secretaria de Desenvolvimento Social

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0944 - Recomeço: Uma Vida sem Drogas	20.096.151,00	25.129.357,00	21.510.803,31	0,00	21.510.803,31	22.714.558,26
Despesas Correntes	20.096.151,00	25.129.357,00	21.510.803,31	0,00	21.510.803,31	22.714.558,26
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2826 - Comunicação Social	10,00	9,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	10,00	9,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3500 - Enfrentamento a Extrema Pobreza Multidimensional	548.736.130,00	439.923.138,00	372.938.587,03	14.331,63	372.952.918,66	351.306.530,57
Despesas Correntes	526.736.120,00	421.943.508,00	364.241.849,98	0,00	364.241.849,98	344.581.994,03
Despesas de Capital	22.000.010,00	17.979.630,00	8.696.737,05	14.331,63	8.711.068,68	6.724.536,54
3512 - Gestão da Política Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.989.900,90
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.989.900,90
3513 - Proteção Social Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270.000,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270.000,00
3517 - Proteção Social	234.880.787,00	233.519.846,00	224.707.599,27	0,00	224.707.599,27	224.344.889,57
Despesas Correntes	234.419.192,00	233.058.251,00	224.695.379,38	0,00	224.695.379,38	223.832.669,68
Despesas de Capital	461.595,00	461.595,00	12.219,89	0,00	12.219,89	512.219,89
3519 - Melhoria de Gestão da Política de Assistência Social	100.256.051,00	95.598.364,00	68.785.246,46	5.712.360,34	74.497.606,80	78.939.211,88
Despesas Correntes	100.256.051,00	95.598.364,00	68.785.246,46	5.712.360,34	74.497.606,80	78.939.211,88
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	903.969.129,00	794.170.714,00	687.942.236,07	5.726.691,97	693.668.928,04	679.565.091,18

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programa 3500 – Enfrentamento à Extrema Pobreza

Ação 1825 – Revitalização da Rede Executora

Esta ação corresponde à quantidade de convênios celebrados com Prefeituras Municipais e Entidades Sociais, tendo em vista a execução de obras de construção, ampliação e reforma de equipamentos sociais ou aquisição de bens permanentes para seu funcionamento. Foram celebrados 15 convênios, conforme informações preenchidas no SIMPPA.

Em 2017, foram liquidados recursos no montante de R\$ 1.256.943,80 (SIGEO), sendo:

- R\$ 180.000,00 destinados a Prefeituras Municipais para execução de obras;
- R\$ 746.943,80 destinados a Prefeituras Municipais para aquisição de equipamentos e material permanente;
- R\$ 330.000,00 destinados a Entidades Sociais (obra/aquisição).

Ação 2481 – São Paulo Amigo do Idoso

O Programa São Paulo Amigo do Idoso objetiva promover amplo processo de mobilização regional, de diversos setores governamentais e da sociedade, para realizar ações que tornem os territórios dos municípios paulistas mais amigáveis às pessoas idosas, com foco no envelhecimento ativo.

O desafio de implementar políticas públicas para uma sociedade mais envelhecida fez com que o Governador Geraldo Alckmin instituisse, por meio do Decreto nº 58.047, de maio de 2012, o Programa Estadual São Paulo Amigo do Idoso.

O Programa, que se baseia no conceito do envelhecimento ativo da ONU, criou, pela primeira vez no mundo, um Estado Amigo da Pessoa Idosa, sob uma perspectiva que envolva as diversas faixas etárias da população, órgãos e entidades públicas e privadas, visando à valorização da pessoa idosa, à garantia e à defesa dos seus direitos.

Selo Amigo do Idoso

Para envolver os diversos setores da sociedade, o Programa criou o Selo Amigo do Idoso, uma certificação que é oferecida a municípios, órgãos estaduais da Administração Direta e Indireta, e entidades públicas e da sociedade civil, que desenvolvam ações referenciadas pelo Programa. O selo possui três fases: inicial, intermediária e plena. Teve a adesão de 638 municípios paulistas, dos quais 245 já receberam o Selo Inicial.

Equipamentos

Em várias Secretarias de Estado e no Fundo Social de Solidariedade, são desenvolvidas ações dentro dos quatro pilares do São Paulo Amigo do Idoso: Saúde, Participação, Proteção e Educação.

No pilar Proteção, a SEDS está autorizada a repassar recursos para as prefeituras municipais, tendo em vista a construção de Centros Dia do Idoso (CDIs) e Centros de Convivência do Idoso (CCIs).

Já viabilizou, desde 2010, a construção de CDIs e CCIs, que oferecem serviços para idosos autônomos, totalizando atendimento direto para, aproximadamente, 32 mil idosos paulistas.

Ainda neste pilar, a Secretaria de Habitação/Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), em parceria com o Desenvolvimento Social, implementa o Programa Vila Dignidade, que consiste em moradias assistidas em pequenas vilas, adequadas à população idosa, incorporando os preceitos do desenho universal e com áreas de convivência social. Encontram-se inauguradas 17 vilas.

Nos pilares restantes, Educação, Saúde e Participação encontram-se em execução: Projeto “Viva Mais” – Jogos Regionais do Idoso/Cartão Vida Ativa, Praça de Exercício (Fussesp); Melhor Viagem (Turismo); Centros de Referência do Idoso, Hospitais de Cuidados Continuados e Ambulatórios Especializados no Idoso, AMES (Ambulatórios de Múltiplas Especialidades) e Selo Hospital Amigo do Idoso (Saúde); Universidade Aberta à Terceira Idade, Inclusão Digital, cursos de graduação e pós-graduação em Gerontologia (Educação).

Em 2017 foram concluídos 10 Centros de Convivência do Idoso – CCI; 2 Centro-Dia do Idoso, conforme informações da ATG e nenhum convênio foi celebrado para Construção de CCI e CDI,

conforme dados extraídos do SIMPPA. Foram executados recursos no montante de R\$ 5.199.994,57 referente a 2ª parcelas de 36 CCIs e 8 CDIs (SIGEO).

Ações desenvolvidas em 2017

- Ações permanentes para suporte técnico e operacional do Sistema de Monitoramento do Selo Amigo do Idoso;
 - Apresentação do Diagnóstico sobre a gestão do Programa Vila Dignidade nas 17 unidades implantadas, em parceria com a CDHU, para técnicos e diretores das 26 DRADSs;
 - Assessoria e apoio técnico permanente aos municípios e às DRADSs;
 - Campanha Estadual “Mês de Conscientização dos Direitos da Pessoa Idosa”, que ocorreu durante todo o mês de outubro, contou com a participação do Conselho Estadual do idoso e Fundo Social de Solidariedade, além de outros parceiros.
 - Documentário que aborda a velhice a partir do protagonismo da pessoa idosa Exibição para servidores da SEDS, comissão do Programa SP amigo do Idoso e Conselho Estadual do Idoso;
 - Encontro de Alinhamento Técnico: Estratégias de Gestão – Programa Vila Dignidade; Encontro de sensibilização para técnicos e gestores, visando o aprimoramento do atendimento à pessoa idosa nas unidades do Programa Bom Prato;
 - Encontro Temático Envelhecimento e Políticas Públicas: Cuidado e Proteção Social à Pessoa Idosa: Diálogos entre o SUAS e o SUS;
 - Eventos públicos de certificação dos Municípios com o Selo Inicial “Amigo do Idoso”;
 - Reuniões de planejamento com equipe técnica da CDHU;
 - Seminário Internacional e Nacional – Organização Pan Americana da Saúde e Ministério da Saúde: Apresentação do SP Amigo do Idoso (dezembro de 2016);
 - Seminário: Direito à Moradia da Pessoa Idosa;
 - Sessão de Cinema no Caixa Belas Artes – Filme Envelhescência;
 - Visitas às unidades em fase de implantação e aplicação de instrumental de avaliação da gestão social às unidades já ocupadas, em parceria com a CDHU;
- Publicação da nova versão do folder institucional “Como se tornar um Município Amigo do idoso”.
- Visitas de monitoramento aos Centros-Dia do Idoso e Centros de Convivência do Idoso (orientação técnica sobre a execução de serviços e gestão do equipamento, aplicação de instrumental de supervisão);
 - Ações de incentivo a participação dos idosos no JORI- Jogos Regionais do idoso.
 - Cerimônias públicas de Assinatura de Adesão de novos municípios ao Programa.
 - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa Câmara dos Vereadores SP
 - Eventos de divulgação do programa e da sistemática do Selo.

Ação 5579 – Renda Cidadã

O **Programa Renda Cidadã** é um Programa Estadual de transferência de renda que tem por objetivo atender famílias em situação de pobreza com renda mensal familiar *per capita* de até ½ salário mínimo nacional, priorizando famílias com renda até ¼ do salário mínimo, mediante ações complementares e transferência direta de renda. O valor pago por mês a cada família é de R\$ 80,00.

Está presente em **644 municípios** e conta com três parceiros estaduais: Secretária de Administração Penitenciária (SAP), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e Fundação Casa. Possui em seu escopo algumas ações complementares, por meio de atividades organizadas e regulares, de iniciativa pública e/ou privada com a função de ampliar a oportunidade de desenvolvimento de proteção e de inclusão social que, somadas à transferência de renda, favorecem o desenvolvimento da autonomia dos beneficiários, como:

- Serviço Socioeducativo e Apoio à Formação e Capacitação: esta ação tem por objetivo promover a formação e/ou educação sócio profissional para o trabalho coletivo ou individual.

Em 2017, foram executados recursos no montante de R\$ 60.010.580,00 (SIGEO), sendo atendidas 56.496 famílias, com o benefício Renda Cidadã, conforme dados extraídos do SIMPPA.

A Secretaria de Desenvolvimento Social está liberando as vagas do Programa de maneira escalonada, pois novo sistema de seleção de beneficiários foi implementado e está sendo avaliado na operacionalização dos municípios na execução do Programa onde, para validar o beneficiário selecionado por meio do Cadúnico, as Prefeituras precisam realizar a avaliação por meio de busca ativa, e essa ação requer tempo.

Ação 6154 – Renda Cidadã – Benefício ao Idoso

O objetivo do Programa Renda Cidadã – Benefício Idoso é atender pessoas, com **oitenta anos ou mais**, que integra família com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional, mediante transferência direta de renda.

Em 2017, foram executados recursos no montante de R\$ 1.952.600,00 (SIGEO), sendo atendidos 1.349 idosos, conforme dados extraídos do SIMPPA.

A tendência deste Programa é ser absorvido pelo Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Das ações realizadas pelos Programas Renda Cidadã e Renda Cidadã - Benefício Idoso em 2017 destacam-se:

- Estruturação com equipe técnica para acompanhamento e socialização dos programas e projetos da Coordenadoria de Desenvolvimento Social; Orientações as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social - DRADS e Municípios sobre o conteúdo técnico do Programa Renda Cidadã e Renda Cidadã Benefício Idoso e seus respectivos Aplicativos de Gestão;
- Atualização mensal de metas e recursos do Programa Renda Cidadã e Renda Cidadã Benefício Idoso (Série Histórica);
- Alimentação de informações nos sistemas do Governo SIMPPA da Secretaria de Planejamento e Cadastro de Obras e Ações do Governo da Casa Civil; Acompanhamento junto com os Especialistas em Políticas Públicas na implementação do Piloto Portal Social Paulista;
- Acompanhamento da implementação do Portal Social Paulista com a Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE, com o Departamento de Normatização de Informações DNI com a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional – COSAN e com os Especialistas em Políticas Públicas;
- Estruturação do PEAS/FIA; Planejamento das Capacitações com a Escola de Desenvolvimento Social – EDESP; Elaboração proposta reestrutura da CDS; Avaliação do Piloto Portal Social Paulista com DRADS/EPPs/ CGE;
- Orientação aos parceiros estaduais referente a nova lógica dos programas Renda Cidadã e Ação Jovem; Projeção orçamentária Programa Renda Cidadã e Ação Jovem; Encontro com as DRADS para orientação referente ao Portal Social Paulista no âmbito dos programas Renda Cidadã e Ação Jovem;
- Ação Formativa Portal Social Paulista no âmbito dos programas Renda Cidadã e Ação Jovem para as Macro 1,2,3, 4, 5 e 6; Revisão do PPA;
- Encontro com as diretoras das DRADS sobre agenda e planejamento de trabalho; Participação na Reunião Ampliada CNAS;
- Organização da FAQ-Portal Social; Viagem a Bebedouro, Itapeva, Marília, Mogiana, Campinas, Registro, Taubaté e Sorocaba para acompanhamento das capacitações das DRADS sobre os programas Renda Cidadã e Ação Jovem junto aos municípios;
- Elaboração com os EPPs sobre Escalonamento de metas do Renda Cidadã; Revisão dos indicadores do PEAS e Gantt; Oficina CDS e CAS- reestruturação SEDS; Elaboração do Plano Decenal;
- Capacitação dos Programas Renda Cidadã e Ação Jovem para os parceiros estaduais; Capacitação “Instrutor Formulário do Cadastro Único” em Brasília

Ação 5604 – Ação Jovem

O **Programa Estadual Ação Jovem** tem como objetivo promover a inclusão social de jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, pertencentes a famílias com renda *per capita* mensal de até ½ salário mínimo mediante transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da escolaridade básica, somada a ações complementares e de apoio à iniciação profissional.

Em 2017, foram executados recursos no montante de R\$ 27.949.360,00 (SIGEO), sendo atendidos **27.615 jovens** no Estado de São Paulo, conforme dados extraídos do SIMPPA.

A entrada de novos beneficiários está sendo realizada de forma escalonada aos municípios, devido a implantação gradual do novo sistema de seleção.

Ações realizadas em 2017

- Reabertura de vagas para beneficiários do Programa Ação Jovem, inserção de metas no Portal Social Paulista,
- Acompanhamento da gestão de benefício, monitoramento da oferta de ações complementares e do acompanhamento de condicionalidades por parte das prefeituras municipais e demais parceiros, apoio técnico às DRADS,
- Municípios e demais parceiros, participação em Grupo de Trabalho Ação Jovem - PETI e Lei de Aprendizagem com a finalidade de articular o PAJ e PETI com a Lei de Aprendizagem,
- Participação nas capacitações do Portal Social Paulista,
- Alimentação dos sistemas do governo SIMPPA da Secretaria de Planejamento e COAG da Casa Civil;
- Participação semanal nas reuniões com os Especialistas em Políticas Públicas para monitoramento do Portal Social Paulista referente aos Programas de Transferência de Renda Estaduais.

Ação 5945 – Geração de Trabalho e Renda

Sem execução orçamentária em 2017.

Ação 6000 – Viva Leite

O Projeto Estadual VivaLeite, dentro do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição para populações em situação de vulnerabilidade social, em substituição ao Programa Campo/Cidade-Leite, de que trata o Decreto nº 41.612, de 7 de março de 1997, entrou em vigor em 22 de dezembro de 1999. Desde 19 de janeiro de 2011, a Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN), administra o Projeto Estadual Vivaleite, conforme Decreto nº 56.674.

Atualmente, por meio de 1.487 entidades credenciadas, 114.425 crianças recebem 1.716.375 litros/mês de leite e 89.775 idosos recebem 1.346.625 litros/mês de leite na Capital e Grande São Paulo, totalizando 204.200 beneficiários, que consomem aproximadamente 3.063.000 litros/mês, totalizando 36.756.000 litros/ano.

O projeto também se estende pelo Estado e estabeleceu convênios com 606 municípios; beneficiando 217.247 crianças que recebem 3.258.705 litros/mês de leite, que consomem aproximadamente 39.104.460 litros/ano.

O Projeto VivaLeite totaliza um número de cerca de 421.447 mil beneficiários, que consomem, aproximadamente, 6.321.705 litros/mês, totalizando 75.860.460 litros/ano.

O principal objetivo do projeto é oferecer um complemento alimentar seguro e de alto valor nutritivo às crianças e idosos que vivem em condição de risco nutricional, visando ainda o consumo da produção leiteira paulista. Isso representou, em 2016, 5.06% de toda produção paulista de leite, fortalecendo a distribuição de renda para pequenos produtores e famílias do campo, que vivem da renda da produção de leite.

O mecanismo principal de ação da política pública de segurança alimentar e nutricional que rege o Projeto VivaLeite é a distribuição gratuita de leite fluido pasteurizado enriquecido com Ferro e Vitaminas A e D, que além de serem um complemento alimentar, auxiliam na prevenção de anemia e das deficiências de vitaminas A e D.

Na Capital e região da Grande São Paulo, o Projeto VivaLeite tem uma atuação social que fortalece a presença do Estado em regiões de vulnerabilidade social, através das parcerias com entidades sociais sem fins lucrativos que fazem a distribuição do leite.

Em 2017, foram liquidados recursos no montante de R\$ 176.897.170,19 com serviços de fornecimento e distribuição de leite - item de despesa 339039-07 (SIGEO).

Ação 6001 – Bom Prato

O projeto de restaurante popular **Bom Prato** foi concebido para oferecer refeições de qualidade com alto teor nutricional, a preços acessíveis à população de baixa renda. Cada unidade do Restaurante Bom Prato gera de 10 a 20 empregos diretos, entre os quais: profissionais administrativos, gerentes, nutricionistas, cozinheiros, auxiliares de cozinha e limpeza, todos vinculados à entidade gestora. As entidades gestoras são responsáveis pela operacionalização das unidades, trâmites administrativos que incluem a contratação dos profissionais, compra dos alimentos, manutenção predial e de equipamentos, cobertura de aluguéis e pagamento de contas de água, luz e gás. As unidades que apresentam infraestrutura contam com um Posto do Acessa/SP, em parceria com a Secretaria de Gestão. Além disso, através do Via Rápida (da Secretaria de Desenvolvimento Econômico), são ministrados cursos na área de Gastronomia.

Em 2017, foi inaugurada uma unidade em Taboão da Serra, totalizando **52 unidades** em todo o Estado. Foi autorizada a revitalização de 32 unidades. Com a autorização do Governador, a Unidade Campos Elíseos, situada em área de grande vulnerabilidade social, continuou com o fornecimento de refeições noturnas (jantar) e aos finais de semana.

Em 2017, foram liquidados recursos no montante de R\$ 77.992.723,77 (SIGEO) e servidas **20.363.577 refeições**, entre almoço e café da manhã.

Programa 3517 – Proteção Social

Ação 5530 – Proteção Social Básica

Tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

A Proteção Social Básica tem como porta de entrada do Sistema Único da Assistência Social os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

O que é o CRAS

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da assistência social. Trata-se de uma unidade pública municipal, integrante do SUAS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social.

Compõem a Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica (PSB) do Estado, de acordo com informações do sistema dos Planos Municipais de Assistência Social (PMAS 2017), 3.756 locais de execução, entre públicos e privados, que desenvolvem 7.520 serviços de caráter preventivo e proativo. São atendidos por esta rede 2,4 milhões de usuários (entre famílias, crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência).

O apoio financeiro aos municípios ocorre através do repasse financeiro direto, no sistema “Fundo a Fundo”, do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS), conforme a Lei Estadual nº 13.242, de 08 dezembro de 2008, Decreto Estadual nº 54.026 de 16 fevereiro de 2009, e alínea “c” do inciso II do artigo 60, do Decreto Estadual nº. 49.668, de 17 de junho de 2005.

PSB – Proteção Social Básica	Repasse fundo a fundo
Serviços De Conveniência E Fortalecimento de Vínculos	R\$ 61.215.099,04
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	R\$ 8.885.871,33
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	R\$ 4.080.856,32
Serviços não Tipificados	R\$ 4.502.554,99
Total Geral	R\$ 78.684.381,68

Ação 6035 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário, tais como: Atendimento Integral Institucional; Casa Lar; República; Casa de Passagem; Albergue; Família Substituta; Família Acolhedora; Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada); e Trabalho protegido.

Número de locais, atendimentos e valores investidos em 2017

Compõem a rede de socioassistencial da Proteção Social Especial do Estado 4.065 serviços em 2.818 locais de execução. As executoras atendem, aproximadamente, 654.479 usuários, entre famílias, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência (PMASweb 2017). O apoio financeiro aos municípios se dá através do repasse financeiro direto, no Sistema “Fundo a Fundo”, do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para os Fundos Municipais, conforme Lei Estadual nº 13.242, de 08 de dezembro de 2008, e Decreto Estadual nº 54.026, de 16 de fevereiro de 2009.

Em 2017, o Estado de São Paulo cofinanciou **833 serviços de Média Complexidade e 856 de Alta Complexidade**, e o valor total dos recursos alocados foi de **R\$ 132.210.940,34**.

PSE - Alta Complexidade	Repasse fundo a fundo
Serviço de acolhimento em família acolhedora	200.013,40
Serviço de acolhimento em república	420.136,65
Serviço de acolhimento institucional - Abrigo institucional	74.718.665,78
Serviço de acolhimento institucional - Casa de passagem	3.098.616,41
Serviço de acolhimento institucional - Casa-lar	1.755.603,21
Serviço de acolhimento institucional - Residência inclusiva	3.857.641,96
Serviços não tipificados	1.583.861,44
Total AC	85.634.538,85
Total Geral	132.210.940,34

Fonte: PMAS 2017

Ação 6197 – Proteção Social Especial de Média Complexidade

Atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares não foram rompidos. Requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e individualizada, com um acompanhamento sistemático e monitorado, tais como: serviço de atendimento a famílias e indivíduos, serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias, serviço especializado em abordagem social, serviço especializado para pessoas em situação de rua e medidas socioeducativas em meio-aberto (PSC e LA).

O que é o CREAS

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), constitui-se numa unidade pública estatal, responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

Público-alvo

Crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, e suas famílias, que vivenciam situações de ameaça e violações de direitos por ocorrência de abandono, violência física, psicológica ou sexual, exploração sexual comercial, situação de rua, vivência de trabalho

infantil e outras formas de submissão a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir de autonomia e bem-estar.

Como funciona

O CREAS oferta acompanhamento técnico especializado desenvolvido por uma equipe multiprofissional, de modo a potencializar a capacidade de proteção da família e favorecer a reparação da situação de violência vivida.

O atendimento é prestado no CREAS ou através do deslocamento de equipes em territórios e domicílios, e os serviços devem funcionar em estreita articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outras Organizações de Defesa de Direitos, com os demais serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

PSE - Média Complexidade	Repasse fundo a fundo
Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos – PAEFI	5.429.788,54
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	18.897.831,20
Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	15.542.568,59
Serviço especializado em abordagem social	3.242.585,43
Serviço especializado para pessoas em situação de rua	570.179,02
Serviços não tipificados	2.893.448,71
Total MC	46.576.401,49

Ação 6179 – Aluguel Social

Constitui objeto do presente a adesão para transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) do Município, destinados ao cofinanciamento dos subsídios financeiros a serem repassados às famílias em situação de risco eminente, mediante concessão de auxílio-moradia, possibilitando suas remoções da área de risco, conforme disposto no Termo de Cooperação Intersecretarial celebrado com o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, nos Municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

O valor liquidado em 2017 foi de **R\$ 604.987,50 destinado a 6 municípios da Grande São Paulo.**

Programa 3519 – Melhoria de Gestão da Política de Assistência Social

Ação 6030 – Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo

A EDESP e a Educação Permanente do SUAS no Estado de São Paulo em 2017

A educação permanente é uma prática de ensino-aprendizagem que abrange os campos da assistência e do desenvolvimento social, cuja principal finalidade consiste em qualificar os trabalhadores e conselheiros do SUAS para aprimorar a prestação de serviços socioassistenciais nos Estados e municípios.

Nessa perspectiva, a Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp) centrou suas ações formativas na educação permanente do SUAS e em outras ações de capacitação intersecretoriais das políticas de Desenvolvimento Social, a Segurança Alimentar e a Política sobre Drogas, nas modalidades presencial e semipresencial (videoconferência).

Vale lembrar que a Edesp é vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds) e foi criada pelo Decreto nº 57.819, de 29 de fevereiro de 2012, com o objetivo de garantir a educação permanente e continuada dos trabalhadores da área socioassistencial. No exercício de 2017, a EDESP executou as seguintes ações:

- Capacitações presenciais e semipresenciais;
- Realização das primeiras Reuniões Ordinárias do Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de São Paulo (NUEP SUAS/SP), com as seguintes instâncias de representação: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS) / Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp), como coordenadora do núcleo; Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas) SP; Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas/SP); Fórum Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de São Paulo (FETSUAS – SP); Fórum Nacional de Usuários do SUAS (FNUSUAS); Universidade Nove de Julho (Uninove). O NUEP SUAS/SP foi criado pela Resolução SEDS Nº 28, de 21-12-2016, como instância consultiva e de assessoramento da política estadual de educação permanente;
- Proposta, ao NUEP SUAS/SP, de criação de um Comitê de Educação Permanente da SEDS, que terá papel fundamental na construção e no fomento dos Núcleos de Educação Permanente no Estado;
- Elaboração (1ª versão) de Plano Estadual de Educação Permanente, com base no PEAS 2017-2019.

Parcerias - intersetorial e intersecretarial

- A Edesp manteve parcerias com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores “Paulo Renato Costa Souza” (Efap) / Rede do Saber, da Secretaria da Educação, realizando capacitações sem custos diretos. Incrementou a articulação de comunicação e aproximação com as áreas da Seds (Sede e Drads) e com os órgãos de controle social Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas) e Conselho Estadual do Idoso (CEI). Realizou novas parcerias com a Escola de Administração Fazendária (Esaf), com o intuito de fortalecer os conhecimentos de sua equipe interna.

Instrumentais de monitoramento e avaliação de gestão escolar

- Plano de Capacitação; Plano de Divulgação, Cronograma Retroativo; Roteiro das Ações Educativas (tempos e movimentos); Gestão Escolar (Inscrições Online, Formulário de Avaliação Online, Certificados Digitais, Relatórios de Avaliação); formulário Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) resumido, com foco nas ações de educação permanente e continuada.

Números do exercício de 2017:

- Ações formativas realizadas: total de **546 ações**.
- Atores sociais atendidos: **27.604**
- Modalidades de capacitações realizadas: **presencial e semipresencial***

EDESP - Modalidades De Capacitações Executadas - 2017 X 2016		
	Modalidade	Horas-Aula
2016	Presencial	6.478 h/a
	Semipresencial*	16 h/a
	A distância	0
Total		6.494
2017	Presencial	4.757
	Semipresencial*	4 h/a
	A distância	0
Total		4.761

*Transmissões por streaming e videoconferência

Ação 4008 – Controle Social – Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente CONDECA

No Estado de São Paulo, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca-SP) foi criado a partir da Lei Estadual nº 8074, de 1992. Sua regulamentação deu-se pelos Decretos Estaduais nºs 39.059/1994 e 39.104/1994.

O Condeca-SP é constituído por 40 conselheiros, para um mandato de dois anos. Tem como uma de suas principais atribuições a participação na elaboração das políticas de atendimento à criança e ao adolescente. Para isso, busca envolver o governo e a sociedade em discussões profundas sobre os problemas e os desafios nessa área. Estimular a criação de ações inovadoras para assegurar os direitos de crianças e adolescentes é outra de suas atribuições.

Nessa missão, atua em parceria com conselhos de direitos e tutelares, organizações governamentais e sociedade civil, com ações de capacitação e realização de encontros e discussões junto aos conselhos municipais de todo Estado, em busca de soluções às demandas existentes, com o objetivo de cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Conforme o Edital publicado no Diário Oficial em 25 de fevereiro de 2016, foram deliberados 228 Projetos, dos quais foram assinados 115 em 2016, e 79 em 2017, conforme dados extraídos do SIMPPA.

Foram liquidados recursos no montante de R\$ 16.016.700,88 em custeio e R\$ 954.130,86 em investimento (SIGEO).

Linhas de Atuação

- Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes;
- Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Cooperação com os municípios no atendimento da criança e do adolescente e apoiar iniciativas intermunicipais e regionais nesse sentido;
- Avaliação e acompanhamento do Atendimento Socioeducativo do adolescente em conflito com a lei

Direitos da Criança e do Adolescente

Os conselhos estaduais e municipais atuam para incentivar, deliberar e controlar as ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Conselhos

O Condeca-SP foi criado no dia 21 de outubro de 1992 no Estado de São Paulo. Logo surgiram também os Conselhos Municipais, os CMDCA's, que hoje estão por todo Estado.

Fundo do Condeca

O Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FEDCA) é formado com recursos especiais para o atendimento deste público. Em São Paulo, é administrado pelo Condeca-SP.

Em geral, os fundos são de natureza contábil, administrados por seus respectivos conselhos. Não são órgãos ou entidades e não têm personalidade jurídica.

Os fundos são meios fundamentais de viabilização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e financiamento da execução das políticas de atendimento à população infanto-juvenil

Ação 5076 – Vigilância Socioassistencial

A Vigilância Socioassistencial tem como função monitorar e avaliar a gestão estadual do SUAS, de programas, projetos e benefícios da SEDS, bem como realizar estudos, pesquisas técnicas e diagnósticos socioterritoriais.

A Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE) é responsável pela Vigilância Socioassistencial na Secretaria de Desenvolvimento Social, produzindo e disseminando informações sobre a gestão estadual do SUAS, programas, projetos e benefícios em integração com as equipes técnicas da Pasta.

Também é de sua responsabilidade coordenar a gestão do sistema de cadastro das entidades e do CadÚnico, no âmbito desta Pasta.

Nos termos do disposto na NOB/SUAS, a implantação da vigilância socioassistencial, estratégia fundamental para o reconhecimento e a localização das vulnerabilidades, riscos e violações de direito nos territórios, orienta e avalia a oferta de serviços socioassistenciais, de acordo com as necessidades dos usuários.

A Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de Assistência Social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, e trata:

- I. das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios;
- II. de tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

Programa 944 – Recomeço: Uma Vida Sem Drogas

O **Programa Recomeço – Uma Vida sem Drogas**, instituído pelo Decreto nº 59.164/2013 e reorganizado pelo Decreto nº 61.674/2015, é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo que promove a **PREVENÇÃO** do uso indevido de drogas, o **CONTROLE E REQUALIFICAÇÃO DAS CENAS DE USO** degradadas em virtudes do uso de substância psicoativas, **ACESSO À JUSTIÇA E À CIDADANIA, APOIO SOCIOASSISTENCIAL** e **TRATAMENTO** médico aos dependentes de substâncias psicoativas, suas famílias e comunidade. Compreende a dependência química como um fenômeno biopsicossocial, cuja superação depende da garantia de uma rede de cuidados de proteção social. Neste entendimento, as políticas sociais possuem um protagonismo ímpar na recuperação e reinserção social dos usuários de substâncias psicoativas, bem como no fortalecimento dos vínculos familiares fragilizados ou rompidos pelo agravo da dependência química.

Em 2016, foi criada uma Unidade Orçamentária específica para a Política Sobre Drogas, através da Instrução DPDO nº 12, de 13 de outubro de 2016, e a COED passou a compor a estrutura da SEDS como Coordenadoria de Políticas sobre Drogas, através do Decreto nº 62.211, de 11 de outubro de 2016.

A Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio da Coordenadoria Estadual de Política sobre Drogas (COED), coordena as ações do Grupo de Gestão Executiva do Programa e é responsável pela execução de ações do eixo Reinserção Social e Recuperação.

Além de executar diretamente as ações do âmbito do desenvolvimento social, a COED coordena as atividades relacionadas aos eixos estratégicos desenvolvidas por outras Secretarias (Educação, Saúde, Justiça e Defesa da Cidadania e Segurança Pública), proporcionando a interlocução necessária às políticas públicas relacionadas ao Programa.

Público-alvo

Pessoas expostas ao risco, uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas no Estado de São Paulo, incluindo seus familiares e comunidade.

Cobertura da rede prestadora de serviços

O Programa Recomeço atua em todas as regiões administrativas do Estado de São Paulo, com estratégias diferenciadas de forma a contemplar a necessidade de cada município, sendo que na região da Luz/SP, na Capital, executa ações específicas para atendimento da demanda local.

Tempo de realização

É uma ação continuada no Estado de São Paulo, sem previsão de término.

Diretrizes e prioridades

- Alinhamento entre as políticas sobre drogas no âmbito federal, estadual e municipal.
- Trabalhar de forma coordenada entre as secretarias estaduais, os órgãos municipais e os parceiros da sociedade civil e organizações do terceiro setor.
- Oferecer atendimento articulado e igualitário, considerando as especificidades do indivíduo, família, comunidade e território.
- Transparência na divulgação dos dados do Programa e na interlocução com a sociedade civil, através do controle social.
- Buscar novas parcerias para a ampliação dos recursos destinados à política sobre drogas, por meio de financiamentos federais e internacionais.

Objetivos gerais e específicos

Gerais

- Promover e fomentar a Política sobre Drogas intersetorial no âmbito do Governo do Estado de São Paulo.
- Proporcionar condições para dependentes de substâncias psicoativas, seus familiares e comunidade trilharem, da melhor maneira possível, o caminho para recuperação e retorno a uma vida plena.

Específicos

- Apoiar, estimular e desenvolver parcerias com municípios, secretarias, órgãos governamentais, universidades e diversas instituições privadas para realização de ações alinhadas aos cinco eixos do Programa.
- Possibilitar a atuação participativa das Políticas de Assistência Social, Educação, Justiça e Defesa da Cidadania, Trabalho, Saúde, Segurança Pública, Habitação, Cultura e Esporte e Lazer, no fomento de uma rede de proteção aos usuários, dependentes de substâncias psicoativas e suas famílias.
- Apoiar os municípios na identificação de territórios que concentram cenas de uso de substâncias psicoativas, fomentando ações de recuperação urbana destes locais.
- Identificar, fomentar e disseminar ações relativas aos diferentes eixos do Programa, desenvolvidas por municípios e entidades.
- Aprimorar a rede de atendimento existente nos municípios, sobretudo no que se refere aos serviços de assistência social e saúde.
- Desenvolver e implementar mecanismos de avaliação e monitoramento contínuos das ações e projetos do Programa Recomeço.
- Sistematizar e divulgar periodicamente os resultados do Programa.
- Promover a reinserção social dos usuários de substâncias psicoativas e de suas famílias, por meio de serviços de acolhimento e proteção social.

Ação 6186 – Atendimento Social em Comunidades Terapêuticas- Legalmente Constituídas (LC)

O Programa oferta vagas de acolhimento social na modalidade Comunidade Terapêutica- LC, para dependentes e substâncias psicoativas com características residenciais que ofertam um espaço protegido e livre do uso de substâncias que promovem a manutenção da abstinência, reinserção social, resgate de vínculos familiares e atividades de inclusão social e produtiva.

Em 2017, foram realizados convênios com **52 unidades de Comunidades Terapêuticas**, ofertando **1.925 vagas**. A Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRAC), em parceria com a SEDS, realiza o monitoramento e a supervisão dos serviços prestados por essa rede de organizações sociais. Em 2017, através de termo de cooperação com a FEBRAC, foram destinados recursos no montante de R\$ 20.360.403,31.

Do início do programa, em 2013, até junho de 2016, foram atendidas 6.473 pessoas nesses serviços.

Ação 6196 – Atendimento Socioassistencial a Usuários de Substâncias Psicoativas e Famílias

Recomeço Família

Ação voltada para atendimento a famílias que tenham em seu convívio usuários de álcool ou outras drogas, em tratamento ou não, e que necessitam de orientação, apoio e cuidados para lidar com os impactos sofridos pela situação vivida.

O serviço contou, em 2017, com uma equipe de 27 pessoas, distribuídas em 11 Centros de Integração da Cidadania (CICs), no Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (CRATOD) e na Unidade Recomeço Helvética. A ação atendeu **12.129 pessoas** e **1.695** grupos, nos 13 polos Recomeço Família.

Serviços de Reinserção Social – Casa de Passagem, Moradia Assistida e República

Em 2017, foram ofertadas **134** vagas no modelo Casa de passagem, com o recorte de atendimento voltado a usuários de substâncias psicoativas como serviço transitório com foco na reinserção social de autonomia e resgate de vínculos familiares. Para o próximo exercício está sendo pensado o aumento de vagas para atendimento ao público feminino nesta modalidade de acolhimento junto ao município de São Paulo- Capital.

Em 2017, foram repassados recursos no montante de R\$ 950.400,00 à Casa de Isabel, através de Termo de Cooperação firmado com Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Outras Ações/Programas

Coordenadoria de Gestão Estratégica

Sala de Situação

A Sala de Situação é o projeto da Secretaria de Desenvolvimento Social responsável pelo monitoramento e apoio técnico do planejamento dos programas, projetos e serviços previstos no PEAS 2016-2019. Para isso, coleta e processa os dados de execução das ações por ela monitorados e, sempre que necessário, auxilia os gerentes no planejamento dos seus projetos.

O projeto vem em consonância a missão da gestão de aprimorar a metodologia de gestão, associado ao monitoramento e avaliação permanentes da política, dos programas e dos projetos sociais. A Sala de Situação, portanto, é o instrumento para monitorar todas ações previstas no PEAS 2016-2019 em todas as suas fases (agenda, concepção, formulação e implementação), garantindo assim os resultados esperados. Além disso, torna-se um mecanismo para fortalecer a governança, que é nossa capacidade gerencial de formular e implementar políticas públicas, e a *accountability* da Pasta, ou seja, nossa obrigação ética, enquanto poder público, em prestar contas sobre o que fazemos, como fazemos e com quais recursos.

Para a realização da implementação da Sala de Situação, foram realizadas três fases de ações. A primeira delas, antecede e prepara os gestores da pasta para a implementação da Sala de Situação. A segunda, é a própria da Sala de Situação, onde implementamos uma sistemática de trabalho para o acompanhamento da evolução dos trabalhos. E por fim a terceira fase, quando começamos o monitoramento dos resultados daquilo que nos propomos a fazer.

Em 2017, semanalmente, os gerentes dos projetos da secretaria exportaram a atualização das suas ações para a Sala de Situação, que gerou relatórios gerenciais e situacionais a fim de subsidiar as tomadas de decisão da secretaria. Esses relatórios são disponibilizados pela intranet, dando transparência ao andamento das ações para todos os servidores da pasta. Apenas em 2017 foram gerados 836 relatórios gerenciais. Também realizamos o primeiro ciclo de monitoramento dos indicadores e a revisão das ações e indicadores do PEAS.

Aprimoramento, Desenvolvimento de Sistemas e tecnologia da Informação para Aperfeiçoamento da Política Socioassistencial no Estado de São Paulo

O sistema de *Business Intelligence* (BI) Cognos, da IBM, é um dos produtos oriundos do Projeto Avaliação e Aprimoramento da Política Social no Estado de São Paulo, cofinanciado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e que teve como objetivo melhorar a eficiência e a efetividade da Política de Assistência Social do Estado de São Paulo e dos projetos de assistência, promoção e desenvolvimento social mediante apoio ao desenvolvimento institucional da Rede de Proteção Social do Estado de São Paulo.

Em 2014, as ações foram voltadas à revisão do Termo de Referência visando serviços de manutenção e inserção de novas bases de dados no sistema de Business Intelligence (BI) Cognos da IBM, para o monitoramento e avaliação da Política Social no Estado de São Paulo, e incluíram ainda: participação na elaboração de Termo de Referência e análise de propostas para contratação de metodologia de monitoramento do programa estadual São Paulo Solidário, no qual consta também interface com o sistema de BI; participação na elaboração de Termo de Referência objetivando contratação de Consultor para acompanhar o processo de revisão do sistema de BI.

Em 2015 o processo de implantação do Sistema de Business Intelligence - BI Cognos da IBM voltado para o monitoramento e avaliação da Política Social foi finalizado. A empresa contratada foi a Scala IT através de contrato via PNUD. O Contrato previa a atualização da versão, com geração de painéis de gestão; revisão da modelagem das bases de dados já implantadas e inserção de novas bases de

dados. A modelagem foi feita para as bases: Aplicativo Renda Cidadã, Aplicativo Ação Jovem, Bom Prato, CadÚnico, Censo IBGE (2000 e 2010), Censo SUAS, Bolsa Família, MSE Web, Orçamento, PMAS 2013 a 2015, Pró-Social – Módulos Beneficiários e Instituições e Viva Leite. Além disso, nesse ano foram feitas as atualizações da versão do Cognos, das demandas de cada área; pré-homologação; capacitação com as áreas que estavam diretamente relacionadas.

Em 2017 ocorreu a implantação da ferramenta de qualidade de dados (quality stage); ampliação de relatórios gerenciais pré-formatados direcionados às necessidades das áreas; homologação das bases no BI; operação assistida, que resultou a geração de relatórios.

A ferramenta está praticamente implantada para as bases de dados do CadÚnico e Programa Bolsa Família, isso permite que o acesso a informação de qualidade seja rápido. As demais bases já foram homologadas entrando agora na homologação dos relatórios gerenciais. Com a finalização de todo o processo de implantação do Sistema BI, será possível: acessar diversas bases em uma única ferramenta; conhecer potenciais riscos ou desvios do planejado; obter indicadores de gestão; detectar inconsistências nos dados. Esses resultados possibilitarão melhor aproximação da realidade social e provável melhora no planejamento da política.

Disseminação de informações

O **Painel Social**, publicado a cada trimestre, é elaborado com o objetivo de divulgar índices e dados da área social, com o recurso de gráficos e breves comentários voltados a auxiliar o entendimento dos dados por parte de todos que se interessam pelo tema da assistência e do desenvolvimento social, em especial técnicos e gestores que atuam em âmbito estadual e municipal.

O **Boletim Técnico da CGE** de publicação mensal, tem por objetivo registrar e divulgar as produções desta coordenadoria, além atualizar os servidores da SEDS a respeito dos programas, projetos e produtos referentes a Política de Assistência Social. A primeira edição foi em dezembro de 2016, e teve como destaque a atuação da Sala de Situação e assuntos relativos ao Sistema Pro Social Módulo/Instituições/ cadastramento de entidades e organizações de assistência social.

O **Boletim Informativo da Vigilância Socioassistencial**, é publicado sempre que há informações de extrema relevância para os trabalhadores do SUAS, e tem como objetivo disseminar informações atualizadas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. A primeira edição foi em março de 2017.

O Painel Social e o Boletim Informativo da Vigilância Socioassistencial são públicos e estão disponíveis no site da secretaria (www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br), já o Boletim Técnico da CGE está disponível na intranet, para todos os servidores da secretaria.

Sistema para Gestão da Assistência Social – SIGSUAS

O Sistema para Gestão da Assistência Social – SIGEAS - é um sistema informatizado desenvolvido pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS) em parceria com a PRODESP. Concebido para dar maior visibilidade e transparência à gestão do SUAS no Estado de São Paulo, o SIGEAS tem como objetivo organizar e padronizar as atividades de acompanhamento e supervisão técnica do SUAS no Estado de São Paulo, organizando-as de maneira a agilizar e subsidiar a gestão da Assistência Social tendo como foco principal o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O primeiro módulo deste sistema, que entrará em funcionamento a partir do dia 1º de janeiro de 2018, deverá agilizar e organizar o registro de situações inadequadas nas gestões municipais de assistência social, assim como na rede de atendimento socioassistencial e nos conselhos municipais. Desta forma, o sistema irá agilizar todos os tramites para superação destas situações, envolvendo os fluxos, acompanhamentos e avaliações das ações que compõem os Planos de Providências e os Planos de Apoio previstos pela Política de Assistência Social, e descritos na Resolução nº 8, de 14 de julho de 2010, da Comissão Intergestores Tripartite – CIT.

Em 2017, foram realizadas as seguintes ações:

- Desenvolvimento do ambiente de produção do primeiro módulo do SIGSUAS, coordenado pelo Departamento de Normatização e Informática da SEDS;
- Homologação da versão para do primeiro módulo do SIGSUAS, realizado pelo Grupo Estadual de Gestão do SUAS, da CGE;
- Desenvolvimento de Guia de Orientações técnicas e manual do usuário SIGSUAS;
- Capacitação dos setores da SEDS envolvidos com os fluxos SIGSUAS, constando: 26 diretorias regionais, assim como CAS E CGE;
- Capacitação das instâncias de pactuação e deliberação do SIGSUAS, constando: CIB e CONSEAS;

- Aprovação do SIGSUAS na CIB e publicação de portaria CIB 09 de 18 de outubro de 2017, que pactua novos procedimentos para os Planos de Providência dos municípios e Planos de Apoio do Estado a serem realizados através do SIGSUAS;
- Aprovação do SIGSUAS no CONSEAS e deliberação nº 25 de 31 de outubro que dispõe sobre a implantação da nova ferramenta de gestão;
- Publicação de Resolução SEDS que estabelece o SIGSUAS como procedimento oficial para elaboração e acompanhamento dos planos de providência e apoio.

Posteriormente, e em etapas consecutivas, serão criados outros módulos interligados a este primeiro, que deverão registrar as informações sobre a supervisão e acompanhamento técnico realizado pelas DRADS à gestão municipal, através das visitas técnicas, além de disponibilizar um conjunto de informações e indicadores selecionados sobre cada um dos municípios e que possa identificar possíveis situações a serem adequadas ao SUAS.

Sistema dos Planos Municipais de Assistência Social Web - PMASweb

O Sistema dos Planos Municipais de Assistência Social Web é uma ferramenta essencial para a política de assistência social no Estado de São Paulo. O PMASweb possibilita um fácil acesso a todos os planos municipais de assistência social do estado. Além de ferramenta de planejamento, possibilitando que todos os municípios elaborem seus planos de assistência social de forma padronizada, o sistema é o principal instrumento para prestação de contas desta pasta.

Outra função importante são os relatórios de informações, que são uma das principais fontes de dados da assistência social no Estado, com uma enorme quantidade de dados estatísticos e cadastrais da gestão municipal de assistência social, dos serviços das redes socioassistenciais, dos recursos humanos, dos conselhos municipais de assistência social e outros conselhos municipais relacionados à Política de Assistência Social.

O *PMASweb* teve a sua periodicidade de preenchimento alterada de anual para quadrienal, diminuindo a burocracia e aumentando a agilidade na inserção de dados, possibilitando o seu uso para o planejamento estadual.

Em 2017, tivemos o recebimento das solicitações dos municípios para as constantes atualizações das informações registradas no sistema, análise e avaliação sobre a adequação das solicitações, autorização para desbloqueio do sistema e monitoramento sobre o correto preenchimento. Desenvolvimento da versão quadrienal do sistema, para o período de 2018 a 2021, adequando esta periodicidade à dos Planos Plurianuais municipais. Para tanto foram executadas as seguintes ações: construção do escopo da proposta de aperfeiçoamento do sistema, apresentação e entrega da proposta ao DNI e à PRODESP para desenvolvimento do sistema, acompanhamento e homologação das alterações desenvolvidas, organização e operacionalização de teste do sistema com a participação de DRADS e municípios, pactuação junto à Comissão Intergestores Bipartite (CIB//SP) em 16 de agosto de 2017 através da Portaria CIB-SP nº 03, publicada no Diário Oficial do Estado em 18/08/2017, organização e operacionalização da capacitação junto às 26 DRADS, que multiplicaram os conteúdos para técnicos, gestores e conselheiros municipais de suas regiões, perfazendo um total de aproximadamente **2200** pessoas capacitadas.

Aplicativos da Rede SUAS

Em 2017, continuamos a gestão estadual das senhas de acesso aos aplicativos da Rede SUAS para todos os técnicos do Estado de São Paulo, preenchimento, no âmbito do Estado de São Paulo, dos aplicativos referentes ao Plano de Ação e Demonstrativo de Execução Físico-Financeira, acompanhamento e orientação às DRADS e municípios quanto ao preenchimento, no âmbito municipal, do Plano de Ação e do Demonstrativo de Execução Físico-Financeira, coordenação estadual do processo de preenchimento do Censo SUAS.

Portal Social Paulista

O Portal Social foi desenvolvido tendo como principal objetivo a unificação de cadastros dos programas utilizando os dados do Cadastro Único, melhorando a gestão e a sistematização das informações, que servirão de base para a formulação e a implementação de políticas públicas que assegurem a proteção social das famílias com baixa renda, otimizando custos e ampliando o atendimento dos programas sociais no que se refere à rede conveniada, aos municípios e, principalmente, sobre as famílias e pessoas em condições de extrema pobreza. A unificação do cadastro social no Estado também impactou positivamente na cobertura e atualização cadastral, repercutindo em maior repasse de recursos do governo federal para o Estado e municípios, calculado sobre o desempenho da gestão do CadÚnico, denominado Índice de Gestão Descentralizada Estadual e Municipal - IGDM e E. O Governo do Estado de São Paulo passou a utilizar o Cadastro

Único como único cadastro social, sendo esta uma ferramenta de identificação e caracterização socioeconômica das famílias, com renda familiar de até meio salário mínimo per capita ou renda familiar de até três salários mínimos, conforme artigos 1º e 2º da Resolução SEDS nº 013, de 03 de agosto de 2015. Atualmente três programas sociais do Estado utilizam o Portal Social para seleção das famílias beneficiárias: os Programas Renda Cidadã, Ação Jovem e Viva Leite. Após a implementação foram selecionadas 36.498 pessoas como beneficiárias do Programa Renda Cidadã, 15.640 jovens no Ação Jovem e 18.352 beneficiários no Programa Vivaleite, por meio da seleção automática dos elegíveis.

Plano Estadual de Capacitação dos Novos Formulários do Cadastro Único para Programas Sociais

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda e permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias em todo o país. Seu gerenciamento é feito pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e cabe ao governo de cada estado o acompanhamento, a coordenação do processo de cadastramento em âmbito estadual, bem como o apoio às atividades de capacitação dos municípios. A Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE, por meio do Grupo Gestão de Cadastros (GCD) oferta anualmente capacitações para formação de Instrutores, Entrevistadores do CadÚnico. Em 2017, foram capacitados **500** entrevistadores, **700** operadores e **25** instrutores, perfazendo um total de **1.225** pessoas capacitadas.

Em 2017, foram realizadas 27 turmas de Capacitação de Entrevistador de Formulários do CadÚnico, habilitando 627 novos entrevistadores no Estado de SP. A Capacitação de Operadores do sistema V7 do CadÚnico, operacionalizada pela CAIXA, habilitou 1045 operadores divididos em 54 turmas. Também foram habilitados 20 novos Instrutores de Formulários do CadÚnico no Estado de SP.

Sistema Pró-Social

Consiste em um sistema informatizado destinado ao cadastramento de entidades organizações de assistência social com inscrição nos Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS. Também realiza o cadastro de Programas, Projetos e Serviços da área da assistência social, com inscrição nos CMAS, ofertados por organizações de outras áreas de atuação. O Sistema foi instituído pelo Decreto nº 52.803/2008. O Sistema Pro Social Módulo/Instituições é utilizado por gestores e técnicos das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social. A Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE, é responsável pela gestão do sistema: monitora os dados cadastrais, informa e orienta as DRADS a respeito das correções ou alterações no sistema. As entidades e organizações de assistência social, cadastradas no Sistema Pró-Social Módulo/Instituições são beneficiadas pelo Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal (Resolução Conjunta SF/SEDS nº 01 de 21/02/2014) e por emendas parlamentares. No mês de maio/2017, a Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE, em parceria com a Escola de Desenvolvimento Social - EDESP e com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, promoveu um Encontro com as organizações da sociedade civil, tendo em vista as alterações ocorridas no Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal (Resoluções SF nº: 14, 15, 16, 18 e 72 de 2017). Merecem destaque os atendimentos para operacionalização do Sistema Pró-Social Módulo/Instituições, bem como orientações sobre a legislação do SUAS e das certificações das organizações de assistência social e de outras áreas de atuação, por meio do fale-conosco, e-mail e ligações telefônicas. No ano de 2017 foram emitidos **84** pareceres técnicos de processos encaminhados pelas Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social, bem como de expedientes encaminhados por diferentes órgãos públicos.

Em 01 de dezembro de 2017, segundo banco de dados, estão cadastradas no Sistema Pró- Social Módulo/Instituições, **2.322** instituições: entidades e organizações de assistência social. Estão também cadastradas **813** Unidades Prestadoras de Serviços - UPS.

CNEAS

O CNEAS é uma ferramenta de gestão, que armazena informações sobre as organizações e ofertas socioassistenciais inscritas nos Conselhos de Assistência Social de todo o território nacional. Compete aos órgãos gestores municipais o cadastramento e a atualização dos dados. Com a publicação da Resolução CNAS nº 21/2016, o cadastro das organizações no CNEAS torna-se requisito para a celebração de parcerias com o poder público e para o recebimento de emendas parlamentares federais, conforme Portaria MDS nº 130/2017.

No Estado de São Paulo constam 4.078 organizações cadastradas em 431 municípios e 68,7% dos cadastros estão concluídos. É o Estado com o maior percentual de finalização cadastral, ainda que tenha, em sua extensão territorial, e um número relevante de Organizações da Sociedade Civil. Em

consonância com o Pacto de Aprimoramento Estadual, a SEDS realizou as Capacitações do CNEAS em novembro de 2017, com a participação de entidades; e conselhos municipais e gestores dos municípios convidados da região da Baixada Santista, Grande São Paulo Oeste e ABC Paulista, totalizando 30 municípios e 295 entidades.

Coordenadoria de Desenvolvimento Social

Programa Família Paulista (Programa Suspenso)

O **Programa Família Paulista** é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e implementado em parceria com municípios, secretarias estaduais e entidades não governamentais. Foi instituído pelo Decreto nº 61.675, de 2 de dezembro de 2015, como uma estratégia de enfrentamento da extrema pobreza, por meio de um modelo de gestão integrada e colaborativa pela prática de redes intersetoriais.

Neste primeiro ano, houve adesão de 28 municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), onde estão 1,1 milhão de pessoas extremamente pobres, representando 58,4% da população em extrema pobreza no Estado (Fonte: Fundação Seade, 2010).

Ações realizadas em 2016

- Realização de 28 reuniões disparadoras com os municípios participantes, envolvendo mais de 600 atores estratégicos entre gestores municipais e secretarias municipais, que construíram o mapa de seus territórios de forma participativa, considerando as demandas, desafios, potencialidades e oportunidades já existentes nos municípios;
- Formalização de 28 grupos gestores municipais intersetorial e institucionalização do Coordenador Municipal, principal articulador do Programa Família Paulista nos territórios;
- Desenvolvimento de Oficina do Plano de Ação Municipal, que reuniu os profissionais da SEDS, coordenadores municipais do Programa e representantes dos Grupos Gestores, com o objetivo de elaborar, de forma integrada, um plano estratégico de enfrentamento da extrema pobreza;
- Elaboração de 27 planos de ação municipais para o desenvolvimento do Programa, com o diagnóstico dos territórios, potenciais articulações, estratégias de enfrentamento da extrema pobreza de forma multidimensional e definição de metas de atendimento;
- Criação do IPM Paulista, que apresenta indicadores de pobreza multidimensional voltado ao contexto do cenário do Estado de São Paulo, que permite intervenções e planejamentos;
- Construção de um sistema transacional online de monitoramento e avaliação, para utilização dos diversos atores envolvidos na gestão e implementação do Programa;
- Criação de um modelo de Certificação, por meio do Selo Família Paulista, que irá reconhecer práticas de gestão para o enfrentamento da extrema pobreza e do desenvolvimento social.

Programas de Transferência Direta de Renda

Os **Programas de Transferência de Renda** (PTRs) atuam na redução das desigualdades e podem estar na esfera dos governos federal, estaduais e municipais. Ao aderir a um PTR, a família assume algumas condicionalidades, como manter os filhos na escola, a carteira de vacinação em dia, fazer pré-natal e acompanhar o crescimento e o desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. O Governo do Estado de São Paulo tem sob sua gestão os programas Renda Cidadã e Ação Jovem e participa da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família.

Programa Bolsa Família (PBF)

É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza com renda mensal por pessoa de até R\$ 170,00. O Programa associa à transferência do benefício financeiro aos direitos sociais básicos: saúde, alimentação, educação e assistência social.

O Estado de São Paulo participa da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família compartilhando responsabilidades com a União e com 645 municípios. Atuando nas seguintes áreas: apoio técnico, monitoramento e capacitação para gestão de cadastro único e gestão do Programa Bolsa Família - PBF.

As famílias com crianças de **zero a seis anos**, que mesmo recebendo os benefícios financeiros do PBF continuam em situação de pobreza extrema também recebem o benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância – BSP o valor do benefício é de **R\$ 85,00** mensais por pessoa.

Em 2017 foram atendidas **1.510.823** famílias no Estado de São Paulo, as famílias recebem valores que variam de **R\$ 85,00 a R\$ 364,00** conforme o número de gestantes e nutrízes, crianças e jovens 17 anos.

Ações desenvolvidas em 2017

- Orientações às DRADS e Municípios sobre o conteúdo técnico do Programa Bolsa Família,
- reuniões com a equipe técnica para acompanhamento e socialização dos programas e projetos da Coordenadoria de Desenvolvimento Social,
- reuniões com o Colegiado do PBF (Desenvolvimento Social, Saúde e Educação) para discussão das ações e atividades de condicionalidades de saúde e educação e do acompanhamento familiar dos beneficiários do programa Bolsa Família,
- realização de capacitações em Gestão do PBF com apoio das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social, organização das turmas para a capacitação do Sistema de Benefícios- SIBEC,
- organização do Encontro Estadual de Alinhamento do Programa Bolsa Família e do IGD com participação do colegiado, DRADS, CONSEAS e técnicos das demais coordenadorias da SEDS,
- organização do encontro dos municípios com pendência na prestação de contas do IGD-M – participação de 15 municípios e DRADS, organização do Encontro Estadual Intersetorial do Programa Bolsa Família com os municípios prioritários com apoio da Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família reunindo as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social, Diretorias Regionais de Educação e Diretorias Regionais de Saúde, CONSEAS e 41 municípios prioritários,
 - são considerados prioritários os municípios que apresentam problemas em duas áreas, baixos índices em relação as taxas de cadastramento – TAC, taxas de acompanhamento da frequência escolar – TAFE, taxa de acompanhamento da agenda de saúde - TAAS;
- Participação dos Coordenadores do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único nas mesas técnicas organizadas pela SENARC/MDS

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

O **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)** é um programa federal de Enfrentamento ao Trabalho Infantil, que visa à retirada de crianças e adolescentes do trabalho precoce com idade inferior a 16 anos e que, no âmbito do SUAS, compreende: inclusão de famílias em programas de transferências de renda, trabalho social com as famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes.

A partir de 2013, passou a implementar um conjunto de ações estratégicas, visando à ampliação da mobilização social e articulação de políticas públicas diante das novas configurações do trabalho infantil no Brasil.

A SEDS, por meio de sua equipe técnica, é responsável pela coordenação, assessoria e apoio técnico aos municípios na execução do Programa. A Secretaria monitora a execução do programa pelos municípios a partir da evolução dos indicadores de identificação de situação de trabalho infantil no Cadastro Único e da inserção de crianças e adolescentes no Sistema de Informação do Serviço de Convivência (SISC), em 483 municípios.

O monitoramento do programa é mais detalhado junto aos 76 municípios de alta incidência que desenvolvem as Ações Estratégicas por meio de análise de instrumental próprio e mais recentemente pelo Sistema de Monitoramento do PETI (SIMPETI).

Ações desenvolvidas em 2017

- Apoio técnico aos **76** Municípios que aderiram ao Co-financiamento das Ações estratégicas do PETI,
- Participação efetiva:
 - Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação de Trabalho Infantil (Coordenação Colegiada Reunião Ordinária),
 - Comissão Estadual do Emprego e Trabalho Decente - Reunião Ordinária - Grupo de Trabalho 1, 2 e 3 (10 reuniões/ano),
- Campanha #chegadetrabalho infantil com Rede Peteca:

- Ações virtuais e presenciais (cartazes, camisetas, adesivos e placas), seminário
- Ato solene em comemoração ao dia Mundial de Enfrentamento ao Trabalho Infantil – ALESP,
- Lançamento da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e proteção ao Adolescente Trabalhador,
 - Primeira e segunda reunião técnica da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador,
- Reuniões de sensibilização com das instituições facultativas que mostram interesse em atuar na Comissão.

Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)

Benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social–LOAS, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pelas Leis nº 12.435, de 6 de julho de 2011 e 12.470, de 31 de agosto de 2011. É um benefício assistencial que independe de contribuições para a Previdência Social. Em São Paulo, foram beneficiadas **344.198 pessoas com deficiência** e **388.176 idosos**, totalizando **R\$ 6.101.357.418,00** de recursos pagos.

BPC na Escola

Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social-BPC. O objetivo é promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, preferencialmente de 0 a 18 anos de idade, garantindo-lhes acesso e permanência na escola, por meio de ações articuladas das áreas da saúde, educação, assistência social e direitos humanos.

No Estado de São Paulo, **394 municípios** aderiram ao Programa, com **62.561 participantes** (o que representa **87%** do universo de atendimento do Estado de São Paulo – 71.741 participantes).

BPC Trabalho

Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência, Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho – tem o objetivo de promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência do BPC, prioritariamente entre 16 e 45 anos, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial e a outras políticas públicas, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho. Os municípios que realizam aceite ao Programa Acessuas Trabalho automaticamente são incluídos neste Programa.

Atividades desenvolvidas em 2017

- Coordenação do Grupo Gestor Estadual do Programa BPC na Escola – Ação contínua
- Participação em reuniões de Conselhos, Comissões e Câmaras Temáticas, realização de oficina de acompanhamento familiar dos beneficiários do BPC, com os municípios da região das DRADS Vale do Paraíba, Capital e RMSP
- Campanha veiculada em rádios na Capital e RMSP, sobre o CADUNICO/Programa Viva Leite/BPC IDOSO, Campanha CadÚnico inclusão ou atualização do cadastro (informando prazos e normas), distribuído via DRADS aos 645 Municípios, Secretarias Estaduais, Entidades do Programa Bom Prato e Programa Viva Leite, Superintendência Regional do INSS, Conselhos do Idoso/Pessoa com Deficiência, CPTM, Metro, Via Amarela, EMTU, CCR e na Conferência Estadual de Assistência Social.

Programa Criança Feliz

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando a família e seu contexto de vida. O público prioritário: gestantes e crianças de até 36

meses e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), crianças de até 72 meses e suas famílias beneficiárias do Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) e afastadas do convívio familiar por medida protetiva.

Primeira Infância no SUAS

As ações do Programa no âmbito do SUAS são desenvolvidas por meio do Programa Primeira Infância no SUAS, de forma integrada, observando-se as competências dos entes federados e a articulação intersetorial. Para consecução dos objetivos do Programa, serão obedecidos os princípios de desenvolvimento integral e parentalidade, por meio das seguintes ações estratégicas: a) visitas domiciliares, b) qualificação da oferta dos serviços socioassistenciais e fortalecimento da articulação da rede e dos serviços de acolhimento, c) fortalecimento da intersetorialidade nos territórios e d) mobilização, educação e capacitação permanente. A Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS/MDSA tem como meta atender **530.000 famílias** no território nacional; no estado de São Paulo, a meta é atender **68.950 famílias**, considerando os 304 municípios elegíveis em 2017. O Estado de São Paulo, recebeu via Fundo a Fundo o valor de **R\$ 1.500.000,00** para gestão, implementação e capacitação das equipes técnicas das Diretorias Regionais de Assistência Social e equipes técnicas municipais. Os municípios recebem valores correspondentes as metas de atendimento definidas pelos Gestores Municipais no momento da adesão. O valor é repassado via **fundo a fundo** e corresponde ao número de visitas domiciliares realizadas mensalmente pelos visitantes do Programa.

Ações realizadas em 2017

- O Ministério de Desenvolvimento Social, por meio da Secretaria Nacional de Promoção e Desenvolvimento Humano desenvolveu oficinas de formação para as equipes técnicas estaduais, resultando na equipe de Multiplicadores do Programa Criança Feliz (PCF). As capacitações foram realizadas em Brasília com representantes de todos os Estados. Podemos destacar: imersão no método CDC (Cuidados para o Desenvolvimento da Criança), oficinas sobre o Guia da Visita Domiciliar, registro das visitas no Prontuário SUAS e vários encontros para **organização, gestão, implementação e monitoramento do PCF**.
- Em uma segunda etapa, realizamos ações de articulação, alinhamento, sensibilização, apoio técnico e capacitação aos 232 municípios paulista que fizeram adesão ao PCF - totalizando **1385** profissionais capacitados, entre eles: equipes de DRADS, Coordenadores Municipais e Supervisores do PCF.
- Ao todo foram desenvolvidos:
 - 05 seminários regionais (Bauru, Piracicaba, RMSP, São José do Rio Preto e município de São Paulo), multiplicando as estratégias da Primeira Infância à gestores e coordenadores municipais - 893 capacitados,
 - 05 reuniões com o Comitê Gestor Intersetorial do PCF,
 - Capacitação para supervisores e coordenadores municipais (492 capacitados),
 - Oficinas de alinhamento específicas para os técnicos da Capital (297 capacitados).

**SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA**

Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa 47000 - Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	52.869.908,00	53.372.347,00	43.452.375,54	0,00	43.452.375,54	44.878.844,79
Pessoal e Encargos Sociais	4.844.256,00	4.691.656,00	4.622.786,08	0,00	4.622.786,08	4.617.895,74
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	48.025.652,00	48.680.691,00	38.829.589,46	0,00	38.829.589,46	40.260.949,05
Despesas de Capital	1.683.660,00	5.182.660,00	968.965,00	155.160,00	1.124.125,00	1.614.490,00
Investimentos	1.683.660,00	5.182.660,00	968.965,00	155.160,00	1.124.125,00	1.614.490,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	54.553.568,00	58.555.007,00	44.421.340,54	155.160,00	44.576.500,54	46.493.334,79

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário 47000 - Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
4700 - Gestão e Implementação da Política de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência	49.981.142,00	50.000.581,00	40.401.442,32	0,00	40.401.442,32	42.649.311,57
Despesas Correntes	49.297.502,00	48.996.941,00	39.613.442,32	0,00	39.613.442,32	41.039.911,57
Despesas de Capital	683.640,00	1.003.640,00	788.000,00	0,00	788.000,00	1.609.400,00
4702 - Fomento a Inclusão Esportiva e Lazer	4.572.426,00	8.554.426,00	4.019.898,22	155.160,00	4.175.058,22	3.844.023,22
Despesas Correntes	3.572.406,00	4.375.406,00	3.838.933,22	0,00	3.838.933,22	3.838.933,22
Despesas de Capital	1.000.020,00	4.179.020,00	180.965,00	155.160,00	336.125,00	5.090,00
Despesa Total	54.553.568,00	58.555.007,00	44.421.340,54	155.160,00	44.576.500,54	46.493.334,79

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a primeira no Brasil foi criada pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.038, DE 06 DE MARÇO DE 2008**, regulamentada pelo **DECRETO Nº 52.841, DE 27 DE MARÇO DE 2008**, que a organiza.

À Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência cabe exercer funções que contribuam para a adequada condução das políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias (Artigo 2º - decreto nº52. 841, de 27 de março de 2008), e tem como missão garantir o acesso das pessoas com deficiência no Estado de São Paulo a todos os bens, produtos e serviços existentes na sociedade. Esta garantia deve atingir os 41.262.199 paulistas que segundo o censo do IBGE 2010, apresentam pelo menos uma deficiência (**Quadro I**).

População com Deficiência - Censo de 2010*1				
	<i>São Paulo</i>	<i>%</i>	<i>Brasil</i>	<i>%</i>
População Total	41.262.199	100 %	190.755.799	100%
Pessoa com Deficiência	9.344.109	22,6%	45.606.048	23,9%
Deficiência Visual	7.344.037	17,8%	35.774.392	18,8%
Deficiência Auditiva	1.893.359	4,6%	9.717.318	5,1%
Deficiência Motora	2.561.856	6,2%	13.265.599	7%
Deficiência Intelectual	502.931	1,2%	2.611.536	1,4%

Nota: O percentual da pessoa com deficiência e das deficiências foram calculados utilizando-se a População Total de São Paulo e Brasil.

Fonte: Censo demográfico/IBGE/2010 - Coleta e Organização dos Dados: Assessoria Técnica de Dados/Informações - SEDPCD/SP

A garantia dos Direitos Humanos, sobretudo os direitos sociais, a este segmento da sociedade é uma forma de concretizar a construção de uma sociedade para todos, e de reconhecer a Pessoa com Deficiência como um cidadão de direitos.

Garantir os direitos civis, políticos, econômicos e sociais as pessoas com deficiência refletem o desejo de uma sociedade mais justa e igualitária.

“O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”. (Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948). A SEDPCD é um instrumento estratégico de planejamento transversal e integrador dos vários atores e segmentos, tendo como objetivo atuar sobre as causas dos problemas e não apenas sobre os seus efeitos, estabelecendo-se dentro de um espaço que prioriza medidas supras, que tenham um maior impacto na melhoria da qualidade de vida do público a que se destina, sem a pretensão de que sejam as únicas intervenções neste campo. Em São Paulo, os direitos sociais das pessoas com deficiência estão sendo assegurados por ações de governo, por meio do fortalecimento dos movimentos sociais, comitês e conselhos, que, juntos, estabelecem a mais ampla rede de atendimento à pessoa com deficiência do país.

OBJETIVOS

Os principais objetivos da SEDPCD são: garantir que as pessoas com deficiência tenham seus direitos assegurados por meio de uma efetiva articulação com as demais pastas, promovendo uma real melhoria das oportunidades. Além disso, a Secretaria deve estimular o respeito aos direitos humanos, estender a discussão sobre a diversidade e garantir que as oportunidades para este segmento sejam ampliadas.

Com a intenção de promover uma ação transversal e realmente eficaz, a Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência assinou protocolos e realizou parcerias com outras Secretarias de Estado nas áreas da Educação, Habitação, Saúde, Emprego e Relações do Trabalho, Economia e Planejamento, além de acordos de cooperação com entidades ligadas à pessoa com deficiência e a iniciativa privada.

O modelo sistêmico definido pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, adotou 4 pilares de sua atuação institucional: Articulação Intersetorial, Criação de Políticas Públicas, Participação Plena e Ampliação de Oportunidades, colocando no centro desses pilares a pessoa com deficiência e suas famílias, que são beneficiários e protagonistas das ações voltadas para a consolidação de uma existência plena de cidadania, oportunidades e justiça.

Uma Secretaria Presente em todas as Pastas

Face ao intenso movimento de descentralização dos programas sociais ocorrido nas últimas décadas, a **Intersetorialidade** e **Transversalidade** são apontadas atualmente como tendências na gestão de políticas sociais.

Uma boa definição para Intersetorialidade é a busca de ações integradas da gestão e da prestação de serviços entre diferentes políticas públicas visando o bem-estar integral do cidadão, considerando em sua totalidade. É a *“articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando ao desenvolvimento social, superando a exclusão social”*².

O entendimento sobre as políticas “transversais” como ações que envolvem diferentes compromissos públicos entre Estado, Mercado e Organizações Comunitárias em direção a equidade, relevância e prioridade. Especificamente no que se refere à pessoa com deficiência, as demandas passam a ser, cada vez mais, compatibilizadas e combinadas às exigências de trabalho, renda, alimentação, transporte, educação, saúde, lazer e cultura. Neste cenário, desenhos institucionais traduzidos em dispositivos intersetoriais capazes de garantir maior inserção e responsabilização de gestores e cidadãos, tendem a alcançar maior impacto na redução das desigualdades sociais e melhoria dos níveis de bem-estar. A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEDPCD, é uma Secretaria transversal, pois lida com assuntos e temas que perpassam diversas áreas de atuação governamental, como educação, transporte, cultura, saúde, esporte, entre outras.

O papel principal da SEDPCD é sensibilizar a sociedade, articular as ações do governo para que o público de pessoas com deficiência seja atendido em suas distintas necessidades. Ao tempo que a sociedade se organiza na perspectiva de equidade e acessibilidade (atitudinal, comunicacional e arquitetônica) e na proteção dos direitos sociais, econômicos e políticos.

Marco Legal

O Estado de São Paulo construiu um arcabouço legal e de proteção ampla à pessoa com deficiência. Partindo da criação da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Estado, por meio do Poder Legislativo, preocupou-se em consolidar legislações anteriores e desenvolver programas alicerçados em parâmetros internacionais, para assegurar direitos, fortalecer movimentos sociais, comitês e conselhos, estabelecendo a mais ampla rede de atendimento à pessoa com deficiência do país.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, garante a proteção e “integração” social das pessoas “portadoras” de deficiência; foi porém em 2008, através do decreto legislativo Nº 186, DE 09 DE JULHO DE 2008 com a aprovação do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, complementado através do decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 fica estabelecido o direito no nível constitucional das pessoas com deficiência.

²Junqueira e Inojosa, 199

Conselhos

O Estado de São Paulo é composto por 645 municípios¹ dos quais 134², ou 20,78%, contam com Conselhos Municipais da Pessoa com Deficiência. O Conselho Municipal representa a pessoa com deficiência junto à prefeitura, contribuindo para a elaboração e implantação de políticas públicas de interesse para esta população.

Além dos conselhos municipais, o Estado de São Paulo, também conta com o Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência, 1º Conselho de direitos criado no país, o que contribui, favorece e legitima a participação popular das pessoas e organizações sociais paulistas.

Disposições Gerais

Alinhado aos marcos federal e internacional, a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência incorporou os princípios, definições e conceitos presentes na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do Relatório Mundial Sobre a Deficiência e aplicou esta filosofia a seus programas e ações, sempre em sintonia com as realidades presentes no Estado de São Paulo,

¹ Fundação SEADE

² Lista completa dos conselhos em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/rede-de-atendimento/conselhos-municipais> - consultado em 29 de dezembro de 2015.

articulando parceiros e propondo soluções inovadoras para as diversas áreas de atenção necessárias para as pessoas com deficiência.

Princípios Gerais³

O respeito pela dignidade inerente, à autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas;

A não discriminação;

A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;

O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;

A igualdade de oportunidades;

A acessibilidade;

A igualdade entre o homem e a mulher; e

O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

ATIVIDADES

O Relatório de Atividades 2017 representa a síntese do trabalho da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência em suas diversas frentes de atuação, destacando algumas das principais ações desenvolvidas dentro do campo funcional que norteia sua atuação conforme o **artigo 3º do Decreto 52.841 de 27.03.08**. Nosso maior objetivo é trazer para o centro das políticas públicas estes 9,3 milhões de pessoas com deficiência e seus familiares.

Ademais, todos devem ter acesso e direito de exercer sua cidadania plena e a garantia de qualidade de vida, o que procede à sistematização de um conjunto de medidas para proporcionar às pessoas com deficiência a autonomia, a igualdade de oportunidades e a participação social a que têm direito como cidadãos.

As questões da sustentabilidade da diversidade e da inclusão são decisivas para o futuro. Embora a desigualdade seja, historicamente, alta, persistente e se reproduza num contexto de baixa mobilidade social, é possível romper esse círculo vicioso - não com meras intervenções, mas com a implementação de políticas públicas de redução da desigualdade e de promoção de mudanças na política social. Desta forma, possibilitando a este segmento populacional uma utilização plena de todos os espaços públicos e edificados, mas também dos transportes e das tecnologias de informação, o qual irá propiciar um aumento da sua qualidade de vida e a prevenção e eliminação de diversas formas de discriminação.

Outro desafio para a operacionalização dos serviços é a construção de propostas metodológicas adequadas à diversidade, que se desdobra em várias dimensões, como a socioeconômica e cultural, que sejam inclusivas em sua totalidade e que incentivem o desenvolvimento das potencialidades dos participantes. Elevar a conscientização e desafiar as atitudes negativas costumam ser os primeiros passos para a criação de ambientes mais acessíveis para as pessoas com deficiência. Por isso, é fundamental o trabalho articulado com as famílias das pessoas com deficiência, de maneira a propiciar, também a elas, proteção social. Assim, a sustentabilidade para uma sociedade inclusiva encontra-se nas pessoas individualmente consideradas nas organizações/empresas, e no papel do Estado.

Para esse efeito, a geração e execução de Programas e Projetos desenvolvidos pela SEDPCd no ano de 2017, objetivou analisar e reforçar as políticas e as estratégias para estimular o processo de eliminação de barreiras, fornecendo informações sobre os obstáculos que ainda persistem e que impedem o exercício e gozo por parte das pessoas com deficiência de seus direitos humanos e liberdades fundamentais, na esfera civil, política e econômica, capaz de impulsionar ação modernizadora e a responsabilidade de todos intervenientes, incluindo os próprios clientes do sistema, implicando num esforço coletivo e sustentável.

O presente Relatório quantitativo e qualitativo é fruto de uma construção coletiva e sintetiza os esforços dessa caminhada que representa um marco histórico para o movimento de pessoas com deficiência no Estado de São Paulo, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade de igualdade de oportunidades e de estímulo ao mérito em todos os domínios fundamentais da vida, e

³ Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

ainda assegurar os direitos específicos que possibilitem às pessoas com deficiência a garantia de uma vida plena.

Destarte, as “ações” referenciadas no Portfólio de Programas e Projetos, reforçam os meios de apoio e fortalecimento do capital social: cultura e ética social, associativismo e iniciativas grupais, confiança, solidariedade, consciência e designio coletivo.

Portfólio de Programas e Projetos 2017

ESTRATÉGICO DA SECRETARIA

Programa 4700 – Gestão e Implementação da Política de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência.

Ação 5963 – Formulação e Implementação de Programas e Projetos para a Pessoa com Deficiência.

Projeto: Centro De Tecnologia E Inclusão Para Pessoas Com Deficiência Visual – Jd. Humaitá (Contrato De Gestão)

OBJETIVO: Contribuir com a inclusão dos deficientes visuais, objetivando minimizar as restrições na participação e estimular as atividades por meio de métodos compatíveis com o desenvolvimento da pessoa com deficiência visual, aspectos cultural e social, além de interação com fatores pessoais e ambientais. O presente projeto desenvolve ações para a promoção da qualidade de vida da pessoa com deficiência visual, contemplando, também, atividades de sensibilização, de orientação e/ou apoio, no âmbito da participação social das Pessoas com Deficiência Visual e seus familiares.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Realização de atendimentos às pessoas com deficiência visual e seus familiares – atendimentos 3292 – PcD e familiares 298, de janeiro a novembro de 2017.

PARCEIROS: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

PERÍODO: Julho/2016 a Julho/2018

ORÇAMENTO: R\$ 1.590.289,60 referente ao ano de 2016 / R\$ 3.689.415,74 referente ao ano de 2017

Projeto: 8ª Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania

OBJETIVO: A 8ª Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania, realizada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, tem como tema “O papel do Ministério Público e da Defensoria Pública na garantia dos direitos da pessoa com deficiência”. As Caravanas são realizadas pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, em parceria com o CEAPcD (Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência).

RESULTADOS ALCANÇADOS: Realização de ações coordenadas e complementares, objetivando a implementação e incorporação de políticas públicas definidas no eixo estratégico da SEDPCD na agenda dos municípios paulistas. As caravanas foram realizadas nas seguintes datas e municípios:

* 11/08 – Cruzeiro; * 23/08 – Ipaussu; * 22/09 – Barretos; * 20/10 – Barrinha

* 10/11 – Piracicaba; * 01/12 – Ibiúna

PARCEIRO: CEAPcD - Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência

PERÍODO: Agosto/2017 a Dezembro/ 2017

ORÇAMENTO: Sem Repasse Financeiro

Projeto: Custo da Reabilitação da Pessoa com Deficiência Física na Rede Lucy Montoro

OBJETIVO: aplicar Metodologia de Avaliação do Preço dos Serviços de Reabilitação da Rede Lucy Montoro, investigando e determinando o custo padrão dos procedimentos de serviços de reabilitação de pessoas com deficiência física. Custo do paciente na Reabilitação por Macro- Processo.

RESULTADOS ESPERADOS: Custo da reabilitação de pessoas com deficiência física em nível ambulatorial e hospitalar: todos os levantamentos do custo do paciente pela função de produção; quantos procedimentos para cada atendimento; custo por procedimentos (área física, equipamentos, materiais, recursos humanos).

PARCEIROS: FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

PERÍODO: Janeiro/2016 a Fevereiro/2018

ORÇAMENTO: R\$ 1.570.590,00

Projeto: Programa Estadual de Atendimento as Pessoas com Deficiência Intelectual “São Paulo pela Igualdade de Direitos” - Decreto Nº 58.658, De 4 De Dezembro De 2012

OBJETIVO: Promover ações capazes de desenvolver atividades que viabilizem medidas de prevenção à deficiência intelectual, defesa de direitos e atendimento à pessoa com deficiência intelectual, com a adoção de providências que auxiliem na conscientização da sociedade e na proteção desse grupo social.

RESULTADOS ALCANÇADOS: *Assinatura e Publicação em 15/02/2013 a Resolução Conjunta que defini e adota os princípios e diretrizes do Programa Estadual de Atendimento à Pessoa com Deficiência Intelectual.

* De 22/02 à 24/03/2013 foi colocado em Consulta Pública os princípios e diretrizes que nortearão o Programa Estadual de Atendimento a Pessoa com Deficiência Intelectual.

* 2015 - Realização de Evento "Balanço Geral do Programa Estadual de Atendimento às pessoas com deficiência intelectual" com o objetivo de dar visibilidade às ações de atendimento às pessoas com deficiência intelectual, contribuindo para a inclusão social dessa parcela da sociedade.

* 2016 - Realização do Evento "Balanço Geral do Programa Estadual de Atendimento às pessoas com deficiência intelectual", junto com a abertura do Setembro Verde, com o objetivo de dar visibilidade às ações de atendimento às pessoas com deficiência intelectual, contribuindo para a inclusão social dessa parcela da sociedade.

* **2017 – Realização do "I Seminário do Governo do Estado de São Paulo sobre as Pessoas com Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro Autista". A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo realiza este Seminário no auditório da SEDPCD, em São Paulo, em 06 de novembro. Contou com a participação de 300 pessoas entre profissionais, estudantes e gestores.**

PARCEIROS: Secretarias de Estado da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Social, do Emprego e Relação de Trabalho, do Esporte, Lazer e Juventude, da Cultura e do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

ORÇAMENTO: Sem repasse de recursos financeiros.

Projeto: III Encontro do Fórum Gestores Municipais da Área da Pessoa com Deficiência

OBJETIVO: Propiciar espaço para debate sobre as políticas públicas e boas práticas de inclusão e acessibilidade desenvolvidas nos municípios paulistas

RESULTADOS ALCANÇADOS: O ponto focal para os trabalhos desse III Encontro foi identificar as principais demandas desse segmento da população e também gerar subsídios que possam ser utilizados na orientação junto à atuação pública local, orientar articulações regionais e entre diferentes níveis de poder governamental para facilitar a tarefa de estabelecer redes que potencializem esses resultados. Foram discutidos temas relacionados às alternativas para "em dias de crise", e como solucionar e fazer políticas públicas no segmento das Pessoas com Deficiência.

PERÍODO: Junho/2017

ORÇAMENTO: Sem repasse de recursos financeiros.

Projeto: VI Prêmio Ações Inclusivas de Pessoas com Deficiência

OBJETIVO: Identificar e premiar as melhores práticas inclusivas para pessoas com deficiência, segmento que, segundo o Censo do IBGE, soma mais de 9 milhões no Estado de São Paulo e 45,6 milhões no Brasil.

RESULTADOS ALCANÇADOS: A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo realizou a cerimônia de entrega do VI Prêmio Ações Inclusivas do Governo do Estado de São Paulo para Pessoas com Deficiência – Edição 2017, no auditório da Secretaria, em São Paulo, em 07 de dezembro de 2017. Contou com a participação de 450 pessoas entre gestores municipais de todo o Estado de São Paulo, de organizações públicas e privadas, sem fins lucrativos. Em 2017, a Secretaria contou com 100 inscrições válidas, das quais 30 finalistas e um vencedor em cada categoria: Governamental, Não-Governamental e Digital. As 3 vencedoras levaram troféu de Campeã Inclusiva de 2017 e as 30 finalistas receberam certificado. Na cerimônia de entrega do Prêmio também foram homenageadas duas Personalidades do Ano 2017: Dr. Zan Mustacchi e Rodrigo Mendes e uma instituição Destaque 2017: Associação Olga Kos.

PERÍODO: Dezembro/2017

ORÇAMENTO: Sem repasse de recursos financeiros

Projeto: VI Encontro Estadual de Gestores de Comunicação do Estado de São Paulo – por Uma Comunicação Inclusiva

OBJETIVO: A programação do VI Encontro de Gestores de Comunicação do Estado de São Paulo, em 09 de novembro, das 9h30 às 12h30, com o tema central “Comunicação Inclusiva na Era Digital”. Contará com profissionais e especialistas renomados atuantes na área da inclusão de pessoas com deficiência e também da Comunicação. Serão apresentadas formas de fazer com que a rede conecte cada vez mais as pessoas, derrubando as barreiras digitais e atitudinais, para que as informações cheguem a todos, pessoas com e sem deficiência.

RESULTADOS ALCANÇADOS: A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo realiza este encontro, em sua 6ª Edição em 2017, no Hotel Maksoud Plaza, em São Paulo, em 09 de novembro. Contou com a participação de 80 pessoas entre profissionais, estudantes e gestores.

PERÍODO: Novembro/2017

ORÇAMENTO: Sem repasse de recursos financeiros

Projeto: Mesas Redondas - Estudos sobre a Deficiência

OBJETIVO: Incentivar, Fomentar Trabalhos, Realizar Debates E Encontros Entre Especialistas E Simpatizantes Do Tema A Fim De Agregar Esforços Para A Construção De Uma Sociedade Mais Inclusiva.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Realização de duas Mesas Redondas com temas distintos, “Ação Educativa no Memorial” e “Deficiência e arte - além da experiência estética”, ambas aconteceram no dia 06 de novembro de 2017.

PERÍODO: Novembro/2017

ORÇAMENTO: Sem repasse de recursos financeiros

Financiado pelo Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FID

Projeto: Cinco Anos do Memorial da Inclusão pelos Direitos das Pessoas com Deficiência

OBJETIVO: Conscientização e divulgação do discurso da inclusão e do respeito e aceitação da diversidade junto ao corpo discente e docente do Estado de São Paulo. O projeto ora proposto visa agir no âmbito de umas das principais medidas que vem sendo adotadas no combate contra o preconceito e a segregação voltados às pessoas com deficiência: a inclusão escolar.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Ações educativas e Capacitação de Professores. Nas dependências da exposição permanente do Memorial da Inclusão, atendimento de 10.000 alunos durante a vigência do projeto; e capacitação de 800 professores da rede pública de ensino. Em municípios do interior de São Paulo, realização de oito “ativações” pela inclusão da diversidade, e capacitação de 240 professores. Essas “ativações” consistirão em visitas de dez a 12 dias da versão itinerante da exposição do “Memorial da Inclusão: os caminhos da pessoa com deficiência”.

Educação à Distância. Execução de quatro edições do curso à distância “Direitos da Pessoa com Deficiência: Diversidade Humana e Igualdade”, atingindo pouco mais de 4.000 funcionários públicos do Estado e de municípios de São Paulo. (Todo o conteúdo, formato, e o ambiente virtual do curso já estão prontos, tendo essa Secretaria já executado, por conta própria, duas edições do curso).

PARCEIRO: FID - Fundo de Interesses Difusos

PERÍODO: Abril/2015 a Novembro/2017

ORÇAMENTO: R\$ 2.734.565,87 = R\$ 2.470.409,48 (FID) + R\$ 264.156,39 (SEDPcD)

Financiado pelo Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FID

Projeto: Acessibilidade em Bibliotecas

OBJETIVO: Equipar bibliotecas públicas do Estado de São Paulo com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual e motora. Garantir que todos equipamentos públicos sejam acessíveis para as pessoas com deficiência

RESULTADOS ALCANÇADOS: As 62 Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo receberam equipamentos acessíveis, distribuídos em dois Kits. O Kit Tipo 1 contém computador, ampliador automático, scanner leitor de mesa, teclado ampliado, mouse estacionário e software de voz sintetizada para atuação com o software leitor de tela NVDA. O Kit 2 contém todos os elementos do Kit 1 e acrescenta um display braile e impressora braile

PARCEIRO: FID - Fundo de Interesses Difusos

PERÍODO: Abril/2015 a Fevereiro/2018

ORÇAMENTO: R\$ 2.308.617,00 (FID); R\$ 234.400,00 (SEDPcD)

Projeto: Gerenciamento das Atividades do Centro de Tecnologia e Inclusão no Parque Fontes do Ipiranga - PEFI (Contrato De Gestão)

OBJETIVO: O Centro se posiciona como um espaço inovador, polo de desenvolvimento tecnológico, de conhecimento, qualificação e formação profissional de recursos humanos, com estratégias inovadoras, estabelecendo parcerias e alianças, compartilhando competências e viabilizando nessas relações intersetoriais a convergência entre atores sociais, para um efetivo desenvolvimento do processo de inclusão. O Centro de Tecnologia e Inclusão está centrado na missão da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, em garantir o acesso das pessoas com deficiência no Estado de São Paulo a todos os bens, produtos e serviços existentes na sociedade.

RESULTADOS ALCANÇADOS: No Centro de Tecnologia e Inclusão são desenvolvidas atividades com foco em 4 vertentes:

- Programa de Empoderamento das Pessoas com Deficiência / nº de pessoas atendidas – 4.449
- Educação Continuada para Profissionais na Área da Deficiência / nº de pessoas atendidas – 3.789
- Programa de Promoção a Inclusão / nº de pessoas atendidas – 1.577
- Tecnologias para a Inclusão / nº de pessoas atendidas – 248

Total – 10.063 pessoas atendidas

Além disso o CTI redireciona seu posicionamento para um espaço de empoderamento das Pessoas com Deficiência, para que sejam protagonistas do seu papel na sociedade por meio dos seguintes pilares: Polo de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; Disseminação do Conhecimento com Programas, Cursos e Palestras; Acessibilidade Comunicacional.

PARCEIROS: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM

PERÍODO: Dezembro/2013 a Dezembro/2018

ORÇAMENTO: O valor Pago para a SPDM – CTI PEFI até novembro foi de R\$ 7.342.842,17, sendo: R\$ 2.336.358,87 referente ao ano de 2016; R\$ 5.006.483,30 referente ao ano de 2017.

O valor total previsto para pagamento no contrato para o ano de 2017 é de R\$ 6.007.779,96.

Projeto: Sebrae mais Acessível

OBJETIVO: Desenvolvimento de ações no âmbito do programa Sebrae Mais Acessível, projeto de empreendedorismo voltado aos empresários de micro e pequenas empresas e futuros empreendedores com e sem deficiência. Além de, orientar no desenvolvimento do conteúdo técnico dos materiais acessíveis a serem elaborados pelo SEBRAE-SP e colaborar na divulgação do Convênio e do programa SEBRAE Mais Acessível.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Realização de ações/eventos, visando a sensibilização e capacitação para gestão negócios e inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

PARCEIROS: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo

PERÍODO: Junho/2015 a Junho/2017

ORÇAMENTO: Sem repasse de recursos financeiros

Projeto: Eventos Paralelos

A convite da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, integra a Delegação Brasileira junto à 10ª sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promovida de 13 a 15 de Junho de 2017, na sede da ONU em Nova York, EUA.

**Mobilizando o poder de mulheres e garotas com deficiência para uma sociedade inclusiva e para o desenvolvimento: tomando ações coordenadas nos níveis nacional, regional e global"

*Workshop "Mulheres e Garotas com Deficiência no Desenvolvimento e na Sociedade: Traduzindo Compromissos em Ações"

OBJETIVO: garantir o total e igual acesso a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, e promover o respeito à sua dignidade.

RESULTADOS ALCANÇADOS: plena participação das pessoas com deficiência e suas organizações representativas na implementação da Convenção. Entre os subtemas abordados estão "Impacto da discriminação múltipla em pessoas com deficiência", "Inclusão e plena participação das pessoas com deficiência nas ações humanitárias"; e "Nova Agenda Urbana – Habitat III", que foram tratados na forma de painéis, nos quais o Brasil fez apresentações.

PERÍODO: Junho/ 2017

ORÇAMENTO: Sem repasse de recursos financeiros

Projeto: Workshop Sobre Empregabilidade Para Pessoas Com Deficiência Propicia Troca De Experiências Entre Empresas Premiadas

OBJETIVO: O Workshop "Práticas Sustentáveis de Empregabilidade de Colaboradores com Deficiência", realizado pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo no Espaço Nobre da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, com apoio do Centro de Tecnologia e Inclusão, braço da Secretaria voltado à capacitação de pessoas com e sem deficiência. O objetivo foi favorecer o debate por meio da troca de experiências sobre as principais práticas de empregabilidade de pessoas com deficiência desenvolvidas pelas empresas que tiveram destaque no Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência, nas edições de 2014, 2015 e 2016. Houve uma rica troca de informações sobre cases de sucesso com foco na contratação de profissionais com deficiência.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Participaram do Workshop representantes das empresas Caterpillar, Citibank Brasil, Hospital Albert Einstein, TOTVS, Natura, Serasa Experian, Man Latin, SEBRAE São Paulo, Bradesco, SENAC, Itaú, Accenture, Alfaparf e Ernst Young, todas finalistas do Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência

PARCEIROS: Centro de Tecnologia e Inclusão Social

PERÍODO: Maio/2017

ORÇAMENTO: Sem repasse de recursos financeiros

Projeto: IV Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência

OBJETIVO: O 4º Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência, tem como objetivo dar reconhecimento público e premiar as empresas que apresentem práticas inclusivas, fomentando a inclusão profissional de pessoas com deficiência.

Por meio de reconhecimento de boas práticas, da geração de informações e da troca de experiência profissional, o 4º Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência, tem como foco a construção e manutenção de um ambiente corporativo participativo, produtivo e igualitário, em que trabalhadores com e sem deficiência, juntos, contribuam para uma economia sustentável e humanizada.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Premiar as práticas exitosas, voltadas à empregabilidade das pessoas com deficiência em todo o Estado de São Paulo, que possam ser vistas como agentes incentivadores para outras empresas, indo ao encontro da missão e visão da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Neste ano, inscreveram-se no Prêmio 52 grandes empresas - 4 micro, pequenas e médias empresas; 7 empreendedores com deficiência e 9 empresas estrangeiras. De cada Categoria foram premiadas 3 grandes empresas, 1 micro, pequena e média empresa, 3 empreendedores com deficiência e 3 empresas estrangeiras. O evento foi realizado no Palácio dos Bandeirantes, edifício-sede do Governo do Estado de São Paulo, com a participação de todas as empresas selecionadas (15 grandes empresas, 5 empreendedores com deficiência, 1 micro, pequena e média empresa, e 2 empresas estrangeiras: Shaw Trust da Grã-Bretanha, e Panda Retail, da Arábia Saudita) para premiação e outras convidadas, atingindo um público de 250 pessoas

PARCEIROS: Centro de Tecnologia e Inclusão Social

PERÍODO: Dez/ 2017

ORÇAMENTO: Sem repasse de recursos financeiros

Projeto: 9º Encontro de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência

OBJETIVO: Com o tema "Da ideia ao produto: caminhos para chegar ao mercado", o 9º Encontro de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência acontece em 07 de novembro, das 9h às 18h, e reunirá instituições de ensino e pesquisa, agências de fomento, empresas já consolidadas, startups e consultores para debater as principais dificuldades e apresentar atalhos para que projetos de tecnologia assistiva advindas de pesquisas realizadas em instituições de ensino e pesquisa do país obtenham financiamento e se tornem produtos. Também discutirá a ampliação do alcance dos serviços e ações públicas, na transparência governamental, e o incremento expressivo que a acessibilidade digital pode trazer ao comércio eletrônico e sua cadeia produtiva.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Em sua nona edição, o Encontro de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência contou com o tema Principal - "Da ideia ao produto: caminhos para chegar ao mercado". Ademais, formalizou-se parceria com a FAPESP, que viabilizou o alinhamento do desenvolvimento de um Edital FAPESP-PIPE específico para a área de Tecnologia Assistiva.

PERÍODO: Novembro/2017 - **ORÇAMENTO:** Sem repasse de recursos financeiros

PROJETO: REABILITAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

OBJETIVO: Incentivar a autonomia e melhorar a qualidade de vida das PcDV por meio de cursos de informática, música, braille, orientação e mobilidade e orientação pedagógica.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Promoção da inclusão de 60 PcDV por meio da realização de cursos de música, informática, braille, orientação e mobilidade e orientação pedagógica, objetivando o incentivo da autonomia e melhoria da qualidade de vida.

PARCEIROS: Associação dos Deficientes Visuais de Fernandópolis - ADVF

PERÍODO: Maio/2016 a Maio/2017

ORÇAMENTO: R\$ 135.207,00

Projeto: Ensino Médio Inclusivo

OBJETIVO: Formação continuada de professores e gestores da rede pública de ensino do Estado e conscientização de estudantes com e sem deficiência e suas famílias sobre direitos e princípios legais e atitudinais da educação inclusiva.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Apoio às Secretarias de Estado em consonância com o Programa Estadual sobre o tema Educação Inclusiva e a formação de facilitadores, de tal forma, que essas ações se mantenham ativas com ou sem a participação do Instituto. Realização de curso semipresencial, em plataforma AVA, para 429 profissionais, sendo 33 para cada Diretoria de Ensino de São Paulo - Capital.

PARCEIRO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEE e INSTITUTO RODRIGO MENDES

PERÍODO: Junho/2017 a Junho/2018

ORÇAMENTO: Sem repasse de recursos financeiros

Ação 6249 - Enfrentamento da Violência Contra Pessoas Com Deficiência

Projeto: Gestão do Centro de Apoio da Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência (Contrato De Gestão)

OBJETIVO: Gestão do Centro de Apoio da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Operar, gerir e executar os serviços de atendimento ou promoção de direitos das pessoas com deficiência no Centro de Apoio da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, a serem desenvolvidas na estrutura da Polícia Civil do Estado de São Paulo, subordinada à 1ª Delegacia Seccional de Polícia do Departamento de Polícia Judiciária da Capital - DECAP.

PARCEIROS: Casa de Isabel (Organização Social)

PERÍODO: Junho/2014 a Junho/2019

ORÇAMENTO: R\$ 1.260.103,09 (2017) - R\$ 4.815.368,72 (2014 a 2017)

Obs.: A 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, que foi criada por meio do Decreto nº 60.028/2014, foi implantada em Maio de 2014.

Projeto: Fóruns Regionais - Programa Estadual de Prevenção à Violência contra PCD - APAE/SP

OBJETIVO: Aprofundar o processo de conscientização e estruturação de redes locais e regionais de enfrentamento à violência contra pessoas com deficiência, com a realização de fóruns regionais.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Realização de 28 encontros regionais sobre violência contra Pcd. Seminário Estadual sobre a temática e o 2º Seminário Estadual. Os fóruns foram realizados nos seguintes municípios: Campinas, São José do Rio Preto, Botucatu, Ribeirão Preto, Bauru, Barueri e Santos.

PARCEIROS: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo – APAE/SP

PERÍODO: Março/2016 a Setembro/2017

ORÇAMENTO: R\$ 749.148,21

Ação 6254 – Caminhos para Pessoa com Deficiência para uma Sociedade Sustentável

Projeto: Virada Inclusiva

OBJETIVO: Fortalecer mecanismos capazes de articular e mobilizar pessoas e organizações para a causa da inclusão e da valorização da diversidade

RESULTADOS ALCANÇADOS: A 8ª edição da Virada Inclusiva, realizada de 1 a 3 de dezembro de 2017, contou com atividades variadas desenvolvidas em espaços públicos e em sedes das entidades parceiras e apoiadoras. A abertura ocorreu no dia 01 de dezembro no SESC 24 de Maio, em São Paulo com a apresentação da Big Band da Orquestra Jazz Sinfônica do Estado de São Paulo, com um público de aproximadamente 200 pessoas. Nos dias 02 e 03 de dezembro, várias apresentações de rock, rap, samba e MPB, animaram as estações Sé, República e Paraíso do Metrô e estação Barra Funda da CPTM. Nos parques da Água Branca e Villa-Lobos, aconteceu a primeira edição da Virada Kids, com programação voltada exclusivamente para o público infantil, totalizando 212 participantes. No dia 03 de dezembro, além da tradicional Bicicletada, na Avenida Paulista a animação ficou por conta da Banda dos Seguranças do Metrô no palco externo da FIESP, assistido por cerca de 1500 pessoas. O encerramento da programação, foi no Auditório do Ibirapuera com

capacidade máxima de 800 pessoas esgotada, no show do cantor Jorge Aragão e sua banda. Foram 190 ações na capital e 210 ações nos municípios.

PARCEIROS: Governo do Estado de São Paulo; Prefeitura de São Paulo – Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida; ADEVA; AACD; APAE BRASIL; Colégio Marista; CPTM; SPTrans; METRÔ; Instituto Tomie Ohtake; UMAPAZ; UNICID; Pinacoteca de São Paulo; Fundação Padre Anchieta; MAM; MIS, dentre outros. Na capital – 66 parceiros. Apoio Cultural – 49.

PERÍODO: Dezembro/2017

ORÇAMENTO: Sem repasse de recursos financeiros

Projeto: Programa Memorial da Inclusão (Contrato De Gestão - "Abaçaí")

OBJETIVO: Gestão do Memorial da Inclusão, contemplando seus projetos e ações.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Gestão do Memorial da Inclusão, bem como, o desenvolvimento dos seguintes projetos/ações:

* Exposições Permanente, Itinerante, Virtual e Temporária;

* Virada Inclusiva

* Ação Educativa e EAD;

* Estudos e Pesquisas (Projeto memórias; Centro de Documentação; Seminários; Simpósios, Rede Brasileira e Publicação de Vídeos e Documentários).

PARCEIROS: Organização Social ABAÇAÍ Cultura e Arte

PERÍODO: Agosto/2014 a Dezembro/2017

ORÇAMENTO: R\$ 2.556.892,44 (2017) - R\$ 6.954.662,12 (2014 – 2017)

Ação 8269 – Moda Inclusiva

Projeto: 9º Concurso Moda Inclusiva – Estimulo à Adoção do Desenho Universal na Modelagem e Conceito de Moda – Valorização de Diversidade

OBJETIVO: Promover importante debate sobre “Moda Inclusiva”; Incentivar o surgimento de novas soluções em relação ao vestuário para PcD; Impactar o público por meio da união entre vanguarda temática, inclusive no plano internacional e responsabilidade social; Estimular o surgimento de um novo segmento de mercado

RESULTADOS ALCANÇADOS: Desenvolvimento de peças inclusivas e realização do desfile com 183 participantes.

PARCEIROS: CTI - CENTRO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, ABPEM, ESTAÇÃO DAS LETRAS E CORES, ABIT, SINDITÊXTIL, APPLESHOES, AUDACES, CAROLINA CURY, CIÇA E RENATA BIJOUX, CASA DE CRIADORES, FCem, LADO B MODA INCLUSIVA, MARIO QUEIROZ, REDE LUCY MONTORO, SINGER, SOMOS TODOS NÓS, TENDERE, TEXTÍLIA, UNIBES CULTURAL, VESTINDO BEM, VICUNHA, EYE – CONSULTORIA DE IMAGEM, ELEONORA AMARAL.

PERÍODO: Janeiro a Dezembro/2017

ORÇAMENTO: CTI – Custos Evento Moda Inclusiva: R\$ 70.170,97
Livro da Moda Inclusiva: R\$ 14.200,00, para confecção de 100 exemplares).

Programa 4702 – Fomento à Inclusão Esportiva e Lazer

Ação 6250 – Acesso às Atividades Físicas e Lazer

PROJETO: PROGRAMA DE ACADEMIAS ADAPTADAS

OBJETIVO: Implantação de academias adaptadas, em Municípios e Entidades do Estado de São Paulo, por meio de convênio com a SEDPCD.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Implantação de 200 academias adaptadas nos Municípios/Entidades do Estado de São Paulo. Foram instaladas 161 academias adaptadas até o momento.

PARCEIROS: Municípios e Entidades do Estado de SP

PERÍODO: Cada convênio tem prazo de 30 meses.

ORÇAMENTO: Não há repasse de recursos aos Municípios/Entidades, apenas transferência dos equipamentos.

LAZER

Projeto: Equitação Adaptada

OBJETIVO: Promover a Inclusão Social e o desenvolvimento biopsicossocial de Pessoas com Deficiência por meio da equitação adaptada.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Atendimento de 36 pessoas com deficiência na prática de Equitação Adaptada, com o acompanhamento do seu desenvolvimento biopsicossocial.

PARCEIROS: Instituto Anjos de Deus (IAD) PERÍODO: Julho/2016 a Janeiro/2018

ORÇAMENTO: R\$ 488.150,76 (SEDPcD) / R\$ 220.449,12 (Contrapartida) – 2016

Ação 6252 – Time São Paulo

PROJETO: TIME SÃO PAULO PARAOLÍMPICO - CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro)

OBJETIVO: Planejar, organizar, executar, controlar e avaliar ações de suporte ao desenvolvimento esportivo de atletas paraolímpicos de alto nível, vinculados ao Estado de São Paulo, que apresentem potencial de bom desempenho nos Campeonatos Mundiais.

Pagamento de bolsa à 56 atletas e 14 atletas guia de alto rendimento integrantes do Time SP, em 10 modalidades esportivas: Atletismo, Bocha, Ciclismo, Halterofilismo, Natação, Tênis de Mesa, Triatlo, Tiro Esportivo, Paratriathlon, Paracanoagem.

RESULTADOS ALCANÇADOS: As metas para os atletas atendidos são estabelecidas de maneira global, considerando os atletas de todas as modalidades, tendo como parâmetro o posicionamento no ranking mundial, de acordo com o que segue:

104 competições, em 548 provas – colocados em 1º Lugar: 49

PARCEIROS: Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB)

PERÍODO: Dezembro/2016 a Dezembro/2018

ORÇAMENTO: R\$ 3.024.000,00 (SEDPcD); R\$ 1.053.224,06 (CPB) TOTAL: R\$ 4.077.224,06

Projeto: Paralimpíadas Escolares – 2017

OBJETIVO: Aumentar a participação dos estudantes com deficiência física, visual e intelectual em atividades esportivas de todas as escolas públicas e privadas do território nacional, promovendo ampla mobilização em torno do esporte.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Na edição de 2017, São Paulo sagrou-se Campeão Geral. Participamos com 10 modalidades - atletismo, basquetebol em cadeira de rodas 3x3, bocha, futebol de 5, futebol de 7, goalball, judô, natação, tênis de mesa e tênis em cadeira de rodas. Alunos/Atletas: 149; Atletas Guia: 04; Medalhas: 138 (Ouro 91, Prata 30, Bronze 17).

PARCEIROS: Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Esporte Lazer e Juventude, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, Ministério do Esporte e Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB).

PERÍODO: Novembro/ 2017

Ação 6253 - Implementação do Centro Paraolímpico Brasileiro

Projeto: Centro De Treinamento Paralímpico Brasileiro - Ctpb

OBJETIVO: O objetivo do Centro de Treinamento é fomentar o paradesporto brasileiro, criando condições para que seus atletas se destaquem nas competições municipais, estaduais, nacionais e internacionais, dando ênfase às técnicas avançadas e novas tecnologias a serem desenvolvidas a partir dos laboratórios de pesquisa e avaliação contribuindo com a ciência e tecnologia do paradesporto.

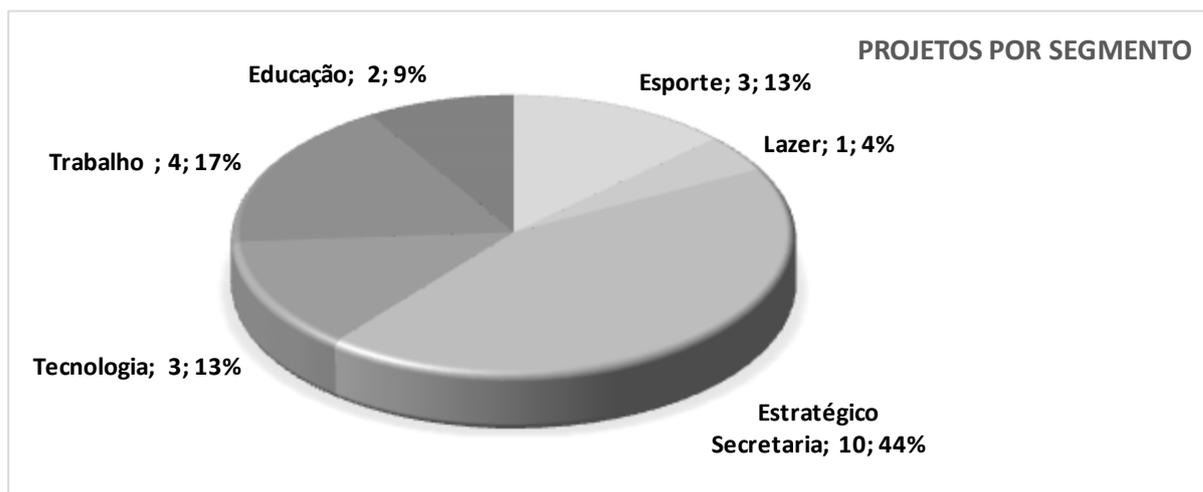
RESULTADOS ALCANÇADOS: O CTPB implantou um novo modelo de treinamento, concentrando em um único local 15 modalidades paraolímpicas, atendendo aos requisitos e recomendações das Federações Internacionais Paraolímpicas e aos Comitês Paraolímpicos Nacionais, abrigando os atletas durante os períodos de aclimatação no Brasil e, sobretudo garantindo a concentração e aperfeiçoamento do pensamento esportivo, na busca por melhores resultados. O CTPB recebeu de outubro de 2016 a março de 2017, 5244 atletas. O evento mais recente foi o Open Loterias Caixa, tendo 26 atletas – 13 atingindo índices classificatórios para os mundiais de natação em Londres, e outros 13 no atletismo no México.

PARCEIROS: Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB

PERÍODO: Outubro/2017 - Outubro/2022 - 60 meses de vigência.

ORÇAMENTO: Sem repasse de recursos financeiros

GRÁFICO DO PORTFÓLIO DE PROJETOS (2017)



RESULTADOS OUVIDORIA

A Ouvidoria da SEDPCD no contexto da inclusão, sinaliza uma vontade institucional de fortalecer as estratégias de gestão participativa, ampliando o processo de controle social e trazendo para dentro das gestões as avaliações, as opiniões e as ideias geradas pelas Pessoas com Deficiência.

Tipo	Quantidade
Denúncia	36
Reclamação	105
Solicitação de Informação	427
Sugestão	10
Outros	35
Total	613

FORMA DE CONTATO

Tipo de Manifestação	Presencial	Telefone	E-mail	Correspondência	Sistema	Outros	Total
Denúncia	0	1	2	0	33	0	36
Outros	0	0	2	0	33	0	35
Reclamação	0	3	9	0	93	0	105
Solicitação de Informação	0	141	50	0	236	0	427
Sugestão	0	0	1	0	9	0	10
Total	0	145	64	0	404	0	613

RESULTADOS MÍDIAS SOCIAIS

Houve um intenso esforço e empenho da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência em mobilizar e sensibilizar a sociedade sobre os conceitos e direitos das pessoas com deficiência. Constatamos que, o desempenho dos perfis da SEDPCD-SP nas redes sociais evoluiu de forma positiva em 2017. O principal veículo de comunicação nas mídias sociais é o Facebook. Em janeiro, a página estava com 256.149 curtidas e segundo o último apontamento (04/12/17) a página já conta com 345.731 likes e 344 mil seguidores no Facebook.

O sucesso da página deve-se ao estilo, linguagem e conteúdo das publicações, além da criação própria dos banners com terminologias, pensamentos, informações sobre direitos e ações da Secretaria, incentivos às atitudes inclusivas que sempre geram alto grau de envolvimento e também os vídeos semanais de Libras, voltado ao público surdo, que tem dificuldade de comunicação.

No perfil da SEDPCD no Twitter, os posts da fanpage do Facebook foram republicados de forma mais concisa e interativa com links, hashtags e conteúdo em tempo real. O perfil possui 10.042 seguidores no Twitter.

Ademais, algumas mudanças também foram realizadas no Instagram, acrescentando mais fotos visuais e hashtags relacionadas a Secretaria. Hoje contamos com 6.487 seguidores no Instagram.

PERFIL Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Dados YouTube

30 vídeos publicados
744 inscritos
295.981 visualizações

Dados Instagram

976 fotos publicadas
6.487 seguidores

Dados Twitter

6.476 tweets
1.610 seguidores ao longo de 2017

Totalizando 10.042 seguidores



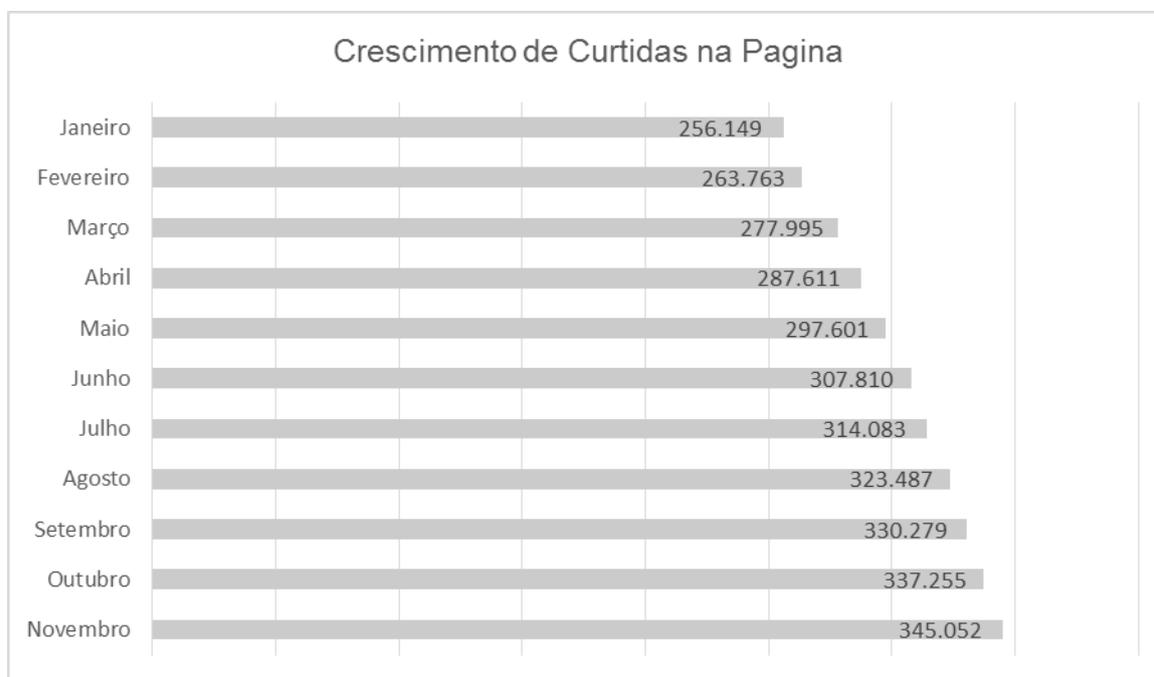
Dados Facebook – Fanpage SEDPcD - SP

1.610 publicações inseridas na página

127.273 curtidas na página

17.055.132 pessoas alcançadas - visualizações

Total aproximado: 345.000 seguidores



SITE da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência
www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br

Total de notícias publicadas durante 2017: 102

Total de visitas ao site em 2017: 912.397

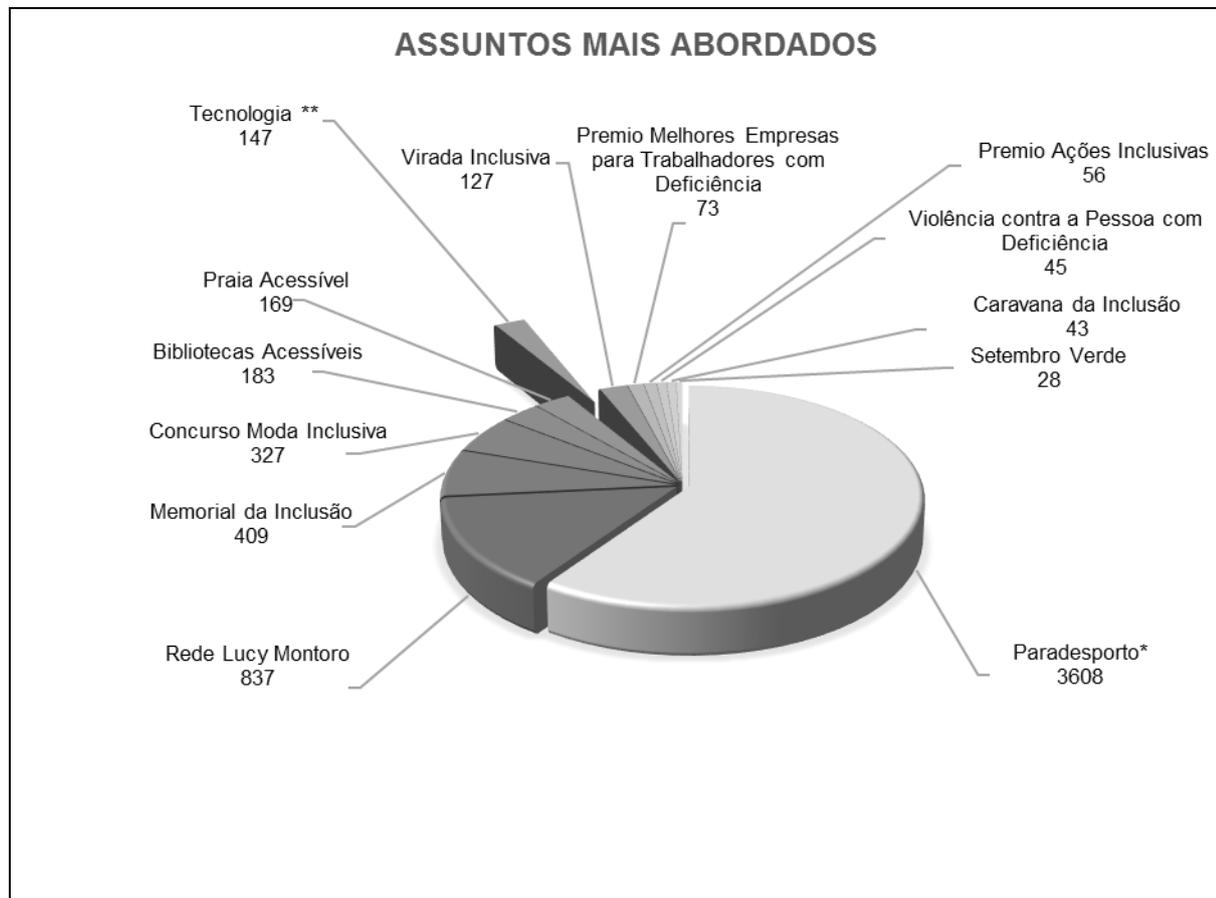
Visitor Summary		Visit Summary	
Visitor	445,472	Visits	912,397
Visitors Who Visited Once	398,044	Average per Day	2,492
Visitors Who Visited More Than Once	47,428	Average Visit Duration	00:17:36
Average Visits per Visitor	2.05	Mediam Visit Duration	00:01:10
		International Visits	67%
		Visit of Unknown Origin	0%
		Visits from Your Country: Brazil (BR)	33%

RESULTADOS ASSESSORIA DE IMPRENSA

Reportagens. Veiculadas

De janeiro a novembro de 2017, foram veiculadas mais de 5 mil reportagens.

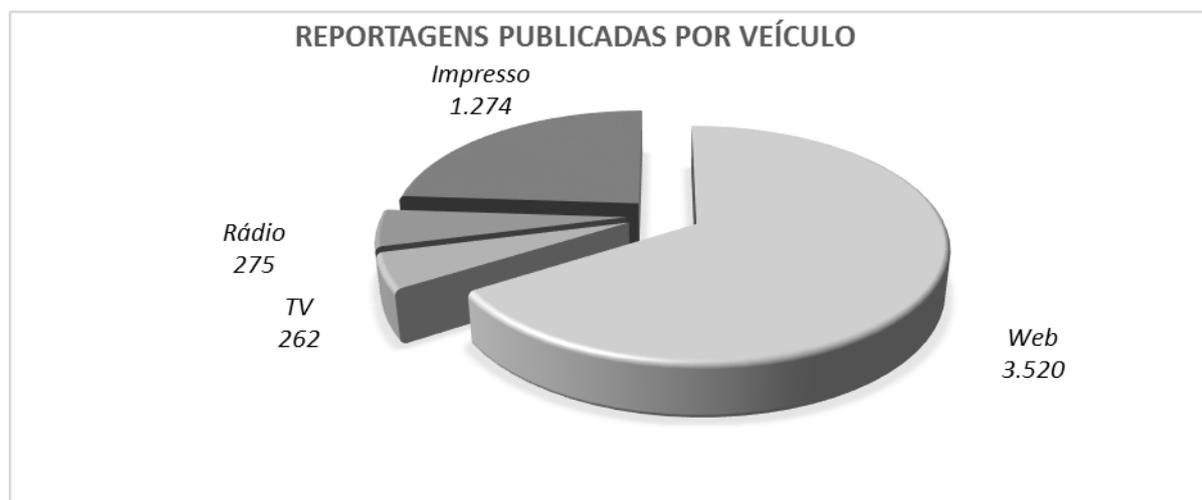
Assuntos mais abordados



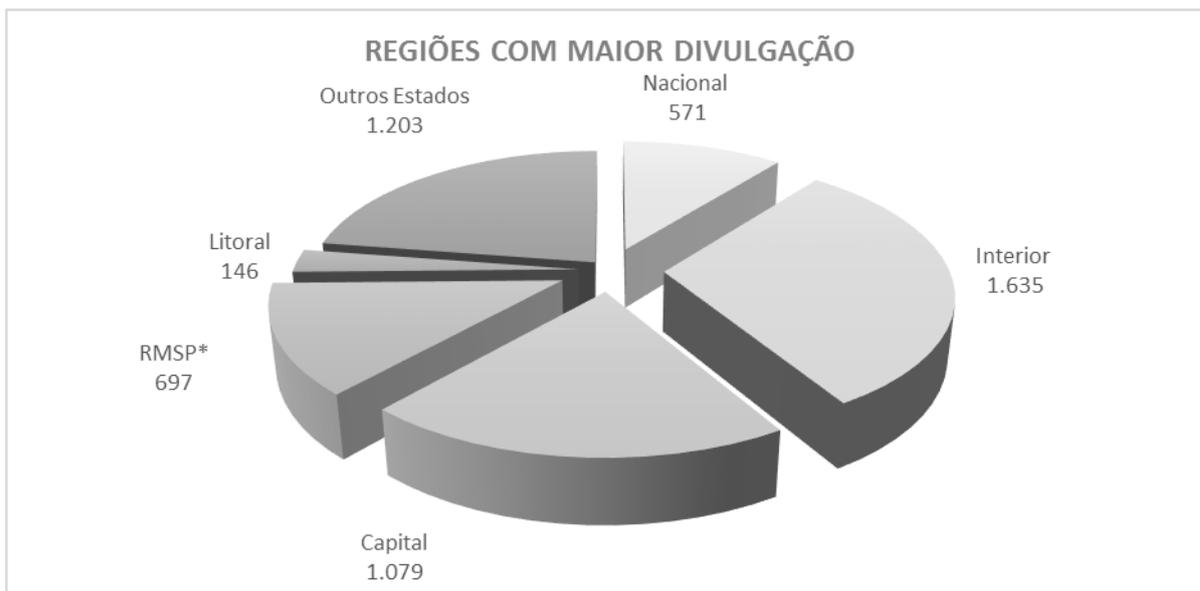
*Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro, Time São Paulo Paralímpico, Centro Paradesportivo de Mogi das Cruzes e Paralimpíadas Escolares

**Centro de Tecnologia e Inclusão, Encontro Internacional de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência

Reportagens publicadas por veículos



Regiões com maior divulgação



*Região Metropolitana de São Paulo

Mensuração

Por meio das tabelas de preços publicitários de cada veículo, foi possível calcular através da centimentragem (cm x coluna) e da minutagem (duração da reportagem) o valor aproximado do que seria desembolsado, caso o espaço ocupado pelas reportagens fosse comprado.

No Estado de São Paulo, estima-se que as reportagens sobre as ações da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência veiculadas entre janeiro e novembro de 2017 totalizaram o valor de R\$ 61.082.934,27.

Tempo Total Das Reportagens Veiculadas 2017

Mídia	Minutagem
TV	9:11:45
Rádio	18:51:24

RECURSOS HUMANOS

O Centro de Recursos Humanos é órgão Setorial do Sistema de Administração de Pessoal da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

No ano de 2017, a SEDPCD manteve em seu quadro de pessoal, 63 servidores lotados na Sede, distribuídos entre as diversas áreas, voltados à projetos desenvolvidos e em desenvolvimento, na administração e ainda atuando nas parcerias existentes com a Secretaria.

Contamos também com a colaboração dos 26 estagiários, com bolsas vinculadas ao ensino médio e superior, orientados por supervisores de estágio compromissados na formação dos jovens, unindo complemento teórico à prática, nas respectivas áreas de atuação.

Tivemos a importância do investimento feito na capacitação dos recursos humanos, com 100% de aproveitamento e aprovação dos gestores que de uma forma participativa, utilizando seus conhecimentos técnicos diante das demandas inesperadas, buscaram a melhoria contínua, assegurando a transparência dos atos.

As atividades estruturadas do Centro de Recursos Humanos, decorrentes do exercício, constituem-se em atribuições relacionadas ao Sistema de Administração de Pessoal, estabelecidas por meio do Decreto 52.833 de 24 de março de 2008, e constituídas de tarefas cotidianas de gerenciamento do fluxo documental e burocrático inerente aos diversos processos existentes em RH.

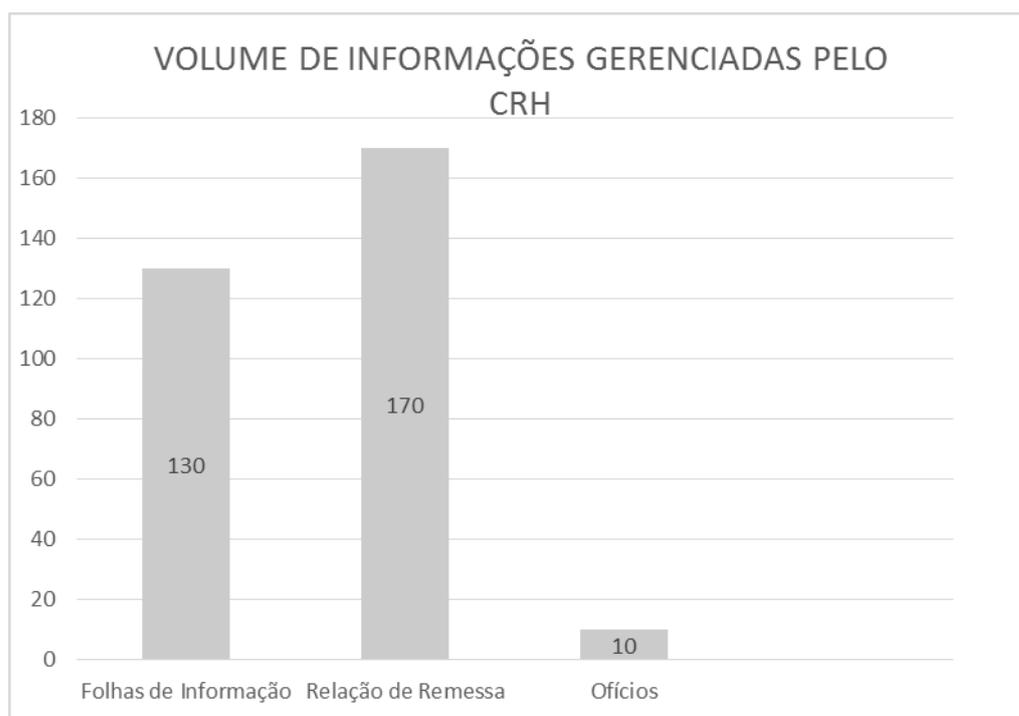
Dentre os processos existentes na área de RH, destacamos a obtenção de maior agilidade na solicitação e programação de férias para o ano seguinte, feita agora por meio de aplicativo, via intranet, possibilitando que a solicitação do período escolhido seja encaminhada diretamente ao RH, sem a utilização de papel, ou seja, é impresso somente após revisão final, evitando a impressão desnecessária de formulários com erro, reduzindo o retrabalho e gasto desnecessário de papel.

Da mesma forma o processo de Avaliação de Desempenho Individual, que passou a ser feito por meio de formulários totalmente on-line, sendo impressos uma única vez, isto é, somente após cumpridas todas as etapas existentes, oportunidade de realização do trabalho com economia, responsabilidade com o meio ambiente e com o crescimento da Instituição.

Mantemos ainda o Programa de Qualidade de Vida aos servidores, com a utilização de cartão magnético VR, para que possa fazer suas refeições no restaurante de sua escolha, o que traz grande satisfação aos colaboradores da Pasta.

O volume de informações gerenciadas pelo CRH, requer o registro, protocolo, arquivo e emissão constante de diversos tipos de documentos, tais como:

- Folhas de informação – 130
- Relação de Remessa – 170
- Ofícios – 10



Com o aumento das atividades prioritárias, se fez necessário a criação de outras áreas que pudessem fazer frente às novas demandas que foram surgindo, de forma que as políticas públicas pudessem ser melhor implantadas e implementadas, sugerimos a reorganização estrutural, mantendo a mesma carga horária e o mesmo quadro de colaboradores, sem onerar a folha de pagamento.

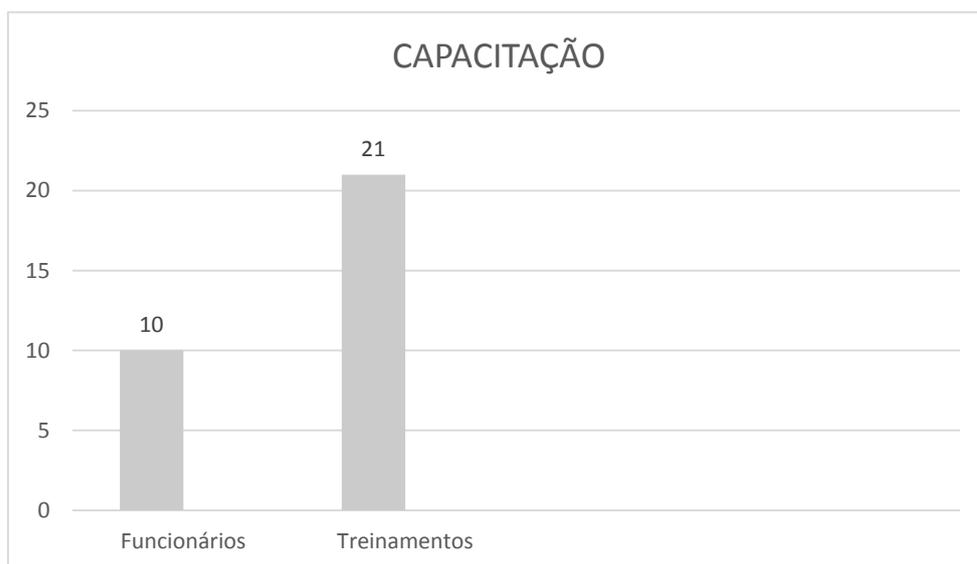
Ações de Formação/Informação

Continuaram-se a promover ações de informação e conscientização tanto para os níveis operacional e tático como para o nível estratégico, o que demonstra o interesse da SEDPCD em desenvolver seu capital intelectual.

As ações foram fornecidas por entidades especializadas e/ou prestadoras de serviços, públicas e privadas, destacando-se os cursos:

- 1."Panorama da Administração Pública e da Gestão de Pessoas no Estado de São Paulo"
- 2."Seminário Documentos Públicos na Área Digital: Soluções e Desafios da Gestão, Preservação e Segurança da Informação"
- 3."Palestra Memorial das Lutas das Pessoas com Deficiência no Brasil"
- 4."III Colóquio Franco Latino Americano de Pesquisa Sobre Deficiência"

- 5."A Participação das ME/EPP nas Contratações Públicas"
 - 6."Brigadista de Incêndio"
 - 7."Workshop - Melhoria da Qualidade no Atendimento Prestado por Serviços Públicos às Populações mais Vulneráveis".
 - 8." Alterações e Aditivos aos Contratos Administrativos".
 - 9." Alterações e Aditivos aos Contratos Administrativos".
 - 10."A Política de Gestão Documental na Administração Pública Estadual"
 - 11."Curso GIGOV - Oficina Operacional OGU (Não PAC e PAC)"
 - 12."Direitos Humanos e Pessoa com Deficiência"
 - 13."Conversa Preventiva de Documentos Arquivísticos"
 - 14." LBI - Lei Brasileira de Inclusão"
 - 15."Sistema de Gestão Arquivística de Documentos: o papel da tecnologia na gestão documental"
 - 16."A implementação de um PMO - Planejamento e Inovação na Modernização da Administração Pública".
 - 17."Gestão Documental e Preservação da Memória"
 - 18."Gestão Documental e Direito de Acesso"
 19. "Autoconhecimento e Desenvolvimento Pessoal"
 20. "Congresso sobre Gestão de pessoas" – As Pessoas e o Futuro da Gestão Pública
 21. "VI SINGEP – Simpósio Internacional de Gestão de projetos, Inovação e Sustentabilidade
- Foram desenvolvidas 21 ações de aperfeiçoamento e de formação para 10 funcionários treinados.



Face ao exposto, estamos sempre a contribuir para o alcance dos resultados organizacionais, propondo políticas, diretrizes e práticas de gestão de RH alinhados aos objetivos estratégicos desta Pasta, e que também dignifiquem a relação do homem com o seu trabalho.

Recursos humanos é uma área interdisciplinar que tem a capacidade de envolver inúmeros conceitos oriundos de várias áreas, por tratar diretamente com o ser humano, ou seja, indivíduos com personalidade diferentes. Desta forma, ajudamos os colaboradores a compreender quais atitudes são consideradas adequadas, inseridas na linha de orientação institucional no que concerne a valorização e formação do potencial humano, buscando com frequência a excelência dos serviços prestados para a Administração Pública.

Considerações Gerais

As atividades desenvolvidas em 2017 tiveram papel norteador para a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Realça-se que as ações implementadas foram o principal agente impulsionador à ampliação de paradigma no contexto de vida das pessoas com deficiência, percebendo, de fato, a importância e o alcance que a supressão de barreiras pode significar, nomeadamente para a concretização de um conjunto de direitos e no favorecimento de uma inclusão ativa por meio de medidas políticas efetivas.

A acessibilidade ao meio físico edificado, aos transportes e às tecnologias da informação e das comunicações, com relação a mudança de atitudes da população em geral face às pessoas com deficiência, constitui uma condição indispensável para o exercício dos direitos de cidadania. Partindo desses resultados a SEDPCD continuará a assentar no modelo de gestão por resultados, visando o aumento global da eficiência, da qualidade, da sustentabilidade e da satisfação das Pessoas com Deficiência referente aos serviços prestados.

Dentro desse contexto, a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência tem se esforçado na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência, reafirmando a universalidade, indivisibilidade, interdependência e correlação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e a necessidade de garantir às pessoas com deficiências o seu pleno gozo sem serem alvo de discriminação. A promoção da acessibilidade é uma questão chave para atingir objetivos estratégicos da SEDPCD, reconhecendo a importância dos valores e das orientações políticas constantes relativo às Pessoas com Deficiência, e sobre a Igualdade de Oportunidades na influência da divulgação, formulação e avaliação das políticas, planos, programas e ações a nível nacional, regional e internacional.

Tal como contextualizado neste Relatório, a acessibilidade deve ser considerada de forma global, integrada e sistêmica em todos os domínios da ação política (construção, saúde, segurança no trabalho, tecnologias da informação e da comunicação, concursos públicos, para aquisição de equipamentos, estudos ou trabalhos, educação, recreação, lazer, etc.) e deve concretizar-se em coordenação com todos os agentes envolvidos (da política social, do planejamento urbano, das tecnologias da informação e das comunicações, da construção civil, dos transportes e outros).

Ressaltando a importância de trazer questões relativas à deficiência, ao centro das preocupações da sociedade como parte integrante das estratégias relevantes de desenvolvimento sustentável, os Programas, Projetos e Ações implementados e gerenciados por esta Secretaria mantém em seu escopo alguns desafios fundamentais em consonância com a Convenção da ONU, objetivando eficácia de medidas específicas a favor da inclusão, garantindo o exercício de cada um dos direitos reconhecidos nesta Convenção.

O entendimento desta trajetória histórico-cultural forneceu subsídios suficientes para compreender o retrato atual da população com deficiência no Brasil e propor alternativas para acelerar a inclusão desta importante parcela de nossa população, que representa a rica diversidade que constitui nossa sociedade.

Diante dessa perspectiva, fica claro como as políticas avançaram nas questões de acessibilidade, acesso aos serviços de educação e proteção social. Os avanços foram resultado direto da mobilização política das pessoas com deficiência, que mudaram a legislação e o paradigma da deficiência. Por outro lado, ainda há um grande caminho a percorrer, especialmente no processo de implementação e integração dessas políticas.

Constatamos que com as nossas Ações, Programas e Projetos desenvolvidos durante o ano de 2017, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, com base em fatos e percepções das próprias pessoas com deficiência. Interferir nesse cenário e construir um país de oportunidades iguais para todos, são os desafios que fundamentam o exercício da cidadania e as políticas públicas, dentro de uma abordagem reflexiva e crítica com base no conhecimento de questões relevantes para o exercício de direitos humanos.

Destarte, as reflexões decorrentes da análise do ano de 2017 apontam para resultados bastantes positivos e abrem caminho para as novas necessidades e desafios que urgem responder antecipadamente, assegurando o bem-estar e a qualidade de vida das Pessoas com Deficiência.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Secretaria da Educação

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

08000 - Secretaria da Educação

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	22.577.056.092,00	22.510.517.148,00	22.034.468.292,02	216.835.764,18	22.251.304.056,20	21.365.485.661,07
Pessoal e Encargos Sociais	11.825.272.599,00	11.570.573.594,00	11.566.660.455,25	0,00	11.566.660.455,25	10.769.944.628,43
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.751.783.493,00	10.939.943.554,00	10.467.807.836,77	216.835.764,18	10.684.643.600,95	10.595.541.032,64
Despesas de Capital	307.681.413,00	363.234.019,00	189.984.844,34	109.393.997,01	299.378.841,35	236.652.905,29
Investimentos	307.681.413,00	363.234.019,00	189.984.844,34	109.393.997,01	299.378.841,35	236.652.905,29
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	22.884.737.505,00	22.873.751.167,00	22.224.453.136,36	326.229.761,19	22.550.682.897,55	21.602.138.566,36

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

08000 - Secretaria da Educação

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - Encargos Gerais	6.200.000.000,00	6.360.000.000,00	6.230.175.826,34	0,00	6.230.175.826,34	6.230.175.826,34
Despesas Correntes	6.200.000.000,00	6.360.000.000,00	6.230.175.826,34	0,00	6.230.175.826,34	6.230.175.826,34
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0800 - Gestão Pedagógica da Educação Básica	12.154.081.732,00	11.911.328.894,00	11.895.122.289,92	5.758.485,07	11.900.880.774,99	11.119.694.935,97
Despesas Correntes	12.146.385.213,00	11.893.336.012,00	11.877.396.623,64	5.758.485,07	11.883.155.108,71	11.101.972.872,69
Despesas de Capital	7.696.519,00	17.992.882,00	17.725.666,28	0,00	17.725.666,28	17.722.063,28
0801 - Parceria Educacional Estado-Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	773.245,09
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	773.245,09

0805 - Parceria Escola, Comunidade e Sociedade Civil	47.293.921,00	47.248.921,00	35.643.861,44	3.767.674,78	39.411.536,22	43.277.992,19
Despesas Correntes	47.293.921,00	47.248.921,00	35.643.861,44	3.767.674,78	39.411.536,22	43.277.992,19
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0808 - Formação Continuada dos Profissionais da Educação	230.357.600,00	229.191.296,00	226.632.133,23	6.409,68	226.638.542,91	230.840.605,47
Despesas Correntes	230.357.600,00	229.191.296,00	226.632.133,23	6.409,68	226.638.542,91	230.840.605,47
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0813 - Avaliação do Sistema Educacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93.398,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93.398,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0814 - Expansão, Melhoria e Reforma da Rede Física Escolar e Administrativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.212.993,56
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.212.993,56
0815 - Manutenção e Suporte da Educação Básica	4.234.779.252,00	4.309.579.556,00	3.820.476.525,43	316.697.191,66	4.137.173.717,09	3.932.178.102,76
Despesas Correntes	3.934.794.358,00	3.964.338.419,00	3.648.217.347,37	207.303.194,65	3.855.520.542,02	3.747.312.177,39
Despesas de Capital	299.984.894,00	345.241.137,00	172.259.178,06	109.393.997,01	281.653.175,07	184.865.925,37
0816 - Apoio Administrativo e Suporte Técnico à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.297,27
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201.619,28
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.677,99
2826 - Comunicação Social	18.225.000,00	16.402.500,00	16.402.500,00	0,00	16.402.500,00	11.611.169,71
Despesas Correntes	18.225.000,00	16.402.500,00	16.402.500,00	0,00	16.402.500,00	11.611.169,71
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	22.884.737.505,00	22.873.751.167,00	22.224.453.136,36	326.229.761,19	22.550.682.897,55	21.602.138.566,36

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

O relatório a seguir apresenta as informações gerenciais sobre as ações, projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria da Educação e por suas entidades vinculadas em 2017. Sua elaboração baseou-se nas orientações explicitadas no Ofício Circular GS no. 003/2017, da Secretaria da Fazenda e, assim sendo, apresenta:

- o descrição resumida dos programas realizados pela Secretaria da Educação, incluindo suas principais ações;
- o relato do que foi realizado em cada programa/ação.

No que diz respeito às **entidades vinculadas**, tem-se o Conselho Estadual de Educação – CEE/SP e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE. O Conselho atua como órgão normativo, deliberativo e consultivo do sistema educacional público e privado paulista. É responsável pelo estabelecimento de regras para todas as escolas das redes estadual, municipal e particular, de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Profissional, seja presencial ou à distância. Também cabe ao CEE/SP orientar as instituições de ensino superior públicas do Estado, bem como credenciar seus cursos; sua natureza e função é orientar a comunidade - população, escolas, instituições mantenedoras, profissionais da educação - sugerindo, acompanhando e avaliando políticas, descentralizando decisões. Já a FDE, criada em 23 de junho de 1987, é responsável por executar as políticas educacionais definidas pela Secretaria. Entre suas principais atribuições estão: construir escolas; reformar, adequar e manter os prédios, salas de aula e outras instalações; oferecer materiais e equipamentos necessários à educação; viabilizar meios e estruturas para a capacitação de dirigentes, professores e outros agentes educacionais e administrativos.

Em ambos os casos, a execução orçamentária das entidades vinculadas aparece nas ações da própria Secretaria; no caso do Conselho, exclusivamente na ação 6178 (Gestão e Modernização da Secretaria da Educação) do Programa 815.

Já a FDE atua nas seis ações abaixo listadas, sendo as quatro primeiras tratadas nesse documento:

Ação 5146 – Escola da Família

Ação 2494 - Construção e Ampliação da Rede Física Escolar

Ação 6138 – Conservação, Manutenção e Reparos em Prédios Escolares

Ação 6173 - Modernização e manutenção Tecnológica nas Unidades Escolares

Ação 6178 - Gestão e Modernização da Secretaria da Educação (suporte administrativo)

Ação 4087 - Desenvolvimento de Recursos Físicos e Serviços Educacionais (suporte administrativo)

Os programas presentes no orçamento da Secretaria da Educação são:

0000 – Encargos Gerais

0800 - Gestão Pedagógica da Educação Básica

0805 - Parcerias Escola, Comunidade e Sociedade Civil

0808 - Formação continuada e Qualidade de Vida dos Profissionais da Educação

0815 - Manutenção e Suporte da Educação Básica

2826 – Comunicação Social

Programa 0000 – Encargos Gerais

Ação 5696 – Contribuição do Estado à Educação Básica - FUNDEB

Essa ação contém o registro da diferença entre o valor das contribuições e o das devoluções do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ocorridas no âmbito do Estado de São Paulo.

O Fundeb - criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei 11.494/2007 – conta com recursos provenientes de impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e Municípios e com parcela de recursos federais de forma a assegurar que o valor de investimento por estudante alcance o mínimo estabelecido para cada unidade da federação.

O repasse é feito por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atendendo a educação básica nos seguintes seguimentos: creche, pré-escola, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, educação profissional, ensino médio, educação quilombola e atendimento educacional especializado em âmbito estadual, municipal e distrital. Esse aporte também pode ser utilizado para a remuneração dos profissionais da educação¹.

Na distribuição desses recursos, são consideradas as matrículas nas escolas públicas e conveniadas, apuradas no último censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

1 Fonte pesquisada: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>.

Educacionais (Inep/MEC). Na mesma perspectiva do ano de 2016, o retorno do Fundeb em 2017 foi maior para os municípios do que para o estado, evidenciando um maior contingente de alunos matriculados nas redes municipais em relação ao estado.

Evolução Fundeb 2016-2017

	Realizado 2015		Realizado 2016		Realizado 2017	
	\$	Var	\$	Var	\$	Var
Estado de São Paulo – retorno Fundeb	15.802.436.417	-	15.593.878.084	-1,32%	16.002.574.394	2,62%
Municípios de São Paulo – retorno Fundeb	15.147.195.331	-	15.830.225.333	4,51%	16.731.567.949	5,69%

Fonte: <http://sisweb.tesouro.gov.br>, acesso em 18/01/2018

Programa 0800 - Gestão Pedagógica da Educação Básica

O objetivo do Programa 0800 é assegurar ensino de qualidade a todos os alunos da rede estadual, com vistas ao pleno desenvolvimento de suas habilidades e competências, assim como de valores culturais e éticos, contribuindo para sua constituição plena como pessoa e cidadão, qualificado para o mercado de trabalho e capaz e gerar valor para a sociedade.

Congrega as ações que visam assegurar a todos os alunos o acesso à escola e a permanência, abrangendo: a remuneração dos servidores; a provisão de material didático pedagógico; os esforços de alfabetização do 1º. ao 5º. ano; o atendimento educacional especializado (que visa aumentar a inclusão); as iniciativas de educação dos jovens e adultos que não tiveram acesso à Educação Básica na idade regular (EJA); os Centros de Estudos de Línguas (CELs), importantes para aumentar a empregabilidade dos estudantes da Rede; e as iniciativas da Secretaria no sentido de implementar um formato de Ensino Integral adequado ao estado de São Paulo; as ações de avaliação do sistema e de adoção de novas tecnologias voltadas à prática educativa, como o Currículo+ e Acessa Escola.

A seguir estão descritas aquelas que são consideradas as principais conquistas e avanços da Secretaria no contexto desse Programa.

Ação 5160 - Desenvolvimento e Gestão do Ensino Fundamental – Servidores – FUNDEB; Ação 5161 – Desenvolvimento e Gestão do Ensino Fundamental – Profissionais do Magistério - FUNDEB; Ação 5757 - Desenvolvimento e Gestão do Ensino Médio – Profissionais do Magistério – FUNDEB; Ação 5769 - Desenvolvimento e Gestão do Ensino Médio – Servidores – FUNDEB;

As ações acima referem-se ao registro das despesas com os funcionários e servidores em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental e médio público, vinculadas aos recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, abrangidas especialmente pela **política salarial e de carreira** e pela **adequação de quadros**. No PPA, o produto correspondente é o “Ensino Médio e Ensino Fundamental Oferecido aos Alunos”, monitorado pelo indicador “Número de Matrículas da Rede Estadual”. Na data base de dezembro/2017 o número de matrículas no ensino fundamental registrado foi de 1.953.018 alunos. No mesmo período o número de matrículas no ensino médio foi de 1.517.035 alunos.

No que diz respeito à política salarial, cabe registrar que ela acontece ainda que a aplicação de aumentos e/ou correções salariais não ocorram; no caso do Quadro do Magistério, um importante mecanismo de melhoria de remuneração é a evolução funcional, que acontece pelas vias “acadêmica” e “não acadêmica”².

A **evolução funcional acadêmica**³ se refere à evolução de nível⁴ do profissional que busca aprimorar seu conhecimento por meio de mestrado ou doutorado cujo conteúdo tenha, como objeto

² A progressão também existe para os servidores do QAE – Quadro de Apoio Escolar e para o QSE – Quadro de Servidores da Educação. Um total de 5.706 servidores, entres oficiais administrativos, executivos públicos, analistas administrativos e agentes de organização escolar foram beneficiados.

³ Prevista nos artigos 19 e 20, da Lei Complementar nº 836, de 27 de dezembro de 1997.

principal, sua área/disciplina de atuação no Magistério Paulista. Até novembro, 2.134 professores (PEB I e II), Supervisores de Ensino e Diretores de Escola foram favorecidos.

Por sua vez, a **evolução funcional não acadêmica**⁵ se refere à passagem de nível para outro imediatamente superior da tabela de vencimentos, valorizando o servidor que busca, entre os interstícios previstos na legislação, aperfeiçoar-se, atualizar-se, produzir artigos voltados para seu trabalho. Até novembro, 15.459 membros do Quadro de Magistério fizeram essa transição.

Por outro lado, preocupada com a garantia da adequação dos cargos do Quadro do Magistério, a Secretaria promoveu, em julho do corrente ano, a nomeação de 3.748 docentes para o cargo de Professor de Educação Básica II (PEB II), e realizou, de 04 a 06/12/2017, a 5ª etapa de escolha de vaga para o provimento de mais 5.243 cargos. Já, para o cargo de Professor de Educação Básica I - PEB I, em 2017 foram realizadas 2 etapas de escolha de vagas, resultando em 1.577 docentes nomeados, além dos 5.187 que foram nomeados no final de 2015, totalizando 6.764 docentes.

Ainda em relação ao quadro de professores, destaca-se a aprovação do Lei Complementar 1.314/2017, em que fica excepcionalmente reduzido para 40 (quarenta) dias, no ano letivo de 2018, o prazo estabelecido para celebração de novo contrato de trabalho pelos docentes contratados nos termos desta lei complementar. Outra norma publicada refere-se ao Decreto nº 63.037/2017, que viabiliza a reposição automática de classes de docentes até o limite de 25.000 (vinte e cinco mil) para Professor Educação Básica I e 20.000 (vinte mil) para Professor Educação Básica II.

É importante ressaltar que se encontra em andamento o concurso para o cargo de Diretor de Escola, com provimento de 1.878 cargos, cuja etapa de escolha foi realizada de 11 a 14/12/2017 e nomeação em 28 de dezembro de 2017.

Finalmente, com relação ao Quadro de Apoio Escolar, houve processo seletivo simplificado, mediante autorização governamental, para contratação de 440 Agentes de Organização Escolar e está em curso o processo de concurso para provimento de 1.495 cargos, cujo ingresso está previsto para 2018.

Merece destaque também a implantação de um conjunto de ações de otimização do quadro docente, entre as quais:

1. Atribuição de aulas para docentes das categorias não-efetivos de acordo com a opção de carga horária indicada na inscrição anual para o processo de atribuição de classes e aulas;
2. Levantamento Mensal de docentes contratados pela Lei Complementar 1.093/2009 (Categoria "O"), que se encontram em Interrupção de Exercício, ou seja, com contrato ativo, mas sem aulas atribuídas, para convocação em Diário Oficial para participação nas sessões regulares do processo de atribuição;
3. Utilização de docentes portadores de diploma de Pedagogia ou Curso Normal Superior;
4. Atribuição de aulas eventuais aos 32.290 docentes Categoria "S" ativos, porém, sem registro de aulas eventuais ministradas nos últimos dois meses; e
5. A distribuição dos contratos autorizados de PEB I e PEB II, realizada depois de criterioso estudo e acompanhamento junto às Diretorias de Ensino.

Ação 5156 – Atendimento Especializado a Alunos da Educação Básica e Inclusão de Públicos Específicos

No PPA, essa ação corresponde ao produto - Atendimento Garantido a Alunos da Educação Especial e Públicos Específicos, monitorado pelos indicadores: número de matrículas de alunos público-alvo da educação especial na rede estadual e em escolas parceiras e número de matrículas de alunos de populações indígena e quilombola.

Do ponto de vista orçamentário, a ação em questão envolve o atendimento: 1) a alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento –TGD e funcionais; a 2) alunos com altas habilidades/superdotação; 3) a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; e a 4) estudantes das comunidades indígenas, quilombolas, do campo, imigrantes e outras. Também inclui ações de combate ao preconceito e de promoção da diversidade sexual. Esse atendimento se dá por

⁴ Para os Níveis IV ou V.

⁵ Prevista nos artigos 21 a 24, da Lei Complementar nº 836, de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Complementar nº 958, de 13 de setembro de 2004 e Lei Complementar nº 1.143, de 11 de julho de 2011.

meio de recursos de apoio, materiais didáticos e equipamentos específicos; e pela realização de parcerias com entidades especializadas na educação especial.

No ano de 2017 (data base dezembro) foram atendidos cerca de 81.808 alunos na **educação especial** na rede estadual e em escolas parceiras. Na rede estadual foram matriculados 56.159 alunos na rede regular e parte deles, 17.354 alunos, frequentaram salas de recursos no contraturno para o atendimento especializado e 115 alunos frequentaram as classes regidas por professor especializado.

As matrículas nas instituições parceiras como as APAEs somaram 23.152 alunos e nas escolas credenciadas, 2.497 alunos. A atuação especializada acontece por meio de parcerias firmadas com instituições e pelo credenciamento de escolas, que permitem o atendimento daqueles alunos que, em função de seu comprometimento, exigem pessoal e equipamento muito especializados. Nesse sentido, é importante destacar que, após reiterados pedidos da Federação de APAE's do Estado de São Paulo (FEAPAES), foi equiparado, neste mesmo ano, o valor per capita repassado para alunos com deficiência intelectual grave com aqueles com de deficiência intelectual leve, matriculados regularmente na Rede Estadual.

O suporte ao processo de inclusão escolar ainda envolve a contratação de cuidadores para pessoas com deficiência física e graves deficiências múltiplas, além de professores interlocutores para alunos com surdez, e, ainda, um Plano de Adaptação de Prédios Escolares, cuja execução está a cargo da CISE/FDE⁶, com o objetivo de proporcionar acessibilidade.

Nas iniciativas referentes aos **jovens cumprindo medidas socioeducativa** em meio aberto e em privação de liberdade, o atendimento educacional é garantido em classes vinculadas a uma escola pública estadual, e segue a proposta pedagógica, atrelada ao Currículo Oficial. Os objetivos desse atendimento são proporcionar aos alunos meios para a permanência no sistema educacional e o direito de acesso à Educação Básica, bem como refletir sobre a inclusão social. Em 2017 foram atendidos cerca de 6.758 alunos.

Quanto à **Educação Indígena**, a SEE atende, em todo o Estado, 1.499 alunos de comunidades indígenas entre as séries dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. São 41 escolas equipadas com infraestrutura específica voltada aos estudantes das etnias Guarani Mbya, Tupi, Terena, Kaingang e Krenak. Com base nas orientações do Currículo, nas escolas indígenas as disciplinas são trabalhadas a partir da cultura de cada etnia e os educadores são membros das comunidades nas quais as escolas estão localizadas.

Assim como ocorre na Educação Indígena, o Currículo é referência na modalidade de **Educação Quilombola**. No Estado de São Paulo existem 26 escolas quilombolas (02 estaduais e 24 municipais). Além dessas 26 unidades que ficam em território quilombola, há 11 escolas estaduais que recebem alunos oriundos das comunidades quilombolas, principalmente no Ensino Médio. No total há, atualmente, 218 alunos quilombolas matriculados no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

Outra ação a ser destacada quanto à promoção da inclusão é **Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero**. O Currículo Oficial inclui competências e habilidade trabalhadas a partir do estudo sobre as relações de gênero, sexualidade e a diversidade sexual, que caracterizam as relações entre os indivíduos e os grupos integrantes da sociedade. Nas Ciências da Natureza ganha relevância um conjunto de habilidades e competências relacionadas à saúde como saúde sexual e reprodutiva, adolescência, gravidez, prevenção das DST/HIV, entre outras temáticas. As Ciências Humanas trazem para o cotidiano dos alunos o debate sobre as dimensões éticas, culturais, históricas e políticas que envolvem os gêneros e as sexualidades, a exemplo os conhecimentos relativos a produção cultural de marcadores sociais da diferença, a desigualdade de gênero, a problemática da violência contra a mulher, a construção da cidadania, os movimentos feministas e LGBT e o reconhecimento de direitos. O último levantamento da Secretaria da Educação em 2017 constatou 365 registros de matrícula com nome social no Sistema de Cadastro de Alunos (regulamentados por Decreto Estadual 55.588/10, Deliberação do CEE nº 125/14 e Resolução SE nº 45 de 2014).

Os alunos **imigrantes** também são atendidos pela rede estadual. O último levantamento da Secretaria da Educação identificou 22.205 alunos matriculados.

⁶ Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares/Fundação para o Desenvolvimento da Educação.

Ação 5743 - Ler e Escrever

As iniciativas tratadas a seguir e contempladas nesta ação fazem parte do Programa Ler e Escrever. Tem-se um conjunto de ações articuladas que inclui formação de docentes, acompanhamento das práticas de ensino/aprendizagem, gestão escolar do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, elaboração/impressão de materiais pedagógicos, avaliação em Língua Portuguesa e Matemática e elaboração de orientações curriculares. Inclui-se a realização de parcerias com as demais esferas de governo e instituições públicas e privadas para uso dos materiais didáticos.

A meta do Programa Ler e Escrever é alfabetizar todas as crianças com até sete anos de idade, entendendo que o domínio da escrita alfabética é fundamental para o processo de aprendizagem futuro. Isso não significa, no entanto, que suas ações sejam restritas à “Leitura e Escrita”, o programa também contempla a aquisição dos conceitos matemáticos (“EMAI – Educação Matemáticas para os Anos Iniciais”) e das demais disciplinas que integram o Currículo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Ciências da Natureza e Humanas, Educação Física e Arte).

No PPA, refere-se ao produto “Intervenção pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental”, monitorado pelo número de alunos atendidos pelo “Programa Ler E Escrever”, que em 2017, foram em média 1.413.883,25 alunos, sendo 626.446 alunos da rede estadual e 786.267 da rede municipal de ensino, em 362 municípios conveniados com Programa Ler e Escrever.

- Distribuição de 3.013.815 de materiais de Língua Portuguesa do Programa Ler e Escrever e de Matemática do Projeto EMAI entregues à Rede estadual e aos municípios conveniados.
- Foram realizadas 15 reuniões de trabalho por meio de videoconferências com temáticas de Língua Portuguesa e Matemática; produção de encartes para discussões do grupo de professores de educação básica I nas horas de trabalho pedagógico coletivo na escola; e também, de habilidades socioemocionais; cálculo mental e acompanhamento formativo. A participação variou entre 1000 e 1700 pessoas no conjunto dos ambientes da Rede do Saber, além dos players de acessos que variaram entre 100 e 300.

Ação 5745 – Atendimento a Jovens e Adultos na Educação Básica - EJA

A Educação de Jovens e Adultos-EJA da rede estadual de ensino é uma modalidade de ensino destinada a todos aqueles que não concluíram seus estudos na idade adequada. Essa ação contempla o atendimento, nas escolas da rede estadual e em classes que funcionam nos prédios das unidades do sistema prisional, da demanda de jovens e adultos que ainda não foram alfabetizados ou não estudaram na idade regular; realização de exames para certificação, parcerias com demais esferas de governo, órgãos e instituições públicas e privadas para desenvolvimento de ações voltadas à Educação de Jovens e Adultos. No PPA, o respectivo produto é o Atendimento a Jovens e Adultos, Incluindo População do Sistema Penitenciário, monitorado pelo indicador - número de classes de EJA ofertadas para o sistema prisional.

O atendimento é organizado nas três formas descritas a seguir. Na **EJA Presencial** (presença obrigatória), o aluno participa diariamente das aulas específicas oferecidas nas escolas regulares da rede estadual. A **EJA de Presença Flexível** é ofertada nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e adultos CEEJA; nesse formato, a matrícula é por disciplina e a duração depende da disponibilidade de tempo e ritmo de aprendizagem do aluno. No ato da matrícula, o aluno recebe individualmente orientações e roteiros de estudo, elaborados pelo professor que o acompanhará, com base nos materiais didáticos disponibilizados pela rede estadual de ensino. É importante considerar, no trabalho pedagógico com jovens e adultos, as especificidades desse público, composto por alunos trabalhadores, com diferentes perfis e diferentes faixas etárias e com ritmos de aprendizagem também distintos. Há também o **EJA no Sistema Penitenciário**, cujas salas de aula estão em unidades prisionais, mas são vinculadas à uma escola regular da rede estadual.

Em 2017, foram cerca de 261.438 alunos matriculados no EJA e aulas ministradas por aproximadamente 19.745 docentes distribuídos em: (i) classes mantidas nas 1.369 escolas estaduais, de presença obrigatória e diária para os alunos; (ii) 31 CEEJA, com atendimento individualizado e presença flexível e (iii) 908 classes em unidades prisionais que são multisseriadas e com frequência semi-presencial. Foram entregues à rede estadual de ensino 928.995 cadernos do estudante, referentes ao Programa EJA Mundo do Trabalho, material este destinado especificamente ao atendimento dos alunos matriculados nos cursos de EJA.

Ação 5998 – Centro de Estudos de Línguas – CELs

A ação Centro de Estudos de Línguas - CELs trata do acesso aos alunos da rede estadual de ensino, a partir do 7º ano do Ensino Fundamental, a uma língua estrangeira, como forma de expressão linguística, enriquecimento curricular e conhecimento de outras culturas, com o estabelecimento de parcerias com demais esferas de governo, órgãos e instituições públicas e privadas. Está ligada ao produto Ensino de Idiomas Oferecido aos Alunos” no PPA, monitorado através do número de matrículas nos CELs. Além do estudo da língua estrangeira, os estudantes ampliam sua formação cultural, explorando nas aulas os costumes de outros países. A oferta dos cursos atende uma necessidade do mercado de trabalho, aumentando as chances de inserção profissional para os alunos.

A sua execução é descentralizada e as Diretorias de Ensino são responsáveis pela gestão dos CELs. As 199 unidades disponibilizam cursos de inglês, espanhol, francês, alemão, italiano, japonês, conforme a demanda de cada região. Em 2017, foram atendidos 55.946 alunos.

Ação 6136 – Educação em Tempo Integral

Garantir educação integral aos alunos significa, segundo o currículo paulista, investir no “desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e socioemocionais, como as capacidades de resolver problemas, de trabalhar em grupo, de continuar aprendendo e de agir de modo cooperativo em situações complexas”. Embora a expansão do tempo de permanência na escola não seja condição suficiente e necessária para assegurar a educação integral, a SEE tem investido na ampliação e/ou na extensão do tempo de permanência dos alunos na escola ou em atividades correlacionadas ao Currículo.

São Paulo tem dois modelos de escolas com propostas que ampliam a jornada diária de escolarização dos estudantes sob as seguintes denominações: Escola de Tempo Integral (ETI-SP), criado em 2005, abrangendo escolas de ensino fundamental, tanto dos anos iniciais como anos finais; e o Programa de Ensino Integral (PEI), criado em 2011, primeiramente para escolas do ensino médio e que, a partir do ano de 2015, para escolas do ensino fundamental. Em parceria com o governo federal, o estado desenvolve o Programa Mais Educação em 2.104 escolas atendendo 12.456 alunos, colaborando com as condições definidas em legislação específica para que se desenvolvam atividades complementares no contraturno das aulas regulares.

Atualmente são 229 ETIs, das quais 101 escolas são de Ensino Fundamental – Anos Iniciais; e 110 escolas de Ensino Fundamental – Anos Finais, que atendem a um universo de 48.204 estudantes. A escola tem autonomia para a definição da matriz curricular, que deve estar em sintonia com sua proposta pedagógica e atender às expectativas e aos interesses educacionais locais. As aulas da Parte Diversificada têm como temáticas para os anos iniciais e anos finais a Leitura e Produção de Texto e Experiências Matemáticas; Língua Estrangeira Moderna. Nos anos iniciais Educação Socioemocional, Linguagens Artísticas, Cultura do Movimento, Orientação de Estudos e nos anos finais Projeto de Vida e Disciplinas Eletivas.

Já o Programa Ensino Integral (PEI) foi criado com o objetivo de assegurar a formação de jovens autônomos, solidários e competentes por meio de um novo modelo de escola. Entre outras características, prevê jornada integral de alunos e professores, currículo integrado, matriz curricular diversificada, Regime de Dedicção Plena e Integral dos educadores e infraestrutura que atenda às necessidades pedagógicas do Programa. Essa estrutura visa proporcionar aos estudantes as condições necessárias para planejarem e desenvolverem seu Projeto de Vida e tornarem-se protagonistas de sua formação. No que diz respeito aos Anos Iniciais do ensino fundamental, o Programa se baseia em princípios educativos e premissas que orientam as ações da escola com vistas ao desenvolvimento integral do educando, por meio de uma formação humanística e cultural que propicie aprendizagens para que estes possam atuar autonomamente na escola e na sociedade, orientados por valores como respeito, solidariedade, tolerância e perseverança.

Em 2017, o Programa foi expandido para 12 escolas de ensino médio, totalizando 98.808 alunos. Os números abaixo evidenciam o esforço da SEE na implantação da Educação Integral:

Número de escolas do PEI por ano de implantação

Ano de Adesão da Escola	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio	Híbridas EF+EM	Total por ano
2012			16		16
2013		21	30	2	53
2014		37	26	50	113
2015	17	28	11	19	75
2016	8	8	8	16	40
2017	0	0	12	0	12
Total por segmento	25	94	91	87	309

O programa **VENCE** é uma iniciativa organizada nas modalidades integrado e concomitante, que busca articular o Ensino Médio à educação profissional. O VENCE Integrado é voltado aos concluintes do Ensino Fundamental que cursam a 1ª série do Ensino Médio na Rede estadual; assim, o aluno tem sua formação básica e sua formação técnica sob uma única matriz curricular. Essa modalidade é oferecida em parceria com o Centro Paula Souza e contou com 2.762 alunos matriculados em 2017. No VENCE Concomitante o estudante frequenta o Ensino Médio na Rede estadual em um período e faz o curso técnico em uma instituição credenciada em outro. Nos últimos anos o programa esta modalidade vem sendo encerrada e os últimos alunos matriculados já concluíram os cursos em março de 2017.

Ação 6168 – Provisão de Materiais Didáticos e de Apoio Pedagógico para a Educação Básica

Essa ação trata da elaboração e impressão de materiais didáticos-pedagógicos, textos legais e guias de apoio ao planejamento para subsidiar a ação dos professores e implementação de ações pedagógicas voltadas ao atendimento individualizado do estudante. Corresponde ao produto do PPA Materiais e Recursos Didático-Pedagógicos Disponibilizados.

Para esse apoio aos professores e aos alunos no desenvolvimento do Currículo, a SEE por meio de iniciativas do Programa São Paulo faz Escola, elaborou materiais de apoio, descritos a seguir. Os Cadernos do Professor e do Aluno são apresentadas “situações de aprendizagem” ou “sequências didáticas”, organizadas por componente curricular, bimestre, ano e série. Os Cadernos do Gestor orientam o professor coordenador e o supervisor de ensino para a gestão da aprendizagem em sala de aula, oferecendo sugestões de metodologias e estratégias de trabalho para as aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse e estudos interdisciplinares e, ainda, sugestões para a avaliação e a recuperação. A Matriz de Avaliação em Processo é utilizada pela equipe escolar para subsidiar a progressão das aprendizagens ainda não consolidadas durante desenvolvimento do Currículo em sala de aula.

Em 2017, as quantidades de materiais do Programa São Paulo faz Escola (SPFE) distribuídas em 100% das escolas no primeiro mês letivo de cada semestre foram: 57.551.325 cadernos do aluno, 1.057.408 cadernos do professor e 265.815 impressões da Matriz de Avaliação em Processo. O Programa de Integração Estado/Município SPFE atendeu a rede municipal em 64 prefeituras com a disponibilização de 1.112.530 Cadernos do Aluno.

Ação 6169 – Provisão de Recursos para Realização de Atividades Pedagógicas Complementares

Esta ação contempla a participação dos alunos em atividades complementares como visitas a museus, idas ao teatro e atuação em olimpíadas, visando o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem; inclui despesas com transporte, lanche, aquisição de DVDs e materiais de apoio. No PPA, ela está relacionada ao produto Atividades Complementares de Enriquecimento do Processo de Ensino-Aprendizagem, sendo monitorado pelo indicador referente ao número de alunos participantes em projetos de enriquecimento curricular. Em 2017, foi contabilizada a participação de 517.085 alunos, especialmente em jogos escolares do estado de São Paulo e nas Feiras de Ciências.

Ação 6177 – Avaliação e Monitoramento do Sistema Educacional Paulista

A ação destina-se a instituição de mecanismos integrados de monitoramento e avaliação de projetos e programas de suporte ao ensino oferecidos pelo sistema educacional público, Censo Escolar e

avaliação do rendimento escolar de alunos da rede estadual e municipal, por intermédio de diferentes instrumentos e metodologias, que permitam aferir os resultados da ação educativa, os benefícios promovidos e as oportunidades de melhorias. O produto relacionado no PPA é Rede Estadual Regularmente Avaliada e Monitorada, contando como indicador o percentual de alunos que realizaram a prova do SARESP no total das séries em que se realizaram as provas na rede estadual.

As diretrizes definidas para a gestão 2016-2018 apontam que “a aprendizagem é o centro da atividade escolar”. Nesse contexto, os processos avaliativos e seus resultados são de fundamental importância, permitindo, por um lado, que os alunos e seus responsáveis conheçam e acompanhem o desenvolvimento da aprendizagem; e, por outro, que os professores revejam e aperfeiçoem sua prática docente.

No Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), é avaliado o domínio das competências e habilidades básicas em Língua Portuguesa e Matemática. Participam da prova alunos do 3º, 5º, 7º (sendo o 7º por amostragem para a rede estadual) e 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. Na edição de 2016 do SARESP, participaram efetivamente 956.820 alunos da rede estadual de ensino; 19.451 alunos do Centro Paula Souza; 73.894 alunos das 133 redes municipais e 1.869 alunos das 20 escolas particulares, totalizando 1.052.034 alunos. O indicador do SimPPA contabiliza alunos apenas dos 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio, de um total de 870.970 alunos da rede estadual nestas séries, 738.148 (84,7%) realizaram a prova. A participação prevista para 2017 foi de 1.315.914 alunos.

O desempenho dos alunos no SARESP e o fluxo escolar (aprovação, reprovação e abandono) compõem o IDESP que é um indicador de qualidade dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio. Os resultados do IDESP de 2016 publicados em 2017 foram de 5,4 para os anos iniciais do ensino fundamental; 2,93 para os anos finais do ensino fundamental e 2,3 para o ensino médio. Os resultados do SARESP no mesmo período mostram que, nos anos iniciais, 56,4% das escolas cumpriram ou superaram suas metas individuais. Nos anos finais, 26,3% das escolas cumpriram ou superaram suas metas individuais. E por fim, no ensino médio, 43% das escolas cumpriram ou superaram suas metas individuais.

Ao longo do ano letivo, para permitir o acompanhamento do desenvolvimento do currículo e da aprendizagem, subsidiando as escolas e os docentes nos processos de planejamento e ações de intervenção pedagógica, foram também aplicadas as Avaliações da Aprendizagem em Processo (AAP). Trata-se de instrumentos investigativos da aprendizagem dos alunos, em termos das competências e habilidades desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática. A AAP é elaborada com base nas Matrizes de Avaliação Processual e seus resultados consolidados são divulgados pela Plataforma Foco Aprendizagem. São avaliados os alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental e da 1ª à 3ª série do ensino médio de toda a rede estadual de ensino ao final dos 1º, 2º e 3º bimestres. Em 2017 foram envolvidos 3.700.000 alunos, por aplicação.

No intuito de estimular e apoiar as Diretorias de Ensino e as equipes escolares no uso efetivo dos resultados do SARESP e das AAPs para o (re)direcionamento das práticas de gestão escolar e pedagógica, a SEE elaborou, em 2015, a Plataforma Foco Aprendizagem⁷. Essa tecnologia permite consultar os respectivos resultados nos componentes curriculares, em cada ano/série, avaliados em termos das competências e habilidades consolidadas (ou não) pelos alunos. Oferece, ainda, recursos que informam todos os indicadores que compõem o IDESP da escola, com visualizações e análises históricas; e indicação dos pontos críticos de Língua Portuguesa/ Matemática, que demandam maior atenção do professor. A plataforma ainda promove a articulação com materiais pedagógicos específicos para nortear o planejamento escolar e contém o módulo de clusters que possibilitará análise de desempenho em grupos de escolas com características semelhantes.

Convém ressaltar que, no ano de 2017, o estado participou do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) cujo indicador é o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Os resultados serão publicados em 2018.

Ação 6203 - Iniciativas Pedagógicas Mediadas por Tecnologia da Informação

Esta ação se caracteriza pela oferta de cursos e outras iniciativas pedagógicas mediadas por tecnologias de informação e comunicação, por meio da EVESP - Escola Virtual do Estado de São Paulo, ampliando as possibilidades de ensino-aprendizagem ofertadas aos alunos. No PPA, se

⁷ A plataforma Foco Aprendizagem tem suas despesas realizadas através da ação 6173 - Modernização e Manutenção Tecnológica nas Unidades Escolares do programa 815 - Manutenção e Suporte da Educação Básica.

relaciona com o produto Educação A Distância Disponibilizada aos Alunos e é monitorado pelo número de cursos à distância ofertados.

A EVESP - Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo, criada em 2011 por meio do Decreto nº 57.011, destina-se a oferecer programas educacionais regulares, especiais e de capacitação em situações que requeiram atendimento a necessidades de grupos específicos da população. Ofereceu, em 2017, quatro cursos que somam 150.320 alunos: Curso de Inglês Online, Curso de Libras Online, Cursinho Pré-Universitário Online e Curso de Defesa Civil: A Aventura. Os alunos da rede estadual, mesmo que já tenham concluído os estudos, podem se matricular nos cursos. Estes cursos também estão acessíveis para alunos com deficiência auditiva e visual.

Ação 6208 - Currículo+ e Acessa Escola

Essa ação tem por objetivo a disponibilização de plataformas, materiais, conteúdos e recursos pedagógicos digitais articulados ao Currículo Oficial; e a elaboração de materiais de apoio ao professor e modelos de infraestrutura de TI (Acessa Escola e novos modelos de acesso móvel em sala de aula). A mesma é contemplada no produto do PPA Materiais e Recursos Tecnológicos de Uso Pedagógico, monitorado pelo número de Acessos à Plataforma Currículo+ .

A Plataforma Currículo+ faz uso de tecnologia para inspirar práticas inovadoras em sala de aula a fim de promover maior motivação, engajamento e participação dos alunos com o processo educativo é. São conteúdos digitais (vídeos, videoaulas, jogos, animações, simuladores e infográficos), articulados com o Currículo do Estado de São Paulo e disponibilizados por meio de um processo de curadoria realizado por uma equipe composta por Professores Coordenadores de Núcleo Pedagógico de diversas Diretorias de Ensino e representantes de todos os níveis de ensino. A plataforma pode ser acessada de por qualquer dispositivo conectado à internet, principalmente nas 4.234 escolas da rede estadual que tem os espaços das salas ambiente de informática do Acessa-Escola. Desde o seu lançamento em 2014 até 10 dezembro de 2017, foram registradas 3.251.866 sessões no Currículo + e 15.721.697 páginas visualizadas, somando 2.205 objetos digitais de aprendizagem e 80 atividades. Apenas em 2017 foram 291.320 sessões de acesso.

Nela é disponibilizado o projeto “Aventuras Currículo+”, com foco na recuperação das competências de Língua Portuguesa e Matemática ainda não consolidadas pelos alunos dos anos finais do ensino fundamental e pelos alunos do ensino médio. Recorrendo a um recurso até então inédito na rede estadual paulista, o Programa usou a gamificação para o desenvolvimento das competências e habilidades previamente diagnosticadas, relativas à leitura, à escrita e aos conhecimentos matemáticos. Em 2017, o Aventuras Currículo + esteve disponível para todas as escolas da rede de ensino dos anos finais do ensino fundamental e todas as séries do ensino médio, 5.633 professores e 13.331 alunos acessaram esse ambiente virtual de aprendizagem.

Para encerrar as iniciativas referentes ao Programa 0800, para apoiar a gestão escolar a SEE implantou em 2017 o **Método de Melhoria de Resultado**⁸ em 13 Diretorias de Ensino da Capital – 1081 escolas, engajando aproximadamente 13 Dirigentes Regionais, 270 Supervisores de Ensino e 1.146 Diretores de Escola, Professores Coordenadores e Presidentes do Grêmio Estudantil. O método propõe a identificação do problema, definição de causa raiz e a elaboração um Plano de Melhoria a partir dos resultados do SARESP/IDESP e das metas previstas para o ano seguinte. A implementação do plano de melhoria teve como uma de suas fases a sistemática de acompanhamento, onde, a partir dos resultados de avaliações em processo bimestrais as escolas ajustaram ações para a correção de rumos.

Programa 0805 - Parcerias Escola, Comunidade e Sociedade Civil

O Programa 805 tem por objetivo promover parcerias e ações de cooperação, tendo como base a matriz curricular, integrando escolas, comunidades e diversos segmentos da sociedade civil, especialmente instituições de ensino superior, para a execução de projetos que concorram para a redução das vulnerabilidades das comunidades intra e extraescolares, visando a autonomia das escolas e a melhoria da qualidade da educação básica.

⁸ Em 2016, foi realizado um projeto piloto do MMR na Diretoria de Ensino-Leste 4

Ação 5146 – Escola da Família

O Programa Escola da Família promove a abertura das escolas públicas estaduais aos finais de semana para que jovens, adultos e crianças envolvam-se em atividades como oficinas de jogos, dança, artesanato, sessões de cinema, teatro, rodas de leitura, que contemplam quatro eixos de interesse: Cultura, Esporte, Saúde e Trabalho. Relaciona-se com o produto do PPA Escola Aberta à Comunidade, com monitoramento pelo indicador relacionado com o número de escolas com ações do programa escola da família.

Na realização das atividades estão envolvidos 9.917 voluntários, 10.030 mil universitários que, como bolsistas, envolvem-se no esforço de tornar as 2.218 escolas estaduais que hoje participam do Programa em local privilegiado para construção de uma cultura de paz e de inclusão social. Em diversas regiões do Estado, as escolas públicas constituem o principal, ou, muitas vezes, o único equipamento público comunitário, especialmente nas localidades em que há pouca ou nenhuma opção de lazer e cultura. Os espaços escolares, normalmente ociosos aos finais de semana, passam a ser ocupados com atividades endereçadas à comunidade, possibilitando-lhe o direito de conquistar e fortalecer sua identidade. Assim, responsavelmente, essa comunidade, apropriando-se desses espaços, agrega ao seu cotidiano valores essenciais para a edificação de uma cultura participativa.

Para consolidar o Programa 0805 a Secretaria conta com iniciativas como o projeto Gestão Democrática, a atuação do professor mediador e o fortalecimento dos Grêmios Estudantis, Conselho de Escola e Associação de Pais e Alunos, sendo que 91,4% das escolas contam com estes três colegiados.

Em 2016, a Secretaria criou o Projeto Gestão Democrática, cujo principal eixo de atuação é o aprimoramento e a implementação de ações de gestão participativa no ensino estadual paulista, nos diferentes espaços de deliberação já existentes: Grêmios Estudantis, Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres. Além de ampliar a escuta da rede, da comunidade educacional e da sociedade, o projeto tem como objetivo a construção de um dispositivo legal, com a perspectiva de fortalecer as relações democráticas nas unidades do sistema de ensino público paulista.

A execução do Projeto prevê a realização de 4 etapas: Etapa Diagnóstico (2016), Etapa Local, Etapa Regional e Etapa Estadual. Em 2017 ocorreram as demais etapas. Na Etapa Local houveram encontros para reflexões e discussões, que envolveram mais de 4.700 escolas estaduais. Durante essas atividades, gestores, professores, alunos, funcionários e familiares elaboraram propostas práticas para fortalecer a gestão democrática no cotidiano escolar e na rede estadual de educação. Durante a Etapa Regional, as Diretorias de Ensino construíram propostas regionais a partir dos resultados dos Encontros Locais, que por sua vez serviram de base para o Encontro Estadual e que teve como foco consolidar propostas para elaboração de um Projeto de lei e Plano de Fortalecimento da Cultura Democrática na Rede.

Com relação ao fortalecimento dos colegiados, os Grêmios Estudantis são agremiações que representam os interesses dos estudantes e criam oportunidade para que os alunos discutam, desenvolvam e fortaleçam ações tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. O Grêmios é também importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos. Atualmente há, na Rede 4.711 escolas com Grêmios atuantes. Em 2017, foi realizado o 1º Encontro Paulista de Grêmios.

Instituído em todas as escolas, o Conselho de Escola é um colegiado de caráter decisório em relação às ações a serem executadas na unidade escolar, nos aspectos pedagógicos, administrativos e técnicos. Exige a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, para efetivar seu poder de decisão e a corresponsabilidade na gestão escolar, com papel determinante na análise e aprovação da Proposta Pedagógica da unidade escolar.

A Associação de Pais e Mestres - APM - é uma instituição auxiliar da escola, que tem a finalidade de colaborar no aprimoramento do processo educacional e na integração família-escola-comunidade. Recebe verbas públicas e doações que podem contribuir para a conservação do prédio e de suas instalações. As atividades da APM estão previstas no Plano Anual de Trabalho, aprovado pelo Conselho de Escola.

Por fim, a escola tem recebido também um grande apoio de docentes que atuam como Professores Mediadores nas relações interpessoais internas e com a comunidade externa. Trata-se de função criada em 2011 e que privilegia práticas de mediação de conflitos no ambiente escolar, a partir da análise e do entendimento dos fatores de vulnerabilidade e de risco a que possam estar expostos os alunos. Atualmente são 1.253 escolas que contam com estes profissionais.

Programa 0808 – Formação e Qualidade de Vida dos Profissionais da Educação

O programa busca realizar a expansão de competências e habilidades dos profissionais, incentivando o aprendizado e a implementação de metodologias pedagógicas e práticas de gestão inovadoras e adequadas ao contexto dos alunos, para a evolução da qualidade da educação. Também visa desenvolver projetos e ações para saúde e qualidade de vida dos profissionais, através de parcerias com secretarias de estado e instituições afins.

Ação 5426 – Gerenciamento do Benefício - Educação

Dentre as atividades, tem-se a identificação de servidores beneficiários para disponibilização de auxílio alimentação.

Segundo o indicador do SimPPA, em 2017 foram beneficiados 147.932 servidores.

Ação 6175 – Formação dos Profissionais da Educação

A EFAP caracteriza-se por uma base articulada de tecnologias, dispositivos técnicos, processos, práticas e metodologias de formação, informação e capacitação, capazes de criar um sistema de trabalho interativo de largo alcance. Conta com a Rede do Saber, composta por ambientes físicos e virtuais, soluções tecnológicas e processos que suportam à operacionalização das ações de formação de professores e demais iniciativas da Pasta. Dentre os ambientes físicos incluem-se auditórios e salas para atividades presenciais, estúdios de geração para a transmissão de videoconferências e streaming, ambientes descentralizados para a recepção de conteúdos e atividades locais, central de operações para o gerenciamento centralizado de todas as atividades. A estrutura considera, ainda, solução de web conferência e ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Faz parte desta ação: 1) a formação adequada de profissionais da Secretaria da Educação (QM-Quadro do Magistério; QAE-Quadro de Apoio Escolar e QSE-Quadro Secretaria da Educação), com o objetivo de desenvolver e aperfeiçoar as competências, inclusive em relação ao perfil de liderança; 2) a concessão de bolsas de estudos aos ocupantes de cargo efetivo; 3) o desenvolvimento de estudos avançados em formação continuada lato e stricto sensu e demais ações de apoio aos programas que garantam a formação adequada; e 4) a implementação de programas de acompanhamento e avaliação da gestão administrativa e pedagógica para fins de promoção. No PPA, ela está representada no produto “Desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional de educadores”, tendo o número de participações realizadas por Iniciativa da SEE como indicador. No período de janeiro a dezembro de 2017, foram contabilizadas 293.265 participações de servidores nos cursos ofertados via EFAP. Ressalta-se que nesse quantitativo que um mesmo profissional poderia ter mais de uma participação.

Ao longo de 2017, a EFAP manteve sua proposta de enfatizar o Ensino à Distância como estratégia de formação continuada dos quadros da SEE-SP, por meio de cursos organizados em três eixos: I – Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica e suas Modalidades, II – Gestão Educacional, III – Grandes Temas da Educação. Os cursistas inscritos, todos professores da Rede, dividiram-se da seguinte forma:

Eixo	Inscritos	Porcentagem
Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica	18.379	29%
Grandes Temas da Educação	32.897	52%
Gestão Educacional	12.062	19%
Total	63.338	100%

Tabela 3: Distribuição dos cursistas por eixo

Somando o número de cursistas inscritos por eixo aos demais cursos ofertados via EFAP/Parcerias (37.240 inscritos), tem -se **100.578** inscritos. O quadro abaixo apresenta a distribuição destes cursistas segundo o cargo/função dos servidores.

Total de inscritos nas principais ações ofertadas pela EFAP em 2017 por quadro da SEE-SP – QM – Quadro do Magistério, QSE – Quadro de Servidores da Educação e QAE – Quadro de Apoio Escolar

Número de Inscritos por quadro de servidores							Total geral de inscritos
Ações exclusivas ao Quadro do Magistério				QSE	QAE	Diversos quadros/públicos	
Gestores	Professor da Educação Básica	Diversos cargos/funções	Total QM				
6.589	29.941	19.515	56.045	19	0	44.514	100.578

Das iniciativas formativas, é válido destacar aquelas que foram desenvolvidas no sentido de fortalecer as políticas pedagógicas da SEE:

- **Curso Específico de Formação aos Ingressantes:** formação destinada aos ingressantes nas classes docentes do Quadro do Magistério - PEB I e II;
- Ação formativa Mecanismos de Apoio ao Processo de Recuperação da aprendizagem: Três cursos focados na recuperação das aprendizagens;
- **Curso Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias – Gestão – 1ª Edição/2017:** teve o objetivo de oferecer formação continuada aos gestores da Rede Pública Estadual de São Paulo, de forma a promover o fortalecimento da gestão escolar e da prática docente.
- **Foco Aprendizagem:** com foco na utilização da plataforma como forma de aprimorar a atuação do professor em sala de aula;
- **Ensino Médio Inclusivo:** construindo uma escola para todos; sobre planos de intervenção focados nos alunos público-alvo da educação especial;
- **Supervisores de Ensino: Compartilhando Saberes e Práticas:** com objetivo de instrumentalizar os supervisores de ensino com vistas ao aperfeiçoamento das práticas profissionais em especial relativas às atribuições junto às escolas da rede pública estadual da área de circunscrição da Diretoria de Ensino a que pertence cada Equipe.

Além dos cursos, a EFAP oferece outras oportunidades formativas, que permitem aos profissionais da rede não apenas melhorar seus conhecimentos pedagógicos – sejam eles de ordem prática ou teórica – mas também investir no campo da gestão:

- **MBA – Gestão Empreendedora:** pós-graduação *latu sensu*, com 360 horas de duração para formação dos gestores de escolas públicas do Estado de São Paulo. Iniciativa de formação realizada através de convênio entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Educação (SEE SP) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Tendo como base o desenvolvimento de uma conduta empreendedora, o curso contribuiu para a formação de 1.378 diretores e vice-diretores de escolas da rede estadual através do uso de conhecimentos e ferramentas da gestão educacional e institucional, bem como a promoção de intercâmbio das melhores práticas de gestão empreendedora e inovação aplicado à gestão organizacional escolar. De 2012 a 2017 foram realizadas 9 edições do curso com elevados índices de aproveitamento (82,8% de aprovação na média de todas as edições)
- **Programa Mestrado & Doutorado:** Trata-se de um programa da Secretaria Estadual de Educação (desde 2003) voltado à qualificação, atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da Rede. O Programa fornece auxílio financeiro aos educadores em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, voltados à disciplina que ensina, ao desenvolvimento de metodologias de ensino e aprendizagem, à gestão e à supervisão escolar. As inscrições de novas bolsas estão suspensas desde 2015, e em 2017 o Programa assistiu 39 bolsistas.

Por fim, em termos de ações formativas, destaca-se no ano de 2017 o lançamento do **Programa Aprendizagem em Rede**, iniciativa da EFAP e da CGEB que tem como objetivos potencializar a ATPC (Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo) como espaço de formação e fortalecer o trabalho coletivo na escola de forma articulada às equipes técnicas das diretorias de ensino. Nesse programa os profissionais das Diretorias de Ensino e das Escolas podem acessar materiais, propor e trilhar percursos personalizados de formação que estejam diretamente relacionados às necessidades regionais e locais. Foram propostos vários percursos formativos para as ATPC, respeitando o tempo real das escolas, tais como: Acolhimento, Planejamento, Replanejamento, Autoavaliação institucional.

Programa 0815 – Manutenção e Suporte da Educação Básica

O programa 815 visa propiciar condições adequadas para que o direito à educação se concretize, através da disponibilização de meios e instrumentos garantidores do acesso à educação de qualidade e viabilização da permanência dos alunos nas unidades escolares, tais como fornecimento de condições físicas e alimentação adequadas, transporte, kit escolar e recursos de tecnologia da informação nas escolas. Congrega ações importantes para o funcionamento da escola, garantido serviços e infraestrutura; inclui construção de escolas, transporte e alimentação de alunos e disponibilização de recursos tecnológicos.

Ação 2494 – Construção e Ampliação da Rede Física Escolar

A ação 2494 se refere à construção de novos prédios escolares, à ampliação de salas de aula em prédios existentes, a reformas em prédios escolares que demandem serviços de engenharia e responsabilidade técnica, e a obras de adequação para acessibilidade, combate a incêndio e proteção contra descargas atmosféricas em prédios e salas; seu principal objetivo é possibilitar o atendimento escolar dentro dos moldes pedagógicos preconizados na política educacional vigente. Está ligada ao produto do PPA “Estrutura Predial Escolar Adequada”, monitorado pelo número de obras, reformas, ampliações e adequações realizadas.

A Secretaria da Educação, por meio do Departamento de Gestão de Infraestrutura (DGINF), é responsável, entre outros, por planejar a expansão, as reformas e as manutenções da Rede física escolar, cujas execuções ficam a cargo da Fundação para o Desenvolvimento da Educação. A FDE elabora estudos técnicos para viabilização das obras a serem feitas, contrata e analisa os projetos executivos completos, elabora os orçamentos e executa as obras públicas junto às empresas do setor de construção. No caso das creches, presta suporte técnico para as obras realizadas por meio de convênios com as prefeituras. A Diretoria de Obras e Serviços - DOS, realiza construções, ampliações, adequações e reformas dos prédios escolares e administrativos da SEE. Entre os principais tipos de obras realizados destacam-se:

- Expansão da rede (construção e ampliação de escolas), aumentando a capacidade de atendimento onde necessário;
- Manutenção dos prédios existentes, incluindo os restauros de edificações tombadas pelo patrimônio histórico e cultural;
- Substituição de prédios e salas;
- Adequação das edificações para atender a programas específicos, como as Escolas de Ensino Integral;
- Melhorias dos prédios (adequação dos prédios quanto à acessibilidade e segurança contra incêndio, bem como a construção de ambientes que não sejam salas de aula, como por exemplo cozinhas e refeitórios);
- Cobertura das quadras de esportes.

Obras FDE

O Quadro de intervenções em 2017 apresenta-se da seguinte forma:

Obras FDE	Licitação	Em andamento	Concluídas	Total
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Obras Novas	4	3	7	14
Ampliação	1	4	0	5
Acessibilidade	4	43	34	81
Cobertura de quadra	1	11	6	17
Reforma	218	584	802	1604
Total	228	645	849	1721

Fonte: FDE – nov. /2017

Ação 5740 – Transporte de Alunos da Educação Básica

O transporte escolar consiste em uma política assegurada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no artigo 4, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 54, com o objetivo de promover o acesso do alunado às escolas, condição básica para a garantia do direito à educação. A existência de diferentes realidades municipais no que diz respeito à disponibilidade do transporte público e a necessidade de

atender ao público que não consegue utilizar o sistema regular tornam ainda mais complexa a gestão do deslocamento dos estudantes.

Nesse contexto, a ação 5740 visa o transporte regular de alunos da educação básica, a aquisição de veículos para cessão às prefeituras conveniadas, convênios e parcerias com demais esferas de governo, órgãos e instituições públicas e privadas, de modo a atender a legislação. Corresponde ao produto do PPA “Transporte Escolar Regular e Especializado Garantido”, com monitoramento pelo percentual de alunos da rede estadual transportados. Os números aparecem a seguir:

Número de alunos atendidos nas diferentes modalidades de execução

Forma de Execução	Número de alunos
Convênios com os municípios	289.119
Convênio com a EMTU	5.431
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno regular	77.020
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno deficiente	3.107
Passê escolar	16.177

Cabe o esclarecimento de que o convênio com a EMTU diz respeito ao Serviço Especial LIGADO, que oferece transporte diferenciado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, ao custo, para 15 meses, de R\$ 193 milhões.

No que diz respeito aos valores gastos, duas tabelas ilustram os números que, em ambos os casos, referem-se ao período de 2017-2018. A primeira delas trata dos convênios com os municípios, nas quais a SEE faz o repasse do valor e a Prefeitura complementa sob forma de contrapartida, observe-se, pelos valores, que se chega ao custo aluno/dia, para a SEE, de R\$ 10,51.

Valores relativos ao transporte de alunos – repasses

SEE/Prefeitura	Porcentagem
Repasse SEE	67,6%
Contrapartida das Prefeituras	32,4%
Valor Total	100%

Fonte: Secretaria Escolar Digital - SED

A contratação descentralizada, nas Diretorias de Ensino, apresenta os seguintes valores:

Valores relativos ao transporte de alunos – modalidade

Modalidade	Número de alunos
TRANSPORTE REGULAR*	93.197
TRANSPORTE ESPECIAL	3.107

*Transporte regular (Passê Escolar + Fretamento)

Ação 5810 – Cooperação Estado - Município para Construções Escolares

A ação 5810 está relacionada as parcerias entre o Estado e os Municípios, de acordo com as diretrizes fixadas pela Secretaria da Educação, objetivando a construção, ampliação, reforma e/ou adequação de prédios escolares da rede pública, contemplando inclusive creches e demais iniciativas inseridas no programa "Ação Educacional Estado/Município/Educação Infantil". Liga-se ao produto do PPA “Parcerias Estado-Municípios Para Construções Escolares”.

O Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC⁹ - é desenvolvido pela ação integrada do Governo do Estado com as Prefeituras, por meio de convênios em regime de trabalho solidário no emprego de recursos para a melhoria da escola pública. Tem por objetivo contribuir para a expansão e melhoria do ensino e propiciar a todas as crianças condições reais de acesso à escola, assim como nela garantir sua permanência e progressão.

Já o Programa Ação Educacional Estado/Município/Educação Infantil – PAEM¹⁰- consiste na realização de convênios com municípios do Estado de São Paulo, mediante parceria, com vistas a propiciar às crianças atendimento em creches, com condições para prosseguimento na pré-escola e

⁹ O Decreto nº 36.546/1993 institui o Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares

¹⁰ Decreto nº 57.367/ 2011 institui o Programa Ação Educacional Estado/Município/Educação Infantil

no ensino fundamental, tem por finalidade precípua viabilizar a construção de prédios da rede pública municipal, que se destinarão a abrigar unidades de educação Infantil, bem como à aquisição de equipamentos e materiais de natureza permanente.

Obras junto às Prefeituras

Obras FDE	Licitação	Em andamento	Concluídas	Total
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Obras Novas	1	12	11	24
Ampliação	0	5	1	6
Reformas	0	2	0	2
Adequação	0	1	1	2
Creches	27	280	67	374
Total	28	300	80	408

Fonte: FDE – nov. /2017

Ação 6138 – Conservação, Manutenção e Reparos em Prédios Escolares

A ação 6138 está relacionada aos serviços de conservação, manutenção, reparos e reformas que não demandem serviços de engenharia, a fim de manter os prédios escolares em condições satisfatórias de utilização; intervenções saneadoras, remoção e substituição total ou parcial de partes danificadas de prédios escolares. Tem correspondência com o produto do PPA “Estrutura Predial Escolar Adequada”, com monitoramento através do indicador percentual de serviços de manutenção - pequenos reparos - atendidos no total dos serviços solicitados no ano. Em 2017, esse percentual foi de 91,6%.

Esses serviços ocorrem de maneira direta nas unidades escolares e Diretorias de Ensino. Os recursos financeiros destinados às escolas foram readequados para reforçar a atuação das Diretorias de Ensino, otimizando os serviços contratados, gerando assim economia, em razão do maior volume contratado. Para atender essas atividades, as Diretorias de Ensino e unidades escolares receberam os seguintes recursos:

- **Manutenção Preventiva** – Recurso para Manutenção Preventiva, repassado às Associações de Pais e Mestres – APMs das escolas, até o final do mês de dezembro, por meio de convênio entre as APMs e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, para realizar pequenos reparos de manutenção, pintura e pequenos serviços.
- **PDDE** – Cada unidade escolar também recebe, anualmente, recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, também repassados às APMs das escolas, pelo Governo Federal, utilizados prioritariamente em reparos de pequenos portes em instalações físicas e equipamentos.
- **Crédito Direto** – Recursos repassados às Diretorias de Ensino para atendimento às unidades escolares, por meio de contratações efetuadas por pregão eletrônico ou dispensa de licitação devidamente qualificada.

Desta forma, as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino estão plenamente atendidas com recursos e instrumentos para suprir suas demandas, inclusive aquelas emergenciais, de acordo com as prioridades de cada unidade escolar.

Ação 6172 – Fornecimento de Alimentação Escolar aos alunos da Educação Básica

A ação 6172 se relaciona ao fornecimento de alimentação escolar adequada, suprimindo no mínimo o equivalente a 20% das recomendações nutricionais diárias, através da compra e distribuição de gêneros alimentícios, repasse de recursos para o enriquecimento da alimentação e demais ações, tais como, logística, estocagem, contratação de terceirizados e locação de armazéns e repasse de recursos aos municípios pertencentes ao sistema descentralizado, visando atender às características locais.

Tem correspondência no produto do PPA “Alimentação Escolar Oferecida aos Alunos da Rede Estadual”, com monitoramento realizado pelo acompanhamento do número de alunos atendidos pelo serviço de alimentação escolar.

Para isso, a Secretaria da Educação, por meio do Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno (DAAA), é responsável pelo gerenciamento direto ou indireto do fornecimento de refeições para

os alunos de educação básica da Rede pública estadual, com uma cobertura de 645 municípios. Conforme diretrizes gerais do Governo Federal e diretrizes específicas da Secretaria da Educação, é executado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) através de dois sistemas: Centralizado e Descentralizado.

No que se refere ao **Sistema Descentralizado**, em 2017 aprofundou-se a movimentação de diminuição de atendimento nesse sistema e ampliação do centralizado; o formato descentralizado se realiza pela assinatura de convênio entre a SEE e o município e implica o repasse de recursos financeiros, tanto do Governo Federal (através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação – FNDE), quanto do Governo Estadual, sendo a Prefeitura Municipal responsável pelo gerenciamento direto do Programa (inclusive para as escolas da Rede estadual).

A SEE anualmente renova o termo de anuência pelo qual o prefeito assume o compromisso, perante o FNDE, de atender aos alunos matriculados nas escolas estaduais localizadas no município; da assinatura desse termo depende o repasse dos recursos federais destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Caso o município opte pela não renovação, a SEE passa a atender os estudantes no sistema centralizado.

Em 2017, o sistema descentralizado abrangeu 1,4 milhões de alunos, em 2.303 unidades escolares e 545 municípios, que gerenciam diretamente o Programa, elaborando seus próprios cardápios, realizando suas compras, administrando seus estoques, entre outras atribuições; cabe à SEE, realizar a reposição de equipamentos básicos da cozinha, o suprimento de utensílios básicos (para escolas novas) e a reposição de utensílios (para as demais); e a reposição de itens destinados ao suporte de atividades da merenda, no âmbito da escola.

Repasse de recursos na alimentação escolar

Os valores repassados pela SEE aumentaram em 2017, assim como se registra a seguir:

Ensino	2015	2016	2017
Regular	R\$ 0,50 por aluno/dia	R\$ 0,55 por aluno/dia	R\$ 0,94 por aluno/dia
Integral	R\$ 2,00 por aluno/dia	R\$ 2,20 por aluno/dia	R\$ 3,68 por aluno/dia

Os valores repassados pelo governo federal foram reajustados pela União, passando de R\$ 0,30 (período regular) e R\$ 1,00 (período integral) para R\$ 0,36 e R\$ 1,07, respectivamente.

O **Sistema Centralizado**, em 2017, passou a atender 1,7 milhões de alunos/dia, em 3.209 escolas de 100 municípios, aumento em relação ao ano anterior. Nesse formato, o DAAA planeja e define o cardápio e realiza todas as atividades para a operacionalização do Programa, incluindo o planejamento, a aquisição dos alimentos, a estocagem, a distribuição, o controle dos alimentos, a supervisão e a avaliação do PNAE. Os dados de logística evidenciam o tamanho da operação:

Dados da logística do sistema centralizado de alimentação escolar

Dados de Logística – Sistema Centralizado	
Capacidade de armazenamento no centro de Distribuição de Cajamar	5.752.000 quilos
Número de caminhões e motoristas	81
Fornecedores de alimentos	36
Quilômetros percorridos por ano (estimativa)	48.560.000

Para permitir uma maior participação das comunidades locais, descentralizar decisões, respeitar a vocação agrícola regional, estimular a aquisição de produtos da safra, incentivar o comércio regional e melhorar os hábitos alimentares, existe o Programa de Enriquecimento da Merenda Escolar – PEME, que consiste no repasse de verba diretamente para as escolas, destinada à aquisição de alimentos *in natura*, os quais complementam o cardápio padrão. O valor repassado às escolas é de R\$ 0,20 por aluno/dia. Porém, em atendimento às orientações dos órgãos fiscalizadores, foram elaboradas e publicadas, no segundo semestre de 2017, 120 Atas de FLVO (Frutas, Legumes, Verduras e Ovos) para a substituição do PEME.

Em 2017, destacaram-se, na área de Alimentação, as seguintes ações:

- **Sistema SAESP II:** para aperfeiçoar o controle de gestão do Programa de Alimentação Escolar, neste ano, podemos destacar o aprimoramento das ferramentas de gestão dos estoques das escolas; emissão dos boletos da agricultura familiar (PPAIS); controle de sanitização, bem como o desenvolvimento das ferramentas de situação atípica (impedimentos); cálculo da distribuição por

escola; emissão de boletos PED (congelados, refrigerados e pães) com comunicação *webservice*; e liberação de acesso para as ETECs utilizarem o sistema. Outros desenvolvimentos de destaque foram: o acesso das escolas para a entrada via sistema das guias de remessas de produtos de entrega direta e a liberação de acesso para as Fundações Casa utilizarem o sistema.

- **Semana da Educação Alimentar:** a semana da educação alimentar acontece anualmente na terceira semana do mês de maio, conforme determinação da Lei 12.230/2006. O tema trabalhado nas escolas em 2017 foi “Consumo consciente de proteínas de origem animal (carnes) e vegetarianismo”. Nesta atividade, participam nutricionistas, professores, alunos e toda a comunidade escolar.

- **Atendimento dos alunos com patologias relacionadas à alimentação:** conforme Resolução CD/FNDE nº 26/2016, a Secretaria realiza atendimento nutricional diferenciado aos alunos que apresentam algum tipo de patologia relacionada à alimentação. No ano de 2017, os casos mais recorrentes foram: diabetes, dislipidemia, celíacos, intolerante a lactose, alergia alimentar. Desde 2013 já foram atendidos 889 alunos. Somente em 2017, foram atendidos 162 alunos.

- **Continuidade da inclusão de novos produtos (Sistema Centralizado) - Transição para produtos *in natura*:** aumento de produtos *in natura* ou minimamente processados, conforme recomendações do Guia Alimentar para População Brasileira e da Resolução CD/FNDE nº 26/2013. E as inclusões de carne suína congelada, moela de frango congelada e arroz mix, lentilha, farinha, fubá, feijão branco, dentre outros itens que enriquecem o Programa e permitem a diversificação do cardápio, além da geração de novas opções para auxílio em possíveis intercorrências licitatórias.

- **Expansão do Projeto Cozinheiros da Educação:** tal projeto traz a adoção de 10 novas receitas típicas paulista, utilizando os produtos já disponíveis nas despensas das escolas, articulado às técnicas de preparo das receitas advindas de cozinheiros experientes, aproximando a alimentação escolar às refeições servidas em família, fator crucial para a difusão das práticas alimentares saudáveis. Em 2017, a expansão atingiu cerca de 700.000 mil estudantes das Diretorias da Capital. Sendo capacitadas entorno de 800 merendeiras no ano de 2017.

- **Aquisição de gêneros restritos:** nos últimos 3 anos, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, através de seu Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno, vem diminuindo as licitações de produtos enlatados, substituindo-os por outras versões, como o *pouch*¹¹, os congelados e *in natura*. Na atualidade, somente continuam a ser licitados na embalagem “lata” os produtos molhos de tomate, sardinha e geleia.

- **Agricultura Familiar:** a) PPAIS (uso de Verba QESE) – 8 chamadas públicas, envolvendo: 6 Diretorias de Ensino, 8 Municípios, 119 Produtores, 2 Cooperativas, 36 produtos (6 frutas, 10 folhas, 16 legumes e 4 temperos).

b) PNAE (Recurso Federal) – no que diz respeito ao emprego da verba federal neste projeto, a Secretaria da Educação ao longo de 2017 realizou estudos aprofundados em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, o Sistema Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE acerca da legislação para aprimoramento na execução da Agricultura Familiar, elaborando novo termo de referência, que atualmente tramita na Doutra Consultoria Jurídica da SEE, tendo aquisição prevista para o primeiro bimestre de 2018. Todos os esforços realizados em conjunto com outras áreas visam agregar maior segurança, acuidade, transparência e isonomia na contratação.

- **Nutricionista na Rede:** Atualmente são 56 nutricionistas na rede estadual de ensino.

- **Treinamentos e Capacitações:** Foram realizadas 144 capacitações pela equipe do CISE/DAAA, bem como ocorreram 51 visitas às unidades escolares. Além do Desenvolvimento de Relatório de Visita, com ferramenta para tabulação, voltado às Diretorias de Ensino com municípios descentralizado.

- **Revisão de Documentos:** Atualização e edição do Manual de Boas Práticas e Manual para Prevenção de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs).

- **Parceria com o SEBRAE:** Realizou-se uma parceria entre Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e o SEBRAE, com o objetivo de sistematizar a elaboração de editais de chamadas públicas.

- **Antrometria do Alunado Indígena:** Aferição do peso e estatura dos alunos das aldeias indígenas atendidas pelo sistema centralizado.

¹¹ Embalagens plásticas, com soldas laterais, de grande durabilidade e resistência extra e com proteção contra luz e umidade, o que as torna ideais para alimentos.

Ação 6173 – Modernização e Manutenção Tecnológica nas Unidades Escolares

A ação 6173 se relaciona a atividades de modernização, ampliação e manutenção de recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação-TIC nos ambientes administrativos e pedagógicos das escolas, incluindo computadores, equipamentos multimídia, impressão e insumos, dispositivos de rede, licenças e atualização de softwares, infraestrutura elétrica e de comunicação; padronização tecnológica nas escolas de forma a melhorar a prestação de serviços de TIC; integração das unidades da rede estadual através da Intragov, oferecendo uma rede de comunicação de dados, voz e vídeo, e permitir o acesso aos sistemas de informações da secretaria de estado da educação a todos os usuários da rede estadual de ensino; ampliar e modernizar os recursos de tecnologia da informação e comunicação nas áreas administrativas e pedagógicas nas escolas e unidades de capacitação da rede pública estadual.

Corresponde ao produto do PPA “Recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação Disponibilizados às Escolas”, monitorado pelo indicador percentual de escolas atendidas pelo conjunto de 4 itens de intervenção de tecnologia: computadores, impressoras, infraestrutura lógica e conexão. Em 2017, 97,5% das escolas foram atendidas com os 4 itens. As ações de tecnologia englobam variadas linhas de atuação, entre as quais são destacadas as seguintes:

- **Outsourcing de computadores:** Ação na qual a FDE fez locação de equipamentos para a rede de ensino, incluindo manutenção preventiva, corretiva e permanente de computadores. Atendeu todas as diretorias de ensino e escolas, com o **contrato sendo encerrado em outubro de 2017**.
- **Rede Intragov** - Infraestrutura de comunicação implantada na rede estadual de ensino e nos demais prédios da SEE, que oferece serviços de transmissão de dados, comunicação de voz, videoconferência e acesso à internet de banda larga. Em 2017, foram atendidas 5.137 escolas. Para melhoria da conexão das escolas à internet e segurança de navegação, foram adotadas providências para a substituição de firewalls e switches em todas as unidades da rede estadual.
- **VOIP (tecnologia de telefonia sobre IP)** - São 10.596 Pontos de tecnologia VOIP mantidos e/ou instalados em um moderno sistema de telefonia que garante a comunicação entre as diversas coordenadorias, órgãos e instâncias administrativas da SEE e Diretorias de Ensino.
- **Computadores na rede** – O atual parque tecnológico abrange 133.718 computadores para a rede, dos quais 91.798 foram recebidos por doação em 2017.
- 5.141 escolas possuem ao menos um tipo de conexão à internet e existe em média 17 computadores por escola nas salas do Acesso Escola.
- **Parceria com a Google e com a Microsoft** – A SEE, em parceria com a Microsoft e Google, oferece ferramentas gratuitas para servidores e alunos que incluem conta de e-mail corporativo, atualização do Windows 10 e disponibilização de diversos aplicativos.
- **Projeto Banda Larga nas Escolas (PBLE)** – O PBLE tem como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à internet. A gestão do Programa é feita em conjunto pelo MEC e pela ANATEL, em parceria com o Ministério das Comunicações, o Ministério do Planejamento e com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais.
- **Projeto de conectividade** – O Projeto de conectividade e segurança de navegação visa disponibilizar a conexão de internet do PBLE para o ambiente pedagógico das unidades escolares, utilizando o mesmo firewall que já instalado na conexão Intragov. O uso desta tecnologia também potencializará o definido pela Lei 16.567/2017, em que crianças e jovens dos ensinos Fundamental e Médio poderão utilizar aparelhos em sala de aula em atividades pedagógicas e orientadas por educadores.
- **Projeto de inovação tecnológica** – Proposta de criação de novo modelo tecnológico para modernizar toda a rede estadual de ensino, incluindo equipamentos móveis de informática, dando acesso à rede Wi-Fi com segurança, além da disponibilização de equipamentos para as unidades escolares, abrangendo antenas *wireless*, possibilitando acesso a conteúdos compartilhados internamente, utilização de ferramentas e conteúdos off-line.
- **Projeto Piloto de Livro Digital:** Dentro da parceria com a Microsoft, será viabilizada em 2018 o teste de um caderno de estudos no modelo digital para todos os estudantes do 1º ano do Ensino Médio, matriculados na /Diretoria de Ensino Norte 2 (cerca de 200 salas e 7 mil estudantes).

Ação 6174 – Operação da Rede de Ensino Básico

A ação 6174 se relaciona à aquisição, manutenção e conservação de mobiliário e equipamentos escolares; aquisição de material de consumo, locação de salas de aula; serviços de limpeza; Utilidade pública; abastecimento de água; projetos e parcerias com órgãos e instituições públicas e privadas voltados à manutenção das escolas; kit escolar aos alunos. Sua finalidade é oferecer suporte adequado, evitando o comprometimento das atividades escolares, e prover recursos

materiais, logísticos e financeiros às unidades escolares, e de apoiar o atendimento da demanda, garantir a permanência dos alunos e descentralizar recursos para as unidades escolares.

Corresponde ao produto do PPA “Equipamentos, Mobiliário, Suprimento, Serviços e Kit Escolar”, com acompanhamento pelo indicador Percentual de Escolas Atendidas com Reposição de Material Permanente Necessário ao seu Funcionamento.

A Secretaria da Educação, por meio da FDE, é responsável pela garantia da infraestrutura básica para a aprendizagem dos alunos, como a aquisição, manutenção e conservação do mobiliário e equipamentos escolares, aquisição de material de consumo e suprimentos. Nesse aspecto, as principais ações em 2017 aparecem a seguir.

Kits de Material Escolar

No início do ano letivo, os mais de 3,7 milhões de alunos da rede pública de ensino paulista recebem um kit de material escolar, definido em conjunto entre a FDE e a SEE. O kit é organizado de acordo com o nível de ensino, e possui modelo e qualidade compatíveis com os melhores produtos encontrados no mercado. Privilegiando a transparência, a FDE disponibiliza consulta pública para pais de alunos e cidadãos em geral que queiram acompanhar a entrega dos materiais, por meio do endereço http://materialescolar.fde.sp.gov.br/2017/2017/consultapublica/Cons_Recebimento.asp

Kits escolares

Em 2017 os números foram os seguintes:

Aquisição - Kit Material Escolar - 2017	
Item	Total de Unidades
Kit Material Escolar - E.M.	1.684.191
Kit Material Escolar - E.F II	1.405.568
Kit Material Escolar - E.F I	664.129
Total	3.753.888

Mobiliário

A FDE é responsável pela especificação de todo mobiliário para todos ambientes escolares e administrativos da SEE, bem como sua aquisição e distribuição, seguindo os critérios estabelecidos pela ABNT (NBR 9050 – Acessibilidade de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos).

Em 2017 os números foram os seguintes:

Mobiliário

Descrição	Quantidade
Mobiliários	155.452
Equipamentos	1.158
Utensílios	400.000
Total	556.610

Rede de Suprimentos

Trata-se de um sistema inovador na logística pública, pelo qual todas as mais de 5 mil escolas da rede são abastecidas com materiais de escritório, informática e limpeza, desburocratizando o processo de compra de produtos. Um dos benefícios dessa ferramenta, que conta com 1.300 produtos, é desonerar o trabalho do diretor da escola das tarefas relacionadas à aquisição e entrega de materiais. A escola faz a requisição dos itens de que necessita e, após a confirmação, os produtos são entregues diretamente à unidade escolar.

Programa 2826 - Comunicação Social

Os objetivos do programa são: dar publicidade aos atos do governo do estado de São Paulo e fomentar o acesso dessas informações à sociedade; integrar as ações de comunicação de todos os órgãos do governo estadual.

Ação 5576 – Publicidade de Utilidade Pública

Essa ação se refere à divulgação das ações, projetos e programas de interesse público que possuam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenham uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos oferecidos pelo Governo do Estado de São Paulo e corresponde ao produto do PPA “Divulgação de Ações de Utilidade Pública”.

Em relação a comunicação externa, a Assessoria de Comunicação e Imprensa estruturou e desenvolveu em 2017 diversas campanhas com foco nos projetos prioritários da Pasta. A estratégia contemplou todas as plataformas de comunicação disponíveis atualmente na secretaria – direcionada para o público interno – e um vasto repertório de materiais e planejamento para o público externo – veículos de imprensa, formadores de opiniões, entre outros. Em média, foram veiculadas por mês 1.675 notícias, sendo 860 em impressos, 170 em emissoras de TV, 300 em emissoras rádios e 345 nos portais da internet. Quando analisada a repercussão e alcance do Portal (www.educacao.sp.gov.br), foram 196 milhões de acessos e mais de 469 milhões de visualizações de páginas. Foram produzidas cerca de 130 matérias publicadas por mês. No Youtube 110 vídeos publicados com 862 mil visualizações no ano. Em novembro de 2017, a página da Secretaria da Educação no Facebook chegou aos 324 mil fãs. Ao longo do último ano, 756 publicações, 7,2 mil perguntas respondidas e 695 mil Interações reações, comentários e compartilhamentos. No Twitter foram 1.360 publicações, 7,2 perguntas respondidas e 695 mil Interações reações. No Instagram foram 589 publicações, 24 mil interações e 44 perguntas respondidas.

**SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO
TRABALHO**

Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

23000 - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	83.895.779,00	98.372.160,00	83.086.020,34	0,00	83.086.020,34	82.513.811,62
Pessoal e Encargos Sociais	17.032.442,00	16.612.442,00	16.475.949,03	0,00	16.475.949,03	16.429.039,91
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	66.863.337,00	81.759.718,00	66.610.071,31	0,00	66.610.071,31	66.084.771,71
Despesas de Capital	40,00	3.869.979,00	3.710.547,18	0,00	3.710.547,18	3.710.546,53
Investimentos	40,00	3.869.979,00	3.710.547,18	0,00	3.710.547,18	3.710.546,53
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	83.895.819,00	102.242.139,00	86.796.567,52	0,00	86.796.567,52	86.224.358,15

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

23000 - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0100 - Apoio Administrativo	17.775.171,00	17.818.971,00	16.149.970,41	0,00	16.149.970,41	15.290.939,60
Despesas Correntes	17.775.151,00	17.818.951,00	16.149.970,41	0,00	16.149.970,41	15.290.939,60
Despesas de Capital	20,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2302 - Fomento ao Emprego e Renda	53.107.004,00	70.372.524,00	57.333.168,03	0,00	57.333.168,03	55.904.303,90
Despesas Correntes	53.106.984,00	66.502.565,00	53.622.620,85	0,00	53.622.620,85	52.193.757,37
Despesas de Capital	20,00	3.869.959,00	3.710.547,18	0,00	3.710.547,18	3.710.546,53
2308 - Empreendedorismo	13.013.644,00	14.050.644,00	13.313.429,08	0,00	13.313.429,08	12.315.343,96
Despesas Correntes	13.013.644,00	14.050.644,00	13.313.429,08	0,00	13.313.429,08	12.315.343,96
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2309 - Inserção no Mercado de Trabalho e Gestão da Diversidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.661.752,60
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.661.752,60
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2310 - Qualidade de Vida do Trabalhador Paulista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.018,09
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.018,09
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	83.895.819,00	102.242.139,00	86.796.567,52	0,00	86.796.567,52	86.224.358,15

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

A Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho - SERT, criada para executar, no Estado, a política de valorização do trabalho e do trabalhador, tem como finalidade a formulação e a execução de políticas, programas e projetos voltados ao emprego, às relações do trabalho e ao empreendedorismo.

Para aproximar o trabalhador das novas oportunidades do mercado fomentando a geração de trabalho e renda, registra-se que, constitui campo funcional da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho a coordenação da implementação das políticas do Sistema Público de Emprego e do Sistema de Relações do Trabalho.

O Sistema Público de Emprego compreende as ações voltadas à ampliação de oportunidades de trabalho, ao estímulo do desenvolvimento de formas alternativas de ocupação e renda, à capacitação, qualificação e requalificação profissional, e à intermediação de mão de obra.

O Sistema de Relações do Trabalho compreende, ainda, ações voltadas à melhoria na qualidade de vida no trabalho, por meio de orientações procedimentais e gerais aos empregados, empregadores, sindicatos ou associações e da promoção de lazer aos trabalhadores.

Por fim e, em complemento a essas informações, será feita uma breve explanação de todas as ações da Pasta¹, com objetivo, metas, desempenho entre outras informações necessárias acerca do ano de 2017.

Programa 2302 – Fomento ao Emprego e Renda

Ação 4230 - Qualificação Requalificação Profissional do Trabalhador

A ação em tela tem como foco capacitar, qualificar ou requalificar o trabalhador, de preferência desempregado, visando sua inserção e/ou reinserção no mercado de trabalho. Sendo que o público alvo abrange a população a partir de 16 (dezesseis) anos de idade.

Visando à aderência do programa às reais necessidades do mercado de trabalho paulista, o oferecimento dos cursos do PEQ – Programa Estadual de Qualificação Profissional, nos municípios é definido de acordo com as demandas originárias das Comissões Municipais de Emprego, cotejadas por estudos realizados pelo Observatório do Emprego e do Trabalho.

Para tanto, o Governo do Estado de São Paulo oferece aos participantes do programa bolsa-auxílio no valor de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), e auxílio transporte, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Dados do ano de 2017

INSTITUIÇÃO: Associação de Promoção de Desenvolvimento Local - **APDL**

Forma de Contratação: PREGÃO ELETRONICO

Número do Pregão: 003/2016

Número do Contrato: 009/2016

Vigência: 01/07/2016 A 30/06/2017 – 01/07/17 a 30/06/2018 (2º termo aditivo)

Valor: 3.093.750,00

¹ Informações atualizadas até dia 30/11/2017

Segundo Termo Aditivo - Região Da Grande São Paulo			
Municípios	Região	Cursos	Vagas
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Atendimento e Recepção	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Cabeleireiro	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Atendimento e Recepção	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Atendimento e Recepção	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Atendimento e Recepção	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Panificação	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Atendimento e Recepção	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Atendimento e Recepção	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Atendimento e Recepção	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Atendimento e Recepção	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Atendimento e Recepção	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Atendimento e Recepção	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Atendimento e Recepção	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Assistente Administrativo	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Assistente Administrativo	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Assistente Administrativo	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Assistente Administrativo	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Assistente Administrativo	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Assistente Administrativo	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Técnicas de Vendas	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Técnicas de Vendas	30
São Paulo - Zona Sul	Região da Grande São Paulo	Técnicas de Vendas	30
			690

INSTITUIÇÃO: Instituto Aloés Treinamentos – **ALOÉS** (Registro e Sorocaba)

Forma de Contratação: PREGÃO ELETRONICO

Número do Pregão: 004/2016

Número do Contrato: 007/2016

Vigência: 01/07/16 A 30/06/17 - 01/07/17 A 30/06/18 (2º termo aditivo)

Valor: 2.862.953,36

Segundo Termo Aditivo - Região de Registro e Sorocaba			
Região Administrativa	Município	Cursos	nº de Vagas
Botucatu	Coronel Macedo	Aux. de Departamento Pessoal	30
Botucatu	Coronel Macedo	Atendimento e Recepção	30
Itai	Itai	Aux. de Departamento Pessoal	30
Itai	Itai	Atendimento e Recepção	30
Itai	Pratânia	Assistente Administrativo	30
Itai	Pratânia	Aux. de Departamento Pessoal	30
Sorocaba	Itu	Assistente Administrativo	30
Sorocaba	Itu	Aux. de Departamento Pessoal	30
Sorocaba	Ibiuna	Atendimento e Recepção	30
Sorocaba	Ibiuna	Assistente Administrativo	30

Segundo Termo Aditivo - Região de Registro e Sorocaba			
Região Administrativa	Região Administrativa	Região Administrativa	Região Administrativa
Sorocaba	Piedade	Assistente Administrativo	30
Sorocaba	Piedade	Aux. de Departamento Pessoal I	30
Sorocaba	Itapetininga	Assistente Administrativo	30
Sorocaba	Itapetininga	Aux. de Departamento Pessoal	30
Itai	Paranapanema	Atendimento e Recepção	30
Itai	Paranapanema	Assistente Administrativo	30
Itai	Piraju	Aux. de Departamento Pessoal	30
Itai	Piraju	Assistente Administrativo	30
Itai	Piraju	Atendimento e Recepção	30
Sorocaba	Salto	Assistente Administrativo	30
Sorocaba	Salto	Aux. de Departamento Pessoal	30
Sorocaba	Sorocaba	Aux. de Departamento Pessoal	30
Sorocaba	Sorocaba	Assistente Administrativo	30
Sorocaba	Sorocaba	Atendimento e Recepção	30
Campinas	Bragança Paulista	Assistente Administrativo	30
Campinas	Bragança Paulista	Aux. de Departamento Pessoal	30
Campinas	Bragança Paulista	Atendimento e Recepção	30
Subsede Itai	Avaré	Assistente Administrativo	30
Subsede Itai	Avaré	Aux. de Departamento Pessoal	30
Subsede Itai	Iaras	Assistente Administrativo	30
Subsede Itai	Iaras	Aux. de Departamento Pessoal	30
Subsede Itai	Itaporanga	Assistente Administrativo	30
Subsede Itai	Itaporanga	Aux. de Departamento Pessoal	30
Subsede Itai	São Manuel	Assistente Administrativo	30
Subsede Itai	São Manuel	Aux. de Departamento Pessoal	30
Subsede Itai	Sarutaiá	Técnicas de Vendas	30
Subsede Itai	Sarutaiá	Operador de Caixa	30
Subsede Sorocaba	Alumínio	Técnicas de Vendas	30
Subsede Sorocaba	Alumínio	Assistente Administrativo	30
Subsede Sorocaba	Alumínio	Aux. de Departamento Pessoal	30
Subsede Sorocaba	Bom Sucesso Do Itararé	Operador De Caixa	30
Subsede Sorocaba	Bom Sucesso Do Itararé	Assistente Administrativo	30
Subsede Sorocaba	Bom Sucesso Do Itararé	Aux. de Departamento Pessoal	30
Subsede Sorocaba	Buri	Assistente Administrativo	30
Subsede Sorocaba	Buri	Técnicas de Vendas	30
Subsede Sorocaba	Buri	Operador de Caixa	30
Subsede Sorocaba	Piracaia	Aux. de Departamento Pessoal	30
Subsede Sorocaba	Piracaia	Técnicas de Vendas	30
Subsede Sorocaba	Piracaia	Assistente Administrativo	30
Subsede Sorocaba	São Miguel Arcanjo	Assistente Administrativo	30
Subsede Botucatu	São Miguel Arcanjo	Técnicas de Vendas	30
Subsede Botucatu	São Miguel Arcanjo	Aux. de Departamento Pessoal	30
Subsede Botucatu	Tatuí	Assistente Administrativo	30
Subsede Botucatu	Tatuí	Aux. de Departamento Pessoal	30
			1620

INSTITUIÇÃO: Instituto Aloés Treinamentos – **ALOÉS** (Campinas)

Forma de Contratação: PREGÃO ELETRONICO

Número do Pregão: 019/2016

Número do Contrato: 020/2016

Vigência: 01/12/2016 A 30/11/2017 – 01/12/2017 a 30/11/2018 (2º termo aditivo)

Valor: 2.187.375,00

Região de Campinas			
Município	Região Administrativa	Cursos	Nº de Vagas
Jundiaí	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
Jundiaí	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
Jundiaí	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Indaiatuba	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
Indaiatuba	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
Campinas	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
Campinas	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
Campinas	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
Piracicaba	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
Piracicaba	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
Piracicaba	Região Administrativa de Campinas	Atendimento e Recepção	30
Piracicaba	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
Araras	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
Araras	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
Araras	Região Administrativa de Campinas	Atendimento e Recepção	30
Várzea Paulista	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
Várzea Paulista	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Monte Mor	Região Administrativa de Campinas	Eletricista Instalador Residencial	30
Monte Mor	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
São Pedro	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
São Pedro	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
São Pedro	Região Administrativa de Campinas	Atendimento e Recepção	30
Jundiaí	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
Jundiaí	Região Administrativa de Campinas	Atendimento e Recepção	30
Jundiaí	Região Administrativa de Campinas	Operador de Caixa	30
Bragança Paulista	Região Administrativa de Campinas	Atendimento e Recepção	30
Bragança Paulista	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
Atibaia	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Atibaia	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
Nazaré Paulista	Região Administrativa de Campinas	Atendimento e Recepção	30
Nazaré Paulista	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
Piracicaba	Região Administrativa de Campinas	Operador de Caixa	30
Piracicaba	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
Piracicaba	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
Piracicaba	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Piracaia	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30

Região de Campinas			
Município	Região Administrativa	Cursos	Nº de Vagas
Piracaia	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
Mogi Mirim	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
Mogi Mirim	Região Administrativa de Campinas	Atendimento e Recepção	30
Louveira	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Louveira	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
Itupeva	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Itupeva	Região Administrativa de Campinas	Atendimento e Recepção	30
Cabreuva	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
Monte Mor	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Monte Mor	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
Piracicaba	Região Administrativa de Campinas	Operador de Caixa	30
Piracicaba	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
Piracicaba	Região Administrativa de Campinas	Atendimento e Recepção	30
Piracicaba	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Piracaia	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	29
Piracaia	Região Administrativa de Campinas	Operador de Caixa	30
Mogi Mirim	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
Mogi Mirim	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Hortolândia	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
Hortolândia	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Itupeva	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Itupeva	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Cabreuva	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	Aux. de Departamento Pessoal
Cabreuva	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Iracemápolis	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Iracemápolis	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
Piracicaba	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Piracicaba	Região Administrativa de Campinas	Operador de Caixa	30
Piracicaba	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Piracicaba	Região Administrativa de Campinas	Operador de Caixa	30
Limeira	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Limeira	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
Limeira	Região Administrativa de Campinas	Atendimento e Recepção	30
Mogi Guaçú	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Mogi Guaçú	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
Mogi Mirim	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
Rio Claro	Região Administrativa de Campinas	Assistente Administrativo	30
Rio Claro	Região Administrativa de Campinas	Aux. de Departamento Pessoal	30
Rio Claro	Região Administrativa de Campinas	Técnicas de Vendas	30
			2248

INSTITUIÇÃO: Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Cultura – FATEPEC

Forma de Contratação: PREGÃO ELETRONICO

Número do Pregão: 020/2016

Número do Contrato: 017/2016

Vigência: 01/12/2016 A 30/11/17 – 01/12/17 a 31/05/18 – 1º Termo aditivo – prazo de execução

Valor: 1.786.200

São José do Rio Preto e Santos			
Municípios	Região	Cursos	Vagas
Baixada Santista	Bertioga	Assistente Administrativo	30
Baixada Santista	Bertioga	Atendimento e Recepção	30
Baixada Santista	Cubatão	Porteiro	30
Baixada Santista	Cubatão	Assistente Administrativo	30
Baixada Santista	Cubatão	Assistente Administrativo	30
Baixada Santista	Guarujá	Assistente Administrativo	30
Baixada Santista	Guarujá	Atendimento e Recepção	30
Baixada Santista	Itanhaém	Técnicas de Vendas	30
Baixada Santista	Itanhaém	Porteiro	30
Baixada Santista	Itanhaém	Porteiro	30
Baixada Santista	Peruíbe	Assistente Administrativo	30
Baixada Santista	Peruíbe	Assistente Administrativo	30
Baixada Santista	Peruíbe	Porteiro	30
Baixada Santista	Praia Grande	Cuidador De Idosos	30
Baixada Santista	Praia Grande	Cuidador De Idosos	30
Baixada Santista	Praia Grande	Porteiro	30
Baixada Santista	Praia Grande	Assistente Administrativo	30
Baixada Santista	Santos	Porteiro	30
Baixada Santista	Santos	Assistente Administrativo	30
Baixada Santista	Santos	Assistente Administrativo	30
São José Dos Campos	Caraguatatuba	Atendimento e Recepção	30
São José Dos Campos	Caraguatatuba	Camareiro	30
São José Dos Campos	Caraguatatuba	Camareiro	30
São José Dos Campos	Ilhabela	Porteiro	30
São José Dos Campos	Ilhabela	Atendimento e Recepção	30
São José Dos Campos	Ilhabela	Assistente Administrativo	30
São José Dos Campos	São Sebastião	Atendimento e Recepção	30
São José Dos Campos	São Sebastião	Atendimento e Recepção	30
São José Dos Campos	São Sebastião	Porteiro	30
			870

Na mesma vertente, o Time do Emprego, Programa do Governo do Estado de São Paulo, desenvolvido pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – SERT, através da Coordenação de Políticas de Emprego e Renda – CPER, com o objetivo de orientar e preparar os trabalhadores desempregados para enfrentar os desafios dos processos seletivos, quando estão em busca de oportunidades de trabalho compatíveis com seus interesses, habilidades, competências pessoais e qualificação profissional

O Time do Emprego tem como foco central a orientação profissional e reorientação de carreira, que tem por objetivo auxiliar trabalhadores desempregados na busca por uma colocação no mercado de trabalho, proporcionando aos participantes a ampliação de seus conhecimentos sobre as diversas formas e condições de buscar um emprego ou criar o próprio posto de trabalho.

Atualmente, temos um novo foco de abordagem do Programa, com ênfase nas competências pessoais, na consolidação do desenvolvimento e estruturação psicossocial, elevação da autoestima e o reconhecimento de suas potencialidades.

Como resultado, o programa recoloca, em média, 70% (setenta por cento) dos participantes no mercado de trabalho, sendo salutar verificar que, ao longo dos 12 (doze) encontros, há uma queda na frequência dos participantes, em decorrência da conquista de uma vaga de emprego.

O Time do Emprego é desenvolvido em parceria com as prefeituras, às quais cabe fornecer o espaço para a realização dos encontros, auxílio transporte e lanche para os participantes, além da disponibilização de dois funcionários, capacitados pela SERT – Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho, para atuarem como facilitadores.

Os participantes formam um grupo para troca de experiências e durante esses encontros recebem orientações sobre a elaboração de currículo, preparação para entrevista e processos seletivos, postura, apresentação pessoal e a conhecerem a si mesmos, suas habilidades e competências, a desenvolverem o espírito empreendedor e estabelecerem metas de trabalho e de vida.

Por meio do trabalho, da ação, as pessoas modificam o mundo a realidade onde vivem.

O trabalho, acima de tudo, propicia o desenvolvimento humano e social. Se pudermos nos expressar, contribuir para a construção de um mundo melhor, sentir que estamos fazendo a nossa parte, através de um trabalho, temos a forte sensação de estar cumprindo nossa missão.

Pensando sob esta perspectiva e constatando as transformações que geram diminuição de postos de trabalho em razão da situação econômica, inovações tecnológicas, do alto valor do conhecimento, do maior número de jovens que hoje buscam uma oportunidade no mundo do trabalho o Time do

Emprego é um programa que se propõe a apoiar e promover a reintegração do trabalhador.

A meta do Programa Time do Emprego é alcançar o número de 12.000 (doze mil) Times ao ano e realizar capacitações de novos Facilitadores nas 21 (vinte e uma) Regiões Administrativas subdivididas do Estado de São Paulo.

A proposta do Programa Time do Emprego envolve 12 encontros semanais, com grupos de 20 a 25 trabalhadores desempregados, jovens que buscam o primeiro emprego, com idade maior ou igual a 16 anos. Esses grupos, de acordo com a metodologia do Time do Emprego, são denominados “times, porque todos se ajudam na busca pelo emprego a partir da troca de experiência e auxílio mútuo”.

O conteúdo do Programa Time do Emprego abrange os seguintes temas:

- ✓ Orientação sobre o Programa
- ✓ Quem sou Eu – minhas habilidades e competências pessoais
- ✓ Desenvolvimento do currículo
- ✓ Formulário de solicitação de Emprego e Entrevista
- ✓ Técnicas da procura de emprego
- ✓ Este emprego é para mim
- ✓ Mantendo-me saudável
- ✓ Testes aplicados pelos empregadores
- ✓ Planejamento financeiro
- ✓ Trabalho por conta própria

Para participar do Programa Time do Emprego os interessados deverão estar desempregados, a partir de 16 anos e se inscrever em seus municípios, de acordo com o local indicado na divulgação, mediante a apresentação de documentos pessoais (RG, CPF e Carteira de Trabalho). Longe de um viés assistencialista, o Time do Emprego se propõe a ajudar os trabalhadores a se valorizarem, a estabelecer e cumprir metas pessoais e profissionais, a conquistar seu lugar no mundo do trabalho, adquirindo conhecimentos e autoconfiança que os acompanhará para muito além do emprego.

Desempenho do Programa Time do Emprego do Estado

Período: Janeiro a Novembro De 2017

Municípios com Adesão ao Programa	Nº Municípios Contemplados	Times Executados	Nº de Facilitadores no Estado	Nº de Participantes		Nº de Trabalhadores Inseridos
				Homens	Mulheres	
399	169	602	770	5.340	7.725	1.828

Cenário Geral do Programa Time do Emprego

Mês	Número de Times Executados	Número de Municípios	Número de Participantes	Número e Participantes em Situação de Vulnerabilidade Social (Fundação Casa)	Mulheres	Homens	Número de Inseridos	% de Inseridos
Jan.	21	15	521	48	295	226	44	9%
Fev.	28	16	570	58	323	247	68	14%
Mar.	33	25	775	0	462	313	165	22%
Abr.	54	39	1.217	28	725	492	174	16%
Mai.	78	39	2.023	0	1.301	722	254	13%
Jun.	51	37	1.133	34	704	429	137	14%
Jul.	82	55	1.102	483	373	729	156	30%
Ago.	68	44	1.681	0	1.017	664	156	10%
Set.	70	50	1.484	68	920	564	192	16%
Out.	57	43	1.203	17	748	455	201	21%
Nov.	60	43	1.356	0	857	499	281	24%
Dez.	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	602	406	13.065	736	7.725	5.340	1.828	

Ação 5044 - Intermediação de Mão-de-obra – IMO

A COP – Coordenação de Operações tem por atribuições coordenar e controlar a operacionalização dos planos e serviços executados nos PAT's – Posto de Atendimento ao Trabalhador, através dos Centros Regionais, bem como sua implantação ou extinção.

É de nossa competência o acompanhamento do resultado das ações executadas e a coleta de dados estatísticos de desempenho para prestar informações ao MTE - Ministério do Trabalho e Emprego.

Executar a elaboração de planos de trabalho junto a outras Coordenações de Políticas Públicas de Emprego, estabelecendo convênios e parcerias.

Postos de Atendimento ao Trabalhador

Os PAT's – Postos de Atendimento ao Trabalhador são centros de referência das políticas públicas de geração de emprego e renda do Estado de São Paulo.

Serviços Prestados nos PAT's - Posto de Atendimento ao Trabalhador

Intermediação de Mão de Obra; PADEF - Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência; Emissão de Carteira de Trabalho; Qualificação Profissional; Seguro Desemprego; Time do Emprego; Aprendiz Paulista; Jovem Cidadão; Banco do Povo e Pró-Egresso.

Treinamento e Acompanhamento:

A equipe de Treinamento e Acompanhamento da COP realizou, *in loco*, o treinamento do Sistema Intermediação de Mão de Obra e Seguro Desemprego para todos os funcionários dos Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT e com todos os 21 (vinte e um) Centros Regionais.

Termos de Cooperação Técnica:

As parcerias entre a SERT – Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho e as Prefeituras e demais entidades são formalizadas por meio de Termo de Convênio (anteriormente chamados Termo de Cooperação Técnica), que permitem a ininterruptão e melhoria da qualidade no atendimento, atuando em convergência para facilitar a inserção do cidadão no mercado de trabalho.

A execução das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda abrange o Programa Intermediação de mão de obra, o Programa Seguro-Desemprego, a Emissão de Carteira de Trabalho.

A IMO – Intermediação de Mão-de-obra é uma ação que objetiva o atendimento ao trabalhador, propiciando condições para que o cidadão dê entrada ao seguro-desemprego, receba orientações e encaminhamento ao emprego. O Programa Intermediação de Mão-de-Obra é desenvolvido nos Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT's instalados nos Municípios do Estado de São Paulo e ligados diretamente à COP - Coordenação de Operações da SERT – Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho.

Dados da IMO – Intermediação de Mão-de-obra – 2017

Ano Referência	Número De Vagas Criadas	Novos Inscritos	Encaminhados	Colocados
2017*	161.206	826.685	593.398	68.066

*dados atualizados até 30/11/2017

*Aguardando a contabilização e fechamento do mês de dezembro

O Apoio à Pessoa com Deficiência tem como objetivo encaminhar trabalhadores com deficiência para oportunidades de emprego, bem como cursos de qualificação profissional.

Ademais, é administrado pela SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, funcionando desde 1995 nos Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT e nas unidades do Poupa Tempo.

Valioso ressaltar que além de proporcionar às pessoas com deficiência à obtenção e a manutenção do emprego, auxilia no cumprimento do artigo 93, da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, que determina cotas de contratação a serem cumpridas pelas empresas.

Dados de atendimento em 2017

Inscritos	Encaminhados	Nº De Vagas Que Aceitam Pcd*	Nº de Vagas Exclusiva para Pcd*	Inseridos
2.979	18.027	13.789	10.301	1.660

*PCD – Pessoas Com Deficiência

O Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário – PRÓ-EGRESSO instituído através do Decreto nº 55.125/09 e nº 55.126, ambos de 07 de dezembro de 2009, tem como objetivo a reintegração social do público egresso e pré-egresso, através da preparação dos indivíduos e da criação de oportunidades depois de cumprimento das medidas punitivas.

Vale dizer, tem como público alvo, adolescentes que cumprem medida socioeducativa, egressos do sistema prisional, presos em unidades de regime semi-aberto e apenados com restrição de direitos.

Outrossim, prevê ações conjuntas entre a SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, por meio da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP, oferecendo cursos de qualificação profissional e intermediação de vagas de trabalho para egressos.

Dados de atendimento em 2017

Egressos Inseridos No Mercado De Trabalho	Regime Semi Aberto Atendidos Pelo Programa Frente De Trabalho
268	1.776

Ação 6109 - Programa Emergencial de Auxílio Desemprego – PEAD – Frentes de Trabalho

A Ação denominada “Frentes de Trabalho”, também conhecida como PEAD “Programa Emergencial de Auxílio Desemprego” foi instituída pela Lei Estadual nº 10.321 de 08, de junho de 1999 e regulamentado pelos Decretos nº 44.034/99; nº 44.731/00; nº 47.765/03 e nº 49.017/04. Com alterações posteriores através das Leis nº 10.618/00; nº 10.852/01 e nº 11.271/02.

Quanto a sua finalidade, visa proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda a parte da população desempregada e em situação de alta vulnerabilidade social.

Para tanto, os bolsistas atendidos prestam serviços auxiliares de interesse da comunidade local, do Município ou do Estado. Sendo que, os bolsistas permanecem por um período máximo de 09 (nove) meses, recebendo mensalmente bolsa-auxílio no valor de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), cesta alimentação no valor de R\$ 86,00 (oitenta e seis reais), transporte e cobertura de seguro de acidentes pessoais. A jornada de atividades é de 06 (seis) horas diárias, 04 (quatro) dias por semana e 150 (cento e cinquenta) horas de qualificação profissional ou alfabetização, quando necessário.

Dados de atendimento em 2017

Benefícios Bolsa Auxílio Pagos	Municípios Atendidos
11.028	73

Ação 6153 - Programa Jovem Cidadão – Aprendiz Paulista

Trata-se de uma ação que, instituída pelo Governo do Estado de São Paulo através do Decreto nº 44.860, de 27 de abril de 2000, e reformulado pelos Decretos nº 45.761/2001 e nº 53.807/2008, realiza a intermediação entre empresas e jovens, estes entre 16 e 21 anos, buscando oferecer a primeira experiência profissional no mercado de trabalho, através de um estágio remunerado, cabendo à empresa o valor mínimo de R\$ 3,13 (três reais e treze centavos) por hora, e ao Governo o valor fixo de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) mensais.

Ademais, tem como fim reduzir a vulnerabilidade juvenil; oferecer experiência profissional; estimular o interesse pelos estudos; melhorar o desempenho escolar e a autoestima do jovem.

Dados de atendimento em 2017

Jovens Inscritos	Jovens Encaminhados	Vagas Captadas	Jovens Inseridos
27.804	8.888	3.258	3.635

Ação instituída pelo Decreto nº 54.695, de 20 de agosto de 2009, tem como finalidade proporcionar a inserção do jovem no mercado de trabalho e, por consequência, combater o desemprego que está diretamente ligado à falta de experiência profissional.

Atua sob a coordenação da SERT – (Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho) em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento e em parceria com o Centro Paula Souza, na intermediação entre a busca por um trabalho técnico-profissional e o preenchimento das vagas para aprendizes, ofertadas pelo empregador. Por fim, o custo do Aprendiz Paulista para a empresa é de um salário mínimo/hora e todos os benefícios garantidos pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Sem

contar que além de contribuir com a inserção no mercado de trabalho, a empresa também passa a atender ao disposto no artigo 429, da CLT, o qual estabelece a quota legal mínima de contratação de aprendizes.

Com a extinção do Programa 2309, as Ações foram incorporadas pelo Programa 2302, e as ações foram redistribuídas.

Agora acompanha a Ação 6153.

Ação não orçamentária.

Dados de atendimento em 2017

Aprendizes Inscritos	Aprendizes Encaminhados	Vagas Captadas	Aprendizes Inseridos
2.974	2.602	1.722	1.722

Programa 2308 – Relações do Trabalho e Empreendedorismo

Ação 4225 – Programa Banco do Povo Paulista

É uma ação de microcrédito produtivo desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo, através da SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, em parceria com as Prefeituras Municipais, visando promover geração de emprego e renda conforme disposições previstas na Lei Estadual nº 9.533, de 30 de abril de 1997 e no Decreto Estadual nº 43.283, de 3 de julho de 1998.

Vale dizer, oferece financiamentos para empreendedores de micros e pequenos negócios, para capital de giro e investimento fixo, como forma de viabilizar o desenvolvimento social/econômico local, bem como geração de renda e empregos.

A implantação do programa é feita por meio de parcerias com os Municípios, em que o Estado participa com 90% (noventa por cento) dos recursos financeiros para a constituição do Fundo de Investimento de cada Município, seleciona e treina os Agentes de Crédito, gerencia e supervisiona as atividades operacionais da unidade. É de responsabilidade dos Municípios parceiros disponibilizarem o espaço físico, infraestrutura, recursos humanos e manutenção da Unidade local, além da participação financeira de 10% (dez por cento) do Fundo Municipal.

Ademais, tem como público alvo os empreendedores formais ou informais, urbanos e rurais, micro empreendedores individuais, produtores rurais, cooperativas e associações de produção formalmente constituídas.

Por fim, atualmente, 544 (quinhentos e quarenta e quatro) Municípios são atendidos com o Banco do Povo Paulista, abrangendo cerca de 85% (oitenta e cinco por cento) do Estado de São Paulo. Para obter o financiamento é necessário, primeiramente, verificar se o município é contemplado com o Banco do Povo Paulista e se o interessado atende aos requisitos exigidos pelo Programa. O empreendedor interessado pode localizar o endereço da unidade mais próxima ou até mesmo solicitar crédito pelo site www.bancodopovo.sp.gov.br.

Requisitos exigidos:

Desenvolver atividade produtiva (formal ou informalmente) nos municípios contemplados pelo BPP – Banco do Povo Paulista;

Se pessoa física, residir no mesmo município há mais de 2 (dois) anos ou possuir negócio há mais de 2 (dois) anos com endereço fixo no município contemplado pelo BPP – Banco do Povo Paulista;

Se pessoa jurídica, não há restrição de tempo de residência;

Ter faturamento bruto de até R\$ 360 (trezentos e sessenta) mil, nos últimos 12 (doze) meses;

Não possuir restrições cadastrais no SCPC - (Serviço Central de Proteção ao Crédito), SERASA – (Centralização de Serviços dos Bancos) e CADIN – (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais).

Garantias exigidas:

Avalista (pessoa física, sem restrição cadastral, podendo ser parente de 1º grau); e

Alienação fiduciária (para os itens descritos na modalidade investimento fixos com alienação fiduciária).

Tipos de financiamentos:

Capital de Giro;

Investimento Fixo;

Misto (Capital de Giro + Investimento Fixo).

Linhas de crédito:

Pessoa Física – quem trabalha por conta própria: de R\$ 200,00 até R\$ 5.000,00;

Pessoa Física – produtor rural: de R\$ 200,00 até R\$ 20.000,00;

Pessoa Jurídica, incluindo microempreendedor individual: de R\$ 200,00 até R\$ 20.000,00;

Cooperativas e Associações Produtivas: de R\$ 200,00 até R\$ 25.000,00.

Taxa de juros e encargos:

Juros pré-fixados de 0,35% ao mês;

Comissão de permanência: 2,5% ao mês (sobre parcela em atraso);

TAC – Taxa de Abertura de Crédito: 1%;

IOF – Imposto sobre Operações Financeiras: Isento.

Municípios beneficiados pelo Banco do Povo em 2017

ANO REFERÊNCIA	Quantidade de Municípios CONTEMPLADOS	Quantidade de Municípios DESABILITADOS
2017*	08	07

Resultado do Banco do Povo – 2017

Ano Referência	Número De Operações	Recursos Emprestados (R\$)	Valor Médio Para Empréstimo
2017*	26.147	R\$162.869.364,45	R\$6.229,00

*dados atualizados até 13/12/2017

Inaugurações:

Setembro/2017: Município de **Buri** (RA Sorocaba)

Novembro/2017: Município de **Herculândia** (RA Marília)

Novembro/2017: Município de **São Vicente** (RA Baixada Santista)

Novembro/2017: Município de **São Paulo** (Bairro Grajaú/Capital)

Ação 4227 – Promoção do Emprego e Trabalho

A Secretaria do Emprego e das Relações do Trabalho vem desenvolvendo ações e projetos voltados para o Trabalho Decente, com o objetivo de que o mesmo seja reconhecido como um de seus programas.

O programa se trata da aplicação da política do Trabalho Decente, conforme as orientações da Organização Internacional do Trabalho, que visa a execução de ações que tenham como foco a disseminação do conceito de Trabalho Decente em encontros, capacitações e conferências voltados aos jovens, aos representantes sindicais, patronais, gestores públicos e trabalhadores no geral. O programa também subsidia a execução da Agenda Estadual de Emprego e Trabalho Decente que é desenvolvida pela Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente, coordenada pela Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho e formada por secretarias estaduais, sindicatos e federações patronais, sendo a mesma instituída via decreto 59.526/2013 do Governador.

Principais objetivos do Programa do Trabalho Decente são:

Coordenar a Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente e executar a Agenda Estadual de Emprego e Trabalho Decente;

Diplomar Empresas em Boas Práticas de Trabalho Decente - Selo Social com Creditação Internacional voltado para empresas privadas, que alcancem no mínimo 70% dos indicadores da Organização Internacional do Trabalho, avaliados por auditores treinados.

O programa Trabalho Decente é Instituído pelo PPA / LDO / LOA do Governo do Estado de São Paulo. Para o ano de 2016 temos: LEI Nº 16.083, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Diplomação em Boas Práticas de Trabalho Decente

O Objetivo desta ação é disseminar o conceito do Trabalho Decente dentro do mundo corporativo das empresas privadas, capacitando os seus gestores sobre o tema e certificando as boas práticas de trabalho desenvolvidas, como: igualdade de gênero e raça, erradicação do trabalho escravo e infantil, jornada de trabalho, formalização, inserção das pessoas com deficiência, entre outros.

Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente

Foram realizadas reuniões mensais e semanais dos grupos de trabalho da Comissão Estadual de Trabalho Decente e foi finalizado a Agenda e o Plano Estadual de Trabalho Decente, em consonância as atribuições dispostas no Decreto 59.526/2013 do Governador.

Foram realizadas neste: treze reuniões Ordinária e cinco reuniões Extraordinária da Comissão Estadual de Trabalho Decente.

Três reuniões Ordinárias do Grupo de Trabalho 1 - Educação e Qualificação Profissional da Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente de São Paulo.

Quatro reuniões Ordinárias do Grupo de Trabalho 2 - Geração de Emprego com Igualdade de Oportunidades da Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente de São Paulo.

Três reuniões Ordinárias do Grupo de Trabalho 3 – Erradicação do Trabalho Escravo, Infantil e as formas mais aviltantes de trabalho da Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente de São Paulo.

Três reuniões Ordinárias do Grupo de Trabalho 4 – Geração de Mais e Melhores Empregos da Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente de São Paulo.

Participação do Trabalho Decente em Conselhos e Comissões

O Programa Trabalho Decente representou a SERT neste ano:

Conselho da Condição Feminina: Participamos de seis reuniões e um evento;

Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo: Participamos de três reuniões e um evento;

Comitê intersecretarial dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Participamos de uma reunião;

Comissão de Erradicação do Tráfico de Pessoas: Participamos de três reuniões;

Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil: Participamos de três reuniões;

Conselho de Segurança Alimentar: Participamos de quatro reuniões;

Conselho do Idoso: Participamos de nove reuniões.

Convites externos para divulgação do Trabalho Decente

Palestra na Web conferência: Diálogos sobre ações Intersetoriais de combate ao trabalho infantil realizada pela Secretaria de Saúde.

Palestras na Universidade Cruzeiro do Sul sobre Trabalho Decente.

Palestra na Faculdade de São Paulo sobre as ações da Comissão Estadual de Trabalho Decente.

Palestra na Universidade Anhembi Morumbi sobre a Agenda Estadual de Trabalho Decente.

Convite para divulgação das ações de Trabalho Decente do Estado de São Paulo como modelo a ser aplicado no Pará para a Oficial da Organização Internacional do Trabalho, Sra. Patrícia Lima.

Entrevista para a Imprensa Oficial do Governo do Estado sobre as ações de combate ao trabalho infantil da Estadual de Trabalho Decente.

Fórum Social Mundial Porto Alegre – O Programa Trabalho Decente foi convidado para participar da Oficina sobre Economia Solidária no Seminário Mundo do Trabalho.

Programa Fala que eu te escuto – Rede Record – O Programa Trabalho Decente foi convidado para se posicionar sobre o tema do trabalho escravo na área da confecção, sendo transmitido em rede nacional.

Programa de rádio Pró-Trabalhador - O Programa Trabalho Decente foi convidado para se posicionar sobre o tema da inserção de egressos e moradores de rua no mercado de trabalho, além de políticas contra o trabalho escravo e infantil.

Trabalho e Renda no âmbito do Sistema Prisional na perspectiva da Economia Solidária – Participação do Programa Trabalho Decente na mesa de atividade de sensibilização sobre Trabalho e Renda no âmbito do sistema prisional na perspectiva da Economia Solidária e discuti sobre o

CADSOL e as experiências em curso e como potencializar ações de ECOSOL no sistema prisional para que possam contemplar pessoas presas, egressas e familiares.

Os Impactos das Reformas na Inclusão de Trabalhadores com Deficiência e a Importância dos Direitos Humanos para a Sociedade - realizado na sede da força sindical. O Programa Trabalho Decente foi convidado para se posicionar sobre o tema.

Ação 4248 - Orientação ao Trabalhador

A Carteira de Trabalho é um dos únicos documentos a reproduzir a vida funcional do trabalhador. Assim, garante o acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, benefícios previdenciários e FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Quanto à emissão, pode ser realizada também nos Postos de Atendimento ao Trabalhador que, no Estado de São Paulo, atualmente conta com o número de **205** (duzentos e cinco) Postos e **59** (cinquenta e nove) Poupatempos. Sendo que, portando os documentos necessários o cidadão já sai do referido posto ou poupatempo, portando sua carteira de trabalho.

Situação Atual: 205 PAT's e 59 Poupatempos

Dados Carteira de Trabalho – 2017

Ano Referência	Número De Carteiras De Trabalho Emitidas
2017*	846.223

*dados atualizados até 30/11/2017

*Aguardando a contabilização das carteiras emitidas no mês de dezembro

Dados Seguro Desemprego – 2017

Ano Referência	Número de Requerentes	Número De Beneficiados
2017*	1.443.490	1.212.363

*dados atualizados até 30/11/2017

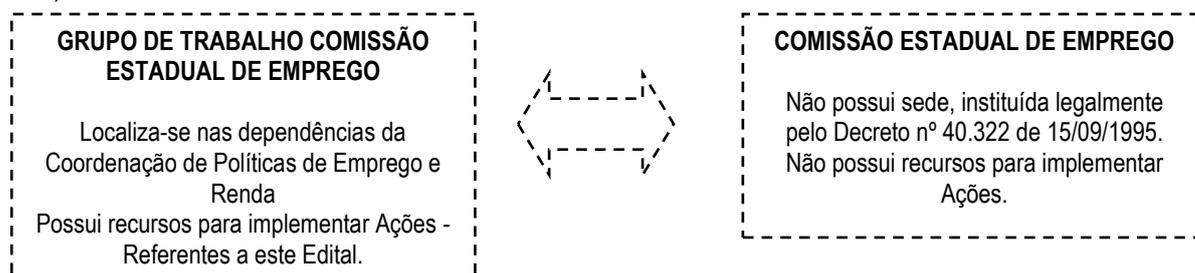
*Aguardando a contabilização e fechamento do mês de dezembro

Ação 4254 - Comissões de Emprego

A CEE - Comissão Estadual de Emprego, regida pela resolução nº 80, de 19 de Abril de 1995 e pelo Decreto n.º 40.322, de 15 de Setembro de 1995, é formada, atualmente, por 15 (quinze) Conselheiros efetivos com respectivos suplentes. Tem por atribuição estimular e aprovar a criação de comissões tripartite de emprego nos municípios paulistas, assim como colaborar na definição e no desenvolvimento de políticas públicas locais de trabalho, emprego e renda.

A relação da SERT – Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho com as CME - Comissões Municipais de Emprego permite que o cronograma de trabalho das atividades da secretaria seja elaborado a partir das demandas apresentadas pelos municípios, resultando em programas capazes de conciliar abrangência geográfica e atenção às necessidades locais.

A Comissão Estadual de Emprego não possui espaço próprio. Quando das reuniões ou atividades relativas ao seu Regimento, utiliza espaços diversos conseguidos através de parcerias obtidas pela Equipe da SERT. A ação Comissão Estadual de Emprego da SERT possui seis funcionários, sendo: um Chefe e cinco Técnicos. Estas pessoas são funcionários da SERT nesta ação que apóia a COMISSÃO ESTADUAL DE EMPREGO em todo o Estado de São Paulo. Não podemos confundir esta ação que é de gestão da SERT com a COMISSÃO ESTADUAL DE EMPREGO (instituída por decreto).



Legislação – Atribuição

- DEC nº 40.322 de 15/09/1995 ART 2
- DEC nº 41.831 de 03/06/1997 ART 1

Legislação – Composição

- DEC nº 53.017 de 20/05/2008 ART 1

Legislação

- DEC nº 40.322 de 15/09/1995

Institui a Comissão Estadual de Emprego, no âmbito do Sistema Público de Emprego, e dá providências correlatas.

- DEC nº 41.831 de 03/06/1997

Altera a redação de dispositivos que especifica do Decreto nº 40.322, de 15 de setembro de 1995.

- DEC nº 43.422 de 01/09/1998

Reorganiza a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho e dá providências correlatas.

- DEC nº 53.017 de 20/05/2008

Altera a redação do artigo 3º do Decreto nº 40.322, de 15 de setembro de 1995, modificado pelo Decreto nº 41.831, de 3 de junho de 1997, que institui a Comissão Estadual de Emprego, no âmbito do Sistema Público de Emprego, e dá providências correlatas

COMPOSIÇÃO DA CEE:

A Comissão Estadual de Emprego – CEE é composta de 15 membros efetivos e 15 membros suplentes.

Relatório das Atividades da Comissão Estadual de Emprego

De Janeiro a Dezembro De 2017

Data	Tipo De Evento	Local	nº Participantes	Municípios Presentes	Resultados
09/02/2017	Reunião Ordinária da CEE - aberta a convidados	SERT / São Paulo	08 conselheiros e 115 convidados	51	Atividade extra: Palestra Viviani Greer / SRTE - "Economia Solidária no Est. de SP"
09/03/2017	Reunião Ordinária da CEE - Fechada, só para conselheiros	SERT / São Paulo	10 Conselheiros	3	
06/04/2017	Reunião Ordinária da CEE - Fechada, só para conselheiros	SERT / São Paulo	09 Conselheiros	2	
11/05/2017	Reunião Ordinária da CEE - aberta a convidados	Sindicato dos Metalúrgicos / São Paulo	08 conselheiros e 51 convidados	30	Atividade extra: Palestra Thiago Santana - Fecomercio "Economia Brasileira e Paulista".
08/06/2017	Reunião Ordinária da CEE - Fechada, só para conselheiros	SERT / São Paulo	06 Conselheiros	2	Reunião Cancelada por falta de quórum
13/07/2017	Reunião Ordinária da CEE - Fechada, só para conselheiros	SERT / São Paulo	09 Conselheiros	3	Posse do novo Presidente, Eufrozino Pereira / SERT

Data	Tipo De Evento	Local	nº Participantes	Municípios Presentes	Resultados
10/08/2017	Reunião Ordinária da CEE - aberta a convidados	Sede da Força Sindical	03 Conselheiros e 65 convidados	32	Atividade extra: Palestra Drª Paula Montaigner/ Seade "O Mercado de Trabalho Paulista"
14/09/2017	Reunião Ordinária da CEE - Fechada, só para conselheiros	SERT / São Paulo	07 Conselheiros	3	
03/10/2017	Reunião Ordinária da CEE - Fechada, só para conselheiros	SERT / São Paulo	03 Conselheiros	2	Reunião Cancelada por falta de quórum
09/11/2017	Reunião Ordinária da CEE - aberta a convidados	Federação dos Metalúrgico s do Estado de São Paulo	05 Conselheiros e 23 convidados	14	Atividade extra: Palestra Alliny Sartori / Ibitinga "A Juventude e a Inserção no Mercado de Trabalho"
10/12/2017	Reunião Ordinária da CEE - aberta a convidados	Sede da Fecomercio	07 Conselheiros e 122 convidados	43	Atividade extra: Palestra Thiago Santana - Fecomercio "Indicadores Economicos e perspectivas para 2018"

Observações:

- 1) Por orientação da Secretaria de Planejamento e Gestão alguns Programas e suas respectivas Ações foram reorganizadas;
- 2) Consta no SIAFEM Ações com recurso inscritos em Restos a Pagar que serão atualizados e cancelados e outras que não estão mais vigentes Programa 2309 e 2310, e a Ação 5033;
- 3) As Ações não orçamentárias 6107, 6108, 6110 e 6111 foram agrupadas a outras Ações orçamentárias;

SECRETARIA DE ENERGIA E MINERAÇÃO

Secretaria de Energia e Mineração

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

49000 - Secretaria de Energia e Mineração

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	37.409.421,00	37.318.421,00	31.860.304,34	0,00	31.860.304,34	26.348.138,07
Pessoal e Encargos Sociais	3.156.868,00	3.005.868,00	2.963.544,09	0,00	2.963.544,09	2.972.578,69
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	34.252.553,00	34.312.553,00	28.896.760,25	0,00	28.896.760,25	23.375.559,38
Despesas de Capital	2.010,00	2.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	37.411.431,00	37.320.431,00	31.860.304,34	0,00	31.860.304,34	26.348.138,07

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

49000 - Secretaria de Energia e Mineração

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participação Societária	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4902 - Controle de Cheias do Canal Pinheiros	18.750.000,00	18.750.000,00	15.937.499,96	0,00	15.937.499,96	11.967.364,57
Despesas Correntes	18.750.000,00	18.750.000,00	15.937.499,96	0,00	15.937.499,96	11.967.364,57
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4903 - Promoção do Desenvolvimento Energético e da Indústria Mineral Paulista	18.659.431,00	18.568.431,00	15.922.804,38	0,00	15.922.804,38	14.380.773,50
Despesas Correntes	18.659.421,00	18.568.421,00	15.922.804,38	0,00	15.922.804,38	14.380.773,50
Despesas de Capital	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	37.411.431,00	37.320.431,00	31.860.304,34	0,00	31.860.304,34	26.348.138,07

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programa 0001 - Participação Societária

Ação 1620 – Subscrição de Ações da Companhia Energética de São Paulo – CESP

Ação 1621 – Subscrição de Ações da Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE

Corresponde a inserção no orçamento de valor simbólico para que durante a execução orçamentária do exercício, se possa fazer reforço de dotação, necessário ao aporte de recursos do acionista majoritário destinado ao planejamento, gerenciamento e execução de obras; aquisição de imóveis ou bens de capital, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Programa 4902 – Controle de Cheias do Canal Pinheiros

Ação 2355 – Adequação da Calha do Rio Pinheiros

Realização de despesas com o Convênio celebrado com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia-EMAE, tendo como objeto um termo de cooperação na execução de atividades de manutenção da calha do Rio Pinheiros.

O Plano de Trabalho inicial do Convênio foi baseado num orçamento anual de R\$25milhões. Com as restrições orçamentárias para o ano de 2017, só foram liberados para uso no convênio, **R\$15.937.500,00** e foi necessário a readequação das metas físicas e do orçamento, o que faz parte do Aditivo ao CONVÊNIO, contendo o **Plano de Trabalho-Rev.1**.

Em 2017, foram efetivamente utilizados:

- R\$4,87mi com o serviço de desassoreamento;
- R\$7,91mi com serviços de remoção carga e destinação de vegetação aquática e de detritos flutuantes;
- R\$1,08mi com a manutenção de áreas do canal;
- R\$0,52mi com topografia e ecobatimetria;
- R\$0,12mi com a caracterização dos sedimentos e
- R\$0,00 com manutenção de taludes e desaterro de bota-foras

Perfazendo um total de **R\$14.524.225,66**

Com este total de recursos foram realizadas as seguintes metas físicas:

- 115.453 m³ de material de desassoreamento;
- 3.225,48 ton de remoção de vegetação aquática e de detritos flutuantes;
- 4.670.658 m² de roçagem das margens;
- 50 amostras analisadas num total de 4.300 análises químicas realizadas para a caracterização dos sedimentos

Pode-se afirmar que com a redução de 36,2% do orçamento, os serviços foram reprogramados, de forma a priorizar o bombeamento de água, de forma a permitir eventuais cheias, o que de fato ocorreu neste ano.

Foram retirados 115mil m³ de material de desassoreamento, o que equivale a uma redução de 41,2% da meta original de 200mil m³, uma vez que o serviço de retirada de lixo e vegetação aquática tem que ser realizado na totalidade do que chega às grades, para não impedir o funcionamento das bombas de recalque para a Billings.

Programa 4903 - Gestão da Geração, Fornecimento e Utilização de Energia Elétrica

Ação 5859 - Divulgação de Informações Energéticas

Subsecretaria de Energia Elétrica

A Secretaria de Energia e Mineração – SEEM participa do planejamento de médio e longo prazo para o suprimento de energia elétrica do estado, por meio de atuação junto aos órgãos setoriais e às concessionárias de energia elétrica:

Eficiência Energética

Execução do Programa Estadual de Eficiência e Racionalização do Uso de Energia, conforme decreto nº 45.765.

Gestão de Faturas – GESFAT, entre dez/2011 e o terceiro trimestre de 2017, o acompanhamento dos contratos de fornecimento de energia elétrica dos próprios do Estado, propiciaram uma economia da ordem de R\$ 78,0 milhões.

Elaboração dos Projetos de Eficientização dos Edifícios Públicos e inclusão na Chamada Pública da concessionária AES Eletropaulo, contemplados para execução em 2018, os edifícios Praça Ramos de Azevedo – Em elaboração de edital de licitação (R\$ 1,3 milhão) e Instituto Biológico – Em elaboração de edital de licitação (R\$ 0,9 milhão).

Participação nos encontros entre ECCJ - “Energy Conservation Center, Japan”, técnicos da Secretaria de Energia e Mineração, Ministérios de Minas e Energia – MME e Indústria e Comércio – MDIC e Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel para discussão de metodologias e ações necessárias à implantação de programas de eficiência energética. Tais encontros são parte do programa de cooperação Brasil – Japão, coordenado pelo MME. São Paulo é o único governo estadual participante desse programa.

Lançamento em novembro de 2017, junto ao Centro Paula Souza, do curso para a capacitação de profissionais nível superior (FATEC) do curso de Gestão de Energia e Eficiência Energética. Primeiro desse nível no Brasil.

Lançamento da cartilha “Eficientiza São Paulo” como guia prático para utilização eficiente da energia elétrica encaminhado a todas as Prefeituras do Estado, disponível no site e distribuído em eventos de EE.

Lançamento do Programa Educacional de Eficiência Energética – PEEE Poderes Públicos, em conjunto com a concessionária Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL, que irá proporcionar a capacitação de 250 servidores públicos do Estado de São Paulo nos conceitos de gestão de energia e eficiência energética.

Avaliação técnica dos requisitos necessários à obtenção da linha de crédito LIP – Iluminação Pública de projetos municipais, conforme Protocolo firmado com a Desenvolve-SP. (Presidente Alves, Bom Jesus dos Perdões, Ribeirão Preto, Duartina em 2017).

Celebração de parceria com o Museu Catavento e a ABESCO para implantação de exposição permanente e de equipamentos didáticos ligados aos temas energia elétrica, energia renovável e eficiência energética. Em implantação.

Qualidade de fornecimento de energia elétrica

Atividades voltadas à melhoria da qualidade e continuidade do serviço prestado à população do Estado de São Paulo:

Suprimento de Energia Elétrica ao Estado

A SEEM tem como função o “acompanhamento do planejamento e execução das obras e estudos relacionados ao abastecimento energético para o Estado de São Paulo”, auxiliando órgãos que participam do processo de licenciamento ambiental, questões fundiárias, ocupação e travessias de faixa de domínio de rodovias estaduais, bem como outros que tenham interferência junto aos empreendimentos, visando garantir o planejamento de médio e longo prazo para o suprimento de energia elétrica do Estado.

Participação no planejamento do sistema de transmissão que atende o Estado, junto aos grupos de estudo compostos pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, especialmente o Grupo de Estudos da Transmissão São Paulo (GET/SP), coordenado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

o Estudos:

Concluídos em 2017

- Atendimento à região de Capão Bonito;
- Eliminação de sobrecarga na LT 345 kV Tijuco Preto – Baixada Santista.

Em andamento:

- Reforço da Grande São Paulo;
- Escoamento de potencial de geração fotovoltaica/biomassa na Região de Votuporanga;

- Escoamento de potencial de geração fotovoltaica na Região de Dracena;
- Reforço no sistema de 138 kV – Demais Instalações da Transmissão – DIT;
- Adequação da Linha de Transmissão 138 kV Getulina – Tupã.
- Acompanhamento da execução das obras para o suprimento de energia elétrica do Estado de São Paulo, como segue:
 - Subestação Morro Agudo 500/138 kV (região Ribeirão Preto, Barretos, Franca e escoamento da geração de biomassa da região) – concluída;
 - Subestação Mongaguá novo pátio de 138 kV – concluída;
 - Linha de Transmissão Subterrânea 345 kV Piratininga II – Bandeirantes (obra para reforço e aumento da confiabilidade do fornecimento de energia elétrica para a região Sul da cidade de São Paulo);
 - Subestação Padre Manoel da Nobrega 230/138/88 kV e obras associadas (obra de reforço ao atendimento elétrico para a região do Litoral Sul);
 - Subestação Cônego Rangoni 345/138 kV e obras associadas (obra de reforço ao atendimento elétrico para a região do Litoral Norte e Guarujá);
 - Empreendimentos para escoamento de energia elétrica provenientes do Rio Madeira e Belo Monte:

Linha de transmissão 500 kV Araraquara2 – Taubaté;

Linha de transmissão 500 kV Itatiba – Bateias;

Linha de transmissão 500 kV Araraquara2 – Itatiba;

Linha de transmissão 500 kV Araraquara2 – Fernão Dias;

Subestação 500/440 kV Fernão Dias;

Linha de transmissão 500 kV Estreito – Fernão Dias;

Linha de Transmissão 500 kV Campinas – Itatiba

- Subestação Água Azul 440/138 kV (obra que irá atender a ampliação do aeroporto de Guarulhos);
- Linhas de Transmissão 138 kV Padre Manoel da Nóbrega – Mongaguá e Mongaguá – Peruíbe (obra de reforço ao atendimento elétrico para a região do Litoral Sul).
 - Acompanhamento do processo de novas obras, licitadas em 2017 na B3, para o suprimento de energia elétrica do Estado de São Paulo através de Leilões de Transmissão da Aneel, como segue:
 - O Leilão de Transmissão 05/2016 ocorreu em maio/2017;
 - Total de 35 lotes (empreendimentos) no território nacional, investimento da ordem de R\$ 13,1 Bilhões;
 - SP 08 lotes, investimento da ordem de R\$ 4,3 Bilhões e 9.209 oportunidade de empregos diretos.

Obras no Estado

Subestações Alta Paulista 440/138 kV (região de Presidente Prudente);

Subestação Baguaçu 440/138 kV (região de Araçatuba);

Subestação 440 kV Bauru – Compensador Estático 440 kV (-125/+250) Mvar;

Subestação 500 kV Fernão Dias – Compensador Estático 500 kV (-150/+300) Mvar;

Subestação Araraquara 2 – 3 Compensadores Síncronos 500 kV (-180/+300) Mvar;

Linha de Transmissão 500 kV Estreito – Cachoeira Paulista;

Linha de Transmissão 500 kV Fernão Dias – Terminal Rio e

Linha de Transmissão 230 kV Nova Porto Primavera – Rosana.

- Auxílio no processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos, questões fundiárias, ocupação e travessias de faixa de domínio de rodovias estaduais, bem como outros que tenham interferência junto aos empreendimentos.
- Monitoramento das obras do Plano de Ampliações e Reforços (PAR), do Operador Nacional do Sistema – ONS, tendo como foco principal as obras de reforços que estão atrasadas ou aguardando autorização da ANEEL para tomada de providências junto ao órgão regulador.

Adequação do ambiente regulatório com propostas apresentadas à Aneel

- A SEEM acompanha a agenda regulatória da ANEEL com a participação em Consultas e Audiências Públicas com o intuito de propor melhorias na regulação vigente com foco na melhoria do fornecimento de energia elétrica ao cidadão, com destaque o encaminhamento à ANEEL das Notas Técnicas a seguir:
 - “Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura” e
 - “Qualidade no Fornecimento de Energia Elétrica”.
- Atualização de estudo sobre a qualidade de fornecimento de energia elétrica para o estado de São Paulo. (Duração Equivalente de Interrupções de Unidades Consumidoras – DEC e Frequência Equivalente de Interrupções de Unidades Consumidoras – FEC).

Ação 6097 - Desenvolvimento de Fontes de Energia Renovável

Subsecretaria de Energias Renováveis

Tem como objetivo o apoio à pesquisa e desenvolvimento em duas frentes: adoção de combustíveis alternativos e complementares ao bagaço de cana, visando prolongar a geração de energia de biomassa para além do período da safra e produção de biogás a partir de biomassa, em particular vinhaça de cana e sua respectiva utilização.

O desenvolvimento da Ação é baseado na integração com os interesses da sociedade, incluindo desenvolvimento regional, e na renovabilidade da matriz energética através das ações nele estabelecidas. Dentre os objetivos estratégicos associados destacam-se um meio ambiente preservado, saudável e sustentável e uma economia paulista competitiva voltada para a inovação tecnológica com incremento da produtividade e da geração de empregos de qualidade.

A primeira opção da Subsecretaria de Energias Renováveis para a maximização dos benefícios à sociedade foi à utilização desses recursos como contrapartida do Estado de São Paulo em uma Cooperação Técnica com o **Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID** visando o desenvolvimento de um Programa de Energia Sustentado no território paulista. O seu desenvolvimento, em uma primeira etapa, tem como estratégias a geração distribuída com foco na energia solar fotovoltaica e a utilização de resíduos sólidos urbanos na geração de eletricidade, com a finalidade de incentivar o mercado local, a difusão e a conscientização deste conceito de governabilidade energética sustentável.

Na geração distribuída destacam-se as seguintes atividades: (i) a avaliação do potencial para o uso da energia solar fotovoltaica nos diversos segmentos do mercado consumidor incluindo mecanismos de monitoramento de resultados, (ii) o desenvolvimento de um projeto piloto, (iii) desenvolvimento de mecanismos de financiamento específicos, (iv) desenvolvimento de guias e manuais voltados à administração pública considerando todas as etapas de desenvolvimento e análise e (v) campanhas de promoção.

Em relação aos resíduos sólidos urbanos as seguintes atividades são consideradas como fundamentais: (i) análise do potencial de geração de energia em função das tecnologias e das características dos 645 municípios que constituem este Estado e (ii) desenvolvimento de um projeto básico (que futuramente poderá ser implantado como projeto piloto).

As tratativas com o BID desembocaram em um Convênio firmando entre aquele Banco e o Governo do Estado de São Paulo por meio da Secretaria de Energia e Mineração (Cooperação Técnica Não Reembolsável Nº ATN/JF-16079-BR. Apoio à Diversificação da Matriz Energética do Estado de São Paulo), assinado em 30 de agosto de 2017, por 36 meses a contar da data de assinatura.

Além desse projeto, seguimos em 2017 com o acompanhamento de outro Projeto P&D UNESP/CESP, também relacionado à biomassa e geração de energia (Análise de Modelos de Comercialização em Processos de Cogeração de Bioeletricidade com Aproveitamento do Biogás). Este projeto visa, também, a ampliação do escopo e a modernização do sistema SEAGET (Sistema de Análise para Localização de Empreendimentos Termelétricos), o desenvolvimento do Atlas de Bioenergia do Estado de São Paulo e a análise de instalação de uma usina piloto no Campus da UNESP de Jaboticabal.

Ações Institucionais

Programa Paulista de Biogás: SEEM

Incentiva a ampliação da geração de gases combustíveis provenientes de biomassa e visa o estabelecimento da adição de um percentual mínimo de biometano ao gás canalizado comercializado no Estado de São Paulo. Trabalho realizado pelo Comitê Gestor do Programa Paulista de Biogás, com parecer favorável da ARSESP e encaminhado ao CEPE para validação do percentual, possibilitando o encaminhamento dos marcos legais (Lei e Decreto) e toda a infraestrutura regulamentária desenvolvidos.

Modelagem de Negócio com Resíduos Sólidos Urbanos

Linha permanente de articulação do Estado com municípios paulistas, tendo em vista a viabilidade de unidades regionais de recuperação energética de resíduos.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Grupo Intersecretarial composto por todas as secretarias e constituído pela Resolução Conjunta Casa Civil/ Meio Ambiente/ Desenvolvimento Social (Resolução Conjunta CC/SMA/SDS – 1 - de 21/09/2015), reuniu-se apenas duas vezes no ano de 2017, buscando consolidar as ideias resultantes do I Workshop Estadual para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), foi realizado em 5 de julho de 2016, cuja relatoria teve contribuição desta pasta.

Plano ABC

Acompanhamento das reuniões regulares do Plano ABC – Agricultura de Baixo Carbono, no âmbito do Estado de São Paulo, como membro do Grupo Gestor do referido programa, visando o cumprimento das metas propostas e validação dos resultados obtidos em relatórios anuais.

Ação 5403 – Planejamento e Incremento da Produção Mineral

Subsecretaria de Mineração

Atividades desenvolvidas em 2017

Ações junto a municípios

Correspondências a todos os municípios, por ocasião da posse de novos prefeitos, destacando a importância da mineração e a oportunidade na geração de emprego e renda.

Correspondência para todos os municípios mineradores do estado, informando sobre a CFEM e a importância de celebrarem convênios com o DNPM.

Orientação e apoio institucional à Associação dos Municípios do Alto Vale do Ribeira para a articulação de projeto de Ordenamento Territorial Geomineiro nos municípios de Apiaí, Capão Bonito, Guapiara, Itaoca, Ribeirão Grande e Ribeirão Branco a ser realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo no ano de 2.018.

Orientação e apoio institucional à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município de São Vicente para avaliação da potencialidade de geração de emprego e renda a partir da destinação da área desativada da Pedreira do Horto para empreendimentos de interesse socioambiental e econômico.

Apoio e suporte técnico para inserção da atividade de mineração nos planos diretores municipais fornecendo dados e informações do potencial mineral regional. Os municípios de Caçapava, São José dos Campos, Jacareí, Santana do Parnaíba, Porto Ferreira, Cabreúva e Bragança Paulista receberam contribuições para inserção do tema mineração. Apoio também foi dado nas reuniões de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado das regiões Metropolitanas de São Paulo, Piracicaba e Baixada Santista.

Diálogo com prefeitos de municípios de Caçapava, Santo Antonio do Pinhal e Cajati a respeito de projetos de desenvolvimento ligados a Mineração

Apoio e orientação ao município de São Sebastião para utilização de rocha proveniente de Obras na Rodovia dos Tamoios em obras urbanas no município

Ações de integração com o PDUI

- Apoio técnico aos agentes do COMIN – Comitê da Cadeia Produtiva da Mineração do Estado de São Paulo e da EMPLASA – Empresa Metropolitana de Planejamento S.A. para a inserção da agenda setorial nos PDUI's das regiões metropolitanas e aglomerados urbanos de São Paulo.
- Participação nos debates das câmaras temáticas de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico do PDUI da Baixada Santista com o objetivo de divulgar os resultados do OTGM realizado nos nove municípios daquela Região Metropolitana e promover a inserção da mineração e da utilização dos agregados de RCD – Resíduos de Construção e Demolição nas diretrizes do Plano.
- Participação nas oficinas de Desenvolvimento Econômico promovidas pela EMPLASA para a elaboração do diagnóstico do PDUI sobre mineração na Aglomeração Urbana de Piracicaba. Revisão do caderno técnico de diagnóstico da mineração e meio ambiente do PDUI-AUP. Coordenação dos grupos de trabalho de Desenvolvimento Econômico e de Redes Estruturais e participação no GT de Meio Ambiente com o objetivo de inserir a agenda da mineração e do agregado de RCD na promoção do desenvolvimento metropolitano sustentável.
- Ações junto a Secretaria de Meio Ambiente- APA do Rio Tietê, Vale do Paraíba. Atuação junto ao Secretário do Meio Ambiente na discussão do texto de Plano de Manejo da Apa do Rio Tietê e posteriormente análise comparativa das mudanças feitas no zoneamento proposto.

Elaboração de norma técnica a pedido da CETESB

Participação de reuniões técnicas com agentes da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e EMPLASA com o objetivo de avaliar e fornecer critérios técnicos para a revisão do zoneamento ambiental da mineração no Vale do Paraíba, de responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento dos Recursos Naturais da SMA.

- Destinação de ÁREAS LAVRADAS - destaque para São Vicente - Registrado no item 1 "Ações Junto a Municípios"
- Articulação para queima de lixo em fábrica de cimentos.
- Estudos de mapeamento das cadeias produtivas de cerâmica, da construção e do agronegócio.

Contratação do IPT para elaboração de estudo destinado a mapear a produção de argila no estado de São Paulo e projetar demanda a médio e longo prazo das cadeias produtivas que utilizam argila. Elaboração de projeto para execução de estudos assemelhados para bens minerais aplicados na construção e início de negociações com a FIESP para execução conjunta.

Elabora de projeto para execução de estudos assemelhados para bens minerais aplicados no agronegócio e início de negociações com a Secretaria de Apoio institucional à ABRECON – Associação Brasileira para a Reciclagem de Resíduos da Construção e Demolição. Participação de audiências públicas para revisão do marco legal sob os auspícios do Ministério das Cidades. Visitas a diversas usinas de reciclagem na Baixada Santista, Guarulhos, Valinhos e Jundiaí. Mapeamento das diversas pastas de estado com potencial, capacidade e necessidade de consumo de agregado de RCD em suas obras (FDE, CPTM, DER, etc.). Orientação ao corpo diretivo da entidade para o estabelecimento de agendas institucionais com apoio da SEEM.

- Apoio a empreendimentos de mineração com geração de criação de emprego e renda
 - Intermediação junto ao DNPM para superação de entraves burocráticos visando a implantação de unidade industrial de produção de água mineral no município de Aguai – SP
 - Intermediação junto ao DNPM-SP para superação de entraves burocráticos visando a implantação de pedreira no município de Itapetininga para o suprimento da demanda prevista para a duplicação de estradas regionais.
 - Diálogo com CETESB, InvestSP e a indústria cimenteira para implantação de projetos no Estado de São Paulo

- Seminário de Inovação.
 - Realização de seminário sobre Inovação na Secretaria, com a presença de mais de 200 pessoas, reunindo mineradores, universidades e órgãos de fomento e investimento, com Finep, Emprapii, InvestSão Paulo
- Seminário das ODS
- Realização de seminário para inserção da mineração paulista nos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável – ODS do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem por mandato promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza no mundo. O seminário teve como objetivo mapear as ações das empresas de mineração que convergem para um ou mais dos 17 ODS; estimular as ações das empresas de mineração para atendimento aos ODS para convergência de ações para o desenvolvimento sustentável local e regional e divulgar para a sociedade a contribuição da atividade mineral para os ODS. O seminário contou com a participação dos setores empresariais da mineração (COMIN e ASPACER), acadêmicos (USP), institutos de pesquisa (IPT e IG), DNPM, CPRM e profissionais ligados ao setor.
- OTGM Alto do Vale do Ribeira. Registrado no item 1 “Ações Junto a Municípios”
- Ações no Forum dos Secretários de Minas e Energia. Liderança de GT na elaboração de pauta de contribuições dos principais estados mineradores, na discussão de três MPVS propostas pelo governo.
- Estâncias Hidrominerais – preparação de roteiro e diálogo com DNPM, Secretaria de Turismo e prefeituras de estâncias para regularização da situação regulatória das estâncias hidrotermais
- Estudo e intermediação junto a EMLASA, CETESB, e prefeitos para estímulo a queima de lixo urbano em fábrica de cimento no Vale do Ribeira.

Ação 6095 – Promoção da Indústria Estadual de Petróleo e Gás

Subsecretaria de Petróleo e Gás

Com o crescimento das atividades de exploração e produção do pré-sal da Bacia de Santos, o Estado de São Paulo ganhou relevância na produção de petróleo e gás, tornando-se o segundo maior produtor do país. A importância desta atividade transcende a produção de petróleo e gás, pois cria não somente a possibilidade de definitiva inserção do gás natural na matriz energética do Estado, mas também fortalece e amplia a cadeia de fornecedores paulistas de bens e equipamentos à cadeia de petróleo e gás. Não obstante, os recursos de aplicação em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento trazem inúmeros ganhos, além da arrecadação de participações governamentais (royalties e participação especial). Essa arrecadação tem apresentado incremento e registrou recorde histórico em 2017 superando R\$ 2,49 bilhões (Estado e Municípios Paulistas), o que representa um aumento de quase 70% em relação à arrecadação verificada em 2016.

Em virtude da relevância do petróleo e gás para o suprimento energético e para a economia nacional e paulista, a Subsecretaria de Petróleo e Gás, ao longo de 2017, atuou no fortalecimento e diversificação das atividades da indústria de petróleo e gás em São Paulo.

Ação 6095 – Promoção da Indústria Estadual de Petróleo e Gás

Para facilitar o entendimento e destacar a importância de cada elo de atividade, este Relatório será apresentado na mesma sequência do agrupamento existente na cadeia de valor da indústria de petróleo e gás:

Exploração e Reservas de Petróleo e Gás Natural

Nova Política de E&P e Calendário Plurianual de Rodadas - Acompanhamento das discussões do Governo Federal e a Nova Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás, que definiu um calendário Plurianual de Áreas a serem ofertadas em Rodadas Licitatórias no triênio 2017-2019. Em 2017 foram realizadas três Rodadas de Licitação de Blocos Exploratórios, sendo uma no regime de Concessão (15ª Rodada) e duas no Regime de Partilha (2ª e 3ª). Dentre as áreas de relevância para o Estado que foram arrematadas nas Rodadas de Partilha estão: Entorno de Sapinhoá, Norte de Carcará e Peroba.

Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural Offshore – Acompanhamento e sistematização dos dados das atividades de exploração e produção em São Paulo.

Exploração de Gás Natural Onshore – Foco sobre os cinco blocos exploratórios da Bacia do Paraná no Estado de São Paulo arrematados na 12ª Rodada de Blocos Exploratórios de Gás Natural em Bacias Sedimentares terrestres.

Produção de Petróleo e Gás

Alternativas de Ampliação da Oferta de Gás Natural no Estado de São Paulo – A produção paulista de gás natural, que ocorre integralmente na Bacia de Santos (75% da produção do pré-sal), vem crescendo significativamente. A Subsecretaria de Petróleo e Gás vem acompanhando e apoiando institucionalmente o desenvolvimento dos estudos técnicos, econômicos e ambientais para a implantação de infraestrutura de suprimento de gás em São Paulo (via importação do gás natural da Bolívia ou via terminais de gás natural liquefeito – GNL), com vistas a promover a competitividade dos preços deste energético e, conseqüentemente, fomentar o desenvolvimento do mercado paulista.

Sumário Executivo de Petróleo e Gás – A publicação apresenta informações sobre a produção, oferta e consumo de gás natural, petróleo e seus derivados, os preços de referência e praticados e a arrecadação de royalties proporcionada por essas atividades, e permitem o acompanhamento e monitoramento do mercado paulista de petróleo, gás natural e derivados. Disponibilizado ao público nos idiomas Português e Inglês.

Boletim da Produção – Publicação iniciada em 2017, elaborada mensalmente, divulga os volumes de produção dos Estados e das Bacias Sedimentares, permitindo posicionar o Estado de São Paulo entre os demais produtores.

Mapeamento Geoespacial – Atualização permanente da Base de Dados Geoespacial de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Santos, Campos (RJ) e Espírito Santo, incluindo as áreas unitizáveis do pré-sal e a 14ª Rodada Licitatória licitadas em 2017 pela ANP, bem como o acompanhamento da produção individualizada por campo. Mapas da Exploração e Produção disponibilizados para download no Observatório da Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em São Paulo. (www.energia.sp.gov.br)

Anuário da Indústria de Petróleo e Gás Natural de São Paulo 2017 – Publicação iniciada em 2014 em edição bilíngue - Português/Inglês, este Anuário consolidou as informações dos últimos cinco anos sobre a produção, oferta e consumo de gás natural, petróleo e seus derivados, preços de referência e a arrecadação.

Atualização do Observatório da Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em São Paulo - Para subsidiar a elaboração de políticas públicas e o planejamento de programas e ações governamentais, foi construído em 2014 junto com a Fundação Seade o Observatório da Exploração e Produção de P&G em São Paulo, que contemplou a construção de indicadores econômicos específicos para o setor de petróleo e para a região: a taxa de crescimento do valor adicionado da indústria extrativa de petróleo e gás (indec P&G) e a taxa de crescimento do valor adicionado de toda a economia da Baixada Santista (indec Baixada Santista).

Tais indicadores foram concebidos para permitir a sua rápida apuração (são calculados trimestralmente, com apenas dois meses de defasagem), ao contrário das metodologias tradicionais, que demandam até dois anos para apresentação do valor apurado.

Além disso, o Observatório, disponível para acesso público no sítio da Secretaria de Energia e Mineração na internet (observatorio.energia.sp.gov.br), também apresenta as seguintes informações:

- a produção de petróleo e gás na Bacia de Santos, no pré-sal e no Estado de São Paulo;
- o consumo de gás por segmento e a análise de sua competitividade perante a gasolina, o óleo combustível e o GLP no Estado;
- os royalties e as participações especiais recebidos pelo Estado e pelas prefeituras paulistas;
- o contexto socioeconômico (população, PIB, valor adicionado e outros) de cada município da área de influência, da região e do Estado;
- o perfil (território, condições de vida, educação, emprego e renda, economia e finanças públicas) de cada município da área de influência, da região e do Estado;

- Em 2016 foi realizada a atualização periódica desse Observatório, oferecendo aos interessados e à sociedade informações atualizadas sobre o setor na Baixada Santista. Além disso, o Termo de Referência para a construção de indicador específico para avaliar o Conteúdo Local Paulista na cadeia de fornecimentos de bens, equipamentos e serviços para o setor de petróleo e gás, concluído em 2015, foi atualizado para ser desenvolvido pela Fundação Seade em 2018.

Participações Governamentais

Arrecadação de Royalties e Participação Especial - Os royalties oriundos da produção de petróleo e gás caracterizam uma importante fonte de recursos para as regiões afetadas por essa atividade. Dado o crescimento do setor petrolífero em São Paulo e as grandes reservas presentes no pré-sal, a Subsecretaria de Petróleo e Gás deu continuidade à realização de estimativas sobre as perspectivas de arrecadação de royalties, de modo a subsidiar as discussões do Poder Executivo com o Legislativo, de forma a assegurar a defesa dos interesses do Estado.

Royalties + Participação Especial - (Valores em R\$)		
Ano	Estado de São Paulo	Municípios Paulistas
2011	60.702.372,40	430.317.769,60
2012	85.572.642,20	581.116.641,80
2013	174.656.840,60	628.771.229,40
2014	551.986.566,50	935.431.040,60
2015	897.634.342,30	906.983.637,80
2016	710.374.575,40	759.674.837,00
2017	1.369.920.048,16	1.127.272.565,17

Em 2017 foi elaborado também o Informe de Participações Governamentais de Petróleo e Gás Natural do Estado e Municípios de São Paulo, que consolida as receitas de royalties e participações especiais recebidas em 2017. Este documento inédito será disponibilizado em breve na internet, para acesso pelo público interessado.

Transporte de Gás Natural

Aspectos Tributários do SWAP de Gás Natural – Em 2016 e 2017 a Subsecretaria de Petróleo e Gás apoiou a Secretaria Estadual de Fazenda e o Ministério de Minas e Energia na avaliação dos efeitos tributários do swap operacional de gás natural e na análise da minuta de Protocolo ICMS em discussão no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária com vistas a promover tratamento tributário uniforme entre os Estados da Federação, evitando a incidência de alíquotas interestaduais nas operações envolvendo o swap de gás natural.

Derivados de Petróleo

Atração de investimentos em novas refinarias – A Secretaria de Energia e Mineração participou em 2017 de reuniões e encontros com investidores e empresas estrangeiras interessadas em investir na área de petróleo e gás, especialmente buscando atrair parceiros e investidores para o segmento de refino, dado o gap projetado crescente entre a produção e consumo de derivados do país, principalmente de diesel e gasolina. Estas ações fazem parte da estratégia de ampliar a capacidade de refino de petróleo do Brasil e agregar valor ao petróleo leve produzido no pré-sal, cujas estimativas indicam significativo aumento da produção.

Para realizar este acompanhamento do mercado de derivados a Subsecretaria passou a elaborar o Boletim de Derivados de Petróleo.

Boletim de Derivados de Petróleo – Publicação mensal, iniciada em 2017, com o objetivo de consolidar as informações relativas à evolução do setor de derivados de petróleo em nível nacional e estadual, a fim de oferecer subsídios para o planejamento e a tomada de decisões do Governo do

Estado de São Paulo e de agentes envolvidos com o setor. A estruturação do documento foi definida em função da cadeia produtiva dos derivados de petróleo, segmentada de acordo com as abrangências geográficas nacional e estadual, apresentando dados de processamento, produção, consumo, importação e exportação de derivados de petróleo.

Distribuição de Gás Natural

Plano de Metas de Gás Canalizado - A Subsecretaria consolidou as projeções de investimentos, número de municípios atendidos, número de consumidores, extensão da rede e volume distribuído para as três áreas de concessão de distribuição de gás canalizado que atuam no Estado no período 2017-2022, propondo o Plano Estadual de Metas de Gás Canalizado, aprovado pelo Cepe em 22/11/2016. Em 2017 foi realizado o detalhamento do Plano e discussão com agentes visando sua divulgação e implementação.

Gás para Crescer – Lançada em Junho/2016 pelo Governo Federal, a iniciativa Gás para Crescer tem o objetivo de propor medidas de aprimoramento do arcabouço normativo do setor de gás natural. A Subsecretaria de Petróleo e Gás participou ativamente do processo de Consulta Pública findo em 07 de Novembro de 2016 conduzido pelo MME, propondo medidas concretas de aprimoramento do arcabouço normativo do setor de Gás Natural.

Em 2017 foram criados nove subcomitês para detalhar os temas prioritários e elencar propostas de alterações Legais e Regulatórias decorrentes da iniciativa Gás para Crescer. A Subsecretaria participou ativamente destas discussões com agentes do setor e órgãos Federais (MME, ANP e EPE) apoiando o FNSEME – Fórum Nacional de Secretários de Estado de Minas e Energia. Os resultados do processo foram sintetizados em um Projeto de Lei apresentado pelo deputado relator Marcus Vicente (ES), o qual modifica a Lei do Gás.

Cadeia de Fornecedores para a Indústria de Petróleo e Gás

Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores – A análise da experiência de outros países mostra que a melhor maneira de disseminar e consolidar as riquezas do petróleo na sociedade é fortalecendo a cadeia de empresas fornecedoras para o setor de P&G, o que gera emprego e renda em diversos segmentos. Por essa razão, a Subsecretaria de P&G conduziu análises, participou de fóruns do setor e conferiu apoio institucional à cadeia produtiva do setor de óleo e gás em São Paulo, com destaque para as seguintes ações:

- cooperação com a Fiesp/Ciesp, Abimaq e Abinee, entre outras, em iniciativas para divulgação das oportunidades e estímulo à cadeia de fornecedores paulistas;
- participação no Conselho Deliberativo da Organização Nacional da Indústria do Petróleo – Onip;
- acompanhamento das discussões e da Consulta Pública da ANP sobre a isenção do cumprimento das obrigações de conteúdo local do FPSO do campo de Libra.

Pedefor e Repetro – A Subsecretaria acompanhou as discussões para aperfeiçoamento das regras de Conteúdo Local da indústria de Petróleo e Gás, participando de fóruns e seminários. Além disso a Subsecretaria acompanhou e analisou os impactos da aprovação da Medida Provisória em tramitação no Congresso Nacional que prorroga o referido Regime Especial.

Formulação de Agenda Competitiva para a cadeia produtiva paulista de petróleo – Elaboração de estudo a partir da sistematização de dados e realização de análises de viabilidade econômica das atividades da indústria de Petróleo e Gás Paulista, envolvendo a evolução da oferta física de petróleo e gás no Estado e investimentos em Exploração & Produção. Inclui identificação dos principais setores impactados pela indústria de E&P, da política industrial para o setor (Política de Conteúdo Local), dos desafios para os municípios da Baixada Santista e da qualificação de mão de obra no Estado.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Apoio institucional à constituição do Centro Tecnológico da Baixada Santista - CTBS – Constituição de um Centro de Pesquisas na Baixada Santista, coordenado pelas três universidades públicas estaduais (USP, Unicamp e Unesp), utilizando recursos de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras. O CTBS terá como prioridade a pesquisa das demandas regionais da atividade de exploração e produção de petróleo e gás, colaborando para a competitividade do setor no litoral

paulista, formação de pessoal altamente qualificado e a geração de oportunidades de negócios com alto valor agregado. Em fase final das adequações de escopo necessárias face às demandas atuais da UO-BS (Unidade de Operações da Bacia de Santos da Petrobras) para submissão do projeto à aprovação da Diretoria da companhia e posterior entrega e apresentação do projeto à ANP.

Centro de Pesquisa para Inovação em Gás Natural – Parceria Fapesp e Shell – Este Centro de Pesquisa para Inovação em Gás Natural, resultado de acordo assinado em 25/09/2013 em Londres entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e a Shell, é coordenado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP). Em 2017, a Subsecretaria de Petróleo e Gás participou de reuniões e workshops para apresentação e discussão dos resultados parciais dos 29 projetos e da aprovação de 16 novos projetos patrocinados pela Shell, com investimentos adicionais de cerca de R\$ 58 milhões. A estação de trabalho na Subsecretaria de Petróleo e Gás permitiu aumentar a interação entre os RCGI e a SEEM, com intenção de que esta estação seja utilizada por diferentes pesquisadores do RCGI. Ainda em 2017 foi firmada parceria com o RCGI para desenvolvimento de estudos e atualização do cenário base da matriz energética de São Paulo, que fornecerá elementos adicionais para o processo de atualização do Plano Paulista de Energia – PPE 2030.

Acompanhamento do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento de motor flex Diesel/Gás para veículo pesado (caminhão) – Apoio na construção do Acordo de Cooperação entre a Usina São Martinho, Gas Brasileiro, Mahle e Convergás para o desenvolvimento de projeto de P&D visando a conversão de motor de caminhão diesel para gás, para testes e simulações de bancada quanto à eficiência, taxa de substituição e custos de operação com ambos os combustíveis. O objetivo é avaliar a viabilidade econômico-financeira da conversão e estimular o uso de biometano das usinas na frota de caminhões, substituindo parte do diesel consumido.

Ônibus a hidrogênio - Continuidade do projeto da EMTU, com incorporação da tecnologia de produção de hidrogênio a partir da reforma de Gás Natural - Desenvolvimento de ônibus articulado movido a hidrogênio – 3ª geração - e comparativo de desempenho operacional com ônibus movido a gás natural. Em 2017 a USP aprovou recursos de R\$ 660 mil para suportar os custos de operação dos três ônibus pelo período de um ano.

Apoio Institucional

Revisão Tarifária das Concessionárias de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo - Em face da importância de disponibilidade de insumos energéticos a preços competitivos para a promoção de desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida, de condições favoráveis à atração de investimentos e da segurança jurídica baseada em respeito aos contratos, a Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanhou os atos, audiências e consultas públicas da ARSESP relativas à Revisão Tarifária das três distribuidoras de gás canalizado localizadas em São Paulo – Comgás, Gás Brasileiro e Gás Natural Fenosa, bem como as ações judiciais e administrativas propostas pelas partes interessadas. É na Revisão que são definidos os Planos de Negócios das Concessionárias para os próximos cinco anos, a Margem de Distribuição que resultará nas tarifas de cada segmento de consumo e os municípios que passarão a ser atendidos no próximo ciclo tarifário, o que interessa diretamente à São Paulo posto que a política energética estadual prevê a ampliação da rede de distribuição e o número de consumidores, visando ampliar a participação do gás na matriz.

Grupo de Trabalho para o Combate ao Roubo de Combustíveis – Devido ao crescimento do número de furtos e desvios de petróleo e combustíveis derivados em dutos, a Secretaria de Energia e Mineração, por meio da Subsecretaria de Petróleo e Gás, e a Secretaria da Segurança Pública instituíram Grupo de Trabalho conjunto com o objetivo de ampliar as ações de inteligência, combate e repressão a essas atividades criminosas, inclusive possibilitando a abertura de inquéritos. Além disso, tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei para incluir no Código Penal a tipificação deste delito. O Grupo é integrado por ambas as Secretarias, além da Polícia Militar, do Ministério Público do Estado e Petrobras/Transpetro.

No 2º Semestre de 2017 foi realizada a 1ª Reunião do Grupo Técnico, na qual foi definido que a Petrobras realizaria treinamento para as polícias civil e militar visando capacitá-las a identificar petróleo cru e produtos derivados.

Garantia de Suprimento de Gás e Leilões de Energia Termoelétrica a Gás Natural – Para a habilitação de empreendimentos termoelétricos a gás natural nos leilões de contratação de energia, a Empresa de Pesquisas Energética - EPE exige a comprovação de garantia do fornecimento de gás natural por todo o período de funcionamento da usina (em geral de 20-25 anos). Desta forma, a Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanhou o processo de definição pelo Operador Nacional do Sistema – ONS e EPE dos pontos de entrega de gás natural com capacidade ociosa para suportar a operação destas usinas termoelétricas, bem como participou das negociações envolvendo a garantia de fornecimento de gás natural pela Petrobras e demais agentes supridores aos dois empreendimentos termoelétricos no Complexo Pedreira, resultantes da parceria da EMAE com o setor privado – com potência instalada totalizando 2.000 MW, consumo previsto de gás da ordem de 6 milhões de m³/dia, com investimentos de cerca de R\$ 6 bilhões. O empreendimento está localizado na zona sul da cidade de São Paulo, para interessados em negociar energia nos Leilões de Energia provenientes de usinas termoelétricas a gás natural promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel (mercado regulado).

Frente Parlamentar de Apoio ao Desenvolvimento do Gás Natural no Estado de São Paulo – Criada em 2017 na Assembleia Legislativa, a Frente Parlamentar de Apoio ao Desenvolvimento do Gás Natural no Estado de São Paulo (FGAN) é presidida pelo Deputado Estadual João Caraméz. Em 2017 houve 4 reuniões da Frente, todas acompanhadas pela Subsecretaria de Petróleo e Gás, sendo que na 3ª Reunião foi apresentado o Plano de Metas de Gás Canalizado para o Estado.

Proposições Legislativas e Regulatórias – Em 2017, a Subsecretaria de Petróleo e Gás deu continuidade ao acompanhamento e análise do processo de alteração legal originado pelo Legislativo quanto a desobrigação da Petrobras ser a operadora única com participação mínima de 30% nas licitações de áreas do Pré-Sal, acompanhando também as Consultas e proposições da ANP, dentre as quais a relativa ao novo modelo de tarifação e de encargo de capacidade para os gasodutos de transporte, com o objetivo de avaliar os impactos destas medidas para a indústria de petróleo e gás e para o Estado de São Paulo.

Planos de Investimentos e Desinvestimentos da Petrobras – A Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanha permanentemente os planos de investimentos e desinvestimentos da Petrobras com o objetivo de analisar os reflexos destas medidas ao Estado e ao mercado de combustíveis no país, fornecendo subsídios ao Executivo para a defesa dos interesses do Governo do Estado e da sociedade. Em particular destacam-se os efeitos para a economia estadual decorrentes da modelagem de negócio adotada pela Petrobras, relativa à venda de ativos da malha de transporte de gás natural, de sua participação nas distribuidoras de gás natural e das concessões de exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Santos (venda de sua participação no bloco de Carcará para a norueguesa Statoil). Além disso, houve a oferta de venda de blocos em águas rasas (especificamente Merluza e Lagosta) e a transferência da operação do campo de Lapa para a francesa Total.

Programa Nacional do Gás Natural Matéria-Prima (Abiquim) – A indústria química e petroquímica é um dos maiores segmentos consumidores de gás natural, utilizando-o como energético (para queima) e como matéria-prima. Devido à importância do preço do gás natural para o uso como matéria-prima e à falta de competitividade da indústria química nacional - com déficits crescentes na balança comercial de químicos básicos - a Associação Brasileira da Indústria Química elaborou o Programa Nacional do Gás Natural Matéria-Prima, com o objetivo de propor medidas de curto, médio e longo prazo para reverter o quadro de fechamento e alta ociosidade das plantas químicas e retomar investimentos. Em virtude da importância do tema, a Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanhou as discussões e a proposta para regulamentação do Art. 58 da Lei do Gás (remete ao CNPE a atribuição de estabelecer diretrizes para o uso de gás natural como matéria-prima em processos produtivos industriais).

Suporte às Discussões do Fórum Nacional dos Secretários de Estado de Minas e Energia – O Fórum contém representantes de todos os Estados e possui assento no Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, por isso, é muito importante trazer a discussão de temas que possuem impactos nas suas regiões. A Subsecretaria de Petróleo e Gás forneceu importantes elementos sobre a discussão da nova política de E&P, Reate (Reativação da Produção de Gás Natural em Campos Terrestres) e Gás para Crescer, indicando para estes Entes Federativos possíveis impactos positivos ou negativos para as proposições em curso.

Atualização do Plano Paulista de Energia – PPE 2030 – A Subsecretaria atualizou os dados e projeções dos capítulos de petróleo, gás e derivados do Plano Paulista de Energia – PPE 2030, utilizando dados de acompanhamento do setor.

Participação e Contribuição em Consultas Públicas – A Subsecretaria participou ativamente das Consultas Públicas promovidas pelo MME sobre o Gás para Crescer, Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2017-2026, entre outros, apresentando contribuições para o adequado desenvolvimento do mercado e do planejamento energético do país.

Entidades Vinculadas

Companhia Energética de São Paulo (CESP)

A Cesp é uma concessionária de serviço público de geração de energia de fonte exclusivamente hidráulica. Foi responsável em 2017 por aproximadamente 15% da energia hidrelétrica produzida no Estado de São Paulo e cerca de 2% da energia elétrica gerada no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Parque Gerador de Fontes Renováveis – A Cesp possui três usinas hidrelétricas: Porto Primavera, Jaguari e Paraibuna.

Neste ano de 2017 a produção dessas usinas teve o seguinte comportamento:

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia Produzida (MW médios)
Porto Primavera	1.540,0	992,6	1.019,5
Paraibuna	87,0	50,0	42,2
Jaguari	27,6	14,0	10,9
Total	1.654,6	(1) 1.056,6	(2) 1.072,6

(1) Energia comercializável durante o ano.

(2) Produção anual, realizada até novembro e estimada para o mês de dezembro de 2017.

Planejamento Estratégico – Foram concluídos em 2016 os estudos de Planejamento Estratégico para a Companhia, contratados junto à consultoria BAIN&Company. O trabalho serviu de base para elaboração da Estratégia de Longo Prazo, nos termos da Lei das Estatais Nº 13.303 de 2016, Art. 23º, § 1º.

Estratégia de Longo Prazo – Em 23 de agosto de 2016, o acionista controlador anunciou sua decisão de retomar a privatização da Cesp, no curto prazo, e contratou consultoria para realizar estudos neste sentido. Em paralelo, estão planejados ajustes de PMSO, prospecção de negócios que assegurem o crescimento da capacidade de geração de energia, especialmente com fontes de geração solar ou pequenas centrais hidráulicas, melhorias na eficiência organizacional, operacional e na gestão jurídica da Companhia.

Estudo de Inventário Hidrelétrico do Trecho do Rio Pardo entre o remanso da UHE Euclides da Cunha e o canal de fuga da UHE Caconde – Por solicitação da Cesp, em 17 de maio de 2016 a Aneel emitiu o Despacho Nº 1.285, conferindo o registro para elaborar os estudos de inventário no trecho citado do Rio Pardo, no qual havia previsão de pelo menos três pequenas centrais hidrelétricas: São José, Barreiro e Carrapatos. Os estudos foram concluídos em julho de 2017 e, em 30/08/2017 a Cesp os entregou à Aneel, bem como manifestou a escolha do eixo São José, para o exercício do Direito de Preferência.

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – Em atendimento à Lei nº 9.991/2000 e alterações posteriores, as concessionárias de geração de energia elétrica, entre estas a Cesp, devem destinar 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) para o Programa de P&D-Aneel. Destacamos para o ano de 2017 os seguintes projetos:

- **Transdutores para os Sensores de Recalque Magnético e Piezômetro Pneumático para Sistema de Auscultação de Barragens** - Esse projeto teve início em abril de 2017, com custo estimado de R\$ 1,5 milhões e prazo de 22 meses.
- **Projeto Prolongamento da Vida Útil do Enrolamento Estatístico Através do Controle e Otimização da Vazão de Água de Refrigeração** - Esse projeto teve início em março de 2017, com custo estimado de R\$ 5,3 milhões e prazo de 36 meses.
- **Projeto Reforço na Estrutura de Suporte do Modelo Institucional Vigente: Uma Proposta Baseada na Ampliação do Conceito de Leilões de Expansão** - Esse projeto teve início em novembro de 2017, com custo estimado de R\$ 2,26 milhões e prazo de 24 meses.

- **Chamada Pública nº 21/2016 - Arranjos Técnicos e Comerciais para a Inserção de Sistemas de Armazenamento de Energia no Setor Elétrico Brasileiro** - Custo estimado de R\$ 29,66 milhões e prazo de 36 meses.

Contratos Regulados – No transcorrer de 2017 foram concluídas todas as adequações necessárias nos contratos regulados, em razão do término das concessões das UHEs Ilha Solteira e Jupia.

Revisão das Garantias Físicas das Usinas para 2018 – O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou no Diário Oficial da União (DOU) em 4 de maio de 2017 a Portaria MME nº 178, que estabeleceu os novos valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas (UHEs) despachadas centralizadamente. De acordo com a Portaria as garantias físicas das UHEs da Cesp foram rebaixadas para 13,3 MW Médios em Jaguari, 47,5 MW Médios em Paraibuna e 941,8 MW Médios em Porto Primavera. Essas garantias físicas irão vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018.

Aditivo pela Extensão da Concessão da UHE Porto Primavera – Como resultado da adesão da Cesp à repactuação do risco hidrológico houve uma extensão do prazo da concessão da UHE Porto Primavera em 53 dias. Essa extensão foi formalizada em um aditivo ao Contrato de Concessão o qual foi assinado pela Aneel, pela Cesp e pelo Governador do Estado, Geraldo Alckmin, na figura do acionista controlador.

Gestão da Produção de Energia Elétrica – A produção de energia elétrica das usinas da Cesp é programada e executada de acordo com os Procedimentos de Rede e sob a coordenação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Operação de Controle de Cheias – Devido aos baixos volumes armazenados nos reservatórios da cascata do rio Paraná, e a ocorrência de aflúências dentro da normalidade para este período chuvoso, não foi necessário ativar a operação de controle de cheias neste ciclo, entretanto, foram mantidos ativos os organismos de atuação permanente e preventiva para controle de cheias, a saber: o Comitê de Gestão de Cheias (CGC), o Comitê de Operação em Situação de Emergência (COEm) e os serviços do Plano de Comunicação: Boletim Informativo de Vazões (BIV), Site da Cesp e Telecheia, funcionando temporariamente pelo telefone (18) 3284-9946 com informações dos níveis e vazões que estão sendo praticados no momento, os programados para o dia e os previstos para o dia seguinte.

Comercialização de Energia – O faturamento comercial para 2017 foi de R\$ 1.744 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo:

Faturamento Comercial CESP	R\$ milhões (1)
ACL – Contratos no Ambiente de Contratação Livre	1.260
ACR – Contratos no Ambiente de Contratação Regulado	467
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	15
CTEEP/PPTE/Outros – Contratos Prestação de Serviços	2
Total	1.744

(1) Faturamento realizado até outubro e estimado para novembro e dezembro/2017.

Índices Operacionais – Os índices de disponibilidade das unidades geradoras da Cesp em 2017 foram melhores que os valores de referência estabelecidos pela Aneel e representam desafios permanentes para os processos empresariais.

Empreendimento	Índice de Referência Aneel	Disponibilidade Verificada
UHE Jaguari	90,96%	97,43% (1)
UHE Paraibuna	93,01%	95,19% (1)
UHE Porto Primavera	89,58%	93,66% (1)

(1) UHE Jaguari, UHE Paraibuna e UHE Porto Primavera: dados de outubro/2017

Engenharia de Manutenção – Foram realizados programas de revitalização, modernização e automação e monitoramento de equipamentos e instalações, para garantir as condições de segurança, disponibilidade e confiabilidade da produção, atendendo aos requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores.

Estudos de Oferta de Energia – Visando manter a participação da Companhia no acompanhamento do aumento da oferta de energia ao SIN, foram desenvolvidos os seguintes estudos na área de hidroeletricidade e de fontes alternativas de energia:

- Realizado estudo energético de avaliação dos impactos sistêmicos ocasionados pela determinação da CPAMP em alterar o parâmetro λ (lambda) do mecanismo de aversão ao risco CVaR, empregados na operação e formação de preço a partir de maio de 2017, conforme determinou a Portaria MME n.º 41, de 7 de fevereiro de 2017. Esse estudo forneceu subsídio para obtenção de liminar judicial favorável a Cesp no processo de contabilização, junto a CCEE.
- Avaliação dos impactos das mudanças metodológicas associadas à revisão ordinária de garantia física de energia das usinas hidrelétricas, relacionada à Portaria MME nº 681/2014, Portaria MME nº 544/2015, Portaria MME nº 622/2016 e documentos subsequentes.

Estudos de Planejamento Elétrico e Energético – O sistema interligado está em constante evolução e transformação, tanto no aspecto físico e topológico como regulatório e metodológico. Com o objetivo de acompanhar a dinâmica do sistema, oferecer visibilidade de possíveis cenários futuros e subsidiar decisões, bem como o posicionamento da empresa, são realizados estudos e análises conjunturais.

- **Recursos Humanos**

Políticas e Práticas de Inclusão Social e Igualdade - A Cesp é certificada por suas políticas e práticas de inclusão social e igualdade de oportunidades. As ações desenvolvidas em 2017 foram:

- Dia Internacional contra a Discriminação Racial;
- Dia Internacional da Mulher,
- Dia do Índio;
- Dia Internacional de Combate à Homofobia;
- Ato Ecumênico.

Além destas datas, houve a Semana Interna da Diversidade, com participação online dos empregados com opiniões e comentários em questões relacionadas ao tema da Diversidade.

Avaliações Psicossociais em Saúde e Segurança do Trabalho - Os profissionais da Cesp que atuam em área de risco realizam Avaliação Psicossocial em Saúde e Segurança do Trabalho, bianualmente, em atendimento às Normas Regulamentadoras de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (NR 10), Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais (NR 11), Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados (NR 33) e Trabalho em Altura (NR 35). O processo de avaliação, que inclui aplicação de testes psicológicos e entrevista psicológica individual, atendeu a 66 profissionais em 2017.

Desenvolvimento e Implementação de um novo Sistema de Avaliação de Desempenho por Competências – Voltado às atuais práticas de mercado, este novo sistema elencou competências para os diferentes níveis de cargos na empresa, assim definidos: nível gerencial; cargos com exigência de nível superior (especialistas e analistas) e cargos de nível técnico, administrativo e operacional. Os gestores foram treinados para avaliar as novas competências vinculadas aos diferentes níveis de cargos, com a obrigatoriedade de construir planos de desenvolvimento para cada competência a desenvolver com cada empregado. Em abril de 2017 os gerentes da Cesp já utilizaram esse novo instrumento para realizar as Avaliações de Desempenho por Competências.

Treinamentos técnicos e comportamentais - Em desdobramento às avaliações de desempenho e avaliações psicossociais, em 2017 foram realizados treinamentos com os líderes operacionais e supervisores das usinas. Treinamentos gerenciais e treinamentos para desenvolvimento de competências dos empregados também foram realizados. Além desses, treinamentos técnicos de Auditoria, Comunicação, Direito, Finanças e Contabilidade, Governança Corporativa, Segurança do Trabalho, Sustentabilidade, dentre outros, foram realizados pelos empregados.

Atualização de Normas e Procedimentos em RH - As Normas internas referentes aos procedimentos da área de Desenvolvimento de Pessoas, Saúde e Segurança do Trabalho estão sendo revistas e atualizadas. Em 2017, cinco normas referentes a Saúde Ocupacional foram atualizadas.

Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE

A EMAE possui características que a tornam peculiar em relação às empresas do setor elétrico brasileiro, pois a maior parte de seus ativos está localizada em áreas urbanas densamente povoadas e são utilizadas, de forma expressiva, para outros fins como o abastecimento público, o saneamento, o controle de cheias e o lazer. A empresa é responsável pela operação de controle de enchentes do Canal Pinheiros e dos reservatórios do Guarapiranga, Billings e Pirapora.

Em função da prorrogação das concessões das UHEs Rasgão, Henry Borden e Porto Góes por 30 anos, até 2042, com a consequente disponibilização da energia e potência das usinas no sistema de cotas, a empresa passou a auferir receita estabelecida mediante tarifa regulada. Diante disso, a EMAE continuou, durante o ano de 2017, a atuar no sentido de consolidar seu equilíbrio econômico-financeiro, buscando otimizar suas instalações e operações para adequá-las às suas receitas. A Empresa deu continuidade, também, aos esforços para desenvolvimento de empreendimentos que reforcem a geração de receitas, ao mesmo tempo em que buscou atuar de forma a dar continuidade a prestação de serviços para terceiros. A Empresa também obteve o alongamento do prazo de amortização do Contrato de Ajuste de Reservas Matemáticas do plano previdenciário oferecido aos colaboradores e finalizou a processo de negociação com a Sabesp, obtendo a eficácia do Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças, ambos com reflexos positivos no fluxo de caixa da Empresa. Merece destaque, também, a recuperação das unidades geradoras da PCH Pirapora após a longa indisponibilidade durante o ano de 2016 ocasionada pela ruptura e trincas nas pás das suas turbinas.

Os principais destaques do ano foram:

Celebração de Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças entre a EMAE e a Sabesp para o encerramento dos litígios relativos ao uso das águas dos reservatórios Billings e Guarapiranga pela Sabesp – em 2017 o instrumento passou a ter eficácia e a Sabesp iniciou o pagamento das parcelas, inclusive das vencidas, devidamente corrigidas na forma acordada. O instrumento prevê o pagamento das parcelas até 2042.

A EMAE, com o objetivo de diminuir o impacto da amortização do contrato de ajuste de reservas a amortizar (contrato de Ajustes de Reservas Matemáticas) celebrado entre a EMAE e a Fundação Cesp, cujo vencimento se daria em março de 2020, negociou com a Fundação a extensão do prazo de amortização do contrato, passando o mesmo a ter como data de término janeiro de 2032.

Destaca-se a conclusão da recuperação das unidades geradoras das unidades geradoras da PCH Pirapora, após a longa indisponibilidade durante o ano de 2016, ocasionada pela ruptura e trincas nas pás das turbinas. Foram substituídas todas as pás por peças novas com perfil hidráulico certificado pela projetista original, a empresa italiana Franco Tosi Meccanica. Durante a recuperação foram incorporados diversos ajustes, reparos e melhorias nos sistemas eletro-mecânicos e nas estruturas civis da usina, sendo que o retorno à operação ocorreu em julho, com dois meses de antecipação em relação ao prazo informado no relatório encaminhado à ANEEL.

- **Chamada Pública nº1/2015** - Implantação e exploração de usina termoeletrica a gás natural em área de propriedade da EMAE. Foram selecionadas duas empresas parceiras, Gasen/Siemens e AES Tietê, cujos processos estão na seguinte situação:

Gasen/Siemens – O contrato de investimentos foi assinado em 28 de setembro de 2017. O aditivo contendo a lista de documentos do “Due Dilligence” também foi assinado pela EMAE, na mesma ocasião. Atualmente estamos aguardando retorno da Gasen, com estimativa de encerramento do “Due Dilligence” em dezembro de 2017.

AES Tietê – O contrato de investimento ou memorando de intenções para realização do “Due Dilligence” está em análise pelo “Compliance” da AES Tietê.

O processo de licenciamento ambiental para todo o empreendimento está sendo executado pela EMAE. Foram realizados convênios entre IBAMA e CETESB e a contratação do EIA RIMA deverá entrar em licitação, na modalidade de técnica e preço até o final de 2017.

Publicação da Chamada Pública nº1/2016 – “Novas oportunidades de negócios de geração de energia a partir de fontes renováveis”, esta chamada pública ficará aberta permanentemente e tem o objetivo de selecionar potenciais parceiros para analisar e desenvolver oportunidades de negócio em geração de energia a partir de fontes renováveis, destacando-se, mas não se limitando a:

- Eólica;
- Fotovoltaica;

- PCHs;
- Biomassa e
- Resíduos Sólidos Urbanos.

No âmbito da Chamada, foi proposta uma etapa específica de Chamamento Público para fonte fotovoltaica (Edgard Souza), que tem como objetivo selecionar interessados em oportunidade de negócio em empreendimentos fotovoltaicos, com módulos de até 5 MWp, em área de aproximadamente 60.000 m² (sessenta mil metros quadrados), junto à Barragem Edgard de Souza, no município de Santana de Parnaíba – SP, de propriedade da EMAE. Participaram 9 interessados, cuja a avaliação final pelos critérios da chamada, não houve interessado que apresentou atendimento ao requisito de participação. Desta forma, todos participantes ficaram em desacordo com este item do edital.

- **Continuidade dos serviços de desassoreamento do Canal Pinheiros** - alcançando, desde agosto de 2011, um volume retirado de **2,462** milhões de metros cúbicos (m³) de material. Em 2017 foram retirados 115,453 mil metros cúbicos (m³) de assoreamento.

mento.

- Geração de energia elétrica

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia Produzida (MW médios)		Diferença (%)
			2016*	2017*	2017*/2016*
UHE Henry Borden	889,0	127,70	102,62	107,66	4,91
Porto Góes	24,8	11,63	11,58	7,98	-31,09
Rasgão	22,0	11,84	12,86	12,15	-5,52
Pirapora	25,0	17,17	1,65	9,14	453,94
Total	960,8	168,34	128,71	136,93	6,39

- Comercialização de energia

MODALIDADES DE VENDA		MW médios	
		2016	2017
ACR	COTAS - EMAE	151,17	151,17
ACR	CCEARS - PESA	16,00	16,00
ACL	CCEAL	7,00	7,00
TOTAL		174,17	174,17

Faturamento Comercial EMAE / PESA - 2017	R\$ milhões
CCEE – RAG Cotas - Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão	180,4
ACR – Contratos no Ambiente de Contratação Regulado - PESA	33,2
ACL – Contratos no Ambiente de Contratação Livre	10,8
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - EMAE	1,4
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - PESA	1,1
Total	226,9

- **Arrendamento de ativos da UTE Piratininga:** mantiveram-se em andamento normal os pagamentos feitos à EMAE pela Baixada Santista Energia (BSE), subsidiária integral da Petrobras, referentes ao contrato de arrendamento.. Como as tratativas para revisão do modelo de negócio vigente entre a EMAE e a BSE, relativo ao arrendamento da UTE Piratininga, consolidadas no Termo de Transação Extrajudicial aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 26/04/2017, não tiveram sua eficácia em razão do vencimento do prazo de validade do Termo, sem que fossem implementadas as condições operacionais e regulatórias, as quais se caracterizavam como

suspensivas para eficácia do instrumento, foi firmado, em 03/08/2017, um novo contrato de prestação de serviços entre a EMAE e a Petrobras para prestação dos serviços de operação e manutenção das unidades da UTE Piratininga, o qual tem vigência de um ano podendo ser prorrogado por igual período.

- Serviços associados ao sistema hidroenergético – Com destaque para:

- Balsas – operam em três pontos de travessias no Reservatório Billings. O serviço é oferecido de forma ininterrupta e gratuita e, em 2017, foram transportados cerca de 1,35 milhão de veículos e 2,6 milhões de pedestres.
- Retirada de lixo em 2017: Canal Pinheiros – nas usinas de Pedreira e Traição foram retirados, 3.069 m³ de lixo ao longo do ano, equivalente a 1.227 toneladas; Rio Tietê: foram retirados, junto às usinas de Rasgão e Porto Góes, 5.736 m³ de lixo, cerca de 2.294 toneladas.
- Retirada de vegetação aquática do Canal Pinheiros – média de 3.929 m³ em 2017;
- Combate à proliferação de pernilongos – ação conjunta com a Prefeitura do Município de São Paulo. Coube à EMAE a retirada de vegetação aquática e lixo do Canal e roçagem dos 50 km de margens do Canal (área de cerca de 475 mil m²/mês).

- Meio Ambiente – Os principais destaques de 2017 foram:

- Programas institucionais: coleta seletiva na sede da Empresa e na U.E de Traição; coleta de óleo comestível usado em todas as instalações da EMAE e na escola da Usina de Henry Borden; coleta de filme radiográfico.
- Programa de Visitação para professores e estudantes de ensino superior na sede da Empresa e na Usina Henry Borden.
- Gerenciamento de Resíduos: a EMAE coletou para descontaminação e reaproveitamento, 2.417 lâmpadas contendo vapor de mercúrio, 827 pneus recolhidos no canal Pinheiros e 30 litros de óleo de cozinha. Foram coletados em suas instalações e junto aos seus colaboradores, 36,8 toneladas de material reciclável, destinados ao sistema cooperativo em apoio à manutenção de 60 postos de trabalho. Mantida a logística reversa, em consonância com a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Também foram destinados de forma adequada 4.560 litros de óleo lubrificante e 1.540 litros de óleo isolante, ambos contaminados.
- Iniciado os serviços de engenharia para a avaliação ambiental complementar do solo e água subterrânea nas áreas das bacias onde operavam os tanques de armazenamento de óleo combustível da antiga Estação de Transferência de Óleo – ETO, situadas na Usina Termoelétrica Piratininga da EMAE.
- Executado os Serviços de Caracterização de Material de Dragagem do Canal Pinheiros Superior e Inferior, com Vistas a Lançamento em Solo, referente a campanha de 2017, conforme estabelece a Licença Ambiental de Operação de Regularização nº 2.035 das Atividades de Manutenção do Canal do Rio Pinheiros.
- Execução de serviço manutenção em plantio de mudas nativas para recuperação ambiental de área reintegrada, com o objetivo de restaurar ambientalmente através do plantio de espécies nativas de mata-atlântica de Floresta Ombrófila Densa (FOD), em função dos impactos ambientais desencadeados por invasores de terras em áreas de propriedade da EMAE, localizado na Estrada do Alvarenga, altura do nº 5600 – Rua Josephina Gianinni Elias (Dona Bimba) – Braço Guacuri – às margens do Reservatório Billings.
- Desenvolvimento de Estudos de Dispersão Atmosférica visando a implantação de usinas termoelétricas na área da sede da EMAE e UHE Henry Borden
- Poda técnica em árvores na sede e usinas da EMAE visando evitar a interrupção de energia nesses locais.
- Plantio compensatório de espécies nativas em atendimento a exigências da CETESB para implantação de barreira dinâmica na entrada da UHE Henry Borden subterrânea.
- Iniciado o contrato para destinação de transformadores contaminados com PCBs.
- Elaboração de TR e especificação técnica para contratação de serviços de EIA RIMA para implantação de termoelétrica na sede da EMAE.

- **Energia solar** – A empresa vem desenvolvendo estudos de viabilidade técnico-econômica visando a implantação de plantas solares. Atualmente analisa parceria para implantação de parques fotovoltaicos em áreas de sua propriedade.

- **PCH** – por meio de Termo de Cooperação Técnica, em renovação, continuam as atividades de desenvolvimento dos projetos básico e executivo para implantação do Aproveitamento Múltiplo Anhembi, no Rio Tietê, em parceria com o Departamento Hidroviário – DH. Revisados os estudos de inventário hidroelétrico do Rio Tietê no trecho compreendido entre o canal de fuga da UHE Tietê e o remanso do reservatório da UHE Barra Bonita. Permanecem, ainda, as gestões junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e Ministério de Minas e Energia – MME para liberação da repotenciação da PCH Edgard de Souza (12,0MW), também no rio Tietê.

- **Prestação de serviços para terceiros** – Destaca-se, como fonte de receita, a continuidade dos seguintes contratos de operação e manutenção:

- o do complexo termelétrico composto pelas usinas Piratininga e Fernando Gasparian, da Baixada Santista Energia, subsidiária da Petrobras;
- o da estação de bombeamento Eduardo Yassuda (córrego Água Espraiada), da Prefeitura de São Paulo;
- o PCH Pirapora – Operação e Manutenção. Destaca-se a recuperação definitiva das unidades geradoras, as quais retornaram com pás novas, fabricadas sob supervisão da Franco Tosi Meccanica, no perfil hidráulico indicado no projeto original, com antecipação de 2 meses em relação ao prazo indicado no relatório encaminhado à ANEEL.

- **Pesquisa e Desenvolvimento** – Em 2017 foi concluído o contrato do projeto de P&D cooperado com outras concessionárias: “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração de Energia Elétrica a partir de Biogás Oriundo de Resíduos e Efluentes Líquidos na Matriz Energética Brasileira” e foram iniciados 4 novos projetos de P&D próprios da Empresa, captados na Chamada de 2016. Ainda em 2017 foi lançada nova Chamada Pública para captação de propostas de projetos de P&D, sendo contabilizadas até dezembro de 2017, 5 propostas enviadas à EMAE, por interessados, que se encontram em avaliação.

**SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E
JUVENTUDE**

Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa 41000 - Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	156.425.488,00	156.538.449,00	104.765.792,82	1.945.877,64	106.711.670,46	100.308.782,15
Pessoal e Encargos Sociais	25.954.877,00	24.740.877,00	24.670.918,72	0,00	24.670.918,72	24.594.660,87
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	130.470.611,00	131.797.572,00	80.094.874,10	1.945.877,64	82.040.751,74	75.714.121,28
Despesas de Capital	22.950.000,00	63.017.570,00	1.429.213,25	28.785.756,98	30.214.970,23	5.966.374,68
Investimentos	22.950.000,00	63.017.570,00	1.429.213,25	28.785.756,98	30.214.970,23	5.966.374,68
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	179.375.488,00	219.556.019,00	106.195.006,07	30.731.634,62	136.926.640,69	106.275.156,83

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário 41000 - Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0100 - Apoio Administrativo	62.251.628,00	65.154.589,00	55.822.057,40	1.780.877,64	57.602.935,04	54.974.300,09
Despesas Correntes	62.251.628,00	65.154.589,00	55.822.057,40	1.780.877,64	57.602.935,04	54.967.964,05
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.336,04
4107 - Gerenciamento Administrativo da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.802,17
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.802,17
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4109 - São Paulo Mais Esporte e Lazer	88.059.260,00	125.336.830,00	29.855.319,34	28.950.756,98	58.806.076,32	26.744.290,83
Despesas Correntes	65.109.260,00	62.319.260,00	28.426.106,09	165.000,00	28.591.106,09	25.401.217,17
Despesas de Capital	22.950.000,00	63.017.570,00	1.429.213,25	28.785.756,98	30.214.970,23	1.343.073,66
4110 - Implementando a Atividade Esportiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.616.964,98
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.616.964,98

4111 - Jovem em Foco	29.064.600,00	29.064.600,00	20.517.629,33	0,00	20.517.629,33	19.891.798,76
Despesas Correntes	29.064.600,00	29.064.600,00	20.517.629,33	0,00	20.517.629,33	19.891.798,76
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	179.375.488,00	219.556.019,00	106.195.006,07	30.731.634,62	136.926.640,69	106.275.156,83

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

A Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude (SELJ) executa suas ações, eventos, projetos, programas e contratos através de Programas ligados diretamente ao Gabinete do Secretário, da Coordenadoria de Esporte e Lazer, Coordenadoria de Programas para Juventude, além do Núcleo de Apoio e Gestão a Contratos. Passamos a apresentar, portanto, as seguintes realizações:

Programa 4109 - São Paulo mais Esporte e Lazer

Calendário Esportivo Oficial 2017

Ação 5131 - Competições e Práticas Esportivas para Convencionais

A Coordenadoria de Esporte e Lazer (CEL) executa, anualmente, o tradicional calendário oficial de eventos esportivos, com a participação de 459 municípios, 25.042 Equipes e 579.813 participantes.

Por meio dos convênios realizados com as Prefeituras Municipais e Entidades esportivas, foram desenvolvidos inúmeros eventos esportivos, como segue:

EVENTOS CALENDÁRIO CEL – 2017			
Maio		Datas	Cidade
21º JORI - 4ª Região		31/05 a 4/6	Americana
Número de participantes			1756
Junho		Datas	Cidade
34º Jogos Abertos da Juventude		10 a 18	Presidente
Número de participantes			3526
21º JORI - 3ª Região		21 a 25	Lins
Número de participantes			1115
Julho		Datas	Cidade
61º Jogos Regionais	2ª Região Esportiva	11 a 21	Caraguatatuba
	Número de participantes		4750
	4ª Região Esportiva	11 a 21	Americana
	Número de participantes		5033
	6ª Região Esportiva	11 a 21	Andradina
	Número de participantes		3540
	8ª Região Esportiva	11 a 21	Sorocaba
	Número de participantes		5055
	1ª Região Esportiva	20 a 30	São Bernardo do
	Número de participantes		3202
	3ª Região Esportiva	20 a 30	Lençóis Paulista
	Número de participantes		3372
	5ª Região Esportiva	20 a 30	Sertãozinho
	Número de participantes		4465
7ª Região Esportiva	20 a 30	Oswaldo Cruz	
Número de participantes		4281	

Agosto	Datas	Cidade
Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP) – Mirim	11 a 20	Praia Grande
Número de participantes		1543
21º JORI - 2ª Região	09 a 13/08	São Sebastião
Número de participantes		2155
21º JORI - 6ª Região	16 a 20/08	Votuporanga
Número de participantes		2529
21º JORI - 1ª Região	23 a 27/08	Praia Grande
Número de participantes		1524
21º JORI - 8ª Região	30/08 a 03/09	Itapetininga
Número de participantes		1845
6ª COPA G.A.	25 a 28	Lins
Número de participantes		183

Setembro	Datas	Cidade
8ª Copa GR	01 a 04	Piraju
		210
21º JORI - 7ª Região	13 a 17/09	Marília
Número de participantes		1886
21º JORI - 5ª Região	20 a 24/09	Bebedouro
Número de participantes		2095
Jogos Escolares Nacionais – Mirim	20 a 29	Curitiba
Número de participantes		180

Outubro	Datas	Cidade
Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP) – Infantil	11 a 20	Praia Grande
Número de participantes		1882
21º JORI – FINAL ESTADUAL	18 a 22/10	Sertãozinho
Número de participantes		1722
6º Campeonato Estadual de Basquete	30/Out a 5/Nov	Presidente
Número de participantes		258
17º Campeonato Estadual de Handebol	30/Out a 5/Nov	Presidente
Número de participantes		336

Novembro	Datas	Cidade
Jogos Escolares da Juventude – Infantil	16 a 25	Brasília
Número de participantes		
Jogos Paralímpicos Escolares	21 a 26	Centro
Número de participantes		193

Dezembro	Datas	Cidade
45º Campeonato Estadual de Futebol –Fraldinha	08 a 17	Poá
Número de participantes		
45º Campeonato Estadual de Futebol – Dentinho	08 a 17	Poá
Número de participantes		
45º Campeonato Estadual de Futebol - Dente de Leite - Masculino.	08 a 17	Dracena
Número de participantes		
45º Campeonato Estadual de Futebol - Dentão - Masculino	07 a 17	Dracena
Número de participantes		
45º Campeonato Estadual de Futebol - Dente - Feminino	08 a 17	Poá
Número de participantes		
45º Campeonato Estadual de Futebol - Dentão - Feminino	08 a 17	Poá
Número de participantes		
3º Campeonato Estadual de Voleibol	10 a 16	Sta Barbara
Número de participantes		
7º Campeonato Estadual de Futsal	10 a 16	Sta Barbara
Número de participantes		
Pró Atletismo	12 a 15	Votorantim
Número de participantes		
Pró Natação	12 a 15	Votorantim
Número de participantes		
Total de Participantes		

Repasses Para Jogos do Calendário

Entidade	Evento	Valor (R\$)	Fonte
PM Americana	61º Jogos Regionais	90.000,00	Tesouro
PM Andradina	61º Jogos Regionais	90.000,00	Tesouro
PM de Araraquara	7ª Copa de Ginástica Artística	40.000,00	Tesouro
PM de Caraguatatuba	61º Jogos Regionais	90.000,00	Tesouro
PM de Dracena	46º Campeonato Estadual de Futebol Dente de	100.000,00	Tesouro
PM de Lençóis Paulista	61º Jogos Regionais	90.000,00	Tesouro
PM de Piraju	9ª Copa de Ginástica Rítmica	40.000,00	Tesouro
PM de Poá	46º Campeonato Estadual de Futebol Fraldinha e	130.000,00	Tesouro
PM de Presidente	35º Jogos da Juventude	450.000,00	Tesouro
PM de Presidente	7ª Copa de Basquetebol e 18ª Copa de Handebol	117.500,00	Tesouro
PM de São Bernardo do	61º Jogos Regionais	90.000,00	Tesouro
PM de Sorocaba	61º Jogos Regionais	90.000,00	Tesouro
PM Dourado	27ª Ginastrada	80.000,00	Tesouro
PM Osvaldo Cruz	61º Jogos Regionais	90.000,00	Tesouro
PM Sertãozinho	61º Jogos Regionais	90.000,00	Tesouro
PM Votorantim	20º Pró-Atletismo e 2º Pró-Natação	100.000,00	Tesouro
	Investimento Total:	1.417.500,00	

Eventos Desenvolvidos Extracalendário

O quadro seguinte demonstra o grande número de **eventos estruturados, captados e desenvolvidos pela SELJ no nosso Estado**. No primeiro grupo estão **os eventos de âmbito ESTADUAL**:

Foram celebrados 3 convênios com prefeituras do Estado de São Paulo, totalizando um investimento de R\$ 129.986,00; conforme quadro abaixo:

Prefeitura	Evento	Valor	Fonte
PM de Ibirá	55ª Jornada Esportiva de Ibirá	R\$ 34.986,00	Tesouro
PM de Pedranópolis	5a Copa de Futebol Amador Pedranópolis	R\$ 40.000,00	Tesouro
PM de Taiacu	Campeonato Regional de Taiacu	R\$ 55.000,00	Tesouro
Investimento Total:		R\$ 129.986,00	

Foram celebrados 3 termos de fomento com organizações da sociedade civil, mediante inexigibilidade de chamamento público, totalizando um investimento de R\$ 224.975,50; conforme quadro abaixo:

OSC	Evento	Valor	Fonte
Associação Esportiva	49º Troféu Chico Piscina	R\$ 70.000,00	Tesouro
Clube dos Paraplégicos	XIII Troféu Sérgio Del Grande	R\$ 99.974,50	Tesouro
Confederação Brasileira	24ª Campeonato Brasileiro de Karatê	R\$ 75.000,00	Tesouro
INVESTIMENTO TOTAL:		R\$ 244.974,50	

Ação 6028 – Bolsa Talento

Investir no capital humano dos atletas e contribuir para o desenvolvimento do desporto brasileiro é dever do Poder Público, em todas as suas esferas.

Conforme preceitua a Carta Magna em seu artigo 217 e a Constituição Paulista em seus artigos 264 e seguintes, constituem dever do Estado” fomentar e apoiar as práticas desportivas formais e não formais”.

O Estado de São Paulo, atendendo as diretrizes prescritas nesses dispositivos, promove o esporte em todas as suas nuances, com enfoque nas áreas social, educacional e de alto rendimento.

De longa data, a par do extenso calendário anual de eventos executados pelas mãos do Governo Estadual, o Centro de Formação/Excelência abriga e mantém dezenas de jovens com potencial, direcionados para o alto rendimento.

Visando ampliar o alcance e incentivar ainda mais o desporto, a “Bolsa Talento Esportivo” consiste na concessão de apoio financeiro aos atletas dos vários níveis de excelência, praticantes de modalidades olímpicas e paralímpicas.

Com isso, os mesmos poderão ter melhores condições de aprimoramento, melhorando suas performances. A dinâmica do benefício consiste na inscrição dos pretendentes, sendo a pretensão avaliada por Comissão de Análise designada pelo Secretário de Estado de Esporte, Lazer e Juventude.

A Bolsa Talento Esportivo, dessa forma, é instrumento pleiteado há muito tempo pela comunidade esportiva, para preencher uma lacuna existente na formação e aprimoramento daqueles que representam ou irão representar nosso Estado e nosso País, buscando no pódio a afirmação de nossa força.

Ao proporcionar melhores condições de treinamento, alimentação e, sobretudo, melhor qualidade de vida a esses jovens, por certo esse benefício contribuirá para o aumento do número de medalhas conquistadas por atletas vestindo as cores de São Paulo e do Brasil em competições nacionais e internacionais.

CATEGORIA	Valor Mensal da Bolsa (em R\$)	Nº. DE ATLETAS
ESTUDANTIL	415,00	283
JUNIORES	625,00	205
NACIONAL	1.453,00	31
INTERNACIONAL	2.232,00	6
TOTAL		525

Esporte e Lazer Para Pessoas com Deficiência

Visa oportunizar acesso a atividades esportivas e momentos de lazer a pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, a exemplo do “Troféu Sérgio Del Grande” (atletismo).

Importante projeto aprimorado pela SELJ, em parceria com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, SABESP e Instituto Novo Ser, o “Praia Acessível – Esporte Para Todos”, teve início no dia 29/12/2016, em Santos, com previsão para, numa primeira etapa, ocorrer também em Praia Grande, Guarujá e Caraguatatuba, nos meses de janeiro e fevereiro de 2017. Dados consolidados só serão obtidos por ocasião do fechamento desta primeira etapa.

Ação 5116 – Centros de Formação e Excelência Esportiva

Tradicional programa de excelência esportiva desenvolvido por esta Pasta, oriundo do antigo “Projeto Futuro”, vem oferecendo oportunidades para inúmeros atletas paulistas que despontam no cenário do esporte paulista, nacional e internacional como jovens talentos.

A Coordenadoria de Esporte e Lazer há 30 anos desenvolve um trabalho progressivo e que já conseguiu projetar grandes atletas, como Maureen Maggi no atletismo, Thiago Camilo no judô e muitos outros atletas de ponta do nosso país.

O Programa “Centro de Excelência e Formação” encerra o ano de 2017 com 03 (três) núcleos no Estado de São Paulo, que atenderá 1655, por 12 meses, jovens e promissores atletas do Estado. Modalidades: Ciclismo de Pista, Natação, Basquete, Karatê e Tênis de Mesa.

Vale ressaltar, que por necessidade de adequação às exigências impostas pela Lei nº 13.019/14, alterada pela Lei nº 13.204/15, a Pasta formalizou vários processos objetivando a abertura de chamada pública, visando selecionar Organizações da Sociedade Civil para firmar termos de colaboração, em regimes de mútua cooperação estabelecer as parcerias com objetivo de atender atletas nas seguintes modalidades: Atletismo – SP e Bragança Paulista, Judô – SP e Bastos, Karatê – SP (VOMC), Basquete - Barretos, Natação – Marília, Taekwondo – SP (VOMC) e Boxe - Santos. Aguardamos a necessária autorização governamental para a abertura dos chamamentos públicos.

Em 2016 foram celebrados convênios entre a SELJ e Prefeituras Municipais, que estão realizando procedimentos administrativos inconclusos, com vistas à efetivamente oferecer atendimento aos atletas, conforme listados abaixo.

	Beneficiários
Natação – Votuporanga	200
Basquete, Karatê, Natação e Tênis de Mesa – Santo André	1335
Ciclismo de Pista – Indaiatuba	120
Total de Atletas a serem atendidos	1655

Origem dos Recursos – Programa 4109 – São Paulo Mais Esporte e Lazer

Ação	Descrição	Investimento (R\$)		
		Min. Esporte	Tesouro	Total
5116	Centros de Formação e Excelência Esportiva	-	3.396.201,62	3.396.201,62
5131	Competições e Práticas Esportivas para Convênios	10.905.840,59	9.054.892,59	19.960.733,18
6028	Bolsa Talento Esportivo	-	3.907.260,00	3.907.260,00
5124	Lazer para Todos	-	1.161.911,29	1.161.911,29
TOTAL:		10.905.840,59	17.520.265,50	28.426.106,09

Implementando a Atividade Esportiva

Oferecer suporte de infraestrutura aos municípios paulistas com a finalidade de difundir a prática do esporte, lazer e juventude, incluindo a aquisição, produção e distribuição de materiais esportivos, equipamentos e material permanente.

Conjuntos Esportivos da SELJ e Atividades Desenvolvidas

Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães

O Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães agrega uma estrutura que compreende os seguintes espaços:

Ginásio Geraldo José de Almeida, conhecido como **Ginásio do Ibirapuera**, palco de grandes eventos esportivos e shows nacionais e internacionais, com capacidade para abrigar cerca de 11.000 espectadores;

Estádio Ícaro de Castro Mello, que abrange o campo de futebol e a pista de atletismo, com capacidade para abrigar 14.000 espectadores;

Conjunto Aquático Caio Pompeu de Toledo capacidade de 6.000 espectadores com infraestrutura para treinamentos e competições nas modalidades de natação, nado sincronizado, saltos ornamentais e mergulho;

Ginásio Poliesportivo Mauro Pinheiro, que possui quadra Poliesportiva e abriga treinamentos e competições dos cursos realizados para a comunidade e dos atletas de rendimento dos Projetos Esportivos;

Palácio do Judô, arena para competições e treinamentos da modalidade para os atletas de rendimento dos Projetos Esportivos;

2 (dois) outros Ginásios (sem denominação), utilizados para as aulas dos cursos esportivos, treinamentos e competições dos atletas pertencentes aos Projetos Esportivos; Academia de Ginástica para os cursos oferecidos à comunidade, bem como utilizada pelos atletas que fazem parte dos Projetos Esportivos; Salas de aula para os cursos esportivos oferecidos à comunidade (condicionamento físico, lutas marciais, etc.), além do Centro Médico e Fisioterápico para o atendimento dos atletas de rendimento.

Vila Olímpica Mario Covas

Em sua área de 174 mil m², junto a Rodovia Raposo Tavares desde 2005 são desenvolvidos eventos esportivos e aulas de várias modalidades esportivas gratuitas para a comunidade, além de instituir a parceria com Federações e Confederações para treinamento de equipes e atletas de alto rendimento. A Secretaria, em conjunto com entidades de administração do desporto, está viabilizando a implantação de outras instalações esportivas.

A Vila Olímpica, embora receba este nome, não se trata de uma “Vila” propriamente dita, e sim um Centro de Desenvolvimento Esportivo, desde a iniciação até o treinamento de modalidades específicas, visando a inserção de crianças e jovens na prática de atividades físicas. Em seu interior, encontramos um Parque bastante frequentado aos finais de semana, onde a população pode usufruir de uma grande área verde, espaços para o lazer com a família, relaxar e recompor as energias. E tudo isso com muita segurança.

A estrutura de ocupação da “Vila” conta com a participação efetiva das diversas Federações Esportivas Estaduais e ONGs, que viabilizam atividades totalmente gratuitas, garantindo e possibilitando à população uma oportunidade para a prática de Esporte e Lazer.

Baby Barioni

O Baby Barioni é um conjunto de esportes e lazer onde as pessoas podem praticar natação, futebol entre outros. Atualmente passa por reformas físicas e estruturais com previsão para ser finalizada em dezembro de 2017.

Ação 1040 – Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos

Objetiva oferecer alternativas de investimento para Municípios ou Entidades para viabilizar a atualização de aparelhos destinados ao usufruto esportivo ou de lazer da população ou viabilizar projetos por meio de levantamentos técnicos.

Entidade	Evento	Valor	Fonte
PM de Novais	Recursos para Construção de Quadra Poliesportiva	R\$ 250.000,00	Tesouro
Instituto de Pesquisas Tecnológicas	Laudo e Levantamento de Instalações do Complexo CERECAMP	R\$ 280.000,00	Tesouro
Construtora Roy	Pagamento de Obras – Baby Barioni	R\$ 436.573,74	Min. Esporte
Investimento Total:		R\$ 966.573,74	

Ação 4072 - Estimulando a Melhoria da Prática de Esporte e Lazer

Oferecer alternativas à prática de esporte e oportunidades de lazer, como a viabilização do repasse de verbas para instalação das “Academias ao Ar Livre”, conjunto de aparelhos esportivos a serem instalados em praça pública, estabelecida pelo Decreto nº 58.065/12.

Em 2016 foram estabelecidos os seguintes convênios para instalação de Academias ao Ar Livre:

Emendas:

	Processo	Convênio	Nº Emenda Parlamentar	Deputado	Interessado	Assunto	Valor
1	1348/15	019/17	2015.030.010-9	ESTEVAM GALVÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA	AQUISIÇÃO DE DUAS ACADEMIAS AO AR LIVRE NOS BAIRROS DE INDAIÁ E CHÁCARA VISTA LINDA	R\$ 60.000,00
2	1350/15	015/17	2015.030.013-3	ESTEVAM GALVÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZ	AQUISIÇÃO DE DUAS ACADEMIAS AO AR LIVRE NO BAIRRO UNIÃO E BAIRRO DA PALHA	R\$ 60.000,00
3	1341/15	100/17	2015.002.007-9	ALDO DEMARCHI	PREFEITURA MUNICIPAL DE PANORAMA	2 ACADEMIAS AO AR LIVRE	R\$ 60.000,00
4	0351/16	082/17	2015.334.022-7	RAMALHO DA CONSTRUÇÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS	ACADEMIA AO AR LIVRE - PRAÇA GERALDO CÂNDIDO DO NASCIMENTO - AV BREJNHO S/N JD CUMBICA	R\$ 40.000,00
5	0479/17	016/17	2015.515.009-5	CEZINHA DE MADUREIRA	PREFEITO MUNICIPAL DE BAURU	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA	R\$ 100.000,00
6	0510/17	017/17	2015.515.006-1	CEZINHA DE MADUREIRA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE	ACADEMIAS AO AR LIVRE	R\$ 150.000,00
7	1347/15	020/17	2015.002.010-3	ALDO DEMARCHI	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO	ACADEMIA AO AR LIVRE	R\$ 30.000,00
8	0349/16	014/17	2015.334.029-2	RAMALHO DA CONSTRUÇÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PENÁPOLIS	ACADEMIA AO AR LIVRE NOS BAIRROS CIDADE JARDIM E RES. FLORENÇA	R\$ 60.000,00

Doações:

	Processo	Doação	Interessado	Objeto
1	0300/17	025/17	Prefeitura Municipal de Avaré	Academia ao Ar Livre
2	0616/17	011/17	Prefeitura Municipal de Bariri	Academia ao Ar Livre
3	0224/17	008/17	Prefeitura Municipal de Bragança Paulista	Academia ao Ar Livre
4	0243/17	024/17	Prefeitura Municipal de Buritama	Academia ao Ar Livre
5	0223/17	003/17	Prefeitura Municipal de Caiabu	Academia ao Ar Livre
6	0282/17	014/17	Prefeitura Municipal de Cândido Mota	Academia ao Ar Livre
7	0270/17	006/17	Prefeitura Municipal de Coronel Macedo	Academia ao Ar Livre
8	0234/17	013/17	Prefeitura Municipal de Embu das Artes	Academia ao Ar Livre
9	0574/17	010/17	Prefeitura Municipal de Francisco Morato	Academia ao Ar Livre
10	0617/17	019/17	Prefeitura Municipal de General Salgado	Academia ao Ar Livre
11	0241/17	018/17	Prefeitura Municipal de Guarujá	Academia ao Ar Livre
12	0572/17	027/17	Prefeitura Municipal de Guarulhos	Academia ao Ar Livre
13	0320/17	017/17	Prefeitura Municipal de Itaberá	Academia ao Ar Livre
14	0273/17	002/17	Prefeitura Municipal de Jacareí	Academia ao Ar Livre
15	0258/17	022/17	Prefeitura Municipal de Joanópolis	Academia ao Ar Livre
16	0236/17	016/17	Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista	Academia ao Ar Livre
17	0235/17	020/17	Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul	Academia ao Ar Livre
18	0227/17	009/17	Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista	Academia ao Ar Livre
19	0263/17	007/17	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte	Academia ao Ar Livre
20	0271/17	015/17	Prefeitura Municipal de Ourinhos	Academia ao Ar Livre
21	0573/17	021/17	Prefeitura Municipal de Pratânia	Academia ao Ar Livre
22	0272/17	004/17	Prefeitura Municipal de Santa Isabel	Academia ao Ar Livre
23	0231/17	028/17	Prefeitura Municipal de São Sebastião	Academia ao Ar Livre
24	0244/17	012/17	Prefeitura Municipal de Serra Negra	Academia ao Ar Livre
25	0299/17	005/17	Prefeitura Municipal de Taboão da Serra	Academia ao Ar Livre
26	0262/17	001/17	Prefeitura Municipal de Taguaí	Academia ao Ar Livre
27	0319/17	026/17	Prefeitura Municipal Taubaté	Academia ao Ar Livre
28	0228/17	023/17	Prefeitura Municipal de Tuiuti	Academia ao Ar Livre

Convênios SELJ:

	Processo	Convênio	Interessado	Objeto	Valor
1	1363/17	107/17	Prefeitura Municipal de Areiópolis	Reforma do Estádio Municipal Geraldo Pereira Barros	R\$100.000,00
2	1368/17	102/17	Prefeitura Municipal de Bocaina	Reforma do Conjunto Aquático Dr. Aloysio Barreto	R\$150.000,00
3	1366/17	101/17	Prefeitura Municipal de Clementina	Construção da Pista de Skate	R\$70.000,00
4	1378/17	103/17	Prefeitura Municipal de Itaóca	Instalação de Guarda Corpo, Corrimão e Telas em Quadra Poliesportiva	R\$100.000,00
5	1364/17	104/17	Prefeitura Municipal de Jarinu	Reforma do Ginásio de Esportes	R\$300.000,00
6	1365/17	106/17	Prefeitura Municipal de Sarutaíá	Reforma e Acessibilidade do Cancha de Malha e Bocha	R\$100.000,00
7	1367/17	105/17	Prefeitura Municipal de Torre de Pedra	Construção de Vestiários	R\$120.000,00
8	0611/17	108/17	Prefeitura Municipal de Votuporanga	Adequação e Reforma de Praça Esportiva	R\$150.000,00

Origem dos Recursos – Programa 4109 - São Paulo mais Esporte e Lazer

Programa 4111 – Juventude em Foco

Ação 6156 - Competições Esportivas de Diversas Modalidades em Âmbito Escolar

Promoção de intercâmbio com unidades escolares da rede de ensino do Estado, incentivo à prática do esporte, descoberta de novos talentos olímpicos para representarem o Estado nas Olimpíadas escolares brasileiras. O programa também garante acesso à Ação 6028 – Bolsa Talento Esportivo na categoria Estudantil para aqueles atletas melhores qualificados nos Jogos Escolares e promove o desempenho desportivo escolar em competições nacionais, contemplando modalidades individuais que não fazem parte da olimpíada escolar da rede estadual e jogos escolares envolvendo redes municipal, federal e particular de ensino.

Somente na fase regional dos jogos, os Jogos Escolares do Estado de São Paulo receberam 177.699 participantes nas categorias Mirim e Infantil.

Ação 5868 - Gestão do Conhecimento

Coordenação de Programas para a Juventude, a fim de expandir políticas públicas oferecidas pelo Estado de São Paulo, para o segmento jovem, em observância ao Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), organizou algumas ações, entre elas:

- a Campanha do Agasalho, com envolvimento das Delegacias Regionais de Esporte, Inspetorias, Centros de Excelências e demais órgãos administrados ou parceiros desta Secretaria;
- o evento “**Juventude Antenada – Juntos Vamos Vencer!**”, idealizado a fim de levar ao conhecimento da população jovem paulista as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do

Estado de São Paulo, que lhes possibilitem emprego, trabalho, renda, empreendedorismo, cultura, lazer e saúde, e;

- palestras como “**Atletas Inteligentes: Reciclando Emoções, Conquistando Objetivos**”, que foi direcionada a Juventude atleta, treinadores, professores e alunos de educação física, representantes de clubes e/ou outros segmentos ligados ao esporte, visando a expansão das políticas públicas de esporte oferecidas pelo Estado de São Paulo. Na palestra foram abordadas as dimensões intelectuais e sócioemocionais de maneira lúdica e dinâmica, através de cases, histórias de vida, reportagens e atividades em grupo, por meio dela, os atletas foram orientados a refletir sobre suas vidas e carreiras, sobretudo, em como conciliar a educação com o esporte, o clube com a escola, os deslocamentos diários entre os locais de treinos, estudos e residência, pois geram custos, cansaços físicos e mentais, bem como também motivados a encarar seus desafios, controlar suas emoções e conquistar seus sonhos e objetivos, dentro e fora do campo esportivo.

BALADA CAMPEÃ

Oferece opções de esporte, lazer e entretenimento para quatro grandes comunidades carentes da capital paulista: Heliópolis, Brasilândia, Paraisópolis e Rio Pequeno.

Data do lançamento: 4 de setembro

Período de realização nas comunidades (sempre às sextas e sábados): 15 de setembro a 4 de novembro

Final day: 11 de novembro

Investimento: R\$ 2,3 milhões

Pessoas atendidas: 22 mil

Abaixo, o público atingido em cada uma das ações:

EVENTOS – 2017

Julho	Datas	Cidade
CAMPANHA DO AGASALHO		
Arrecadações		756

Agosto	Datas	Cidade
Juventude Antenada – Juntos Vamos Vencer!	12	Capital
Participantes		230

Novembro	Datas	Cidade
Atletas Inteligentes: Reciclando Emoções, Conquistando Objetivos.	17	Capital
Número de participantes		160

Origem dos Recursos – Programa 4111 – Juventude em Foco

Ação	Descrição	Investimento		Total (R\$)
		Min. Esporte	Tesouro (R\$)	
6156	Competições Esportivas de Diversas	19.720.635,78		19.720.635,78
5869	Ativação Jovem	14.912,60	782.080,95	796.993,55
	INVESTIMENTO TOTAL:	19.735.548,38	782.080,95	20.517.629,33

Lei Paulista de Incentivo ao Esporte

Embora não faça parte de algum programa específico, a Lei Paulista de Incentivo ao Esporte (Lei 13.918/09) é um mecanismo jurídico que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude de São Paulo.

Trata-se de uma ferramenta de grande relevância, pois possibilita às empresas de todo o Estado de São Paulo apoiar projetos esportivos elaborados pela sociedade civil organizada, por meio de patrocínio ou doação financeira provenientes da renúncia de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por parte do Estado, que abre mão de parte de sua arrecadação para que a empresa invista diretamente no projeto de seu interesse, mas previamente aprovados pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude.

Instituída por lei em 2009 e regulamentada pelo Decreto nº 55.636, de 26 de março de 2010, a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte de São Paulo contempla projetos vinculados às áreas educacional, formação desportiva, rendimento, sócio-desportiva, participativa, gestão, desenvolvimento e infraestrutura.

Em 2017, conforme quadro abaixo 696 projetos foram aprovados para captação de recursos.

Projetos Aprovados	
Entidades do 3º Setor beneficiadas	403
Prefeituras beneficiadas	10
Municípios alcançados	167
Modalidades esportivas desenvolvidas	118
Valores Aprovados para captação (R\$)	59.000.000,00

Principais ações de Gestão da Lei Paulista de Incentivo ao Esporte	
Espaço Físico	Sala onde todos os proponentes tem acesso com o calendário de atendimento
	Acompanhamento e organização física dos processos
	Acesso ao sistema informatizado
Apresentação de Projetos	Esse ano houve abertura de datas em duas oportunidades e já foram abertas as inscrições para 2017.
	Os projetos são cadastrados <i>online</i> por sistema desenvolvido na própria SELJ, sem comprometimento de recursos.
Tramitação de Projetos	Todos os projetos foram analisados em ordem de chegada, respeitando o princípio da Administração Pública da Isonomia.
Julgamento dos Projetos	Todos os critérios de análise de projetos foram publicados, garantindo respeito ao princípio da Administração Pública da Isonomia.
	Calendário divulgado com antecedência, com pautas das reuniões divulgadas no Diário Oficial com pelo menos 24 horas de antecedência.
	Transmissão <i>online</i> das reuniões e registro em plataformas gratuitas de filmes (www.youtube.com).
	Constituição de comissão composta por técnicos do esporte, órgãos fiscalizadores e comitê interno da SELJ.
	Quando da existência de recursos, estes são julgados e, quando indeferidos, justificados aos proponentes.
Captação de recursos	O prazo para a captação de recursos começa a ser contado a partir da entrega da CID
	A Secretaria de Esporte e a Secretaria da Fazenda trabalham em conjunto para a Liberação de Recursos
Liberação de Recursos	Os projetos são liberados por ordem de chegada, com priorização apenas para projetos cujo calendário está na iminência de acontecer.
	Os processos são liberados em no máximo 20 dias, com exceção daqueles cuja documentação apresente qualquer problema.
Execução dos projetos	Todos os projetos que tem seus recursos liberados são acompanhados periodicamente e notificados, quando necessário.
	Medição dos projetos por indicadores.

SECRETARIA DA FAZENDA

Secretaria da Fazenda

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

20000 - Secretaria da Fazenda

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	32.358.264.788,00	34.186.024.244,00	33.817.707.741,81	40.143.260,15	33.857.851.001,96	33.305.135.599,82
Pessoal e Encargos Sociais	31.589.403.403,00	33.334.629.945,00	33.199.129.647,42	0,00	33.199.129.647,42	32.633.208.014,23
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	768.861.385,00	851.394.299,00	618.578.094,39	40.143.260,15	658.721.354,54	671.927.585,59
Despesas de Capital	220.211.766,00	195.934.970,00	120.430.996,01	374.597,32	120.805.593,33	116.418.221,00
Investimentos	220.207.766,00	195.930.970,00	120.430.996,01	374.597,32	120.805.593,33	116.418.221,00
Inversões Financeiras	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	32.578.476.554,00	34.381.959.214,00	33.938.138.737,82	40.517.857,47	33.978.656.595,29	33.421.553.820,82

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

20000 - Secretaria da Fazenda

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participação Societária	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	1.785.919,00	1.790.919,00	1.721.609,22	0,00	1.721.609,22	1.713.696,22
Despesas Correntes	1.785.919,00	1.790.919,00	1.721.609,22	0,00	1.721.609,22	1.713.696,22
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000 - Gestão Fiscal e Tributária	2.136.454.056,00	2.443.636.812,00	2.230.392.784,15	26.198.244,34	2.256.591.028,49	1.864.854.960,79
Despesas Correntes	2.072.970.738,00	2.372.505.437,00	2.206.037.869,63	25.973.647,02	2.232.011.516,65	1.844.467.821,28
Despesas de Capital	63.483.318,00	71.131.375,00	24.354.914,52	224.597,32	24.579.511,84	20.387.139,51
2003 - Gestão das carteiras autônomas de previdência, do IPESP e de contratos de seguro	24.521.854,00	24.521.854,00	17.395.572,44	0,00	17.395.572,44	17.014.842,50
Despesas Correntes	24.521.854,00	24.521.854,00	17.395.572,44	0,00	17.395.572,44	17.014.842,50
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2005 - Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico	150.045.708,00	131.820.855,00	109.722.548,00	0,00	109.722.548,00	109.722.548,00
Despesas Correntes	10,00	13.700.010,00	13.700.000,00	0,00	13.700.000,00	13.700.000,00
Despesas de Capital	150.045.698,00	118.120.845,00	96.022.548,00	0,00	96.022.548,00	96.022.548,00

2009 - Administração Geral da Fazenda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.193.743,30
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.193.743,30
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2012 - Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	635.047,74
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	635.047,74
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2021 - Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual	30.265.665.017,00	31.780.184.774,00	31.578.906.224,01	14.319.613,13	31.593.225.837,14	31.419.418.982,27
Despesas Correntes	30.258.986.267,00	31.773.506.024,00	31.578.852.690,52	14.169.613,13	31.593.022.303,65	31.419.410.448,78
Despesas de Capital	6.678.750,00	6.678.750,00	53.533,49	150.000,00	203.533,49	8.533,49
Despesa Total	32.578.476.554,00	34.381.959.214,00	33.938.138.737,82	40.517.857,47	33.978.656.595,29	33.421.553.820,82

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programa 2000 Gestão Fiscal e Tributária

Prover e gerir recursos financeiros de modo a assegurar a prestação de serviços públicos e os investimentos do Estado de São Paulo.

Ação 2290 – Gestão e Integração dos Fiscos do Brasil

Aperfeiçoamento dos métodos e instrumentos de apoio à gestão estratégica integrada; melhoria do desempenho da administração tributária e contencioso fiscal; melhoria do desempenho da administração financeira, patrimonial e controle interno; melhoria da gestão de recursos estratégicos. O projeto conta com recursos vinculados a operação de crédito realizada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e autorizada pela Lei Estadual nº 13.815, de 17/11/2009.

Em 2017 destacamos as seguintes ações, projeto PROFISCO, cujos contratos encontravam-se em fase de execução:

- a) Projeto 1.5 – Construção do Posto Fiscal de Lins – SP (continuidade); Reforma da Regional de Taubaté; Reforma da Regional de Presidente Prudente; Adequação e reforma das salas de treinamento da Regional de Taubaté; Reforma das salas de treinamento da Escola Fazendária na Regional de Jundiá; Aquisição de equipamentos para gravação de vídeo para o estúdio; Aquisição de dispositivos móveis e equipamentos para testes e homologação de aplicativos móveis da SEFAZ-SP; Aquisição de diversos tipos de cadeiras para atender as necessidades de reforma e alterações de layout da Sede e CRAs; Ampliação da solução de switches, licenças e módulos 10 gigabit para ambientes de datacenter da SEFAZ/SP, incluindo instalação e configuração.
- b) Projeto 2.2 – Convênios e acordos de cooperação, com instituições selecionadas, celebrados: Participação de eventos da COGEF.
- c) Projeto 3.1 – Contratação dos serviços do IMESP para fornecimento de 130.000 certificados digitais do projeto SAT-Cfe (continuidade); Aquisição de equipamentos de solução de Hardware Security Module (continuidade).
- d) Projeto 3.2 – Sistema de Controle de Vazão de Combustíveis implantado: Desenvolvimento do Sistema de Controle de Vendas de Combustíveis de Postos Revendedores (continuidade).
- e) Projeto 3.4 – Aquisição HDs USB 3.0 para utilização em extração de dados.
- f) Projeto 3.6 – Sistema de controle das operações de drawback, exportações e remessas para áreas de livre comércio: Contratação da PRODESP para desenvolvimento do SLEX - Fase 1 - Op. Importação e Remessa Suframa – (continuidade).
- g) Projeto 3.7 – Aquisição e implantação de solução de mascaramento de dados (continuidade); Aquisição de solução para movimentação de dados, também conhecida como ferramenta de ETL; Aquisição de 3 (três) Sistemas de Armazenamento de Dados (Storage) MidRange com 3 Camadas, incluindo instalação completa e garantia de 36 (trinta e seis) meses.
- h) Projeto 3.8 – Conta fiscal do ICMS declarado implantado: Prestação de serv.de informática

- i) visando a construção de módulos do Projeto Conta Fiscal do ICMS declarado (continuidade).
- j) Projeto 4.1 – Cadastro de contribuintes do IPVA implantado: Desenvolvimento do Sistema de Controle de Notificações do IPVA (continuidade).
- k) Projeto 4.2 – ITCMD – Sistema de cruzamento de informações das declarações on-line implantado: Sistema da Conta Fiscal do Parcelamento do ITCMD (continuidade).
- l) Projeto 5.1 – Processo Administrativo Tributário Eletrônico e-PAT implantado: Aquisição de 91 scanners de alto desempenho e 75 mesas digitalizadoras incluindo instalação garantia e suporte técnico (continuidade).
- m) Projeto 6.1 – Prestação de serviços de informática para ativação e treinamento de operação do Sistema de Administração - SAM - módulo ESTOQUE (continuidade); Contratação de serviço para ativação e treinamento da operação do Sistema de Administração de Materiais - módulo BENS MÓVEIS.
- n) Projeto 6.3 – Metodologia para auditoria baseado em riscos de gestão: Consultoria especializada para implantação de auditoria baseada em risco, conforme metodologia COSO, em duas secretarias do Estado de SP (continuidade).
- o) Projeto 6.4 – Consultoria para análise de estruturas de GARANTIAS existentes e proposição de modalidades de garantias para projetos de interesse do estado, em especial no âmbito de PPPs; Consultoria especializada para estudos em PPP que permitam ao Estado ter referencial para decisão sobre forma de contratação de projetos de infraestrutura econômica e social (Value for Money); Contratação de serviços de consultoria para o tratamento contábil dos compromissos e riscos fiscais decorrentes dos projetos de PPP; Aquisição de Licenças de Software da ferramenta E-views 9.5 Enterprise.
- p) Projeto 7.2 – Consultoria para auditoria dos Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados – CADTERC (continuidade); Contratação de consultoria para assessoria e auditoria do Sistema BEC/SP; Aquisição de software de gerenciamento de riscos - Risk Manager; Aquisição de 1000 licenças Microsoft Windows Server e Treinamentos Técnicos com certificação; Atualização da plataforma de telefonia IP.
- q) Projeto 8.2 – Novo modelo de relacionamento eletrônico com o contribuinte implantado: Consultoria p/auxiliar na implantação de um portal de serviços tributários p/a SEFAZ/SP (continuidade); Aquisição de 14 licenças do SW MS Sharepoint.
- r) Projeto 9.2 – Metodologia de gerenciamento de processos, qualidade e níveis de serviço implantado: Consultoria especializada para implantação do Escritório de Projetos (continuidade);
- s) Projeto 9.5 – Arquitetura e modelo de negócios de TI formalizado e institucionalizado: Consultoria especializada em estruturação da área de Arquitetura Corporativa para o DTI (continuidade).
- t) Projeto 9.6 – Aquisição de solução sistêmica de gerenciamento eletrônico (SGVA).
- u) Projeto 9.8 – Reformulação das ferramentas de Comunicação e Colaboração: Aquisição de solução de controle de acesso a redes – CITRIX (continuidade); Aquisição de solução de controle de acesso a redes – NAC (continuidade); Aquisição de solução de Colaboração e Comunicação Unificada p/ 10.000 usuários.
- v) Projeto 9.9 – Aquisição de dois Sistemas de Armazenamento de dados Enterprise High End Tierizado de alta capacidade.
- w) Projeto 10.1 – Aquisição de cadeiras para as Regionais.
- x) Projeto 10.3 – Desenvolvimento de Curso EAD - Gestão Documental; Desenvolvimento de Curso EAD - Licitação de Contratos; Desenvolvimento de Curso EAD - Sigeo BIEE; Desenvolvimento de Curso EAD - Programa de Desenvolvimento dos Gestores de Capacitação; Desenvolvimento de Curso EAD - Pregão Eletrônico.
- y) Projeto 10.4 – Avaliação de desempenho por competências implantadas: Contratação de serviços consultoria para concepção de modelo de avaliação profissional para SEFAZ – SP (continuidade).
- z) Projeto A1 – Gestão do Projeto: Contratação de auditoria externa para o PROFISCO, seguindo as normas do BID (Modalidade - SBQC) (continuidade); Aquisição de 4 equipamentos para digitalização de documentos (scanners).

Ação 4499 – Eventos de Capacitação nas Áreas Fazendárias

A Escola Fazendária do Estado de São Paulo – FAZESP atua na capacitação de servidores da Secretaria da Fazenda, dos servidores da área orçamentário-financeira das demais Secretarias.

No ano de 2017, realizou os seguintes eventos relacionados com a capacitação de servidores do Estado de São Paulo:

Programa de Capacitação Anual	Eventos de Capacitação	172
	Quantidade de vagas	10.552
	Quantidade de horas-aula usufruídas	147.676
Programa de Apoio à Pós-graduação	Número de servidores que receberam custeio	04
	Número de afastamentos concedidos	04
Participação em Eventos Externos	Número de eventos	85
	Número de servidores participantes	501

Ademais, a FAZESP atua na sensibilização dos cidadãos quanto à importância e ao papel dos tributos na sociedade e na economia, bem como quanto à relevância do controle social dos gastos públicos e da transparência na aplicação dos recursos, sendo importante instrumento com vistas à construção de uma relação harmoniosa entre o Estado e a sociedade.

No ano de 2017, realizou os seguintes eventos relacionados à educação fiscal para a cidadania:

Eventos realizados	405
Cidadãos envolvidos	28.273
Quantidade de horas de eventos	2.013

Ação 5021 – Operação Tributária

Fiscalização:

Em termos de trabalhos fiscais da Fiscalização Direta de Tributos no período de 01/Jan a 31/Dez/2017, destacamos: a) Conclusão de mais de 3.370 auditorias; b) Emissão de 66.846 Ordens de Serviços Fiscais (OSFs); e c) Notificação de 13.983 Autos de Infração e de Imposição de Multa (AIIMs), resultando em um valor de R\$ 31.924.016.501,40 entre imposto, juros e multa.

IPVA: a) Racionalização da cobrança administrativa do IPVA vencido: Até 31/Dez/2017, encerrando os lançamentos em 2017, foi constituído o crédito tributário referente a 2,77 milhões de débitos do próprio exercício e 2,43 milhões de débitos referentes ao exercício de 2016, no valor total de R\$ 2,56 bilhões, tendo sido arrecadados 1.111.692 débitos e R\$ 849,4 milhões; **b) Contencioso administrativo associado ao IPVA:** Foram julgadas 31.991 impugnações de lançamento e 3.484 recursos, com 1.110 decisões favoráveis aos contribuintes.

ITCMD - Plano de Trabalho ITCMD 2012: Em decorrência de transmissões de bens efetuadas em 2012, até 31/Dez/2017 foram fiscalizados 9.603 possíveis contribuintes do ITCMD, resultando na arrecadação de R\$ 28,280 milhões e lavratura de 956 Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIMs) no valor de R\$ 50,134 milhões. Houve 742 parcelamentos no valor de R\$17,068 milhões.

ICMS:

Combustíveis e Sucrenergético:

Controle cadastral: a) Procedimentos Administrativos de Cassação: Realizada a cassação da inscrição estadual de substituto tributário da refinaria localizada no Rio de Janeiro, por inadimplência fraudulenta; **b) Outras cassações de inscrição estadual:** Cassação de 4 distribuidoras e de mais uma distribuidora com inscrição estadual de substituta tributária com base na Portaria CAT 02/11, das quais duas operam com liminar judicial, e de 43 postos varejistas de combustíveis, além de outros 16 que estão com a inscrição estadual suspensa.

Comunicações e Energia Elétrica:

Sistema de Recepção da 2ª Via Eletrônica das NFs de Comunicações e Energia Elétrica: Foi concluída a atualização do sistema responsável pela recepção dos arquivos da segunda via eletrônica das notas fiscais de comunicações e energia elétrica, conforme disciplinado pelo Convênio ICMS 115/2003 e Portaria CAT 79/2003.

Operações de Fiscalização realizadas em 2017:

Operações de Fiscalização de Combustível: Em 2017, a Sefaz participou de duas operações conjuntas de fiscalização em postos de combustíveis, com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível - ANP, o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - Ipem e a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania – SJDC e realizou duas Operações “De Olho na Bomba”, que visa à apuração de desconformidade dos combustíveis. Realizou-se, também, a Operação Mercado Paralelo: Fiscalização de contribuintes que atuam no setor de combustíveis, sem autorização da agência reguladora federal (ANP) e sem código de atividade econômica adequado, que resultou na cassação da inscrição estadual de 5 estabelecimentos e na suspensão de outros 3;

Operações de Fiscalização de Comunicações e Energia Elétrica: a) **Prestadores de Serviço de Comunicação:** Execução de operações para fiscalização de prestadores que, com fulcro em teses elisivas, excluem da base de cálculo do ICMS parcela significativa de suas receitas. As mais comuns são a exclusão de valores a título de “locação de bens” e “serviços de valor adicionado”; b) **Distribuidoras e Geradoras de Energia Elétrica:** Execução de operações para fiscalização do correto cumprimento da legislação tributária, em especial quanto ao crédito de ativos e às obrigações principal e acessórias relacionadas às operações com energia elétrica realizadas em Ambiente de Contratação Livre (ACL);

Operação Distribuidor Cativo: Operação que tem por objetivo a identificação de distribuidores “cativos” ao longo da cadeia produtiva, com proposta de deslocamento do polo passivo de ofício nos termos da Portaria CAT 53/13, quando for constatada a ocorrência dos fatos previstos no § 15 do artigo 8º da Lei 6.374/1989, quais sejam: prejuízos à livre concorrência ou acumulação de valores a título de ressarcimento de substituição tributária;

Operações Setoriais: Esta Operação tem como objetivo a verificação pontual dos critérios de seleção descritos no item 4.1.2 do Plano de Trabalho e, eventualmente, o critério disposto na letra “b” do item 4.1.3;

Operação ST Pagamento Antecipado (426-A): Verificação de contribuintes que efetuaram aquisições relevantes de mercadorias sujeitas à ST de outros estados sem o correspondente pagamento antecipado, ou em valor menor que o devido, por ocasião da entrada em território paulista, e cuja retenção e pagamento anterior não tenha ocorrido;

Operação Fronteiras Metálicas: Visa identificar irregularidades nas operações interestaduais com sucatas e alumínio bruto;

Operação Autorregularização NF-e/CT-e x GIA: Visa verificar os motivos que resultaram nas diferenças entre os valores de ICMS destacado em CT-es / NF-es de prestações / saídas e os valores de débitos declarados nas GIAs, dando oportunidade de o contribuinte se autorregularizar em caso de constatação de omissões na entrega ou erros nos valores declarados e arrecadados;

Operação Resinas: A presente operação visa identificar estabelecimentos paulistas que adquirem resinas importadas de outras unidades da federação, com carga tributária de 12% em vez de 4%, para se beneficiarem da formação de créditos de ICMS;

Operação Pauta Fiscal Cerâmica: O objetivo principal deste acionamento é verificar o cumprimento da pauta fiscal (valor mínimo para o cálculo do ICMS) nas operações com revestimento cerâmico;

Operação RECOPI: A presente operação visa identificar estabelecimentos paulistas que estejam praticando o desvio de finalidade de papel com imunidade tributária;

Operação Argamassa: A presente operação visa verificar se fabricantes paulistas de argamassa efetuaram saídas do referido produto sem a devida emissão de documento fiscal;

Operação CutSize: A operação tem como objetivo a verificação da regularidade das operações com o papel CutSize (papel A4);

Projeto Alerta: A quarta edição do Projeto Alerta contou com a atuação integrada dos Fiscos Estaduais, Municipais e da Receita Federal do Brasil (RFB) buscando a autorregularização dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional. Nesta edição, foram apuradas as diferenças entre os documentos fiscais emitidos pelo contribuinte e os valores declarados em PGDAS-D para os anos-calendário de 2014 e 2015. Os avisos foram disponibilizados no Portal do Simples Nacional da Receita Federal do Brasil automaticamente aos contribuintes que obtiveram diferenças apuradas pelos fiscos. Os resultados estão em processo de apuração pela RFB.

Grandes Contribuintes e Monitoramento - Malha Fiscal:

Em 2017 foram realizadas as seguintes atividades: a) **Criação da Supervisão de Grandes Contribuintes e Monitoramento de Operações Indiciárias:** Área criada para acompanhar de forma contínua os 100 maiores contribuintes do Estado de São Paulo, os quais respondem por 35% da arrecadação de ICMS e 27% do faturamento total entre os contribuintes pertencentes aos Núcleos Setoriais, e identificar operações indiciárias que demandem uma ação célere e coordenada por parte do fisco paulista; b) **Malha Fiscal para Aberturas Recentes:** Criação de rotina para identificar empresas recém-abertas que simulam a existência e geram créditos para outras empresas por meio de notas fiscais eletrônicas emitidas de forma simulada. 81 empresas acionadas, 70% não localizadas e R\$ 626 milhões de operações declaradas; c) **Monitoramento de Operações Interestaduais:** Criação de rotina capaz de identificar a simulação de operações interestaduais que geram perdas de ICMS para São Paulo em operações sujeitas ou não à substituição tributária. 92 acionamentos, 90% dos trabalhos concluídos resultaram em empresas não localizadas; d) **Operação Substitutos Tributários OUFs:** Verificação de contribuintes de outros Estados que se encontram inscritos em São Paulo por serem responsáveis pelo recolhimento do imposto devido ao Estado em operações sujeitas à substituição tributária. 560 acionamentos, R\$ 30 milhões de AIIMs; e) **Operação Autorregularização NFe X GIA-ST:** Envio de avisos permitindo que contribuintes paulistas procedessem à autorregularização de divergências identificadas a partir do cruzamento de informações contidas nas NF-e(s) emitidas e nas GIAs declaradas por contribuintes paulistas. 49 acionamentos, R\$ 27 milhões de AIIMs, R\$ 6 milhões de ICMS autorregularizado e 13 I.E. declaradas nulas/suspensas por não localização; f) **Operação Autorregularização DIFAL:** Envio de avisos a contribuintes paulistas e de outros Estados com relação ao imposto devido para o Estado de São Paulo por conta da repartição do ICMS em operações interestaduais com destino a consumidor final prevista na Emenda Constitucional nº 87/2015. 260 acionamentos, R\$ 97,5 milhões de ICMS autorregularizado. R\$ 15 milhões em AIIMs; g) **Operação Altilium:** Operação no setor de comercialização e industrialização de baterias usadas para automóveis para identificar empresas de fachada e operações simuladas com o produto.

Atendimento ao Público

Balanco das Ações do Atendimento e CADESP - Cadastro de Contribuintes de ICMS: Cassados 48.630 inscrições estaduais por inatividade presumida em 2017.

Ação de Simplificação de aberturas de empresas: Houve uma redução no tempo médio de abertura de empresas em razão da redução da retenção de pedidos em análise nos Postos Fiscais. Durante este trabalho o número de pedidos retidos foi reduzido em 41% em 2017.

Resultados do Atendimento: A avaliação geral dos usuários dos serviços prestados presencialmente, registrada através do Sistema de Gestão do Atendimento, SGA, teve nota média de 3,96, numa escala de 0 a 4, o que representa manutenção da excelência no atendimento. Durante o ano de 2017 foram realizados 2.793.233 atendimentos pela Secretaria da Fazenda, assim distribuídos entre os diferentes canais: a) Fale Conosco (Atendimento Eletrônico): 315.088; b) Call Center (0800): 971.371; c) Atendimento Presencial: 1.506.774.

Melhorias no Atendimento: Entre os meses de Março a Maio de 2017 realizou-se a migração para a versão SIGA 3 do software de Gestão do Atendimento Presencial da Sefaz, que permitiu a implantação do agendamento eletrônico do atendimento presencial nos Postos Fiscais e nos Serviços de Pronto Atendimento da Secretaria da Fazenda. A partir de 27/Mar/2017 a Delegacia Regional Tributária da Capital – III passou a realizar o agendamento eletrônico e até o dia 31/Dez/2017 um total de 30 das 51 unidades de atendimento da Sefaz já contavam com essa funcionalidade. Durante o mês de Nov/2017, os atendimentos agendados já representavam cerca de 45% do total de atendimentos prestados nas 30 unidades onde esse serviço estava disponível. A previsão é de que até o dia 30/03/2018 todas as 51 unidades de atendimento da Sefaz já estejam em condições de utilizar o agendamento eletrônico.

Alterações de Legislação

Convênios: Foram firmados 126 convênios, dentre os quais, embora não tenham impacto direto no Estado de São Paulo, destacam-se pela repercussão quando de sua aprovação, os seguintes: a) Convênio ICMS 42/2016: Autoriza os estados e o Distrito Federal a criar condição para a fruição de incentivos e benefícios no âmbito do ICMS ou reduzir o seu montante; b) Convênio ICMS 73/2016: Autoriza as unidades federadas que menciona a concederem redução de base de cálculo do ICMS nas operações internas com querosene de aviação - QAV; c) Convênios ICMS 90,102 e 117/2016: Alteram o Convênio ICMS 92/15, que estabelece a sistemática de uniformização e identificação das mercadorias e bens passíveis de sujeição aos regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do ICMS com o encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes.

Ajustes: Foram publicados 15 Ajustes SINIEF (Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais) que tratam de Obrigações Acessórias das mais diversas. Dentre os que foram aprovados, destaca-se o Ajuste SINIEF 08/2016 que estabelece procedimentos relacionados com a entrega de bens e mercadorias a terceiros, adquiridos por órgãos ou entidades da Administração Pública Direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como suas autarquias e fundações públicas.

Protocolos: O foco dos Protocolos firmados por São Paulo diz respeito a produtos sujeitos à substituição tributária. Foram firmados 72 protocolos, dentre os quais destacamos: a) Protocolo ICMS 14/2016: Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios destinados ao Estado de Alagoas; b) Protocolo ICMS 31/2016: Revoga o Protocolo ICMS 44/13, que estabelece substituição tributária em relação às operações antecedentes interestaduais com desperdícios e resíduos de metais não-ferrosos e alumínio em formas brutas quando o produto for destinado a estabelecimento industrial.

Decretos: Foram elaboradas 64 minutas de Decreto, dentre as quais destacamos a publicação das seguintes medidas: a) Prorrogação do prazo de adesão ao Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS e ao Programa de Parcelamento de Débitos - PPD; b) Redução de base cálculo para operações com softwares e congêneres quando não elaborados por encomenda e não exigência do ICMS nas operações com *softwares* e congêneres disponibilizados por meio de transferência eletrônica de dados (*download* ou *streaming*), até que fique definido o local de ocorrência do fato gerador para determinação do estabelecimento responsável pelo pagamento do imposto; c) Regulamentação da cobrança do adicional de 2% na alíquota do ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP, previsto na Lei 16.006, de 24-11-2015; d) Regulamento do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP; e) Prorrogação da isenção para Taxi.

Resoluções SF: Foram elaboradas 30 minutas de Resolução SF, dentre as quais destacamos a publicação de medidas de aperfeiçoamento e operacionalização do programa "Nota Fiscal Paulista".

Portarias CAT: Foram elaboradas 112 minutas de portaria CAT, dentre as quais destacamos a publicação das seguintes medidas: a) Prorrogação do prazo para a entrega da Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação - DeSTDA; b) Estabelecimento de procedimentos necessários à realização das operações interestaduais com Gás Liquefeito derivado de Gás Natural - GLGN, em razão da adesão do Estado de São Paulo ao Protocolo ICMS 04, de 21-03-2014; c) Concessão de regime especial às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações para o estorno do valor do imposto indevidamente debitado em substituição ao procedimento previsto no artigo 10 do Anexo XVII do Regulamento do ICMS.

Consultoria Tributária: Até 31/12/2017, foram formuladas 1.896 consultas, tendo sido respondidas 2.066.

Contencioso Administrativo:

Em termos do Contencioso Administrativo, destacam-se:

a) Com relação aos processos encerrados até 31/Dezembro/2017, temos:

Processos Encerrados no Contencioso					R\$
Total	Qtde	Imposto	Multa	Juros	Total
Eletrônicos	4.958	5.658.059.159,47	12.571.958.278,92	3.414.512.883,35	21.644.530.321,74
Físicos	71	289.400.884,23	457.941.851,77	194.055.421,02	941.398.157,03
Total	5.029	5.947.460.043,70	13.029.900.130,69	3.608.568.304,37	22.585.928.478,77

b) Temos até Dezembro/2017 9.519 processos julgados em primeira instância e 8.768 em segunda instância; c) Em Outubro/2017 o contencioso apresentou um tempo médio de tramitação de processos em torno de 27,2 meses. Com o desenvolvimento das etapas do módulo "voto eletrônico" na Câmara Superior haverá tendência de queda no tempo de tramitação; d) Em 2017, em continuação dos esforços de imprimir celeridade aos julgamentos, o Tribunal de Impostos e Taxas elevou o número de Câmaras Julgadoras de 12 para 16, procedeu a mutirão para análise de admissibilidade de recursos e aprovou quatro súmulas, tratando da decadência em casos de crédito indevido; da aplicação da taxa de juros; das glosa de créditos em operações de transferência na chamada "guerra fiscal" e do estorno de créditos em saídas com redução de base de cálculo. Tais temas, já consolidados nas decisões do TIT, ainda eram objeto de impugnações e recursos.

Processo Administrativo Tributário Eletrônico – ePAT: a) Diário Eletrônico: Até Dezembro/2017 houve a publicação de 149.898 intimações no Diário Eletrônico e os usuários internos da Sefaz bem

como o público externo já superaram os três milhões de consultas ao teor dessas publicações; **b) Lavratura de Autos de Infração e Imposição de Multa – AIIMs:** Desde Abril/2012 até Dezembro/2017 houve a lavratura de 100.645 autos de infração eletrônicos; c) Novos Módulos Implantados: i. Voto eletrônico na Câmara Superior; ii. Módulo de acesso ao sistema pela Procuradoria Geral do Estado, PGE; iii. Distribuição de processos preventos; iv. Ampliação da integração com o Sistema Integrado de Gestão de Créditos, SIGEC.

Ampliação da base de jurisprudência do TIT: Até Dezembro/2017, foram publicadas 70.841 decisões de primeira instância e 98.404 de segunda instância, totalizando 169.245 decisões, que são acessadas diretamente pela página eletrônica do Tribunal gratuitamente, a qualquer horário em qualquer dia da semana. Já foram efetuados mais de dois milhões e meio de acessos à base de jurisprudência do contencioso.

Alterações Legislativas: A edição das Leis 16.497 e 16.498 de 18/Julho/2017 resultou em alterações no Contencioso Administrativo Tributário, destacando: **a) Lei 13.497:** Redução do percentual de multa de diversas infrações; limitação da multa em infrações meramente regulamentares (obrigações acessórias); possibilidade de redução da penalidade pela confissão e renúncia ao contencioso e não lavratura de Autos de Infração abaixo de 100 UFESPs (cerca de dois mil e quinhentos reais); **b) Lei 13.498:** Redução do quórum exigido para edição de súmulas, passando de $\frac{3}{4}$ para $\frac{2}{3}$ e instituição de sessões anuais para analisar esses enunciados; aumentou-se de quatro para dez as situações que resultam em impedimentos para julgadores; Restou alterada a condição para redução ou elevação de multas, que agora exige voto favorável de pelo menos três dos quatro juízes da Câmara Julgadora.

No ano de 2017, na defesa da legislação e dos interesses da Fazenda Pública no que se refere aos créditos tributários constituídos por meio de auto de infração, a equipe de Representantes Fiscais da Diretoria da Representação Fiscal – DRF elaborou 8.013 atos processuais (até 30/11/2017) e participou de todas as sessões de julgamento nas Câmaras Julgadoras e Superior do TIT ocorridas durante o ano.

Projetos Principais – TI:

Sistema Controle do Universo EFD: Sistema que controla o universo de contribuintes obrigados à Escrituração Fiscal Digital, EFD. Este módulo recebeu melhorias em 2017, otimizando a comunicação via e-mail e o facilitando o processo para os contribuintes. Em 2017, iniciou-se a obrigatoriedade de entrega do controle de estoque mensalmente na EFD para contribuintes com CNAEs industriais (de 10 a 32) com faturamento acima de 300 milhões no ano.

Revisão dos Controles do ICMS na Importação: Em Agosto 2017, a Sefaz e a Receita Federal do Brasil assinaram o termo de execução do Protocolo de Cooperação nº 01/2015- X ENAT com a finalidade de integrar os processos tributários de comércio exterior, no âmbito do Portal Único de Comércio Exterior, e, assim, facilitar o tratamento tributário (pagamento/ exoneração) do ICMS incidente nas operações de importação. Para atender tal necessidade, a Sefaz precisará desenvolver novas funcionalidades em seu sistema atual de controle de Importações (SIMP), aprimorar algumas de suas funcionalidades atuais (melhorias e correções de bugs), alterar a guia de recolhimento do ICMS na importação de GARE para DARE, entre outras atividades para integrar com o Portal Único de Comércio Exterior, assim como revisar, posteriormente, a forma de atendimento e a legislação que trata dos procedimentos envolvidos nas operações de importações.

Sistema de Controle de Pedidos de Benefícios Fiscais para Veículos Automotores: Sistema que permite a realização de pedido e concessão dos benefícios de isenção e imunidade do ICMS e IPVA para veículos de portadores de necessidades especiais e taxistas. Disponibilizado em Produção em Outubro/2017. O sistema visa diminuir o fluxo de trabalho nos postos fiscais, facilitar o acesso dos contribuintes interessados, que não precisarão se deslocar fisicamente às dependências da Secretaria da Fazenda, e tornar o processo mais transparente.

Sistema de Crédito Acumulado: Foi realizado o aprimoramento das funcionalidades existentes, possibilitando a apropriação mais eficiente e confiável do crédito acumulado das empresas que aderirem à “sistemática de custeio”. Disponível a Verificação Fiscal Sumária – SISCOMEX/Importação, e ainda está em fase de testes da Sumária da Guia de Informação e Apuração do ICMS – GIA. Também foi padronizada a geração das fichas dos arquivos simplificados e de custeio a fim de viabilizar os serviços de fiscalização executados pela Fiscalização Direta.

Pós-Validador da Escrituração Fiscal Digital (EFD): O sistema compara as informações escrituradas pelo contribuinte na EFD com informações de outras bases de dados da Sefaz para disponibilizar ao contribuinte eventuais inconsistências encontradas, com o objetivo de promover a

autorregularização tributária. Projeto piloto iniciado com a Setorial de Minerais Não Metálicos em 23/11/2017.

Eliminação da GIA (Guia de Informação e Apuração do ICMS): O projeto visa reduzir custos e redundâncias associados às obrigações acessórias dos contribuintes, trazendo benefícios tanto ao contribuinte quanto à fiscalização por eliminar inconsistências de informações provenientes de redundâncias, evitando retrabalhos e falso-positivos advindos dos cruzamentos de dados, já que a análise fiscal será feita sobre os dados de apurações gerados diretamente da escrita fiscal de entrada e saída. O desenvolvimento dos sistemas necessários ao projeto está em fase final de ajustes, com previsão de início de piloto com um grupo reduzido de contribuintes no início de 2018, sendo expandido no decorrer de 2018. Durante o piloto, a convergência entre as informações da GIA real e as da GIA gerada a partir da EFD será monitorada, buscando-se efetivar a dispensa da entrega da GIA a partir de 2019.

Business Intelligence: Foram realizadas melhorias técnicas no armazenamento, tratamento e disponibilização de dados do *Data Warehouse* da CAT. Nesse contexto, foi feita a atualização do Banco de Dados Sybase IQ para a versão 16; o planejamento e início da atualização da solução de relatórios corporativos SAP Business Objects para a versão 4.2 e o planejamento e início de implantação de nova ferramenta de extração, transformação, carga e qualidade de dados *Informatica Power Center*. Outras atividades executadas em 2017: a) Criação de modelo estatístico para identificação de fraudes de cadastro no Programa Nota Fiscal Paulista; b) Criação de painéis gerenciais para acompanhamento de indicadores de receita e despesa da Secretaria da Fazenda; c) Evolução dos datamarts para acompanhamento de indicadores do Programa Nota Fiscal Paulista visando dar maior transparência para o público externo; d) Auditoria do processo de cálculo dos valores de pauta de substituição tributária para o setor de medicamentos; e) Criação de indicadores para classificação dos contribuintes no âmbito do programa “Nos Conformes”.

Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC: Sistema que visa controlar os processos relacionados aos créditos tributários de Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM) de ICMS, ITCMD e IPVA, bem como de ITCMD declarado. No ano de 2017 houve a entrega de diversas correções de erros, com destaque para a impossibilidade de ajustes da Guia de Arrecadação de Receitas Estaduais, GARE, de ITCMD com histórico de transferência automática para declaração retificadora, correção de dados na integração com o ePAT (Processo Administrativo Tributário Eletrônico), estorno de GAREs (lançadas com multiplicidade) e de adesões ao Programa Especial de Parcelamento, PEP, 2015 (indevidamente lançadas). Ademais, houve entrega de algumas melhorias como a exportação de GAREs de PEP recolhidas pelo contribuinte com erro para carregamento no Sistema de Dívida Ativa (SDA) e a integração com o sistema Ambiente de Pagamentos (ITCMD declarado), além da adequação do sistema decorrente de mudança legislativa (PL 57/2017, posteriormente convertido na Lei nº 16.497/2017).

Ambiente de Pagamentos: Sistema que visa desenvolver um ambiente de pagamentos para gerenciar a arrecadação de impostos, taxas e contribuições do Estado de São Paulo em tempo real, via internet banking, rede bancária ou terminais de autoatendimento. Em 2017, tivemos as publicações das portarias CAT 67, de 31/07/2017 (inclusão do código de receita 766-3 para o recolhimento de Receitas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) – dívida ativa); CAT 83, de 05/09/2017 (inclusão do código de receita 165-0 - Tarifa de Postagem para entrega pelos Correios de segunda via e subsequentes da Carteira de Identidade); CAT 92, de 26/09/2017 (inclusão dos códigos de receita 014-0 - ITBI doações, 015-2 - ITCMD doações, 017-6 - ITCMD “causa mortis” e 028-0 - ITBI “causa mortis”); e CAT 106, de 22/11/2017 (inclusão do código de receita 668-3 - Multa de Infração Nota Fiscal Paulista – PROCON). A arrecadação de ITCMD (Parcelamento e Auto de Infração) foi postergada para 2018 em razão de desenvolvimento nas Contas Fiscais e SIGEC.

Conta Fiscal dos Autos de Infração e Imposição de Multa, CF AIIM: No ano de 2017 houve a entrega de melhorias, como a possibilidade de emissão de GARE parcial com a seleção de subitens, além da correção de erros, com destaque para o lançamento em lote da remissão instituída pelo Decreto 61.625/2015 e do cancelamento instituído pela Lei 16.029/2015. No mesmo período, houve a adequação do sistema decorrente de mudança legislativa (PL 57/2017, posteriormente convertido na Lei nº 16.497/2017), com destaque para a mudança dos juros de mora de ICMS, bem como da multa punitiva de ICMS, para a qual houve alteração nos percentuais, inclusão de limite relacionado às operações e prestações do infrator e previsão de redução nos casos de confissão irretratável, inclusive com regras para aplicação retroativa. Neste mesmo ano, deu-se continuidade no desenvolvimento da integração com o sistema Ambiente de Pagamentos, além da especificação para uma maior automatização no tratamento das confissões irretratáveis (PL 57/2017, posteriormente convertido na Lei nº 16.497/2017), incluindo a criação de funcionalidades e inédita integração com o sistema ePAT.

Conta Fiscal do ITCMD: Sistema que permite administrar o crédito tributário decorrente de ITCMD declarado, desde a entrega da declaração até a liquidação, parcelamento ou inscrição em dívida ativa, eliminando trabalhos manuais de atualização e verificação de saldo. Em 2017, entre outras melhorias, foi implantada a alteração do sistema para emissão do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais, DARE, através da integração com o sistema Ambiente de Pagamentos. Neste mesmo ano, deu-se prosseguimento no desenvolvimento de diversas correções, bem como a integração com o DW, de grande relevância, pois possibilitará a geração de relatórios gerenciais.

Conta Fiscal do Parcelamento do ITCMD: Sistema com previsão de entrada em produção em Fevereiro/2018, que possibilitará a simulação, pelo contribuinte, das possibilidades de parcelamento dos débitos relativos ao ITCMD, e proporcionará o andamento on-line de todo o procedimento de deferimento do parcelamento e o acompanhamento do status e emissão de DAREs pelo contribuinte, facilitando o controle e acompanhamento e substituindo todo o processo manual atualmente realizado. A conta estará integrada com o SIGEC, Conta Fiscal do AIIM e Conta Fiscal do ITCMD. No ano de 2017 houve o 1º ciclo de homologação seguido de relatório de erros, principalmente relacionados às integrações, estando em desenvolvimento as correções, ainda na fase pré-produção.

Sistema de Arrecadação Online: Sistema que cuida da arrecadação do IPVA, MILT (Multas de Infração à Legislação de Trânsito) e taxas correlatas (Sistema Trânsito) e taxas correlatas (sistema Trânsito). Em 2017 foi realizado o desenvolvimento de fluxo automático no sistema de arrecadação Online do IPVA para desvinculação de débitos de veículos leiloados pelo Detran, permitindo o licenciamento desses veículos pelos adquirentes e eliminando uma grande carga de trabalho dos Postos Fiscais.

GIGA – Gerador Integrado de Guias de Recolhimento: Em 2017 iniciou-se a implantação no ambiente de produção da GARE genérica gerada pelo GIGA. Primeiramente foram disponibilizadas as receitas 077 e 091 para permitir a realização do Programa Especial de Parcelamento (PEP do ICMS 2017).

PGDT: A Pesquisa Geral de Débitos Tributários possibilita o acompanhamento, em um único sistema, de débitos nas seguintes Contas Fiscais: ICMS Declarado, Parcelamento ICMS, IPVA e SIGEC. Quando o contribuinte não possuir pendências (cadastrais e tributárias) ele poderá emitir uma CND. Encontrados débitos o usuário poderá emitir certidão positiva. Esta aplicação permitirá a pesquisa de débitos via CPF, CNPJ, CNPJ-Base e IE nas diversas contas fiscais e no SIGEC. Será possível escolher a pesquisa em alguma conta fiscal específica e/ou em todas as contas unificadas. Em 2017 foi efetuado desenvolvimento inicial, em fase de implementação no ambiente de produção.

Programa de Parcelamento de Débitos (PPD) 2017: Realizada a inscrição em dívidas dos débitos notificados e preparação dos sistemas de IPVA para possibilitar a adesão e a recepção dos pagamentos do PPD 2017.

Ação 5022 - Administração Financeira

Administração e liberação de recursos financeiros aos órgãos e entidades estaduais; gerenciamento dos recursos financeiros da Conta Única do Tesouro; acompanhamento e controle da execução orçamentária; administração e fiscalização da folha de pagamento; previsão e controle das receitas orçamentárias; normatização e execução da contabilidade geral do Estado; e análise e manifestação em pleitos das entidades descentralizadas, relativos ao plano de cargos e salários, reajustes salariais, desapropriações, contratações, fixação de quadro de pessoal, liberação de recursos financeiros, pagamentos de sentenças judiciais, entre outros.

No desenvolvimento das atividades, foram dispendidos recursos nas despesas correntes constituídas por gastos com pessoal e em especial com contratos de prestação de serviços de informática da PRODESP referentes ao processamento da folha de pagamento dos servidores ativos da Administração Direta do Poder Executivo, bem como à operação manutenção e melhorias nas funcionalidades dos sistemas de administração financeira e contábil do Estado (SIAFEM/SP, SIGEO, SIR, SEF e CADIN Estadual).

Em 2017 o resultado primário obtido foi de R\$ 5.352 milhões, portanto muito superior à meta de R\$ 194 milhões estabelecida na Lei nº 16.291, de 20 de julho de 2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017. (publicado na pg. 35 DOE de 30/01/2018).

Departamento de Entidades Descentralizadas

Análise e manifestação em pleitos:

Processos e Expedientes relativos ao plano de cargos e salários, reajustes salariais, desapropriações, contratações, fixação de quadro de pessoal, liberação de recursos financeiros, pagamentos de sentenças judiciais, entre outros;

Manifestação Prévia: a decisão do titular da Pasta nos processos oriundos das empresas, fundações e autarquias, realizando análises referentes às contratações de obras, serviços e aquisições em geral acima de R\$1.000.000,00 em 2006; R\$5.000.000,00, a partir de 09 de março de 2007 e R\$10.000.000,00 a partir de 2013, em atendimento ao Decreto nº 41.165/96, reavaliando, ainda, a conveniência e a oportunidade da execução;

Sistema de Alteração Orçamentária: por Resolução Conjunta SGGE-SEP-SF nº 001/2000, de 25/05/2000, realiza análise pertinente à Coordenadoria da Administração Financeira - CAF, no que se refere às solicitações de alteração orçamentária.

Realizado em 2017			
Processos e Expedientes	Manifestação Prévia-MP	Sistema de Alteração Orçamentária SAO	Total
408	57	46	511

Liberação de recursos financeiros para Empresas, Fundações e Autarquias visando à cobertura de Pessoal e Custeio, em 2017, no valor de R\$ 9.131,2 milhões.

Obs: Até o ano de 2015, o Departamento de Entidades Descentralizadas fazia parte do “Programa 2002 – ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO” e da “Ação 5600 – Acompanhamento da Gestão das Entidades Descentralizadas”.

A partir de 2016, o Departamento passou a fazer parte do “Programa 2000 - GESTÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA”, e da “Ação 5022 – Administração Financeira”

Ação 5023 – Administração Geral

Mesmo sendo genérica, é essencial para que as outras unidades da SEFAZ realizem suas atividades, garantindo a manutenção e continuidade dos serviços prestados ao cidadão com qualidade e satisfação, gerando recursos materiais, serviços e recursos humanos, além de manter o controle orçamentário e financeiro para todas as unidades administrativas.

Dando suporte administrativo as Unidades Gestoras Executoras (UGEs) da Secretaria da Fazenda, atendendo e suprindo as suas necessidades de suprimentos, serviços e infraestrutura, dando condições para o desenvolvimento de suas atividades finalísticas, mesmo parecendo ser uma atividade genérica, é essencial para garantir a manutenção e continuidade dos serviços prestados aos contribuintes e aos cidadãos com qualidade e satisfação.

Participam dessa ação o Gabinete da Coordenadoria de Serviços e Tecnologia Compartilhados (CSTC), os Centros Regionais de Administração – CRA's e o Departamento de Suprimentos e Infraestrutura – DSI e o Departamento de Gestão Estratégica e de Projetos (DGEP).

Coordenadoria de Serviços e Tecnologia Compartilhados - CSTC

Além das atividades de suporte administrativo, de gestão e controle orçamentário e atividades de assistência técnica feitas pelo Gabinete, os CRA's através de seus Núcleos de Finanças - NF, Núcleos de Suprimentos e Infraestrutura – NSI e Núcleos de Recursos Humanos – NRHs desenvolvem os serviços relacionados a Recursos Humanos, Orçamento e Finanças, Suprimentos, Atividades Complementares e Infraestrutura, atendendo às Unidades das Regionais Fazendárias de sua região administrativa e temos as atividades abaixo realizadas pelo DSI:

O Departamento de Suprimentos e Infraestrutura – DSI realizou as seguintes atividades referentes a obras civis, elétricas e hidráulicas:

- a) **Adequação do ambiente de trabalho nos andares do prédio sede:** o DSI está adequando o *layout* dos andares do prédio sede para que a mudança da São Paulo Previdência – SPPREV possa ocorrer no início do ano de 2018. Já foram readequados aproximadamente 20% dos andares, com execução dos serviços de desmontagem de painéis e mudança das estações de trabalho, visando à otimização de espaço físico e economia de recursos públicos com locação de imóveis.
- b) **Projeto e implantação do “Terraço Verde”:** foram elaborados projetos para a implantação do “Terraço Verde” em espaços do Palácio Clóvis Ribeiro, para transformação de áreas inóspitas em áreas de convivência, melhorando, assim, a qualidade de vida no trabalho dentro do prédio sede da SEFAZ. O projeto foi concluído, aprovado pelo Gabinete do Secretário, licitado e começou a ser implantado a partir da segunda quinzena de dezembro.
- c) **Reformas estruturais nas unidades fazendárias de Mogi-Guaçu e Jaú:** foram elaborados projetos para a troca dos telhados dos Postos Fiscais de Mogi-Guaçu e Jaú, que apresentavam constantes infiltrações em dias de chuva, deteriorando forro e pintura e podendo ocasionar danos ao patrimônio e acidentes com servidores, colaboradores e contribuintes usuários dos locais. A licitação ocorreu em dezembro de 2017, com término da execução dos serviços previsto para abril de 2018.
- d) **Aquisição de cadeiras ergonômicas:** foram adquiridas 1.300 cadeiras ergonômicas, fixas e especiais para pessoas com sobrepeso, visando ao bem estar de servidores e colaboradores na execução de suas tarefas cotidianas.
- e) **Destruição de material inservível:** em inédita parceria com o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo – FUSSESP foi realizado o primeiro leilão de sucatas de bombas de combustíveis apreendidas durante as atividades de fiscalização da Secretaria de Fazenda. Ainda em dezembro de 2017 foi realizado leilão para a destruição e venda, conforme legislação vigente, de aproximadamente 20 toneladas de papel e 40 toneladas de microfimes e microfichas, também em parceria com o FUSSESP. Será a primeira vez que microfimes e microfichas serão destruídos, conforme legislação vigente, pela Administração no Estado de São Paulo.
- f) **Administração de contratos:** administração e gestão dos contratos de portaria e segurança, suprimentos, engenharia, limpeza, correios e manutenção predial.

Observação: cabe destacar que, a estrutura do PPA 2016-2019 foi totalmente modificada, e que o Programa 2009 – Administração Geral da Secretaria da Fazenda não mais existe, atualmente as atividades estão no Programa 2000 – Gestão Fiscal e Tributária, no Produto: Suporte Administrativo e Tecnológico às Unidades Administrativas da Secretaria, na Ação 5023 – Administração Geral, a Ação 5018 – Recuperação de Ambientes de Trabalho não constou neste PPA.

Departamento de Gestão Estratégica e de Projetos – DGEP

O DGEP, ligado ao Gabinete do Secretário, que atua na gestão estratégica e de projetos, participa dessa ação junto com o Gabinete da CSTC, realizando as seguintes atividades abaixo:

- a) **Consolidação do Planejamento Estratégico:** Consolidado o planejamento estratégico da Secretaria da Fazenda com foco na missão e visão de futuro da pasta o qual denomina-se Planejamento Estratégico 2020. Além da missão e visão, foram estabelecidos 7 objetivos estratégicos os quais agrupam os 28 projetos estratégicos que serão prioritário para a Secretaria da Fazenda atingir seus objetivos para 2020. Adicionalmente foram definidos cinco valores que nortearão a atuação do órgão. Apoio à manutenção do Sistema de Gestão da Estratégia – SGE;
- b) **Sistema de Gestão de Portfólio, Programas e Projetos (SGP):** O SGP é um sistema de gerenciamento de portfólio e de projetos com vigência no ano de 2017. Aliado com a metodologia de gestão de portfólio e projetos desenvolvidos para a Secretaria da Fazenda, facilitará a execução dos projetos da organização. Foi desenvolvido baseado na metodologia ágil SCRUM e propicia um ambiente virtual para controle, acompanhamento e comunicação dos projetos. Aprimoramento e acompanhamento dos indicadores do Planejamento Estratégico da Sefaz;
- c) **Mapeamento de Processos:** Foi reestruturada a área de mapeamento de processos, padronizando a metodologia a ser utilizada por todas as áreas da Secretaria da Fazenda e com coordenação central do Departamento de Gestão Estratégica e de Projetos. Durante o ano de

- d) 2017 foram mapeados 72 processos distribuídos por 3 Coordenadorias e o Gabinete do Secretário, o trabalho ainda propôs melhorias de processos com foco em agilizar e melhorar os serviços prestados pela pasta. Elaboração de atos formais, minutas de resoluções e notas técnicas relacionadas à Bonificação por Resultados - BR e à Participação nos Resultados – PR;
- e) **Indicadores estratégicos:** Foram elaborados em conjunto com todos os departamentos da Secretaria da Fazenda indicadores específicos para acompanhamento de desempenho e bonificação de resultados – BR; Apoio ao aprimoramento e apuração do ICAT (índice de cumprimento de metas dos indicadores globais da Coordenadoria da Administração Tributária – CAT) e do ICA (índice agregado de cumprimento de metas dos indicadores globais da Sefaz) para fins de pagamento da Participação nos Resultados – PR e da Bonificação por Resultados – BR, respectivamente; Elaboração de atos formais, minutas de resoluções e notas técnicas relacionadas à Bonificação por Resultados - BR e à Participação nos Resultados – PR.

Ação 5599 – Auditoria nas Unidades da Administração Direta e Indireta

Fortalecimento do Sistema de Controle Interno

O Fortalecimento do Sistema de Controle Interno, Produto 501, é de responsabilidade do Departamento de Controle e Avaliação – DCA e é composto pela ação: 5599 – Auditoria nas Unidades da Administração Direta e Indireta, sendo descrita abaixo.

Realização de auditoria, controle e avaliação com base em planejamento, programação, definição de estratégias de atuação, seleção e análise das informações para elaboração de relatórios destinados aos dirigentes da administração pública estadual com recomendações e apontamentos que possam contribuir para a melhoria da gestão pública.

O Indicador de Produto (Unidade) possui como base em 2015 o valor de 50% de recomendações implantadas pelas unidades auditadas em relação às exaradas e o valor apurado em 2017 foi de 61,0063%, sendo que a meta ao final do PPA 2016-2019 é atingir 65%.

Observação: O programa 2002 foi convertido no Produto 501 - Fortalecimento do Sistema de Controle Interno e na LOA ele recebeu o código 5599 – Ação: Auditorias nas Unidades da Administração Direta e Indireta.

Ação 5601 – Gestão do Sistema Bolsa Eletrônica de Compras - BEC/SP

A Gestão da Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP, compreende o monitoramento das contratações eletrônicas, do catálogo de Materiais e Serviços – Cadmat, do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – Caufesp, dos Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados – Cadterc, do Sistema Integrado de Informações Físico-financeiras – Siafísico.Net, do Sistema de Aplicação de Sanções Administrativas – e-Sanções e do Sistema Integrado de Suprimentos - SIS.

Em 2017, as principais ações e benefícios decorrentes das atividades desenvolvidas foram:

Bolsa Eletrônica de Compras – Sistema BEC/SP:

Novas funcionalidades:

- 1) Classificação do conteúdo dos documentos na situação Etapa de habilitação, na modalidade Pregão Eletrônico, no intuito de evitar a inclusão de arquivos inadequados durante a sessão pública;
- 2) Pregão eletrônico e Registro de Preços com Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativa com direito de preferência, atendendo a Lei Complementar 147/14;
- 3) Pregão Eletrônico para aquisição de materiais com cota de até 25% para ME/EPP/Cooperativa com direito de preferência, atendendo a Lei Complementar 147/14;
- 4) Atualização dos manuais/tutoriais de Pregão Eletrônico e Siafísico contemplando as novas funcionalidades;
- 5) Implantação do Sistema de Gerenciamento de Registro de Preços, e-GRP – Decreto 62.329/16;
- 6) Concessão de acesso à PGE para inclusão das minutas padronizadas para as negociações eletrônicas – Resolução Conjunta SF/PGE – 01/17.

Convênios:

Em 2017, a CCE totalizou a adesão/convênio, para a utilização do sistema BEC/SP, com 35 municípios, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo e 5 entidades paraestatais (incluindo o

Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB). Além disso, mais 13 entidades descentralizadas municipais aderiram ao convênio do município para utilizar o sistema de negociações eletrônicas. Inclusão de nova cláusula de inadimplência nos convênios a serem firmados entre os municípios paulistas e demais entes conveniados.

Catálogo de Materiais e Serviços: Cadastramento de 134.134 itens de material/serviços, com destaque para 47.122 itens na área da Saúde e 2.342 itens de materiais metroferroviários, além de 1.729 itens socioambientais.

Implantação do novo catálogo de produtos e serviços na BEC/SP, com aprimoramentos no processo de pesquisa de itens, além de permitir comparabilidade entre eles.

Saneamento de 44.945 itens não negociados nos últimos 36 meses.

Integração dos sistemas Siafísico e SIS (Sistema Integrado de Suprimentos) com o Portal Contabiliza.

Cadastro Unificado de Fornecedores – CAUFESP: Cadastramento de 72.335 fornecedores – contemplando 4.382 ME e 3.672 EPP.

Caufesp Integrado com:

CADESP – Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado de São Paulo – visando automatizar o preenchimento do cadastro – em fase final de implantação;

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – supressão da entrega do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – em etapa de finalização das análises para publicação;

PGE – Procuradoria Geral do Estado – desobrigação da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo por parte do usuário - em fase de estudos para viabilização.

E-sanções:

O sistema E-sanções propiciou transparência e maior celeridade no processo de aplicação de penalidade no âmbito do Governo do Estado de São Paulo, reduzindo o tempo de aplicação de sanção de 1 ano para 3 meses.

Entre as melhorias alcançadas, destaca-se a aplicação da penalidade a uma única pessoa jurídica e não à Matriz ou Filial consideradas isoladamente, evitando a participação indevida de fornecedores impedidos de licitar.

Desde a sua implantação em 21/05/2016 até 29/11/2017 foram aplicadas 2.436 sanções, promovendo uma seleção dos fornecedores mais qualificados para atender o Estado de São Paulo.

Sistema de Avaliação de Fornecedores:

O modelo de avaliação está concluído e implantado na Secretaria da Fazenda, como piloto, aguardando finalização de estudos acerca da regulamentação visando à liberação da avaliação para todo o Estado de São Paulo.

Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados – Cadterc: A metodologia CADTERC, que estabelece regras e diretrizes de contratações de serviços terceirizados, no período de janeiro à novembro/2017, atualizou 18 volumes com 1.176 preços referenciais e 19 preços de usos específicos com 518 preços referenciais, totalizando 1.694 preços referenciais divulgados no site www.cadterc.sp.gov.br.

A auditoria KPMG, contratada para avaliar a eficácia econômica e agregação efetiva de valor desses modelos, validou toda a metodologia CadTerc, incorporando sugestões de melhorias e introduzindo inovações estruturais e metodologias, que foram parcialmente implementadas no período, projetando uma economia orçamentária de R\$ 423,9 milhões.

Oportunidade	Economia Orçamentária	%
Revisão das Produtividades de Limpeza Predial, Escolar e Hospitalar.	R\$ 311.911.228,26	16,23%
Locação de Veículos Seminovos.	R\$ 22.594.617,30	11,37%
Vigilante Desarmado.	R\$ 1.330.717,26	0,31%
Limpeza Hospitalar – Insalubridade e Periculosidade.	R\$ 207.712,98	3,02%
3º Turno de Limpeza Escolar.	R\$ 82.620.998,09	48,31%
Preços Referenciais para Licitações Exclusivas aos Optantes pelo Simples Nacional.	R\$ 5.246.275,23	6,73%
Total	R\$ 423.911.549,12	

Iniciamos em 2017 o desenvolvimento de dois novos volumes: "Merenda Escolar" e "Recepção" com gastos anuais de R\$ 283,2 milhões e R\$ 102,7 milhões respectivamente.

Gestão de Qualidade: Certificado ISO9001:

Recertificação do Sistema de Gestão da Qualidade da BEC/SP, com transição da versão da norma ISO 9001:2008 para ISO 9001:2015, por meio de auditoria externa realizada pelo Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda., em outubro.

Capacitação:

- 30 servidores da CCE - Requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade pela norma ISO 9001:2015, com enfoque na aplicação prática no SGQ-BEC/SP, e Formação/Reciclagem de Auditores Internos para gestores e consultores dos processos do SGQ-BEC/SP, visando à transição da certificação para a versão ISO 9001:2015;

- 40 servidores da Sefaz, Sede e Regionais, treinados para utilização do Sistema Integrado de Suprimentos – SIS, conforme Resolução SF 79/2014;

- 1.226 Usuários Externos treinados por meio dos 8 cursos presenciais ofertados pela CCE;

- 1.448 Usuários Externos treinados por meio de EAD para os cursos: Gestores do CAUFESP e Recebimento de Materiais e Serviços.

Projeto em EAD para cursos de Pregão Eletrônico e Registro de Preços foi concluído e a primeira turma piloto está prevista para 2018.

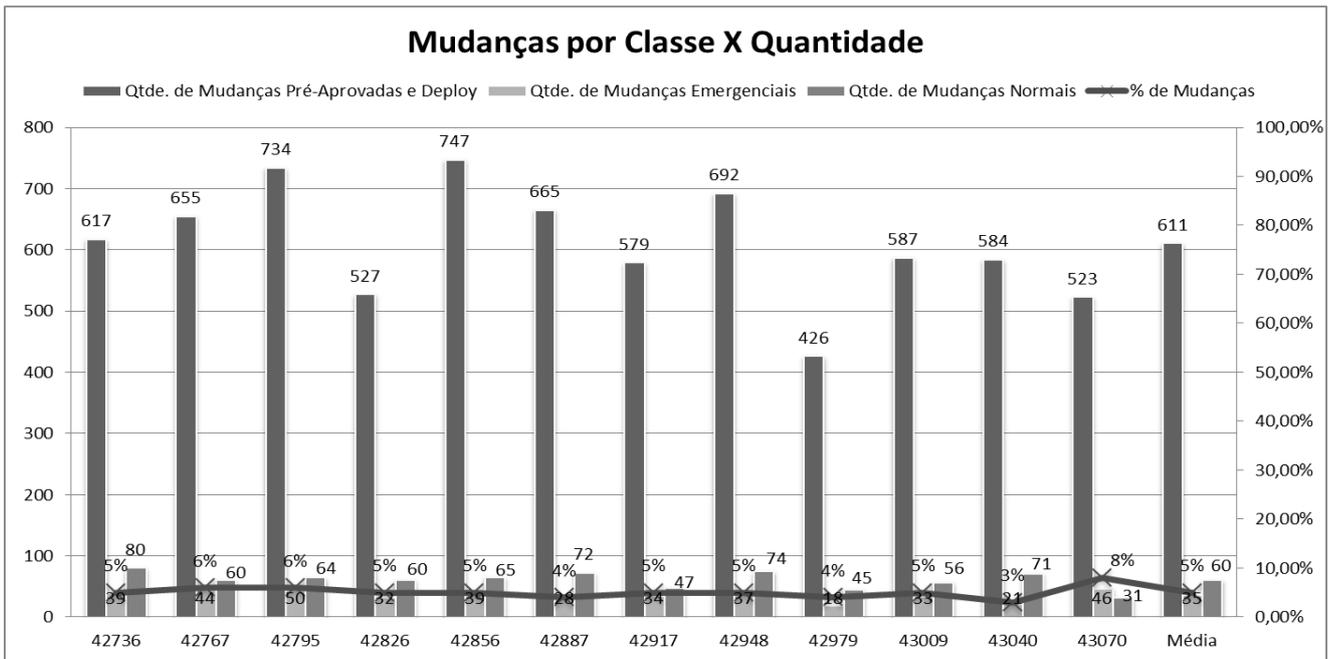
O resultado das aquisições, realizadas por meio eletrônico de 2000 até 2017, estão demonstradas no quadro abaixo (DL e CV atualizado 28/11 d-1 e PE 14/11 d-1):

Procedimentos/Modalidades de Compra	Quantidade			
	Oferta de Compra	Item	Valor Negociado (R\$)	Economia (%)
DISPENSA	223.589	1.097.768	436.664.066,87	29,48%
CONVITE	298.186	2.152.245	2.132.121.583,31	33,70%
PREGÃO	204.445	835.466	73.227.477.378,95	25,64%
TOTAL	726.220	4.085.479	75.796.263.029,14	26,17%

Ação 5932 – Gestão de Recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação

Foram realizadas 8.482 mudanças no ambiente, dos quais 725 foram mudanças normais, 7.336 pré-aprovadas e 421 emergenciais, distribuídas conforme gráfico acima.

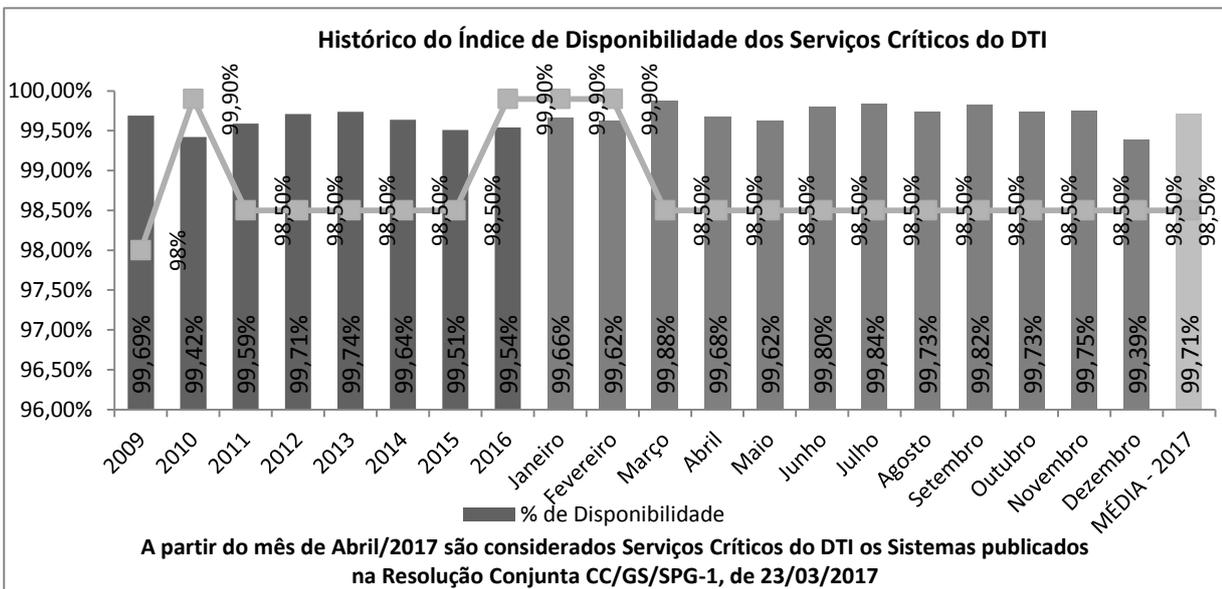
Houve uma pequena redução de 3% do número no total de mudanças em relação ao ano de 2016, com participação maior das pré-aprovadas (de baixo risco) e menor das Normais e Emergenciais.



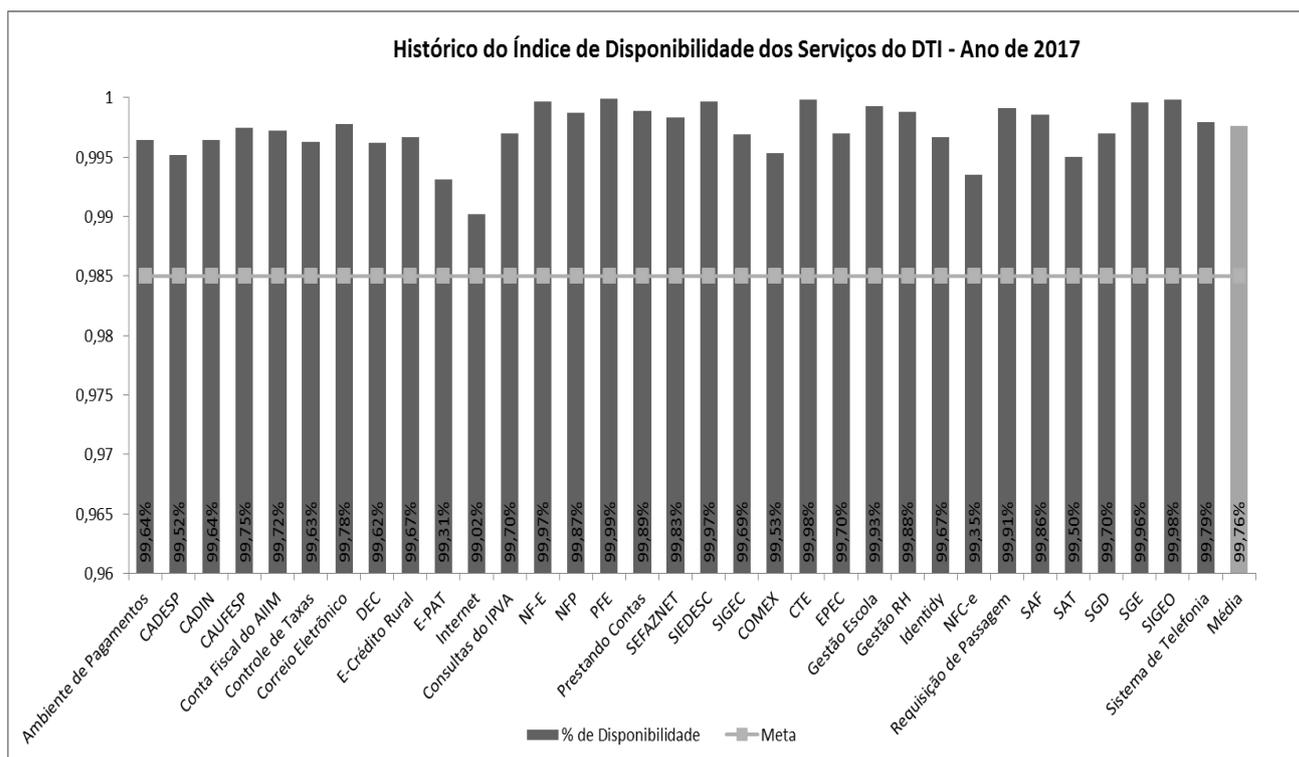
Atendimento de 16.764 tarefas para realização de mudanças de infraestrutura, das quais 7.922 foram executadas pelas equipes de gerenciamento operacional (2º nível), 6.495 pelas equipes de gerenciamento técnico (3º nível) e 2.347 pelas equipes de Governança, CSI e Gerenciamento de Projetos.

Atendimento de 49.222 incidentes e requisições de serviço de infraestrutura dos quais 33.318 foram resolvidas pelas equipes de gerenciamento operacional (2º nível) e 15.904 pelas equipes de gerenciamento técnico (3º nível).

O índice de disponibilidade dos sistemas classificados como crítico foi de 99,71%, conforme gráfico abaixo:



A disponibilidade individual de cada um dos 33 serviços críticos da cesta é demonstrada abaixo:



Em 2017 houve aumento da capacidade de armazenamento de dados e manutenção do uso de links de comunicação WAN:

Dimensão	2015	2016	2017	Crescimento
Links de comunicação das regionais e localidades remotas (total)	896,5 Mbps	856,5 Mbps	864,5 Mbps	1 %
Links de comunicação - datacenters (total)	13 Gbps	13 Gbps	13 Gbps	0 %
Espaço bruto para armazenamento de dados	7,5 PB	7,5 PB	12,25 PB	63,3 %
Espaço líquido para armazenamento de dados	6,0 PB	6,0 PB	9,8 PB	63,3 %

Finalizados 17 projetos dentre os quais destacamos:

- Atualização do NetBackup para versão 7.7
- Criação de rede dedicada para backup (SP e Campinas)
- Expansão do Firewall Externo para SP e Campinas
- Implantação da Ferramenta Clarity PPM
- Implantação de Novo Hardware dos Clusters de Virtualização de São Paulo
- Implantação de Novo Hardware dos Clusters de Virtualização de Campinas
- Melhoria do LDAP interno
- Migração do Exchange para a versão 2013
- Migração do Oracle BIEE para versão 12
- 10.Migração do SYBASE IQ para versão 16
- 11.Organização dos racks das salas de telecomunicações
- 12.Atualização de versão do Cisco Call Manager e Prime Collaboration
- 13.Virtualização de Bancos de Dados

Iniciados 6 novos projetos dentre os quais destacamos:

- Migração de versão do IDM
- Migração do Reporting Service para nova versão 2016
- Modernização do Ambiente de Backup

- Monitoração e Catalogação dos Serviços Suportados pela Equipe Linux
- Remanejamento de cabos elétricos no Datacenter
- Reorganização da rede de armazenamento de dados

Continuidade de outros projeto/iniciativas, dentre os quais destacamos:

- Sistema de Automatização de Controles do COI – SisCOI
 - a. Módulo Estações de trabalho implantado
 - b. Módulo Storage implantado

Políticas de recuperação de backup e seus procedimentos operacionais

- a. Revisão de rotinas de backup e elaboração plano de testes de restore periódicos para os sistemas NFE, NFP, Ambiente de Pagamentos, SAP BO e Portal de Serviços Tributários
- Atualização do Connect Direct, ferramenta utilizada pelo Sistema de Pagamentos para transição entre a rede bancária e a Sefaz
 - Atualização dos servidores Red Hat Enterprise Linux das versões 5 para 7
 - Autenticação de usuários externos utilizando certificados de CA diferentes do IMESP
 - Automação do processo de deployment na biblioteca de mídia definitiva (BMD), para armazenar as versões definitivas e autorizadas dos itens de configuração de Software de maneira segura.
 - Catálogo de Softwares Homologados e Portal de Auto Instalação
 - Continuidade da NFe no site de Campinas
 - Descaracterização de informações sensíveis em arquivos de configuração
 - Restruturações e Melhorias do Servidor de Arquivos
 - Implantação do Hardware Security Module (HSM), dispositivo de segurança baseado em hardware responsável pela gestão de chaves criptográficas
 - Implantação de Políticas de Acesso a Internet
 - Migração do ETC para o Sharepoint na versão 2013

Implantação do SOC (Centro de Operações de Segurança)

- Monitoração de performance de aplicações com Gerenciamento de Eventos (SCOM-APM)
- Atualização dos servidores de Windows 2003 para Windows 2012R2 / Windows 2016
- Atualização do Control-M para versão 9, ferramenta de agendamento de tarefas
- Validação de redundância elétrica e lógica na Sala Cofre de SP
- Validação da redundância física e lógica das linhas de dados e energia das Salas Cofre de São Paulo e Campinas;
- Virtualização de Desktops e Aplicações.

- O DTI colabora com o desenvolvimento de sistemas incluídos em projetos da CAT, dentre os quais, cabe destacar:
 - **Ambiente de pagamentos:** A Versão 121 conta com a Frente ICMS (Ajustes de Consolidação da Frente ICMS; Flexibilização da Configuração da Emissão da DARE; Universo DARE BO-DW Completo; Mudanças na Integração com o SIGEC; Inclusão de Grupos de Inutilização; Consulta Unificada de DARE), Cadastramento de usuários de Web Services e Unificação das bases de dados do Ambiente de Pagamentos e Sistema de Controle de Taxas. Enquanto na Versão 122 há Melhorias no Boletim de Arrecadação, Módulo de Compensação de Repasse, Consulta Divergências e Compensações do Repasse e Melhoria de desempenho no SIAFEM, relatórios DH17 e Boletim de Arrecadação.
 - **CF-ITCMD – Conta Fiscal ITCMD:** Novas funcionalidades implantadas: Melhorias para integração com o SIGEC; Melhorias para integração com o ITCMD-DEC; Dilação de prazo para arrolamento; Doação Judicial separada da extrajudicial; Inclusão de verificação de feriados municipais; Adaptação para gerar DARE em vez de GARE. Novas funcionalidades em testes: Melhorias para Integração com o DW; Disponibilização de serviço de consulta de endereço para Ambiente de Pagamentos; Atualização de regra de vencimento de GARE de doação; Inclusão de novas transações manuais de compensação a crédito e a débito; Bloqueio de simulação e lançamento em dias não úteis; Acúmulo em doações com contas canceladas; Estorno manual de isenção; Termo inicial de contagem de prazo para desconto; Alteração na cobrança de multa de protocolização; Recálculo de situação e transações de encerramento em lote.
 - **CTe:** Implantação do CT-e OS em produção; Implementação dos eventos 'Liberação de EPEC' e 'Liberação do Prazo de Cancelamento' (autorização e integra); Implementação de uma solução para sincronizar documentos com a base do Ambiente Nacional; Implementação do

credenciamento obrigatório para o CT-e OS; Reprocessamento de documentos do DW da versão 3.00; Implementação da NT 2017.001; Implementação da NT 2017.002; Implementação da NT 2017.003.

- **DESTDA - Declarações de ST e Diferencial de Alíquota com periodicidade mensal: 1ª fase:** recepção de declarações via Sedif; 2ª fase: processamento, validação e integração com conta fiscal do ICMS.
- **EFD – Pós-validador:** Início de produção: verificação complementar das informações enviadas nos arquivos da EFD – Escrituração Fiscal Digital com base em informações disponíveis na base de dados da SEFAZ.
- **EPAT - Processo Administrativo Tributário Eletrônico:** DEAT: Apartados; DRF: Relatórios e Sistema de acompanhamento por e-mails; DTJ: Apartados e Anulação; TIT: Preventos de diligência, Seleção de juizes e Encerramento de Mandato; Interações: Sifia.
- **NFP - Nota Fiscal Paulista:** Nova versão do aplicativo móvel da NFP com gerenciador financeiro e um novo conceito na consulta de documentos; Implantação do novo software do sorteio.
- **SIEX - Sistema de Controle das operações de remessas à Suframa, Importação, Exportação e Drawback:** Em produção. Desenvolvimento de um sistema gerencial para armazenamento e cruzamento dos dados referentes às operações de importação, exportação, drawback e remessas de mercadorias para áreas incentivadas da ZFM (Zona Franca de Manaus) e ALC (Área de Livre Comércio). Controle da regularidade das operações que são amparadas por benefícios fiscais condicionados a eventos futuros. Ferramentas para a seleção de contribuintes que divergirem de parâmetros definidos pela DEAT-COMEX para fiscalização. Implantado em produção (100%).
- **SIGEC - Sistema Integrado de Gestão de Crédito: Novas funcionalidades implantadas em produção:** Melhorias para integração com o Ambiente de Pagamentos; Melhorias para integração com a CF-AIIM; Melhorias para integração com a CF-ITCMD; Melhorias para integração com a CF-Parcelamento do ITCMD; Ajuste genérico e automatizado de transações. Novas funcionalidades em homologação: Melhorias na funcionalidade GARE Agrupadas; Envio de Cesta de Dívidas para Parcelamento; Envio de Cesta de Dívidas para Dívida Ativa; Envio de Cesta para o Universo DW; Solução Simplificada para DAREs Ajustadas.
- **SIVEI - Sistema de Controle de Pedidos de Benefícios Fiscais para Veículos Automotores:** Novas funcionalidades implantadas na fase 1: Requerimento de concessão de isenção do ICMS na compra de veículo novo por pessoas com necessidades especiais e taxista; Requerimento de concessão de isenções e imunidades do IPVA de veículos novos ou usados; Workflow de aprovação dos requerimentos de ICMS pelos postos fiscais.

Além destes, há projetos conduzidos por outras coordenadorias que também contam com a colaboração do DTI quanto ao desenvolvimento de sistemas:

- **AUDESP – Auditoria do Estado de São Paulo:** Desenvolvimento dos seguintes módulos para fornecimento de dados ao TCE: Agente Público visando o usuário final; Lotação do Agente Público; e Controle e Relatórios. Homologação prevista para fevereiro de 2018.
- **Banco de Talentos:** Especificação completa do sistema em casos de uso; Desenvolvimento e implantação em homologação.
- **BIPP – Boletim Informativo de Pagamento de Produtividade:** Novo sistema de pagamento de produtividade dos AFR's e suas substituições eventuais na grade. Atualmente finalizando a fase 3 de homologação com as Delegacias. Implantação prevista para 29/01/2018 permitindo inclusão na Folha de Pagamentos de janeiro.
- **Cadastro de UAs:** Em desenvolvimento a Fase 2 do sistema de Cadastro de Unidades Administrativas do Estado de São Paulo a ser usado também pelos demais órgãos e secretarias do Estado de São Paulo para a sua manutenção e atualização.
- **Cálculo PR:** Alteração do sistema para incluir a nova forma de cálculo usando índices diferentes para cada DRT.
- **Certificados FAZESP:** Emissão dos certificados de cursos da FAZESP pelo próprio usuário. Entrega prevista para janeiro de 2018.
- **Controle de Acesso LDAP:** Nova funcionalidade para cadastramento e associação de usuários a grupos em lote (solicitação feita pelos clientes CAF).
- **Controle Hierárquico:** Criação de novos serviços para disponibilizar informações de email e ramal de usuários cadastrados.
- **Diárias:** Melhorias diversas em rotinas; Alterações decorrentes de mudanças em legislação.

- **GDOC:** Sustentação e Atendimento das demandas da equipe Gdoc (CGA/NPA) com relação a: geração de relatórios customizados, análise de anormalidades e correção de dados quando necessário. Alterações no pacote SISS. Novo relatório de documentos em posse no metaframe.
- **Infoconv:** Novo serviço Infoconv com implementação de controle de acesso via certificado digital de aplicação implantado no ambiente de homologação.
- **Mascaramento de Dados:** Contrato de suporte renovado para dar prosseguimento aos testes.
- **Portal de Assinatura Digital:** Implantação em produção de portal para assinatura digital de documentos em geral, Desenvolve SP como primeiro sistema usuário bem sucedido; Correção para uso do Portal no Chrome; Migração do Portal para os servidores do Sefaz Identity.
- **Progressão TEFÉ:** Entrada em pauta do projeto para adaptação do sistema de Progressão de Tefes de 2013 para suportar a realização do concurso de promoção dos TEFES, Julgadores e Especialista Contábil.
- **Redundância do Sefaz Identity:** Acompanhamento da migração das aplicações usuárias do Identity. Testes de continuidade do Sefaz Identity realizados em conjunto com o COI.
- **SAD:** Levantamento e especificação de 80% dos requisitos da solução e desenvolvimento das Sprints 01 a 08.
- **SAEP - Sistema de Avaliação da Evolução Patrimonial:** Criação do Desenho de Solução; Levantamento de Requisitos da primeira Release; Entrega da Primeira Release para Homologação e Produção.
- **Sefaz Identity:** Criação do novo STS.LDAP para permitir a autenticação de usuários utilizando o LDAP Externo; Novos serviços para cadastrar e editar usuários no LDAP Externo para uso do sistema Novo Cadastro UA; Atualização para usar WIF 4.5; Verificação e ajustes sugeridos pelo Code Analysis; Criação de nova.

Programa 2003 – Gestão das Carteiras Autônomas de previdência, do IPESP e de Contratos de Seguro

Ação 4209 – Administração do Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo – IPESP/Carteiras

Suporte técnico-administrativo ao desenvolvimento dos programas do Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo - IPESP, garantindo estrutura adequada no que se refere às ações burocráticas de apoio a administração da extinção das Carteiras de Previdência dos Advogados de São Paulo e das Serventias Notariais e de Registro, e administrar Carteira Predial, Economistas, Ex-veredores e Ex-prefeitos.

- a) O Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo – IPESP administrou os pagamentos da seguinte forma: i) Recursos próprios: Advogados e Serventias; e ii) Recursos repassados pela SEFAZ: CASEM, ex-Vereadores, Economistas e os Inativos do antigo IPESP.
- b) Repasse do valor correspondente aos Inativos para a SPPREV.
- c) Execução orçamentária relativa aos contratos terceirizados das carteiras e realização dos desembolsos para posterior ressarcimento, conforme a Lei 14.016 de 2010, artigo 12, incisos I e II.
- d) Alteração orçamentária para complemento e cumprimento das obrigações, principalmente à parte de pessoal inativo com recursos da SEFAZ, sendo este o responsável pela insuficiência financeira
- e) Elaboração das propostas orçamentárias do IPESP, Carteira dos Advogados de São Paulo e das Serventias Notariais e de Registro.
- f) Acompanhamento dos relatórios contábeis, financeiros e gerenciais gerados pelo sistema MJDS, específicos para as carteiras autônomas.
- g) Participação das reuniões mensais com o Conselho da Carteira dos Advogados de São Paulo e das Serventias Notariais e de Registro para a prestação de contas e apresentação da posição financeira atualizada.
- h) Acompanhamento da elaboração das Reservas Matemáticas da Carteira dos Advogados de São Paulo e da Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro.
- i) Transferência mensal para as respectivas contas dos valores repassados pela SEFAZ, referente às taxas de mandatos da Carteira dos Advogados de São Paulo e emolumentos da Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro, e as importâncias correspondentes aos reembolsos das referidas Carteiras para o IPESP, conforme legislação que rege a matéria.

j) Pagamento de Precatórios: o IPESP efetuou um depósito no montante de R\$ 1.294.286,79 referente à Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro.

k) Os saldos dos investimentos nas duas Carteiras totalizaram: i) Advogados: R\$ 1.740.087.997,28 em 31/12/2017, com rentabilidade acumulada de 8,79% no ano, ou IPCA + 5,70%; e ii) Serventias: R\$ 636.507.458,70 em 31/12/2017, com rentabilidade acumulada de 7,96% no ano, ou IPCA + 4,87%.

l) As despesas contratuais se mantiveram em decorrência da renegociação dos ajustes (reajuste não realizado) com vistas à redução de custos

m) Análise, deferimento/indeferimento de benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez, pensão por morte e licença saúde (Carteira das serventias) das Carteiras de Previdência das Serventias Notariais e de Registro e de Previdência dos Advogados de São Paulo.

n) Manutenção da digitalização, bem como guarda de aproximadamente 90.000 processos das Carteiras de Previdência das Serventias Notariais e de Registro e de Previdência dos Advogados de São Paulo.

A partir de 2016, essa ação que fazia parte do programa 2015 Administração das Carteiras Autônomas passou a integrar o Programa 2003 – Gestão das Carteiras Autônomas de previdência, do IPESP e de Contratos de Seguro

Programa 2005 - Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico

Ação 1208 – Repasse de Recursos ao FUNAC – Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo

O FUNAC - Fundo de Apoio a Contribuintes foi criado em 1970, com o objetivo de fortalecimento do setor industrial paulista, mediante modernização e reorganização de empresas e promoção de amparo e recuperação daquelas. Está prevista assistência financeira a projetos de modernização, reorganização das empresas, bem como formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.

Com a publicação do Decreto nº. 58.786 de 21 de dezembro de 2012, o qual regulamenta a constituição e o funcionamento do Conselho de Orientação do FUNAC, se constituiu a possibilidade de reativação e operacionalização do e Fundo. Para tanto, seriam necessárias algumas regulamentações, oriundas do próprio Conselho, bem como a definição de características de operacionalização das linhas de financiamento e equalização.

Em 19/08/2013 foi firmado contrato junto à Secretaria da Fazenda para que a Desenvolve SP assumisse a administração do Fundo, visando à retomada de sua operacionalização. Como objetivo da retomada operacional, foram aprovadas pelo Conselho de Orientação do FUNAC, seis deliberações as quais organizaram o modo de atuação do Fundo e instituíram linhas específicas de suporte financeiro. Em 2017, o valor previsto para o repasse era de R\$ 150,0 milhões para o Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo, os quais foram repassados no montante de aproximadamente R\$ 95,0 milhões.

Programa 2021 – Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual

Apresentamos detalhado o Quadro com os dados do Programa 2021 - Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual:

Despesa do programa por Categoria Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Liquidada	R\$ mil
				% de Execução Realizado/Previsto
Programa	30.265.665.017,00	31.780.184.774,00	31.593.225.837,14	99,41%
Despesas correntes	30.258.986.267,00	31.773.506.024,00	31.593.022.303,65	99,43%
Despesa de capital	6.678.750,00	6.678.750,00	203.533,49	3,05%

Fonte: SIGEO

O Programa 2021 – Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual tem como objetivo gerir os Regimes de Previdência do Estado de São Paulo, assegurando a concessão, manutenção e o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão. O programa é composto por duas ações orçamentárias e duas ações não orçamentárias.

Ação 5752 – Administração da São Paulo Previdência

Ação voltada para a Administração da Sede da São Paulo Previdência e de seus postos regionais, cujo produto é o número de pontos de atendimento implantados aos beneficiários. A SPPREV no ano de 2017 administrou 17 unidades. A meta física estabelecida para o ano de 2017 foi de 18 unidades administradas, a ação atingiu 94,44% dessa meta, quanto à execução orçamentária da ação, em 2017 foi de 80,29%.

Ação 5753 – Concessão e Pagamento de Benefícios

Ação direcionada para a atividade fim da SPPREV, cujo produto proposto é a quantidade de pagamentos mensais efetuados de aposentadorias e pensões, em 2017 foram efetuados 449.976 pagamentos mensais (aposentadorias e pensões). A meta física estabelecida para o ano de 2017 foi de 439.060 pagamentos mensais efetuados, o ação atingiu 102,49% dessa meta, quanto à execução orçamentária da ação, em 2017 foi de 99,58%.

Ações não orçamentárias:

Ação 8185 – Prevenção e Combate a Fraudes Previdenciárias, cujo produto é o valor economizado com pagamentos indevidos e que gerou uma economia de R\$ 275 milhões de reais no exercício de 2017.

Ação 8260 – Construção da sede da SPPREV, cujo produto é a sede da SPRPEV construída e que o processo está em análise, visto que a Autarquia recebeu autorização via Decreto nº 63.137/2018 para uso a título precário, gratuito e por prazo indeterminado de partes do prédio situado na Avenida Rangel Pestana, nº 300 - Secretaria da Fazenda.

1. Gestão de Benefícios Previdenciários

Em 2017 foi dada continuidade ao trabalho conjunto das **Diretorias de Benefícios - Cíveis e Militares (DBS/DBM)** e **Diretoria de Relacionamento com o Segurado (DRS)** com relação ao processo de melhoria contínua nos fluxos de trabalho, com as devidas parametrizações e customizações no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV. A **Diretoria de Administração e Finanças (DAF)** apresenta informações quanto a UG Administração.

A autarquia administra, cerca de **429.959 mil benefícios** previdenciários a **451.253 beneficiários** aí incluídos os números relativos a inatividade da Polícia Militar.

Foram realizados o total de **425.822 recadastramentos**. Pelo canal **Banco do Brasil** no período de 01/01/2017 a 31/12/2017 foram recadastrados o número de 385.066 beneficiários. Pelo **Atendimento SPPREV** no período de apuração 01/01/2017 a 31/12/2017 foram recadastrados 38.885 beneficiários sendo 1.871 através de visitas domiciliares.

A. Pensões Cíveis e Militares

Visando a eficiência e celeridade das concessões, foi dada continuidade em 2017 ao trabalho para aumentar produtividade de concessão de pensões, com o aprimoramento dos indicadores de pensão por morte sendo aferidos separadamente na Diretoria de Benefícios Servidores Públicos e na Diretoria de Benefícios Militares: (1) percentual de benefícios de pensão por morte civil dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 01/01/2016 a 31/12/2016 concedidos em até 20 dias; (2) percentual de protocolos de pensão por morte militar dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 01/01/2016 a 31/12/2016 concedidos em até 20 dias.

Foi dada continuidade aos trabalhos do ano de 2012 projeto conjunto das Diretorias de Benefícios Servidores Públicos Cíveis e Militares, por meio de suas Gerências de Pensões, a fim de rever concessões de pensões cujos óbitos de instituidores tenham ocorrido após a edição da Federal nº 9.717/98, em consonância com entendimento do Parecer Administrativo nº 15/2012 da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

De acordo com o artigo 5º da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS – não podem conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social – RGPS – de que trata a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal. Observe-se que o inciso XII e § 4º do artigo 24 da Constituição Federal estabelecem que a competência para legislar sobre previdência social é concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal, e há prevalência de Lei Federal sobre Lei Estadual para normas gerais em matéria previdenciária.

Deste modo, todos os benefícios diversos dos previstos no RGPS que haviam sido concedidos ao longo destes anos pelo IPESP e CBPM, até 06/07/2007, e após pela SPPREV, foram objetos de revisão em sede administrativa, respeitados os procedimentos e prazo de 10 (dez) anos previstos na Lei Estadual nº 10.177/98, cerca de 8500 (oito mil e quinhentos) benefícios foram revistos. Devido as demandas judiciais os processos não apresentaram a produtividade de extinção esperada. A providência tomada pela SPPREV foi a suspensão dos benefícios para os beneficiários apontados no escopo do projeto de revisão das pensões instituídas após a edição da Lei Federal nº 9717/98.

No exercício de 2017 para os benefícios de pensão por morte de ex-servidor civil e militar foi dado continuidade ao trabalho de invalidação e manutenção dos benefícios realizando as devidas revisões quando necessário. As revisões dos benefícios de pensão em detrimento da Lei 9717/98, ainda não foi concluída. Na Diretoria de Benefícios Civis restam 101 processos em andamento e na Diretoria de benefícios Militares 159 processos em andamento.

Na Diretoria de Benefícios Civis - DBS foram realizadas aproximadamente 18.000 (dezoito mil) atividades de manutenção / pagamento classificadas em: revisão e reanálise de pagamento (1220), reversões de cota parte (1.079), análises de requerimentos de resíduos de pensão por morte (1.693); planilha de extinção de benefício (5.175); instaurações de procedimento de invalidação/ extinção de benefícios (45) e manutenções de procedimento administrativos instaurados nos exercícios anteriores a 2017 (363). Foram realizadas ainda 3.864 análises de rubrica, 3.570 atualizações em folha de pagamento, homologações de isenções de imposto de renda e contribuição previdenciária parcial (506) sendo que 1.268 se encontram em perícia médica, análises de requerimentos de manutenção de pensões (6.150), atualização cadastral de cerca de 800 beneficiários indevidamente cadastrados como ex cônjuges, além do cumprimento de aproximadamente 8.563 demandas judiciais.

O Total de **análises** de protocolos de pensão por morte realizado em 2017 **pela DBS – Diretoria de Benefício Civil** foi de **10.174 análises de benefícios de pensão por morte inicial, 4 858 análises de pedidos de inclusões de novos beneficiários em benefícios já existentes e 1.262 análises de pedidos de reinclusão**. Número de Pensão por Morte Civil paga pela SPPREV benefícios: 80.516. Número de beneficiários: 92.268 beneficiários; Número benefícios concedidos em 2017: 3.619 benefícios. Média Mensal em 2017: 301 benefícios.

No exercício de 2017 foram concedidos 1.194 novos benefícios de pensão por morte militar pela

DBM – Diretoria de Benefício Militar

No ano de 2017 foi dado prosseguimento ao trabalho de aprimoramento contínuo na gestão dos benefícios de pensão por morte de militares.

Quanto às atividades desenvolvidas no ano de 2017, na concessão de pensão realizamos análise de cerca 1.400 processos, sendo 207 casos de indeferimentos e demais de deferimentos, incluindo habilitações iniciais, inclusões e reinclusões.

Dentre os trabalhos desenvolvidos na gestão dos benefícios de pensão por morte de militares no ano de 2017 destaca-se que foi dado prosseguimento ao trabalho realizado nos anos anteriores, e, buscando dar maior eficiência foi aprimorado o indicador da atividade de pensão militar para: (i) percentual de protocolos de pensão por morte militar dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 01/01/2016 a 31/12/2016 concedidos em até 20 dias.

Por meio da Supervisão de Apoio Judicial de Pensão, demos continuidade às ações promovidas pelo núcleo de inteligência previdenciária – NIP – que com intuito de rever os benefícios, de modo a evitar a ocorrência de eventuais fraudes, valeu-se de subsídio de outros órgãos públicos, como INSS, DETRAN, Receita Federal, entre outros, para promoverem averiguação/investigação social para apuração da existência de união estável ou verificação da manutenção da condição de invalidez para o trabalho de algumas classes de beneficiários. No ano de 2017 encerramos 422 averiguações, sendo 198 delas concluídas como positivas, e ainda existem 460 em curso. Os procedimentos administrativos concluídos totalizam 96 casos, e existem 159 em andamento, tendo sido instaurados 154 novos no decorrer do ano.

Foram emitidas 327 certidões, realizados 141 procedimentos de vistas e cópias, 511 atendimentos de demandas judiciais (inclusão de novos dependentes, exclusão, reinclusão, reversões, entre outros) e foram atendidos 731 pedidos de informações judiciais à Procuradoria Jurídica.

Na Supervisão de Manutenção de Pensão, destacamos a realização das principais atividades de manutenção, que totalizam 7.700 distribuídas da seguinte maneira: 2.832 revisões, sendo 215 administrativas e 2.617 em decorrência de demandas judiciais; elaboração de 2.170 planilhas para subsidiar a Procuradoria Jurídica em ações judiciais; 1.182 exclusões de beneficiários por motivos de óbito, casamento, idade, entre outros; 375 reversões de quotas; 793 cálculos de saldo de pensão, 311 análises de pedidos de isenção de imposto de renda.

Além das atividades ordinárias em 2017 cumprimos 02 ordens judiciais coletivas, sendo que na primeira delas estavam envolvidos 3.833 pensionistas para os quais elaboramos planilhas com informações sobre pagamentos, com valores e datas de crédito, além do fornecimento de holerites do período compreendido entre agosto de 2008 a fevereiro de 2013, sendo que de agosto de 2008 a setembro de 2009 foi necessário realizar a impressão de 126.489 holerites. Na segunda ordem coletiva, estavam envolvidos cerca de 4.300 pensionistas para os quais tivemos que gerar informações sobre data de início do benefício e quita parte da pensão.

B. Aposentadorias Civis

Na Diretoria de Benefícios Civis – DBS foram tomadas providências visando a eficiência e celeridade das concessões para o benefício de aposentadoria. Foi dada continuidade em 2017 ao trabalho para aumentar produtividade de concessão de aposentadoria, com o aprimoramento dos indicadores para: (i) percentual concessões de aposentadorias cujos protocolos foram iniciados no período de 01/05/2013 a 31/12/2016 (ii) percentual de concessões de aposentadorias cujos protocolos foram iniciados durante o exercício de 2017 (1) Percentual de benefícios de aposentadoria concedidos em até 60 dias que foram solicitados no período de 01/10/2015 a 31/12/2016; (2) percentual de protocolos de benefício de aposentadoria finalizados que foram solicitados no período de 01/05/2013 a 31/12/2014; (3) percentual de protocolos de benefício de aposentadoria finalizados que foram solicitados no período de 01/01/2015 a 30/09/2015.

Desta forma, no exercício de 2017 tivemos o maior um número de aposentadorias concedidas um pouco maior que no exercício anterior em um único ano ao atingir atingindo a marca de 17.633 publicações, porém, partes destas inatividades concedidas, para ser mais exato 10.785 pedidos, foram requeridas em anos anteriores, ou seja, antes de 1º de janeiro de 2017, fora portanto do período utilizado para apuração do indicador de prazo estipulado no PPA da SPPREV.

Foi dada prioridade para a solução do maior número de pedidos de aposentadoria anteriores ao exercício em curso, de forma que do total de protocolos iniciados em 2017 (22.305) foram concedidos 29,70%. Assim, as 7.054 aposentadorias solicitadas entre 01/01/2016 a 31/12/2016, sofreram por consequência atrasos, já que a prioridade assentada na autarquia fora de primeiro analisar os pedidos mais antigos em detrimento dos casos mais recentes permeados no ano de 2016.

Não sendo demasiado destacar que houve significativa melhora na eficiência dos resultados considerando-se redução de servidores e o aumento na demanda de protocolos de aposentadoria abertos no exercício, o que mostra que este órgão gestor único de RPPS está envidando esforços no aprimoramento de mecanismos para automação das concessões com inovação na gestão previdenciária através de seus sistemas e plataformas.

O total de novos benefícios de aposentadoria concedidos/publicados pela autarquia no ano foi de 17.633 benefícios, 61,00% atendendo a Secretaria de Educação e 39,00% atendendo as demais secretarias do Estado de São Paulo.

Otimização do tempo na concessão do benefício de Aposentadoria:

Com a implantação do módulo de VT – Validação de Tempo de Contribuição no SIGEPREV em abril de 2016 para uso exclusivo dos Rh's de todas as Secretarias da Administração Direta e autarquias da Administração Indireta, o RPPS paulista deu um grande passo na modernização e padronização da contagem de tempo para fins previdenciários, substituindo antigas certidões manuais pelo módulo Validação de Tempo de Contagem vinculado ao novo fluxo de concessão de aposentadoria.

Esta iniciativa inovadora vem colaborando de forma efetiva para agilização do ato concessório de aposentadoria com segurança e agilidade, oferecendo ao público interno (RH's) ferramenta para contagem de tempo que consequentemente resulta na prestação de serviço previdenciário de qualidade e célere ao público externo (servidores).

Neste intuito de promover a modernização da gestão de benefícios previdenciários, que ao longo do exercício foram concluídos os Fluxo de Valor Estimado (novo) e o Fluxo de Extinção de

Aposentadoria, fluxos de trabalho de extrema complexidade e importância para as áreas de concessão, folha de pagamento e manutenção de aposentadoria.

Há que se mencionar ainda os avanços consideráveis para desenvolvimento e conclusão do módulo para atendimento às demandas judiciais no SIGEPREV. Sua conclusão e implantação estão previstas para o 1º trimestre de 2018.

Na Diretoria de Benefícios Cíveis - DBS foram realizadas 17.633 concessões / publicações de aposentadoria, desses 981 aposentadorias por Valor Estimado. Foram realizadas aproximadamente 9.293 atividades de manutenção classificadas em: Imposto de renda (1.842); Revisão (1.554); Novos requerimentos (5.897) revisões diretas (1.437). Foram realizadas ainda cumprimento de 11.833 pedidos judiciais via PGenet com a realização de 14.744 apostilas judiciais, relacionadas a prestação de subsídios e cumprimento de obrigações a fazer e 621 concessões por ordem judicial. Número de Aposentadoria paga pela SPPREV: 260.536 benefícios. Número de beneficiários: 260.536. Número de Concessões em 2017: 17.633 benefícios; Média Mensal em 2017: 1.469 benefícios.

Uma das ações na gestão previdenciária do RPPS Paulista é a participação e promoção do desenvolvimento da cultura previdenciária através de sua participação em palestras, treinamentos e eventos que promovam a troca de informações e o constante aprendizado sob temas de grande relevância e interesse do público interno e externo. Alguns exemplos; **(i)** Palestra – Semana Jurídica de Inverno de 2017 – Universidade Presbiteriana Mackenzie. Tema: Possíveis impactos da reforma da previdência para os servidores públicos. Data: 26/07/2017. Palestrante: Cristiane Bonilha da Silva, representando o Diretor de Benefícios de Servidores Públicos da São Paulo Previdência – SPPREV (Fernando Zanelli); **(ii)** Treinamentos promovidos por: EGAP – Escola de Governo e Administração Pública e SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO com a participação dos funcionários da SPPREV – São Paulo Previdência Cristiane Bonilha da Silva e Evandro Santos Carmona. Tema: Previdência e Aposentadoria dos Servidores Públicos Estaduais. Datas: 13 e 20/06, 17 e 24/08, 14/09 e 21/09, 07/11 e 09/11; **(iii)** Gravação de 3 vídeos instrutivos pela funcionária da manutenção de aposentadoria Cristiane Bonilha da Silva em parceria com a Secretaria de Gestão Pública sobre aposentadoria; **(iv)** Participação da Supervisora de Concessão de Aposentadoria, Shirley O. Cascales no SEMINÁRIO SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL realizado pela Associação Paulista de Extensão Rural (APAER) em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo. Tema: Previdência do Funcionalismo Público. Data: 26/01/2017; **(v)** 08/11/2017 - Comunicado aos RHs: vídeo orienta sobre fluxo de valor estimado – Notícia na intranet e no site; **(vi)** a São Paulo Previdência disponibiliza às unidades de Recursos Humanos do Estado um **vídeo-treinamento sobre o fluxo de valor estimado novo dos processos de aposentadoria compulsória e por invalidez**. O conteúdo orienta o passo a passo desse novo módulo do Sistema de Gestão Previdenciária (Sigeprev), ferramenta via internet por meio da qual tramitam os processos de aposentadoria e de pensão, desde o momento do pedido de concessão até a inclusão na folha de pagamento.

Ações concluídas e/ou em andamento; **(i)** Participação desta Diretoria de Benefícios de Servidores Públicos como um dos membros do CCM – Comitê Consultivo de Mudanças, instituída via Portaria SPPREV nº 73, de março de 2016, considerando a necessidade de potencializar a gestão de mudanças no SIGEPREV e da necessidade de alinhamento com os objetivos estratégicos da instituição; **(ii)** Criação de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento com enfoque nos critérios de pagamento de aposentadoria e legislação previdenciária com a gravação de 03 (três) vídeos-aulas em parceria com a EGAP/Secretaria de Planejamento e Gestão; **(iii)** Implantação do Plano Emergencial – SJA (Supervisão Judicial de Aposentadoria) para gestão das demandas judiciais em atraso relativas ao benefício de aposentadoria, contando com a colaboração das Supervisões de manutenção de Aposentadoria, Gerência de Pensão e Diretoria de Relacionamento com o Segurado.

C. Inatividade Militar

No exercício de 2017 foram aprimoradas as atividades de pagamento do benefício de Inatividade Militar junto a São Paulo Previdência – SPPREV, especialmente no que se refere aos ajustes de parametrizações de fórmulas das rubricas junto ao Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV, bem como o procedimento de conferência de processamento de folha.

No ambiente de troca de arquivos automatizado (dados cadastrais e financeiros dos servidores militares ativos e inativos) entre São Paulo Previdência - SPPREV, Polícia Militar do Estado e Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado – CBPM significativos refinamentos nas trocas de informações foram firmados aumentando com isso, a segurança e agilidade na prestação de serviços de todas as instituições envolvidas.

Durante o exercício de 2017, foram concluídos os procedimentos de conferência de imagens dos arquivos físicos de pensões alimentícias de policiais militares, bem como as inatividades militares do legado, digitalizados junto ao Bureau da Imprensa do Oficial do Estado instalado junto ao DSACG/PM, com a devida assinatura das imagens por servidor desta Gerência, para seu posterior cadastramento em temporariedade de conservação de arquivo.

Como destacado em relatório anterior, no ano calendário de 2016, a competência pela recuperação da Compensação Previdenciária Militar – COMPREV Militar – foi definida à Diretoria de Administração e Finanças – DAF e efetivamente transferida àquela Diretoria, restando à Gerência de Inatividade Militar somente a colheita dos documentos necessários e montagem dos expedientes.

Deste modo, no ano de 2016, por meio da Supervisão de Inatividade Militar, foi realizada triagem do estoque de requerimentos do legado de inatividades assumidas da Polícia Militar de acordo com a urgência dos prazos prescricionais, exigências documentais e seus respectivos procedimentos. Iniciamos a confecção dos expedientes relativos à compensação previdenciária conforme a classificação realizada em 2016 e durante o ano de 2017 esta atividade permaneceu em andamento. Neste tocante, encaminhamos à SCO 1.808 expedientes, permanecendo parte deste legado a ser trabalhado em 2018.

Em 2017 concluiu-se 1.121 expedientes de compensação previdenciária militar de todo o ano calendário de 2013. Como outrora informado em agosto de 2013 foi que a concessão de inatividade militar passou a ser processada pelo Sistema de Gestão Previdenciária - SIGEPREV, evitando-se, portanto, qualquer comprometimento à recuperação de valores aos cofres públicos.

A Portaria do Sr. Diretor Presidente da SPPREV nº 174 de 23-10-2015, que criou a Comissão dos Trabalhos entre a SPPREV e a Polícia Militar, para realização de atividades afetas a inativos militares, descrita em documento anterior, devido sua complexidade, necessitou de adequação uma vez que a equipe designada pela Polícia Militar foi realocada, comprometendo os trabalhos em 2017. Deste modo, considerando a especificidade da carreira, foram apresentadas novas indicações pelo Comando Geral e reeditada em 06SET2017, e publicada em 07SET2017 em Diário Oficial 127(10), Executivo, Seção I, a fim de dar-se continuidade às atividades.

Importante notar que em 21SET2017 a legislação de inatividade militar sofreu alterações que impactam tanto em procedimentos adotados como, também na própria composição de folha. A esse respeito, a Comissão instituída com a reedição da Portaria empenha-se constantemente para ajuste dos procedimentos e, principalmente junto a parametrização de novo sistema que se encontra em desenvolvimento prioritário.

No exercício de 2017 foram homologados **4.139** novos benefícios de inatividade militar pela **Diretoria de Benefício Militar** da SPPREV.

Acerca das atividades desenvolvidas pela Supervisão de Pagamento de Inatividade cumpre observar que os trabalhos têm alcançado proporções gigantescas relativas à implantação, manutenção (alterações), e exclusões de pensões alimentícias de beneficiários inativos militares. Como se observa do próximo gráfico, em 2017, foram tratados 2.033 expedientes que carecem de diligência imediata uma vez que podem implicar em sanções à Autarquia e ao próprio militar inativo, caso haja morosidade ou falha em seu manejo.

Em 2017, também concentrou esforços em findar o estoque de 951 saldos de inatividades pendentes referentes aos óbitos ocorridos no ano de 2014, tendo em vista o prazo prescricional para ressarcimento dos valores a esta Autarquia que se encerrará em 2019.

Cabe notar que em 2017 ocorreu o aumento aproximado de 35% das demandas referentes à isenção de Imposto de Renda em relação ao ano de 2016 e, visando ao pronto atendimento destas demandas, houve aperfeiçoamento do fluxo de Isenção de Imposto de Renda a fim de otimizar as tarefas para que todas as solicitações fossem atendidas mais breve possível.

Ademais, a Supervisão de Apoio Judicial de Inatividade Militar intensificou bastante suas atividades em expedientes judiciais, posto que comparado a 2016 recebeu incremento de aproximadamente de 73% (setenta e três por cento) em suas demandas. Com base nestes números realizamos revisões de procedimentos internos, com otimização de algumas atividades a fim de mantermos a qualidade laborar e não sofrer qualquer sanção.

Neste sentir, houve a redução de 456 expedientes pendentes, passando de 539 processos para 69.

Ações concluídas / em andamento: **(i)** Conclusão da digitalização de legado de inatividade militar em Bureau da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo localizado junto ao DSACG; **(ii)** Desenvolvimento de mecanismo de planilhas de controles internos / protocolos: Controle interno visando aperfeiçoamento/melhoria nos expedientes da Gerência de Inatividade Militar, bem como redução no gasto com impressão, agilidade na tramitação de documentos e geração de subsídios para os gestores; **(iii)** Aplicações de critérios massivos, como implantações de vantagens e reajustes decorrentes de ações judiciais coletivas; **(iv)** Tratativas iniciais e emergentes acerca da readequação do Fluxo de Inatividade por ter recebido em 21SET2017 alterações impactantes em procedimento e composição da folha; **(v)** Discussões finais acerca do fluxo de Revisão de Inatividade Militar por Ordem Judicial (visa subsidiar, agilizar e aumentar a transparência das revisões e cumprimentos de ordens judiciais, com o seu respectivo ementário e documentos administrativos imprescindíveis); **(vi)** Conclusão do Fluxo de Concessão de Inatividade por Ordem Judicial e implantação do mesmo em ambiente de produção; **(vii)** Tratativas finais do Fluxo de Emissão de Declaração de Inatividade Militar; **(viii)** Tratativas iniciais do Fluxo de Correção Monetária e Proporcionalização de Valores em Folha (uma vez que envolve outras Diretorias o fluxo deve atender a todos); **(ix)** Redimensionamento do Relatório SISOB e suas funcionalidades (tratativas em andamento uma vez que envolve outras Diretorias o fluxo deve atender a todos). Por fim, insta destacar que a Gerência de Inatividade Militar, composta por suas Supervisões: a) Supervisões de Inatividade Militar, b) Supervisão de Pagamento de Militares e c) Supervisão de Apoio Judicial de Inatividade Militar, realizam as atividades de sua competência com excepcional esforço, uma vez que a volumetria de expedientes recebeu aumento substancial à sua linha de base enquanto de outro lado, o mecanismo de pessoal decaiu drasticamente.

D. Certidão de Tempo de Contribuição – CTC (Homologação)

Desde a publicação da portaria SPPREV nº 428 de 2013, atribuindo competências e celeridade à conferência e homologação da Certidão de Tempo de Contribuição – CTC ao longo dos exercícios foram realizadas diversas ações de melhorias no que tange ao gerenciamento da demanda e diminuição do estoque.

No exercício de 2017 a Supervisão de Homologação de Tempo para Ex-Servidor realizou as seguintes atividades/ações: **(i)** Melhoria na planilha ‘Emissor de CTC’ da Secretaria da Educação visando maior facilidade no uso e menor incidência de erros, em especial, na apuração do tempo. Gerando diminuição nas devoluções para cumprimento de exigências; **(ii)** Conferência simplificada das certidões destinadas aos Regimes Próprios; **(iii)** Continuidade nos trabalhos de treinamento/capacitação das Diretorias de Ensino que possuam dificuldades na elaboração e preenchimento da Certidão de Tempo de Contribuição, a fim de minimizar o volume de devoluções para cumprimento de exigências; **(iv)** Participação no treinamento sobre “averbação e emissão de CTC” para fins de atualização e reciclagem de conhecimento das normativas que envolvem o tema, proporcionando troca de informações e experiências com outros Regimes Próprios; **(v)** Participação no grupo de trabalho para conhecer os novos sistemas de COMRPEV e Gestão de CTC que estão sendo desenvolvidos pelo INSS e DATAPREV; **(vi)** Participação na cesta de indicadores da Bonificação por Resultados do exercício de 2017 da autarquia. Indicador: Quantidade de análises de processos de homologação de certidão de tempo de contribuição.

CTC – Certidão de Tempo de Contribuição Homologadas no exercício de 2017: Número de CTC Analisadas 18.848 Número de CTC Homologada: 13.014 Média Mensal Homologadas 1.084. Saldo total (Estoque): 5.634

E. Emissão de certidão negativa de débito de contribuição previdenciária (CND)

Desde o exercício de 2014 é atividade realizada pela DAF/Diretoria de Administração e Finanças – Supervisão de Controle e Arrecadação.

A Certidão Negativa de Débito (CND) se refere ao recolhimento de contribuição previdenciária durante período de afastamento e é utilizada pelo Órgão de Origem para fins de contagem de tempo de contribuição.

No ano de 2017 foram emitidas 1.467 CND's.

F. Recuperação de Crédito

Com vistas a recuperar os créditos da SPPREV de natureza previdenciária decorrentes de pagamentos indevidos a Diretoria de Administração e Finanças realizou no exercício de 2017 a seguinte quantidade de atendimentos: atendimento presencial: 382; atendimento telefônico: 1.741; atendimento por e-mail: 3.656; comunicado, notificações e ofícios de cobrança: 2.816.

Em decorrência dessa atividade de cobrança, no exercício de 2017 observamos a recuperação de R\$ 4.265.906,36 (quatro milhões duzentos e sessenta e cinco mil novecentos e seis reais e trinta e seis centavos).

G. COMPREV – Compensação Previdenciária

O Estado de São Paulo possui protocolado junto ao INSS, por meio de sistema federal administrado pela DATAPREV 34.139 requerimentos de RO (Regime de Origem) de compensação previdenciária. Em contrapartida, o INSS tem protocolado junto ao Estado de São Paulo 12.814 requerimentos de compensação previdenciária.

No exercício de 2017 o INSS concedeu 4.883 requerimentos de compensação previdenciária, gerando R\$ 216.552.435,76 (duzentos e dezesseis milhões quinhentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos) ao Estado de São Paulo. Em contrapartida a SPPREV concedeu 540 requerimentos ao INSS que correspondeu a R\$ 37.255.740,70 (trinta e sete milhões duzentos e cinquenta e cinco mil setecentos e quarenta reais e setenta centavos) de compensação reconhecida à autarquia Federal. Adicionalmente aos R\$ 37.255.740,70 referentes às 540 concessões de 2017, em março, foi devidamente regularizado o montante reconhecido como obrigações previdenciárias a pagar (R\$ 45.312.382,19), referente ao período de bloqueio de outubro/15 a janeiro/17, em que a SPPREV mantinha proporcionalidade maior que 5% em relação ao INSS.

Os requerimentos de benefícios anteriores a 06/05/99 aprovados tiveram durante o exercício de 2017 o reconhecimento dos créditos do estoque em R\$ 18.841.586,84 (dezoito milhões oitocentos e quarenta e um mil quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), totalizando R\$ 253.377.812,64 (duzentos e cinquenta e três milhões trezentos e setenta e sete mil oitocentos e doze reais e sessenta e quatro centavos) em favor do Estado de São Paulo. Deste montante, foram recebidos em 2017 R\$ 234.045.547,64 (duzentos e trinta e quatro milhões quarenta e cinco mil quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) por meio de tutela antecipada na ação cível originária nº 2.086.

A proporcionalidade de análise pela SPPREV sofreu no início de 2017 uma queda em relação ao exercício anterior, em razão da exclusão de cerca de 2 mil requerimentos da fórmula de cálculo pelo INSS gerando uma queda de 75,51% para 72,58%, ou seja, 2,93 pontos percentuais ficando a partir do mês de fevereiro em torno de 72%. Já o INSS, manteve em média uma proporcionalidade de 70%.

O Estado de São Paulo possui 40.014 requerimentos aprovados pelo INSS, com pagamento ativo, que geram pró-rata mensal de R\$ 7.793.325,56 (sete milhões setecentos e noventa e três mil trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta e seis centavos) Com base nos valores médios recebidos em 2017 e considerando que a totalidade dos requerimentos protocolados sejam aprovados, são estimados o recebimento de R\$ 864.011.319,57 (oitocentos e sessenta e quatro milhões, onze mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta e sete centavos) relativos a valores atrasados e ainda de R\$ 6.649.081,35 (seis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, oitenta e um reais e trinta e cinco centavos) de pró-rata que, somando-se a já atualmente recebida passaria para mais de R\$ 14,4milhões/mês.

O INSS possui 8.178 requerimentos aprovados pelo Estado de São Paulo, com pagamento ativo, que geram pró-rata mensal de R\$ 1.606.245,31 (hum milhão seiscentos e seis mil duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e um centavos). Com base nos valores médios recebido em 2017 e considerando que a totalidade de requerimentos protocolados sejam aprovados, gerariam R\$ 407.236.223,98 (quatrocentos e sete milhões, duzentos e trinta e seis mil, duzentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos) de valores atrasados e ainda R\$ 2.516.804,52 (dois milhões, quinhentos e dezesseis mil, oitocentos e quatro reais e cinquenta e dois centavos) de pró-rata, considerando-se que sejam calculados pela média de benefícios do INSS.

H. Economia com a eliminação de pagamentos indevidos

O cancelamento de pagamento de segurados em virtude de identificação de benefícios e/ou valores de benefícios indevidamente percebidos (fraude previdenciária), fruto de cruzamentos entre as bases de dados cadastrais do SIGEPREV e outros órgãos/entidades e de ações diretas da Autarquia, gerou para os cofres do Estado de São Paulo uma economia baseada em cálculo atuarial trazido a valor presente da ordem de R\$ 520.591.767,07 (quinhentos e vinte milhões quinhentos e noventa um mil setecentos e sessenta e sete reais e sete centavos) entre os meses de janeiro e dezembro de 2017.

Nesse âmbito e em atendimento ao art. 9º, II, da Lei nº 10.887/2004, foram dadas continuidade a medidas implantadas e/ou consolidadas no exercício anterior:

A) **Sistema de monitoramento dos participantes**

A competência de **recadastramento e de recenseamento** por parte da autarquia vem sendo legalmente observada por meio de contrato firmado com instituição bancária (Banco do Brasil) e com a empresa contratada para a realização de perícias médicas (Ambiental Qualidade de Vida no Trabalho LTDA).

Realização de 425.822 recadastramento no exercício de 2017 sendo 385.066 realizados no Banco do Brasil, 38.885 pelo atendimento SPPREV e 1.871 através de visitas domiciliares. Foram atividades realizadas: **(i)** Recebimento do pedido, agendamento, controle e realização de 2.260 recadastramentos domiciliares até 31 de dezembro de 2017; **(ii)** Análise dos recadastramentos efetuados, com a devida observância ao estipulado pela Portaria 395/2016; **(iii)** Desenvolvimento do fluxo de visita domiciliar, o que melhorou a gestão e tornou mais célere o andamento das solicitações. A partir de junho/2014 a empresa Ambiental Qualidade de Vida no Trabalho Ltda. tem realizado as perícias médicas, sendo entregues no total 2.278 laudos médicos no exercício de 2017.

B) **Núcleo de Inteligência Previdenciária – NIP**

A SPPREV estabeleceu um NIP – Núcleo de Inteligência Previdenciária, que em consonância com a Lei Estadual nº 10.177/88, coordena e realiza o monitoramento dos benefícios previdenciários sob sua gestão, promovendo a prevenção e a correção das irregularidades, erros ou eventuais desvios. Atua na invalidação de benefícios no intuito de cumprir a disposição legal da Lei Federal nº 9.717/98. Esta atividade gerou para os cofres do Estado de São Paulo uma economia baseada em cálculo atuarial trazido o valor presente da ordem de R\$ 58.243.676,77 (cinquenta e oito milhões duzentos e quarenta e três mil seiscentos e setenta e seis reais e setenta e sete centavos) entre os meses de janeiro e dezembro de 2017. Pela **Diretoria de Benefícios Cívicos** durante o exercício de 2017 foram instaurados 45 procedimentos de invalidação, 363 manutenções de procedimentos administrativos instaurados em exercícios anteriores além do arquivamento de 802 procedimentos administrativos. Pela **Diretoria de Benefícios Militares** durante o exercício de 2017 foram encerradas 422 averiguações sendo 198 delas concluídas como positivas e ainda existem 159 em curso.

Dentre as principais atividades do Núcleo de Inteligência Previdenciária, destaca-se: (a) Controles Preventivos – evitar a ocorrência de erros, desperdício ou irregularidades; (b) Controles Detectivos – detectar erros, desperdícios ou irregularidades, no momento da ocorrência, permitindo a adoção de medidas tempestivas; (c) Controles Corretivos - detectar erros, desperdícios ou irregularidades depois que já tenham ocorrido, permitindo a adoção posterior de ações corretivas.

Sob este enfoque, destaca-se a realização de ações internas de checagem de cadastros entre o RPPS e o RPPM do Estado de São Paulo para verificação das condições dos beneficiários, além de verificação de casamentos e óbitos pelos respectivos sistemas SEADE (âmbito estadual) e SISOB (âmbito nacional).

Destacamos a realização de averiguação/investigação social. A maioria das averiguações sociais são realizadas para apuração da existência de união estável. Havendo, ainda, casos de verificação da manutenção da condição de invalidez para o trabalho de alguns beneficiários.

2. **Gestão Corporativa**

A. **Reestruturação Organizacional e de Cargos e Salários**

A SPPREV não realizou concurso público no ano de 2017 em razão de não ter obtido autorização governamental. Até o momento a SPPREV não possui autorização governamental para realização de concurso público em 2018. Continua em vigor o Decreto nº 61.466/2015 que veda a admissão e contratação de pessoal, bem como o aproveitamento de remanescentes de concursos públicos com prazo de validade em vigor no âmbito da administração pública direta, das autarquias inclusive as de regime especial. A última reclassificação de salários do quadro funcional da autarquia ocorreu em janeiro de 2014 por força da Lei Complementar 1.229 de 26 de dezembro de 2013.

Demonstramos abaixo o comparativo do percentual de ocupação do quadro de empregados públicos permanentes da autarquia, entre os anos de 2016 e 2017.

Ano de 2016

Emprego público permanente	Vagas previstas	Vagas ocupadas	% ocupação
Analista em Gestão Previdenciária	95	81	85,26%
Técnico em Gestão Previdenciária	300	235	78,33%
Total	395	316	80%

Ano de 2017

Emprego público permanente	Vagas previstas	Vagas ocupadas	% ocupação
Analista em Gestão Previdenciária	95	81	85,26%
Técnico em Gestão Previdenciária	300	223	74,33%
Total	395	304	76,96%

Os Grupos de Trabalhos criados através da Portaria SPPREV nº 405, de 13-11-2014 e prorrogada pela Portaria SPPREV nº 385, de 11-11-2016 desenvolveram em 2016 as seguintes atividades:

GT- Reestruturação Organizacional: (i) Desenvolvimento de estudos a respeito da reestruturação da Diretoria de Relacionamento com o Segurado; (ii) Revisão das propostas de reestruturação da Diretoria de Benefícios Servidores Públicos, Diretoria de Benefícios Militares e Diretoria de Administração e Finanças, esta última sendo desmembrada em duas diretorias, quais sejam: Diretoria de Administração e Diretoria de Finanças e Contabilidade; (iii) Revisão das atribuições das diretorias e respectivas gerências e supervisões; (iv) Apresentação das propostas de reestruturação da Diretoria de Benefícios Servidores Públicos, Diretoria de Benefícios Militares e Diretoria de Administração e Finanças ao Conselho de Administração da autarquia.

GT- Integração e Modernização de Processos: (i) Operacionalização do Escritório de Projetos por meio da Portaria SPPREV 217, de 09-12-2015. Durante o ano de 2017 foram criados os procedimentos, formulários templates para utilização e padronização dos projetos, modelos de portarias e designações, treinamento das equipes envolvidas e o desenvolvimento de alguns projetos piloto para aferição da metodologia criada. Objetivo: Criar uma metodologia própria da SPPREV que contribua para a implementação de projetos estruturados dentro das melhores práticas; (ii) Viabilização e criação do Comitê Consultivo de Mudança - CCM/SIGEPREV. Por meio da Portaria SPPREV 73, de 16-03-2016 foi instituído Comitê Consultivo de Mudança, Processo de Transição de Serviço, nos moldes do framework ITIL Information Tecnoloty Infraestructure Library. Objetivo: aprimorar os processos de transição e operação do SIGEPREV, utilizando técnicas de governança da tecnologia da informação, com procedimentos de Gestão de Mudanças preconizados em metodologias aceitas na moderna administração.

GT- Melhorias no Atendimento: (i) Elaboração de plano para melhorar a integração com os departamentos de Recursos Humanos dos órgãos de origem; (ii) Criação de canal no site da SPPREV voltado a esse público, denominado “Canal dos órgãos setoriais de Recursos Humanos”, com os seguintes módulos: Sobre o canal; Aposentadoria; Certidão de Tempo de Contribuição de Ex-Servidores; Treinamentos; (iii) Criação de newsletter voltada aos funcionários dos órgãos setoriais de Recursos Humanos. Conteúdo: orientações e notícias que visam aproximar a autarquia dos servidores dos órgãos e esclarecer dúvidas; (iv) Ações para melhorar a comunicação com os servidores ativos e futuros beneficiários da SPPREV; (v) Criação da newsletter São Paulo Previdência, com envio a todos os usuários da Rede Executiva; (vi) Mapeamento dos canais de atendimento existentes; (vii) Levantamento realizado junto aos responsáveis por cada canal de atendimento: Atendimento presencial da sede e dos escritórios regionais; call center (0800 777 7738), Fale conosco, Ouvidoria, Relacionamento institucional (imprensa, demandas do cidadão e Reclame Aqui); (viii) Elaboração de documento com a relação de canais, sua função, e propostas de melhorias; (ix) Revisão da gestão do Fale Conosco de outros órgãos – Fale conosco da Unidade Central de Recursos Humanos (UCRH); Fale conosco do Governo do Estado de São Paulo; Fale conosco da Corregedoria Geral da Administração (x) Situação detectada: cada demanda era encaminhada a uma área diferente da SPPREV (GRH, PRI e Ouvidoria) e recebia tratamentos diferentes. Ação realizada: unificação da gestão das demandas do canal Fale Conosco de órgãos externos. Passaram a ser direcionadas ao Fale Conosco da São Paulo Previdência. Importante destacar que se trata de um canal de orientação e informações, e não de solicitação de serviços; (xi) Colaboração na redação do Memorial Descritivo do Call Center, com a inclusão de novos serviços; (xii) As sugestões e os apontamentos feitos pelo Grupo de Trabalho foram encaminhados à Gerência de Relacionamento.

B. Comitê Gestão do Conhecimento e Inovação: (i) Elaboração do Plano de Gestão do Conhecimento e Inovação em março/2017; (ii) Busca de Melhores Práticas - Padronização dos fluxos de extinção de benefícios de pensão civil e militar, aposentadoria e inatividade finalizada em agosto/2017; (iii) Promoção de palestras e encontros: Palestra “O mundo sob nova direção! Como isto afeta os governos?” Roberto Agune - Coordenador do iGovSP em março/2017, Encontro com a jornalista Regina Volpado em agosto/2017; Encontro “Conectando Ideias” com a *youtuber* Alexandra Gurgel e a psicóloga Maria Aparecida Perroni dos Santos, em setembro/2017, Encontro “Conectando Ideias” com Adriano Carlos Nunes Fernandes e Cristiane Bonilha da Silva, em outubro/2017; (iv) Parceria com a Escola do Governo e Administração Pública – EGAP: Foram ministrados cursos de Previdência e Aposentadoria pelos funcionários Cristiane Bonilha da Silva e Evandro Carmona e com o apoio da Denise Gomes Fernandes, para os órgãos do Governo do Estado, em maio e novembro/2017. Foram promovidos aos funcionários da SPPREV os cursos de: Foram ministrados cursos de Previdência e Aposentadoria pelos funcionários Cristiane Bonilha da Silva e Evandro Carmona e com o apoio da Denise Gomes Fernandes, para os órgãos do Governo do Estado, em maio e novembro/2017. Foram promovidos aos funcionários da SPPREV os cursos de: “Gestão der Conflitos” (4 turmas), ministrado profa. Sandra Inês Baraglio Granja, em setembro e outubro/2017; “Negociação nas Organizações Públicas”, ministrado pela profa. Sandra Inês Baraglio Granja, em novembro/2017; Foi ministrado aos futuros instrutores da SPPREV o curso de “Didática para Instrutores” pelos professores da USP, em dezembro/2017; Foi promovida a palestra “Impactos da Reforma Trabalhista para os Servidores Públicos” conduzida pela Dra. Luciana Monteiro Claudiano, para os órgãos do Governo do Estado, em dezembro/2017; (v) Parceria com iGovSP: Foram ministrados aos funcionários da SPPREV os cursos de : “A SPPREV na Era do Conhecimento”, ministrado pelo prof. José Antônio Carlos, “Inovação em Serviços”, ministrado pelo prof. Alvaro Gregorio, (vi) Promoção de treinamento interno. Foram promovidos cursos de Qualidade no Atendimento, ministrado pelo ouvidor Adriano Carlos Nunes Fernandes, para os funcionários, supervisores, gerentes, assessores e diretores da SPPREV; (vii) Revisão da Portaria de Mobilidade Funcional (Progressão) contemplando instrutor que ministra curso de capacitação; (viii) Teletrabalho: Projeto piloto aprovado pela Diretoria Executiva, tendo: Realizadas as visitas aos órgãos estaduais que já implantaram o teletrabalho; Firmada a parceria com a Secretaria do Planejamento e Gestão, que escolheu o projeto da SPPREV, como um dos projetos-piloto da Governo do Estado São Paulo; Elaborada a Minuta da Portaria; Definidos os indicadores de metas para a concessão de pensão civil e militar; Implementação prevista para meados de fevereiro/2018.

C. Redução e Otimização das Despesas de Custeio

Continuidade ao processo de revisão e otimização dos contratos de prestações de serviço, durante o exercício de 2017, os seguintes contratos foram objeto de renegociação com reduções:

1. Processo SP DOC nº 275.743/2017

Contratada: PLM Locadora de Veículos Ltda EPP.

Objeto: Contratação de serviços de transporte com condutor e combustível.

Redução de 1,03% sobre o valor global atualizado da contratação, redução aplicada a partir de 30.12.2016, perfazendo o valor de redução mensal de R\$ 552,76 e anual de R\$ 6.633,12.

2. Processo SP DOC nº 717.927/2017

Contratada: Sollenan Comério e Indústria Ltda.

Objeto: Fornecimento de bebidas quentes – regime de comodato.

Redução de 25,00% sobre o valor global atualizado da contratação, redução aplicada a partir de 11.01.2017, perfazendo o valor de redução mensal de R\$ 6.790,00 e anual de R\$ 81.480,00.

3. Processo SP DOC nº 443.483/2017

Contratado: Antonio da Silva Ferreira.

Objeto: Locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da unidade regional de Ribeirão Preto.

Rescisão de contrato em 16.08.2017, visto que a unidade passou a funcionar dentro da Secretaria da Fazenda no Município, perfazendo uma redução mensal de R\$ 2.368,32 e anual de R\$ 28.419,84.

4. Processo SP DOC nº 229.937/2017

Contratado: Lang Serviços Ltda ME.

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial para o posto regional da São Paulo Previdência no Município de Ribeirão Preto.

Rescisão de contrato em 12.07.2017, visto que a unidade passou a funcionar dentro da Secretaria da Fazenda no Município, perfazendo uma redução mensal de R\$ 1.555,11 e anual de R\$ 18.661,32.

5. Processo SP DOC nº 420.569/2017
Contratado: Pérola Segurança Eirelli - EPP.
Objeto: Prestação de serviços de vigilância / segurança patrimonial para o posto regional da São Paulo Previdência no Município de Ribeirão Preto.
Rescisão de contrato em 01.08.2017, visto que a unidade passou a funcionar dentro da Secretaria da Fazenda no Município, perfazendo uma redução mensal de R\$ 4.017,80 e anual de R\$ 48.213,60
6. Processo SP DOC nº 238.291/2012
Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
Objeto: Serviços de postagens e entrega de correspondências.
Redução de 12,62% sobre o valor global atualizado, aplicado a partir de 01.01.2017, perfazendo uma redução mensal de R\$ 77.290,36 e anual de R\$ 927.484,32.
7. Processo SP DOC nº 237.859/2017
Contratada: Atlantic Solutions Informática Ltda.
Objeto: Contratação de serviços de manutenção e operação para o SIGEPREV.
Redução de 7,51% sobre o valor global atualizado, aplicado a partir de 29.06.2017, perfazendo uma redução mensal de R\$ 53.511,44 e anual de R\$ 642.137,28.
8. Processo SP DOC nº 420.594/2017
Contratado: Luiz Alberto Martins Villela.
Objeto: Locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da unidade regional de Araçatuba.
Rescisão de contrato a partir de 16.09.2017, visto que a unidade passou a funcionar dentro da Secretaria da Fazenda no Município, perfazendo uma redução mensal de R\$ 2.336,19 e anual de R\$ 28.034,28.
9. Processo SP DOC nº 236.253/2017
Contratado: Eficácia Limpeza e Conservação Ltda.
Objeto: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial para o posto regional da São Paulo Previdência localizado no município de Araçatuba.
Rescisão de contrato a partir de 14.07.2017, visto que a unidade passou a funcionar dentro da Secretaria da Fazenda no Município, perfazendo uma redução mensal de R\$ 1.623,10 e anual de R\$ 19.477,20.
10. Processo SP DOC nº 250.207/2017
Contratado: Limpac Segurança e Vigilância Eireli - EPP.
Objeto: Prestação de serviços de segurança / vigilância patrimonial para o posto regional da São Paulo Previdência localizado no município de Araçatuba.
Encerramento do contrato a partir de 08.11.2017, visto que a unidade passou a funcionar dentro da Secretaria da Fazenda no Município, perfazendo uma redução mensal de R\$ 4.617,06 e anual de R\$ 55.404,72.
11. Processo SP DOC nº 419.988/2017
Contratado: Antonio Olivo.
Objeto: Locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da unidade Regional de Taubaté.
Rescisão de contrato a partir de 09.10.2017, visto que a unidade passou a funcionar dentro da Secretaria da Fazenda no Município, perfazendo uma redução mensal de R\$ 1.804,50 e anual de R\$ 21.654,00.
12. Processo SP DOC nº 241.156/2017
Contratado: JJ Serviços de Informática e Limpeza Ltda - ME.
Objeto: Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial para o posto regional da São Paulo Previdência localizado no município de Taubaté.
Rescisão de contrato a partir de 12.07.2017, visto que a unidade passou a funcionar dentro da Secretaria da Fazenda no Município, perfazendo uma redução mensal de R\$ 1.246,09 e anual de R\$ 14.953,08.
13. Processo SP DOC nº 420.546/2017
Contratado: Bellator Segurança e Vigilância Ltda EPP.
Objeto: Prestação de serviços de vigilância / segurança patrimonial para o posto regional da SPPREV no município de Taubaté.

Rescisão de contrato a partir de 10.07.2017, visto que a unidade passou a funcionar dentro da Secretaria da Fazenda no Município, perfazendo uma redução mensal de R\$ 4.462,80 e anual de R\$ 53.553,60.

14. Processo SP DOC nº 260.654/2017

Contratado: Construtora e Incorporadora Exata Ltda.

Objeto: Locação do imóvel situado na Rua Bela Cintra, nº 657.

Redução de 13,81% sobre o valor global atualizado, aplicado no período de 25.08.2017 a 24.08.2018, perfazendo uma redução mensal de R\$ 120.000,00 e anual de R\$ 1.440.000,00.

15. Processo SP DOC nº 370.533/2017

Contratado: Santos & Castro Neto Monitoramento e Vigilância Patrimonial Ltda ME.

Objeto: Vigilância Eletrônica da Sede da SPPREV.

Redução de 3,29% sobre o valor mensal contratado, aplicado a partir de 26.10.2017, perfazendo uma redução mensal de R\$ 1.063,79 e anual de R\$ 12.765,48.

em R\$

Quadro Resumo:

Item de Despesa	Valor Reduzido (Mês)	Valor Reduzido (Ano)
Limpeza	4.424,30	53.091,60
Vigilância	14.161,45	169.937,40
Informática	53.511,44	642.137,28
Correios	77.290,36	927.484,32
Locação de Imóveis	126.509,01	1.518.108,12
Outros	7.342,76	88.113,12
Total	283.239,32	3.398.871,84

Outras despesas otimizadas e reduzidas durante o exercício de 2017

	2016	2017	Diferença (2016-2017)	Varição (2017/2016)
33901401 - Diárias Pessoal Civil	123.188,68	117.673,23	5.515,45	-4,48%
33905011 - Energia Elétrica	574.930,71	552.079,22	22.851,49	-3,97%
33905012 - Telefonia Fixa	381.955,27	266.464,73	115.490,54	-30,24%
33905013 - Água e Esgotos	151.447,89	110.452,08	40.995,81	-27,07%
Total	1.231.522,55	1.046.669,26	184.853,29	-15,01%

Fonte: SIGEO

D. Modernização na Infraestrutura e serviços de Tecnologia da Informação

Os pilares das atividades da área de TI continuaram focadas para a alta performance, disponibilidade e segurança da infraestrutura de TI. Os principais projetos em 2017 foram:

- Projetos de infraestrutura: **(i)** Outsourcing do parque de máquinas de impressão e reprografia coloridas da SPPREV, diminuindo a necessidade de aquisição de equipamento e insumos que rapidamente ficam obsoletos e oneram os ativos da autarquia; **(ii)** Melhorias nos processos e procedimentos da ferramenta Zabbix de monitoração da infraestrutura e serviços de TI, focando na prevenção de incidentes e tornando as respostas aos problemas de TI mais efetivas; **(iii)** Implantação de nova ferramenta de antivírus, bem como ferramenta de gerenciamento de configuração do parque tecnológico, trazendo mais controle e segurança; **(iv)** Planejamento e negociação da mudança da SPPREV para a nova sede, com vistas a mudança de estrutura tecnológico, planejamento de toda a infraestrutura e logística dessa mudança; **(v)** Implantação de novo servidor de arquivos, focando a estrutura em flexibilidade para os setores e segurança da informação. 2.4.2. Desenvolvimento de sistemas e melhorias (utilização interna SPPREV): **(i)** Atuação no processo de implantação do sistema SPdoc em conjunto com a Assessoria da SPPREV, projeto esse que ainda está em andamento; **(ii)** Intermediação na implantação do SIPREV na autarquia, realizando trocas de arquivos com o Ministério da Previdência e alterações no ambiente de tecnologia do sistema; **(iii)** Atualização da versão notes de todos os funcionários e estagiários da SPPREV, fornecendo acesso a rede executiva e a ferramentas de comunicação e colaboração para toda a autarquia. 2.4.3. Extração de

relatórios; (i) Executado levantamento e criação de relatórios para fim de acompanhamento de indicadores de resultado nas áreas fim e meio da SPPREV; (iii) Disponibilização de relatórios na plataforma de BI Oracle; (iv) Implantação de relatórios na ferramenta do BI Oracle para facilidade e automatização do processo de extração de relatórios. 2.4.4. Assessoramento em Tecnologia: (i) Atividade executada em conjunto com diversas áreas da autarquia, auxiliando esses setores em demandas relacionadas à Tecnologia da Informação; (ii) Elevação da maturidade nos processos de Governança de TI da SPPREV, trabalhando em conjunto com os demais gestores, identificando e atuando em pontos de criticidade para o funcionamento da autarquia e elaborando estudo para alinhamento dos serviços da TI com as expectativas do negócio. Projeto de melhoria contínua; (iv) Participação dos membros da GTI em diversos grupos de trabalho da autarquia. 2.4.5 – Diversas atividades: Sempre com o objetivo de viabilizar uma maior e mais segura produtividade da autarquia foram desenvolvidas ou aprimoradas as rotinas existentes, o que resultou em contínua evolução dos sistemas e por consequência na melhora da satisfação dos usuários e dos nossos beneficiários. (a) Digitalização: Aproximadamente 1.850.000 páginas digitalizadas no Bureau de Digitalização localizado na sede da SPPREV; Conclusão da digitalização do legado de Inatividade Militar em Bureau da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo localizado junto ao DSACG; Implantação de nova tecnologia de captura e gerenciamento de imagens; Higienização e arquivo dos processos de pensão militar; Aprimoramento no controle dos certificados digitais emitidos e no agendamento para sua emissão e renovação. (b) Folha de Pagamento: Processamento de aproximadamente seis milhões de pagamentos durante o ano de 2017 envolvendo recursos e insumos de entrada (carga de informações externas, como Seade, Sisobi, CIAF, Prodesp, Iamspe, CIP e de legislação, entre outros); processamento (recursos humanos e de estrutura lógica) e de saída (arquivos de pagamento, relatórios financeiros e arquivos informativos e de controle); Realização de um controle da folha de pagamento mais detalhado, com verificações genéricas e pontuais de eventuais erros, sejam eles sistêmicos e/ou operacionais, e correções necessárias a fim de que os problemas apontados sejam sanados; Aplicações de critérios massivos, como reajustes e reenquadramentos de classes. (c) SIGEPREV (Sistema de Gestão Previdenciária): Implantação do novo fluxo de Extinção; Implantação do fluxo de Visita Domiciliar, do fluxo de Reinclusão de Pensionistas Militares e do Fluxo de Concessão de Inatividade por Ordem Judicial; Geração de arquivo para emissão de nota fiscal para as entidades consignatárias; Adequações na emissão e controle de boletos bancários; Fornecimento de relatórios solicitados pelas áreas fim e pelas áreas administrativas; Abertura e acompanhamento de Tickets e Tasks, com foco na correção de problemas pontuais apresentados pelo sistema e no desenvolvimento das funcionalidades do mesmo; Realização de aprimoramentos na tela COMPREV e no fluxo de Isenção de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária; Criação do SIGEDOC, com acesso fácil e atualizado à evolução Financeira da Folha SPPREV, Informativo GPR e Manuais do Sistema.

E. Relacionamento com Segurado – Atendimento Sede e Regional

No ano de 2017, como objetivo principal, continuamos a buscar atendimento de qualidade aos nossos beneficiários, por meio de ações de melhorias, bem como, praticamos ações que resultaram em grande economicidade para o Estado. 2.5.1. Atividades executadas: Análises técnicas de pensões civis; Análises de decisão de pensões civis; Análises técnicas de pensões militares; Análises de decisão de pensões militares; Recadastramentos; Alterações de conta corrente e cadastro civil; Alterações de conta corrente e cadastro militar; Auxílio na atividade de obtenção de extrato financeiro para ações judiciais; Elaboração de respostas sobre revisão de pagamento de aposentadorias; Confecção e emissão de Declaração de Aposentadoria, Declaração de Inexistência de Benefício, Declaração de viagem Terrestre, Declaração de PIS/PASEP no ato do atendimento; Auxílio à Supervisão de Compensação Previdenciária; Atendimento à demandas relacionadas ao Portal do Consignado; Atendimento às demandas de Correios; Auxílio na atividade de obtenção de extrato financeiro para ações judiciais. 2.5.2. Preparação e entrega de manuais: utilizados para treinamento dos servidores em várias tarefas: Readequação do controle de caixas de digitalização tendo em vista a implantação do sistema de protocolos SPDocs; Atualização dos procedimentos para envio de documentações via malote nos Escritórios Regionais a fim de se adequar ao sistema de protocolo SPDocs; Atualização dos procedimentos junto às áreas fins de respostas à Planilha de ocorrências encaminhadas pelos Escritórios Regionais e Call Center; Aprimoramento no controle de envio e recebimento de materiais nos Escritórios Regionais; Treinamento sobre o sistema SPDocs realizado na Sede e transmitido aos Escritórios Regionais; Qualificação de atendente sede em libras. 2.5.3. Outras Melhorias: Sede: Alterações no quadro composto de Técnicos em Gestão Previdenciária no Atendimento, visando a contínua melhoria da qualidade no serviço prestado ao beneficiário, bem como, agilidade na resolutividade de demandas como: alteração de conta e cadastro, atualização de cadastro, emissão de Declarações diversas e respostas a requerimentos diversos, evitando dessa forma, desgastes pela espera do resultado final; Reestruturação da equipe de atendimento Correios; Renovação do contrato com a empresa responsável pela Recepção e Triagem de documentos a fim

de dar continuidade na agilização dos fluxos de trabalho do atendimento; Contratação da empresa de telefonia Vivo visando uma maior qualidade ao serviço de atendimento telefônico call center.

Escritórios Regionais: Aplicação de sanção de multa e impedimento de licitar com a Administração à empresa prestadora dos serviços de Limpeza do Escritório Regional de Santos, visando coibir a participação da referida empresa em novos certames; Manutenção dos serviços de vigilância e limpeza nos Escritórios Regionais; Atualização contínua do Portal GRE, visando disseminar as atualizações de procedimentos e aprimorar acesso à informação pelos servidores que prestam atendimento ao público; Realização de manutenção nos Escritórios por meio de revisão elétrica e hidráulica, limpeza e troca de aparelhos de ar condicionado de acordo com a necessidade local; Execução de reforma no Escritório Regional de Araraquara, visando melhorar e adequar a estrutura de atendimento; Mudança dos Escritórios de Atendimento de Araçatuba, Taubaté e Ribeirão Preto para as dependências da Secretaria da Fazenda das respectivas localidades, visando economicidade, por meio do rateio das despesas e trazendo facilidades aos beneficiários; Criação de Ponto de Atendimento nas dependências da CBPM, em regime de cooperação com a Polícia Militar do Estado de São Paulo, a fim de proporcionar melhor atendimento à referida classe e demais beneficiários; Fechamento do Escritório Regional de Botucatu localizado no Poupatempo e abertura de Ponto de Atendimento em regime de cooperação com a Prefeitura Municipal de Botucatu, nas dependências do Terminal Rodoviário daquela cidade. Previsão de abertura: dezembro/2017; Início das negociações com a Secretaria da Fazenda para mudança do Escritório Regional de Presidente Prudente para aquele Órgão por meio de Termo de Permissão de Uso, com a finalidade de trazer economia e facilidades aos beneficiários. 2.5.4 - Relatórios mensais: a GRE prepara relatórios gerenciais para acompanhamento de todos os canais de atendimento. Presenciais: atendimento Sede, Escritórios Regionais e Pontos de Atendimento. Não presenciais: atendimento Correios e atendimento call center. 2.5.5 – Serviço de call center: Implantação de novas tecnologias de navegação na URA, o que permitiu tornar o atendimento mais ágil e eficiente; Implantação do sistema de Agendamento de Atendimento para atendimentos na Sede dos seguintes fluxos: recadastramento, alteração cadastral e pensão inicial por morte; Implantação do sistema de envio de mensagem SMS (short message), contendo a data e hora do agendamento do atendimento presencial na Sede e o número de protocolo da solicitação; Início do estudo de viabilidade para implantação do sistema de Agendamento para atendimentos nos Escritórios Regionais; Desenvolvimento do sistema CzRM - Previsão para implantação: 1º trimestre de 2018.

3. Ações Futuras: Planejar e estruturar a implantação da Certificação ISO 9001 nos processos de concessão de pensões e aposentadorias; Aquisição de sede própria, sem ônus para o erário público, por meio de alienação de imóvel transferido à SPPREV pelo Decreto Estadual nº 57.181/2012, mediante permuta por área construída no local, desonerando a SPPREV das despesas com aluguel; - Contratação, por meio de pregão eletrônico, de serviços técnicos especializados de instituição financeira com vistas à estruturação, constituição, administração e colocação no mercado de capitais, de cotas de um Fundo de Investimento Imobiliário destinado à gestão de patrimônio imobiliário da SPPREV, transferido pelo Decreto Estadual nº 57.181/2012, visando a sua rentabilidade e liquidez com a finalidade precípua de destinar recursos ao Fundo Previdenciário; Iniciar tratativas com vistas operacionalização da transferência do processamento da folha de pagamento dos inativos do Tribunal de Contas do Estado, órgãos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo e Universidades; Desenvolvimento e módulo de atendimento às demandas judiciais, bem como melhorias da rotina de folha de pagamento no sistema SIGEPREV; Aguarda aprovação da minuta de lei, dispondo alteração na Lei Complementar nº 180/78 e do Decreto nº 52.859/07, sobre o benefício previdenciário de pensão por morte no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos servidores públicos do Estado de São Paulo, em razão da Medida Provisória nº 664/2014 que alterou dispositivos da Lei Federal 8.213/91 que trata do benefício de pensão por morte no âmbito dos regimes RPPS e RGPS; Apresentação de nova proposta de redação de Decreto regulamentar, definindo responsabilidades e estabelecendo procedimentos para uso dos fluxos de Validação de Tempo de Contribuição e Novo Fluxo de Concessão de Aposentadoria do sistema SIGEPREV; Desenvolvimento do módulo de CTC – Certidão de Tempo de Contribuição (ex-servidores) no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV; Manifestação jurídica da PGE para definição da divergência de entendimento quanto a absorção/pagamento da gratificação denominada PIN – Prêmio de Incentivo, destinada aos ativos e inativos vinculados a Secretaria da Saúde e Autarquias da Administração Indireta descentralizada. Atualmente o pagamento é realizado exclusivamente para os inativos que fazem jus a gratificação via ordem judicial; Implementar a 1ª fase do módulo judicial (Obrigação de Fazer) documentação e registro para cumprimento da ação judicial (1ª semestre); Implementar a 2ª fase do módulo judicial (Obrigação de Pagar) emissão de cálculos automáticos para precatórios (2º semestre); Apresentar Projeto de Reestruturação da Supervisão Judicial de Aposentadoria; Desenvolver o fluxo de emissão, retificação e homologação de Certidão de Tempo de

Contribuição; Aprimorar a automação das rubricas de pagamento da vantagem de Art.133; Estender o Projeto de Digitalização dos Processos de Aposentadoria para a Secretaria de Saúde e demais secretarias e autarquias; Continuar o Projeto de Capacitação de Colaboradores nas demandas previdenciárias; Revisar e reeditar manuais de fluxos de trabalho que envolvam o processo de concessão de aposentadoria; Concluir os critérios de concessão e pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte em razão da previdência complementar; Acompanhar a emissão de Parecer PA, acerca da unificação do teto constitucional para pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão; Acompanhar e traçar diretrizes no âmbito previdenciário em caso de eventual reforma previdenciária em virtude da PEC 287/16.

4. Receita proveniente da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de Petróleo e Gás Natural

ROYALTIES

Por meio da Lei nº 16.004, de 23 de novembro de 2015, a qual dispõe sobre a destinação da receita proveniente da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural ao Fundo com Finalidade Previdenciária da São Paulo Previdência, esta autarquia passou a receber, a partir do mês de dezembro de 2015 valores advindos de tal atividade.

No exercício de 2017 foram recebidos R\$ 1.205.430.847,56 (um bilhão duzentos e cinco milhões quatrocentos e trinta mil oitocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) distribuídos da seguinte forma:

Royalties e Participação Especial – Quota parte do Estado SPPREV 2017		
2017		
Mês	Royalties (R\$) ⁽¹⁾	Participação Especial (R\$) ⁽²⁾
Janeiro	642.303	-
Fevereiro	33.884.350	164.521.920
Março	33.585.957	235.020
Abril	29.812.125	-
Maio	31.637.669	236.043.220
Junho	31.093.297	-
Julho	32.264.273	-
Agosto	30.767.146	210.116.234
Setembro	32.016.181	-
Outubro	34.394.060	-
Novembro	33.451.652	238.053.395
dezembro	32.912.046	-
Total	356.461.058	848.969.790

(1) O Royalty é uma compensação financeira devida à União pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis (Fonte: ANP). (2) A participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção. Para apuração da participação especial sobre a produção de petróleo e de gás natural, alíquotas progressivas, que variam de acordo com a localização da lavra, o número de anos de produção e o respectivo volume de produção trimestral fiscalizada, são aplicadas sobre a receita líquida da produção trimestral de cada campo, consideradas as deduções previstas no §1º do Art.50 da Lei nº 9.478/1997, royalties, investimentos na exploração, custos operacionais, depreciação e tributos (Fonte: ANP).

Os recursos recebidos são utilizados para pagamentos de benefícios previdenciários, sendo a alocação distribuída entre os Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e o Ministério Público proporcional à insuficiência financeira do órgão / entidade com base na média móvel dos últimos cinco anos, como deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração da Autarquia.

A projeção de recebimento referente a Royalties e Participação Especial para 2018 monta em R\$ 1.366.237.970 (um bilhão trezentos e sessenta e seis milhões duzentos e trinta e sete mil e novecentos e setenta reais), valor este que está coerente com as receitas e despesas consignadas na LOA 2018 (Lei Estadual nº 16.646/2018 – item vinculados estaduais).

Considerações Gerais

Coordenadoria da Administração Financeira

Para a administração dos recursos financeiros e orçamentários, com responsabilidade fiscal, e buscando otimizar os recursos públicos, a CAF, com as atribuições redefinidas pelo artigo 61 do Decreto nº 60.812, de 30 de setembro de 2014, contava com as seguintes unidades subordinadas: Departamento de Finanças do Estado - DFE, Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, Departamento de Gestão da Dívida e Haveres do Estado – DGDH, Contadoria Geral do Estado – CGE. Em 2017 pelo inciso II do artigo 2º do Decreto nº 62.640, de 23 de junho de 2017 – ocorreu a transferência do Departamento de Entidades Descentralizadas, anteriormente vinculada a Coordenadoria de Compras Eletrônicas – CCE para a CAF.

Atividades:

a) Gestão Financeira: Administração do Fluxo de Caixa do Tesouro do Estado, envolvendo a movimentação financeira da ordem de R\$ 200 bilhões no ano (31/12/2017).

b) Conta Única do Tesouro: Gerenciamento das aplicações financeiras da Conta Única do Tesouro, com uma carteira de R\$ 20,4 bilhões (posição 31/12/2017).

c) Previsão e Acompanhamento da Receita Orçamentária: Elaboração da previsão da receita orçamentária do Estado e seu desdobramento em metas bimestrais de arrecadação, revisão e projeção das receitas, normatização e acompanhamento das receitas do Tesouro, Fundos Especiais de Despesa, Vinculados Estaduais e Federais, Recursos Próprios e Operações de Crédito.

d) Execução Financeira do Serviço da Dívida: No exercício de 2017, o dispêndio do Tesouro com o pagamento do serviço da dívida totalizou R\$ 11,6 bilhões, dos quais R\$ 10,2 bilhões (87,4%) referem-se às operações de crédito contraídas no mercado interno, com destaque para as dívidas refinanciadas com a União que atingiram o montante de R\$ 8,5 bilhões. Os demais compromissos, equivalentes a R\$ 1,4 bilhão (12,6% do total), correspondem às operações de crédito contratadas no mercado externo.

e) Estoque da Dívida: O estoque da dívida ao final do exercício de 2017 totalizou R\$ 283,4 bilhões.

Estoque da Dívida	R\$ Bilhões
Dívida Contratual - Tesouro, Autarquias e Universidades	271,5
Dívida Contratual - Empresas Não Dependentes	11,9
Total	283,4

Do total do estoque da dívida, R\$ 234,0 bilhões referem-se ao refinanciamento da dívida interna nos moldes da Lei nº 9496/97, com encargos contratuais de 4,0% a.a., acrescidos da variação monetária pelo IPCA/IBGE, limitados à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Em 22 de dezembro de 2017 foram assinados o Nono e o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de refinanciamento da dívida com a União, implementando as mudanças previstas na Lei Complementar nº 156, de 28/12/2016, dentre elas: (i) um prazo de pagamento adicional de 240 meses, com efeito, a partir de 1º de julho de 2016; (ii) redução extraordinária limitada a R\$ 500,0 milhões, por Estado para cada prestação mensal, pelo período de 24 meses a partir de julho de 2016; (iii) devolução das parcelas de dívida vencidas e não pagas em decorrência de mandados de segurança providos pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito das discussões quanto à capitalização composta da taxa SELIC, em até 24 prestações mensais e consecutivas, devidamente atualizadas pelos encargos de adimplência contratuais vigentes, vencendo-se a primeira em julho de 2016; (iv) promover alterações no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado.

A Dívida Contratual das empresas não dependentes (CESP, CDHU e SABESP), no valor de R\$ 11,9 bilhões (4,2% do total), é suportada pelos respectivos recursos próprios.

f) Folha de Pagamento do Funcionalismo Público Estadual: Na Administração Direta do Poder Executivo, exceto Polícia Militar, foram processadas 12 (doze) folhas mensais de pagamento e mais 65 (sessenta e cinco) denominadas folhas suplementares, envolvendo 124 meses de reprocessamento, referentes ao 13º salário, férias e as destinadas a atender determinações legais e judiciais (reajuste, reenquadramento, bonificações etc.). Trata-se de folha de pagamento de cerca de

439 mil servidores públicos ativos e dos que percebem complementação de aposentadoria (Lei nº 4819/58), pensões especiais e pensão alimentícia, no montante de R\$ 21,8 bilhões/ano.

g) RAIS/DIRF/Atestados de Rendimentos: Em 2017 foram emitidas as seguintes quantidades de documentos:

Documento	Quantidade
RAIS	451.620
DIRF	477.632
Comprovantes de Rendimentos	477.632

h) Fiscalização da Folha: Com base no Decreto nº 60.812/2014, foram realizadas 172 fiscalizações junto às Unidades Setoriais de Recursos Humanos. Essa fiscalização gerou um retorno financeiro de R\$ 1,0 bilhão aos cofres públicos, com o saneamento das irregularidades apuradas na folha de pagamento dos servidores públicos.

i) Consignação em Folha de Pagamento: Com base no Decreto nº 60.435/2014 e Resolução SF nº 41/2014, a Secretaria da Fazenda tem como atribuição, processar consignações em folha de pagamento e transferir os valores consignados às respectivas entidades, por meio do SIAFEM. Isso se dá através do gerenciamento dos descontos de consignação na folha de pagamento dos servidores ativos e inativos do Estado de 196 entidades consignatárias; análise de novos pedidos de entidades para credenciamento e/ou novos tipos de descontos; demanda de auditorias e proposta de cancelamento de entidades, quando necessário.

j) Inserção de Dados no Sistema de Folha de Pagamento – SDPE: A inserção de dados no Sistema é feita de três maneiras: i) Manual: inserção e atualização de dados cadastrais dos servidores ativos do Estado e em 2017 foram efetuadas 1.018.722 operações pelas unidades do DDPE – Departamento de Despesa de Pessoal do Estado; ii) Internet: lançamentos via internet, relacionados à frequência dos servidores, substituição eventual, honorários etc., no total de 2.652.416 lançamentos efetuados pelas unidades de Recursos Humanos das Secretarias; e iii) Entrada de dados informatizada (integração de sistemas).

k) Folha de Pagamento das Autarquias do Estado: Controlar a folha de pagamento das Autarquias do Estado no que tange a definição e fornecimento de critérios de cálculos da folha de pagamento, elaborando e mantendo atualizado o manual de critérios de cálculo; criação e publicação de códigos de vencimentos e descontos a serem utilizados na elaboração da folha de pagamento; conferência mensal da folha de pagamento e respectivas rotinas anuais, como 13º salário.

l) Desagendamentos: Com o objetivo de evitar pagamentos indevidos, são cancelados junto ao agente financeiro do Estado (Banco do Brasil), créditos já programados, de situações decorrentes de falecimento, exoneração e dispensa, comunicadas após o fechamento da folha de pagamento.

Quantidade	Valores que deixaram de ser creditados indevidamente
13.064	R\$ 11.364.324,05

m) Informações ao Poder Judiciário: Fornecer subsídios à Procuradoria Judicial na defesa da Fazenda e ao Tribunal de Justiça para elaboração da conta de liquidação. Os 14.543 processos envolveram aproximadamente 206 mil autores/servidores, dos quais para cerca de 61 mil servidores, as unidades do DDPE geraram planilhas de cálculos com diferenças salariais de períodos retroativos, que serão quitados por

Serviços Disponibilizados na Internet:

a) Sistema de Execução Financeira – SEF: Com acesso disponibilizado a todos os Gestores Financeiros, pelo endereço eletrônico www.fazenda.sp.gov.br/sef/pagina/login.aspx, o sistema permite a programação, o controle, o acompanhamento e a execução das liberações financeiras dos órgãos e entidades do Estado, o que proporciona maior rapidez na execução das Programações de Desembolso - PD's. A consulta às PD's pendentes e liberadas é detalhada por vencimento, tipo de despesa, valor, unidade e credor, assim como os pagamentos, prioridades e publicações referentes à ordem cronológica dos pagamentos. Além disso, disponibiliza também aos fornecedores do Estado

(credores) a consulta aos seus créditos pendentes e liberados pelo endereço eletrônico www.fazenda.sp.gov.br/sef/pagina/logincredor.aspx.

b) Sistema de Grandes Faturadores – SGF: É acessado pelo endereço eletrônico www10.fazenda.sp.gov.br/Sgf/Base/Paginas/Login.aspx. O SGF centraliza a liquidação das faturas de utilidade pública, por meio do recebimento dessas em sistema único, com data de vencimento única por concessionária. Propicia gestão da despesa, mediante o acompanhamento do consumo e valores, com o objetivo de evitar atrasos no pagamento, e, em decorrência, incidência de acréscimos legais e fornece previsibilidade de fluxo de caixa. A liquidação das faturas é efetuada por um processo eletrônico do ateste da despesa, manufatura da Lista, emissão de Nota de Lançamento – NL até a elaboração Programação de Desembolso – PD. É integrado ao SIAFEM/SP e ao Sistema de Execução Financeira - SEF.

c) Sistema de Acompanhamento de Quotas: De acesso pelo Portal da Secretaria da Fazenda, em área restrita, o sistema controla os lançamentos de quotas orçamentárias no SIAFEM/SP e emite relatório com o histórico das alterações de quotas mensais (inicial, atual, disponível, reservada, empenhada, liquidada, a liquidar, BEC e bloqueada). Os relatórios são disponibilizados na internet para consulta dos gestores orçamentários.

d) Sistema de Controle de Aplicações, Resgates e Apuração de Rendimentos das Entidades: Sistema de uso local do Centro de Gestão da Conta Única possibilita calcular e apropriar os saldos e rendimentos referentes às aplicações financeiras dos órgãos e entidades do Estado. Os extratos, com as informações das movimentações diárias e mensais, são enviados eletronicamente mediante solicitação dos respectivos gestores financeiros.

e) Sistema de Transferências Voluntárias: O Sistema é acessado pelo endereço eletrônico www.fazenda.sp.gov.br/TransferenciaVoluntaria/Sistema/Novo/Paginalnicial.aspx, e disponibiliza as informações referentes às transferências financeiras do Estado aos Municípios e Entidades, decorrentes de convênios ou outros instrumentos similares destinados à realização de obras e/ou serviços de interesse comum. O Sistema permite a consulta dos convênios por região administrativa, por município, por órgãos estaduais e, no item “Sua Pesquisa”, o cidadão/usuário pode definir sua consulta por valor, data de liberação ou celebração dos convênios, beneficiário (Entidade ou Município), órgão do Estado, dentre outras informações. A atualização do sistema é feita diariamente, com dados extraídos do SIAFEM/SP, e registra, atualmente, 5.790 convênios em andamento.

f) Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN: Importante ferramenta de recuperação de créditos reúne, em um só cadastro, informações dos inadimplentes junto a órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta (Autarquias, Fundações e Empresas controladas pelo Estado). O CADIN possibilita à administração acompanhar o beneficiário de crédito do setor público que se encontra na situação simultânea de favorecido e inadimplente, impedindo-o de ser contratado, receber recursos e ter liberado os créditos oriundos da Nota Fiscal Paulista, até a sua regularização. Seus principais benefícios para a administração são: i) para órgãos e entidades estaduais: utilização do sistema para cobrança dos inadimplentes para regularização de suas pendências, aplicação de restrições às pessoas físicas ou jurídicas, decorrentes da existência de pendências não regularizadas; ii) para o contribuinte: conhecimento de pendências junto aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, por meio de um cadastro centralizador; e iii) total de créditos recuperados: desde a implantação em 21/09/2008 até 31/12/2017, foram recuperados R\$ 10,2 bilhões aos cofres públicos, correspondendo a 20,1 milhões de pendências regularizadas, assim segregadas:

Órgão	Natureza	Quantidade Pendências
SEFAZ	IPVA	6,9
DER	Multas de trânsito	8,4
DETRAN	Multas de trânsito	3,9
OUTROS	Diversos	0,9

f) Sistema de Regularidade Previdenciária e Fiscal: Sistema destinado a gerenciar e monitorar a regularidade fiscal e previdenciária dos órgãos e entidades estaduais perante a União. O sistema captura as pendências apontadas nos sites da Receita Federal do Brasil e do CAUC – Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, da Secretaria do Tesouro Nacional, e envia, automaticamente, mensagens aos órgãos e entidades inadimplentes para providências de

g) regularização. Todas as ações e providências adotadas são registradas no sistema, permitindo uma gestão efetiva e eficiente dos gestores estaduais, resultando em redução significativa do tempo de detecção e regularização da pendência.

Indicador	Anterior a implantação do Sistema	Situação Atual
Detecção da pendência	No momento de celebração de contrato ou convênio	No mesmo dia da inclusão da pendência
Regularização da Pendência	45 dias	15 dias

A ação proativa, além de promover a regularidade fiscal e previdenciária dos órgãos e entidades estaduais perante a União, evita que o Estado fique impedido de contrair empréstimos e receber transferências voluntárias.

h) SIGEO B.I.E.E.: Este sistema é a base para todas as informações disponibilizadas no portal de Transparência do Estado, permitindo acesso a consultas prontas, geração de gráficos interativos e geoprocessamento das informações. Em 2017 foram ampliadas e aperfeiçoadas as áreas de Assunto da Modelagem de Dados, como Cadastro de UA, Cadin, Cronograma da Nota de Reserva e Lei Complementar Federal nº 131/2009, bem como aperfeiçoados os painéis com consultas prontas disponíveis aos usuários.

i) SIAFEM/SP – Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios: Sistema oficial de contabilidade aplicada ao setor público do Estado de São Paulo. Em 2017 foram realizados novos ajustes nos roteiros de eventos contábeis para atender as necessidades de contabilização exigidas pelas novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público. Atualmente estão cadastradas cerca de 2.400 unidades gestoras ativas que efetuam os registros contábeis por meio dos mais de 13.800 usuários ativos habilitados no SIAFEM/SIAFÍSICO.

j) SIAFEM.NET: Foi disponibilizada nova versão do SIAFEM.net, com ênfase na contabilidade patrimonial, auxiliando e facilitando a execução dos registros pelos gestores estaduais. O acesso pode ser feito via dispositivos móveis, tais como tablets e smartphones. De forma gradativa os processos do siafem.net estão migrando para a sua nova versão o “Contabiliz@sp”.

k) PORTAL Contabiliz@SP: O Portal (www.contabilizasp.fazenda.sp.gov.br) reúne em um único local todos os sistemas de execução orçamentária, financeira e contábil do Governo do Estado. Com uma área de acesso público, qualquer cidadão pode conhecer os sistemas de registro, controle e gerenciamento de informações orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais do Estado. Na área restrita, os gestores públicos e usuários autorizados terão acesso às informações de sua unidade, através de gráficos, planilhas, geoprocessamento e uma nova versão de acesso web do SIAFEM e SIAFÍSICO, que conta com funcionalidades que tornam o registro dos documentos contábeis ainda mais ágil, produtivo e confiável. Foram implementados os módulos de integração com o Cadastro de Contas (CADCONTAS), autorização para inscrição em Restos a Pagar, revalidação de cotas Siafem.net, a requisição de compra e oferta de compra para as entidades conveniadas, integração com o SIAFEM para recolhimento do IR no Siafisico.net. Em 2017 tornou-se inclusive obrigatório a realização dos processos do Siafísico através do Contabiliz@sp.

l) Sistema de Administração de Materiais – SAM: O SAM – Sistema de Administração de Materiais opera em plataforma web, com informações padronizadas de estoques e bens móveis. É um sistema para a gestão dos materiais consumíveis e dos permanentes, que automatiza tarefas e fornece informações operacionais e gerenciais. Será a base para definição dos valores de consumo de materiais do Sistema de Custos do Estado, em implantação. O SAM foi homologado em projeto piloto na Secretaria da Administração Penitenciária e na Fundação CASA em 2014. Em 2015 foi ativado na Secretaria da Fazenda e no IMESC. Entre 2016 e 2017 foram ativadas todas as unidades previstas no PROFISCO 1, a saber:

- Módulo Estoques: 20 Secretarias da Administração Direta e 12 Entidades da Administração Indireta.
- Módulo Bens Móveis: 14 Secretarias da Administração Direta e 8 Entidades da Administração Indireta

m) Sistema Integrado da Receita – SIR: Este Sistema é acessado pelo endereço eletrônico www.fazenda.sp.gov.br/receitacaf/UsoGeral/Login.aspx, destinado à previsão orçamentária e acompanhamento da arrecadação das receitas estaduais (Tesouro, Vinculadas Estaduais, Fundos Especiais de Despesa, Receitas Próprias das Autarquias, Fundações e Empresas Dependentes, Transferências Federais e Operações de Crédito). Os dados do sistema são utilizados para o cálculo

e análise dos pedidos de confirmação de excesso de arrecadação, superávit financeiro e retorno da receita diferida. No processo de elaboração da proposta orçamentária do Estado, o sistema disponibiliza módulo de cálculo para inserção de dados e permite consolidar as projeções das receitas para o exercício.

n) Site Folha de Pagamento: Por meio do Portal da Secretaria da Fazenda é possível acessar o serviço Folha de Pagamento, no endereço www.fazenda.sp.gov.br/folha/nova_folha/, onde são disponibilizados, a cerca de 439 mil servidores ativos e aos que percebem complementação de aposentadoria (Lei nº 4819/58), pensões especiais e pensão alimentícia, e ainda às Unidades Setoriais das Secretarias de Estado, os seguintes serviços/consultas:

- ✓ aos servidores e beneficiários (mediante senha): comprovante Anual de Rendimentos (exercícios 2001 a 2017); e demonstrativo de pagamento (desde janeiro/1993);
- ✓ aos inativos (cerca de 250 mil): o período disponível de consulta é de janeiro/1993 a abril/2011, sendo que a partir de maio/2011 essa folha de pagamento foi transferida para a SPPREV - São Paulo Previdência;
- ✓ às unidades setoriais: Encargos Sociais - informações referentes ao valor do salário contribuição dos servidores para efeito de recolhimento da contribuição ao RGPS, FGTS etc.; e Comunicado de Ocorrências, que possibilita aos órgãos de pessoal agilizar informações sobre ocorrências de dispensa, exoneração, falecimento entre outras, diminuindo as situações de pagamentos efetuados a maior pela demora de comunicação;
- ✓ às entidades consignatárias e servidores: informações sobre consignação em folha de pagamento.

o) Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal – BI Folha: Instrumentalizar usuários e gestores, permitindo-lhes a extração de relatórios gerenciais da folha de pagamento da Administração Direta (Secretarias). A análise mais rápida e eficiente, possibilitando correções, além de proporcionar transparência dos gastos, auxilia na tomada de decisões com relação aos gastos públicos, podendo ser consultado um período de 36 meses. Em construção, painéis de consultas pré-elaboradas para facilitar a extração de informações.

p) WORKFLOW: O Workflow que visa agilizar o atendimento de demandas judiciais foi implantado no Centro de Informações ao Poder Judiciário -CIPJ em fevereiro/2015 e vem passando por implementação de diversas melhorias, integrado com aos Centros de Despesa de Pessoal (Capital e Interior), do Departamento, e está atendendo à maioria das necessidades, como padronização da forma de trabalho, controle de localização de processos, possibilita o arquivamento eletrônico das peças judiciais propiciando a diminuição no gasto de papel e no retrabalho e aumentando a eficiência na execução das tarefas e no prazo estipulado. Por meio do Sistema Workflow integrado ao sistema da folha de pagamento, foram extraídas informações cadastrais de 206.497 servidores, auxiliando e agilizando a execução nas demandas judiciais.

q) Recadastramento: O recadastramento dos beneficiários de complementação de aposentadoria, pensão da Revolução Constitucionalista de 1932, pensões parlamentares e pensões de caráter especial envolve aproximadamente 47.931 beneficiários. Para as situações de ausência de recadastramento, o pagamento do benefício (complementação de aposentadoria – Lei nº 4819/58 e pensões especiais) fica suspenso até a sua regularização.

r) SISOBI: Cruzamento do Sistema de Despesa de Pessoal do Estado – SDPE com a base de dados do Sistema de Óbitos – SISOBI, disponibilizado pela Previdência Social. Propiciou em 2017, uma economia de cerca de R\$ 12,3 milhões aos cofres públicos, com a identificação de 3.770 aposentados falecidos e beneficiários de complementação de aposentadoria/pensão.

s) Fale Conosco – Correio Eletrônico: Em 2017 foram prestados 5.981 atendimentos de prestação de informações e esclarecimentos inerentes a pagamento dos servidores públicos ativos e aos que percebem complementação de aposentadoria (Lei nº 4819/58), pensões especiais e pensão alimentícia, envolvendo orientações relacionadas à legislação de pessoal, folha de pagamento, e aos usuários da internet quanto ao acesso dos serviços disponibilizados, tais como, consulta ao demonstrativo de pagamento, comprovante de rendimentos e criação de senha.

t) Sistema de Controle de Consignações – SCC: O sistema foi desenvolvido pela Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP, mediante convênio firmado entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda, a FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos e a CIP, e disponibilizado em 2014, integrado com a folha de pagamento das Secretarias, Polícia Militar e Autarquias, propiciando os seguintes benefícios:

- ✓ O servidor público, por meio do site www.saopauloconsig.org.br, poderá consultar as taxas do custo efetivo total praticadas pelas instituições bancárias para os empréstimos, fazer simulações para obtenção de crédito consignado, bem como fazer o controle e gerir a margem consignável;
- ✓ As entidades consignatárias (associações, sindicatos, instituições bancárias etc.) terão acesso único para incluir e gerenciar toda consignação em folha de pagamento, no exato momento da contratação de produtos e serviços pelo servidor, desde que este possua margem consignável disponível.

Operações realizadas no exercício de 2017:

Entidades Credenciadas	Qtde	Total de lançamentos de consignação em folha de pagamento	Valor consignado (R\$)	Valor custeio – receita ao erário (R\$) (1)
Não financeira	158	10.577.678	813.079.184,47	8.130.791,84
Financeira (bancos e cooperativas)	24	6.755.045	4.356.678.794,98	34.904.301,27
Total	182	17.332.723	5.169.757.979,45	43.035.093,12

(1) Observamos que conforme Decreto Nº 62.867, de 3 de outubro de 2017, que dispõe sobre a centralização das operações de natureza financeira da Administração Direta e Indireta do Estado, regulamenta a atividade de agente financeiro do Tesouro Estadual, a partir de novembro/2017 e durante o prazo de vigência do Acordo Base de Parceria Institucional firmado em 29 de setembro de 2017 nos termos do Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014, fica suspensa a cobrança ao Banco do Brasil S.A. do percentual previsto no artigo 22 do Decreto nº 60.435, de 13 de maio de 2014 (valor do custeio).

u) Cadastro de Unidades Administrativas – UAs

O Cadastro de Unidades Administrativas tem por objetivo reunir e classificar todas as unidades que pertencem à Estrutura Organizacional do Governo do Estado de São Paulo, da Administração Centralizada (Direta) e Descentralizada (Indireta).

Abrange as unidades criadas legalmente, demonstrando a sua estrutura administrativa, relacionando-as a dados referentes a município, região administrativa, tipo, Poder, entre outros.

A inserção de dados e manutenção do Cadastro de Unidades Administrativas é diária, com acompanhamento de publicações em Diário Oficial, Ofícios, Notes, e e-mails, visando atender todos os Instrumentos Legais referentes a inclusões, alterações, exclusões e reativações que ocorram na estrutura administrativa e organizacional do Estado.

Entre os sistemas que utilizam em suas bases o Cadastro de UAs podemos citar: Folha de Pagamento, SAF (Sistema de Administração de Frotas), Telefonia, Utilidades Públicas, Imóveis, Pesquisa Funcionário, GDOC – Sistema de Documentos, Ouvidoria, SAM (Sistema de Administração de Materiais), Custos, SIAFEM, entre outros.

Atualmente o Cadastro de UAs é regido pelas normas constantes na Instrução DIPLAF-1, de 08/09/2006, porém, passou a compor o Centro de Sistemas Contábeis e de Custos da Contadoria Geral do Estado conforme o Decreto nº 60812 de 30/09/2014. Salientamos que no momento o mesmo passa por um aperfeiçoamento, a fim de otimizar suas informações para melhor atendimento aos usuários.

As informações do Cadastro de Unidades Administrativas são públicas e estão disponíveis no sítio da Secretaria da Fazenda <http://www.fazenda.sp.gov.br> link **Catálogo de Serviços / UA - Cadastro de Unidades Administrativas do Estado.**

Sistemas em Desenvolvimento

a) Projeto RH-FOLH@ - Sistema de Gestão Integrada de Recursos Humanos e de Folha de Pagamento:

O Decreto nº 55.209, de 18 de dezembro de 2009, instituiu o RH-FOLH@ com implantação sob a responsabilidade das Secretarias de Gestão Pública e da Fazenda, no âmbito da administração direta e das autarquias.

O eSocial - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, instituído pelo Decreto Federal nº 8.373/2014, tem por objetivo unificar a prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, padronizando sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo ambiente nacional do eSocial.

Foi contratada a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp, para o desenvolvimento de uma solução de tecnologia da informação e comunicação para atender às exigências de geração, envio e controle das informações para o eSocial do Governo Federal, abrangendo serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção do referido Banco de Dados e outros serviços compatíveis com a sua finalidade. Esta solução atenderá os Órgãos da Administração Direta e as Autarquias que possuam Sistemas de Folha de Pagamentos mantidos pela Prodesp, bem como, atenderá aos Órgãos Públicos que não utilizam os sistemas da Prodesp, tais como Polícia Militar, Procuradoria Geral do Estado, etc.

A implantação do RH-FOLH@ é de responsabilidade das Secretarias de Planejamento e Gestão e da Fazenda. Os principais objetivos desse projeto são: i) desenvolver e implantar um sistema para a gestão unificada e integrada dos recursos humanos do Estado de São Paulo, que atenda as Secretarias e Autarquias; ii) modernizar o sistema de folha de pagamento (SDPE) que atende as Secretarias de Estado, a fim de diminuir o processamento manual e automatizar o cálculo retroativo; e iii) preparar o SDPE para ser um sistema único e integrado, que possa atender futuramente as autarquias, a Polícia Militar e a SPPREV. No tocante à modernização da folha de pagamento, de responsabilidade da Secretaria da Fazenda, foram entregues em 2015 os produtos trilha de auditoria, rotina contábil, bem como o novo cálculo da folha de pagamento implantado em abril de 2015, com crédito no mês de maio de 2015. O ajuste sistêmico do cálculo retroativo automático encontra-se em fase de testes e paralelos, com previsão de entrada em produção em abril de 2017.

Principais mudanças:

	Situação Atual	Após a implantação do Projeto
Servidor	Solicita as concessões de benefícios e vantagens ao setorial de RH.	Com os dados do servidor inseridos no sistema de Gestão de RH, as concessões de benefícios e vantagens serão realizadas de forma automática.
Servidor que trabalha na folha de pagamento	Recebe a documentação dos setoriais de RH, realiza o cálculo retroativo manualmente e insere as informações no sistema de Folha de Pagamento.	Processo automático, liberando a equipe para atuar na orientação, monitoramento e fiscalização das informações.
Setoriais e sub-setoriais de RH	Armazena e centraliza as informações da vida funcional dos seus servidores em papel e planilhas locais.	As informações da vida funcional dos servidores estarão registradas em um sistema único, permitindo a consulta e a atualização de dados.

b) Sistema de Custos dos Serviços Públicos: No ano de 2017, as atividades desenvolvidas foram:

- abertura de uma nova frente de trabalho no âmbito da Secretaria da Fazenda, inicialmente em uma coordenadoria, Coordenadoria de Administração Financeira – CAF, utilizando as metodologias desenvolvidas para a apuração de custos públicos no SCSP – Sistema de Custos dos Serviços Públicos;
- na Secretaria da Saúde, os estudos foram direcionados ao desenvolvimento de uma solução para apropriação do recurso Pessoal, em sua integralidade, abrangendo todos os profissionais desta secretaria, juntamente com suas peculiaridades quanto às fontes de recursos (Federal / Estadual);
- na Secretaria de Administração Penitenciária, foi solicitado por esta secretaria um estudo para apropriação dos custos da FUNAP – Fundação de Amparo ao Preso junto ao SCSP;
- na Fundação CASA, houve o processo de integração do SAM – Sistema de Administração de Materiais ao SCSP, trazendo o custo do item material de consumo quando em trânsito pelo setor de almoxarifado, via interface no SIAFEM.

c) Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: A convergência da contabilidade pública aos padrões contábeis internacionais foi iniciada no Estado de São Paulo em 2012, com os trabalhos de adequação do sistema SIAFEM/SP às necessidades de uma nova estrutura contábil. Em 2014, com apoio da consultoria da FIPECAFI, a Contadoria Geral do Estado atuou, principalmente, na implantação da nova versão do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, adequação dos roteiros e tabelas de eventos do SIAFEM/SP e capacitação dos servidores. A implantação da contabilidade patrimonial foi iniciada em 2015, com a elaboração de políticas contábeis e de manuais operacionais, adequação do processo de consolidação e do modelo

das demonstrações contábeis, além de especificação dos requisitos contábeis para o desenvolvimento dos sistemas patrimoniais para bens móveis, imóveis, estoques e folha de pagamento. Em 2016, foi dada a continuidade das atividades de 2015 e iniciou-se uma nova frente visando à mensuração e reconhecimento contábil dos principais bens imóveis e ativos de infraestrutura. No decorrer de 2017, a CGE manteve a sua atuação focada na implementação gradual do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, com a adequação gradual do Plano de Contas à política contábil das Parcerias Público Privadas, das obrigações por competência dos contratos de empréstimos e financiamentos, da evidenciação dos bens móveis e imóveis, do reconhecimento e atualização do passivo atuarial.

Coordenadoria da Administração Tributária

Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal – “Nota Fiscal Paulista” (Lei Estadual nº 12.685, de 28 de Agosto de 2007)

Principais ações desenvolvidas em 2017: a) Mudanças das regras, objetivando: redução no custo do Programa, combate às fraudes das Entidades e concentração de créditos, maior foco nos consumidores que solicitam o cupom fiscal e programa mais direcionado para o social; b) Divulgação das mudanças através de cartilha no site, vídeo para as redes sociais e palestras para as entidades participantes no programa (participaram cerca de 1.400 Entidades); c) Implementação da doação automática dos cupons para as entidades; d) Lançamento do APP para dispositivos móveis, com mais de 615 mil downloads; e) Implementação da nova sistemática de sorteios, com novo software para a realização de 2 sorteios distintos, sendo um específico para as entidades sem fins lucrativos; f) Desenvolvimento de data mining para identificação de cadastros de consumidores com indícios de utilização por terceiros; g) Atualizações tecnológicas do site da Nota Fiscal Paulista (Nova plataforma Microsoft e Ativação de sistema anti-robô); h) Novo convênio com a Fundação PROCON SP para tratamento de reclamações/denúncias registradas por consumidores; i) Os números continuam expressivos. Valores acumulados desde o início do Programa até 31/Dez/2017:

Total distribuído	R\$ 15.825.271.472,00
Créditos distribuídos	R\$ 14.210.871.472,00
Prêmios distribuídos	R\$ 1.614.400.000,00
Usuários cadastrados	19.614.623
Notas/Cupons Fiscais processados	57.261.207.021
Estabelecimentos cadastrados	1.193.326
Adesões ao Regulamento do Sorteio	17.830.353

Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM)

A Previdência Complementar Paulista

Nos últimos anos, o Estado de São Paulo promoveu uma profunda reforma no regime de previdência dos seus servidores, com o objetivo de aperfeiçoar o sistema e promover a sua sustentabilidade. Em longo prazo, as medidas adotadas promoverão a equalização entre a arrecadação e os custos previdenciários, proporcionando o equilíbrio nas contas públicas e desonerando os cofres públicos.

Por meio da Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, o Estado de São Paulo instituiu o Regime de Previdência Complementar e fixou um limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pagas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS igual ao do teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Dessa forma, os servidores titulares de cargos efetivos admitidos no serviço público a partir da aprovação do convênio de adesão de seus respectivos poderes (Executivo: 21/01/2013; Legislativo: 22/03/2013 e Judiciário: 23/06/2014) e universidades (02/10/2013) têm suas aposentadorias limitadas ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Para administrar esse novo regime foi criada a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM), que além de ter sido a primeira fundação de previdência complementar destinada exclusivamente para servidores públicos, é a maior do país em patrimônio acumulado, que

totaliza R\$ 818 milhões (dez/17). Por meio da SP-PREVCOM o servidor pode contribuir mensalmente com um percentual do seu salário e contar com a contrapartida do Estado para a formação de sua reserva financeira.

Hoje, o servidor público paulista é responsável pela construção do seu futuro, devendo planejar a sua aposentadoria e o bem-estar dos seus dependentes, restando ao Estado suprir suas necessidades básicas e garantir um benefício equivalente ao de todos os trabalhadores brasileiros. Além de proporcionar maior isonomia entre todas as classes de trabalhadores e servidores, a adoção da previdência complementar no âmbito paulista contribui para a redução do impacto financeiro das contas previdenciárias em longo prazo, diminuindo a responsabilidade do Estado para a manutenção de altos benefícios e ao mesmo tempo garantindo a capacidade do Tesouro Estadual arcar com os seus compromissos com todos os seus servidores.

Aprovação da Lei 16.391/2017

O regime de previdência complementar foi estendido a todos os servidores públicos estaduais. A mudança foi regulamentada pela Lei nº 16.391, de 15 de março de 2017, que prevê que os servidores vinculados ao Regime Próprio que ocupavam cargos efetivos antes da aprovação do convênio de adesão de seus respectivos poderes à SP-PREVCOM possam se inscrever na fundação como participantes Ativos Anteriores (sem a contrapartida do Estado, tendo em vista que já têm direito a aposentadorias integrais ou proporcionais).

A medida amplia para cerca de 500 mil funcionários públicos não abrangidos pelo Regime de Previdência Complementar o acesso ao fundo estadual, que permite garantir valor maior na aposentadoria.

A Lei nº 16.391 também autoriza a SP-PREVCOM a firmar convênios de gestão de planos de previdência de servidores de outros Estados e municípios e da União.

Planos de Benefícios Complementares da SP-PREVCOM

Os Planos de Benefícios administrados pela SP-PREVCOM são exclusivamente de Contribuição Definida - CD e formatados de acordo com as normas vigentes que regulam o Regime de Previdência Complementar. São exclusivos para os servidores do Estado de São Paulo e têm contribuição paritária do patrocinador até o limite de 7,5% do salário de participação (parcela do rendimento do servidor que ultrapassa o limite do INSS).

PREVCOM RP: Destinado aos servidores públicos do Estado de São Paulo vinculados ao RPPS, administrado pela São Paulo Previdência (SPPREV), autarquia estadual e órgão gestor único do RPPS paulista. Podem participar do plano os servidores titulares de cargo efetivo que entraram em exercício no serviço público a partir da aprovação do convênio de adesão à SP-PREVCOM de seus respectivos poderes (Executivo: 21/01/2013; Legislativo: 22/03/2013 e Judiciário: 23/06/2014) e das universidades (02/10/2013).

Com a Lei nº 16.391, de 15 de março de 2017, os servidores vinculados ao Regime Próprio que ocupavam cargos efetivos antes da vigência da previdência complementar também podem se inscrever na SP-PREVCOM como participantes Ativos Anteriores (sem a contrapartida do Estado, tendo em vista que já têm direito a aposentadorias integrais ou proporcionais).

Criado a princípio para o Poder Executivo, esse plano contou com a adesão do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e das Universidades, fazendo com que todos os servidores estatutários do Estado de São Paulo estejam abrangidos por um único plano de benefícios complementares.

PREVCOM RG: Destinado a todos os servidores/empregados públicos do Estado de São Paulo vinculados ao RGPS que se encontravam em atividade no serviço público na data da publicação da Lei 14.653/11. Podem participar do plano os empregados públicos (concurados), ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração (comissionados e de confiança) — desde que não possuam vínculo com o RPPS, bem como servidores contratados sob outros regimes jurídicos, tal como a Lei 500/1974, desde que sejam contribuintes do INSS. Tem adesão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado de São Paulo.

PREVCOM RG-UNIS: O PREVCOM RG-UNIS foi criado exclusivamente para os servidores da Universidade de São Paulo - USP, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp e da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, vinculados ao RGPS. Podem participar do plano os empregados públicos (concurados), ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração (comissionados e de confiança) — desde que não possuam vínculo com o RPPS, bem como servidores contratados sob outros regimes jurídicos, desde que sejam contribuintes do INSS.

Benefícios de Risco

Os benefícios de risco são oferecidos pela SP-PREVCOM pela ocorrência de morte ou invalidez do participante. Com o objetivo de atender às necessidades individuais de cada servidor, são opcionais e devem ser contratados junto à fundação com base em uma tabela de valores de contribuição de livre escolha pagos a uma seguradora. A contratação dos Benefícios de Risco significa uma garantia adicional para o servidor e sua família na ocorrência de algum imprevisto.

A referida contratação pode ser feita a qualquer momento e garantirá reserva segurada de acordo com a faixa etária do participante. No caso de ocorrência de sinistro, a seguradora fará o repasse à SP-PREVCOM do valor contratado. A fundação, por sua vez, creditará essa quantia na conta individual do participante ou destinará os recursos aos seus beneficiários.

Atualmente, a parceira estratégica da fundação para administração dos benefícios de risco é a companhia Mongeral Aegon, uma das maiores seguradoras independentes do país, com atuação em 20 países.

Balanco dos Resultados (mês de referência: dezembro/2017)

a) Nº de participantes: 21.335 (RG: 11.163/ RP: 2.984/ RG-UNIS: 7.188)

b) Aposentadorias: i) Concedidas: 291 e ii) Valor pago: R\$ 4.377.288,71

c) Contribuições (posição em set/2017): i) Percentual médio de contribuição (participante): 7,78% (ativos) e 3,97% (ativos facultativos) e ii) Valor médio de contribuição normal (participante): R\$ 394,27

d) Benefícios de Risco: Nº de contratações: 10.347 ii) Valor total: R\$ 1.411.883,49 e iii) Valor médio global de contribuição contratado: R\$ 136,45

e) Portabilidade, Resgate e Autopatrocínio: i) Valores portados para SP-PREVCOM: R\$ 471.126,03; ii) Valores brutos resgatados: R\$ 3.883.893,42; iii) Valores portados para outras entidades: R\$ 864.842,19; e iv) Arrecadação mensal de autopatrocínio (aposentadoria): R\$ 95.891,90

f) Taxas Administrativas (RG + RP + RG UNIS): i) Taxa de Carregamento: 4% e valor acumulado em 2017: R\$ 6.837.808,07; ii) Taxa de Administração sobre Patrimônio: 1% (a.a) e valor acumulado em 2017: R\$ 7.030.379,36.

g) Atividades de Investimentos: i) Fundo de Investimento PAULISTA FIQ DE FIM CP; ii) Administrador: Banco Itaú/SA; iii) Valor acumulado (posição em 29/12/17): R\$ 818.078.380,25; iv) Valor da Cota (posição em 29/12/17): R\$ 1,7462250.

SECRETARIA DE GOVERNO

Secretaria de Governo

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

51000 - Secretaria de Governo

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	1.037.229.003,00	1.148.681.106,00	931.117.560,54	14.640.087,53	945.757.648,07	913.103.664,27
Pessoal e Encargos Sociais	191.869.574,00	180.582.274,00	155.264.753,18	0,00	155.264.753,18	156.564.280,25
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	845.359.429,00	968.098.832,00	775.852.807,36	14.640.087,53	790.492.894,89	756.539.384,02
Despesas de Capital	25.331.282,00	45.614.282,00	26.963.675,41	4.695.415,02	31.659.090,43	28.557.437,27
Investimentos	18.329.282,00	18.922.282,00	2.023.675,41	4.695.415,02	6.719.090,43	3.617.437,27
Inversões Financeiras	7.002.000,00	26.692.000,00	24.940.000,00	0,00	24.940.000,00	24.940.000,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	1.062.560.285,00	1.194.295.388,00	958.081.235,95	19.335.502,55	977.416.738,50	941.661.101,54

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

51000 - Secretaria de Governo

em R\$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participação Societária	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	19.337.559,00	21.289.559,00	21.278.002,53	0,00	21.278.002,53	21.221.634,04
Despesas Correntes	19.337.559,00	21.289.559,00	21.278.002,53	0,00	21.278.002,53	21.221.634,04
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2801 - Salvando Vidas - Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	683.775,51
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	683.775,51
2824 - Arquivo do Estado - Memória e Gestão Documental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.105,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.105,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2909 - Gestão e Fortalecimento Institucional da Secretaria de Planejamento e Gestão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.976,99
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.976,99
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.817,34
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.817,34
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4410 - Atendimento Unificado ao Cidadão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5100 - Assessoramento, Coordenação e Planejamento das ações governamentais	184.854.570,00	180.897.710,00	162.854.872,24	3.179.303,23	166.034.175,47	157.883.829,74
Despesas Correntes	179.854.570,00	179.147.710,00	162.854.872,24	3.179.303,23	166.034.175,47	157.883.829,74
Despesas de Capital	5.000.000,00	1.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5101 - São Paulo - Estado Resiliente	10.053.994,00	9.954.713,00	2.800.740,48	4.695.415,02	7.496.155,50	3.684.797,89
Despesas Correntes	3.424.732,00	3.095.451,00	2.482.254,06	0,00	2.482.254,06	2.182.345,12
Despesas de Capital	6.629.262,00	6.859.262,00	318.486,42	4.695.415,02	5.013.901,44	1.502.452,77
5102 - Rede Social de Solidariedade e Cidadania	34.523.427,00	43.993.166,00	37.012.886,03	4.427.845,22	41.440.731,25	37.710.239,76
Despesas Correntes	34.523.417,00	43.993.156,00	37.012.886,03	4.427.845,22	41.440.731,25	37.693.589,76
Despesas de Capital	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	16.650,00
5104 - Arquivo do Estado - Preservação e Gestão Documental	5.772.600,00	6.932.180,00	5.134.677,93	768.335,75	5.903.013,68	5.606.968,74
Despesas Correntes	5.772.600,00	6.932.180,00	5.134.677,93	768.335,75	5.903.013,68	5.606.968,74
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5110 - Tecnologia para um Governo Único orientado ao cidadão	537.993.315,00	526.666.112,00	439.465.042,51	6.139.064,31	445.604.106,82	435.301.212,66
Despesas Correntes	537.993.305,00	526.303.102,00	439.465.042,51	6.139.064,31	445.604.106,82	435.301.212,66
Despesas de Capital	10,00	363.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5113 - Regulação e fiscalização dos serviços de transportes	157.078.060,00	269.413.881,00	210.870.433,91	0,00	210.870.433,91	204.622.506,64
Despesas Correntes	156.778.060,00	269.113.881,00	210.579.803,91	0,00	210.579.803,91	204.622.506,64
Despesas de Capital	300.000,00	300.000,00	290.630,00	0,00	290.630,00	0,00
5114 - Fortalecimento das competências reguladoras em energia, gás e saneamento	111.194.760,00	134.134.760,00	78.402.980,32	1.699,00	78.404.679,32	74.438.207,23
Despesas Correntes	97.794.760,00	97.794.760,00	52.048.421,33	1.699,00	52.050.120,33	48.083.648,24
Despesas de Capital	13.400.000,00	36.340.000,00	26.354.558,99	0,00	26.354.558,99	26.354.558,99
5115 - Desenvolvimento de parcerias para a realização de projetos e investimentos	1.700.000,00	1.003.807,00	261.600,00	123.840,02	385.440,02	403.680,00
Despesas Correntes	1.700.000,00	1.003.807,00	261.600,00	123.840,02	385.440,02	403.680,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5116 - Inovação governamental	50.000,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	50.000,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	1.062.560.285,00	1.194.295.388,00	958.081.235,95	19.335.502,55	977.416.738,50	941.661.101,54

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

O campo funcional da Secretaria de Governo, organizada pelo Decreto nº 61.036, de 01 de janeiro de 2015, com as alterações posteriores, compreende resumidamente: assessoramento direto e imediato ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições. Seu escopo de trabalho engloba a coordenação, o planejamento e a execução das diretrizes e políticas relativas à integração das ações governamentais, além do suporte à sua atuação. Incluem-se a articulação, o controle e a coordenação das atividades essenciais à execução do Plano de Governo, a proposição de ajustes na execução dos projetos estratégicos de governo, a formulação de diretrizes e o controle de atividades de informática da Administração Pública Estadual, a coordenação e o gerenciamento do Poupatempo, a promoção da preservação da Memória do Estado; a formulação e a implementação da política estadual de arquivos e gestão documental e outros.

Apresentamos, a seguir, os programas e as informações gerenciais sobre as ações, projetos e programas desenvolvidos, bem como a descrição resumida dos Programas:

Observação: Os programas 2801, 2824, 2909, 4407 e 4410 pertencem ao PPA 2012 - 2015. Quanto à execução orçamentária dos mesmos, todos tiveram execução orçamentária em 2017, zerando seus saldos de Restos.

Programa 5100 – Assessoramento, Coordenação e Planejamento das Ações Governamentais

Ação 2460 – Articulação e Implementação de Ações Estratégicas

Descrição: Coordenação de projetos e Ações a serem desenvolvidos pelo Governo do Estado para responder às necessidades, oportunidades e desafios associados à realização de grandes eventos que exijam atuação articulada entre órgãos e setores da administração pública estadual que atuem em áreas afetas, de modo direto ou indireto, à realização dos eventos olímpicos.

Produto 1291- Acompanhamento das Ações Estratégicas de Governo

Indicador de Produto 2469 – Número de Relatórios de Ações Estratégicas Realizadas

Ação 5345 – Coordenação e Operação de Segurança Institucional

Descrição: Segurança física dos Palácios, atendimento funcional ao Governador e dignitários, bem como segurança comunitária voltada ao entorno da sede do Poder Executivo. Gestão dos serviços de telecomunicação dos Palácios do Governo e órgãos vinculados. Logística de transporte aéreo e fiscalização dos veículos oficiais do Poder Executivo.

Produto 1152 – Serviço de Segurança Institucional

Indicador de Produto 2176 – Número de Unidades Assistidas pelo Serviço de Segurança Institucional

Ação 5533 – Administração do Patrimônio Imobiliário

Descrição: Atualização e manutenção do Sistema de Gerenciamento de Imóveis, e treinamento dos gestores responsáveis pela inclusão de informações. Manutenção e desenvolvimento de melhorias no sistema Acervo do Conselho de Patrimônio Imobiliário. Elaboração de análise técnica das matérias imobiliárias. Aprovação de contratos de locação de imóveis. Contratação de empresas especializadas para emissão e assessoria a vendas e assuntos afins.

Produto 530 – Gerenciamento de Imóveis do Governo de São Paulo

Indicador de Produto 1239 – Número de Relatórios Emitidos

Ação 6234 – Gerenciamento Administrativo e de Infraestrutura da Secretaria de Governo

Descrição: Gestão dos serviços que apóiam as atribuições da Secretaria de Governo, incluindo a manutenção dos serviços de natureza financeira, administrativa, material, patrimonial, de pessoal e infraestrutura.

Produto 324 – Suporte Administrativo e Tecnológico às Unidades Administrativas

Indicador de Produto 914 – Número de Unidades Administradas

Projetos desenvolvidos: implantação (1/12/2017) do projeto-piloto de contratos em serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte de passageiros e aplicativos para smartphone com acesso à internet, e também via plataforma web, com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicativos e serviços de hospedagem da internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet. Como esse projeto, o Estado prevê uma redução de gastos com transporte e uma economia de R\$ 57 milhões/ano. Esse projeto envolve as Secretarias da Fazenda, do Planejamento, do Governo e a Casa Civil.

PROGRAMA 5100 – ASSESSORAMENTO, COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS			
VALOR GLOBAL 2017: R\$ 196.239.650,66 (TOTAL DISPONÍVEL)			
INDICADORES	META FINAL DO PPA	META LOA 2017	RESULTADO PARCIAL 2017
2469 – Números de Relatórios de Ações Estratégicas Realizadas	48	12	12
2176 – Números de Unidades Assistidas pelo Serviço de Segurança Institucional	3	3	3
1239 – Números de Relatórios Emitidos	3600	900	1300
914 – Números de Unidades Administradas	2	2	2

Programa 5101 – São Paulo - Estado Resiliente

Objetivo: Desenvolver cidades resilientes e sustentáveis, mantendo o padrão de excelência no atendimento às solicitações de socorro, a fim de garantir tranquilidade, salubridade e segurança da sociedade, portanto, a ordem pública.

Ação 1152 – Prevenindo e Reconstruindo

Descrição: Execução de obras preventivas ou recuperativas de proteção e defesa civil, por meio da transferência de recursos financeiros (convênios) aos municípios paulistas suscetíveis ou afetados por desastres.

Produto: Apoio aos Municípios em Ações de Defesa Civil

Indicador de Produto: Número de obras preventivas e recuperativas executadas

Ação 4418 – Gerenciando o Risco e o Desastre

Descrição: Gerenciamento do risco e do desastre com o fornecimento de recursos de resposta, por meio de convênios ou contratação direta, para atendimento da população, afetada, especificamente nas fases de socorro, assistência humanitária e reabilitação de cenários.

Produto: Assistência Humanitária às Vítimas De Desastres

Indicador de Produto: Número de pessoas socorridas

Ação 5348 – Educação para a Prevenção

Descrição: Difusão do conhecimento de ações de prevenção e preparação, por meio de treinamentos e capacitações presenciais e a distância, propiciando melhores condições para que os municípios possam estruturar seus órgãos de proteção e defesa civil.

Produto: Capacitação de Agentes Públicos, Comunidades e Voluntários

Indicador de Produto: Número de pessoas capacitadas e treinadas

Projetos desenvolvidos:

Convênios: O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, celebrou 19 convênios, com 16 municípios. Investimento total de R\$ 4.943.307,86 em obras preventivas e recuperativas de Defesa Civil.

Ponte (A)		R\$ 2.498.187,69
Município	Local	Total
Agudos	Estrada AGD-120	241.072,47
Araraquara	Estrada ARA-513, sobre o ribeirão Monte Alegre	61.271,48
Araraquara	Estrada ARA-545, sobre o ribeirão Monte Alegre	43.393,17
Guararapes	Estrada GRR-120, sobre o córrego do Gato	173.224,13
Iporanga	Rio Soares, Bairro Ribeirão	400.574,00
Itapirapuã Paulista	Rua Amilcar Gigante com a rua Willian Cardoso Vera	296.458,09
Palmeira D'Oeste	Estrada PLO-363, sobre o córrego do Cervo	218.843,04
Presidente Prudente	Estrada PSP-442, sobre o córrego da Onça	936.450,73
Gastão Vidigal	Estrada GSV- 475, sobre o córrego das Poças	126.900,58

Travessia em aduela (B)		R\$ 638.518,88
Município	Local	Total
Araraquara	Estrada ARA-531 (estrada da Barragem)	129.062,32
Floreal	Estrada FRL-010, no córrego do Gregório	159.489,99
Guaraçaí	Estrada GAI-010, no córrego Iguatemi,	123.586,13
Lourdes	Estrada Jerônimo Marques Nogueira LOU-334, no	124.466,61
Pontalinda	Estrada PTL-040, no córrego Marimbondo	101.913,83

Muro de contenção (C)		R\$ 1.084.150,94
Município	Local	Total
Braúna	Rua José Bonifácio, córrego Macuquinho	172.716,29
Franco da Rocha	Rua Delfhina Mendes Farias, Jardim Cruzeiro	818.222,62
Vargem Grande do Sul	Rua Carlos Bovo, rio Verde	93.212,03

Adutora de água bruta (D)		536.795,89
Município	Local	Total
Cristais Paulista	Do ribeirão dos Cristais para a estação de tratamento	536.795,89

Canalização (E)		R\$ 185.654,46
Município	Local	Total
Vargem Grande do Sul	A partir da rua David Bedin Neto, rio Verde	185.654,46

Resumo por tipo de obra		
	Tipo de obra	Total
A)	Ponte	2.498.187,69
B)	Travessia em aduela	638.518,88
C)	Muro de contenção	1.084.150,94
D)	Aduutora de água bruta	536.795,89
E)	Canalização	185.654,46
	TOTAL	4.943.307,86

Obras Concluídas e Entregues: 24 obras entregues no valor de R\$ 7.391.897,58

Ponte (A)		R\$ 4.829.078,04
Município	Local	Total
Adamantina	Estrada ADM-267 (Geraldo Jordão), sobre o córrego dos	339.011,10
Aparecida D'Oeste	Sobre afluente do córrego do Boi	162.770,48
Bilac	Estrada BIL-247, sobre o córrego Salto Contínuo,	251.947,90
Campo Limpo Paulista	Estrada da Yara, sobre o rio Jundiá	378.944,78
Conchas	Sobre o ribeirão Salgado	284.656,42
Cunha	Estrada vicinal do bairro da Cachoeira	293.980,82
Ilha Comprida	Avenida Beira Mar, sobre o córrego Barra Nova	828.406,21
Mongaguá	Estrada da Água Branca, sobre o córrego da Moenda	318.647,03
Poloni	Estrada POL-030, sobre o córrego Montevideo	130.002,44
Pracinha	Estrada vicinal Leonidio Alves Martins, sobre o córrego	726.937,88
Pratânia	Estrada PRT-140, sobre o rio Claro	184.332,49
São Pedro do Turvo	Estrada SPT-320, sobre o córrego Água do Estevão,	230.181,68
São Pedro do Turvo	Estrada SPT-248, sobre o córrego Água do Saltinho	222.152,10
Serrana	Estrada SRR-402, sobre o córrego Serrinha	290.251,86
Tatuí	Rua Nho Inácio Vieira, sobre o ribeirão do Manduca	186.854,85

Travessia em aduela (B)		R\$ 525.400,60
Município	Local	Total
Guaraçá	Estrada GAI-010, no afluente do córrego Iquatemi	123.586,13
Lourdes	Estrada vicinal Jerônimo Marques Noqueira LOU-	123.497,06
Teiupá	Estrada TJP-114 KM 9.2	139.488,66
Zacarias	Córrego do Resfriado	138.828,75

Muro de contenção (C)		R\$ 610.575,24
Município	Local	Total
Águas de Lindóia	Estrada AGL-228 com a rua Romualdo Ricieri	100.000,00
Santa Branca	Rua Miquel Luiz de Souza	510.575,24

Galeria de águas pluviais (D)		R\$ 1.173.071,56
Município	Local	Total
Bady Bassitt	Avenida Borboleta com a rodovia SP-355 Mauricio	408.809,43
Bebedouro	Avenida dos Antunes	473.486,58
Gália	Estrada GAL-070, no córrego São José	290.775,55

Extravasor (E)		R\$ 253.772,14
Município	Local	Total
Mineiros do Tietê	Estrada municipal de acesso Salto Dom Pedro II	253.772,14

Resumo por tipo de obra		
	Tipo de obra	Total
A)	Ponte	4.829.078,04
B)	Travessia em aduela	525.400,60
C)	Muro de contenção	610.575,24
D)	Galeria de águas pluviais	1.179.971,39
E)	Extravasor	253.772,14

TOTAL	R\$ 7.391.897,58
--------------	-------------------------

Parcerias com outras Secretarias de Estado e outros Estados da Federação

- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Geológico – IG, objetivando apoio técnico, assessoria e atendimento emergencial em situações de riscos geológico-geotécnicos de escorregamentos com possibilidade de dano a moradias em áreas abrangidas por planos preventivos e de contingência de defesa civil, no valor de R\$ 329.280,73.
- Assinatura de Termo de Contrato com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, com o objetivo de prestar serviço para o mapeamento de áreas de risco alto e muito alto de deslizamentos e inundações de 10 (dez) municípios que apresentaram incidência e recorrência de eventos de ordem, meteorológica, hidrológica e geológica de acordo com dados estatísticos registrados no Sistema Integrado de Defesa Civil - SIDEC, a saber: Araraquara, Atibaia, Bebedouro, Miracatu, Mongaguá, Piquete, Poá, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Votorantim. Acrescenta-se, ainda, a prestação de serviço do Mapa de Ameaças Múltiplas para o município de Cubatão. Totalizando 11 (onze) municípios no valor de R\$ 210.000,00

Fortalecimento do Sistema Estadual de Defesa Civil

- Fornecimento de 98 “kits de estiagem”, contendo total de 2.859 equipamentos para combate a incêndios em coberturas vegetais, para os municípios localizados nas regiões mais vulneráveis do Estado, no valor de R\$ 219.539,75.
- Fornecimento de 115 “kits Operação Verão” e itens de estruturação, somatizando 4.363 itens repassados às Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, como coletes, botas, lonas, pluviômetros manuais, no valor total de R\$ 230.996,18.
- A Lei Estadual nº 10.547/00 criou o Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e o Decreto Estadual nº 56.571/10 regulamentou o sistema, definindo a Secretaria do Meio Ambiente como órgão coordenador e a Casa Militar, Secretaria de Segurança Pública como os órgãos centrais do sistema. A Casa Militar, por meio da Ata de Registro de Preços nº CMIL-007/2017, realizou a contratação da prestação de serviço de combate a incêndios em coberturas vegetais, em apoio ao Corpo de Bombeiros. Vale ressaltar que na última operação foram registrados 25 acionamentos da aeronave, para emprego em 19 municípios paulistas ao custo de R\$ 421.160,00.

Ações Assistenciais: Auxílio a 34 municípios paulistas que decretaram situação de anormalidade, quanto ao preenchimento adequado de documentação exigida em legislação sendo que, desses processos, 29 obtiveram a homologação do Governador do Estado, após análise e parecer do Coordenador Estadual de Defesa Civil. Foram repassados recursos financeiros da União para reconstrução e resposta no valor de R\$ 8.918.750,35 no ano vigente aos municípios homologados.

Ajuda Humanitária: Repasse de 39.655 itens de assistência humanitária (gêneros de primeira necessidade como cestas básicas, kits dormitório, vestuário, limpeza e higiene) para as coordenadorias municipais de defesa civil de 36 municípios paulistas atingidos por desastres, no valor de R\$ 471.076,45.

SMS para alerta de risco e eventos meteorológicos

A lei nº 12.983/14 alterou a lei nº 12.340/10 que trata da prevenção ao risco de desastres e tornou obrigatório que as empresas de telefonia móvel transmitam, gratuitamente, informações de alerta à população sobre risco de desastre. A partir da lei, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) trabalhou na regulamentação do serviço, por meio da Resolução nº 656 de 15 de agosto de 2015, junto com a Secretaria Nacional e os demais órgãos de Defesa Civil. O serviço é feito em parceria com o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), Anatel e operadoras de telefonia móvel.

A partir de 16 de novembro de 2017, entrou em funcionamento no Estado o SMS de alertas naturais ou tecnológicos sempre que a Defesa Civil identificar uma situação de risco na área que abrange o CEP indicado. Segundo ANATEL, o Estado possui cerca de 62.660.949 terminais e, até 18 de dezembro, 538.753 aderiram ao serviço.

Serviço de transmissão de mensagens para o sistema de Defesa Civil Estadual: O serviço tem por objetivo a transmissão de mensagens a mais de 1.700 agentes de Defesa Civil Municipal sobre mensagens de ocorrências de desastres e calamidades no Estado, orientação rápida na disseminação das informações de emergência a todos os municípios do Estado, além de informações técnicas e operacionais para equipes em situação de emergência e desastres.

Neste ano, o Núcleo de Gerenciamento de Emergência transmitiu mais de 700 mil mensagens para os agentes de Defesas Civas cadastrados no Estado de São Paulo.

Combate ao mosquito *Aedes Aegypti*: A Defesa Civil Estadual participa do Sistema de Coordenação e Controle para intensificar as ações de mobilização e combate ao mosquito, estabelecido pela Diretriz SNCC nº 4/2016 – Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, do Governo Federal, especialmente nas ações de mobilização e controle.

Capacitação: Foram realizadas 21 oficinas nas Regiões Administrativas do Estado, divididas em 14 Oficinas Preparatórias para a Operação Estiagem, com o objetivo de capacitar os agentes públicos municipais nas ações preventivas e de resposta durante o período de seca, culminando com o treinamento de 2.819 pessoas; e 7 Oficinas Preparatórias para a Operação Chuvas de Verão, com foco no treinamento para o período mais chuvoso, onde são abordados temas como meteorologia e geologia, capacitando mais 936 pessoas.

Outras parcerias

- Em parceria com o Escritório Regional das Nações Unidas para Redução de dos Riscos de Desastres das Américas (UNISDR) realizamos o Workshop “Sendai Américas” para implementação do Marco de Sendai em Nível Local, com a participação e capacitação de 36 pessoas, a serem multiplicadores da metodologia, com o objetivo de aumentar o compromisso político e a demanda social para alcançar um desenvolvimento sustentável, aumentar a participação dos atores locais no planejamento e desenvolvimento em nível local para redução de riscos e desastres.
- Realização, em conjunto com a Operação Corta Fogo da Secretaria do Meio Ambiente, treinamento de “Como evitar multas Ambientais”, capacitando 118 pessoas.
- Realização do Seminário sobre Desastres Naturais “Reduzindo riscos e construindo cidades resilientes” em parceria com a Associação dos Bolsistas da Agência de Cooperação Internacional do Japão (ABJICA), com objetivo de disseminar a cultura de redução de riscos de desastres, sob os preceitos norteadores do Marco de Sendai, com apresentação de ferramentas que auxiliam neste processo, neste evento participaram 177 pessoas do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil.
- Em parceria com Secretaria de Educação, com a UNIVESP e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Nacionais (CEMADEN) realizamos a fase local do “I Fórum Local de Redução

de Risco e Desastres em Educação para Países do Cone Sul”, promovendo o diálogo entre 33 pessoas sobre a importância de inserir a temática de redução de riscos de desastres na educação.

Atendimento ao Público e Imprensa: A Defesa Civil Estadual mantém contato constante com o público interno e externo pelo e-mail (defesacivil@sp.gov.br), site www.defesacivil.sp.gov.br e também por meio do facebook, instagram, twitter e youtube. Foram confeccionadas 250 notas de imprensa e houve 269.866 acessos ao site e página do facebook, respondidos 921 questionamentos/dúvidas pelo Sistema de Atendimento ao Cidadão (SAC). Foram concedidas 62 entrevistas a rádios e emissoras de Tv.

Material de Divulgação: Foram distribuídos 1.030.995 itens, com orientações preventivas para fenômenos naturais e projetos da Defesa Civil, utilizados em campanhas educativas, cursos, oficinas preparatórias para a Operação Verão e para a Operação Estiagem, além de palestras, eventos sociais e feiras. Também foi realizada campanha de alerta aos riscos de acidentes com raios nas praias paulistas, com a distribuição de 200 faixas informativas.

PROGRAMA 5101 – SÃO PAULO – ESTADO RESILIENTE			
VALOR GLOBAL 2017: R\$ 10.053.994,00 LOA			
INDICADORES	META FINAL DO PPA	META LOA 2017	RESULTADO PARCIAL 2017
NÚMERO DE OBRAS PREVENTIVAS E RECUPERATIVAS EXECUTADAS (UNIDADE)	120	30	19
NÚMERO DE PESSOAS SOCORRIDAS (UNIDADE)	40.000	10.000	6.949
NÚMERO DE PESSOAS CAPACITADAS E TREINADAS (UNIDADE)	12.000	3.000	3978

Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP

Programa 5102 – Rede Social de Solidariedade e Cidadania

Objetivo: Desenvolver programas e projetos sociais para melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais carentes da população do Estado de São Paulo, exercitando a solidariedade educativa e criando programas e ações sociais visando o resgate da dignidade humana, a qualificação profissional, a geração de renda e emprego. Para tanto, são articuladas ações e parcerias com os Fundos Sociais de Solidariedade dos Municípios - FSSM, entidades de fins não econômicos, sociedade civil, iniciativa privada e órgãos da Administração Pública Estadual.

Ação 2313 – Rede de Ação Social

Descrição: Viabilizar a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social no Estado, por meio de ações desenvolvidas em rede com os diversos setores do poder público estadual e/ou municipal, iniciativa privada e ONGs.

Projetos Executados

- Campanha do Agasalho é uma iniciativa anual do FUSSESP, em parceria com as Secretarias de Estado, empresários e sociedade civil, que ocorre nos meses que antecedem a estação do inverno. As peças arrecadadas são destinadas às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em 2017 foram arrecadados mais de 8,21 milhões de peças repassadas aos FSSM, entidades e comunidades;
- Jogos Regionais dos Idosos – JORI constituem um conjunto de eventos realizados em Municípios do Estado de São Paulo, envolvendo a população idosa em atividades esportivas como meio de promoção da saúde e bem-estar, desde o ano de 2015 sob coordenação do FUSSESP, em parceria com as Secretarias de Esporte, Lazer e Juventude, da Educação e de Desenvolvimento Social. Foram firmados convênios em 09 Municípios que sediaram as competições (Americana, Lins, São Sebastião, Votuporanga, Praia Grande, Itapetininga, Marília, Bebedouro e Sertãozinho que sediou a etapa final), possibilitando a transferência de recursos financeiros no montante de R\$ 740.450,00

para realização dos jogos. A XIX edição do JORI reuniu mais de 14.817 atletas de 514 municípios, nas oito etapas regionais e na etapa final.

- Programa Estadual VidAtiva concede auxílio financeiro a idosos, proporcionando a oportunidade de praticar atividades físicas, esportivas ou de lazer em clubes e academias de ginástica previamente cadastrados, O repasse para este projeto foi de R\$ 1.707.929,12 (incluindo as tarifas bancárias) para beneficiar 3.200 idosos no Programa.

Ação 4325 – Apoio Técnico Financeiro a Projetos Sociais, Fundos Municipais e Entidades Sociais

Descrição: Apoiar os FSSM e entidades por meio de programas e projetos sociais, visando à transferência de recursos financeiros e materiais para ações voltadas à qualificação profissional, à geração de renda e trabalho, à inclusão social e à promoção de melhoria de qualidade de vida da população idosa.

Projetos executados

- Apoio a projetos voltados à promoção de melhoria de qualidade de vida dos idosos, mediante manutenção de 01 convênio com a Associação Paulista de Apoio à Família – APAF para a realização de atividades voltadas à terceira idade realizadas no Espaço de Convivência do idoso, no Parque Dr. Fernando Costa, atendendo aproximadamente 1.080 idosos dentro das atividades no ECI. Atendimento a cerca de 30 idosos, 30 crianças e 720 pessoas no projeto denominado Intergeracional que visa à integração entre pessoas de diferentes idades. Este convênio também contempla a realização de atividades realizadas no Espaço de Leitura, localizado no Parque "Dr. Fernando Costa". O projeto proporciona acesso à leitura bem como atividades educativas aos cidadãos, especialmente crianças. No ano de 2017 este projeto atendeu aproximadamente 1.300 pessoas.
- Manutenção dos convênios vigentes celebrados com Entidades Sociais e Fundos Sociais Municipais sendo implantados os projetos: Polo de Moda, Polo de Beleza, Polo de Construção Civil, Escola de Moda, Escola de Beleza e Escola de Construção Civil, capacitando no ano de 2017 aproximadamente 19.931 pessoas.
- 315 convênios com Fundos Sociais Municipais nos segmentos Padaria, Moda, Beleza e Construção Civil além da implementação de 39 Polos de Padaria Artesanal no interior de São Paulo, o que gerou 17.380 vagas para qualificação profissional. Houve repasses de kits compostos de materiais ou insumos, camisetas, aventais, uniformes e apostilas para a implementação de workshops de especializações de seus cursos (colorimetria, spa facial, nail art, especialização em olhos, atualização roteiro de corte e costura, bordado em pedraria, consertos e reformas, confecção de bonecas, etc) gerando para estes um total de 2.310 vagas para qualificação profissional no interior do Estado.
- Beneficiou também 61.201 pessoas com o projeto horta educativa.

Ação 4328 – Distribuição de Bens Servíveis

Descrição: Distribuir bens servíveis arrecadados e/ou adquiridos pelo FUSSESP para pessoas em situação de vulnerabilidade social, aos FSSM, entidades sociais e comunidades, visando minimizar os impactos sofridos em decorrência de rigores climáticos, desastres naturais e outras ocorrências, bem como para a implementação de projetos voltados à qualificação profissional, à geração de renda e horta educativa, repassados sob forma de kits, visando à inclusão social e ampliar as oportunidades de geração de renda e emprego.

Projetos Executados: atendeu a 595 FSSM e 1057 Entidades Sociais com doações de materiais doados por parceiros como Renner, TAM, Banco Itaú, Bauducco, Paramount Têxteis, Secretaria da Receita Federal, IPEM, Metrô, CPTM, entre outros. Foram beneficiadas 92 Instituições e 1 FSSM com doações de kits "padaria" e kits "costura" doados ao FUSSESP por parceiros. Também foram atendidos 478 FSSM e com kits padaria, kits "horta" e kits "vulnerabilidade" adquiridos pelo FUSSESP. Além disso, 258 FSSM e 281 Entidades Sociais foram beneficiadas com as peças de vestuário arrecadadas na Campanha do Agasalho. Foram doados 12 kits padaria artesanal adquiridos pelo FUSSESP em uma cooperação humanitária ao povo mexicano atingido pelo forte terremoto em setembro de 2017, além da doação de colchões, cobertores e roupas.

Ação 4333 – Casa de Solidariedade – Atividades de Apoio à Criança e ao Adolescente

Descrição: Atender crianças e adolescentes em situação de risco social no seu contraturno escolar, através do desenvolvimento de atividades socioeducativas e de apoio familiar, promovendo o resgate da cidadania e a melhoria da qualidade de vida e do desempenho educacional.

Projetos executados: atendimento de 1.023 crianças e adolescentes nas três Casas de Solidariedade localizadas no Bairro de Campos Elíseos, no Parque D. Pedro II e no Bairro Sol Nascente, todas nesta Capital, e administradas pelo Instituto Criança Cidadã - ICC, por meio de Convênio firmado com este FUSSESP.

Ação 5331 – Capacitação para Atividades Geradoras de Renda

Descrição: Qualificar pessoas em situação de vulnerabilidade social mediante cursos nas áreas de moda, de beleza, da construção civil e de panificação artesanal, visando ampliar as oportunidades de trabalho e criar condições para o aumento da renda e melhoria da qualidade de vida.

Principais realizações: O Programa Escola de Qualificação Profissional do FUSSESP é composto pela Padaria Artesanal, Escola de Moda, Escola de Beleza e Escola da Construção Civil, todas localizadas na Capital de São Paulo, com oferta de vagas em cursos de qualificação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ao todo, foram qualificadas e certificadas nessas escolas 12.694 pessoas.

PROGRAMA 5102 – REDE SOCIAL DE SOLIDARIEDADE E CIDADANIA			
VALOR DISPONÍVEL 2017: R\$ 35.289.095,00			
INDICADORES	META FINAL DO PPA	META LOA 2017	RESULTADO PARCIAL 2017
NÚMERO DE PROJETOS SOCIAIS REALIZADOS	3	3	3
NÚMERO DE CONVÊNIOS CELEBRADOS COM FUNDOS MUNICIPAIS E ENTIDADES SOCIAIS	334	40	315
NÚMERO DE ATENDIMENTOS A INSTITUIÇÕES	2110	1200	2774
*NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS	1256	1256	1023
**NÚMERO DE PESSOAS QUALIFICADAS	57200	14300	12694

JUSTIFICATIVAS

- *Ação 4333: Referente às casas i, ii e iii as metas de 1.256 atendimentos não foram atingidas devido às desistências do público atendido, totalizando 1023 atendimentos no ano de 2017.
- **Ação 5331: a meta de 14.300 capacitados não foi atingida devido à pouca procura para determinados cursos dos avançados i e i, bem como por desistências de alunos durante os cursos.

Programa 5103 – Sistema Estadual de Controle Interno

Objetivo: fortalecer a atividade de controle interno do Poder Executivo, mediante o aprimoramento e a integração dos organismos de auditoria, controle e correição e garantir a efetividade dos instrumentos de fiscalização, avaliação e controle, visando à eficiência da gestão e melhoria na prestação dos serviços públicos, observados os princípios constitucionais.

Ação 6127 - Auditoria Eletrônica

Descrição: Realização de auditorias e correições mediante análise de informações procedentes de diversos processos de gestão sistematizados em meio eletrônico, tais como: licitações; contratos de terceirizações; convênios, contratos de gestão e demais termos de parcerias entre órgãos da administração estadual e municípios e entidades da sociedade civil; cadastro de obras; declaração pública de bens e valores; e outros sistemas próprios de informações.

Com o aumento anual de processos concluídos é possível avaliar a eficiência da CGA possibilitada pela melhor qualificação profissional dos corregedores e demais servidores e garantida, também, pelo fácil acesso aos sistemas de informação das diversas áreas da gestão pública estadual e da otimização de seus próprios sistemas.

Produto: Auditoria e Correição de Processos.

Indicador de Produto: Número de Expedientes Concluídos (unidade).

Produto: Fiscalização e Prevenção de Irregularidades Administrativas

Indicador de Produto: Número de diligências efetuadas.

PROGRAMA 5103 – Sistema Estadual de Controle Interno			
VALOR GLOBAL: R\$ 1.103.110,00			
INDICADORES	META FINAL DO PPA	META LOA 2017	RESULTADO PARCIAL 2017
Índice de Processos Concluídos (%)	40	40	20,18
Número de Expedientes Concluídos.	952	952	866
Número de diligências efetuadas.	160	40	65

A Corregedoria Geral da Administração vem atuando no cumprimento das metas previstas para o PPA 2016-2019, por meio de ações preventivas, concomitantes e posteriores, visando respaldar as ações de controle e fiscalização.

Programa 5104 – Arquivo do Estado – Preservação e Gestão Documental

Objetivo: preservar e difundir o Patrimônio Documental do Estado, ampliar a adesão aos instrumentos da política de gestão documental e garantir ao cidadão o pleno acesso à informação pública.

Ação 5724 - Gestão documental e acesso à informação pública

Descrição: Formulação e implementação da política de gestão documental e acesso à informação na administração estadual e nas administrações municipais; assistência técnica aos órgãos do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo-SAESP, prefeituras e câmaras; capacitação de servidores de arquivos, protocolos, Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso-CADA e Serviços de Informações ao Cidadão-SIC; coordenação do sistema SPdoc; gestão do sistema SIC.SP; tratamento técnico do acervo intermediário; atuação como órgão consultivo do Ministério Público em matéria de gestão documental

Produto: Coordenação da política de gestão documental e acesso à informação pública

Indicador de produto (PPA): Número de atendimentos aos órgãos do SAESP e às administrações municipais (unidade)

Indicador de produto: Número de documentos tratados do acervo intermediário

Indicador de produto: Aplicação dos instrumentos de gestão documental

Projetos desenvolvidos:

- Política de acesso à informação: 91,97% dos pedidos SIC atendidos no prazo legal; Monitoramento de 19.392 pedidos e 3.101 redirecionamentos; coordenação de 211 SICs; 100 atendimentos ao cidadão e aprimoramento do sistema SIC.SP.

- Formulação e implementação da política estadual de gestão documental: Elaboração de 10 Tabelas de Temporalidade de Documentos fim (TTD): 4 Secretarias e 6 órgãos da administração indireta; coordenação de 89 Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA e 357 Subcomissões; análise de 417 editais de ciência de eliminação; formalização de 04 Termos de Recolhimento e 01 Termo de Doação; 3.272 atendimentos técnicos realizados.
- Aplicação dos instrumentos de gestão documental em 33.720,31 metros lineares de documentos, sendo 111,05m de documentos para recolhimento e doação ao Arquivo Público, 432,14m para eliminação no CAA e 33.177,12m para eliminação nos órgãos/entidades do SESP.
- Modernização e expansão do Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações - SPdoc: 5 implementações do SPdoc efetivadas (SPPREV, Justiça, Planejamento e Gestão, Transportes Metropolitanos e Habitação); 4 Implementações do SPdoc em andamento (Fazenda/PGE, Educação, Saúde e Turismo).
- Promoção da gestão documental e acesso à informação nas administrações municipais: Elaboração de TTD modelo para o legislativo municipal, realização do “Diagnóstico estadual sobre a gestão documental e acesso à informação”, lançamento “Mapa Paulista de Gestão Documental e Acesso à Informação Municipal”, elaboração do Guia de Transparência Pública.
- Disseminação do conhecimento técnico-arquivístico: 17 ações (seminários, cursos, palestras, debates) envolvendo 2.631 participantes e 05 videoaulas para cursos da Egap/UCRH.
- Tratamento técnico de 3.351.057 itens documentais do acervo intermediário.

Ação 5725 - Preservação e difusão do acervo

Descrição: Preservação do acervo de guarda permanente (documentos, periódicos, livros, mapas, fotografias, negativos, filmes, slides, entre outros); elaboração de materiais e meios para difusão e disponibilização do acervo ao acesso público.

Produto: Documentos tratados e disponibilizados ao público

Indicador de produto (PPA): Número de documentos tratados do acervo permanente (unidade)

Indicador de produto: Número de acessos públicos aos documentos do acervo

Projetos desenvolvidos:

- Tratamento técnico de 6.103.979 documentos do acervo permanente.
- Incorporação de 347,23 metros lineares de documentos ao acervo permanente.
- 30.854 atendimentos ao público, totalizando 643.070 itens do acervo permanente consultados.
- Elaboração de instrumentos de pesquisa: 60% do Guia do Acervo finalizado, 1 Índice e 3 Catálogos.
- Emissão de 3.635 certidões: 3.541 certidões de Imigração e 94 certidões de inteiro teor de registros de terra, autos cíveis e outros documentos.
- Gerenciamento de fatores de risco e monitoramento do acervo.
- Difusão do acervo e disseminação dos trabalhos e conhecimentos técnicos: 24 ações (seminários, cursos, palestras e oficinas), 02 exposições e 02 edições da Revista do Arquivo.

PROGRAMA 5104 – ARQUIVO DO ESTADO - PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL			
VALOR GLOBAL: R\$ 5.903.013,68*			
INDICADORES	META FINAL DO PPA	META LOA 2017	RESULTADO PARCIAL 2017
Metragem do acervo preservado (m)	32.374,39	32.374,39	32.651,62
Número de adesões ao sistema	13	9	14
Número de atendimentos ao público	485.000	121.250	30.854
Percentual de atendimento às	85,12	84,12	91,97

* Valor empenhado.

Programa 5107 – Modernização da Imprensa Oficial

Objetivo: Aumentar a capacidade de produção da Imprensa Oficial e aperfeiçoar a execução dos seus diversos serviços, mantendo sua eficiência.

Ação 2214 - Ampliação e manutenção do espaço físico da Imprensa Oficial

Descrição: Construção, reformas e manutenções nas edificações da empresa. Ação não orçamentária, classificada como atividade, uma vez que é realizada de forma contínua e permanente.

Produto: Espaço físico adequado para potencializar a produção gráfica

Indicador de Produto: Áreas construídas, reformadas e readequadas.

Ação 1561 - Modernização do Parque Gráfico

Descrição: Manutenção, aquisição, atualização e modernização tecnológica de máquinas, equipamentos e sistemas para os processos de produção da Imprensa Oficial do Estado S.A. Ação não orçamentária, classificada como atividade, uma vez que é realizada de forma contínua e permanente

Produto: Parque Gráfico Ampliado e Modernizado

Indicador de Produto: Número de recursos adquiridos.

PROGRAMA 5107 – MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA OFICIAL			
INDICADORES	META FINAL DO PPA	META LOA 2017	RESULTADO PARCIAL 2017
Capacidade Produtiva de Serviços Gráficos, em giros de máquinas	5.736.000 GIROS	3.528.000 GIROS	2.360.000 GIROS
Áreas construídas, reformadas e readequadas.	598.162 M ²	129.870 M ²	366.554 M ²
Número de recursos adquiridos.	183 UNIDADES	0	129 UNIDADES

Programa 5109 – Fortalecimento da Organização e Modernização da Infraestrutura – PRODESP

Objetivo: atualização constante e manutenção da infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação necessárias ao bom desenvolvimento das atividades da PRODESP.

Produto 715: "Infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação Compatível com a Demanda";

Ação 2178 - Atualização e manutenção da Infraestrutura de TIC

Descrição: Implementação do plano de manutenção e atualização da estrutura de recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação necessários para o bom desenvolvimento das Atividades da Prodesp

O relatório de atividades reflete a aplicação dos recursos na ação 2178, descrita acima, permitindo que a empresa busque alcançar os indicadores proposto "Média de Satisfação do Cliente" (1472) e Percentual de Execução do Plano de Investimentos (1501).

- Poupatempo (Secretaria de Governo): o Poupatempo Guarulhos foi transferido para um novo espaço, cedido gratuitamente pela iniciativa privada, o que vai proporcionar uma economia anual de cerca de R\$ 1,2 milhão com a isenção do aluguel e do IPTU. No âmbito das iniciativas do Poupatempo 2ª Geração, houve a conclusão da adoção do reuso da coleta biométrica para emissão do RG e da CNH em todos os postos, o mesmo acontecendo com o agendamento de serviços da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho e a emissão do RG. Também foram instalados mais

20 totens de autoatendimento em postos do Poupatempo e 30 totens em locais externos de grande fluxo de pessoas. Novos serviços foram disponibilizados na Internet (Atestado de Antecedentes Criminais e Reconhecimento de Paternidade) e nos totens de autoatendimento (segunda via da CNH e solicitação da CNH definitiva). O Sistema de Atendimento, que permitirá acompanhar desde o momento em que o cidadão agenda um serviço até sua conclusão, foi implantado nas unidades de Itaquaquecetuba, São José dos Campos, Jundiaí, Campinas Shopping, Campinas Centro, Santos e Piracicaba. Em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, o Poupatempo foi eleito pelos paulistanos, em pesquisa do Datafolha, o Melhor Serviço Público de São Paulo.

- **SP Serviços (Vários Órgãos):** foram disponibilizados oito novos aplicativos que permitem a denúncia de crimes ambientais (Secretaria do Meio Ambiente); a consulta e o resgate de créditos da Nota Fiscal Paulista (Secretaria da Fazenda); o registro de reclamações referentes a serviços de saneamento básico, gás encanado e energia elétrica (Arseps); a pesquisa sobre os direitos do consumidor e empresas com mais reclamações (Procon.SP); a administração da rotina de tratamento dos portadores do HIV e da Hepatite C (Secretaria da Saúde); a consulta a todas as edições do Diário Oficial do Estado de São Paulo desde 1891 (Imprensa Oficial) e ao perfil dos 645 municípios paulistas (Fundação Seade); e a comunicação de ocorrências nos trens e nas estações do Metrô. Funcionando como uma loja de aplicativos do Governo do Estado de São Paulo, o SP Serviços é uma das iniciativas do Poupatempo 2ª Geração. Hoje, já possui 43 aplicativos que colocam uma série de informações e serviços de diferentes órgãos no celular do cidadão. Somados, o SP Serviços e os aplicativos por ele reunidos contabilizavam em dezembro de 2017 cerca de 10,8 milhões de downloads.

- **Detecta (Secretaria da Segurança Pública):** o sistema inteligente de consciência situacional que auxilia as Polícias Civil e Militar na prevenção e combate à criminalidade ganhou uma versão web, mais intuitiva na sua operação, ágil na obtenção de informações em tempo real e que permite acesso a partir de qualquer local conectado à Intragov, a rede de comunicação do Governo do Estado de São Paulo. O Detecta agrega e correlaciona diferentes bases de dados, como as de boletins de ocorrência, de veículos furtados e roubados e de chamados do 190, além de imagens - em tempo real ou armazenadas - de câmeras públicas e privadas. O número de leitores automáticos de placas de veículos conectados ao sistema saltou de 3280 para 7017; e o de câmeras de videomonitoramento, de 559 para 658. Atualmente, o sistema recebe em média 16 milhões de leituras de placas de veículos / dia. Desde setembro de 2015, as viaturas da Polícia Militar já realizaram mais de 29 milhões de pesquisas no Detecta.

- **Modernização das Delegacias Físicas e Eletrônica (Secretaria da Segurança Pública):** a Delegacia Eletrônica, que permite o registro de boletins de ocorrência pela web, foi totalmente remodelada. Na nova versão do site, já na primeira tela, o cidadão verá com clareza se a natureza de sua ocorrência permite fazer o BO pela Internet ou não. Durante o registro, ele será conduzido por um passo a passo, garantindo que todas as informações necessárias sejam fornecidas. A nova Delegacia Eletrônica também será responsiva, isto é, se adaptará automaticamente à tela de celulares e tablets. A modernização dos fluxos de retaguarda agilizarão a liberação dos BOs Eletrônicos pela Polícia Civil. A nova versão da Delegacia Eletrônica será disponibilizada ao cidadão no início de 2018. Já a modernização das delegacias físicas, que contempla a infraestrutura de informática, o layout e a comunicação visual do espaço de atendimento, a usabilidade de sistemas e a disponibilização de atendentes, foi executada em 11 unidades policiais até o encerramento do ano.

- **Inquérito Policial Eletrônico (Secretaria da Segurança Pública / Tribunal de Justiça):** o sistema que permite que todas as etapas de um inquérito, da instauração ao seu ajuizamento junto ao Tribunal de Justiça, sejam realizadas de forma eletrônica, foi disponibilizado para 760 unidades policiais até 31 de dezembro de 2017. O Inquérito Policial Eletrônico, entre outros benefícios, dá maior rapidez aos procedimentos de instauração, condução e ajuizamento; proporciona economia de tempo e dinheiro, com a dispensa do transporte físico de documentos em papel; libera espaço físico nas delegacias com o fim dos arquivos físicos; e elimina o risco de extravio ou perda de documentos.

- **Via Fácil Bombeiros (Secretaria da Segurança Pública):** o portal Internet por meio do qual é possível solicitar o licenciamento de edificações junto ao Corpo de Bombeiros ganhou funcionalidades que permitem ao interessado agendar atendimento técnico presencial, enviar as plantas dos imóveis para análise em arquivo digital, solicitar o esclarecimento de dúvidas e encaminhar recursos. Também foi implantada aplicação que possibilita o uso de tablets pelos Bombeiros para registro in loco das vistorias técnicas.

- **Poupatempo do Empreendedor (Junta Comercial do Estado de São Paulo):** foi implantado no portal Via Rápida Empresa módulo que reúne todos os órgãos estaduais envolvidos no licenciamento de empresas: Corpo de Bombeiros, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Centro de Vigilância

Sanitária e Cetesb. O empreendedor interessado pode fazer tudo pela Internet: encaminhar as informações necessárias, pagar taxas, acompanhar a sua solicitação e, ao final, emitir o Certificado de Licenciamento Integrado. Também estão integradas ao portal prefeituras - cerca de 270 em 31 de dezembro de 2017 -, que são responsáveis pela avaliação prévia de viabilidade de localização das novas empresas. Além de desburocratizar o processo de abertura de empresas, trazendo comodidade e economia de tempo e dinheiro ao empreendedor, a solução minimiza a redundância de dados e erros cadastrais.

- RH Folha (Secretaria de Planejamento e Gestão): foi iniciado o desenvolvimento do sistema que permitirá a gestão da vida funcional dos servidores da administração direta e autárquica, abrangendo ingresso, frequência, concessão de benefícios e vantagens, evolução na carreira, contagem de tempo e aposentadoria / pensão. Entre outras vantagens, o sistema permitirá uma governança de RH mais efetiva, disponibilizará automaticamente informações para cálculo da folha de pagamento do Estado, agilizará a obtenção de informações consistentes e os processos de concessão de benefícios e aposentadoria e reduzirá custos com a eliminação de controles paralelos e processos manuais. A primeira fase da solução - que trata do ingresso - será implantada em 2018.

- Bolsa Eletrônica de Compras (Secretaria da Fazenda): o ambiente eletrônico de compras do Governo, que já proporcionou uma economia estimada de mais R\$ 27 bilhões em 17 anos, foi incrementado com a implantação piloto, para a Secretaria da Saúde, do e-GRP, sistema de gerenciamento eletrônico de atas de registro de preços. Também foram desenvolvidas e disponibilizadas funcionalidades para aplicação da cota exclusiva de 25% destinada às micro e pequenas empresas, nos termos da Lei Complementar 147/2014; e para o agrupamento de compras de itens correlatos, o que contribuirá para atrair um maior número de fornecedores interessados, ampliando a chance de o Estado comprar mais barato.

- S4SP - Saúde para São Paulo (Secretaria da Saúde): foi dado prosseguimento à implantação do sistema de gestão hospitalar que está padronizando e centralizando as informações de atendimento na rede pública estadual. Com isso, mais três hospitais atingiram o nível de maturidade 3: Complexo Hospitalar Padre Bento, de Guarulhos; Maternidade Caieiras; e Hospital Regional de Osasco. O nível de maturidade 3 é atingido quando estão informatizadas as áreas de atendimento médico - admissão de pacientes, controle de leitos, agendamento, laboratório de análises clínicas etc - e de faturamento ao SUS. Hoje, 37 hospitais estão com o S4SP em diferentes estágios de implantação.

- GS-Net (Secretaria da Saúde): foi implantado em caráter piloto, na Farmácia de Alto Custo de Guarulhos, o recurso de controle de lote e validade dos medicamentos. O GS-Net informatiza a gestão de toda a cadeia de suprimentos da Secretaria da Saúde, do planejamento das compras e controle de estoque até a entrega dos medicamentos às unidades de saúde ou ao cidadão. O GS-Net traz uma série de benefícios, como redução de custos e controles financeiros mais precisos nas compras, diminuição do desperdício, e maior garantia de disponibilidade dos medicamentos para a população.

- Sistema de Gestão da Defesa Animal e Vegetal - Gedave (Secretaria de Agricultura e Abastecimento): a aplicação que simplifica a vida do produtor rural e torna mais eficiente o controle sanitário dos produtos agropecuários foi incrementada com a implantação do módulo de Gestão de Agrotóxicos, que possibilitará o rastreamento de toda a cadeia do uso de agrotóxicos na agricultura paulista, desde sua produção ou importação até o descarte de resíduos e das embalagens vazias. O Gedave também ganhou novas funcionalidades, como as que permitem o controle de vacinação contra brucelose e a gestão de antígenos, tuberculinas e viveiros de mudas.

INFRAESTRUTURA

- Data Center Prodesp: entre janeiro e dezembro de 2017, a Prodesp realizou investimentos da ordem de R\$ 37,4 milhões na expansão e modernização da infraestrutura computacional de seu Data Center e em recursos de hardware e software para o desenvolvimento de diferentes projetos de clientes.

- Intragov VoIP: com o intuito de modernizar a infraestrutura de comunicação de voz do Governo do Estado de São Paulo e de reduzir os custos com ligações telefônicas fixo-fixo e fixo-móvel entre suas unidades, começou a ser implantada solução de telefonia digital (voz sobre IP) utilizando a rede Intragov. Em uma primeira etapa, foram interligados 9 postos do Poupatempo, a Prodesp (em Taboão da Serra, na Rua Boa Vista e no DIPOL, ambos no centro da Capital), o Arquivo Público do Estado e o Palácio dos Bandeirantes. Além de uma economia estimada em cerca de R\$ 20 milhões/ano, a iniciativa possibilitará a gestão centralizada dos serviços telefônicos e facilitará a sua contratação por todos os órgãos do Governo, mediante adesão ao contrato firmado pela Prodesp.

Também haverá um salto de qualidade na infraestrutura de comunicação do Estado com a oferta de novos recursos, como videoconferência.

GESTÃO EMPRESARIAL

- Prêmios (Prodesp): pelo segundo ano consecutivo, por seu desempenho econômico-financeiro, a Prodesp conquistou o prêmio de Empresa Destaque do Ano, na categoria serviços para governo (segmento empresas de grande porte), do anuário Informática Hoje.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

- Campanha do Agasalho: a Prodesp e o Poupatempo arrecadaram 274 mil peças de roupas, agasalhos e calçados para a Campanha do Agasalho 2017, promovida pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo. As peças arrecadadas foram entregues a mais de 200 instituições e obras sociais em todo os Estado

PROGRAMA 5109 - FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - PRODESP			
INDICADORES	META FINAL DO PPA	META LOA 2017	RESULTADO PARCIAL 2017
1472 - Média de Satisfação do Cliente	8,00	7,9	8,14
1501 - Percentual de Execução do Plano de Investimentos	100%	100%	72,68%

Nota: por ser uma sociedade de economia mista, está enquadrada nos artigos 16, 17 e 21 da Portaria Conjunta CAF-CCE-CO Nº 1, de 27 de janeiro de 2016, respectivamente SIEDESC, SIMPPA e SOE.

Coordenadoria de Serviços ao Cidadão (CSC) e à Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC)

Programa 5110 – Tecnologia para um Governo Único Orientado ao Cidadão

Objetivo: Visa facilitar e melhorar o relacionamento entre o cidadão e um Governo único e integrado, de maneira eficaz, eficiente, segura e transparente, com oferecimento de tecnologias para inclusão e empoderamento digital dos cidadãos.

Ação 5372 – Gestão do Poupatempo

Descrição: Reunião de diversos serviços de natureza pública em um único lugar físico com funcionários altamente capacitados para atender com dignidade, eficiência e rapidez o cidadão.

Produto: Múltiplos serviços públicos aos cidadãos em um só lugar.

Indicador de Produto: Percentual de postos com satisfação acima de 95%.

O Programa Poupatempo conta com 71 postos fixos e 1 unidade móvel, realizando mais de 190 mil atendimentos por dia. A avaliação geral dos serviços atingiu 98% em 2017. Pela terceira vez consecutiva (2015, 2016 e 2017), o Poupatempo foi eleito o melhor serviço público de São Paulo, em pesquisa de opinião do Datafolha. Desde a implantação do primeiro posto, o Poupatempo Sé, há 20 anos, o total de atendimentos realizados até 2017 ultrapassou os 578 milhões.

Projetos executados:

- Estrutura Física do Programa Poupatempo: visando a economia de recursos públicos, foram realizadas as transferências dos Postos Poupatempo: a) Americana – a Prefeitura deixou de pagar despesas com aluguel, oferecendo para a população um local mais amplo e em pavimento único; b) Guarulhos – o Estado deixou de arcar com as despesas de aluguel, houve a modernização das instalações físicas e disponibilização dos totens de autoatendimento durante todo o período de funcionamento do Internacional Shopping de Guarulhos. A economia mensal gerada foi de aproximadamente R\$ 112 mil; c) Santo Amaro – realizado chamamento público de procura de imóvel sem ônus para o Estado e assinado Termo de Permissão de Uso com vistas à transferência da

unidade até o final do ano de 2018; e d) Luz – desativação e transferência dos serviços para o Poupatempo Sé, sem qualquer impacto no atendimento ao cidadão, em decorrência da reforma do prédio sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública. Neste caso a economia mensal gerada foi de aproximadamente R\$ 394 mil.

- **Novos Órgãos e Serviços nos Postos Poupatempo:** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (Catanduva), Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – TRE (Mogi das Cruzes e Sé), Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU (São Bernardo do Campo, Itaquera, Taboão da Serra, Osasco e Guarulhos), Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI (São José dos Campos, Santos, Ribeirão Preto e Bauru), DAE S/A – Água e Esgoto (Jundiaí) e inscrição para vagas em escolas municipais – Secretaria Municipal da Educação (Ribeirão Preto). Além disso, também passou a ocorrer a inclusão do serviço de Reconhecimento de Paternidade do Ministério Público do Estado de São Paulo nos 71 postos fixos do Programa.
- **Agendamento:** expansão do agendamento para os serviços da SERT (Cadastro de Emprego, Seguro Desemprego e Carteira de Trabalho) e IIRGD (Atestado de Antecedentes Criminais).
- **Serviço de Suporte Técnico:** implantada a prestação de serviços de *help desk*, 1º nível de atendimento ao cidadão para esclarecimentos de dúvidas em relação à utilização do Portal Poupatempo e do aplicativo SP Serviços.
- **Sistema Eletrônico de Coleta Biométrica:** captura das digitais, foto e assinatura, com a finalidade de reutilização e compartilhamento de dados para diferentes serviços públicos estaduais. No ano de 2017 foram instalados mais 27 pontos de coleta nos postos Poupatempo Mogi das Cruzes, Piracicaba, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Taubaté, abrangendo 100% dos postos Poupatempo.
- **Reuso de Imagens para Emissão de Documentos:** consiste na reutilização de imagens biométricas eletrônicas capturadas e armazenadas no banco de dados biométricos dos cidadãos, para a utilização por outros órgãos públicos, para fim de cadastro ou identificação, sem o ônus operacional e financeiro de realização de novas coletas biométricas. Tal funcionalidade foi aprimorada, ampliando o reuso de imagens biométricas na prestação de serviços públicos. A economia gerada em 2017 é de aproximadamente R\$ 17 milhões com esta melhoria na eficiência do processo.

O total das despesas (liquidadas e a liquidar) para a execução desta Ação em 2017 ficou em R\$ 431.776.677,46 (quatrocentos e trinta e um milhões, setecentos e setenta e seis mil, seiscentos e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos).

Ação 6241 – Implantação do Poupatempo 2ª Geração

Descrição: A Coordenadoria de Serviços ao Cidadão, da Subsecretaria de Ações Estratégicas, tem desenvolvido, juntamente com a PRODESP, vários projetos estratégicos com o objetivo de ampliar e facilitar ainda mais o acesso aos serviços públicos, reduzindo os custos de deslocamento do cidadão, por meio do uso da tecnologia. Os diferentes projetos ampliam a virtualização de serviços, constroem uma base compartilhada e segura de identificação do cidadão e desenvolvem novos mecanismos de gestão para o constante monitoramento e melhoria da operação existente.

Produto: atendimentos virtuais do Poupatempo realizados.

Indicador de Produto: Percentual de atendimentos eletrônicos sobre o total dos respectivos atendimentos.

Projetos desenvolvidos:

- **Assistente Virtual Inteligente – AVI (Poupinha):** objetivando dar maior conforto aos cidadãos, o Programa Poupatempo complementou seus serviços com um novo canal de atendimento, o Poupinha. Em funcionamento no Portal Poupatempo e no Facebook Messenger, essa ferramenta está alinhada com as atuais tendências de comunicação (redes sociais na WEB), sendo a primeira experiência de sucesso na execução de transações (serviços exclusivos) online no serviço público. Até dezembro/2017 o Poupinha realizou 2,5 milhões de agendamentos e trocou mais de 71 milhões de mensagens. Esta inovação é resultado do Projeto Pitch Gov SP 1ª Edição 2015, implementado pela Subsecretaria de Parcerias e Inovação da Secretaria de Governo.
- **Totens de autoatendimento:** solução que permite agendamento de serviços prestados presencialmente em todos os postos, solicitação de 2ª via de RG para maiores de 16 anos com o reuso de imagens, emissão de Atestado de Antecedentes Criminais, emissão de DARE para

pagamento de taxa de emissão de RG e pagamento com a utilização de cartão de débito multibanco. Em 2017 foram instalados 50 novos totens de autoatendimento, 20 em postos do Programa e 30 em outros locais públicos e da iniciativa privada, tais como shoppings, supermercados e estações do Metrô, sendo 11 na Capital, 7 na Grande São Paulo e 12 no Interior. Além disso, também foram implementados novos serviços, de solicitação de 2ª via de CNH e da CNH definitiva. A solução viabiliza a entrega do documento via Correios no endereço do cidadão.

- Portal Poupatempo: disponibilização de serviços de Atestado de Antecedentes Criminais e Reconhecimento de Paternidade. Também foi homologado o serviço de solicitação de 2ª via de RG, com entrega via Correios; este serviço está à disposição do IIRGD para futura disponibilização no portal.
- Ambiente de Pagamento: expansão de pagamento da taxa de 2ª via de RG pelo Portal do Poupatempo para mais uma instituição bancária, totalizando quatro instituições - Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Itaú.
- Sistema de Atendimento: abrange a identificação do cidadão, perante a solicitação de um serviço, o acompanhamento de cada passo do processo, até a conclusão do serviço. Em 2017, o sistema foi implantado em sete postos Poupatempo: Itaquaquecetuba, Jundiaí, Campinas Shopping, São José dos Campos, Campinas Centro, Santos e Piracicaba.
- Modernização do Sistema de Gerenciamento de Filas: conclusão da modernização do sistema de gerenciamento de filas, com a instalação de monitores profissionais em 14 postos que ainda operavam com os antigos painéis de chamada de senha, propiciando a padronização de funcionalidades e oferecendo a visualização de mensagens informativas para o usuário.
- Business Intelligence – BI e Sala de Situação: implementação do processo de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações, para subsidiar a gestão do programa Poupatempo e fornecer insumos para a tomada de decisões estratégicas. Atualmente, na Sala de Situação é possível extrair informações em tempo real de sete postos Poupatempo que já contam com o Sistema de Atendimento. Quanto ao BI, é possível extrair relatórios, gráficos e informações do histórico de atendimentos dos postos Poupatempo.
- Gestão do Conhecimento: implantação de ferramentas na Intranet para uso interno, com melhorias e novos aplicativos, facilitando o acesso de forma mais interativa e operacional para os colaboradores do Programa Poupatempo (13 mil usuários).

Ação 5636 – Gestão do Acesso São Paulo

Descrição: Ambiente com computadores, infraestrutura tecnológica e acesso à internet para inclusão digital, oferta de cursos, capacitação, montagem de projetos comunitários, disponibilização de serviços e programas do governo. Oferta de Wi-Fi dentro dos Postos do Acesso SP, no entorno dos Postos e em outras localidades com grande afluência de população.

Produto: Ambiente equipado com infraestrutura para acesso à internet e a conteúdos.

Indicador de Produto: Número de usuários do AcessoSP.

O Programa Acesso São Paulo promove a inclusão digital desde 2000, tendo mais de 3,399 milhões de usuários cadastrados. Em dezembro/2017, contava com 547 postos de atendimento ao cidadão com computadores e internet, dos quais 111 com *Wi-Fi*, em 421 municípios. Em 2017 o programa realizou mais de 3,626 milhões de atendimentos presenciais e mais de 669 mil atendimentos pela rede *Wi-Fi*, aos usuários. O portal do Programa também é um serviço importante, que visa colaborar com os cidadãos no uso da internet. A demanda por acesso via rede sem fio vem crescendo exponencialmente desde 2013, quando o serviço passou a ser oferecido, e os atendimentos presenciais vêm registrando queda. Por outro lado, verificou-se na pesquisa anual Ponline, na edição 2017, que 60% dos usuários utilizam-se do Programa para atividades profissionais, enquanto 23% buscam empreender. Com base nessa análise, a Coordenadoria intensificou seus esforços nos projetos iniciados em 2015 e deu início a outro em 2016, a reestruturação do Programa, que tem como premissa fundamental melhorar a eficiência na prestação dos serviços. Tais medidas visam adequar a estrutura do Programa a estas demandas atuais, com a busca de novos serviços voltados para o desenvolvimento pessoal e profissional do cidadão, por meio do uso qualificado da internet.

Projetos desenvolvidos:

- Reestruturação do Programa: visa melhorar a eficiência na prestação dos serviços e em sua gestão. Realizações: dando continuidade ao processo de reestruturação iniciado com a edição do

Decreto nº 62.306/2016, foi aperfeiçoado o sistema de acompanhamento do Programa desenvolvido pela Prodesp (monitor online), o que possibilitou a realização da análise do desempenho dos – à época – 833 postos, tendo como base suas taxas de ocupação líquidas. Para a eficiência da prestação do serviço e economia, aqueles postos nos quais se identificou alta ociosidade, ou baixa procura, foram encaminhados para o encerramento das atividades (até dezembro/2017, cerca de 280 postos foram desativados). Às prefeituras que tiveram seus postos desativados, foi oferecida a doação dos equipamentos e mobiliários, e foram iniciados os procedimentos formais para essa finalidade. Os 440 postos que apresentam taxa de ocupação alta ou média foram mantidos e estão em processo de renovação das parcerias. Status: tramitação de 343 convênios com as prefeituras, com planos de trabalho baseados em metas de desempenho e avaliação de resultados, para melhoria do serviço prestado. Formalização dos processos de doação de equipamentos e mobiliários às Prefeituras que aderiram à desativação com a respectiva doação; e continuidade das atividades relativas às desativações de postos.

- **Parceria com o Instituto da Oportunidade Social - IOS:** oferta de novos conteúdos digitais aos usuários dos postos do ACESSA SP, por intermédio de parceria. Realizações: assinado acordo de cooperação entre a Secretaria de Governo e o Instituto da Oportunidade Social – IOS, para a implantação, como projeto-piloto, de um Polo de Tecnologia Social – IOS, no Posto do ACESSA São Paulo localizado no Parque da Juventude, visando à realização de cursos gratuitos semipresenciais, a serem ministrados pelo IOS, com o objetivo de ensinar as técnicas de uso de *software* empresarial de gestão de recursos, *Enterprise Resource Planning – ERP*, com foco na capacitação para o mercado de trabalho de jovens de baixa renda e que estejam matriculados, ou egressos de escolas estaduais, ou deficientes físicos, nesta mesma condição. Piloto realizado com 25 alunos. Status: conclusão do curso em dezembro de 2017 e preparação do seu oferecimento em mais postos em 2018.
- **Projeto Residência ACESSA CAMPUS:** Novo serviço a ser oferecido no ACESSA SP, em parceria com a Subsecretaria de Parcerias e Inovação da Secretaria de Governo. Trata-se de um “piloto” com o objetivo de selecionar 20 residentes maiores de 18 anos, por Edital de Chamamento, para utilização, por dez meses, de espaços públicos como espaços colaborativos de trabalho – ou *coworkings*, como são conhecidos, para profissionais da Economia Criativa. O Projeto também atuará na promoção da formação empreendedora, por meio da oferta de capacitação para 60 jovens, em ambiente colaborativo de aceleração. Realizações: Estabelecimento de parceria para implantação do espaço-piloto com Centro Paula Souza / Inova Paula Souza e ETEC Parque da Juventude. Realização do projeto arquitetônico, preparação de obra na referida ETEC e instrução da licitação de mobiliário e equipamentos. Estabelecimento de parceria com a Fundação Telefônica para a capacitação empreendedora. Status: Cronograma conta com a ocupação do espaço a partir de março de 2018.
- **Boletim ACESSA Informa:** Produção de Boletim mensal do Programa ACESSA SP, por meio do qual são disseminadas boas práticas e histórias de sucesso relativas à inclusão digital, para os membros do Programa, monitores e parceiros. Um exemplo é a iniciativa do município de Avanhandava, onde alunos que não possuem acesso à internet em seus domicílios puderam utilizar, como parte do programa escolar, a plataforma online *Khan Academy* no posto do ACESSA SP.
- **Capacitação de monitores:** Desenvolvimento de vídeos tutoriais para capacitação de monitores dos postos do Programa à distância, em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP.

O total das despesas (liquidadas e a liquidar) para a execução desta Ação em 2017 ficou em R\$ 11.750.776,28 (onze milhões, setecentos e cinquenta mil, setecentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos).

Ação 6223 – Elaboração e Publicação de Diretrizes Estratégicas de TIC

Descrição: Trata-se de estabelecer e gerenciar um conjunto de práticas, padrões e relacionamentos estruturados para uso de TIC que permitam a interoperabilidade dos sistemas com segurança, minimização de riscos, ampliação do desempenho e otimização da aplicação de recursos, com vistas a promover integração e melhores serviços ao cidadão

Produto: Política de uso de TIC estabelecida.

Indicador de Produto: Número de diretrizes estratégicas de TIC publicadas.

Projetos desenvolvidos:

- Estudos para a implantação de plataforma única para a gestão de documentos, visando à gestão documental na Administração Pública Estadual, Direta, Autárquica e Fundacional, e indireta, de forma eletrônica, no Estado de São Paulo (SPDoc), por intermédio de Decreto que instituirá o “Ambiente Digital de Gestão Documental do Governo do Estado de São Paulo”, para a produção, gestão, trâmite e armazenamento de documentos arquivísticos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, e disporá sobre seu Comitê de Governança, garantindo ao cidadão uma forma prática e objetiva de acompanhamento de suas demandas perante o Estado.
- Acompanhamento e orientação na implantação do Sistema de Saúde para São Paulo -S4SP. O projeto visa à padronização da gestão hospitalar paulista, por intermédio de plataforma única, que propicia o aumento do faturamento das unidades hospitalares frente ao Sistema Único de Saúde – SUS, e propõe a unificação das filas para serviços da saúde, bem como, a adoção de prontuário médico único e eletrônico do cidadão, permitindo que o corpo médico conheça seu prontuário e histórico dentro do sistema público estadual de saúde.
- Estudo junto à Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, visando integrar a telefonia móvel – serviço móvel pessoal – SMP, ao ambiente internet do Governo do Estado.
- Participação na Câmara Temática de tecnologia da informação e comunicação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (CONDESB). A Câmara Temática congrega os oito municípios da Baixa Santista e discute temas voltados ao desenvolvimento da região no que tange à tecnologia da informação e comunicação.
- Fomento e disseminação da tecnologia blockchain (forma inovadora de registro contábil descentralizado e imutável), por meio de participações em eventos, reuniões, seminários e fóruns. O fomento do uso do Blockchain na Administração Pública é necessário para disseminar esta tecnologia em meio aos servidores públicos, visando à proposição de soluções que reduzam os custos transacionais do Estado e garantam rapidez e confiabilidade nos atos jurídicos e administrativos estabelecidos entre Estado e seus administrados.
- Participação no grupo técnico de “Dados Abertos”. A Ouvidoria Geral e o Conselho de Transparência criaram um grupo técnico que visa estudar e viabilizar, por meio de propostas e ações, a disponibilização de bases de dados governamentais em formato aberto.
- Estudo visando definir requisitos mínimos para a contratação de uma ferramenta de Business Process Management System (BPMS), a serem aplicados a todas as contratações no âmbito da Administração Pública, com o intuito de que os fluxos processuais automatizados nos órgãos públicos possam interoperar entre si, propiciando integração, rapidez, transparência e eficiência na prestação de serviços aos usuários de serviços públicos, ou à própria Administração.
- Elaboração de uma “Política de Segurança da Informação” para o Estado, a ser implementada por intermédio de Decreto que, além de implementá-la, criará o Comitê Estadual de Segurança da Informação.
- Apoio técnico para órgãos e empresas públicas para a implementação de normas e procedimentos relacionados à segurança da informação.
- Definição do escopo de Convênio com a USTDA (United States Trade and Development Agency), assinado pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, para realização de estudos e análises da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação do Estado, visando produzir um mapeamento da macroestrutura de datacenters distribuídos nos órgãos e entes da Administração Pública, a fim de que se possa estudar e propor melhorias de desempenho técnico e também de caráter econômico.
- Realização de estudos e definição de escopo de projeto para a implantação de um sistema de Governo Digital no Estado. Este projeto inclui a integração de dados do governo, a implantação de um modelo de governança desses dados, a gestão dos serviços atuais (legado) e propostas de novos serviços, em canais múltiplos e de acesso centralizado, além de tornar o governo mais pró-ativo no oferecimento de serviços públicos para os cidadãos.
- Criação de um elemento de despesa específico para Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), de forma a permitir uma análise mais detalhada de suas despesas de capital e custeio. A criação se deu por intermédio da Portaria CO-11/2017, expedida pela Secretaria de Planejamento e Gestão.

- Reativação do Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação – GETIC. Foram realizados quatro encontros com os gestores de tecnologia da informação e comunicação do Estado, onde foram discutidas questões relevantes e a disseminação de novas tecnologias.
- Acompanhamento diário e verificação de todas as contratações e aquisições de TIC de valor acima de R\$ 150 mil, que devem ser registradas no Programa Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação – PSTIC de cada órgão estadual. Anualmente, uma planilha consolidada a respeito das contratações/aquisições é produzida, para subsidiar os administradores públicos.
- Teleaudiências Criminais: coordenação dos grupos de trabalho que tratam da execução de três Termos de Cooperação com o Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região e o Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo. Foram realizadas 10.600 teleaudiências no ano de 2017.
- Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC:

Colegiado formado por sete representantes, envolvendo Secretarias de Estado e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, para definir políticas de melhor uso das tecnologias da informação e comunicação – TIC no Estado de São Paulo. Por intermédio do COETIC, foram criados grupos de trabalho e comitês com vistas ao melhor uso dos recursos de TIC.

O Grupo Técnico para armazenamento de dados em sistema de “Nuvem” realizou estudo que concluiu que seu uso é recomendado à Administração Pública, como forma de se obter economia de recursos públicos. Em janeiro de 2017 foi aprovada deliberação do colegiado, que definiu uma política de armazenamento de dados em “Nuvem” para o Estado.

Há três diretrizes de TIC em fase de conclusão. Decretos sobre Segurança da Informação, Telefonia Móvel e Documentos Digitais.

O COETIC realizou oito reuniões em 2017.

Sua Secretaria Executiva gerou mais de 330 pareceres relativos à aquisição e orientação de serviços de tecnologia de informação e comunicação, além de dar suporte e orientação aos diversos órgãos da Administração Pública.

Administração da Intragov: acompanhamento do uso de links da rede de tráfego de dados do Estado de São Paulo – Intragov, visando seu melhor uso. A instalação, o uso, o tráfego de dados e a alteração das velocidades dos links passam por aprovação do COETIC.

O total das despesas (inteiramente liquidadas) para a execução desta Ação em 2017 ficou em R\$ 1.230.231,07 (um milhão, duzentos e trinta mil, duzentos e trinta e um reais e sete centavos)

PROGRAMA 5110 – TECNOLOGIA PARA UM GOVERNO ÚNICO ORIENTADO AO CIDADÃO			
VALOR TOTAL: R\$ 445.604.106,82**			
INDICADORES	META FINAL DO PPA	META LOA 2017	RESULTADO PARCIAL 2017
Índice de satisfação do usuário do AcessaSP (%)	98%	98%	96,5%
Índice de satisfação do usuário do Poupatempo (%)	98%	98%	98%
Percentual de postos Poupatempo com satisfação acima de 95% (%)	100%	80%	93%
Percentual de atendimentos eletrônicos sobre o total dos respectivos atendimentos (%) – (Poupatempo)	50%	15%	81%
Número de usuários do AcessaSP	4.000.000	3.523.291	3.399.927
*Número de diretrizes estratégicas de TIC publicadas	12	3	1

*Há três diretrizes de TIC em fase de conclusão. Decretos sobre Segurança da Informação, Telefonia Móvel e Documentos Digitais.

** Valor Empenhado.

Programa 5113 - Regulação e Fiscalização dos Serviços de Transportes

Objetivo: Garantir a segurança dos usuários e a qualidade dos serviços de transporte por meio de ações de regulação, fiscalização, controle e monitoramento dos contratos de concessões rodoviárias e de todas as permissões das empresas que operam linhas regulares de transporte coletivo e de fretamento, exceto nas regiões metropolitanas de São Paulo.

Indicador do Programa 812: Percentual de Empresas Fiscalizadas (fiscalização das empresas do transporte coletivo intermunicipal, permissionárias e dos contratos de concessão rodoviários)

Indicador do Programa 2584: Percentual de Redução do número de vítimas fatais nas rodovias concedidas em relação a 2010 (redução do número absoluto de mortos nas rodovias concedidas, tendo por base o ano de 2010. Está referenciada na meta da ONU a redução de 50% do número de vítimas fatais decorrentes de acidentes de trânsito para o período de 2011-2020).

Ação 4912 – Regulação e Fiscalização dos Serviços de Transporte Coletivos de Passageiros

Descrição: Promoção das Ações de planejamento, regulamentação e controle da prestação de serviços de transporte coletivo intermunicipal, bem como de ações de fiscalização dos serviços permitidos, autorizados e concedidos.

Ação 4913 – Regulação e Fiscalização das Concessões Rodoviárias

Descrição: Desenvolvimento de ações de regulamentação, controle e fiscalização dos serviços de transporte prestados pelo setor privado, em regime de concessão pelo Estado, assim como ações voltadas para a segurança dos usuários e a manutenção da qualidade dos serviços, em observância aos requisitos contratuais.

PRODUTO 258 - Suporte Administrativo e Tecnológico as Unidades Administrativas

Indicador do Produto 782: número de unidades administradas.

Execução de serviços de suporte técnico-administrativo, envolvendo: administração de recursos humanos, patrimoniais, financeiros, manutenção de equipamentos e suprimentos de informática, manutenção de imóvel próprio e suas instalações em condições adequadas de uso; administração dos serviços da frota, capacitação profissional e reorganização das estruturas institucionais.

Os valores utilizados para esta ação (executado 73% do orçamento) foram suficientes para atingir as metas previstas. A realização do custeio do exercício foi com as obrigações Administrativas da unidade administrativa da ARTESP, com pessoal próprio (ainda não efetuado em sua totalidade devido a não realização do concurso) e das despesas correntes (pessoal cedido, propaganda, serviços de informática, serviços com frota de veículos, consultorias, impostos e contribuições e etc.).

PRODUTO 260 – Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros Regulados e Fiscalizados

Indicador 785: número de empresas de transporte coletivo de passageiros reguladas e fiscalizadas

Promoção de ações de planejamento regulamentação de serviços de transporte coletivo intermunicipal, bem como de ações de fiscalização dos serviços permitidos, autorizados, concedidos e no combate ao transporte clandestino.

Os recursos utilizados (execução de 87% do orçamento) para realização deste produto foram suficientes para atingir as metas na fiscalização de 831 empresas, no exercício de 2017, com recursos destinados ao custeio com consultoria para apoio à fiscalização e gerenciamento das empresas autorizadas e para prestação de serviços do transporte coletivo de passageiros.

PRODUTO 261 – Concessões Rodoviárias Reguladas e Fiscalizadas

Indicador 786: número de contratos de concessão rodoviária geridos

Desenvolvimento de ações de regulamentação, controle e fiscalização dos serviços de transporte prestados pelo setor privado, em regime de concessão pelo Estado, assim como ações voltadas à segurança dos usuários e à manutenção da qualidade dos serviços em observância aos requisitos contratuais.

As despesas realizadas neste produto (execução de 82% do orçamento) foram relativas à consultoria para apoio à fiscalização e o gerenciamento dos contratos de concessão de rodovias relativos às 22 Concessionárias conforme metas previstas.

PRODUTO 1347 – Concessões de Aeroportos Reguladas e Fiscalizadas

Indicador do Produto 786: número de contratos de concessão de aeroportos geridos

Desenvolvimento de ações de regulamentação, controle e fiscalização dos serviços de transporte prestados pelo setor privado, em regime de concessão pelo Estado, assim como ações voltadas à segurança dos usuários e a manutenção da qualidade dos serviços em observância aos requisitos contratuais.

PRODUTO 1219 - Serviço de Atendimento ao Usuário

Indicador do Produto 2696: número de atendimentos ao usuário - Ouvidoria

Desenvolvimento de ações para controle dos atendimentos das manifestações dos usuários dirigidas à Ouvidoria, com as ocorrências dos serviços de regulação e fiscalização do transporte coletivo de passageiro intermunicipal e dos serviços de regulação e fiscalização das concessões rodoviárias (foram atendidas 4.609 - significando 69,33% das manifestações).

Justificativas

Da dotação final no valor de R\$ 269.413.881,00 (Dotação inicial R\$ 157.078,060,00 + Suplementação de R\$ 112.385.821,00) prevista para o ano de 2017, realizamos R\$ 210.870.433,91, significando 78,27% de execução do orçamento total, a diferença de R\$ 58.543.447,09 não foi utilizada, devido principalmente à contratação parcial de funcionários do concurso público que aconteceu em 2017, além disso, algumas contratações que estavam previstas para acontecer no exercício de 2017, não se realizaram.

Destacamos em 2017 a realização da 1ª. Fase do concurso público, realizado para 161 vagas, sendo contratado 33 funcionários entre novembro e dezembro de 2017, o restante será contratado em 2018, ainda em 2017, houve a Concessão de 5 Aeroportos para a empresa Voa São Paulo e 2 lotes de Concessão de Rodovias (Entrevias concessão do trecho rodoviário do Centro Oeste e Via Paulista para administração do Sistema Rodoviário Rodovia dos Calçados).

No ano de 2017, com utilização de 78,27% do orçamento, a Agência atingiu seus objetivos de assegurar o cumprimento de normas que regulamentam os serviços públicos delegados de transporte, assim como garantir a execução dos contratos firmados entre o Estado e a iniciativa privada. Intermediando a relação entre Governo, concessionárias, permissionárias, autorizatárias e usuários, promovendo o equilíbrio dos interesses das partes visando sempre a excelência do serviço público. O orçamento foi utilizado na medida correta para garantir que as atividades da ARTESP pudessem ser realizadas, sendo o mínimo necessário para esta questão.

Programa 5113 - Regulação e Fiscalização dos Serviços de Transportes			
Valor Global Executado: R\$ 210.870.434,00 LOA			
Indicadores	Meta Final do PPA	Meta do PPA 2017	Resultado 2017
Percentual de Empresas Fiscalizadas	100%	100%	100%
Percentual de Redução do número de vítimas fatais nas rodovias concedidas em relação a 2010	44%	31%	30,714%
Número Unidades Administradas	1	1	1
Número de Empresas de Transporte Coletivo Fiscalizadas	675(**)	675	831(*)
Número Contratos de Concessão de Rodovias Geridos	22	22	22
Número de Atendimentos ao Usuário – Ouvidoria	90%	70%	4.609

(*) Acréscimo em função de alteração no critério de medição (Empresas cadastradas do sistema regular nos terminais rodoviários).

(**) Meta será revisada em função da alteração nos critérios para a medição (percentual em vez de quantidade).

Programa 5114 – Fortalecimento das Competências Reguladoras em Energia, Gás e Saneamento – ARSESP

Objetivo: Fiscalizar e regular os serviços de gás, saneamento básico e fiscalizar as distribuidoras de energia elétrica do estado de São Paulo, assim refletindo na melhoria da qualidade do serviço para o consumidor

Ação 6229 - Administração da Agência Reguladora de Saneamento e Energia

Descrição: Administração e manutenção da infraestrutura da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP.

Projetos desenvolvidos

- Compra do Imóvel da extinta Fundap, situado na Rua Cristino Viana, para futura sede da ARSESP.
- Compra de equipamentos móveis (Tablets) para uso das equipes de fiscalização da ARSESP;
- Compra de computadores e notebooks para uso dos empregados da ARSESP;
- Projeto de consultoria desenvolvido com a PRODESP, de levantamento das necessidades para aquisição de um Software de Gestão ERP para uso das áreas administrativas da ARSESP.

Produto: 1215 - Serviços de distribuição de energia elétrica fiscalizados

Indicador de Produto: 2303 - Número de fiscalizações, relatórios e trabalhos técnicos realizados (unidade)

Ação 5755 - Fiscalizações das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica

Descrição: Fiscalização das concessionárias de distribuição, permissionárias e autorizadas de energia elétrica.

Projetos desenvolvidos: Foram realizadas 7 fiscalizações em distribuidoras que resultaram na emissão no ano de 2017 de 2 Autos de Infração que geraram multas e 21 fiscalizações em Usinas de Geração Elétrica (CGHs, UHEs, UTEs e PCHs) que geraram 3 Autos de Infração.

Devido à alteração da metodologia de fiscalização, além dos produtos “Fiscalização” também foram emitidos Relatórios de Análises Temáticas e de Avaliação dos Planos de Melhorias e Relatórios de Acompanhamentos de execução dos Planos de Melhorias das 14 Distribuidoras, o que resultou em um número maior de produtos do que originalmente previsto.

Produto: 1216 – Serviços de saneamento básico regulados e fiscalizados

Indicador de Produto: 2304 – Número de fiscalizações, relatórios e trabalhos técnicos realizados (unidade) **Indicador de Produto: 2646** – Número de municípios apoiados para elaboração de planos municipais de saneamento.

Ação 5794 - Ação Regulação e fiscalização delegadas dos serviços públicos de saneamento básico

Descrição: Regulação e fiscalização dos prestadores de serviços de saneamento básico em municípios que tenham delegado ao Estado essa atribuição.

Projetos desenvolvidos: Regulação de saneamento básico: foi dado início a 4 estudos técnicos para aprimoramento de regras regulatórias, emitidas 12 notas técnicas e 4 pareceres técnicos para atender demandas internas e externas de concessionárias e órgãos da administração pública.

Foi encaminhada para Consulta Pública minuta de deliberação referente a aspectos técnicos da prestação de serviços de saneamento.

Foram efetuadas 11 vistorias de pedidos de cessão de áreas ou bens vinculados à prestação dos serviços. Instaurados 59 processos sancionatórios referente aos autos de infração lavrados em função do descumprimento de metas contratuais.

Fiscalização dos serviços de saneamento básico

Foram realizadas 210 fiscalizações verificando os seguintes assuntos: Prestação de serviços na região metropolitana de São Paulo; Prestação de serviços nos municípios conveniados do interior do estado de São Paulo; investimentos realizados no município de São Paulo e interior do estado; Gestão comercial e atendimento de clientes; Base de ativos da Sabesp.

Implantação do Sistema de Apoio à Fiscalização (SAFI), sistema informático para gestão de todo o processo fiscalizatório informatizando as atividades de: Programação da fiscalização; Elaboração do plano de ação; Aplicação da lista de verificação em campo; Elaboração de Relatório, laudo e Termo de Notificação da fiscalização; Análise das manifestações da prestadora.

Junto com a implantação do SAFI foram adquiridos equipamentos portáteis 2 em 1 que facilitam a aplicação da lista de verificação em campo, coleta de informações e fotografia de instalações.

Como atividades adicionais ao processo de fiscalização foram emitidos 38 Termos de Notificação e 190 ofícios de posicionamento.

Atividades gerais da Diretoria

Equipes da Diretoria de Saneamento participaram dando apoio ao processo de revisão tarifária da Sabesp coordenado pela Diretoria de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados.

Representantes da Diretoria de Saneamento participaram do Encontro regional de Municípios organizado pela Diretoria de Relações Institucionais, na cidade de Registro, convocando a mais de 20 Municípios da Região do Vale do Ribeira com o objetivo de explicar as funções da Agência e esclarecer dúvidas em relação aos contratos e fiscalização da prestação dos serviços.

Justificativas

Indicador de Produto 2646 – Número de municípios apoiados para elaboração de planos municipais de saneamento.

Sobre o indicador em questão, que se refere à criação de um Convênio com a Secretaria de Recursos Hídricos, durante sua estruturação foi necessária uma análise entre a Diretoria da ARSESP e a Consultoria Jurídica primeiramente para poder confirmar se a agência poderia realizar este tipo de convênio com a Secretaria de Recursos Hídricos e posteriormente definir os mecanismos para implementar o mesmo para sua formalização com o Governo do Estado e os Municípios beneficiados. A necessidade de realizar estes estudos para poder implementar o convênio acabou frustrando sua realização no ano 2017.

Produto: 1217 – Serviços de distribuição de gás canalizado regulados e fiscalizados

Indicador de Produto: 2309 – Número de fiscalizações, relatórios e trabalhos técnicos realizados (unidade)

Ação 5872 – Fiscalização e regulação do serviço de distribuição de gás canalizado

Descrição: Fiscalização e regulação do serviço de distribuição de gás canalizado

Projetos desenvolvidos:

Regulação de gás canalizado

Foram editadas e publicadas pela ARSESP 42 (quarenta e duas) Deliberações relacionadas ao setor de gás canalizado, incluindo as de reajuste e revisões tarifárias. Destacam-se:

- A aprovação dos projetos de rede local para atender os municípios de Mococa, Atibaia, Jarinu e Bebedouro; a publicação do marco regulatório para distribuição de biometano nas redes de gás canalizado (Deliberação n.744/2017);
- A regulação que estabelece as condições para as concessionárias atuarem em outras atividades da Indústria do Gás Natural (Deliberação n.708/17);
- O estabelecimento das condições para compensação tarifária dos valores gerados de Encargo de Capacidade e Preço de Gás de Ultrapassagem (Deliberação n.765/17);
- A aprovação de aditivos contratuais aos contratos de suprimento da Gás Brasileiro e da GNSPS; a publicação do Manual de Elaboração e Avaliação do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural no Estado de São Paulo para o ciclo 2017/2018- e

• O aprimoramento do marco regulatório da distribuição de gás, por meio da Deliberação n. 732/2017, que estabelece as condições gerais do fornecimento de gás canalizado aos usuários.

Fiscalização dos serviços de gás canalizado A ARSESP realizou em 2017 um total de 634 fiscalizações, incluindo as internas e as de campo.

Cabe destacar que com o intuito de dispor de apoio técnico especializado e de reconhecida competência na execução de ensaios laboratoriais, a ARSESP contratou o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT, aprimorando, assim, a sua atuação em fiscalizações de campo relacionadas com a qualidade do gás canalizado distribuído pelas concessionárias,

Consultas e Audiências públicas: Foram realizadas 02 consultas públicas. Destaca-se a finalização da Consulta Pública que deu origem à Deliberação que estabeleceu o marco regulatório para distribuição de biometano nas redes de gás canalizado (Deliberação n.744/2017).

PROGRAMA 5114 - Fortalecimento das Competências Reguladoras em Energia, Gás e Saneamento - VALOR GLOBAL: R\$ 134.134.760,00 (VALOR TOTAL LOA)			
INDICADORES	META TOTAL PPA	META LOA 2017	RESULTADO 2017
2303 - Números de fiscalizações, relatórios e trabalhos técnicos realizados (unidade)	516	129	491
2304 – Números de fiscalizações, relatórios e trabalhos técnicos realizados (unidade)	399	511	3.843
2646 – Número de municípios apoiados para elaboração de planos municipais de saneamento.	60	0	200
2309 – Números de fiscalizações, relatórios e trabalhos técnicos realizados (unidade)	757	773	3.097

*Nota: Metas estão sendo revisadas.

Programa 5115 – Desenvolvimento de Parcerias para a Realização de Projetos e Investimentos

Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento de melhores parcerias e fornecer apoio técnico e institucional para viabilização de projetos prioritários, assim definidos pelo Governo que contemplem a interação da iniciativa privada com o Estado.

Ação 5637 – Apoio Técnico Às PPP's e Outras Formas de Parcerias

Descrição: Desenvolvimento de Estudos, documentos e modelagem de parcerias, desenvolvidos por equipe interna, com assessoria eventual de consultoria externa.

Produto: Apoio Técnico e Institucional para a Formalização de Parcerias

Indicador de Produto: Número de Estudos Técnicos de Modelagem de PPP's, Concessões e outras formas de parcerias (unidade)

Projetos desenvolvidos: No primeiro semestre de 2017, foi desenvolvido Projeto de Concessão RMSP Ônibus Metropolitano. A modelagem do projeto foi aprovada na 226ª Reunião do CDPED (20/07/2017) e autorizada licitação, que aguarda prosseguimento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

No segundo semestre de 2017, foram desenvolvidos quatro projetos, em fase de estudos após entrega de estudos pela iniciativa privada em sede de Chamamento Público, a saber: (i) Linhas 08 Diamante e Linha 09 Esmeralda da CPTM; (ii) PPP Diagnóstico por Imagem (saúde); (iii) Concessão do Complexo Vaz Guimarães (esporte); e (iv) Novo entreposto de abastecimento público de São Paulo.

Ação 6235 – Aperfeiçoamento dos Contratos de Gestão com as Organizações Sociais (OS's)

Descrição: Monitoração e avaliação do modelo de Organizações Sociais e sugestão de melhorias (Lei Complementar n. 846/1998).

Produto: Apoio Técnico, Elaboração e Acompanhamento dos Contratos de Gestão com OS's.

Indicador de Produto: Número de Relatórios sobre Aperfeiçoamento na Estrutura dos Contratos de Gestão com Organizações Sociais (unidade).

Projetos desenvolvidos: No primeiro trimestre de 2017, foi elaborado relatório de acompanhamento dos contratos de gestão celebrados pela Administração, com sugestão de aprimoramentos à proposta de decreto que estava em tramitação (e veio a ser finalmente convertida em norma pelo Governador do Estado de São Paulo – Decreto n. 62.528 de 31/03/2017).

No segundo trimestre de 2017, foi elaborado um relatório, com doze sugestões de melhoria aos contratos de gestão da cultura, apresentadas em face da minuta referencial de contrato submetida à consulta pública até 09/06/2017.

No terceiro trimestre de 2017, uma vez realizado diagnóstico e destacado alguns pontos de melhoria no gerenciamento dos contratos de gestão vigentes entre Secretaria de Cultura e Organizações Sociais passou-se a acompanhar a confecção dos novos contratos de gestão com intuito de verificar se as ações propostas foram implementadas.

No último trimestre de 2017, foi elaborado relatório com recomendações de aprimoramento do processo seletivo (convocação pública) de celebração dos contratos de cultura e da saúde.

PROGRAMA 5115 – DESENVOLVIMENTO DE PARCERIAS PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETOS E INVESTIMENTOS			
VALOR GLOBAL: R\$ 15.973.392			
INDICADORES	META FINAL DO PPA	META LOA 2017	RESULTADO PARCIAL 2017
NÚMERO DE ESTUDOS TÉCNICOS DE MODELAGEM DE PPP'S, CONCESSÕES E OUTRAS FORMAS DE PARCERIAS (UNIDADE).	8	2	5
NÚMERO DE RELATÓRIOS SOBRE APERFEIÇOAMENTO NA ESTRUTURA DOS CONTRATOS DE GESTÃO COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (UNIDADE)	16	4	3

Programa 5116 – Inovação Governamental

Objetivo: Promover a Inovação Governamental, por meio da disseminação da cultura de inovação, ações educativas, de prospecção e de apoio a projetos inovadores, bem como da constituição de arranjos institucionais para maior interação com a sociedade e diferentes setores governamentais.

Ação 6230 – Governo como Plataforma

Descrição: Atividades de apoio a projetos inovadores de agentes públicos estaduais e da sociedade civil, de organização de eventos de aproximação do investidor e do empreendedor privados e governo para a promoção do investimento público em inovação, de apoio a agentes inovadores e ao empreendedorismo voltado à inovação de serviços públicos e de atividades governamentais, assim como a prospecção e promoção de novos formatos colaborativos e instrumentos institucionais para a cooperação entre governo, academia e sociedade.

Produto: Promoção de Colaboração

Indicador de Produto: número de iniciativas simultâneas de promoção à colaboração (unidade)

Ação 6231– Inovação Organizacional

Descrição: Promoção da inovação organizacional, em produtos e processos, nos termos do Manual de Oslo - Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica. Abrange a entrega de produtos e serviços de disseminação da cultura da inovação, capacitação para a inovação, assim como o apoio à geração de ideias para soluções inovadoras, execução de protótipos e pilotos e à disseminação da inovação

Produto: promoção de inovações organizacionais

Indicador de produto: número de iniciativas simultâneas de promoção à inovação (unidade)

Projetos desenvolvidos: Não foram utilizados recursos orçamentários da Secretaria de Governo. Ações desenvolvidas com apoio de órgãos internos do governo (Prodesp entre outros) e parceiros externos:

Ação 6230 – Governo como Plataforma

- Pitch Gov.SP, 2ª. edição – 2ª edição recursos da Prodesp para parcerias no valor de R\$60.000,00 e BID com R\$ 10.000,00 para evento
- Pitch Gov.SP Pipe FAPESP – apoio FAPESP
- CIS – Contrato de Impacto Social – apoio Insper Metricis
- Coworking ACESSA Campus – parceria com a Fundação Telefônica e o Centro Paula Souza
- Code SP – Capacitação em Programação em carretas móveis – parceria IBM e Centro Paula Souza
- SP Labs – Campos Elíseos - em parceria com SEBRAE/SP
- Ilumina SP – apoio CG/LA e BuildCoin Foundation
- SPUK Inovação Aberta em Saúde – recursos do Prosperity Fund, Reino Unido - £338 mil de março de 2016 a março de 2017, geridos pela Fundação Vanzolini – executora local do projeto.

Ação 6231– Inovação Organizacional

- Inovaday – apoio Fundação Vanzolini e órgãos da prefeitura
- GT Dados Abertos – apoio de órgãos internos do governo
- GovJam – design thinking – apoio da Fundação Tellus

PROGRAMA 5116 – INOVAÇÃO GOVERNAMENTAL			
VALOR GLOBAL : R\$ 5.253.200,00 - AÇÃO 6230 (2017): SEM DOTAÇÃO			
AÇÃO 6231 (2017): R\$ 42.500,00 (REMANEJADOS PARA OUTRA AÇÃO DA SEC. GOVERNO, NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO)			
INDICADORES	META FINAL DO PPA	META LOA 2017	RESULTADO PARCIAL 2017
Número de iniciativas simultâneas de promoção à colaboração (unidade)	5	3	8
Número de iniciativas simultâneas de promoção à inovação (unidade)	10	8	4

JUSTIFICATIVA:

Com a mudança da equipe, a prioridade da nova gestão migrou para iniciativas na área de Governo como Plataforma, com projetos inovadores realizados em parceria com o Governo, administração indireta, organizações multilaterais, empresas e startups (Pitch Gov.SP; CIS Contrato de Impacto Social; ACESSA Campus; Ilumina SP; SP Labs - Campos Elíseos, Code SP entre outros).

Por isso, em 2017, houve um aumento expressivo no número de projetos para a ação de Governo como Plataforma e uma consequente redução nas ações de Inovação Governamental.

Nas ações de Governo como Plataforma, superamos em quase 400% o previsto inicialmente. A meta inicial era de 3 projetos/mês e em 2017 realizamos em média 8 projetos/mês, ao final do ano atingindo o número de 11 projetos/mês.

Nas ações de Inovação Governamental, a meta inicial era de 8 iniciativas/mês, e realizamos em média 4 iniciativas/mês, executando 50% da meta estabelecida para 2017.

Na última revisão da LDO 2018 esta meta foi reajustada, adequando o planejamento ao desempenho da nova gestão da unidade. Faremos novo reajuste na próxima revisão da LDO 2019.

Programa 5117 – Promoção da Transparência e dos Instrumentos de Defesa do Cidadão

Objetivo: Uma Gestão Pública inovadora, eficiente e comprometida com o planejamento e os resultados dos programas e serviços públicos visa, em última instância, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Assegurar bom desempenho do serviço público, no entanto, passa por prestar serviços de qualidade, oferecer atendimento ágil e digno e garantir transparência e eficiência nos processos e no uso dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros.

Indicador do Programa: 2292 - Eficácia no atendimento às solicitações de informação dos cidadãos.

Ação 6232 – Desenvolvimento de Instrumentos de Aperfeiçoamento da Rede Paulista de Ouvidoria

Descrição: Elaboração de instrumentos que visem ao aperfeiçoamento e à promoção da proteção e defesa dos usuários de serviços públicos, monitorar e avaliar os indicadores das ouvidorias.

Produto: 1087 - Monitoramento, Avaliação, Interação e Coordenação da Rede Paulista de Ouvidorias.

Indicador de Produto: 2061 - Número de Manifestações Registradas pela Rede Paulista de Ouvidorias (unidade).

Ação 6129 – Coordenação do Portal da Transparência Estadual

Descrição: Suporte aos trabalhos do Comitê Gestor do Portal e ao Conselho de Transparência da Administração Pública, responsável pela proposição de metodologias e procedimentos de publicação e divulgação da ação governamental; reformulação do Portal da Transparência aprimorando a linguagem, sistema de busca e organização de bancos de dados.

Produto: 1061 - Portal da Transparência Estadual.

Indicador de Produto: 2028 - Número de Acesso ao Portal da Transparência (unidade).

Projetos desenvolvidos:

Ação 6232 – Desenvolvimento de Instrumentos de Aperfeiçoamento da Rede Paulista De Ouvidoria

Estudos para aperfeiçoamento do sistema; orientações aos integrantes da rede paulista de ouvidorias; realização de pesquisa de satisfação do usuário; participação em eventos e seminário para explicar a população as atribuições das ouvidorias e como acioná-las.

Ação 6129 – Coordenação do Portal da Transparência Estadual

Reestruturação e lançamento do novo Portal da Transparência; realização de pesquisa para aprimoramento do Portal; constante atualização e contato entre os órgãos para atualizar suas informações e melhorar a acessibilidade.

PROGRAMA 5117 – PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DOS INSTRUMENTOS DE DEFESA DO CIDADÃO			
INDICADORES	META FINAL DO PPA	META LOA 2017	RESULTADO PARCIAL 2017
Eficácia no atendimento às solicitações de informação dos cidadãos	95%	94%	100%
Nº de Manifestações Registradas pela Rede Paulista de Ouvidorias	5.040.000	1.250.000	1.061.403 (*)
Nº de Acesso ao Portal da Transparência	65.800.000	16.000.000	18.908.216

Obs.: * Valor referente ao semestre anterior apenas estimativo, considerando que o sistema SIMPPA tem prazo diferente para inserir os dados da apuração final do sistema da Ouvidoria.



Governo do Estado de São Paulo

Administração Penitenciária

Lourival Gomes

Agricultura e Abastecimento

Francisco Sérgio Ferreira Jardim

Casa Civil

Maurício Pinto Pereira Juvenal
respondendo pelo expediente da Pasta

Casa Militar

Coronel PM Helena dos Santos Reis

Cultura

Romildo de Pinho Campello

Defensoria Pública do Estado

Davi Eduardo Depiné Filho

Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Marcos Antonio Monteiro

Desenvolvimento Social

Mendy Tal
Chefe de Gabinete
respondendo pelo expediente

Direitos da Pessoa com Deficiência

Linamara Rizzo Battistella

Educação

João Cury Neto

Emprego e Relações de Trabalho

Cícero Firmino da Silva

Energia

João Carlos de Souza Meirelles

Esporte, Lazer e Juventude

Paulo Gustavo Maiurino

Fazenda

Helcio Tokeshi

Governo

Saulo de Castro Abreu Filho

Habitação

Nelson Luiz Baeta Neves Filho

Justiça e Defesa da Cidadania

Márcio Fernando Elias Rosa

Logística e Transportes

Mário Mondolfo

Meio Ambiente

Maurício Benedini Brusadin

Planejamento e Gestão

Maurício Pinto Pereira Juvenal

Procuradoria Geral do Estado

Juan Francisco Carpenter

Saneamento e Recursos Hídricos

Benedito Pinto Ferreira Braga Junior

Saúde

Marco Antonio Zago

Segurança Pública

Mágino Alves Barbosa Filho

Transportes Metropolitanos

Clodoaldo Pelissioni

Turismo

Nancy Cortazzo Mendes Galuzio

Responsáveis Técnicos – Secretaria da Fazenda

Coordenação

Claudia Romano – Coordenadora/CAF

Equipe Técnica

Rosemeire Aparecida de Araujo - Área Executiva da Assessoria / GS

Matheus Costa Monteiro Lopes - Área Executiva da Assessoria / GS

Aglas Watson Barrera - Área Executiva da Assessoria / GS